

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Luiz Felipe B. Lacerda

**POR UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS: PERSPECTIVAS  
EMANCIPATÓRIAS NOS TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO DAS  
AUSÊNCIAS AMAZÔNICAS**

**São Leopoldo**

**2016**

L131p Lacerda, Luiz Felipe B.  
Por uma sociologia das emergências: perspectivas emancipatórias nos territórios de produção das ausências amazônicas / Luiz Felipe B. Lacerda. – 2016.  
392 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.  
"Orientadora: Dra. Marília Veríssimo Veronese."

1. Indígenas – Amazônia. 2. Ribeirinhos – Amazônia. 3. Bem Estar – Condições Socioeconômicas. 4. Amazônia – Cooperação e Solidariedade. I. Título.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

LUIZ FELIPE B. LACERDA

**POR UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS:  
PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS NOS TERRITÓRIOS DE  
PRODUÇÃO DAS AUSÊNCIAS AMAZÔNICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como pré-requisito básico para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Marília Veríssimo Veronese

São Leopoldo

2016

Apoio:



LUIZ FELIPE BARBOZA LACERDA

**POR UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS: PERSPECTIVAS  
EMANCIPATÓRIAS NOS TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO DAS  
AUSÊNCIAS AMAZÔNICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como pré-requisito básico para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, tendo sido apresentado à banca examinadora composta pelos professores abaixo:

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta Muñoz – Instituto Amazónico de Investigaciones  
Cientificas – SINCHI**

---

**Prof. Dr. Pedrinho A. Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS**

---

**Profª Dra. Adriane Vieira Ferrarini – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS**

---

**Profª Dra Laura Cecília Lopes.– Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**

---

**Profª Dra. Marília Veríssimo Veronese – Universidade do Vale do Rio dos Sinos -  
UNISINOS (Orientadora)**

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Conceito:\_\_\_\_\_



Dedico este trabalho ao meu pai, Luiz Antônio Lacerda, por me presentear com coragem para desbravar novos mundos e novos horizontes, sempre de maneira ética, espiritualizada e humana, e à minha esposa, Aramita Prates Greff, por ser uma verdadeira companheira para todas as horas, me ensinando a força que reside no amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo, preciso agradecer ao povo Marubo, do Vale do Javari, aos moradores e às moradoras das comunidades de Bom Caminho, Porto Cordeirinho, São João de Veneza, Guanabara I, II e III, Porto Espiritual, Mato Grosso, Capacete, Bom Pastor II, Nova Aliança, Pesqueira, Santa Luzia, São José e Cristo Rei, indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões. Agradeço pela confiança em mim depositada ao permitirem que eu pudesse conhecer e desvendar, aos meus olhos, um pouco da verdade amazônica, compartilhando, ao longo destes anos, de suas casas, de suas mesas, de suas comunidades e de suas histórias de vida. Vocês são os verdadeiros Doutores de toda essa sabedoria milenar.

Agradeço à minha família: minha esposa, Aramita Greff; meu pai, Luiz Lacerda; meus avós Walmor Lacerda e Célia Barboza, à Cláudia Martins, assim como às minhas tias Elsa Maria Lacerda e Lúcia Helena Lacerda, à Luiza Kliemann e meus afilhados Raquel, Raul, Pedro e Taís, pessoas que sempre me deram força para traçar este percurso, atribuindo, no final das contas, sentido a toda a Vida.

Um agradecimento especial à minha amiga, orientadora, mestra e companheira de trabalho Marília Veronese, não apenas pelo apoio nesta Tese, mas pelos 13 anos de trabalhos conjuntos e muitos aprendizados.

Quero agradecer aos colegas Sebastião Rocha, Gleison Rodrigues, Rosi Méri Jankausca, Marcella da Cunha, Auxiliadora Coelho e Darcimar Rodrigues, sonhadores uníssonos e companheiros do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), da Universidade do Estado do Amazonas, que hoje é uma realidade, pela caminhada conjunta no difícil desafio de desenvolver pesquisa científica humana, ética e de qualidade no interior do Amazonas. Agradeço também, de maneira muito especial, a todos os acadêmicos e bolsistas com quem tive a oportunidade de trabalhar ao longo destes anos de docência, pelos aprendizados e exemplos de superação que me ofertaram durante o percurso.

Agradeço ao Instituto Sindical pelo Desenvolvimento e Cooperação (ISCOS) e a Diocese do Alto Solimões, por viabilizarem concretamente todo este trabalho. Em especial, aos amigos Maurício, Aurélio, José Jesus, Enrico, Tebito, Etevaldo e Eugênio, pelo dia-dia no trabalho de campo ao longo destes últimos seis anos, assim como a Congregação dos Irmãos Maristas, em especial, aos Irmãos Nilvo Favreto, João Gutemberg, Werno Weis, Miguel Orlandi e Valdir Gobatto, além do amigo Álvaro Gomes, pois me abriram as portas de entrada

ao universo amazônico, no ano de 2009, e comigo foram parceiros nesta grande aventura até os dias atuais.

Institucionalmente, agradeço ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em especial, aos professores Ivo Follman, Luis Inácio Gaiger e à Professora Adriane Ferrarine, assim como aos professores Pedro Hespanha e Boaventura de Sousa Santos, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, por toda a luz teórica ao longo deste percurso; ao Instituto Amazônico de Investigaciones Cientificas – SINCHI, em especial ao amigo Luis Eduardo Acosta e à Universidade do Estado do Amazonas, assim como à própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por possibilitarem estruturalmente e economicamente que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Por fim, agradeço e reverencio a Samaúma, a Onça e a Tucandeira, por me ensinarem a sabedoria da Floresta, assim como ao Rio Solimões, por sempre deixar-me trafegá-lo com prazer e segurança. Com eles, agradeço e reverencio também a todos os animais, plantas e espíritos da Floresta, nos quais eu fielmente acredito e aos quais peço licença cada vez que Nela adentro.

A todos esses, meu muito obrigado!

“Filho da Floresta,  
água e madeira  
vão à luz dos meus olhos,  
e explicam este jeito meu de amar as estrelas  
e de carregar nos ombros a esperança.”

(Thiago de Mello, Filho da  
Floresta, água e madeira, 1984)

## RESUMO

A tese parte de determinada análise sócio-histórica da Amazônia ao questionar: Como o Estado brasileiro tem estabelecido relações com os povos nativos da Floresta? Quais as implicações das intervenções propagadas pelo Estado e demais entidades de apoio nesses territórios? De que maneira e com que estratégias os povos indígenas e ribeirinhos lidam com o avanço das práticas exploratórias sobre suas culturas e territórios? Asseveramos que o processo denominado “progresso” concebe a Floresta enquanto um empecilho à sua noção de desenvolvimento, estabelecendo com ela uma relação utilitarista, de nexos comercial e gerando a invisibilidade social das populações que nela residem. O estudo se propõe a discutir o que é necessário para que tais populações possam tomar frente dos processos de intervenção em seus territórios. Para tanto buscamos avaliar se os princípios da **cooperação**, da **solidariedade** e da **autogestão** podem auxiliar e em que medida, na construção de coletivos comunitários capazes de exercer este protagonismo em busca de desejada Emancipação Social e Bem Viver. Ao longo do percurso, percebeu-se que não basta pensarmos outras formas de intervir, mas também é imperativo inovar nas formas de avaliar as intervenções. Para tanto, empreendemos intensa e minuciosa imersão em vinte comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões, realizando visitas, observações, além de vinte duas entrevistas, onze grupos focais e o trabalho sobre quatro narrativas de histórias de vida. Para esta imersão, fazemos uso do olhar da Samaúma, da Onça e da formiga Tucandeira, posturas metafóricas extraídas da realidade da Floresta para melhor compreendê-la.

**Palavras-Chave:** Amazônia; Povos Tradicionais; Sociologia das Ausências e Emergências Políticas Públicas; Emancipação Social; Bem Viver.

## ABSTRACT

This thesis starts from some questions to make a social-historical analysis of Amazon. How the Brazilian state, over time, has established relations with the native peoples of the Amazon Forest? What are the implications of interventions carried out by the State and other civil actors in these territories? How and with what strategies indigenous peoples and river-dwelling communities deal with the advancement of the exploitative capitalist practices over their cultures and territories? We assert that the process called "progress" sees the forest as an obstacle to its notion of development, establishing with it a utilitarian relationship, based on commercial nexus, generating social invisibility to people that lives in it. For such populations, emancipating themselves means to seek autonomy and sovereignty on basic and reproductive aspects of everyday life, precisely in what public policies did not managed to build in the Amazon territories. The thesis aims to discuss what is needed for such populations to take the lead of the intervention processes in their territories, in order to direct investments to what they believe foster real emancipation and development, in their own terms. The hypothesis we worked with is that the principles of **cooperation, solidarity** and **self-management** are effective tools in building stronger communities, able to take these processes forward in pursuit of their goals of Good Living. We noticed that it's not enough to think of new forms of intervention, but it is also imperative to innovate in ways we evaluate these interventional practices. To demonstrate these hypotheses, as well as its consequences, we undertook intense and thorough immersion in twenty-two indigenous and river-dwelling communities in the Alto Solimões, Amazon territory of production of absences. For this immersion, we used the Samaúma's, the Onça's and the Tucandeira Ant's looks, metaphors drawn from the forest reality, in order to better understand it.

**Key -words:** Social Policy; Social emancipation; Good Living; Indigenous; River-dwelling communities; Sociology of Absences and Emergencies.

## RESUMEN

Esta tesis parte de algunas indagaciones para realizar un análisis socio-histórica de la Amazonia. Cómo el Estado brasileiro, a lo largo del tiempo, ha establecido relaciones con los pueblos nativos de la Floresta amazónica? Cuales las implicaciones de las intervenciones propagadas por el Estado y demás entidades de apoyo en esos territorios? De qué manera y con qué estrategias los pueblos indígenas y ribereños lidian con el avance de las prácticas capitalistas exploratorias sobre sus culturas y territorios? Aseveramos que el proceso denominado “progreso” concibe la Floresta en cuanto un obstáculo a su noción de desarrollo, estableciendo con ella una relación utilitarista, de nexo comercial generando la invisibilidad social de las poblaciones que en ella residen. Para tales poblaciones, en ese contexto, emanciparse es buscar autonomía y soberanía sobre lo que rige su vida cotidiana, precisamente aquello que las políticas públicas históricamente no alcanzan a construir en la Amazonia. La tesis se propone discutir lo que es necesario para que tales poblaciones puedan tomar la delantera de los procesos de intervención en sus territorios, de manera a direccionar las inversiones para aquello que acreditan fomentar la real emancipación y desarrollo, en sus propios términos. La hipótesis trabajada es de que los principios de la **cooperación**, de la **solidaridad** y de la **autogestión** son herramientas eficientes en la construcción de colectivos comunitarios capaces de tomar la delantera de esos procesos en busca de sus objetivos de Bien Vivir. A lo largo del recorrido, se observó que no basta pensar otras formas de intervenir, sino que también es imperativo innovar en las formas de evaluar las intervenciones. Para demostrar tales hipótesis, así como todos sus desdoblamientos, emprendimos intensa y minuciosa inmersión en veinte y dos comunidades indígenas y ribereñas del Alto Solimões, territorio amazónico donde se producen las ausencias. Para esta inmersión, hicimos uso de la mirada de la Samaúma, del Tigre y de la hormiga Tucandeira, posturas metafóricas extraídas de la realidad de la Floresta para mejor comprenderla.

**Palabras – Claves:** Políticas Sociales; Emancipación Social; Bien Vivir; Indígenas; Ribereños; Sociología de las Ausencias y Emergencias.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Samaúma .....	24
Imagem 2 – Mapa continental de Pedro Teixeira.....	68
Imagem 3 – Anúncio publicitário do final do século XIX.....	72
Imagem 4 – Mapa do Tratado de Lozano – Salomon.....	73
Imagem 5 – Império da Borracha.....	74
Imagem 6 – Propaganda de inventivo a migração para Amazônia.....	77
Imagem 7 – Mapeamento das áreas indígenas do Brasil – Década de 90 .....	92
Imagem 8 – Índice de Felicidade Interna Bruta.....	113
Imagem 9 – Campo Holístico do Equilíbrio Territorial e Bem estar Humano para os povos indígenas .....	119
Imagem 10 – Onça Matreira.....	143
Imagem 11 – Mapa da região do Alto Solimões. Fonte: IBGE (2013) .....	146
Imagem 12 – Mapa com a localização continental do Alto Solimões .....	150
Imagem 13 – Mapa do Município de Benjamin Constant. Fonte: Portal Amazonas (2011). .....	150
Imagem 14 – Mapa das comunidades participantes do Projeto em estudo.....	153
Imagem 15 – Panorama Geral da Coleta de Dados .....	164
Imagem 16 – Panorama Geral da Análise dos Dados.....	170
Imagem 17 – Formiga Tucandeira.....	173
Imagem 18 – Encontro de formação do Programa Produtor a Produtor com participantes de 12 comunidades. 183	
Imagem 19 – Sistemas de Potabilização.....	191
Imagem 20 – Campanha do Bom uso da água nas escolas ribeirinhas. Fonte: O autor.....	191
Imagem 21 – Refletores abastecidos pelo sistema de potabilização.....	193
Imagem 22 – Meliponário Matriz, São João de Veneza.....	196
Imagem 23 – Depósito do Mel .....	197
Imagem 24 – Entrepósito de beneficiamento do Mel, em Benjamin Constant.....	198
Imagem 25 – Formação de Meliponicultores .....	199
Imagem 26 – Sistemática das ações em meliponicultura.....	202
Imagem 27 – Centro de Artesanato de Bom Caminho .....	203
Imagem 28 – Artesãs de Bom Caminho - Cestarias .....	207
Imagem 29 – Sistemática das intervenções no artesanato .....	210
Imagem 30 – Trabalho comunitário coletivo para criação dos tanques.....	211
Imagem 31- Tanque de piscicultura construído em São João de Veneza .....	215
Imagem 32 – Curso de capacitação em adubação e diversificação produtiva .....	217
Imagem 33 – Curso de Multiplicadores – Programa Produtor a Produtor.....	217
Imagem 34 – Trabalho coletivo no Viveiro de Mudas Intercomunitário .....	218
Imagem 35- Campos de diversificação produtiva com Sistemas Agroflorestais.....	220
Imagem 36 – Intercambio de indígenas e ribeirinhos com gestores dos bancos de sementes da Paraíba.....	221
Imagem 37- Etiqueta do Banco de Sementes do Alto Solimões .....	222
Imagem 38 – Inauguração da sede do banco de Sementes do Alto Solimões .....	223
Imagem 39 – Sementes Tradicionais resgatadas pelo Banco Sementes da Paixão.....	223
Imagem 40 - Banco de sementes familiar.....	226
Imagem 41 – Rótulo da ASPRO- BC.....	227
Imagem 42 – Capacitação de comunitários na fábrica de frutas .....	229
Imagem 43 – Cadeia Produtiva da Agricultura familiar.....	230



Imagem 44- Horta Escolar.....	233
Imagem 45 – Sistematicidade das intervenções na Agricultura Familiar .....	235
Imagem 46 – Canteiro Suspenso .....	317
Imagem 47 – Resultados derivados da aplicação dos IBHI na comunidade de São José .....	324
Imagem 48 – Resultados derivados da aplicação dos IBHI na comunidade de São João de Veneza .....	339

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Monocultura da Razão Indolente e as perspectivas da Sociologia das Ausências.....	36
Quadro 2 – Espaços Estruturais.....	40
Quadro 3 – Indicadores sobre a Capacidade de Controle Coletivo do Território.....	120
Quadro 4 – Indicadores sobre a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma .....	122
Quadro 5 – Indicadores sobre a Capacidade de Garantir a Autonomia Alimentar .....	126
Quadro 6 – Indicadores sobre a Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo .....	129
Quadro 7 – Capacidade de Autocuidado e Reprodução .....	131
Quadro 8 – Mapa da região do Alto Solimões .....	147
Quadro 9 – Renda mensal média domiciliar (em reais) no Alto Solimões.....	148
Quadro 10 – Número de habitantes/ Famílias das comunidades participantes do Projeto em estudo .....	152
Quadro 11 – Metas do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver ...	154
Quadro 12 – Organização da Coleta de Dados .....	158
Quadro 13 – Divisão das entrevistas semiestruturais e grupos focais da segunda fase da coleta de dados .....	160
Quadro 14 – Divisão das Histórias de Vida na quarta fase de coleta de dados .....	162
Quadro 15 – Espaços estruturas nas Matrizes Analíticas da Tese .....	167
Quadro 16 – Renda mensal.....	178
Quadro 17 – Síntese de abrangência e investimento nos Sistemas de Potabilização de água .....	189
Quadro 18 – Abrangência e investimentos das intervenções em meliponicultura.....	195
Quadro 19 – Abrangência e investimentos na área do artesanato .....	202
Quadro 20 – Abrangência e investimentos na área da piscicultura .....	210
Quadro 21 – Abrangência e investimentos na área da agricultura familiar .....	215
Quadro 22 – Metas estipuladas e alcançadas pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver.....	236
Quadro 23 – Espaço Estrutural do Sujeito.....	297
Quadro 24 – Espaços Estruturais das comunidades participantes do Projeto em estudo, no Alto Solimões .....	298
Quadro 25 – Capacidades e Indicadores para a medição do IBHI .....	305

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Evolução do Saneamento Básico no Alto Solimões.....	148
Gráfico 2 – Principais Doenças .....	177
Gráfico 3 – Nível de escolaridade .....	178
Gráfico 4 – Formas organizativas das comunidades em estudo .....	179

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
<b>PARTE I</b>	<b>23</b>
MACRO PLATÔ OU UM OLHAR DE CIMA: UM OLHAR DE SAMAÚMA	23
1. CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE ATUAL	27
1.1. A PRODUÇÃO DE AUSÊNCIAS E A LINHA ABISSAL	27
1.2. PENSAMENTO PÓS-ABISSAL: PROMOVEDO ECOLOGIA DOS SABERES ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS	32
1.3. EM BUSCA DE OBJETIVOS MAIORES: CONCEPÇÕES A CERCA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO OU BEM VIVER	38
1.4. CLAREANDO PRINCÍPIOS ORIENTADORES: COOPERAÇÃO, AUTOGESTÃO E SOLIDARIEDADE	48
2. INTERVENÇÕES E AVALIAÇÕES (MOLARES) NA AMAZÔNIA	51
2.1. RELAÇÃO ENTRE O MOLAR E O MOLECULAR	52
2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS	55
2.3. HISTÓRICO DE INTERVENÇÕES MOLARES NO AMAZONAS	62
2.3.1. Amazônia antes das produções das ausências hegemônicas .....	63
2.3.2. A época da colonização .....	65
2.3.3. As Repúblicas das Ausências .....	71
2.3.4. As décadas de 50 e 60 .....	76
2.3.5. As décadas de 70 e 80 .....	81
2.3.6. As décadas de 90 e 2000 .....	88
2.3.7. Considerações parciais .....	103
3. DAS INTERVENÇÕES ÀS AVALIAÇÕES: INDICADORES HEGEMÔNICOS E INDICADORES ALTERNATIVOS	104
3.1. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	105
3.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	106
3.3. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS)	108
3.4. ÍNDICES ALTERNATIVOS: FELICIDADE INTERNA BRUTA E ÍNDICE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	111

3.5 ÍNDICE DE BEM ESTAR HUMANO INDÍGENA (IBHI)	117
3.5.1 Capacidade de Controle Coletivo Sobre o Território .....	120
3.5.3 Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar .....	126
3.5.4 Capacidade de lograr Ambiente Tranquilo .....	128
3.5.5 Capacidade de Autocuidado e Reprodução.....	130
4. A RELAÇÃO ENTRE MOLAR E MOLECULAR E A NECESSÁRIA APROPRIAÇÃO	134
<b>PARTE II</b>	<b>142</b>
MESO PLATÔ – OLHANDO PELO MEIO: OLHAR DE ONÇA	142
5.1 DESCREVENDO O TERRITÓRIO	146
5.2 DESCREVENDO O OBJETO DE ESTUDO: PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA DO BRASIL/BEM VIVER	151
5.2.1 Programa Produtor a Produtor (PAP)	155
5.3 COLETA DE DADOS	158
5.3.1 Primeira Fase: Coleta Documental.....	159
5.3.2 Segunda Fase: Entrevistas Semiestruturadas e Grupos Focais.....	159
5.3.3 Terceira Fase: História de Vida.....	161
5.3.5 Panorama geral da metodologia de coleta de dados.....	163
5.4 ANÁLISES DOS DADOS	164
5.4.1 Constituição dos elementos autodeterminados pelos informantes, ao longo das narrativas, a respeito de cooperação, solidariedade, autogestão, emancipação social e desenvolvimento.....	165
5.4.2 Avaliação das ações propagadas pelo Projeto em estudo e o confronto com as relações de poder empregadas pela Razão Indolente nos Espaços Estruturais .....	166
5.4.3 Índice de Bem Estar Humano Indígena (IBHI).....	168
5.4.4 Panorama geral da matriz analítica .....	170
<b>PARTE III</b>	<b>172</b>
MICRO PLATÔ – OLHAR POR DENTRO: O OLHAR DA TUCANDEIRA	172
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	174
6.1 COLETA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL: DIAGNÓSTICO INICIAL	176
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E DOS GRUPOS FOCAIS	184
6.2.1 Aspectos Gerais.....	185
6.2.2 Aspectos Específicos.....	189
A) <i>Sistemas de Potabilização de água</i> .....	189
B) <i>Meliponicultura</i> .....	195
C) <i>Artesanato</i> .....	202
D) <i>Piscicultura</i> .....	210
E) <i>Agricultura Familiar</i> .....	215

6.2.3 Apontamentos parciais .....	235
6.3 ANÁLISES DAS HISTÓRIAS DE VIDA .....	238
6.3.1 Cooperação, Solidariedade e Autogestão .....	239
6.3.2 Desenvolvimento, Bem Viver e visão de futuro .....	245
6.3.3 Emancipação Social .....	248
6.3.4 – O Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver.....	251
7. APLICAÇÃO DAS MATRIZES ANALÍTICAS .....	254
7.1 CONFRONTO DAS CONCEITUAÇÕES AUTODETERMINADAS PELOS INFORMANTES A RESPEITO DO QUE É COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, AUTOGESTÃO, EMANCIPAÇÃO SOCIAL E BEM VIVER (DESENVOLVIMENTO) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES REALIZADAS E OBJETIVOS ALCANÇADOS AO LONGO DO PROJETO .....	255
7.2 CONFRONTO DAS OBSERVAÇÕES E DADOS COLETADOS FRENTE ÀS RELAÇÕES DE PODER EMPREGADAS PELA RAZÃO INDOLENTE NOS ESPAÇOS ESTRUTURAIS .....	260
7.2.1 O Espaço Doméstico .....	261
7.2.2 O Espaço da Produção.....	265
7.2.3 O Espaço do Mercado .....	269
7.2.4 O Espaço da Comunidade .....	274
7.2.5 O Espaço da Cidadania .....	278
7.2.6 O Espaço Mundial.....	282
7.2.7 O Espaço do Sujeito .....	285
7.2.8 Síntese das análises a respeito das relações de poder empregadas pela Razão Indolente nos Espaços Estruturais .....	298
7.3- ÍNDICE DE BEM ESTAR HUMANO INDÍGENA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS DO ALTO SOLIMÕES .....	303
7.3.1- Indicadores de Bem Estar Humano Ribeirinho da Comunidade de São José.....	306
7.3.2 Indicadores de Bem Estar Humano Indígena da Comunidade de São João de Veneza .....	325
7.3.3 Considerações a respeito da Aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena (IBHI).....	339
FIM. É NOITE NA FLORESTA.....	341
REFERÊNCIAS.....	345
APÊNDICE A – Tópico guia das entrevistas e grupos focais.....	357
APÊNDICE B – Tabela dos Indicadores de Bem estar Humano Indígena.....	363
APÊNDICE C – Imagens de São José e São João de Veneza.....	389

## INTRODUÇÃO

Conta o poeta:

Enfim te descobrimos. Foi preciso  
que as águas mais azuis apodrecessem,  
que os pássaros parassem de cantar,  
que peixes fabulários se extinguissem  
e tua pele verde fosse aberta  
pelas garras de todas as ganâncias.

(Thiago de Mello, 1984, p. 100).

Essa é a Amazônia. Uma delas, entre tantas que podem existir. A maior Floresta do planeta possui 5.500 000 km<sup>2</sup>, atingindo nove países<sup>1</sup> e cobrindo 44,5% do território de nosso continente. Os 60% de seu território pertencente ao Brasil representam 59% do espaço de terras de nosso país, abrigando 12,4 % da população brasileira. Portanto, esse manto verde, que guarda a maior bacia hidrográfica da Terra, representa uma diversidade de fauna, flora, culturas e hábitos incontáveis. Se fosse um país, seria o sexto maior do mundo, possuindo 20% da água doce de todo o planeta. (BATISTA, 2007).

Contudo, desde a chegada de espanhóis e portugueses, a Amazônia vem sendo simplesmente devastada por um processo de perfuração da “pele verde” iniciado há 500 anos e que até hoje não findou. Pensar nas pessoas que aí vivem é quase sempre pensar na degradação das capacidades de cooperação e autonomia humana, provocada pelas consequências das intervenções colonizadoras. É pensar no efeito perverso das práticas politiqueras de assistencialismo, é pensar no custo ambiental e social que pagamos para subsidiar as formas de vida que construímos como ideais em nossa atual sociedade.

Estamos de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007) ao afirmar que durante toda a história, com considerável aceleração nos fins do século XIX, o ideário colonizador esteve presente, subtraindo riquezas naturais, culturas e, assim, a possibilidade de cidadania de territórios rotulados como periféricos em prol da manutenção de alguns estilos de vida específicos.

São muitos os territórios que por todo globo sofrem os efeitos da produção de algum tipo de ausência provocada pela racionalidade moderna, a Razão Indolente, incapaz de lidar

---

<sup>1</sup> Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

com a diversidade cultural e avaliar criticamente seus próprios atos. Em prol de uma Sociologia das Emergências, temos o anseio de compreender profundamente esses territórios de ausência, e acreditamos que a Amazônia seja um deles.

Para demonstrar isso, ao longo da **primeira parte** deste trabalho, propomos um olhar macro político, amplo, histórico e, portanto, panorâmico. Propomos a imaginária subida na árvore mais alta e poderosa da Amazônia, a Samaúma. De lá de cima, contextualizando os mecanismos contemporâneos de produção das ausências, distinguiremos entre intervenções Molares e Moleculares como diferenciadas formas de operacionalizar ações nesses territórios. Nesse ponto, descreveremos conceitualmente Emancipação Social e Desenvolvimento, objetivos maiores que versam tais intervenções e que serão também objetivos observados neste estudo. Da mesma forma, esclareceremos conceitualmente os princípios da cooperação, solidariedade e autogestão enquanto princípios orientadores que sustentam a Tese aqui apresentada.

Contextualizados e conceitualizados esses elementos iniciais, ainda na primeira parte, adentramos as especificidades amazônicas a partir de uma minuciosa análise sócio histórica das intervenções públicas e privadas propagadas nesse território e sobre suas populações ao longo do período colonial até os dias atuais. Com facilidade, perceberemos que a história amazônica nos apresenta um quadro com específicos ciclos de exploração; todos eles desenvolvidos para subsidiar algum elemento externo a Ela. Ciclos que, de maneira contínua, invisibilizam povos e culturas locais e que, até hoje, percebem a Floresta como entrave à sua concepção de desenvolvimento.

Apesar disso, cremos também que, dentro desses territórios de produção das ausências, se pulverizam pelo mundo inteiro experiências alternativas às lógicas individualistas-competitivas-predatórias vigentes de ser, produzir e viver em sociedade. Nesse sentido, produzir uma Sociologia das Emergências que traga à luz esses desperdícios fenomenológicos torna-se tarefa fundamental na reelaboração do projeto social contemporâneo baseado em novos censos éticos, estéticos e políticos.

Como afirma Ferrarini:

A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Longe de ser um futuro vazio, é um futuro concreto, sempre incerto e em perigo, porque é impossível blindar a esperança contra a frustração. A sociologia das emergências permite a identificação de tendências de futuro sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à de frustração. (FERRARINI, 2008, p. 55).

Da mesma forma, antes de descermos da grande árvore e mergulharmos nas especificidades da realidade estudada, perceberemos que não basta averiguarmos as formas como são realizadas as intervenções nos territórios vítimas da produção das ausências amazônicas, mas é também fundamental conjecturarmos sobre como tais intervenções são avaliadas.

É inocência crer que ocorrem equívocos metodológicos de adequação de índices e indicadores avaliativos sobre intervenções públicas ou privadas realizadas no território de ausência. Está bem explicitado por Sawaia (2005), assim como por Galeano (1971) e Santos (2007), que avaliar intervenções através de ferramentas que não compreendem as peculiaridades da experiência, dos povos e do território que se pretende avaliar não é um puro equívoco, mas um movimento intencional de desqualificar qualquer experiência que evada aos padrões hegemônicos. São artimanhas da exclusão a serviço da produção das ausências. Sendo assim, encerramos a primeira parte desta Tese com um rápido debate sobre os indicadores hegemônicos e apresentamos algumas alternativas, entre elas o Indicador de Bem Estar Humano Indígena, uma das matrizes analíticas de nosso estudo.

Após esse percurso contextual e conceitual realizado na primeira parte, estaremos prontos para trocar nossa visão macropolítica de cima da Samaúma por uma visão estratégica que nos possibilitará traçar um plano de ação ao adentrarmos na peculiaridade do território estudado. Na **segunda parte** desta Tese, adentramos no que se refere à metodologia de pesquisa e, para isso, faremos uso do perspicaz olhar da Onça.

Deixamos claro que o objetivo maior do estudo é descobrir se intervenções embasadas nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade podem ser princípios eficientes nos processos de emancipação social e na construção endógena de uma concepção de desenvolvimento nos territórios de ausência, especificamente no contexto amazônico analisado.

Para isso, propomo-nos a uma imersão no que, para muitos, é considerado o coração da selva amazônica, a região do Alto Solimões, extremo oeste do Amazonas brasileiro. Aí se encontra a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Inacessível por via terrestre em qualquer uma de suas três frentes, a região ainda apresenta-se fortemente preservada em sua fauna e flora, sendo também composta por uma intensa população indígena e ribeirinha, o que deflagra um riquíssimo mosaico cultural.

No Alto Solimões, encontra-se também a reserva indígena Vale do Javari, a segunda maior do país, com aproximadamente 8,5 mil km<sup>2</sup>, lugar habitacional de nove distintas etnias

indígenas: Cocamas, Marubus, Curubus, Canamaris, Matis, Mairunas, Culinas, Cambebas e Matsés.

Portanto, pensar nas pessoas que aí vivem, também é pensar na riqueza da diversidade cultural, na profundidade dos saberes populares, é pensar vivendo e viver pensando as cores, os cheiros, os gostos, os sons que, como ninguém e de maneira onírica, a selva e seus povos podem nos ofertar. Com o olhar de onça, adentrar a selva é um convite a uma imersão cultural e, com isso, também um convite a uma inversão no próprio universo, pois pensar esse contexto nunca esteve desvinculado de pensar-me a mim mesmo.

Com esse olhar perspicaz, encontramos nosso objeto de estudo, o Projeto *Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver*, com seus seis anos de intervenções em conjunto com 25 comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões. Tal Projeto mostra-se enquanto proposta de intervenção alternativa ao histórico anteriormente observado, justamente por aplicar em suas bases metodológicas os princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão. Portanto, desponta como objeto propício para análise dos objetivos que aqui pretendemos.

Tal Projeto é agenciado pelo o Instituto Sindical de Cooperação pelo Desenvolvimento (ISCOS), um sindicato italiano que, em conjunto com a Diocese do Alto Solimões e através de intervenções ligadas ao Artesanato, Saúde, Meliponicultura, Piscicultura e Agricultura Familiar, já abrangem direta e indiretamente mais de cinco mil indígenas e ribeirinhos através do incitamento dos princípios supracitados.

A coleta de dados se sustenta nos relatos e vivências adquiridas ao longo das entrevistas, observações e grupos de discussões realizados nas comunidades indígenas e ribeirinhas. Um contato muito humano e cotidiano que nos possibilitou compartilhar com eles sentimentos e pensamentos sobre a Amazônia.

Minha canoa entra pela primeira vez nos rios amazônicos em 2009, com uma radical experiência de isolamento vivencial junto aos índios Marubos, ao longo de 180 dias nas altas terras do Javari, e até hoje não parou de navegar pelos rios e igarapés dessa gigante bacia hídrica. Atualmente, me inscrevo nesta proposta de *pensar- vivendo* a Amazônia e a Tríplice Fronteira, principalmente, através do Grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), ao qual estou vinculado e, atualmente, desempenhando a função de coordenador. O GPEDA caracteriza-se por sua interdisciplinaridade, abrangendo pesquisadores das áreas da Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Letras, Geografia e iBologia e têm possibilitado novo fôlego institucional investigativo na região.



Na **terceira parte** do estudo, por fim, transformamos uma vez mais nosso olhar, agora para uma perspectiva micropolítica, uma visão que nos possibilite adentrar os recantos de difícil acesso e olhar com minuciosidade os fatos e os fenômenos estudados. Para isso, faremos uso do olhar da formiga Tucandeira. Esse olhar nos possibilitará a exposição e a análise dos resultados desta pesquisa com a minuciosidade e a fidedignidade necessária para a sustentação de uma tese.

De início, apresentamos os resultados, partindo da análise do material documental existente. Ele nos oferta uma visão geral sobre as 22 comunidades participantes do Projeto Desenvolvimento Sustentáveis da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, objeto de nosso estudo.

Os resultados foram obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, e são apresentados separadamente entre as áreas de intervenção do Projeto (Saúde, Meliponicultura, Artesanato, Piscicultura e Agricultura Familiar). Esses resultados ofertam a percepção dos comunitários e comunitárias a respeito dos efeitos dessas ações, no que tange a conquista de emancipação social e Bem Viver<sup>2</sup>, desencadeadas pela aplicação dos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão.

Um passo além, o olhar detalhado da Tucandeira nos transporta para um nível mais profundo e neste ponto nos deparamos com o relato de quatro histórias de vida. Através das experiências e sabedorias compartilhadas por Juarez, Gabriel, Ernesto e Richarlison, somos capazes de perceber e reafirmar o que, para essas populações, é realmente emancipação social, desenvolvimento, cooperação, solidariedade e autogestão. Essa conceituação cultural é de profundo valor, não apenas por permitir confrontações com a teoria explicitada na primeira parte do trabalho, mas também por indicar se o Projeto em análise direciona-se no caminho daquilo que concerne à própria percepção dos indígenas e ribeirinhos.

Por fim, chegamos às três matrizes analíticas pelas quais propomos a análise dos resultados apresentados. De início, confrontamos a percepção dos indígenas e ribeirinhos sobre os objetivos maiores<sup>3</sup> e os princípios<sup>4</sup> fundantes com os resultados logrados pelo Projeto em estudo. Posteriormente, avaliamos os impactos das ações desenvolvidas sob a égide desses princípios nos espaços estruturais destacados ao longo da Sociologia das Ausências e das Emergências, o que levaria a compressão da possibilidade ou não de construir emancipação

---

<sup>2</sup> Concepção endógena de desenvolvimento.

<sup>3</sup> Emancipação Social e Desenvolvimento.

<sup>4</sup> Cooperação, Solidariedade, Autogestão.

social e desenvolvimento nesse território de ausência. Por fim, a aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena (IBHI) nos oferta o estudo de caso de duas comunidades partícipes do Projeto em Estudo e demonstra os efeitos positivos de avaliarmos intervenções sociais sob a ótica de indicadores específicos.

Para essa jornada, é importante trazer em mente que estudar a Amazônia não se mostra tarefa simples, pois, como já citado, frente à sua gigantesca diversidade, inúmeros enfoques podem ser assumidos, derivando análises dos mais possíveis campos do saber. Dessa forma, não buscamos uma teoria geral, tampouco as respostas para todas as questões que permeiam esse território. Contudo, assumi-lo como território de ausência, motivando-nos pela produção de uma Sociologia das Emergências e distinguindo intervenções Molares e Moleculares, asseguramos suporte teórico adequado para mantermos a busca no foco de nossas inquietações, por exemplo: como intervir de maneira a fortalecer e propagar uma concepção endógena de desenvolvimento nesses territórios e, assim, produzir Emancipação Social?

Dessa forma, este trabalho pretende ser propositivo ao ponto de, após tais análises, sugerirmos a anástrofe de alguns prismas atualmente hegemônicos nas formas de planejar, diagnosticar, intervir e avaliar nos territórios de ausência. Buscamos genuinamente algo de inovador frente ao retrospecto de intervenções realizadas no Alto Solimões, com vistas ao seu desenvolvimento.

Em vista disso, temos também a certeza de ser impossível esgotar a totalidade das temáticas que surgem ao longo do estudo amazônico, porém, não nos causa desconforto a percepção de que, por vezes, propomos ao leitor mais perguntas do que ofertamos respostas.

Para tanto, o estudo a partir dessa imersão em um território não convencional – o território da ausência amazônica – objetiva mudanças de escalas e de formas para pensar a implicação do sujeito em relação a sua realidade, no contato com determinadas políticas de intervenção. Enfim, almejamos uma nova forma de ver as coisas no âmbito epistemológico das práticas sociais.

*Venha, pegue seu remo, o rio já está cheio, vamos começar.*

*(José de Alencar, 1871, Guerra dos Mascates, p. 33).*

## PARTE I

### MACRO PLATÔ OU UM OLHAR DE CIMA: UM OLHAR DE SAMAÚMA

*Samaúma, árvore sagrada ao povo da Floresta,  
você têm 80 metros,  
a Mãe da Floresta olha todos lê de cima,  
dança conforme a Lua,  
nos dá todos seus remédios, é chá, é tambor, é  
imortal,  
ao subir lá em cima ganhamos a visão total.  
(Canto popular de tribos amazônicas)*

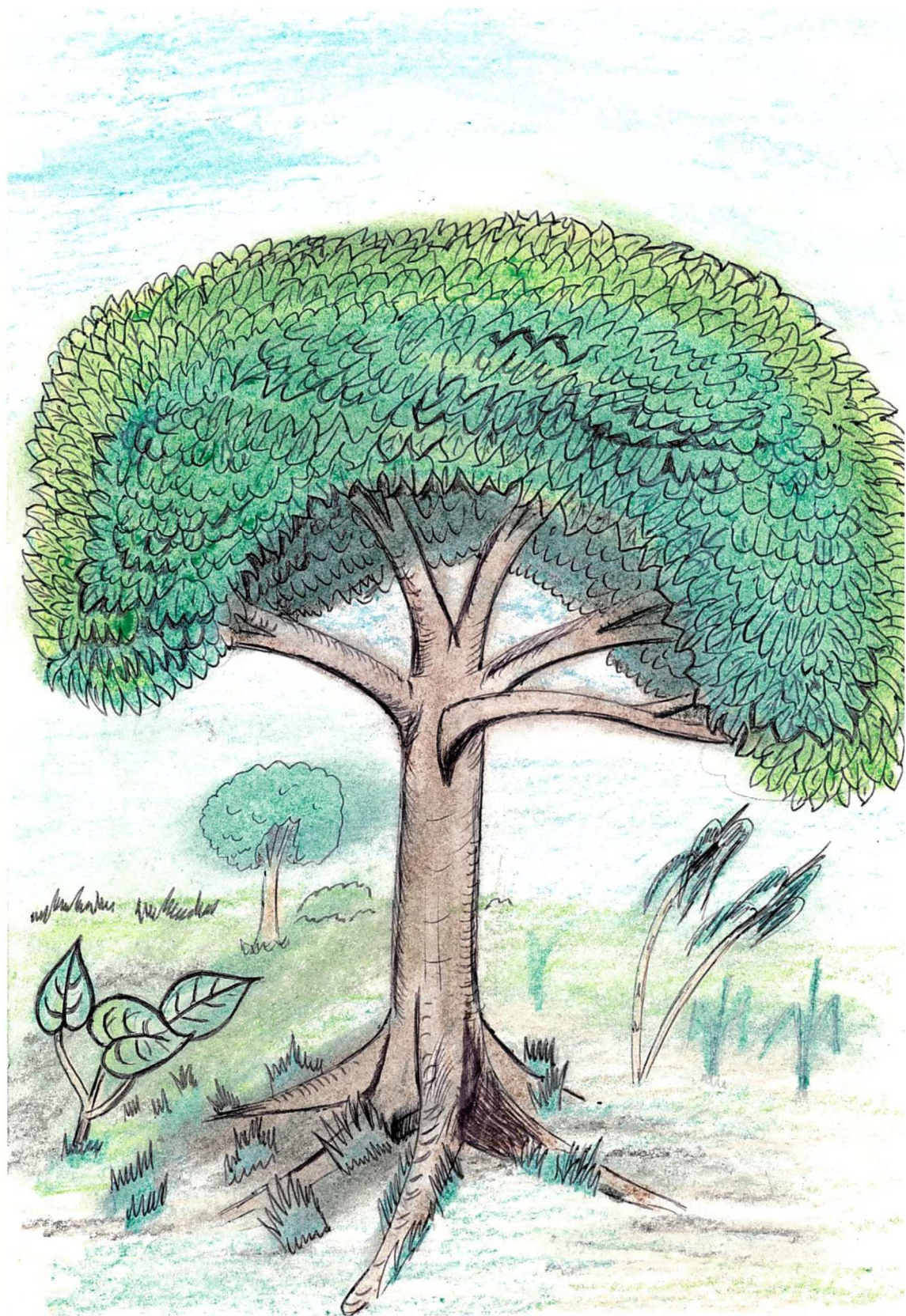


Imagem 1 – Samaúma

Fonte: Azário Albertino Emílio, Ticuna, comunidade Campo Alegre, Amazonas

A Samaúma é uma das mais importantes e imponentes árvores da Amazônia. Considerada sagrada por ampla parte das etnias que compõem o contexto social do Alto Solimões, está presente de forma crucial na cosmovisão a respeito da própria criação do mundo apontada por esses povos<sup>5</sup>. Utilizada para demarcar lugares sagrados, pontos de referências cotidianas, assim como no emprego de remédios e rituais, a Samaúma assume papel de ente partícipe na realidade dos povos.

Na Floresta, ela é morada e alimento para um sem fim de espécies animais. Suas raízes profundas e seu tronco alargado chamam a atenção, e, pela altura e volume da copa, destaca-se sempre como a mais alta entre as árvores gigantes da Amazônia. Perguntamos aos nossos colaboradores, moradores de comunidades indígenas e ribeirinhas, qual era o lugar mais alto da selva, para onde se deveria dirigir uma pessoa quando desejasse olhar tudo de cima para obter uma visão ampliada. A resposta foi unânime: essa pessoa deve subir no alto da Samaúma.

De cima da Samaúma, percebe-se o tapete verde que cobre a Floresta com uma densa camada de copas, pode-se entender com maior clareza a direção dos ventos, a posição do sol, o movimento das aves e atinge-se um olhar longitudinal curvas e curvas para cima do rio. “Lá de cima se vê tudo, até o futuro”, como certa vez nos informou um Pajé de etnia Marubo.

Por este motivo que a Parte I desta Tese carrega a marca da Samaúma: destina-se a uma mirada geral, macroestrutural, objetiva uma visão ampliada sobre a realidade que nos cerca. Nela, apresentaremos o referencial teórico que guiará discussões posteriores através de uma perspectiva descolonialista, especificamente no escopo de uma Sociologia das Ausências e das Emergências, proposta por Boaventura de Sousa Santos ao longo de toda sua obra.

Nesse ínterim, na primeira seção, contextualizaremos a realidade atual demonstrando como, através da operacionalização da chamada Razão Indolente, produzem-se os processos abissais de ausência na sociedade contemporânea. Perceberemos quais são as propostas para a construção de um pensamento pós-abissal no desígnio de superar as invisibilidades produzidas pelo sistema vigente para, ao término, encontrarmos objetivos maiores e princípios norteadores que, em nossa hipótese, podem conduzir os processos sociais e, especificamente, as populações rurais da Amazônia à superação dessas ausências. Nesse contexto, propomos o estudo sobre os conceitos de emancipação social, desenvolvimento, cooperação, autogestão e solidariedade.

---

<sup>5</sup> Para os Ticunas, os Irmãos Ory e Ipy subiram na Samaúma para pescar o resto do povo de dentro do Rio; para os Omáguas, a Grande Preguiça que segurava o galho do universo morava em cima da Samaúma; para os Marubos, a Samaúma é um dos caminhos que o espírito pode buscar para subir ao céu após a morte.



Ascendendo um pouco mais os frondosos galhos da Samaúma, na segunda seção da primeira parte, analisaremos as intervenções públicas ou privadas operacionalizadas sobre o território amazônico e seus povos por um largo período de tempo que parte desde as realidades pré-colombianas ou pré-cabralianas até os dias atuais. Com breves reflexões sobre a caracterização das políticas públicas, que se constituem na modernidade enquanto ferramentas primordiais de intervenções, principalmente do Estado sobre determinado território, perceberemos o quanto, desde cedo, a Amazônia e suas populações foram vitimadas por intervenções mercantis e exploratórias que acabaram por produzir abissal fissura social e cíclica invisibilidade das realidades, práticas e saberes tradicionais. Nessa seção, nos apropriamos dos termos empregados por autores da chamada Filosofia da Diferença<sup>6</sup> para distinguimos os tipos de intervenção, ou ainda, os processos nelas circunscritos, entre Molares e Moleculares.

No terceiro andar deste macro platô que é a Samaúma, passaremos a debater as formas como as intervenções são avaliadas. Mostraremos que os próprios indicadores hegemônicos comumente utilizados para a avaliação de êxito ou não de determinadas intervenções nos territórios de produção da ausência são deslocados, seguem uma lógica padronizada e, por vezes, demasiadamente economicista. Defendemos a tese de que são necessárias construções de indicadores alternativos e específicos a serem elaborados de acordo com cada realidade que se pretende avaliar e em conjunto com suas populações, sob a pena dos processos avaliativos tornarem-se ferramentas para mais produção de ausência, exclusão e invisibilidade. Ao término, apresentaremos o Indicador de Bem Estar Humano Indígena (IBHI), desenvolvido pelo Instituto colombiano de pesquisa Sinchi<sup>7</sup> e aplicado, no Brasil, pelo Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), do qual sou pesquisador. O IBHI reúne um conjunto de capacidades específicas autodeclaradas como fundamentais pelas próprias populações amazônicas do Alto Solimões, no contexto da tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru. O IBHI é uma das três matrizes analíticas empregadas na análise dos resultados desta Tese.

Esperamos chegar, ao final da Parte I, ao topo da Samaúma percebendo as distinções entre as intervenções Molares e Moleculares, apoiados nos objetivos maiores de Emancipação

---

<sup>6</sup> Corrente filosófica popularizada por autores como Guilles Deleuze e Félix Guattari No Brasil também por Suely Rolnik, Tony Negri, Barembliitti, entre outros, também conhecida como Esquizoanálise, e objetiva o estudo da singularidade de cada pessoa em relação aos encontros e afetações junto ao contexto social. Com forte cunho nos pensamentos de Nietzsche e Espinoza e pautada por uma constante crítica ao sistema capitalista e de maneira específica aos processos analíticos da Psicanálise.

<sup>7</sup> Instituto de Investigação Científica do Amazonas, com sede no departamento de Letícia, Amazonas colombiano e abrangência por todo o país.

Social e Desenvolvimento e guiados pelos princípios da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão, capazes de clarear quais elementos são necessários para que os coletivos comunitários, nos territórios de produção das ausências amazônicas, possam apropriar-se de intervenções exógenas e verticais que chegam até o seus territórios, adequando-as às especificidades e demandas de cada lugar. Seria, nesses termos, a relação entre o Molar, o Molecular e a necessária apropriação.

Subindo a Samaúma para uma visão ampliada, vamos ao texto. Boa leitura!

## **1. CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE ATUAL**

### **1.1. A PRODUÇÃO DE AUSÊNCIAS E A LINHA ABISSAL**

A sociedade moderna desenvolve-se sob a premissa do cientificismo e da racionalidade positivista. No início desta Era, acreditava-se, inclusive, sermos capazes de analisar e compreender as realidades sociais sob as mesmas premissas utilizadas para o estudo das ciências naturais, despontando o reducionismo, o mecanicismo e o determinismo como principais perspectivas de análise.

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo português com vasta e influente obra a respeito dos processos sociais contemporâneos, aponta para a precisão de uma crítica à razão que chama de *Indolente* (2007). A *Razão Indolente* é a própria razão moderna, que produz uma análise segregativa sobre a realidade social, ao mesmo tempo em que peca no processo de autocrítica a respeito de seus parâmetros e delimitações. A crítica sobre tal Razão Indolente apresenta-se para produzir um chamado de alerta contra o desperdício das inúmeras possibilidades/experiências/realidades ignoradas pela racionalidade moderna.

Apoiado nessas colocações, o autor apresenta três afirmativas:

- A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica e filosófica ocidental conhece ou considera importante;

- Essa experiência social está sendo desperdiçada, e é desse desperdício que se nutrem as ideias fatalistas de que não há mais saídas, de que as coisas são e serão sempre assim ou que as dinâmicas sociais vigentes hoje são eternas e imutáveis;

- Por fim, para tornar visíveis e reconhecidas as experiências sociais subjugadas pela racionalidade hegemônica, pouco nos serve o uso das ciências sociais convencionais. São

necessários passos a diante, no sentido de criar novas ferramentas de análise, produzindo outras racionalidades.

Então, de que se compõe a Razão Indolente? Ao minudenciar a análise dessa racionalidade hegemônica, podemos distingui-la em quatro facetas. A Razão Indolente é, de acordo com Santos (2002):

A *Razão Impotente*, perplexa frente às concepções fatalistas, origina-se na consolidação do Estado Liberal na Europa e na América do Norte, possuindo como contextos sociopolíticos para o seu desenvolvimento as revoluções industriais, o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo moderno.

A *Razão Arrogante*, que não produz a crítica necessária ao se sentir livre para traçar seus próprios parâmetros, alheia de qualquer vínculo com o outro. Sob o desenvolvimento de tal Razão Arrogante, se constitui o ambiente para a razão culturalmente unilateral, exploratória e discriminativa, do racismo e da escravidão, por exemplo.

A *Razão Metonímica*, que reivindica-se como a única forma de verdade e, sendo assim, abre mão da análise de qualquer outra forma que seja periférica a seus princípios. No sentido de sobrepor-se ao diferente, ao desconhecido, a Metonímica surge como uma ideia de Racionalidade Indolente que crê possuir sua própria totalidade e hermética, dependendo apenas de si para um pleno funcionamento.

A *Razão Proléptica*, por fim, que julga saber tudo a respeito do futuro e o concebe como uma progressão linear, automática e infinita do presente. Assim, serve como proteção às demais facetas da Razão Indolente, rejeitando historicamente as teorias do caos e da complexidade, mantém uma linearidade natural frente aos processos sociais e um arbitrário domínio sobre o futuro. Questões essas, inatas às concepções vigentes de desenvolvimento.

Mas como tal Razão produz a ausência?

Há produção de ausência (não existência) sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, intangível, improdutiva, precária, arcaica ou descartável. Assim, embasados nos estudos de Santos (2007), distinguimos cinco lógicas de produção da não-existência:

*Monocultura do saber*: Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura como únicas formas de verdade e de qualidade estética. Nesse caso, a produção de não-existência é a ignorância ou a incultura.

*Monocultura do tempo linear*: Origina a ideia de que a História tem sentido e direção únicos e conhecidos, geralmente chamados de desenvolvimento, progresso, modernização,



crescimento e globalização. Comum a essa ideia é a concepção de que o tempo é linear e que à frente deste tempo estão os países centrais do sistema mundial, com suas tecnologias, instituições e culturas. Inexistência, nesse caso, aparece sob o rótulo do pré-moderno, obsoleto, primitivo, arcaico ou subdesenvolvido.

*Monocultura da naturalização das diferenças:* Assenta sobre a lógica das classificações das populações naturalizando hierarquias. Inexistência, nesse caso, é inferioridade insuperável da natureza. “Quem é inferior, por ser insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior.” (SANTOS, 2007, p. 115).

*Lógica da escala dominante:* Nos termos desta lógica, todas as realidades que se apresentam sob outras escalas que não a hegemônica escala global parecem irrelevantes. Nesse contexto, a inexistência é construída sobre o rótulo do local, tornando a realidade partícula como alternativa incrível para o que existe na esfera global ou universal. Inexistente, aqui, é ser pequeno, colonial, comunitário.

*Monocultura dos critérios produtivos capitalistas:* Embasa-se na iminência de que o desenvolvimento econômico/mercantil é um objetivo racional inquestionável. Nesse caso, a inexistência está posta sob o rótulo de improdutivo. No caso da natureza, como infertilidade e, no caso do trabalho humano, como preguiça, desemprego e incapacidade profissional ou até produção artesanal e/ou familiar.

São estas, portanto, as cinco formas de produção de ausências propagadas pela Razão Indolente: O ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Todas elas, perceberemos, são historicamente impressas às experiências comunitárias de cooperação, solidariedade e autogestão no território amazônico.

Como refere Veronese (2004, p. 48), “a produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência”.

A divisão segregativa da realidade, seguindo os apontamentos de Santos (2007), constitui um pensamento moderno abissal que embasa um sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde essas últimas fundamentam as primeiras e criam no contexto social dois orbes: o *deste lado da linha* (visível-existente) e o *do outro lado da linha* (invisível-não existente). O outro lado da linha é o território dos conteúdos inexistentes, ausentes, vítimas do processo discriminatório da Razão Indolente.

Em outras de suas obras, Santos (1995, 2000 e 2002) explica-nos que o processo de desenvolvimento da sociedade moderna, *deste lado da linha*, se estrutura sobre dois pilares fundamentais: a regulação e a emancipação.

A regulação social é constituída pelo princípio do Estado (leis, produção e distribuição do direito), do mercado (individualidade, concorrência, ciência e técnica) e da comunidade (identidades de classe, raça, etnia, gênero, família, lugar e afiliação), enquanto o pilar da emancipação consiste em três formas de racionalidades: a racionalidade estético-expressiva (das artes e da literatura), a instrumental cognitiva (da ciência e da tecnologia) e a racionalidade moral – prática (da ética e do direito).

Contudo, regulação e emancipação social são engrenagens em funcionamento deste lado da linha, na parte visível da realidade social, mas pouco se aplicam ao outro lado da linha, que, enquanto lugares impensáveis pela Razão Indolente, são denominados pelo autor como *territórios coloniais*.

Para o caso dos territórios vítimas da produção de ausências (coloniais), outra dicotomia se aplica: não mais regulação e emancipação, mas sim *apropriação e violência*, que, por seu turno, são inconcebíveis de serem aplicadas neste lado da linha, mas regulam o *outro lado*, o invisível.

O conhecimento científico e o direito representam as aparições mais bem sucedidas do pensamento abissal. Dão-nos contas das duas principais linhas abissais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de maneira diferenciada, são mutuamente interdependentes, criando subsistemas de distinções visíveis e invisíveis, de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis.

Sucintamente, notemos:

No campo do conhecimento científico, o pensamento abissal consiste na concessão da ciência moderna ao monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. O caráter exclusivo desse monopólio encontra-se no cerne da disputa epistemológica moderna de formas científicas e não científicas de verdade. A visibilidade do científico assenta na invisibilidade das outras formas de conhecimentos, como os saberes populares, leigos, plebeus, ribeirinhos ou indígenas, do outro lado da linha. (SANTOS, 2007).

Assim, desenvolve-se a ideia de que no outro lado da linha não há o conhecimento científico, apenas crenças, misticismos, trabalho precário, tradições, magias, entendimentos intuitivos que, na melhor das hipóteses, podem ser um convite a verificações científicas mais ousadas.

Através disso, reafirmamos que as Teorias do Contrato Social<sup>8</sup> são tão importantes pelo que expõem quanto pelo que silenciam. Expõem que, através desse contrato, homens modernos saem de um estado de selvageria natural e formam a sociedade civil com uma concepção específica de objeto e território privado. Mas, silenciam que, dessa forma, se cria uma vasta região do mundo em estado de natureza, subtraída em qualquer possibilidade de escapar por via da criação de uma sociedade civil crítica e de uma lógica laboral alternativa.

A modernidade ocidental, ao invés de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, portanto, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza separada por uma linha abissal com base na qual um olhar hegemônico localizado na sociedade civil deixa de ver e declara efetivamente como não existente o estado de natureza. (SANTOS, 2007, p. 8).

Historicamente, a total incompreensão do que ocorre do outro lado da linha foi motivo para as práticas de apropriação e violência no contexto amazônico.

Podemos dizer que apropriação envolve assimilação, cooptação e incorporação, enquanto violência implica em destruição física, material, cultural e humana. Na prática, estão muito ligadas. No campo do conhecimento, por exemplo, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias até a pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias ou a obrigatoriedade de matricular crianças em escolas que ensinem apenas a língua do Estado nacional até a opção forçada por nomes e práticas cristãs. (SANTOS, 2007).

No campo do direito, essas relações entre apropriação e violência são por demais amplas para tratarmos neste momento, mas cabe salientar que surgem desde lutas por territórios autônomos e regularização de terras indígenas até tráfico de escravos, crianças e mulheres, passando pela impossibilidade ou entaves de formalização e legalização de empreendimentos e associações guiados sob a lógica da autogestão e da agricultura familiar.

Na busca por determinada justiça social, propõe-se, metaforicamente, o movimento de regresso do colonial e o regresso do colonizador. Aqui, o colonial é a metáfora usada para aqueles que entendem sua experiência de vida como no invisível lado da linha e resistem a

---

<sup>8</sup> Teoria em grande parte sistematizada e divulgada pelo filósofo Rousseau (1762), tomada, por vezes, como a gênese da organização social moderna, prioriza a definição do privado e do particular no sentido do organizar as posses e os bens para que os homens dirimissem os conflitos. Parte de uma hipótese de que o homem é o lobo do homem e que, se não são criados mecanismos contratuais de convívio, ele mesmo acaba por virar seu predador. Faz parte de uma escola do pensamento ocidental denominada contratualista, a qual é geralmente atribuída os pensamentos primordiais da criação do Estado. Rousseau, nesse processo, é antecedido por Locke (1689) e Hobbes (1651).

isso. Nesse ponto reside a grande transgressão dos tempos atuais, pois os espaços modernos antes delimitados e seguros *deste lado da linha* (visível) estão cada vez mais a serem invadidos pelos elementos existentes do *outro lado da linha* (invisíveis). Dessa forma, o dito moderno vê-se cada vez mais restrito em seu espaço, tendo a cada momento que remarcar suas fronteiras, e dessa intromissão do colonial é que surge a pseudolegitimidade para utilização da apropriação e da violência na tentativa de gerar status de seguridade para aquilo que é hegemônico. (SANTOS, 2007).

O que pertencia nitidamente a este lado da linha, agora é um território confuso, com uma linha abissal sinuosa. (SANTOS, 2007).

Em última análise, esse embate traz uma crise de legitimidade aos princípios de regulação e emancipação (estratégias deste lado da linha) e, frente à necessidade de fazer a gestão dessas conflitivas situações, são utilizadas práticas de apropriação e violência: direitos humanos são violados para poderem ser acastelados, a democracia é destruída para permitir sua salvaguarda e a vida é eliminada em nome de sua preservação. Aparece, aí, a mais pura expressão da inata incongruência da Racionalidade Indolente.

Através do regresso do colonial, dá-se também o regresso do colonizador: o Estado se abstém da regulação social, os meios básicos de sobrevivência são privatizados e outros Estados ou instituições tomam posse e controle de alguns dominados. “De fato, é minha convicção que podemos estar a entrar em um período em que as sociedades são politicamente liberais e socialmente fascistas.” (SANTOS, 2007, p. 20).

O pensamento abissal moderno que, deste lado da linha, tem sido requisitado a realizar a regulação entre cidadãos e desses com o Estado, é agora chamado, sob a pressão da lógica da apropriação e da violência, a lidar com cidadãos como se fossem não-cidadãos e com não-cidadãos como se fossem perigosos selvagens coloniais.

Subindo um galho mais da Samaúma, vejamos algumas alternativas possíveis ao panorama até aqui explicitado.

## 1.2 PENSAMENTO PÓS-ABISSAL: PROMOVEDO ECOLOGIA DOS SABERES ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E DAS EMERGÊNCIAS

Na procura de superação dessas segregações, Santos (2007) sugere a constituição de um *pensamento pós-abissal*: O pensamento pós-abissal parte do princípio de que a exclusão

social, no seu sentido mais amplo, toma diferentes formas ao ser determinada por uma linha abissal, e que, enquanto a exclusão abissalmente definida persistir, não será possível qualquer alternativa. (p.23).

Esse apontamento, longe de ser uma sentença pessimista, é um chamado de atenção para a correlação existencial dos elementos que se encontram em ambos os lados da linha. Os direitos dos cidadãos, por exemplo, nunca estarão garantidos enquanto os não-cidadãos continuarem a receber tratamento sub-humano.

Isso instiga, obrigatoriamente, uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação, suas intervenções e seus modos de avaliação na esfera social. Para tal ruptura, é necessário pensarmos a partir da realidade do outro lado da linha, a partir daquilo que é o impensável em nossa sociedade. A isto que nos propomos nesta Tese, ao *pensar-vivendo* a Amazônia.

Ao longo das obras de Santos trabalhadas até aqui, evidencia-se que a Razão Indolente, na busca de constituir-se verdade absoluta, provocou uma primeira ruptura diferenciando-se do senso comum e, posteriormente, produzindo a não-existência sobre esse ao colocá-lo do outro lado da linha abissal. Pois, agora, mostra-se a necessidade de uma segunda ruptura, efetivada sobre a própria ruptura primeira, no sentido de hibridizar-se novamente ciência e senso comum.

Reconhecer e validar as ausências do mundo é compromisso da ciência aderente à dupla ruptura epistemológica (Santos, 1987; 1995; 2000). Recordando, a primeira ruptura é a que a ciência fez com o senso comum, para constituir-se enquanto conhecimento diferenciado e rigoroso; a segunda é a ruptura com a própria ruptura, ou seja, voltar a hibridizar-se com o senso comum, considerando-o um saber importante, e nele impactando com vistas a transformá-lo - e eventualmente ser transformada por ele. (VERONESE, 2004, p. 48).

Nesse sentido é que se propõe uma Sociologia das Ausências e das Emergências. A Sociologia das Ausências apoia-se na experiência social fragmentada e busca torná-la visível através da desconstrução das cinco monoculturas produzidas pela Razão Indolente. Posteriormente, através da Sociologia das Emergências, colocam-se, então, esses fragmentos resgatados, agora em sua totalidade possível, frente a um diálogo confrontativo com as diversas formas de conhecimentos existentes. (FERRARINI, 2008).

Como aponta Veronese:

A sociologia das ausências e das emergências é uma tentativa de dar a conhecer e validar modos alternativos de conhecimento e de práticas sociais. Esse procedimento

psicossociológico parte de uma preocupação com o desperdício da riqueza de experiências sociais, em curso ao redor do mundo, incluindo formas diversas de economias alternativas e saberes populares, porque seus agentes ocupam um lugar de “não existência”, um lugar inferiorizado na perspectiva da lógica hegemônica. (VARONESE, 2004, p. 58).

Da produção de ausências brota a necessidade de uma Sociologia das Emergências, que encontra como um de seus basilares procedimentos a ação de *tradução*: Frente à impossibilidade de criar uma teoria geral que dê conta das múltiplas experiências que são resgatadas do outro lado da linha, o procedimento de tradução aparece como uma ferramenta prática que busca a inteligibilidade entre essas peculiares realidades e conhecimentos.

Portanto, como alega Ferrarini:

A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Longe de ser um futuro vazio, é um futuro concreto, sempre incerto e em perigo, porque é impossível blindar a esperança contra a frustração. A sociologia das emergências permite a identificação de tendências de futuro sobre as quais é possível atuar para maximizar a possibilidade de esperança em relação à frustração. (FERRARINI, 2008, p. 55).

A ação de tradução encontra a *Ecologia dos Saberes* como principal ferramenta nesse exercício, determinando que todo o conhecimento é interconhecimento. Assim, garante o reconhecimento da multiplicidade de saberes e possibilita a disputa epistemológica entre os conhecimentos. Uma justiça cognitiva, base para uma justiça social! (VERONESE, 2004).

Como afirmamos, a principal condição para o *pensamento pós-abissal*, promovido por uma Sociologia das Ausências e das Emergências, que emprega a *Ecologia dos Saberes* como diretriz analítica, é a co-presença. A co-presença significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários, abandonando a concepção linear de tempo e de escala constantemente referenciadas. Por exemplo, as descrições públicas sobre as realidades indígenas são, geralmente, apresentadas no pretérito, como se não existissem mais, como se não fossem contemporâneos; daí até artimanhas mais complexas de produzir a invisibilidade, como a escolha dos conteúdos curriculares e midiáticos, ou mesmo a própria forma de avaliar os processos sociais nesses territórios.

Esta é uma das basais inversões a que nos propomos em nome de uma nova prática avaliativa das intervenções em territórios de produção das ausências: As análises a respeito dos fenômenos sociais, especificamente, sobre as experiências laborais alternativas ou as práticas das populações amazônicas, debruçam-se sobre um *tempo histórico* comparativo

entre décadas, séculos ou épocas geralmente de experiências distintas e alheias a esta realidade; aqui proporemos outra escala de análise, a escala do *tempo vivido*.

Isso não denota, de forma alguma, que uma análise sócio histórica não seja efetiva na compreensão de certos fenômenos ou populações em determinados contextos, inclusive, nós mesmos faremos uso desse recurso. Do que tratamos, especificamente, é a forma de avaliar se uma intervenção deu certo ou errado, a partir de uma análise comparativa incoerente para com a própria realidade que se pretende avaliar.

Na medida em que utilizamos o *tempo histórico* como critério avaliativo, obrigatoriamente temos que fazer uso de lógicas comparativas que nem sempre respeitam os elementos peculiares de cada fenômeno em seu tempo e contexto.

Esse tipo de análise, ao nosso entender, é oportunamente geradora de rótulos e estigmas que subsidiam distinções e exclusões na esfera social, gerando, assim, a manutenção da não-existência.

A escala avaliativa do *tempo vivido*, por sua vez, debruça-se sobre os impactos de determinada experiência no tempo de vida de cada pessoa/grupo. Tal inversão, longe de ser um individualismo, retorna aos sujeitos individuais e coletivos a liberdade de avaliar e ser avaliado a partir de suas próprias escolhas em comparação à sua própria vida pregressa e não mais em um arbitrário modelo de análise comparativa com alheios, fadando as populações invisibilizadas sempre ao diagnóstico de insucesso quando apresentam experiências distintas às hegemônicas.

Ilustrando, podemos refletir no exemplo de um agricultor que trabalhava com a aplicação de 16 tipos de pesticidas diferentes e, por isso, encontrava-se com problemas de saúde e de solidão conjugal. Ao melhorar sua condição, com a opção pelos trabalhos solidários e autogestionados, encontrando mais saúde e prazer na prática laboral, negando-se ao manejo de escala com pesticidas químicos, não vivenciou um processo emancipatório, mesmo que, em um primeiro momento, seu rendimento monetário tenha diminuído em comparação a outros agricultores? (LACERDA, 2013).

Como assegurar que uma dona de casa, durante muito tempo agredida pelo marido, sem possuir nenhum documento de identificação e nunca haver participado de qualquer círculo feminino onde pudesse compartilhar suas experiências de vida enquanto mãe, esposa e mulher; ao participar de sua cooperativa, invertendo toda essa situação, após determinado tempo, não se libertou de desigualdades e opressões sociais, mesmo não tendo garantias salariais? (LACERDA, 2013).

Tal inversão de um Tempo histórico para um Tempo Vivido, propomos enquanto nova ferramenta da Ecologia do Saberes para o confronto à lógica monocultural do tempo linear e da escala, podendo ser muito bem aplicada às propostas de Santos a respeito da Ecologia das Temporalidades. Que todos e cada um tenham o direito de serem avaliados a partir de suas próprias trajetórias.

Outras ferramentas de confronto são apresentadas pela Ecologia dos Saberes frente às diversas facetas da Razão Indolente, suas lógicas e monoculturas. Ferramentas essas, muito bem sintetizadas por Ferrarini (2008, p. 53-54), conforme expomos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Monocultura da Razão Indolente e as perspectivas da Sociologia das Ausências

Lógicas ou monoculturas	Sociologia das ausências
<p><b>Saber e rigor do saber:</b> Ciência moderna como critério único e melhor. Tudo aquilo que o cânone da ciência moderna não legitima ou reconhece é considerado inexistente. A não existência assume a forma de ignorância.</p>	<p><b>Ecologia dos saberes:</b> Há outros saberes e critérios de rigor que operam em contextos e práticas declarados não existentes, o que dá credibilidade para participar de debates epistemológicos com saberes científicos. Não há ignorância em geral nem saber em geral. <b>Sociologia das ausências:</b> institui princípio de incompletude em todos os saberes, cujo confronto e diálogo entre processos transformam práticas diferentemente ignorantes em diferentemente sábias.</p>
<p><b>Tempo linear:</b> A história tem sentido e direção únicos e conhecidos e os países centrais estão na frente do tempo. A não existência é algo assimétrico com o que é avançado, considerado atrasado e denominado como tradicional, pré-moderno, simples, obsoleto ou subdesenvolvido.</p>	<p><b>Ecologia das temporalidades:</b> O tempo linear nunca eliminou outras concepções, como o tempo circular (ou idéia da espiral, do eterno retorno). Experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas do tempo linear (passam de forma fugaz). <b>Sociologia das ausências:</b> restitui temporalidade própria das práticas sociais e possibilidade de desenvolvimento autônomo. Coisas aparentemente anacrônicas (tradições e técnicas antigas) podem ser validadas frente a novas tecnologias.</p>



<p><b>Classificação social:</b> Assenta-se na naturalização das diferenças e consiste na distribuição da população por categorias que naturalizam hierarquias. As classificações racial e sexual são mais salientes, pois na relação capital/trabalho é negada a intencionalidade (dominação é consequência e não causa). A não existência assume a forma de inferioridade.</p>	<p><b>Ecologia dos reconhecimentos:</b> Essa lógica incide prioritariamente sobre os agentes (apesar de que as outras também o fazem) e posteriormente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que são protagonistas. A colonialidade determina quem é igual e quem é diferente. Sociologia das ausências: procura nova articulação entre o princípio de igualdade e de diferença e abre espaço para diferenças feitas por reconhecimentos mútuos. Diferenças não devem desaparecer.</p>
<p><b>Escala dominante:</b> Aparece sob duas formas, universal (realidade ou entidade que precede e vigora independentemente de contextos específicos) e global (que alarga por todo o globo e designa entidades locais como rivais, com importância, sem precedentes). A não existência é produzida sob a forma do local e do particular, escalas não credíveis como alternativas.</p>	<p><b>Ecologia das transescalas:</b> Recuperação daquilo que no local não é efeito da globalização hegemônica e exige que o local seja conceitualmente desglobalizado. O que foi integrado é designado como globalismo localizado. Sociologia das ausências: explora a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica, ou seja, a desglobalização do local e sua eventual reglobalização contra-hegemônica. Exige imaginação cartográfica para ver o que cada escala mostra e o que oculta para lidar com mapas cognitivos que operam com diferentes escalas e para detectar as articulações locais/globais.</p>
<p><b>Lógica produtivista:</b> Questiona critérios de produtividade capitalista e de crescimento como objetivo racional inexorável. Aplica-se à natureza (maximamente fértil num ciclo de produção) e ao trabalho (maximização da geração de lucros). A não existência assume a forma de improdutivo que, aplicado ao trabalho, é preguiça e, à natureza, é infertilidade.</p>	<p><b>Ecologia de produtividade:</b> Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, organizações econômicas populares, cooperativas, empresas autogeridas e economia solidária, as quais a ortodoxia produtivista capitalista ocultou. Questiona o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico e a primazia da acumulação sobre distribuição. Sociologia das ausências: visa reconstruir as formas alternativas de produção para além da relação de subalternidade.</p>

Fonte: Ferrarini (2008).

Com a Ecologia dos Saberes, o pensamento pós-abissal apresenta como premissa a diversidade epistemológica do mundo e o reconhecimento de outros conhecimentos que não

os produzidos pela ciência moderna. Isso implica na renúncia de qualquer epistemologia geral e, aqui acrescentamos, a renúncia a qualquer critério avaliativo que surja com matrizes analíticas de apenas um dos lados desta linha abissal.

Mas, ao final, quais seriam os objetivos maiores de uma Sociologia das Ausências e das Emergências embasada na tradução e na Ecologia de Saberes, que busca a construção de um pensamento pós-abissal?

Vejamos na seguinte seção!

### 1.3 EM BUSCA DE OBJETIVOS MAIORES: CONCEPÇÕES A CERCA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO OU BEM VIVER

Como estratégia da Sociologia das Ausências e das Emergências, encontra-se o empenho de transformar o novo senso comum em conhecimento científico, um conhecimento emancipatório. Nessa busca, deve-se romper com o conhecimento prodigioso e impenetrável da Razão Indolente, no sentido de promover um conhecimento prudente para uma vida descente. (SANTOS, 2007).

O senso comum é prático e pragmático, reproduz-se colocado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. [...] desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade [...] é interdisciplinar e não metódico, não resulta de uma prática estritamente orientada para produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida e por estas razões é emancipatório. (SANTOS, 2007, p. 108).

Evidentemente, a emancipação de que versamos alude a um conhecimento primordialmente produzido pelas minorias excluídas que vivem do lado socialmente inexistente da linha abissal e, dessa forma, coloca-se assertivamente contra as práticas de apropriação e violência. O fato de tornar o conhecimento emancipatório em novo senso comum, ou em novo conhecimento do novo científico, significa invariavelmente forcejar a desintegração da linha abissal.

Mas, como operacionalizar essas mudanças?

De acordo com Santos (2007), existem três vértebras centrais a serem reelaboradas na dimensão do senso comum, a saber:

Um novo senso comum ético: um senso comum solidário apoiado na valorização do princípio da comunidade, onde a solidariedade responde por sua dimensão ética, a participação por sua dimensão política e o prazer por sua dimensão estética.

Um novo senso comum político: um senso comum participativo, reapoderando vastíssimo contingente populacional outrora excluído aos processos de regulação da esfera pública, promovendo a repolitização global da vida coletiva, por fim, entendendo liberdade como sinônimo de política e não como algo a ser protegido como preconizam as tendências liberais.

Um novo senso comum estético: um senso comum reencantado pela superação do dualismo existente entre sujeito e objeto, onde o prazer, paixão, emoção, retórica, estilo, biografia guiem novamente os discursos e práticas científicas e sociais para muito além do atual esquadramento do consumo, da autonomia isolacionista da arte moderna ou da produção absolutista da verdade científica.

Para que tais transformações sejam solidificadas, esses novos sentidos éticos, políticos e estéticos devem permear de maneira emancipatória os *espaços estruturais* dos planos de imanência social, que, de acordo com Santos (2007), são: o *espaço doméstico* (através da libertação da mulher e a superação do patriarcalismo), o *espaço da produção* (pela mudança da perspectiva capitalista para uma lógica eco socialista), o *espaço do mercado* (pela substituição do consumismo fetichista pela lógica das necessidades fundamentais e das satisfações genuínas), o *espaço da comunidade* (substituindo a lógica chauvinista pela lógica cosmopolita), o *espaço da cidadania* (pela substituição de uma democracia representativa fraca por uma democracia participativa forte) e o *espaço mundial* (com o deslocamento do ponto referencial analítico do Norte para o Sul). (SANTOS, 2007).

Assim, temos:

Quadro 2 – Espaços Estruturais

DIMENSÕES ESPAÇOS ESTRUTURAIS	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÕES	DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	FORMA DE PODER	FORMA DE DIREITO	FORMA EPISTEMOLÓGICA
<b>ESPAÇO DOMÉSTICO</b>	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afectividade	Patriarcado	Direito doméstico	Familismo, cultura familiar
<b>ESPAÇO DA PRODUÇÃO</b>	Classe e natureza enquanto "natureza capitalista"	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e "natureza capitalista"	Direito da produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
<b>ESPAÇO DE MERCADO</b>	Cliente-consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e maximização da mercadorização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massas
<b>ESPAÇO DA COMUNIDADE</b>	Etnicidade, raça, nação, povo e religião	Comunidade, vizinhança, região, organizações populares de base, Igrejas	Maximização de identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
<b>ESPAÇO DA CIDADANIA</b>	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
<b>ESPAÇO MUNDIAL</b>	Estado-Nação	Sistema inter-estatal, organismos e associações internacionais, tratados	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistémico	Ciência, progresso universalístico, cultural global

Fonte: SANTOS (2007, p. 273).

É importante ressaltar que, na prática, tais espaços encontram-se intimamente ligados e a consolidação ou a transformação de um sugere a manutenção ou transformação profunda de outro. A dinâmica que operacionaliza as relações dentro de cada um desses espaços sempre extrapola seus encostes, tomando dimensões multiestruturais. Para citarmos apenas um exemplo, é evidente que a lógica machista e patriarcal apontada no espaço doméstico atua também, e tanto quanto, no espaço da comunidade, do mercado ou da própria cidadania. Portanto, uma perspectiva de mudança que se deseja efetiva deve buscar estratégias de afetações em todos os espaços estruturais.

Ao ponderarmos os processos de emancipação social, especificamente, no caso das comunidades indígenas e ribeirinhas localizadas nos territórios de produção de ausências amazônicas, buscaremos avaliar em que medida as intervenções públicas e sociais embasadas nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, podem operacionalizar transformações nas lógicas vigentes desses diversos espaços estruturais, em vista a desejada emancipação social.

Aliamo-nos mais uma vez a Ferrarini (2008) ao afirmar que emancipação é um processo simultaneamente individual e coletivo, relativizando a distância entre sujeito e objeto, dentro de um processo de pensar as próprias experiências de vida.

A implementação de políticas emancipatórias começa pela formação de agentes capazes de voltar-se inicialmente para conhecer a maneira como as pessoas conhecem e não para a definição do que as pessoas devem conhecer ou apreender. Não se trata meramente de um procedimento metodológico; há implicações epistemológicas e ético-políticas que demarcam a transição das atitudes autoritárias para democráticas e de relações verticais para horizontais. [...] Portanto, nosso conceito de emancipação pode ser definido como multidimensional, participativo e local. Primeiro como processo multidimensional, retomando a ideia de que a identidade do ser humano não se constitui fundamentalmente no lugar que ocupa nas relações produtivas, mas inclui as dimensões provenientes das relações domésticas, sociais, éticas, sexuais, culturais, etc. (FERRARINI, 2008, p. 46-47).

Nesse sentido, o processo de emancipar-se está intimamente ligado à capacidade de aceder à maioria de consciência, entendendo-se, percebendo-se. Significa livrar-se do poder exercido por outros, atingindo, em seus mais elevados graus, autonomia suficiente para exercer sua capacidade civil cidadã, dentro do Estado Democrático de Direito. (CATTANI, 2009).

Encontramos também em Cattani perspectiva emancipatória que se coaduna com a nossa, ao afirmar que:

A emancipação social manifesta-se nos múltiplos combates às normas arbitrárias e às hierarquias opressoras e promotoras da discriminação e da desigualdade. Seu corolário, vinculado ao conceito de autonomia, é a apropriação coletiva, a descentralização, a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural. Emancipação implica associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos, subentendendo também, responsabilidades e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos; a divisão de tarefas e o sentido de trabalho livremente estabelecidos, elegibilidade e revogabilidade dos cargos de direção (CATTANI, 2009, p. 179).

Essa concepção, ao nosso julgamento, alia-se muito bem não apenas ao caso das comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira, mas também aos povos camponeses e bosquesinos latinos em geral. Uma concepção de emancipação que, inclusive, atualmente, tem questionado os parâmetros vigentes de desenvolvimento e, nesse ponto, encontramos o segundo objetivo maior que buscamos analisar nesta Tese.

O termo desenvolvimento oferece um espesso debate nas Ciências Humanas e Sociais, autores como Amartya Sen (2010), Xavier Albó (2013), Anibal Quijano (2015, 2012) e Boaventura de Sousa Santos (2002, 2007, 2012) – para citarmos alguns – têm demonstrado

com precisão as facetas da construção de uma Razão, uma racionalidade ou uma lógica norte centrada que espalhou-se de maneira contundente pelo globo a partir da segunda metade do século XX e espalhou, através de mecanismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial para o Desenvolvimento e as Organizações Sem fins Lucrativos Internacionais, determinada ideia de desenvolvimento atrelada à concepção de progresso econômico.

Una de sus muchas falacias, que infeccionó todas las estadísticas de desarrollo, fue hacernos creer que la medida clave para considerar a un país más o menos desarrollado era su Producto Interno Bruto (PIB), sin considerar las abismales diferencias de unos a otros. (ALBÓ, 2013, p. 13).

Contudo, nosso objetivo não é realizar uma revisão das críticas contemporâneas a essa concepção de desenvolvimento, isso nos parece estar evidentemente bem estruturado nos debates atuais. O que destacamos é que essa concepção foi causadora de muito desrespeito, violência, apropriação e expropriação nos territórios amazônicos. Frente a isso, populações da Amazônia, em conjunto com outras populações que também habitam territórios vítimas da produção das ausências na América Latina, estão paulatinamente construindo outra concepção de desenvolvimento.

Essas novas perspectivas, comumente denominadas de *Bem Viver ou Bem Estar, Buen Vivir ou Boa Vida*, referem-se à consolidação de práticas coletivas que reconstruem os tecidos socioeconômicos, inovando a concepção de desenvolvimento, respeitando as dimensões locais econômicas, sociais, culturais e ambientais.

*Bem Viver* é gerar a capacidade e o direito de cada um construir e manejar com liberdade os recursos mínimos para sua vida cotidiana, como a terra, água e insumos.

El Buen Vivir o Vivir Bien engloba um conjunto de ideas que se están firjando como reacción y alternativa a los conceptos convencionales sobre el desarrollo. Bajo esos términos se están acumulando diversas reflexiones que, con mucha intensidad, exploran nuevas perspectivas creativas tanto en el plano de las ideas como en las prácticas. (Gudynas, 2011, p. 1).

*O Bem Viver* articula-se intimamente com a econômica e a educação, juntos promovendo transformações significativas sobre o pensar Desenvolvimento nesses territórios:

Institui-se, assim, um mecanismo de inspiração solidarista que contribui para o bem-viver de toda a sociedade, denominado subsidiariedade, em que a promoção do bem-viver de cada pessoa – neste caso, em sua dimensão *produtiva* – contribui para o *bem viver* de toda. Não se trata as dimensões sociais e culturais como subalternas à



dimensão econômica. Pelo contrário subordina-se o desenvolvimento econômico à promoção do bem-viver do conjunto da população. Por isso mesmo, a educação não é compreendida como formação de capital humano ou capital social, pois nesse caso ela seria reduzida a um fator produtivo, sob uma lógica de geração de lucro. Ela é compreendida sob a perspectiva libertadora, de realização da cidadania: de conscientização e de capacitação de cidadãos e cidadãs para exigir e exercer o conjunto de seus direitos, para mobilizar-se em função da geração de novos direitos e para modificar leis injustas. (MANCINI, 2000, p. 15).

Nesse ínterim tenciona-se a própria concepção moderna de mercado, que aplica a monetarização e a racionalidade utilitaristas como máxima geral. O verdadeiro resgate da história da economia nos comprova a existência de um sem número de formas outras de economias para além da formatação contemporânea que assume na sociedade capitalista.

Essa tensão é explicitada como ninguém pelo austríaco Karl Polany, que propõe um grande debate sobre a diferenciação entre o sentido substantivo e o sentido formal da economia. Polany comprova empiricamente que a economia substantiva, aquela que se refere à dependência do homem ao meio em que vive (físico e social), do qual lhe são fornecidos elementos básicos para a vida, é longa na história da humanidade e, ao longo do tempo, assume múltiplas formas e obedecem a múltiplas motivações.

Por sua vez, a economia formal parte de uma ideia de escassez dos recursos, justificando a maximização dos lucros, explorando ao máximo os recursos disponíveis.

“Os dois significados de economia não possuem nada em comum. Enquanto o formal resulta da lógica, o substantivo resulta dos fatos; as regras dos primeiros são as da mente, as do segundo são as da natureza.” (Polany, 1977, p. 20).

Encontramos sincronicidade na economia substantiva de Polany em relação às conceituações de Gudynas (2011, p. 3), ao afirmar que “el Buen Vivir pone un acento en la calidad de vida, pero no la reduce al consumo o la propiedad” apresentando um combate intenso à ideia de desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico.

Evitando a falácia economicista racional, que implica em monoculturas de escalas, tempos e saberes, aplicadas pela Razão Indolente, a nosso ver, os estudos de Polany evocam uma economia atrelada à emancipação social e principalmente ao Bem Viver.

David Choquehuanca (2010, p. 2), ex-ministro de relações exteriores de Bolívia, sustenta que o *Bem-Viver* significa “recuperar a vivência de nossos povos, recuperar a Cultura da Vida e recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a Mãe Natureza”.

A magnitude que a concepção de Bem Viver ou Bem Estar vem tomando no combate frente às concepções hegemônicas de desenvolvimento fizeram, inclusive, que a ideia de *Buen*

*Vivir* fosse posta na centralidade das Novas Constituições da Bolívia e do Equador como conceito transversal que rege a interpretação de direitos dos cidadãos e deveres do Estado.

Ao longo deste trabalho, estaremos constantemente evocando a tese recentemente defendida por Luís Eduardo Acosta, intitulada *Pueblos indígenas de la Amazonia e indicadores de bienestar humano en la encrucijada de la globalización: estudio de caso Amazonia colombiana*. (2013).

La importancia que tiene precisar el concepto de bienestar, y específicamente el bienestar colectivo, es poder dilucidar cómo este concepto no se relaciona única, ni principalmente, con los aspectos del crecimiento económico, si no que va mucho más allá, al considerarse como un concepto pluralista y holístico que necesariamente involucra aspectos ecológicos, culturales, sociales y políticos. Esa dimensión es la que lleva a plantear que el enfoque del desarrollo humano resulta un concepto alternativo de bienestar humano válido para los pueblos indígenas, en cuanto es capaz de tener en cuenta en toda su dimensión las particularidades de sus modos vida y la relación que como sociedad sostiene con los bosques amazónicos. (ACOSTA, 2013, p.44).

Na região do Alto Solimões, devido à diversidade de etnias e idiomas indígenas, não existe um termo de comum acordo entre os povos para expressar esse ideário composto nas conceituações de Bem Viver expostas acima. Inclusive, um significativo número de povos encontra-se, atualmente, em pleno investimento de retomar suas línguas maternas, quase extintas com o processo de colonização, como no caso dos Cocamas, Omáguas e Colinas. Contudo, na linguagem da etnia Ticuna<sup>9</sup>, encontraram definições claras que se coadunam com a ideia de Bem Viver.

Para os Ticunas, a expressão *Mea I Mau* significa Viver Bem e é sempre empregada em conjunto com um substantivo que garante o sentido da expressão, por exemplo: *Mea I Mau I Tacumava*, isto é, Viver Bem de acordo com nossa cultura. Nesse caso, o sufixo *va* significa nosso ou nossa e *Tacuma* significa cultura. Também existem variações como *Mea I Mau Naãneva*, isto é, Viver Bem de acordo com nossa terra, ou ainda *Mea I Maua I Natuchicava*, que seria Viver Bem de acordo com nosso lugar, ou *Mea I Maua Nacunava*, afirmando Viver Bem de acordo com um costume específico.

Na tentativa de construir inteligibilidade entre as particulares expressões de Bem Viver que florescem desde as montanhas andinas até a bacia amazônica, podemos afirmar que, independentemente do território, elas agrupam-se ao redor de outra ética para reconhecer valores, para a descolonização dos saberes, contra a racionalidade da manipulação e da

---

<sup>9</sup> A mais numerosa da região e a segunda maior do Brasil, somando aproximadamente 60.000 pessoas entre os territórios do Peru, Brasil e Colômbia.



instrumentalização, com vocação orientada para o encontro e o diálogo entre os diferentes saberes, com concepções alternativas sobre a Natureza, garantindo lugar para as mais variadas vivências e afetos. (GUDYNAS, 2011).

Pois bem, no interstício dessas concepções acerca da emancipação social e Bem Viver/Bem Estar, devemos estar cientes de que as diferentes formas de dominação sobre os povos tradicionais, ou os diferentes contornos que a forma de dominação hegemônica assume no contraste com cada território, geram formas de resistências, atores e vocabulários diferentes em cada contexto e que nem sempre são mutuamente inteligíveis. Frente a tal diversidade, Santos (2010) evoca o conceito de Tradução, primordialmente, embasado na Hermenêutica Diatópica.

A Hermenêutica Diatópica, enquanto procedimento de visibilidade das diferenças, propõe o encontro e o diálogo entre diferentes culturas e escalas, posicionando-se sempre a partir da clarificação daquilo que é mais forte e estrutural dentro de determinado contexto, porém, em constante argumentação de que toda cultura é incompleta e, dessa forma, até as estruturas mais valiosas de uma cultura são inacabadas.

“Longe de serem entidades monolíticas, as culturais têm grande variedade interna. A consciência desta diversidade aprofunda-se na medida em que a hermenêutica diatópica progride, ampliando o ciclo de reciprocidade.” (SANTOS, 2010, p. 455).

Em segundo lugar, tendo em vista o caráter local dessas alianças diatópicas contra hegemônicas, o autor aponta a necessidade dos atores locais realizarem alianças translocais e globais. Nesse contexto que devemos analisar criticamente o papel do terceiro setor e das ONGs dentro dos territórios de ausências.

Na Amazônia, assim como no Brasil em geral, cristalizou-se, após a década de 1990, um discurso e uma crítica generalizada frente às intervenções das ONGs em territórios de ausência. Em última análise, tais críticas versam sobre o papel dúbio desempenhado por tais instituições nesses territórios, hora servindo de fato aos propósitos locais, hora colocando-se a serviço de ideologias hegemônicas de colonização globalizada.

De fato, esta crítica é necessária e pertinente, porém, sua generalização é um equívoco que acaba por enfraquecer as próprias lutas locais, principalmente, em tempos atuais, quando o Estado representa a figura mínima na luta dos direitos desses povos, quando não, o próprio agente subversor de seus direitos.

A análise crítica das práticas desempenhadas pelas ONGs nos territórios de ausência deve partir da observância da existência ou não de condições para a ocorrência de um

multiculturalismo progressista, a saber: A ideia da incompletude das culturas e dos saberes; da visão ampliada de cultura, compreendendo as diversidades que existem dentro daquilo que aparentemente mostra-se como unidade; de respeito ao do tempo partilhado, ao ritmo e dinâmica das relações que se estabelecem no território; da consolidação de temas escolhidos pela multiparticipação em caráter de senso comum e/ou democrático e; a aplicação de um equilíbrio entre o princípio da igualdade e o princípio de reconhecimento da diferença sob a máxima de que “temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2010, p. 458).

Sendo assim, sobre a função das ONGs neste debate, seguimos a tendência em concordar com Santos e Nunes ao afirmarem que:

Se as ONGs são os atores mais visíveis e, certamente, muito importantes, nem sempre são os mais importantes nesse processo. Esse papel cabe, muitas vezes, a lutas conduzidas por atores coletivos locais, sendo certo que a translocalização das lutas passa por alianças com ONGs internacionais capazes de articular o local, o nacional e o global. {...} É nestas (nas locais) que deve permanecer o foco da ação e é com os atores locais que deve permanecer a direção do processo. (SANTOS e NUNES, 2010, p. 47)

Destarte, no intuito de provocar visibilidade e fortalecimento das perspectivas contra-hegemônicas, rompendo com as diferentes monoculturas imputadas nos mais nominados territórios, tais alianças entre comunidades locais e as ONGs, respeitados os elementos supracitados, colocam-se a serviço do aumento significativo do círculo de reciprocidade e inteligibilidade dessas lutas que, assim, são capazes de transpassar as diferentes escalas rompendo invisibilidades.

Barboza e Lopes (2009) oferecem aprofundada análise do papel e da dinâmica das ONGs dentro do contexto amazônico. Marcam que o terceiro setor deve ser compreendido na interface que estabelece com o mercado, as demandas locais e o Estado, pois, sendo caracterizado por uma difusão de interesses públicos e privados, pode facilmente encontrar-se em crise de legitimidade em relação às demandas daqueles que pretende auxiliar.

Para essa distinção, afirmam os autores, o déficit que se apresenta é enorme, pois ainda são frágeis e esparsos os processos de comunicação e troca entre as entidades públicas, científicas e as organizações que atuam nos territórios. O estudo realizado com 48 Organizações Não Governamentais que atuam na Amazônia denuncia a total falta de controle social por parte do Estado nas ações desempenhadas por essas instituições, a falta de clareza nas prestações de contas referentes aos orçamentos públicos recebidos, administrados e

aplicados por tais instituições e uma defasagem profunda de informações nos cadastros nacionais que abarcam tais entidades.

No cenário brasileiro, no marco da globalização dos anos 90, o desenvolvimento do terceiro setor está intimamente relacionado a discussão da reforma do Estado, que institui novas formas de gestão pública, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, concebido em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas, sua concepção sustentadora, a produção de bens e serviços, cabe ao mercado e ao terceiro setor, e o Estado deve assumir o papel regulador e gerenciador, utilizando-se dos meios administrativos empregados no setor privado. (BARBOZA e LOPES, 2009, p. 153).

É, portanto, contra o perigo de uma terceirização alienada e indolente que os autores evocam a atenção e, nesse sentido, reafirmam ser cogente uma análise crítica de tais instituições. Vista a profunda diversidade do setor, ressalta-se a necessidade de avaliar as intervenções não governamentais através de eixos transversais de ação, sempre em confronto com as demandas das populações locais. Com tais dimensões encontrando-se em congruência, pode-se, então, imaginar as possibilidades dessas instituições gerarem visibilidade e fortalecimento às demandas locais.

As Organizações Não Governamentais que encontram essa legitimidade e congruência, construídas a partir de um histórico coerente com as lutas sociais da América Latina e um presente atrelado a promoção dos movimentos sociais e defesa internacional das demandas locais de populações nativas e tradicionais, têm, de fato, contribuído muito no tocante ao desenvolvimento de metodologias de intervenções embasadas nas trocas por pares, gerando como consequência o fortalecimento de grupos comunitários e movimentos sociais frente a algumas intervenções desarticuladas ou a serviço de interesses secundários, concluem os autores.

Em última análise, tais entidades, assim como atores públicos e populações locais em congruência com tais lutas, quando bem articulados, assumem, ou deveriam assumir, como objetivo maior das intervenções no território de ausência a Emancipação Social e o Bem Viver referidos anteriormente, mesmo que se possam adotar outras alcunhas similares para esses objetivos.

Emancipação Social e Bem Viver são, portanto, objetivos derradeiros das intervenções a serem realizadas em conjunto com as comunidades indígenas e ribeirinhas nesses territórios, portanto, devem ser sempre perpassados pelas análises conceituais anteriormente realizadas, principalmente, clareando atores e interesses envolvidos ao longo do processo.

Tomados dessa clareza conceitual sobre esses dois objetivos maiores assumidos ao longo desta Tese, enquanto elementos últimos a serem observados na forma de resultados derivados de um conjunto específico de intervenções, posteriormente, em nossa matriz analítica, realizaremos um filtro cultural, no sentido de explicitar o que, para as comunidades estudadas, nomeadamente podemos chamar de Emancipação Social e Bem Viver, confrontando tais informações autodeclaradas pelos informantes com as conceituações aqui trabalhadas.

Da mesma forma, ao adentrarmos a seção de aplicação das matrizes analíticas, será necessário uma reflexão adaptativa a respeito dos espaços estruturais propostos por Santos (2007), no sentido de adequá-los aos contornos específicos da cultura indígena e ribeirinha em questão.

Se de momento clareamos conceitualmente os objetivos maiores que pretendemos observar ao longo deste estudo, nos compete, a seguir, clarificar princípios orientadores que, amparando nossa hipótese, se bem aplicados, podem atingir os fins almejados.

#### 1.4 CLAREANDO PRINCÍPIOS ORIENTADORES: COOPERAÇÃO, AUTOGESTÃO E SOLIDARIEDADE

Cooperação, Autogestão e Solidariedade são princípios orientadores desta pesquisa, pois é através da construção de práticas comunitárias embasadas sobre eles que pretendemos averiguar a possibilidade de gerar fortalecimento e empoderamento de comunidades indígenas e ribeirinhas para que, assim, apropriem-se das políticas públicas e sociais quando essas chegam ao seu território, adequando-as às suas necessidades específicas, em busca de emancipação social e um desenvolvimento atrelado à ideia de Bem Viver.

A literatura sobre tais princípios é ampla no universo das ciências sociais e não temos o interesse de realizar aqui uma revisão aprofundada sobre as diversas nuances que assumem ao longo da diferenciação entre autores e escolas teóricas. Pouparamos-nos desse trabalho, fundamental por sinal, justamente por já o termos feito em estudos anteriores, assumindo-o, inclusive, como foco de nossos empenhos acadêmicos nos últimos anos<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Para saber mais, ver: LACERDA, Luiz Felipe e FERRARINI, Adriane. Inovação social ou compensação? Revista Polis – Santiago – Chile, V.5-2014. LACERDA, Luiz Felipe e VERONESE, Marília. Governar-se para quê? Construções subjetivas dos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários. Revista Política e Trabalho

O que nos compete aqui, para tanto, é uma breve conceituação que assumimos como adequada ao enfoque que adotamos e, posteriormente, a explanação dos motivos que nos levaram a assumir esses e não outros princípios enquanto possibilidade (a ser averiguada) de mola motriz para as mudanças necessárias nos territórios vítimas da produção das ausências amazônicas.

Sendo assim:

Cooperação é um ato em conjunto, ato de cooperar, operar simultaneamente, embasado na ajuda mútua em prol do bem estar de um indivíduo ou coletividade. Refere-se, portanto, ao intuito de partilhar de forma espontânea ou planejada o trabalho necessário para a produção de uma vida social. Encontra-se imbuída de uma percepção ética de sujeito e de mundo aberto e inclinado ao ato de cooperar, de construir relações de reciprocidade. (Jesus e Tiriba, 2009).

Dessa forma, como nos assinala Frantz (2002), cooperação é um ato político que decorre da vontade dos indivíduos que, se identificando enquanto atores com objetivos comuns, percebem a maior chance de alcançarem o que desejam agindo em conjunto.

Por fim, nos recorda Gaiger:

A adesão às práticas de cooperação e reciprocidade não se mantêm porque os mesmos se veem instados moralmente a fazê-lo, mas, primordialmente, por verificarem por eles próprios que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses, que, obviamente, não necessitam ser apenas utilitários, embora, em certa medida, não possam deixar de sê-lo. GAIGER, 2003, p. 208)

Autogestão, por sua vez, é um processo de gestão que prioriza e radicaliza a democracia direta. A relevância do grupo e as deliberações que surgem de seus encontros são fatores chaves para a operacionalização do conceito. Nesse espaço são distribuídos democraticamente os direitos de voz e voto. Através desse procedimento pretende-se excluir a figura centralizadora do mandatário e os fluxos hierárquicos nos processos decisórios e, para isso, exige-se alto grau de participação e envolvimento entre seus participantes. (Mothé, 2009).

Como nós mesmos conceituamos (LACERDA, 2013), ao refletirmos sobre os estudos de Nanci (1993), na autogestão os membros formam um grupo que governa a si mesmo. Todos os trabalhadores se tornam administradores diretos, dominam o processo do início ao fim, eliminam estruturas burocráticas que, geralmente, omitem seu poder de deliberação, esse

processo é gerido pela lógica modular do debate/consenso ou, em outros casos, debate/votação.

Por fim, a solidariedade que aqui assumimos coloca-se na contra posição de uma solidariedade filantrópica originada, geralmente, por um altruísmo de classes burguesas ou de instituições caritativas em relação às populações tidas como desprovidas. A solidariedade aqui se refere a um princípio de democratização societária que resulta em ações coletivas de cooperação. Se na cooperação existe uma forte tendência a cooperar em torno daquilo que mutuamente se identifica ou se deseja, a solidariedade amplia esse horizonte, possibilitando aos agentes solidarizarem-se não necessariamente com algo que lhe diz respeito diretamente e, assim, suprime, por vezes, ou pelo menos transforma a obrigatoriedade de reciprocidade. (Laville, 2009).

Gadotti (2009, p. 47), por fim, afirma que “a solidariedade implica não apenas sentir o outro, mas compartilhar nossas vidas, nossos sonhos, com o outro. Por isso, a solidariedade deve ser sempre emancipatória.” Atrelando, assim, solidariedade de maneira íntima ao que poderíamos chamar de economia da dádiva, isto é, uma ação que não visa qualquer forma de recompensa ou que não é tramitada pelo dinheiro, tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços. A dádiva, portanto, assim como esse aspecto ressaltado pelo autor sobre a solidariedade, é ao mesmo tempo obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, e a única obrigação de quem a recebe é um compromisso íntimo de retribuir.

O leitor mais atento perceberá que a linha conceitual dos princípios que adotamos como orientadores para esta Tese derivam, em plenitude, dos estudos realizados no âmbito do campo denominado Outras Economias e, nomeadamente, do movimento social da Economia Solidária no Brasil. Está aí, pois, precisamente, um dos elementos motivacionais que nos induzem a adotá-los enquanto orientadores.

Primeiro, o campo do trabalho alternativo vincula-se intimamente com minha trajetória enquanto pesquisador. Essa trajetória possibilitou comprovar que a aplicação dos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade na construção de coletivos laborais (associações, cooperativas e grupos informais ligados a Economia Solidária) gerou efetiva emancipação social, autonomia e benefícios monetários e não monetários aos trabalhadores e trabalhadoras, rurais e urbanos, envolvidos nessas propostas de trabalho. (LACERDA2013). Daí suporta-se a hipótese de que tais princípios, se respeitadas às devidas especificações culturais, podem ser eficientes na consolidação de emancipação e desenvolvimento também em outros territórios de ausência, como o amazônico.

Segundo, a aplicação de tais princípios ao estudo das comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões é pertinente, pois cooperação, autogestão e solidariedade são práticas antigas nessas realidades, geralmente, relatadas pelo imaginário social como uma pretérita dinâmica social dos anciões; algo que se perdeu com a modernização e deveria ser resgatado.

Terceiro, porque cooperação, autogestão e solidariedade são princípios exatamente opostos aos empregados pela Razão Indolente ao longo dos processos de produção das ausências e, sendo assim, apresentam grande potencial em tornarem-se princípios adequados para a Sociologia das Emergências.

Dentro dessa ótica, cooperação, autogestão e solidariedade poderão tornar-se princípios efetivos às concepções de Emancipação Social e Bem Viver assumidas aqui enquanto objetivos últimos de intervenções adequadas no território amazônico? A verificação dessa suposição será realizada mais adiante, quando analisarmos o objeto de nosso estudo, o Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica brasileira/Bem Viver, que assume tais princípios enquanto eixos transversais no trabalho com comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões.

Por fim, de momento, conceituados os objetivos maiores e os princípios orientadores, mostra-se necessário realizar certa distinção entre as formas de intervir e avaliar as intervenções no território amazônico. Essa análise, subindo um pouco mais nos galhos da Samaúma, nos induzirá a uma revisão sócio histórica detalhada das intervenções da Razão Indolente na Amazônia e a clarificação da produção das ausências nesse território.

## **2. INTERVENÇÕES E AVALIAÇÕES (MOLARES) NA AMAZÔNIA**

De que tipo de intervenções estamos tratando? Nesta seção, distinguiremos as intervenções Molares (globais e hegemônicas) e Moleculares (locais e alternativas), refletindo sobre o histórico de intervenções promovidas pelo Estado e outras entidades no território amazônico. Esta reflexão constituirá o caminho trilhado, no sentido de migrarmos ao outro lado da linha abissal, ao Platô Micro dinâmico e, a partir deste outro lado (dito invisível), apresentaremos nosso campo de estudo e nosso objeto empírico.

Além disso, mostraremos que não apenas as formas de intervir, mas também as formas de avaliar tais intervenções comumente encontram-se a serviço da manutenção da Razão

Indolente. Portanto, analisaremos os principais índices avaliativos em relação às intervenções sociais e demonstraremos como esses, salvo raros elementos, não respeitam as especificidades do contexto amazônico rural e, sendo assim, através de uma visão míope, geram análises e diagnósticos inadequados, que, em último grau, acabam também por agenciar a ausência.

Ao término, esperamos deixar claro que as intervenções Molares, que caracterizam historicamente o tipo de ação social no contexto amazônico, não dão conta das perspectivas de desenvolvimento e emancipação sociais desejadas pelas próprias populações desses territórios. Vejamos a distinção.

## 2.1 RELAÇÃO ENTRE O MOLAR E O MOLECULAR

Tal designação, apropriada da química por Guattari e Rolnik (1993), além de outros estudiosos da esquizoanálise, grosso modo, nos apresenta duas dimensões: *Molar*, referente aos aspectos macro políticos, e *Molecular*, referente aos aspectos micro políticos.

Quando nos referimos ao Molar, ressaltamos grandes categorias sociológicas, assim como estruturas funcionais, que delimitam e encaminham os processos de subjetivação e participação/organização social dentro de um determinado fluxo contínuo e pré-organizado, geralmente originário de uma fonte central burocratizada.

Podemos, dessa maneira, pensar que as estruturas historicamente construídas que se manifestam hoje através de um discurso estandardizado e normativo de valores e formas de como devemos constituir-nos e agir na família, no trabalho, no sexo, no partido, no debate, entre outros, são construções Molares. A melhor imagem que desfrutamos dos fluxos Molares são as linhas duras, com apenas uma dinâmica; rígidas em sua possibilidade de abarcar a flexibilização das formas de fazer e viver. Portanto, representações estáticas, como a maioria dos departamentos públicos, com sua pesada burocracia, que, impessoalmente, restringem e generalizam cada caso a certo protocolo, ou entidades religiosas e militares, que se organizam a partir de um rígido e hierárquico repertório preestabelecido, para dar exemplos.

Como refere Barembliitti:

O Processo Molar está regido pelo que se conhece em estatística como a Lei dos Grandes Números. Como são os processos próprios de uma Superfície de Controle, os elementos se agrupam para constituir unidades amplamente conhecidas como constituindo as partes dos grandes conjuntos Molares com suas perspectivas específicas (Naturais, Sociais, Subjetivas, Maquínicas ou Tecnológicas). Neste processo regem perfeitamente as leis da causalidade e do determinismo, esses conjuntos são totalizáveis e reconhecem limites bem circunscritos. O andamento do processo Molar, no nível de cada uma das entidades circunscritas na Superfície de



Controle, nós o temos denominado Função. As funções são eminentemente reprodutivas e anti-produtivas, tanto quanto os funcionamentos Moleculares são produtivos. (BAREMBLITTI,1998, p. 104).

A dimensão Molecular, do âmbito da micropolítica, ao que foge às grandes categorias pré-estabelecidas, são *segmentariedades flexíveis*, sempre em caráter processual, representados por momentos, fluxos, devires e, porque não, virtualidades.

Nesse sentido, tudo o que evade a regra e, ao invés de constituir-se como maciço bloco de embate e conceitos, permeia as estruturas Molares por processos de nuances, detalhes, linhas de fuga, apropriações e ações subliminares contra hegemônicas, pode ser entendido como Molecular.

No nível Molecular existem super-catalizadores, ou seja, elementos tais como a chamada, em Biologia Molecular, “Proteína Alostérica”, que é capaz de proporcionar combinações entre elementos que não têm, normalmente, afinidade química, de maneira que essas uniões podem produzir substâncias superiores que são “quimicamente impossíveis”. Outra característica surpreendente dos processos Moleculares é que, nos espaços onde esses se desenvolvem, pode se dar um fenômeno local que gere outro que lhe é correlativo a uma considerável distância, sem que se possa determinar qual é o veículo ou substrato condutor dessa influência [...] De forma tal que são produzidas infinitas possibilidades materiais sem interrupção. (BAREMBLITTI, 1998, p. 105).

Um exemplo: Em nosso país, o sistema penitenciário caracteriza-se como uma estrutura Molar, rígida, sólida, que, ao longo do tempo, não se adequou às necessidades sociais específicas da população carcerária, mantendo um repertório jurídico-disciplinar composto por representações e papéis estáticos e hierarquizados. Contudo, não há como negar que, ao analisarmos a realidade carcerária por dentro, o que salta aos olhos são os processos micro políticos Moleculares, entre facções, lideranças, situações específicas guiadas por acordos com códigos próprios e circunstanciais que, em determinado momento, relacionam-se com a estrutura Molar, mas que, por vezes, contrapõem-se a ela ou apropriam-se dela, impondo suas próprias múltiplas formas de manifestações.

Içamos a hipótese de que dentro do contexto indígena e ribeirinho, no território das produções de ausências amazônicas, tendo em vista a concepção de emancipação social adotada por nós, apresentam-se as apropriações Moleculares sobre as intervenções Molares, um palpável caminho em busca da autonomia e da liberdade enquanto elementos básicos ao Bem Viver.

O que vai caracterizar um processo de singularização Molecular é que ele seja automodelador. Isto é, que ele capte os elementos da situação, que construa suas próprias referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante em relação

ao poder global, a nível econômico, em nível do saber, a nível técnico, em nível das segregações, dos tipos de prestígios que são difundidos. A partir do momento que os grupos adquirirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que lhe vai dar o mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante. (GUATTARI; ROLNIK, 1993, p. 46).

Em vista disso, evidencia-se a dificuldade em pensarmos os planos Molares e Moleculares de outra forma que não a de um *campo de imanência*, que constituem os tecidos sociais dinamicamente na imbricação entre o macro e o micro político, ou, como prefere SANTOS (2007), entre as escalas globais e locais.

Através da almejada emancipação gerada pela solidariedade, pela cooperação e pela autogestão, acreditamos ser possível organizar coletivos locais capazes de Molecularizar as intervenções Molares e, assim, adequá-las ao seu contexto e território, tornando-as verdadeiramente eficazes.

Mostra-se, então, o imperativo de reversão da faceta metonímica do Estado, que, através de suas intervenções Molares, não dá conta e, por isso, não permite as pluralidades nos processos sociais, empregando uma explícita monocultura do saber e negando qualquer realidade ou manifestação que fuja à sua própria lógica. Incapaz, por exemplo, de construir o planejamento conjunto, a gestão participativa e o controle social e democrático.

As políticas planificadoras estatais, na maior parte das vezes, como veremos logo a seguir, aliam-se aos interesses externos ao território onde pretendem intervir e, quando de fato suas intervenções possuem como fim último esses territórios, trabalham sobre uma perspectiva guiada pela lógica da homogeneidade burocrática e do assistencialismo, que acabam por não atingirem os objetivos almejados.

O Estado cumpre um papel fundamental na produção de subjetividade capitalística. É um Estado-Mediador, um Estado-Providência, pelo qual tudo deve passar, por uma relação de dependência, na qual se produz uma subjetividade infantilizada. Essa função ampliada do Estado realiza-se, por exemplo, através de um modelo assistencial. (GUATTARI; ROLNIK, 1993, p. 147).

Propomo-nos, portanto, a observância das intervenções Molares no território amazônico, caracterizadas, em maior parte, enquanto Políticas Públicas, assim como a consequente fragmentação social e produção das ausências que elas acarretam.

Para isso, apresentaremos uma sucinta reflexão sobre as políticas públicas e logo adentraremos ao território amazônico.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Refletindo sobre o caso brasileiro, Praça e Noronha (2012) analisam o surgimento das temáticas referentes às políticas públicas ao longo do processo de votação da Constituinte de 1988. Os autores relatam que, se analisarmos as formas estruturais desse processo, encontraremos fragilidades nas afirmativas que defendem seu caráter extremamente democrático.

Ao longo da Constituinte, a partir de uma estruturação em oito comissões e 24 comissões sub-temáticas, eram debatidos os mais diversos temas, posteriormente encaminhados para uma comissão de sistematização e, finalmente, levadas à grande plenária para a votação. Contudo, a maioria dos parlamentares relatores e presidentes das mesas de debates, pertencendo ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), imprimiram conotações de cunho direitistas às propostas, levantando a oposição de 319 parlamentares a esse quadro geral e à votação de um novo regimento interno de cunho centro-esquerda. (PRAÇA e NORONHA, 2012).

Mesmo com a alteração no regimento interno, a posição dos autores é de que não houve alterações significativas nas tendências de votação das propostas, indicando, por fim, uma desproporcionalidade nas etapas de votação. Daí surge a disposição à desmistificação do caráter ultrademocrático da Constituinte de 1988, pois algumas propostas sugeridas por grupos de seis ou sete parlamentares necessitavam, posteriormente, de 280 votos contra na plenária geral para serem vetadas. Como resultado, afirmam Praça e Noronha (2012), apenas em 32% dos casos a palavra final foi da plenária geral.

O quadro de incerteza e divisão partidária naquele tempo histórico origina o alto índice de volatilidade no poder e profundo processo de disputas internas no cenário político brasileiro, o que faz emergir, dentro do processo constituinte, a necessidade de implementação das políticas públicas.

A literatura argumenta que atores com maioria só irão inserir *políticas públicas* na Constituição caso duas condições sejam satisfeitas. A primeira é que haja heterogeneidade de preferências durante o processo constituinte. Ou seja, não deve haver um bloco monolítico que controle inteiramente o processo. A segunda é que haja incerteza sobre quem irá estar à frente do governo nas próximas eleições *ou* certeza da atual maioria de que ela não estará no poder nas próximas eleições. Esse argumento supõe que haverá maior detalhamento constitucional à medida que atores buscarem se garantir contra futuros intérpretes da constituição, especificando suas preferências em políticas públicas no texto constitucional. (PRAÇA; NORONHA, 2012, P. 7).

A implementação das políticas públicas no contexto da Constituinte de 1988, em busca de garantir o interesse dos diversos segmentos políticos e a seguridade dos principais atores sociais frente às incertezas futuras na gestão do poder federativo, caracteriza a Constituição brasileira na contramão da tendência global como uma das mais detalhadas constituições nacionais, possuindo 1.627 dispositivos.

Com tamanha diversidade nos processos originários, pode-se observar um amplo gradiente nos enfoques de análise dessas políticas. Enfoques que partem de um extremo através do estudo do aparelho estatal, passando pelas formas de governo e, posteriormente, análises que recorrem exclusivamente às ações e às demandas populares, chegando ao penúltimo gradiente, representado pela análise das instituições sociais, até a outra ponta desse espectro, enfocando os atores, suas posturas e processos de tomadas de decisões. (SOUZA, 2006).

De maneira geral, a escolha pelo foco de análise dentro desse gradiente remete a diferentes interpretações das políticas públicas derivativas de variáveis dependentes e independentes que, geralmente, encontram-se divididas em quatro dimensões: Estado, Política, Economia e Sociedade.

Frente à tamanha diversidade analítica, Souza afirma:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 5).

Então, as políticas públicas, de maneira geral, e as políticas sociais, de maneira específica, configuram-se como campos interdisciplinares que evocam explicações sobre a natureza das políticas, das intervenções e das diferentes formas de governar.

Entre tantas probabilidades analíticas, encontramos em Lowi (1972) determinada tipologia que auxilia no clarear dessas intervenções: as políticas *distributivas*, que se referem às ações exclusivamente tomadas pelos governos, geralmente beneficiando grupos específicos, portanto, com pouca universalidade; as políticas *regulatórias*, também assumidas primordialmente pelo Estado, com o intuito de fiscalizar e normatizar determinadas ações de atores e entidades sociais; as *redistributivas*, que encontram maior universalidade, como as

fiscais, de previdência e de realocação de verbas. Por fim, há ainda as políticas *constitutivas*, que lidam com os procedimentos, estruturação de formas organizativas, estratégias metodológicas de intervenção que seriam, ao nosso entender, a melhor porta de entrada para a implementação de políticas participativas que possam gerar empoderamento e emancipação social.

Independente das posições analíticas a serem tomadas frente às políticas públicas, parece haver um consenso de que a História Geral tomou como forma *vérita* a elas a filosofia do *top down*, entendendo-as como processos lineares, de cima para baixo, originando-se de segmentos tidos como nobres e mais fortes da sociedade em direção aos segmentos percebidos como menos nobres e menos fortes. Esse processo cristalizou-se sobre três mitos: o da hierarquia na coordenação da vida social, criando uma pirâmide central e unilateral; o mito de uma divisão entre o mundo político e o mundo administrativo, arquitetando uma pseudo consonância entre o pensar e o fazer as políticas públicas; assim como a mitológica perseguição de princípios equivocados, oriundos de esferas privadas da sociedade, como o da eficiência, o da racionalidade administrativa, do lucro e da escala global. (RUIVO, 2002).

Nesse meandro analítico não se deve perder de vista aquilo que Cruz (2009) evidencia: as políticas públicas são a materialização e concretização do Princípio Republicano no âmbito prático e devem ter por objetivo o interesse de satisfazer os desejos e demandas representadas no Interesse da Maioria.

Para que o interesse público seja legítimo, faz-se necessário que reflita o Interesse da Maioria nos limites dos direitos humanos e fundamentais e dos demais princípios que sustentam o Princípio Republicano, como, por exemplo, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Princípio do Estado Democrático de Direito, entre outros. (CRUZ, 2009).

“Os governos democráticos, por essência, estão obrigados a se submeter ao Interesse da Maioria, porquanto a definição das políticas públicas deve ser absolutamente republicana.” (p. 23).

Após percorrermos diversos estudos que tratam dessa temática, apontamos que há uma generalizada incongruência entre estes três elementos: princípios republicanos, democracia e políticas públicas. A democracia, admitindo de maneira hegemônica sua forma representativa, encontra dificuldades em observar o imperativo republicano do desejo da maioria nos diversos aspectos da esfera pública, restringindo-se a obrigatoriedade do voto e ao direito de escolha dos representantes.

Os reflexos dessas dificuldades, por sua vez, estão na constante incapacidade das políticas públicas e sociais em constituir espaços populares participativos/deliberativos.

Embasadas em uma tradição neoliberal de cunho economicista e tutelar de cidadania, tais políticas pecam no discernimento do que de fato é primordial ao Estado Republicano Democrático: que, muito antes do atendimento de demandas imediatas, deve imperar o princípio da participação.

Porém, como tratar de espaço deliberativo e participativo em uma sociedade com tantas desigualdades sociais? Como deixar de perceber, que na incongruência republicana que vivemos, o Interesse da Maioria é um espaço vazio de participação, símbolo da própria exclusão das populações étnicas, culturais e tradicionais.

Como derivativo dessa incongruência, como apontam Souza (2006) e Cruz (2009), surgem estudos e análises que elaboram enfoques parciais ou limitados sobre as políticas públicas, não atingindo o cerne daquilo que deveria constituir seu estudo efetivo: a caracterização de elementos que, se presentes, causam impactos positivos nos processos participativos e na efetivação daquilo que tais ações se propõem.

Esta é a fenda por donde adentra o mote desta Tese: Seriam e em que medida, a cooperação, a solidariedade e a autogestão esses elementos?

Não se deve perder de vista que a República não é por excelência prática democrática, assim como a democracia não é por excelência prática participativa e deliberativa e, sendo assim, torna-se primordial a concepção de uma esfera pública inacabada e em constante construção.

Esse elemento nos remete a determinada concepção de Taylor sobre a política liberal e a esfera política, na qual afirma que “a esfera pública é o *locus* de uma discussão que engaja potencialmente todos, de modo que a sociedade possa chegar a uma ideia comum acerca das questões importantes. Essa ideia comum é uma visão reflexiva que emerge do debate público.” (TAYLOR, 2000, p.281).

No sentido apresentado por Taylor (2000), estaria posto como desafio conquistarmos uma esfera pública de cunho extrapartidária e supra mercadológica, onde as pessoas mesmo, organizadas de maneira dispersa, se compreendam enquanto pertencentes de determinada unidade, onde os diversos grupos e categorias fossem verdadeiramente ouvidos em pé de igualdade e que, por fim, as decisões acatassem o desejo da maioria.

É justamente a não observância desses elementos que caracterizam as políticas públicas, em grande parte, enquanto intervenções Molares.

Ao término de seu estudo Taylor (2000), apresentando a criação de uma sociedade centralizada de cunho liberal-desequilibrado e burocrático utiliza - para o que aqui assumimos como incongruência - o termo *fragmentação*.

Vimos que a fragmentação aumenta quando as pessoas já não se identificam com sua comunidade política, quando seu sentido de pertinência cooperativa se transfere para outras instâncias ou se atrofia por inteiro. Alimenta-a também a experiência de impotência política. Uma identidade política em declínio dificulta a mobilização efetiva e o sentimento de impotência é a mãe da alienação. (TAYLOR, 2000, p. 302).

Encontramos algumas pistas iniciais para o embate a essa fragmentação produtora de ausência nos estudos de Bernardes, Pelliccioli e Guareschi (2010) ao apresentarem o conceito de integralidade como diretriz necessária a ser incorporada nas políticas públicas. Seria, no caso, a capacidade de situar o humano em sua condição humana, enquanto ser falante, vivente e produtor e não em sua peculiar condição orgânica frente ao Estado. Sendo assim, seria pensar esses sujeitos e grupos em sua relação com o território, a família, a sua própria constituição, história de vida e as condições sócio históricas em que se encontram.

Apontam os autores para o conceito de Trabalho Afetivo, que se torna compreensão inevitável a esse processo. Tal trabalho deve supervalorizar as relações afetivas que se estabelecem entre sujeitos e grupos em relação ao seu território e seu labor.

É este deslocamento produzido pelas políticas Molares em direção a um trabalho alienado do aspecto afetivo em prol de uma serialização do fazer, que percebemos ser, justamente, um dos principais causadores da fragmentação social nas comunidades indígenas e ribeirinhas do território amazônico. (Bernardes, Pelliccioli e Guareschi, 2010).

Toda essa discussão sobre o caráter das políticas públicas, seu incongruente alinhamento com os Princípios Republicanos e conseqüente fragmentação, muito frequente no território amazônico, como veremos no capítulo a seguir, complementa os estudos compilados por Boaventura de Sousa Santos (2010) na coletânea *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*.

Nesses escritos, uma série de estudos de casos ressaltam as problemáticas das intervenções que aqui chamamos de Molares nos territórios e povos tradicionais da América Latina. Neles ressalta-se, para tais populações, a supremacia do conceito de territorialidade como dimensão estrutural da concepção de direito. Direitos esses, alinhados direta ou indiretamente a perspectivas coletivas. Assim, o choque ocorre frente a um Estado que historicamente constituiu-se sob uma perspectiva liberal e individualista na esfera judiciária.

Por isso, Filho (2010) evidencia como o Estado moderno e o Direito contemporâneo não servem aos povos nativos da América Latina. Apesar das políticas públicas cumprirem a normativa compreensiva em englobar tais povos enquanto cidadãos/coletivos, sujeitos de direito,

peessoas jurídicas, foi à duras penas que paulatinamente incorporaram-se a algumas Constituições concepções acerca dos Direitos Coletivos, mesmo que inicialmente em caráter provisório.

No Brasil, cada povo sofreu de modo diferente essa política, porém, dois eixos podem ser facilmente observados: de um lado uma política de total omissão, como se os povos não existissem ou fossem apenas um depósito de pessoas que seriam integradas cedo ou tarde; de outro, uma política de proteção consistente em criar refúgios afastados para os povos, desconsiderando seus territórios tradicionais, aplicada especialmente na Amazônia. (FILHO, 2010, p. 79).

Conclui o autor que apenas nas últimas versões das Constituições latinas que os Direitos Coletivos foram garantidos de maneira absoluta aos povos tradicionais, no Brasil, especialmente com a participação indígena nos processos que lhe cabiam na Constituinte de 1998 e os Movimentos Sociais que daí decoram. Hoje, a ruptura com o Direito individualista está constitucionalizada e sua concretização depende das possibilidades dos agentes locais e suas articulações em inúmeras escalas.

Não se deve perder de vista que as consequências da formação jurídica dos Estados Modernos acabam por objetivar toda a população dentro de um corpus político, no sentido de ritmá-la e ordená-la. Assim, a vida entra na esteira da gestão do Estado, gerando aquilo que Benardes, Policioli e Guareschi (2010) chamam de biopolíticas: a Arte estatal de governar as populações e suas relações. O trabalho ganha centralidade nesse processo, enquanto forma de produção de riqueza para a Nação, filiação e controle das populações, investimento e modulação das formas de vida através da planificação das políticas públicas.

A coletânea organizada por Boaventura de Sousa Santos toma prosseguimento com o texto de Neves (2010) ao analisar a constituição e as dinâmicas do movimento indígena no Brasil. Afirma o autor que tais movimentos estão intimamente relacionados com os movimentos étnicos que emergem na América Latina na década de 70. Foi essa, portanto, a fase dos povos tomarem conhecimento sobre os contextos Inter étnicos e derivando o processo que o autor denomina como Solidariedade Indígena.

Como consequência, a década de 80 apresenta-se como a década da adesão e, ao mesmo tempo, de atomização dos Movimentos Indígenas no Brasil. Por um lado, as realidades indígenas unem-se e articulam admiráveis alianças com demais esferas da sociedade civil, o que desencadeou o movimento símbolo deste processo sob o nome de Aliança dos Povos da Floresta, mesmo sobre forte controle e rejeição do aparato militar que via aí uma ameaça para a integridade nacional. Por outro, as organizações indígenas



multiplicam-se e distanciam-se, assumindo posturas e demandas específicas de cada povo ou região.

Antes de interpretar a proliferação das organizações como fragmentação do movimento indígena, o que poderia ser uma falsa ideia de diluição da ação política, o mais apropriado é considerar essa multiplicação como atomização, diretamente relacionada ao processo de dispersão a que estão submetidos os povos indígenas pela colonização de seus territórios tradicionais, ou um fracionamento no qual as organizações de base, funcionando como frações, como átomos, constitutivos de uma mobilização maior, mantêm ligações entre si de modo a criar estratégias e realizar ações locais dentro da perspectiva global do movimento indígena. (NEVES, 2010, p. 121).

Na década de 1990, alterações significativas nas relações inter étnicas, além da redução da máquina estatal, os processos de privatizações, a expansão da macroeconomia e o aparecimento das organizações do terceiro setor, transformaram todo o campo indígena, pulverizando políticas de acordo com territórios e povos. Nesse contexto ocorreu uma densa estatização dos interlocutores das questões indígenas e o aprofundamento das especificidades de demandas e intervenções.

Por fim, em 2000, o autor chama a atenção para o marco de 500 anos de descobrimento do Brasil, que ficou frisado como ícone do Movimento Indígena pela Marcha Indígena 2000 e a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, reunindo 140 povos na aldeia pataxó de Coroa Vermelha, na Bahia. Tal marco serviu para a superação das visões locais, trazendo ao movimento a concepção de Terra Indígena do Brasil, que percebe todo o país com uma grande terra nativa de direito coletivo.

É nesse contexto que a Autodeterminação e a Emancipação são tomadas como tentativas de reconquista de direitos inatos e como topóis de consolidação de uma demanda indígena comum, que a demarcação de terras é alçada enquanto bandeira emergencial para a conquista desses direitos e que a ampliação dos círculos de reciprocidade aparece enquanto estratégia de fortalecimento. Tudo isso se torna demanda latente para a execução de Políticas Públicas e Sociais embasadas nos direitos constitucionais e nos Princípios Republicanos. (NEVES, 2010, p. 147).

Como veremos a seguir, nos propomos a uma minuciosa descrição das intervenções Molares no território amazônico, servindo de complemento e aprofundamento aos escritos desses autores que se enquadram dentro da consolidação de uma Sociologia das Ausências e das Emergências.

Perceberemos como alguns incongruentes exemplos de políticas públicas supracitadas são vastos na história da Amazônia que, ao sofrer tamanha fragmentação provocada por

intervenções Molares dos mais diversos agentes, passa a caracterizar-se enquanto território de ausência.

Agora, aqui de cima da frondosa árvore, podemos olhara para trás e contemplar a Amazônia.

## 2.3 HISTÓRICO DE INTERVENÇÕES MOLARES NO AMAZONAS

Cada cenário tem sua missão no conjunto do planeta Terra. Ele desempenhará esse serviço se conservar sua identidade. Por que violentá-la a ser e produzir aquilo a que ela não foi chamada? O respeito à identidade de cada quadro natural é o que vai dar harmonia e bem viver ao conjunto da vida e a estrutura que sustenta a vida. (FERRARINI, 2011, p. 15).

O Brasil possui cerca de 3,6 milhões de km<sup>2</sup> de Florestas, ocupando o terceiro lugar entre as nações com maior área Florestal depois de Rússia e o Canadá. Segundo as Nações Unidas (2013), dos pouco mais de seis milhões de quilômetros quadrados que se estima ter a Floresta amazônica, nada menos do que 59% estão em território brasileiro. Nesse território moram aproximadamente 18,1 milhões de pessoas, correspondendo a 12,4% da população do Brasil.

A Amazônia brasileira está composta por municípios que apresentam populações de até 100 mil habitantes e duas grandes metrópoles com população maior que um milhão de habitantes: Manaus, capital do estado do Amazonas, e Belém, capital do Pará, sendo que a população concentra-se na porção paraense, oriental e atlântica do território. Sendo assim, a Amazônia brasileira tem um adensamento populacional de 3,6 hab./km<sup>2</sup>, refletindo o caráter de “Floresta urbanizada”, onde, aproximadamente, 60% da população concentra-se nas áreas urbanas (15 hab./km<sup>2</sup>), deixando a área rural para uma ocupação difusa, reservada a grupos marginalizados como migrantes nordestinos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. (IBGE, 2013).

Em vista dessa tamanha diversidade, Nogueira (2007) questiona como poderíamos entender a relação entre o Estado e o Espaço em uma região como a Amazônia brasileira:

Em âmbito mais geral, o que liga o Estado ao Espaço são as ações empreendidas por aquele para reproduzir-se enquanto tal e assegurar o controle do território e da sociedade por ele envolvida. Num plano secundário, podemos afirmar que o Estado privilegia determinadas ações, cujo fim é manter suas estruturas produtiva e social. Se no primeiro caso, podemos perceber suas manifestações a partir da construção de um corpo de legislação que regula e submete a sociedade inteira ao território do Estado, do ordenamento territorial definido pelo Estado, da divisão ou não dos poderes distribuídos pelo Estado, pela forma como ele atua nas fronteiras do Estado,

enfim, como ele define o relacionamento com o exterior, no segundo caso, penso que estamos diante de um Estado, cuja relação com o Espaço rebate-se na paisagem, a partir das mudanças efetuadas por ele. (NOGUEIRA, 2007, p. 27).

Na relação estabelecida por parte do Estado, através dessas caracterizações normativas de primeira ordem elencadas na citação, a Amazônia é continuamente pautada por sua dimensão ambiental, principalmente sobre o enfoque extrativista. Por uma emblemática falácia que lhe atribui o adjetivo de *vazio demográfico*, em paralelo a concepção estritamente extrativista, aplica-se um processo de desumanização do território, promovendo a invisibilidade no conjunto desse espaço, das populações e grupos sociais que aí vivem. (STEMBRENER, 2009).

A produção da ausência, através das intervenções Molaes, como veremos, dá-se principalmente sobre as populações indígenas e ribeirinhas que, ao sofrerem a invisibilidade, reduzem, aos olhos externos, a Amazônia a um simples espaço físico, abrindo, assim, precedentes para ações de cunho exploratório e mercantil através dos mecanismos da apropriação e da violência. Moreira, sobre isso, afirma que:

O homem não é um elemento acrescido à paisagem, uma sorte de acessório destinado a ordena-la ou completa-la, pois se assim fosse, seria apenas uma expressão decorativa na superfície do Planeta. Na realidade, ele é o fator geográfico por excelência, e isso tanto pelas suas atividades quanto por sua própria condição, tanto pelo que realiza quanto pelo que é: no primeiro caso pode ser um modelador da paisagem, no segundo pode ser um elemento necessário a sua significação. Daí porque, mesmo quando não figura na paisagem, ele está implícito nela. Sem o homem, o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica e assim sujeito a toda a sorte de intervenção. (MOREIRA, 2000, p.10).

### **2.3.1 Amazônia antes das produções das ausências hegemônicas**

*“O Sol um dia parou de brilhar.”  
(Cacique Marubo, diário de campo, 2009).*

É fato que, antes da chegada dos europeus, na terra denominada América, há muito já se estabeleciam organizações políticas, religiosas e sociais de múltiplos povos e etnias que possuíam origens em grupamentos humanos muito antigos. Os Impérios Asteca, Maia e Inca são as expressões mais recentes e conhecidas do tempo que se convencionou chamar de pré-colombiano (antes de Colombo). Tais organizações, ao longo do tempo, passaram de uma estruturação social produtiva ligada à coleta e à caça para sociedades tribais organizadas por

pequenos principados e subsidiadas pela agricultura. Com fusões entre esses principados, foram tomando forma as cidades e, posteriormente, os Estados e Impérios.

Aproximadamente a partir do ano de 900, novos centros de poder com avançada especialização social nos territórios das antigas cidades-estados surgiram baseadas nos processos evolutivos da fase clássica. Estes Estados integraram indivíduos de diferentes etnias em sistemas de camadas sociais com uma nobreza hereditária, uma casta sacerdotal, militares, funcionários estatais, comerciantes, artesãos, agricultores e escravos. (RINKE, 2010, p. 23).

Analisando os estudos historiográficos dessas estruturas sociais, percebemos nas antigas sociedades nativas das Américas indícios de modos desiguais de apropriação dos recursos. As castas e a já evoluída ideia de posse geram uma sociedade também baseada na escravidão, com altos índices de apropriação e violência. Essa noção serve para não incorrerem ao inocente risco de pensarmos que pobreza, escravidão, desigualdade ou até mesmo produção de ausência e miséria acometeram às sociedades nativas apenas após a chegada dos colonizadores europeus. Justamente, tais sociedades, em determinado momento histórico, receberam o título de Império por estarem marcadas em seu forte caráter bélico e mercantil. Há de não infringirmos na adoção do falacioso mito do *bom selvagem*<sup>11</sup>.

Por volta do ano de 1.200, os conquistadores Incas haviam expandido seus domínios ao ponto de ser considerado o povo mais poderoso das terras delimitadas entre o sul Golfo do México, leste do Pacífico e oeste do Atlântico. Sob a regência do primeiro imperador, Manco Cápac, montou-se em Cuzco, a sua capital. Contudo, o ápice do poder Inca sobre o território sul-americano deu-se em 1438, quando o comandante Pachacuti Inca Yupanqui assumiu o poder para controlar uma revolta interna no Império e, a partir disso, adota de maneira generalizada uma ofensiva bélica atravessando os cardeais do continente. (RINKE, 2012).

De acordo com Rinke:

A América indígena era caracterizada por uma grande diversidade cultural quando os Europeus aqui chegaram pela primeira vez, compreendendo mais de 125 famílias linguísticas, as quais se desenvolveram em diferentes grandes territórios sob diversas influências climáticas. Geralmente já havia contatos intensos entre aqueles territórios. Perto de 1492, havia provavelmente mais de 50 milhões de habitantes no continente que em breve passaria a ser chamado de América. (RINKE, 2012, p. 31).

---

<sup>11</sup> O bom selvagem ou mito do bom surge no pensamento europeu da Idade Moderna, no contato com as populações indígenas da América. Rousseau (1712-1778) afirmou que o ser humano, quando em contato com a natureza, é puro e benéfico e que o contato com a sociedade que lhe corrompe. Para saber mais: MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia:** dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. Jorge Zahar Editor, 1997.

Em 2009, sobre esses contatos, lembro-me da fala de um velho Marubo, em Maronal, comunidade onde vivi durante nove meses, localizada dentro da Reserva do Javari. Questionado sobre os tais Incas, que se faziam conhecer mais pelo aspecto do que pelo nome, o Cacique Marubo, Zé Barboza, de 78 anos me disse:

Meu avô contava histórias sobre esse povo... andavam com peles de animais por cima das costas e tinham coisas que por aqui ninguém tinha visto, ele disse que trocou com eles dois cachorros e um punhado de carne de paca por uma machadinha. Não ficaram muito tempo, eram de longe e, na verdade, a fama é de que eram gente valente. (Diário de campo, 2009).

Rinke (2012) afirma ainda que a descoberta do dito Novo Mundo pela Europa não foi puro acaso. A ampliação da compreensão do mundo na Europa havia começado com a descoberta da Ásia através das legendárias expedições de Marco Polo, no século XIII, contudo, a partir do século XIV, com a tomada de Constantinopla por Turcos e Otomanos outras frentes deveriam ser abertas. Foi então que, no dia 12 de outubro de 1492, Cristóvão Colombo ancorou nas Bahamas.

A volta de Cristóvão Colombo causou impacto na Europa e, em 1493, o papa Alexandre VI garante para a coroa espanhola o direito de posse às novas terras. Em 1503, Américo Vespúcio realmente adentra as terras continentais do Novo Mundo batizando-o, em sua própria homenagem, de América. Portugal, não ficando atrás, envia Vasco da Gama, em 1499, às Índias e Pedro Álvares Cabral, que acaba por atracar no chamado Brasil, em 1500. (RINKE, 2012).

O contato inicial foi rápido e feroz: em 1519, espanhóis já haviam subjogado, através das doenças e matanças, o Império Asteca, que possuía em sua capital (Tenochtitlán) mais de 225 mil habitantes. Em 1532, prenderam Atahualpa, herdeiro do Império Inca, após alguns anos de disputas internas sobre quem assumiria a sucessão do poder desde que, em 1527, o Grande Imperador Huayna Capac havia morrido. Em 1570, o número de europeus transportados aos novos impérios-colônia passava de 100 mil, dos quais 75% em direção à dominância espanhola e 25% às terras portuguesas. (RINKE, 2012).

Iniciava-se, assim, a produção contemporânea das ausências hegemônicas no território latino-americano.

### **2.3.2 A época da colonização**

Um dos mitos sobre a Amazônia é o de que ela não tinha história. Na verdade, a Amazônia tem uma história tão antiga quanto à dos povos que a habitaram. A chegada dos europeus interrompeu sua evolução histórica e foi-lhe imposta outra história: a dos conquistadores. (Ferrarini, 2013, 25).

Como afirmam Wendell e Silva (2012), pensar em Amazônia é remeter-se às práticas geopolíticas que permeiam a construção territorial de nosso país. Foi com a incorporação ao domínio da coroa portuguesa que Ela passou a ter prioridade na política da metrópole. Ao longo desta história, evidenciam-se dois objetivos estritos na maioria das intervenções propagadas pelo Império e, posteriormente, pelo Estado, neste contexto: integração econômica e ocupação territorial.

Tais objetivos, como entenderemos nos exemplos a seguir, raramente apreciaram as contribuições possíveis de serem apreendidas com as populações nativas, geralmente, seguindo posturas de desconsideração e desrespeito com a preservação e manutenção dos aspectos básicos necessários para o Bem Viver dessas populações, a começar pela total negligência de seus aspectos culturais.

É a partir da entrada dos colonos e da exploração da mão-de-obra indígena que ocorre a instalação e intensificação da atividade comercial na região. As Drogas do Sertão foram uma das principais atividades comerciais ocorrida pela exploração dos indígenas geridos pelas ordens religiosas. (WENDEL E SILVA, 2012, p.3).

Ao rio Amazonas, os primeiros a chegar foram os irmãos Pinzón, representando a coroa espanhola, em 1499. Foram também os primeiros a transportar índios para a Europa em caráter escravagista, o que desencadeou o fascínio do Império sobre suas novas terras. Em 1533, representando a coroa portuguesa, a mando do Rei João III, Diogo Nunes, um mameluco brasileiro, teria sido o pioneiro a descer o rio Amazonas em direção ao Solimões. Contudo, a primeira expedição contundente da região foi protagonizada por Francisco de Orellana, em 1542, que, percorrendo distâncias nunca antes navegáveis nessas terras, ao sair de Iquitos, no Peru, em 1541, fez com que o rei espanhol Carlos V criasse o Reino das Amazonas, confiando ao desbravador o título de Vice-Rei. (FERRARINI, 2013).

Frei Gaspar de Carvajal, a bordo das expedições de Orellana, relata que tal território estava entre a foz do rio Napo e a foz do rio Içá, território amplo dos povos Omáguas, Cambebas, Curuziari e Aisuari. Observando tais documentos, Ferrarini afirma que:

O Capitão Francisco de Orellana, vendo o comedimento dos índios, lhes fez um arzaado, dando-lhes a entender que éramos cristãos e adorávamos e acreditávamos em um Deus único e verdadeiro, que criou o céu e a terra, e vassalo do imperador

dos cristãos, grande rei da Espanha, chamado dom Carlos, nosso senhor, do qual é o império e senhoril de todos os índios que ali habitam, sendo por seu mandato que íamos olhando aquela terra para lhe dar notícias do que havíamos visto nela. (FERRARINI, 20013, p. 46).

As populações indígenas viam-se pressionadas por todos os lados de seu continente pelas disputas territoriais, a catequização e a saga exploratória dos colonizadores. Nesse contexto, em 1549, foi registrado o primeiro grande êxodo indígena em território português: A nação Tupinambá, numeroso grupo indígena que vivia na costa leste do continente, migrou incessantemente até refugiar-se cerca de Huallaga, localidade Chacapoyas, no território espanhol, do outro lado da selva amazônica. Obviamente, os habitantes da costa leste foram os primeiros e os que mais sofreram com a chegada dos colonizadores, visto que suas terras foram feitas de portos para as embarcações expedicionárias oriundas da Europa.

De acordo com Botía (2008), sociólogo colombiano estudioso da região do Alto Solimões, o mapa populacional apontado por Orellana apresentava uma fotografia congelada que perdurou pelos dois primeiros séculos de contato. Nesse quadro mostrava-se uma série de povos viventes das terras firmes do lado esquerdo do rio Amazonas entre eles os ticunas, os peba-yagua, os caumare, os cavachi e os yumana; na parte sul do rio, os mayorunas, guauricu e curina e, nas terras alagadiças de várzea, os omágua, yurimagua, os aziruar e os ibanoma.

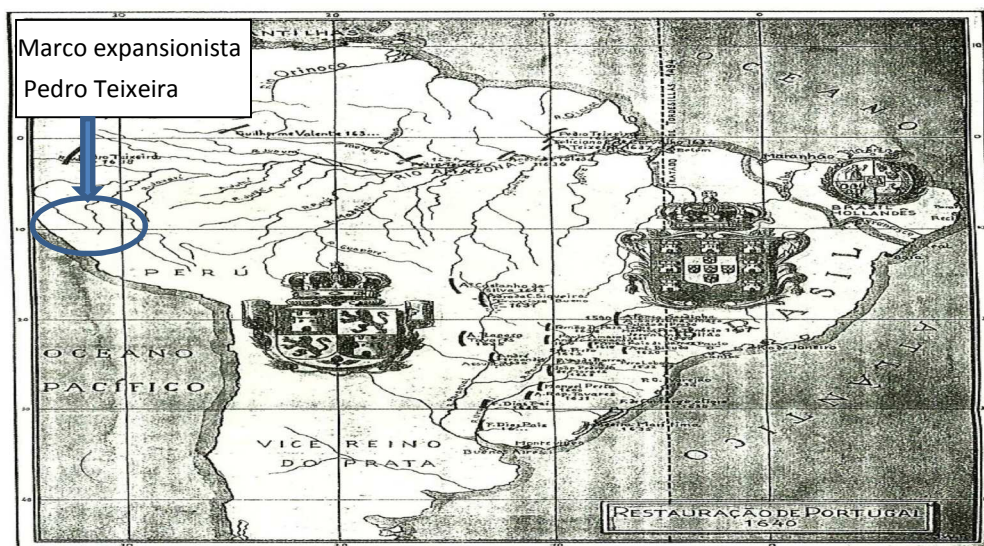
Tal autor afirma que uma das errôneas concepções de manejo com tais comunidades foi, por parte da coroa espanhola, impor obrigatoriedades para que determinadas populações saíssem das regiões alagadiças por uma fictícia maior seguridade de manutenção dos aspectos básicos da vida cotidiana nas terras firmes. Os indícios mostram que esse incentivo de migração da várzea para terra firma, na verdade, estava a serviço de facilitar o contato, controle e exploração dos europeus sobre essas comunidades.

Para contrapor a ênfase alocada pela coroa espanhola a partir do século XVII na região amazônica, em nome dos portugueses, Francisco Caldeira Castelo Branco funda a cidade de Belém em torno do Forte do Presépio, que, logo em seguida, constituir-se-ia a capital do Grão-Pará, base das expedições lusitanas por todo o território amazônico. (FERRARINI, 2013).

É importante frisar que mesmo este período, entre 1558 e 1640, representado pela unificação das coroas e a constituição do Império Ibérico, através da ascensão militarista forçosamente realizada por Dom Felipe II ao trono de Portugal, não se aboliram as rivalidades e interesses secundários de ambas as partes. Os portugueses, nesse sentido, aproveitaram a unificação das coroas para aumentar quantitativamente suas terras.

Nesse ínterim, foi Pedro Teixeira, capitão português, quem realizou uma das maiores expedições da era colonial, saindo de Belém, subindo a chamada Estrada Real (Rio Amazonas), em 1637, até as terras fronteiriças com a Espanha, levando consigo 47 canoas, 70 portugueses e 1100 índios, representando, assim, o início da dilatação do império português para muito além do Tratado de Tordesilhas<sup>12</sup>.

A seguir, o mapa da América do Sul representado por Teixeira:



Marco colocado por Pedro Teixeira em 1638, no rio Napo (José Carlos de Macedo Soares. *Fronteira do Brasil no regime colonial*)

## 2 – Mapa continental de Pedro Teixeira

Fonte: Ferrarini, 2013, p. 46

Nesse contexto, a região do Alto Solimões, extremo oeste da atual Amazônia brasileira, com as expedições de Pedro Teixeira, tornava-se oficialmente região fronteiriça entre Portugal e Espanha. A chegada dos colonizadores nessa região já encontrava nativos que viviam com determinado grau de organização social, pois Aparia, por exemplo - a principal comunidade da região - era governada por um Senhoril representante das tribos Omáguas e Cambebas, nas proximidades do que hoje é Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil). (Ferrarini, 2013).

Historicamente, segue tal convergência de exploração, que objetiva aproximar cada vez mais a Amazônia à esfera do capitalismo mercantil colonial, com a criação da Campanha

<sup>12</sup> Após a viagem de Cristóvam Colombo, os portugueses sentiram-se ameaçados pela penetração espanhola nas terras do dito Novo Mundo e, assim, em 1494, firmaram o Tratado de Tordesilhas, que definia a demarcação do meridiano 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Essa linha estava situada a meio caminho entre essas ilhas (então portuguesas) e as ilhas descobertas por Colombo, no tratado, referidas como Cipango e Antília. Os territórios a leste desse meridiano pertenceriam a Portugal e os territórios a oeste, à Espanha.



do Maranhão e Grão-Pará, que estabelece uma relação comercial direta entre o território e a coroa portuguesa.

Tanto espanhóis quanto portugueses molestaram os povos nativos do Alto Solimões. Os missionários espanhóis, por ali desde 1651, afirmavam que os portugueses já tinham presença constante entre os Cambebas. Para os nativos isto era motivo de constantes sobressaltos pela cobiça escravista de que se achavam possuídos esses sertanistas vindos do Pará e Maranhão. Nos registros conta o requerimento de um superior dos franciscanos e demais religiosos, em 1623, que reclamava as autoridades, dos Capitães que exploravam os índios, alugando-os, fazendo-os trabalhar em excesso e chegando a tomar-lhes as mulheres e as filhas. (FERRARINI, 2013, p. 32).

O efetivo domínio português sobre as principais partes do Rio Amazonas ou Solimões deu-se principalmente por volta de 1710, quando Portugal logrou desarticular a precária fronteira missionária que os espanhóis haviam criado ali com a população indígena sobre a tutela do Padre Samuel Fritz. Isso afiançou uma profunda penetração lusitana no espaço amazônico e representou a gênese do seu controle sobre grande parte desse território. (BOTÍA, 2008).

Após esse período, em 1750, o Tratado de Madri, celebrado entre as duas coroas novamente separadas, representa a primeira tentativa de delimitação real do território brasileiro, estabelecendo o Rio Javari como limite entre as terras portuguesas e espanholas. Na prática, o Tratado de Madri revogava o Tratado de Tordesilhas e foi nesse contexto que o império espanhol deu-se conta das perdas territoriais ocasionadas no período da unificação das coroas. (FERRARINI, 2013).

Cabe ressaltar que deste período, 1780-1790, também data um dos mais fortes movimentos de resistência indígena à presença dos colonizadores nas terras sul-americanas. Eram descendentes de Incas chefiados por Inca Topar Amaru II que, apesar de subjugados pela coroa espanhola, os resistentes, à grandes quantias de sangue, deixaram um recado explícito aos Europeus e seus servos, logrando, por um tempo, mudar um pouco as relações de escravidão e impor um clima temerário no ar. Contudo, a revolta foi, meses após seu início, abafada pela captura do líder indígena e a chegada de reforços militares nas colônias.

A História segue com constantes divisões administrativas do Império português, sempre em busca de melhor posicionamento para o domínio e exploração mercantil do território: o Estado do Maranhão, existente entre 1621 a 1654, transforma-se com a unificação em Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1751, com capital em São Luís. Quando a capital é transferida para Belém, o nome do Estado altera-se para Grão-Pará e Maranhão até 1772, quando se separa do Maranhão definitivamente, tornando-se, até 1823, Estado do Grão-Pará e

Rio Negro. Com a independência do Brasil, a rendição portuguesa deu-se no Pará, em 1823, seguida de violências incriveis, como a morte de 256 prisioneiros em um porão de um navio atracada no porto de Manaus. A Comarca do Rio Negro, abarcando toda essa região, fundada em 1755, havia sido despovoada pela Cabanagem<sup>13</sup> e, em 1833, foi elevada à situação de Vila, no sentido de instigar seu repovoamento. (FERRARINI, 2013).

Sobre a região da tríplice fronteira, anos antes da República, a passagem de Paul Marcoy, em 1847, pela municipalidade de Tabatinga, que nesse contexto histórico já representava uma das principais guarnições militares do Alto Solimões, criada para fiscalizar a cobrança de impostos à Coroa sobre os produtos extraídos de suas terras por comerciantes, nos apresenta uma visão detalhada da situação da região. Marcoy descreve uma planície de aproximadamente 30 pés, atingida por uma escadaria rústica cavada no barro branco, onde, acima, duas casas de palha eram os alojamentos do Comandante. Ao lado, um mastro com a bandeira do Brasil e quatro peças de artilharia dispostas uma a cada direção, esverdeadas pelo tempo e cercada por dúzias de habitações.

Marcoy encontra o Comandante da guarnição aterrorizado porque recentemente um complô dos soldados planejava assassiná-lo. Havia motivos para o medo, pois seu antecessor tinha sido fuzilado à queima-roupa por seus soldados. A maior parte desses soldados era indígena ticuna, que não raro, eram submetidos à punições e violações por seus comandantes. (Ferrarini, 2013).

Tabatinga é uma vila de fronteira entre o Brasil e o Peru. Deve à circunstância a honra de ser um posto militar, mas quando se olha para os dois ou três canhões em bateria sobre o rio, a casa de taipa que constitui o posto e os cinco ou seis soldados preguiçosamente deitados à sombra, têm-se bem o direito de não considerar esta fortificação como formidável. A vila esta situada sobre uma barranca de aluvião profundamente escavada e fendida em múltiplas direções, se compõem em uma dúzia de casas em ruínas em volta de uma espécie de praça central. Conhecemos a curiosa palmeira Tucumã, cuja fibra é empregada para fazer redes, redes de pesca e outros artigos do gênero, isto têm-se tornado um dos produtos mais importantes. Em Tabatinga paquetes do Brasil encontram com os do Peru, e uns e outros trocam os seus carregamentos. (FERRARINI, 2013, p. 63).

Esses dois séculos marcam nacionalmente fases atreladas à alta exploração mercantil, como o início do extrativismo do Pau-Brasil, com o uso sedutor ou escravo da mão de obra indígena. Ao esgotar-se tal sistema, percebemos a cristalização da sociedade escravagista na colônia portuguesa com a consolidação de uma sociedade cafeeira. Um terceiro ciclo, mais

---

<sup>13</sup> O movimento cabano, cujo epicentro foi Belém do Pará, ganhou apoio em quase toda a Comarca do Alto Amazonas. Os libertadores (pobres, índios, escravos) conseguiram dominar quase todas as vilas. De março a agosto de 1836, atingiram o Alto Solimões. Depois, as chamadas forças de ordem social foram retomando o poder e impondo a velha ordem baseada na escravidão, exclusão social, violência, etc. (FERRARINI, 2013, p. 73).

focado na região do nordeste, inicia-se com a febre do ouro e, na Amazônia, ao final desse período, a lentos passos, iniciava-se aquele que seria o tempo de sua maior exploração, o ciclo da borracha.

Vemos, portanto, que o período colonial marca o território amazônico através de um caráter Molar intervencionista imperial que, ao acentuar e generalizar a escravidão, no mais amplo sentido da palavra, desregula as estruturas sociais locais e imprime uma racionalidade extremamente distinta apoiada em uma relação verticalmente exploratória de apropriação e violência, por isto, produzindo ausências não antes vistas nestas terras.

### 2.3.3 As Repúblicas das Ausências

A partir daí a Amazônia passa a ser uma região de Estados – Nacionais coincidentemente periféricas em todos eles se observado os centros do poder político ou econômico. Esta condição já aponta para uma história regional semelhante independente do Estado – Nacional ao qual pertença: de massacre da população indígena, de saque dos recursos da natureza, e, enfim, de área para ser colonizada. (NOGUEIRA, 2007, p. 134).

Devemos iniciar esta contextualização tendo em mente que a criação dos Estados nacionais latino-americanos seguiu um modelo europeu de garantia dos direitos individuais que, portanto, deixou à margem de suas Constituições os povos tradicionais da Floresta, a quem restou a possibilidade de integração enquanto indivíduos juridicamente dissociados de seus grupos etnoculturais. Houve uma subjugação cultural e econômica através de forçadas assimilações políticas, religiosas e econômicas. (FILHO, 2010).

Ao passar de uma etapa de aproximadamente 300 anos de exploração colonial, marcada pela transição da colônia à república, as populações da Floresta, além de escravizadas e exumadas, viram muitos de seus conhecimentos ancestrais tornarem-se produtos no cenário mundial e passarem a incorporar as dinâmicas comerciais das metrópoles, como o explicitado por Baptista (2007) (apud Junior, 1948) ao expor um cartaz que circulava em Manaus e Belém por volta de 1890:

<p>A maior descoberta do século</p> <p>ELIXIR INDIGENA</p> <p>(Segredo dos índios do Alto Purus)</p>
--

A cura radical, infalível e sem dor para a lepra, do papo, da piorreia alveolar, da quebradura, da impotência, do quebranto, dos males da lama e do coração.

Trata-se com o coronel José Caruana ou com o Dr. Vicente Dória

No Hotel América – Rua Cons. João Alfredo.

Imagem 3 – Anúncio publicitário do final do século XIX

Fonte: Peregrino Junior, 1948.

O final do século XIX caracterizou-se pela exploração mercantil e organizada das riquezas da selva, as vias fluviais tornavam-se verdadeiras estradas de sustento dos impérios português e espanhol. Não é porque a exploração estava tributada na República e a presença do militarismo mantinha visíveis as divisas territoriais que as explorações aos povos locais haveria de findar.

Adentrando um século de independência, em 1922, as disputas territoriais e comerciais na Amazônia, em especial na região fronteira do Alto Solimões, estabeleciam-se entre os recém-criados Estados-Nação do Brasil, Colômbia, Peru e Equador, intermediados pelos Estados Unidos. O Tratado de Salomon Lozano, que vinha sendo trabalhado em comissões de vizinhanças entre esses países desde 1911 entra em vigor em 1922, reconhecendo como uma parte do trapézio amazônico também território colombiano. Isso gerou o descontentamento de alguns peruanos frente a esse Tratado, pela perda de território e a ameaça latente de invasão à atual cidade colombiana de Letícia, território que, na época, pertencia ao Peru. (FERRARINI, 2013).

Em 1932, tal invasão realmente incidiu: Peruanos, prendendo civis e autoridades, içaram a bandeira do Peru em terras ditas colombianas. Essa tensão levou-se até junho de 1934, quando a Sociedade das Nações interveio, resultando na Ata de Entrega do território de Letícia às autoridades colombianas. O Brasil, em postura imparcial, acolheu alguns habitantes fugidos da região de conflito, apesar de que, oficialmente, não se contabilizaram mortos nesse confronto. Além disso, o governo brasileiro mandou reforços militares estratégicos para averiguar a situação da região, como o general Almério de Moura que, de acordo com o que Ferrarini relata:

Desde o dia 23 de janeiro de 1933 até o dia 8 de fevereiro estacionaram aqui no nosso porto uma quantidade significativa de embarcações colombianas sendo equipadas com 1200 soldados e oficiais. No dia 8 do corrente seguirão para o rio Içá, para retomar o território deles no rio Putumayo, tendo estado ocupado arbitrariamente pelos peruanos. No dia 14 do fluente, os colombianos levam

vantagem com uma bela vitória sobre os peruanos, recuperando Tarapacá. Continuam as hostilidades entre as duas nações e os colombianos seguem subindo gloriosamente o rio Putumayo, sendo objetivo expulsar deles os peruanos e unir tais tropas as forças colombianas de Cauca. Depois disto os colombianos irão atacar os peruanos que ocupam Leticia. (FERRARINI, 2013, p. 85).



Região da Fronteira Brasil, Peru e Colômbia.

Imagem 4 – Mapa do Tratado de Lozano – Salomon  
Fonte: Nogueira (2007, p. 157).

As conturbações locais representavam, em diferentes dimensões, os conflitos espalhados por todo o continente nos anos que se precedem e se efetivam as independências das colônias. São disputas territoriais guiadas por motivações geopolíticas e financeiras para alguns, por busca de direitos e reconhecimento para outros. Apesar da máxima imposta pela Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade, as revoluções de independência na América Latina, salvo algumas exceções, não eram movimentos democráticos, na medida em que representavam apenas um desejo das elites americanas em despojar de direitos iguais aos dos colonizadores. Buscavam, assim, legitimar uma classe dominante local. (RINKE, 2012).

O início do século XX marca, para a Amazônia, a consolidação de uma nova Era: a Era da Borracha, riqueza vegetal que fazia das cidades a beira do rio, especialmente Manaus, o centro da produção e comercialização deste novo ouro. Nesta década a economia brasileira sofria com a crise econômica deflagrada pela lucratividade dos plantios de hevea (uma espécie de borracha) realizados no Oriente obrigando o governo do Marechal Hermes da Fonseca a elaborar o Decreto 2543-A de 1912, que decretou o que poderia ter sido a primeira política concreta de desenvolvimento regional do Brasil. Plano que tinha como medidas facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e da colheita e beneficiamento da borracha extraída destas árvores. (OLIVEIRA, 2009, p. 42).



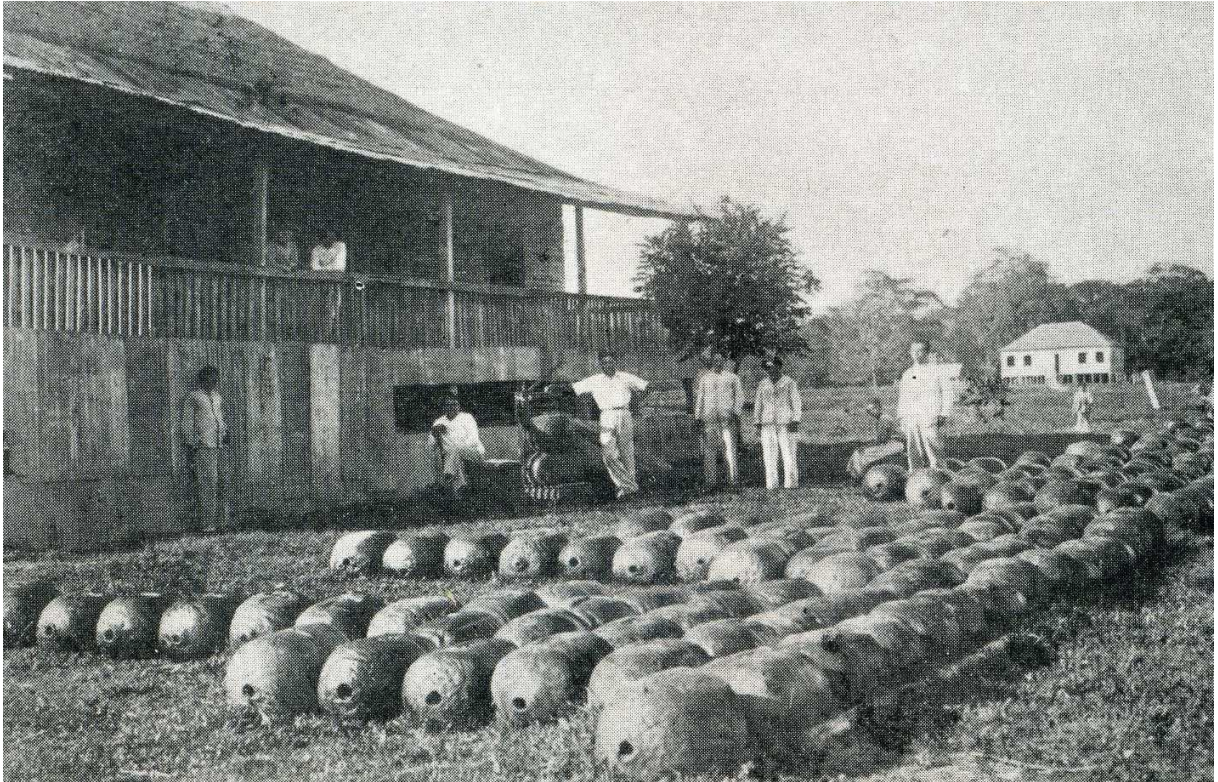


Imagem 5 – Império da Borracha

Fonte: <http://comunicacao.fflch.usp.br>

O Brasil, na tentativa de deixar para trás suas épocas de colônia, fascinava-se pelo ideário do progresso desenvolvimentista e transformava as regiões da borracha, do café e do açúcar em seu passaporte para nova era. A ferrovia Madeira-Mamoré era símbolo dessa conquista que, atravessando o imenso solo verde amazônico, transportava o ouro branco<sup>14</sup> para as centrais de comercialização do Brasil.

A Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 na bolsa de valores de Nova Iorque são comumente correlacionadas com a queda do império da borracha que, durante algumas décadas, logrou fortalecer uma elite social e econômica no norte do país. Mas, se analisarmos em detalhe as relações pelas quais se sustinha tal império da goma, perceberemos a permanência das mesmas práticas coloniais da escravidão sobre os povos nativos.

A crise do sistema da borracha aparece justamente em seu auge econômico, quando o produto era mais requisitado no cenário mundial, na segunda década do século XX, quando o produto amazônico perde espaço para a borracha asiática, pois a forma amazônica de realizar sua extração era extremamente custosa, além disso, o padrão tecnológico embasado no extrativismo desordenado não oferecia ao mercado uma boa qualidade. (OLIVEIRA, 2009).

---

<sup>14</sup> Designação popularmente usada para o látex, ou borracha, extraída dos seringueiros.

A Amazônia após a crise da borracha entrou em um processo de estagnação econômica e desestruturação da atividade produtiva dos seringais. Os fluxos migratórios direcionados antes para lugares distantes do interior do Amazonas passaram a sofrer um forte processo de refluxo migratório dos seringais para os grandes centros urbanos da região. Na segunda Guerra Mundial ocorreu a interrupção da borracha da Ásia, com isso foi criado o soldado da borracha, em sua maioria nordestinos que se embrenharam nos antigos seringais em busca do látex; em troca disto, os norte-americanos forneceram capital para montagem de certa infraestrutura na Amazônia. Após a Guerra, com o restabelecimento dos seringais da Ásia, a Amazônia retornou à estagnação econômica e social. (MEIRELLES, 2012, p. 77).

Djalma Batista, pioneiro estudioso dos processos amazônicos, em seu clássico livro *O Complexo da Amazônia: O processo de análise do desenvolvimento* (2007), relata que ao ciclo da borracha devem ser atribuídas significativas transformações no território amazônico, como a ocupação geográfica, a febre do ouro, a revolução acreana e a responsabilidade do primeiro grande e decisivo desequilíbrio ecológico, assim como a degradação das demais culturas de plantio, na medida em que, como refere o autor, “*Agricultura não rima com Borracha.*” (p.157).

Sobre esse quadro, Batista enfatiza:

Os seringais, produto de uma aventura econômica, eram verdadeiros acampamentos. Apesar dos regulamentos que os seringalistas faziam cumprir muitas vezes brutalmente, o que imperava realmente era o vale-tudo da exploração. O seringueiro, último elo da cadeia econômica, era sempre o bode expiatório, comprando as coisas essenciais a preços altíssimos, sofrendo descontos e recebendo contas de vendas viciadas, explorando acintosamente sua ignorância e seu analfabetismo. Estabeleceu-se, na Amazônia, assim, um sistema de escravidão econômica até agora não superado. (BATISTA, 2007, p. 177).

A crise da borracha e suas consequências espalhavam-se por toda a Amazônia brasileira. Os soldados da borracha, evocados ao longo da Segunda Guerra por causa da interrupção do fornecimento asiático, representam a reedição, sobre véus contemporâneos, do genocídio escravagista colonial no interior do Estado. Nesse contexto, os índios Huitoto, no Alto Solimões, por exemplo, foram praticamente dizimados, principalmente por Júlio César Aranã que, se aliando ao capital britânico, formou a Perwian Amazon Rubber Company, dominando 31 mil Km<sup>2</sup> de terras na Amazônia colombiana.

Nesse contexto de pobreza extrema, Ferrarini apresenta a carta do prefeito apostólico do Alto Solimões enviada às autoridades do centro do país:

As causas da pobreza no Alto Solimões e a crise econômica são várias. A última delas, além da política partidária e pessoal do governo brasileiro que abandona os interesses vitais do país e pouco a pouco o leva a ruína total. A causa principal é a refinada astúcia dos ingleses. Eles souberam tirar proveito da plácida sonolência do governo brasileiro. Enquanto este dormia eles vigiavam e enquanto transportavam a

preciosa goma, transportavam para a Ásia também quantidades enormes de sementes. O governo percebeu isto, mas achou que não devia se incomodar e, de um preço máximo reduziram a goma a um preço mínimo. Com isto o comércio sofreu um golpe mortal e com isto o falecimento das casas comerciais. Com isto os patrões não mais tiveram recursos para pagar os funcionários e extratores e uma miséria total se abateu sobre a Amazônia. Pelo interior, muitos morrem de fome. (FERRARINI, 2013, p. 122).

Foi na Constituição de 1946 que, pela primeira vez, a Amazônia vira pauta oficial constitucional das preocupações da Nação, determinando que durante 20 anos 3% dos impostos federais fossem destinados a Ela. De fato, mesmo contando com 3% das verbas da União, o Banco de Fomento serviu exclusivamente para o financiamento de obras rodoviárias, que posteriormente, por incentivo do Estado, implicaram na construção da rodovia Belém-Brasília, realizando a ligação do território amazônico ao planalto central e estimulando a futura pecuária e mineração regional, representando, assim, uma fase geralmente denominada de integrativa, sob o slogan *integrar para não entregar*.

Becker (2005) concluiu com elementos detalhados essa história, ao afirmar que foi com a formação do moderno aparelho do Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância integral da visão externa, tornando invisível toda a riqueza de saberes culturais que havia nessas terras.

#### **2.3.4 As décadas de 50 e 60**

A fase inicial do planejamento regional (1930-1960) correspondeu à implantação do *Estado Novo* por Getúlio Vargas, e foi muito mais discursiva do que ativa. Foi a necessidade de unificar o mercado nacional, associada ao avanço da industrialização, que desencadeou a abertura da região amazônica na segunda metade do século XX. Na exposição de palanque, denominada Discurso do Rio Amazonas, Vargas afirma:

Nosso objetivo deve ser o de adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes com o objetivo de retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também os estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nesta obra, aplicando-lhe a sua experiência e seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e a posse de terra do caboclo brasileiro. Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar



os valores das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob nossa vontade, deixará de ser um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. (VARGAS, 1941, p. 227)

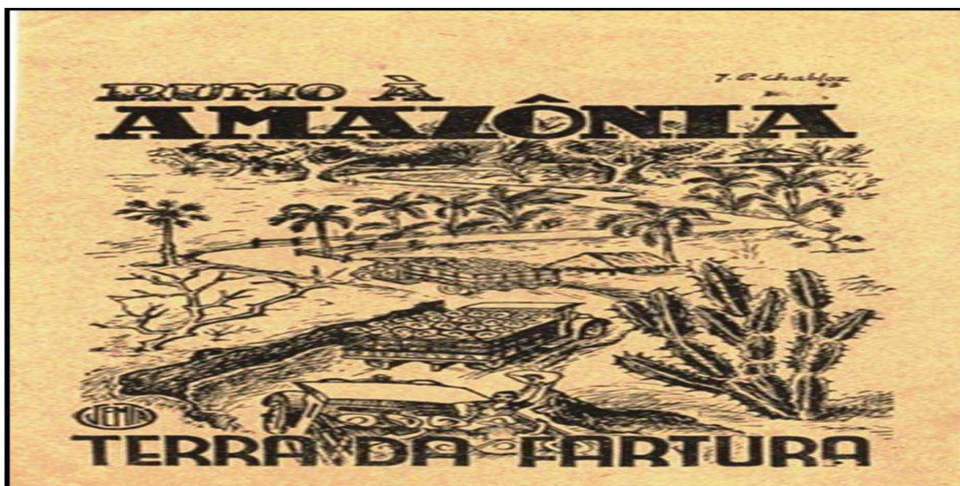


Imagem 6 – Propaganda de incentivo a migração para Amazônia  
Fonte: <http://www.rondoniaovivo.com>

A parte prática do ideário desenvolvimentista inspirado por Getúlio Vargas ficou a cargo de Juscelino Kubitschek. Em seu governo, ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de um para cinco milhões entre 1950 e 1960. Em 1953, criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com sede em Belém e o objetivo de desenvolver a produção agrícola, mineral, industrial e de bem-estar-social. (MEIRELLES, 2012).

Um novo “ciclo” amazônico começa a ser desenhado com a implantação da Superintendência e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, institucionalizando a Amazônia Legal como área de atuação governamental. Na fomentação de créditos é criado o Banco da Amazônia (BASA) substituindo Banco da Borracha, demonstrando as mudanças de diretrizes econômicas para a região. (WENDEL E SILVA, 2012, p.5).

Ao término, a experiência da SPVEA era analisada como um processo meramente técnico, burocrático, que desfocava os problemas sociais para os problemas geográficos ao colocar a Amazônia, a Floresta e seus rios como principal entrave a ser combatido em favor do dito desenvolvimento. (Oliveira, 2009).

Ao longo desse processo, no contexto nacional, o Plano de Metas de Juscelino desacelerou com a perda dos investimentos do setor de bens de capital, tendo a economia

brasileira, entre 1962 e 1967, o pior desempenho desde o pós-guerra. De emergência, por parte do economista Celso Furtado, entre 63 e 65, é lançado O Plano Trienal, através do qual João Goulart (então presidente) tentaria conter a inflação com uma política fiscal restritiva e o aumento dos gastos governamentais em setores específicos. Contudo, tal Plano teve vida curta ao enfrentar rejeições sociais, sobretudo, pelo congelamento dos salários. (MEIRELLES, 2012).

Com o golpe militar, em 1964, assume o poder o Marechal Castelo Branco, implementando o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, no qual os objetivos seguiam os mesmos: conter a inflação, retomar o crescimento e equilibrar os preços. Após vaporosa recuperação do quadro financeiro, através de uma política de choque bancário e fiscal, o governo estruturou um plano em longo prazo, denominado Plano Decenal (1967-1976) com três grandes enfoques: Educação como fator de desenvolvimento econômico e social, investimento na agricultura de larga escala como forma de combater a inflação e aumentar as exportações para gerar equilíbrio do balanço de pagamentos. Tal programa não foi inteiramente implementado, mas aprimorou a forma administrativa do governo planejar intervenções econômicas e sociais. (MEIRELLES, 2012).

Em relação à Amazônia, o PAEG representava o anseio militar de integração econômica e ocupação territorial com vistas à defesa das fronteiras, o que se concretizou com a *Operação Amazônia*, que propunha a implementação de polos de desenvolvimento, industrialização e incentivos fiscais ao capital privado que desejasse se instalar na região. Tais ações foram suscitadas por uma série de reformas de cunho administrativo no território amazônico, a saber: a transformação da SPVEA em SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia (Basa) e criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). (MEIRELLES, 2012).

Através da SUDAM e do crédito provisionado pelo Basa, empresas ganhavam 50% de desconto no Imposto de Renda ao aprovarem projetos dentro da Amazônia Legal<sup>15</sup>. Através desse circuito, o Basa criou o Fundo de Desenvolvimento Privado para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidam) que, anos depois, foi transformado em Fundo de Investimento da Amazônia (Fidam). (MEIRELLES, 2012).

---

<sup>15</sup> Amazônia Legal foi um conceito institucionalizado pelo Governo brasileiro para estimular o desenvolvimento econômico, quase construindo algo como uma zona de integração comercial interna. Possui uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup> e ocupa 61% do território brasileiro, pois fazem parte dela Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso. Além de parte do Maranhão.

Batista (2007), analisando com detalhe os primeiros dez anos de funcionamento do Basa, ressalta que o banco serviu como um álibi financeiro para beneficiar outras ações em diversas regiões do Brasil; uma jogada administrativa do próprio Governo para arrecadar fundos de interesses diversos que não a Amazônia, como a própria criação de Brasília.

Um dado já me tinha surpreendido, lendo a documentação do Basa: os empréstimos feitos no Estado do Pará tem sido sempre os de maior vulto, mas como o Ceará, Brasília e Piauí conseguiram empréstimos do Banco da Amazônia significa para mim uma incógnita. Os estados onde se situam indústrias que utilizavam a borracha (Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul) representam 32,1% dos investimentos em curto prazo. Enquanto isto, todas as unidades amazônicas, excetuando o Pará, foram atendidas com 26,7%, quase a mesma coisa que o percentual dos empréstimos concedidos no Estado sede do Basa. Toda a Amazônia Legal portanto, absorveu 52,5% dos recursos destinados ao crédito geral; o resto beneficiou o restante do país. (BATISTA, 2007, p. 270).

A função do Basa voltava-se principalmente para a agroindústria e a agropecuária e, a partir de 1988, passa a compor seus fundos principalmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (Prodex). Em 2008, possuía 104 agências e 106 postos de atendimento e, nesse ano, com a quantia de 2,053 bilhões de reais, foram financiadas 46.259 operações na agroindústria e pecuária, demonstrando a continuidade, ao longo das décadas, das ações de incentivo exploratório realizadas pelo Governo no território amazônico. (MEIRELLES, 2012).

O estímulo à migração ao norte e à criação de diversas rodovias, assim como a concepção da Zona Franca de Manaus e a consolidação da agroindústria, representam movimentos Molares que buscavam apenas a execução de uma ordem vigente, preconizante da integração mercantil, do livre fluxo de capitais estrangeiros em terras brasileiras e o incentivo da urbanização desfilhada dos aspectos ambientais, sociais e culturais.

A Zona Franca idealizada em 1950, posta em prática em 1960 e assegurada pelo Decreto de Lei 288, de 1967, começou sua primeira fase de instalação em 1970. Na segunda fase, a partir de 1976, o governo Geisel estabelece o índice mínimo de nacionalização dos produtos industrializados na Zona e o estabelecimento de cotas máximas globais anuais para importação, o que acabou por beneficiar grande parte dos produtores do Centro-Sul. Por fim, a terceira fase, iniciada em 1990, reflete a abertura nacional ao capital estrangeiro e o incentivo das importações como estratégias ao aumento da competitividade do mercado brasileiro no contexto internacional. (MEIRELLES, 2012).

Os indícios assinalam para a contribuição da Zona Franca de Manaus no processo caótico de urbanização do Estado do Amazonas, assim como para o fortalecimento da concentração da renda em toda a região da Amazônia Legal. O Estado do Amazonas detêm a maior concentração na arrecadação de toda a Amazônia brasileira, na medida em que Manaus concentra 81% do PIB do Estado, abrigando 52% da população em menos de 1% da área territorial. Os demais 61 municípios, que abrangem 48% da população, representam 99% do território e respondem por 19% do Produto Interno Bruto. (MEIRELLES, 2012).

Tem-se claro a compreensão de que essas intervenções governamentais, embasadas em fundos e subsídios aos setores privados, geraram concentração de recursos financeiros, principalmente na esfera oriental da Amazônia e suas duas grandes metrópoles, deixando grande contingente populacional de outras extensões territoriais à margem das possibilidades de crescimento, mas não à margem da exploração.

No contexto do Alto Solimões, data também desse período o Decreto de Lei de 1967, através do qual se cria a Amazônia Ocidental, composta por Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas. “Tratava-se de uma estratégia para estimular o desenvolvimento, graças aos recursos advindos da Zona Franca de Manaus e da extensão dos beneficiamentos da SUFRAMA.” (FERRARINI, 2013, p. 39).

Além disso, como estratégia de defesa territorial, em novembro de 1969, inaugura-se a Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, garantindo a presença da Marinha do Brasil como controladora das águas do extremo oeste.

A corrida de empreendedores públicos e privados para compra de terras na Amazônia intensifica-se com os benefícios gerados pelo governo, o que impulsionou as primeiras organizações de movimentos ambientalistas em defesa da Floresta, que se via subjugada pelo latifúndio capitalista expansionista. Contudo, a migração de milhares de colonos em direção à selva não havia como ser estancada, e com eles chegava uma concepção de selva sinônima de empecilho ao desenvolvimento da agricultura extensionista.

Nogueira (2007) avalia esse período amazônico como de intensificação da articulação da região com o resto do território nacional, através da estimulação de empreendimentos na área do minério, do pastoril, da colonização, da infraestrutura e da defesa; em muitos casos, Florestas cederam lugares a pastos. As áreas federalizadas e a ramificação de instituições governamentais eram a marca desse novo período.

“O Estado do Amazonas, cuja capital abrigou um polo comercial e industrial, com inúmeros benefícios fiscais, viu seu território de 1,5 milhões de km<sup>2</sup> esvaziar-se com a

migração para Manaus pelos nativos, enquanto os nordestinos eram levados ao interior.” (NOGUEIRA, 2007, p. 35).

Obviamente, tais perspectivas nacionais eram vastamente apoiadas pelos governos locais, como ao longo da gestão iniciada por Plínio Ramos Coelho, em 1960, e terminada por Gilberto Mestrinho, no Amazonas, antes da ditadura militar. Tal governo pretendia introduzir equipamentos mecânicos para acrescer o setor agropecuário no interior do Estado. Essa perspectiva manteve-se no período inicial da ditadura com o governo de Arthur César Reis aderindo ao Paeg e potencializou-se através do Plano Quinquenal do Estado do Amazonas (Planal), entre 1961 e 1971, sob a regência do governador Danilo Duarte de Mattos. Tal plano objetivou a construção de exponencial malha tecnológica no interior do Estado, com a criação de aeroportos, estradas, portos e um detalhado orçamento para investimentos na saúde, na pecuária, na educação e na agricultura de larga escala. (MEIRELLES, 2012).

Percebemos ao longo dessas duas décadas o início da industrialização do território amazônico que, por sua vez, sofre com o deslocamento de suas riquezas, postas a serviço de outras localidades e outros interesses no Brasil e fora dele. Confirma-se a política de intervenção no território amazônico em vistas à exploração mercantil e à ocupação territorial. Um erro crucial de estabelecer a Amazônia em relação de serventia com outro alguém que não Ela mesma e seu povo.

### 2.3.5 As décadas de 70 e 80

O início da década de 70 é marcado pelo *milagre econômico* e, como consequência, o alto grau de endividamento externo do país. A economia, aparentemente, mesmo frente à crise internacional do petróleo, ia bem e o povo, por sua vez, visivelmente, ia mal.

Foi no governo Médici que a repressão política atingiu seu auge com a implantação do Ato Institucional n. 5.<sup>16</sup> Contudo, o aprofundamento da crise do petróleo e a insatisfação política popular, no final dessa década, transformaria em pesadelo o sonho da ditadura.

---

<sup>16</sup> Quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985). Considerado o mais duro golpe na democracia. Redigido pelo então ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva: concedia poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de Vereadores (Municipais)e, no período de recesso, o poder executivo federal assumiria as funções desses poderes legislativos; Concedia poder ao Presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; Concedia poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; Concedia poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; Proibia manifestações populares de caráter político e impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas. Somente 10 anos após seu lançamento, no ano de 1978, no governo Ernesto Geisel, o AI-5 foi extinto.

No início, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), entre 1970 e 1973, implementado por Médici, sob a coordenação de Delfin Netto, pretendia gerar insumos econômicos para reduzir os custos da indústria. Através do Plano, foi instalado o Programa de Integração Nacional (PIN), primeira tentativa de equilíbrio na distribuição de renda e tributos dentro do território nacional. Esse Programa, de acordo com Meirelles (2012, p. 63), incidiria efetivamente na região amazônica ao propor:

- Aumento da fronteira econômica do país, principalmente a agrícola na Amazônia;
- Ocupar economicamente a Amazônia e desenvolver o nordeste;
- Incorporar essas economias periféricas às economias de mercado;
- Desenvolver a agricultura na região semiárida do nordeste;
- Orientar o fluxo migratório nordestino para nova fronteira agrícola da Amazônia, por meio da construção das rodovias BR 230 (Transamazônica), BR 165 (Santarém-Cuiabá) e a BR 364 (Cuiabá-Rondônia);
- Instaurar o Programa de Distribuição de Terras (Proterra), coordenado pelo Incra, para estimular as formações agroindustriais.

Na segunda metade da década, o governo de Geisel lança a segunda edição do PND, adaptado à região amazônica pela SUDAM, através do II Programa de Desenvolvimento da Amazônia (II PDAM), criando o Polamazônica.

O Polamazônica deu continuidade aos processos de povoamento e ampliação dos projetos agropecuários e de infraestrutura física para a região. Os fluxos migratórios estimulados pela política federal foram fortalecidos pela efetivação das estruturas básicas, como estradas, e geração de postos de trabalho em obras de conotação faraônica. Romperam-se os princípios federalistas quando as políticas estaduais passaram a ser postas em segundo plano pelo Governo Federal, que via no Polo um braço prático e independente dos governantes locais. (MEIRELLES, 2012).

De acordo com Meirelles (2012), o governador amazonense João Walter de Andrade (1971-1975) não se opôs às determinações militares e criou um Plano de Governo (PG) que se alinhava com as diretrizes do PIN e do Proterra. Na segunda metade da década, frente às pressões ocasionadas pela acentuação da crise do petróleo, essa integração entre perspectivas regionais e nacionais ganha mais simbiose e o então governador amazonense, Henoch da

Silva Reis (1975-1979), através do Plano de Desenvolvimento do Amazonas (PDA), subordinou-se integralmente ao II Programa Federal de desenvolvimento da SUDAM.

Especificamente na região do Alto Solimões, todas essas ações reverberaram em um grande golpe na Floresta amazônica, através do crescimento substancial da exploração da madeira. A região havia sido demarcada com uma área específica de exploração Florestal de 60.000 km<sup>2</sup>, referida no chamado Relatório Pandolfo<sup>17</sup>. Data da década de 70 também a chegada da primeira televisão à região e a construção do Hospital de Guarnição, até pouco tempo, única estrutura hospitalar na municipalidade de Tabatinga, principal cidade brasileira da tríplice fronteira. (FERRARINI, 2013).

Informação constante de documento do Ministério da Agricultura, fala que a exportação de madeira em bruto na Amazônia em 1971 foi de 7,9 milhões, representando 8,3% do total regional, todas as madeiras e seus derivados representam, naquele ano, na média nacional, 13,8% das exportações. [...] Já em 1963, durante o I Fórum da Amazônia, promovido pela Casa do Estudante do Brasil, no Rio, após uma conferência minha, falou o engenheiro Lucas Tortorelli, afirmando que cada toro de aguano ou mogno exportado da Amazônia custava então U\$\$ 20,00, mas com esse toro os países importadores, transformando-o em laminados, apresentavam produtos no valor de U\$\$ 10.000,00. (BATISTA, 2007, p. 165).

Batista (2007) afirma que foi por causa dessas relações extrativistas descontroladas, principalmente em relação à madeira, que, em 1971, o patrimônio do Banco da Amazônia (Basa) foi ampliado em 200 milhões de dólares, mas, curiosamente, nunca conseguiu gerar uma lucratividade de mais de 6% para seus acionistas. Em maio desse mesmo ano, o Banco foi considerado em crise porque 56% do seu patrimônio encontrava-se empenhado no total de empréstimos cedidos e considerados de difícil recuperação. Frente a isso, o Banco restringiu os incentivos de crédito à população, os seringais terminam por se extinguir e a extração de madeira toma rumos incontroláveis do ponto de vista econômico, legal, fiscal e ambiental.

Concomitante a isso, e quiçá, em parte, por consequência, como cita Ferrarini, a região da tríplice fronteira do Alto Solimões começa a destacar-se no cenário mundial pela produção e distribuição de drogas ilícitas:

Grande parte do tráfico de drogas da modernidade sai da Colômbia e Peru via Solimões. Foi o carro-chefe da economia local nas décadas de 70 e 80. Houve na região grande volume de dólar circulante. É dessa época a criação do município de Tabatinga e graças a essa grande movimentação na fronteira sua população e sua economia cresceram muito. Do lado da Colômbia houve grande ostentação de vida. Tabatinga atraiu migrantes vindos da capital e do interior, inclusive com apoio militar, pois a fronteira precisava ser ocupada e defendida. A partir da década de 80,

---

<sup>17</sup> Relatório governamental que articulava com grandes pecuaristas e madeireiros do Brasil e do exterior, a exploração de parcelas significativas da Amazônia, com incentivo fiscal do Estado. Esse material ainda é de difícil acesso e encontra-se disponível apenas de maneira fragmentada nos meios eletrônicos.

um grande número de instituições estaduais e federais se instalam em Tabatinga, reflexo ao mesmo tempo desta tensão. Letícia abrigava o terceiro maior cartel de drogas do mundo até os anos 1990, quando começou a ser reprimido. Com isto houve grande baque na economia local, atingindo também Tabatinga. (FERRARINI, 2013, p. 130)

Na primeira metade da década de 1980, as tendências políticas nacionais, estaduais e regionais não se alteram. O III Plano de Desenvolvimento, entre 1980 e 1985, sob a coordenação de Delfin Netto, no governo Figueiredo, basicamente focou suas ações no controle da inflação subsidiando a produção interna e incentivando a produção de outras energias como o álcool, no sentido de desvincular minimamente a balança comercial interna aos preços internacionais do petróleo em crise. (MEIRELLES, 2012).

Durante o governo estadual de José Bernardino Lindoso (1979-1983), o Amazonas assumiu como modelo padrão de desenvolvimento o III PND, e o Plano Global desse governo focou-se, primordialmente, na busca da independência energética de Manaus, através da criação da usina hidroelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo<sup>18</sup>. O Plano Global também produziu amplo diagnóstico sobre a realidade amazônica e, em suas linhas gerais, apresenta:

O crescimento econômico do Estado nos últimos anos têm-se traduzido em ganhos sociais diminutos para a população, havendo um processo gradativo de concentração da renda e centralização dos benefícios recorrentes desses crescimentos na cidade de Manaus. Somente os principais centros urbanos oferecem serviços sociais básicos, sendo ainda insuficiente para atender as necessidades locais. As áreas rurais do interior são desprovidas de infraestrutura que possibilite a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, problema agravado pela dispersão da população e condições naturais da região, que dificultam investimentos públicos. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1980, p. 30; In MEIRELLES, 2012, p. 115).

A conjuntura política, econômica e social começa a transformar-se com a queda da ditadura militar e a ascensão de governantes civis ao poder, na segunda metade da década de 80. Após a morte de Tancredo Neves, chega ao poder José Sarney, como presidente eleito pelo povo, em um período intitulado de Nova República. Sem dúvida, o objetivo maior encontrava-se na preparação política e administrativa para a convocatória da Assembleia

---

<sup>18</sup> Balbina é constantemente criticada por seu alto custo de funcionamento em relação aos 275 MW de energia que produz. Além disso, é conhecida por seu desastroso impacto no ambiente natural e nas comunidades que aí habitavam. Com uma área semelhante, a Hidrelétrica de Tucuruí, também na Amazônia, produz cerca de 8.370 megawatts. Ela emite 3 toneladas de carbono por megawatt-hora; em uma térmica, esse índice é de 0,3 tonelada de carbono por megawatt-hora. Alagando uma área de 2.400 km<sup>2</sup> de Floresta, Balbina atingiu cerca de 3 mil famílias que viviam nessa região. Para mais detalhes: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-11-02/usina-de-balbina-e-dez-vezes-pior-para-efeito-estufa-que-termeletrica-estima-pesquisador>.



Constituinte de 1988 e, sendo assim, uma série de fusões e criações de novos aparatos administrativos foi desencadeada. Além disso, o plano de vigiar a Amazônia intensificou-se:

Em 1985, é criado no governo José Sarney o Projeto Calha Norte (PCN), a meta do programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira. (WENDEL E SILVA, 2012, p.5).

Contudo, o Cruzado, plano econômico de Sarney, baseado na reforma tributária, na desindexação dos valores e no congelamento dos preços, teve que ser emergencialmente substituído pelo Plano Bresser, em 1987, que mantinha as ações anteriores, mas tratava de reverter o quadro de crise interna com políticas fiscais e políticas monetárias restritivas. O resultado, ao revés, foi à acentuação da crise que chamou, em 1989, um terceiro Plano denominado Verão, também ineficiente. Ao término da década, o quadro era de extrema inconstância econômica, com a hiperinflação e o congelamento dos salários. Por consequência, um sentimento de insegurança plainava no ar frente à impossibilidade do governo federal em gerar equilíbrio econômico à sociedade. (MEIRELLES, 2012).

No Amazonas, a transição governamental mudava de nome, passando para o então eleito governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposos, contudo, não mudava de diretriz, pois seguia na implementação do Plano Global desenvolvido pelo governo anterior.

Por sua vez, o atual governo viu-se surpreendido com o aumento exacerbado da migração do interior em direção à Manaus. Primeiramente, pelas péssimas condições encontradas nessas regiões mais distantes da capital, quadro que já havia sido diagnosticado pelo próprio governo. Segundo, porque não havia como frear o êxodo rural em direção à capital, frente à tamanha crise da economia nacional, pois, enquanto naqueles anos a média de crescimento do Brasil estava em 2%, Manaus, pelas políticas anteriores de incentivo à Zona Franca, chegava a 4% de crescimento ao ano. (MEIRELLES, 2012).

Raposo esgotou-se na tentativa de encontrar saídas para a explosão demográfica de Manaus e o aparecimento de regiões periféricas, que demandavam ações estatais básicas emergenciais, naquele momento, impossíveis de serem contempladas pela administração pública.

Foi apenas no governo de Amazonino Mendes (1987–1991) que se institucionalizou uma resposta efetiva para o êxodo rural: o Programa de Interiorização para o Desenvolvimento (PID), que objetivava criar políticas de fixação do homem em suas terras através de ações específicas, municipalizadas e de alto valor monetário, como a restauração e

criação de mais escolas, postos de saúde, calçamento, espaços culturais, incentivos ao plantio familiar, etc. (MEIRELES, 2012).

A avaliação final realizada pelo próprio governo do Estado ao término da gestão do PID foi positiva, afirmando que se efetuaram ações rápidas para uma situação emergencial que conseguiram frear, em certa medida, a onda migratória em direção a capital. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1991).

Ferrarini (2013) reflete que as ações governamentais frente à crise migratória foram elementos de impulsão e consolidação institucional para a região do Alto Solimões. Como reflexos da política de interiorização na região podem ser apontados: a implantação da Educação para Jovens e Adultos (EJA); a construção de novas escolas; a rede de telefonia pública; o Centro de Treinamento Profissional (CETAM), sob a coordenação do Comando Militar da Amazônia; a sede da SUFRAMA; a inauguração da agência bancária do Bradesco; a Inspeção da Receita Federal; a Agência da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas; a presença da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); Agência da Justiça do Trabalho; o 9º Distrito Naval da Marinha; o Aeroporto Internacional de Tabatinga; a COSAMA, enquanto rede municipal de tratamento e distribuição de água, que interligava 30% dos domicílios de Tabatinga; a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além da Associação dos Pescadores de Tabatinga e a Colônia dos Pescadores.

Todos esses novos atores institucionais cultivaram uma nova dinâmica à região da tríplice fronteira, principalmente através dos estímulos migratórios rumo ao interior, buscando quadros qualificados de outras regiões do país para o serviço público. O intuito último era de aquecer a economia local, como de fato mostrou-se nas décadas subsequentes. Esse elemento é também importante para a compreensão sobre a criação de uma elite local no Alto Solimões e o aumento da concentração de renda e da desigualdade social, na medida em que a população local, em grande parte, não possuía as necessárias qualificações escolares e laborais exigidas pelo governo para tais cargos públicos.<sup>19</sup>

Outra relação importante é que com a crise nacional econômica, as péssimas condições de vida no interior do Estado e o maior rigor na fiscalização de muitas ações civis, ocasionado por um maior número de repartições públicas no Alto Solimões, inclusive por meio de uma política restritiva de manejo e aumento das taxas para a exploração dos recursos naturais, houve uma decadência brusca no setor madeireiro (principal vetor financeiro das

---

<sup>19</sup> Para maior compreensão das dinâmicas socioeconômicas da tríplice fronteira em questão ver: LACERDA, Luiz Felipe. **A fronteira vivida e os processos de subjetividade**. In: **Práticas e saberes Psi: Novos desafios para prática dos psicólogos**. São Paulo, Abrapso, V.2 – 2015.

populações locais), que já no fim dos anos 90 não representava mais as expoentes cifras do início desse período.

O Plano de Interiorização também não pode ser desvinculado de uma ideia protecionista por parte do governo frente às estratégias mais ofensivas dos governos estrangeiros em direção à Amazônia. Nascimento (2009) chama a atenção para a abertura da Amazônia ao capital estrangeiro e o papel das universidades nacionais nesse processo: Primeiro, a presença do Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos, que desde 1986, apoiado em uma série de parcerias farmacêuticas, realiza pesquisas e coletas vegetais no território amazônico na busca de elementos que possam curar o câncer e a AIDS. Tal acordo possui como parceira nacional a Universidade Paulistana (Unip), com investimento avaliado em um milhão de dólares por quatro anos. Questiona-se o fato do projeto não ser claro sobre a geração de royalties para o Estado brasileiro.

Outra simbólica presença estrangeira na Amazônia brasileira, para permanecermos apenas nesses exemplos, refere-se à Glaxo Group Reserarch, criado em 1988 e filiado ao influente grupo multinacional de cosméticos, farmacêuticos e similares P&D. O projeto, em parceria com uma empresa brasileira chamada Extracta, busca, através do estudo de 10 mil bactérias e fungos, desenvolver drogas e produtos a partir de aproximadamente 30 mil substâncias diferentes. Tal ação, que encontra parceria científica nas Universidades Federais do Rio de Janeiro e do Pará, possui orçamento detalhado em 3,2 milhões de dólares por dois anos e meio e o ponto polêmico são as patentes que pertencem à Extracta, empresa privada com 10% de capital estrangeiro.

Pinta estar fulgente que o advento desenvolvimentista das décadas de 60, 70, 80, com sua faceta neoliberal nos anos 90, representou para a Amazônia a abertura de suas riquezas a serviço do capital sob a égide da Razão Indolente. Tal fato fica claro quando comparamos esses exemplos com o que Boaventura de Sousa Santos (2002) lembra enquanto consequência das políticas neoliberais nas economias nacionais: exigência da abertura comercial, adequação dos preços domésticos aos internacionais quando o segundo coloca-se mais baixo que o primeiro, prioridade na economia de exportação, direitos de propriedade privada sobre bens públicos ou naturais, regulação estatal mínima e a garantia de novos direitos de propriedade intelectual para investidores estrangeiros.

No contra fluxo desse processo, se estabelece, em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica, que “reflete uma visão geopolítica defensiva e pragmática da integração regional e fortalecimento da soberania por parte dos países amazônicos.” (SILVA, 2009, p. 222).

Esse acordo, que apesar de assinado por ministros das relações exteriores de oito países sul-americanos, ficou no papel até a metade da década de 1990, quando pressões internacionais em defesa da Amazônia, a morte de militantes ambientalistas como Chico Mendes, os estudos consolidados sobre os impactos ambientais dos meios hegemônicos de produção, assim como a Conferencia Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio – 92), retomaram esse tratado, elevando-o, por determinação da Agenda 21<sup>20</sup>, ao status de Organização que hoje, sediada em Brasília, apresenta uma plataforma de desenvolvimento endógeno e proteção ambiental para a Amazônia. (SILVA, 2009).

Por fim, parece que Becker (2005) tem razão ao afirmar que dois processos opostos têm como marco inicial a década de 1980 estendendo-se até os anos 90: Por um lado, o início do esgotamento do sonho nacional-desenvolvimentismo protagonizado pelo Estado potente, agora totalmente endividado, abrindo margem para entrada de capitais externos. Por outro lado, nesse mesmo tempo, um novo processo simbólico tem início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, representando, assim como outros muitos que emergem de diversos lugares na Amazônia, um movimento de resistência das populações nativas e de organizações ambientalistas frente à expropriação da terra e do povo.

### **2.3.6 As décadas de 90 e 2000**

Os primeiros anos da década de 90 mostram com clareza o ápice e a generalização da globalização mundial mercantil entre as nações (representada pela alta volatilidade do dinheiro e o fortalecimento das empresas multinacionais).

No país, com a crise econômica nacional que perdurava desde a década passada, a população brasileira, através do governo de Fernando Collor de Mello, viu confiscadas suas aplicações e as cadernetas de poupança a fim de inibir a especulação financeira para controlar a hiperinflação e regular a liquidez monetária do mercado. O resultado final foi um desastre que gerou holocausto político, econômico e social na nação, um amplo programa de privatizações e o enxugamento das estruturas administrativas do governo, que acabou por gerar o impeachment do presidente dois anos após sua posse.

---

<sup>20</sup> Foi um dos mais importantes resultados da Rio- 92 ou Eco-92, define a responsabilidade de todos os setores da sociedade no combate aos danos ambientais. Cada país desenvolve sua própria Agenda 21, no Brasil, ela é articulada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Questiona os conceitos convencionais de progresso e íntima as indústrias e governos ao planejamento de larga escala para redução de emissão de gases tóxicos.

A gestão do sucessor, Itamar Franco, nos anos que restavam ao cumprimento do mandato, tratou de estabilizar o caótico quadro do país através de uma brusca mudança de rumo ao lançar o Plano Real, que foi efetivamente posto em ação no posterior governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nesse último, ampliaram-se os processos de privatizações com destaque para Vale do Rio Doce e as companhias estaduais de telefonia, assim como o fim do monopólio estatal sobre o petróleo. Além disso, sobre a infraestrutura, Fernando Henrique Cardoso realizou forte investimento para a implementação do gasoduto Brasil-Bolívia<sup>21</sup>. Sobre os aspectos sociais, em seu governo criou-se o Fundo de Ensino Fundamental (Fundef) e a Bolsa Escola. (MEIRELLES, 2012).

No Amazonas, a abertura econômica de 90 reflete-se, durante a volta do governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo ao poder (1991-1995), com a criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas (Planamazonas).

Forças influentes em distintas escalas geográficas incutem no novo contexto. Ao nível global, tornaram-se mais aguçadas as feições da globalização mercantil com a interconexão não só das finanças, como das arenas políticas nacionais e internacionais, a redefinição do papel do Estado, a mercantilização global da natureza, os financiamentos descentralizados e a velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas. (BECKER, 2005).

“As empresas da Zona Franca de Manaus sentiram forte impacto decorrente da abertura econômica, o que impôs a necessidade de modernização de seu parque industrial, gerou aumento de sua produtividade e seu faturamento.” (MEIRELLES, 2012, p. 70).

Por isso, de acordo com os estudos de Becker (2005), nessa época as políticas públicas para a Amazônia refletiram o interesse nacional em seus valores históricos, atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e essa transição se expressa hoje nas políticas públicas desarticuladas, por partirem de conceituações homogeneizantes não compreendendo a existência de muitas formas de cidadania que nascem e se articulam com cada território.

Suas análises reforçam nossas intuições apontando que as estratégias que denominamos Molares, por uma histórica incapacidade em lidar com as peculiaridades de

---

<sup>21</sup> Via de transporte de gás natural da Bolívia diretamente ao Brasil com 3.150 quilômetros de extensão, sendo 557 em território boliviano e 2.593 em território brasileiro, nesse caso, administrados pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (empresa com 51% das ações sobre o controle da Petrobrás). Apesar de sua construção iniciar em 1997, só atingiu pleno funcionamento em 2010. Tem seu início na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra e seu fim na cidade gaúcha de Canoas, atravessando também os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, passando por cerca de quatro mil propriedades em 135 municípios.

cada região dentro do contexto amazônico, aplicam como regra geral determinado repertório pré-estipulado de conceitos e intervenções. Típica prática da Razão Indolente.

Becker (2005) afirma que existem dois caminhos possíveis para não incorrer nos erros típicos dessas intervenções Molares: Ou partimos para a produção radical de modelos radicalmente endógenos de desenvolvimento com severo confronto a ideários externos ou devemos realizar certa apropriação sobre as intervenções Molares, sob a égide do protagonismo comunitário, para redimensioná-las, ao longo dos percursos, às necessidades Moleculares.

Ao nosso entender, grupos locais articulados apropriarem-se das políticas públicas de intervenções Molares, para que, quando cheguem aos seus territórios, sejam hibridizadas com os variados e específicos elementos da cultura local, tornando-se, assim, Moleculares, parece ser a opção viável.

Nesse sentido, pensamos que uma intervenção Molecular só pode ser também uma intervenção cultural e que o Estado, enquanto entidade responsável sobre a totalidade de um território, produz políticas homogeneizantes e planificadoras incapazes de abarcar a diversidade no que tange as culturas.

Queremos descobrir então se esta *articulação Molecular Comunitária* pode ser movida e em que medida, pelos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade, através de práticas laborais associativas.

Para exemplificarmos essa tese, vejamos o que Becker evoca sobre o caso do Plano para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7):

Tal Programa, negociado em Genebra em 1991 e colocado em prática em 1994, é financiado pela União Europeia, Canadá, Japão e Estados Unidos, administrado pelo Banco Mundial, com investimentos previstos em 250 milhões de dólares. É um dos maiores programas ambientais implantados em um só país até hoje. Além de atribuir às ONGs papel importante na efetivação de suas atividades, busca proteger os recursos genéticos e conter o desmatamento, porém, implicitamente, projeta-se na aquisição de reservas de espaço e mercado para estudos bioquímicos e desenvolvimento de novas tecnologias de combustível oriundos da selva.

Mesmo com essas implícitas motivações exógenas e Molares, após detalhada análise, Becker (2005) afirma que foi o PP-G7 que se transformou no grande indutor dos projetos endógenos, através de uma estratégia descentralizada que envolveu as principais reivindicações sociais, onde se destacam as áreas protegidas e os projetos comunitários

alternativos “que transformaram a Amazônia em verdadeira fronteira experimental de um novo padrão de desenvolvimento” (p.25).

As áreas protegidas localizam-se na Floresta. Referem-se, por um lado, à demarcação de Terras Indígenas, uma conquista dos direitos coletivos das comunidades indígenas, que começou a ser aceita pelo governo em 1991 e tem resultado na demarcação de seus territórios e fortalecido seu papel como atores políticos no cenário regional. Entre 1995 e 1998, o governo reconheceu 58 Reservas Indígenas, correspondendo a 26 milhões de habitantes, e demarcou 115, equivalendo a 311.000 km<sup>2</sup>, de modo que 63% das terras indígenas estão hoje demarcadas, representando 78% da área total de reservas nacionais. Por outro lado, as áreas protegidas se referem às Unidades de Conservação (UCs), de vários tipos, que se multiplicaram na Amazônia a partir de meados de 1980, mas cujo gerenciamento se constitui no ponto nevrálgico, dadas sua extensão e falta de pessoal. Hoje, cerca de 22% de território amazônico e mais de 6% são ocupados, respectivamente, por terras indígenas e unidades de conservação. (BECKER, 2005, p. 18).

Esse exemplo reflete uma possibilidade concreta de apropriação local frente às políticas públicas e sociais, levando-as aos direcionamentos que correspondam às demandas locais.

Voltando ao contexto amazônico, se por um lado as pressões de privatização e exploração do mercado neoliberal cercam a Floresta de interesses mercantis, a década de 90 também inaugura um tempo de importantes conquistas aos movimentos rurais de resistência indígenas e ribeirinhos. Como fruto da pressão realizada por esses movimentos, em conjunto com segmentos indigenistas da sociedade, em 08 de Janeiro de 1996, Fernando Henrique lança o decreto 1.775, detalhando como se daria a demarcação das terras indígenas, algo que se esperava desde a aprovação da Constituição Brasileira (1988), no que tange:

Capítulo VIII - Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (Grifo do autor)

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Fonte: Constituição Brasileira, 1988.

Fazendo-se cumprir o Decreto, após o processo inicial de demarcação, obtinhamos, então, nacionalmente, o seguinte mapa das áreas indígenas:

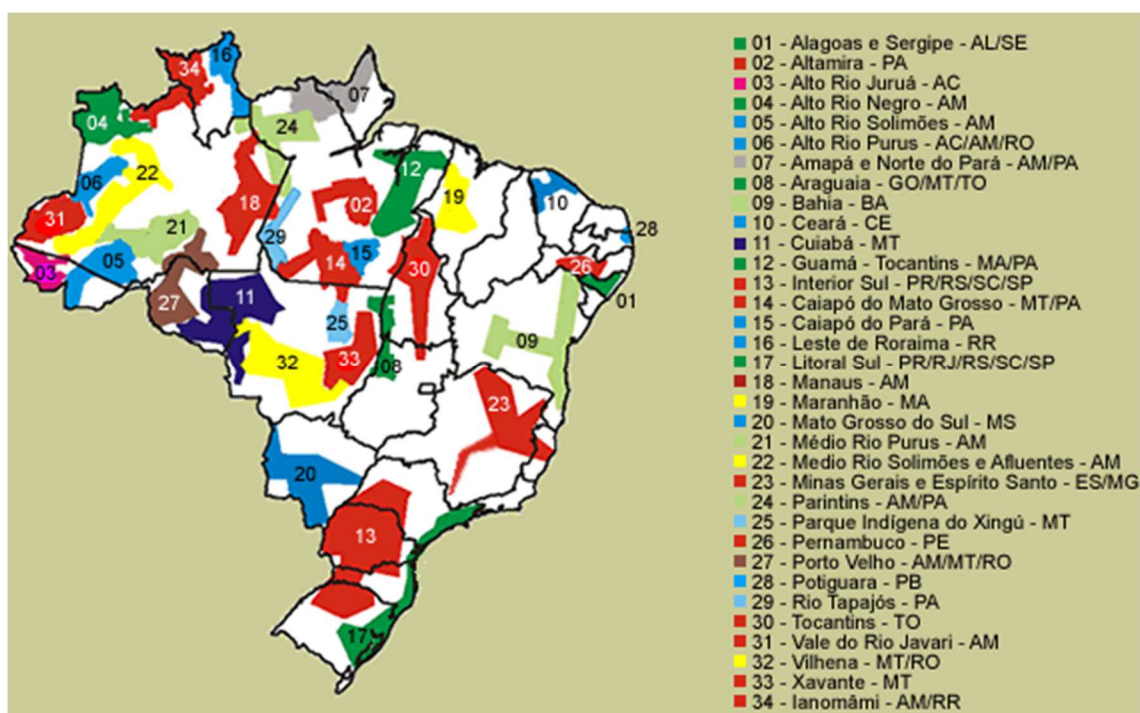


Imagem 7 – Mapeamento das áreas indígenas do Brasil – Década de 90

Fonte: Brasil Acima de Tudo (2012) – Disponível em: [www.brasilacimadetudo.com](http://www.brasilacimadetudo.com)

Sendo assim, a década de 90 representa a contradição das ações do governo, ora pressionado pelos movimentos indígenas, indigenistas e ambientalistas, ora pelo mercado



econômico mundial, as empresas multinacionais e as políticas neoliberais. Sobre esse contexto, exemplifica Becker:

O ano de 1996 é um novo marco. Neste ano, o projeto ambientalista propõe a formação de imensos corredores ecológicos para proteção ambiental. Mas no mesmo ano, o governo federal, após uma década de omissão, retoma o planejamento com o Programa Brasil em Ação, resgatando e fortalecendo o modelo exógeno e propondo a implantação de igualmente grandes corredores de desenvolvimento. Corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógeno e endógeno, orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. Políticas que expressam o embate de interesses econômicos e político-ideológicos diversos – em parcerias externas/domésticas – e influem na alteração do conteúdo do interesse nacional e da apropriação e uso do território. A coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno marca hoje a região. (BECKER, 2005, p. 33)

Devemos, ainda, levar em consideração que, geralmente quando se trata de direitos coletivos, direito a terra ou outras temáticas pertinentes à Amazônia, enfatizam-se os povos indígenas, deixando em invisibilidade jurídica e social os povos ribeirinhos, que também deveriam ser considerados populações tradicionais e com direitos constituídos.

A abertura aos mercados internacionais enquanto tendência nacional e regional e as ações de interiorização, que se tornaram específicas e sem continuidade, não obtiveram êxito em melhorar a qualidade de vida no interior de forma permanente. Fizeram, sim, fortalecer a concentração de renda em Manaus e aumentar a desigualdade social entre interior e capital.

É nesse contexto que o governador Amazonino Mendes, em seu segundo mandato (1995-2002), lança o programa III Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, que destinava suas ações primordialmente ao interior, ao prever (MEIRELLES, 2012):

- Implantação dos polos madeireiros e moveleiros de Itacoatiara, Eirunepé, Tefé e Manaus;
- Implantação do terminal pesqueiro de Manaus;
- Implantação da Cooperativa de Pesca em Manaus, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins;
- Implantação do terminal de exportação da soja de Itacoatiara;
- Desenvolvimento Turístico na reserva ecológica de Anavinhanas, área de proteção ambiental do Rio Negro, Parque Estadual do Rio Negro, área de prática ambiental em Presidente Figueiredo e o Festival Folclórico de Parintins.

Contudo, estudos comprovam (Pontes Filho, 1997) que o Terceiro Ciclo ficou muito abaixo de suas expectativas em relação ao interior do Amazonas, principalmente, por um erro em substituir a Secretaria de Agricultura pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do

Amazonas (Ciama) – sociedade de direito privado, automaticamente perdendo os recursos da União.

O interior permanecia sem os carecidos investimentos e, principalmente, sem um olhar específico que compreendesse e alvitrasse estratégias a partir da realidade de cada região. Como exemplo disso, evidencia-se a criação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), feita sem a devida articulação com a própria Universidade Federal do Amazonas, duplicando esforços com a instalação de cursos similares em lugares onde ambas existiam ou construindo grades curriculares totalmente desvinculadas das necessidades específicas de cada região.

O Alto Solimões, no fluxo contrário ao empobrecimento gradual da maior parte do interior do Estado, ao longo da década de 90, acelera sua economia, principalmente, através das políticas de incentivos e atração do funcionalismo público implantadas com a criação de diversos departamentos e instituições públicas nos anos anteriores. Ao mesmo tempo, esses migrantes, mão de obra especializada, que vinham à tríplice fronteira atraídos por boas condições salariais, iniciam a constituição de uma nova elite regional, aquecendo o mercado local e, conseqüentemente, ampliando o nível das desigualdades sociais entre estrangeiros e nativos.

Ferrarini (2013) aponta também que o aquecimento substancial da economia local, que, por vezes, movimentava cifras invejáveis até para as casas comerciais de Manaus, encontra-se intimamente ligado com a consolidação de um novo ciclo das estruturas de narcotráfico que, com já citado, nos anos 90 tornaram a tríplice fronteira amazônica uma rota de contrabando internacional. Apesar dos produtos ilícitos não permanecerem na região, inclusive sendo seu uso muito pouco aparente no cotidiano urbano das cidades do Alto Solimões, bancos, comércios, empresas e até vendedores informais de alimentos ou outros artigos acabavam por beneficiar-se pelo volume local de dinheiro movimentado pelo tráfico.

A intensificação da presença militar na fronteira brasileira trouxe alguns conflitos. Nesse contexto, o mais conhecido foi o combate do Destacamento Militar do Rio Traíra com as Forças Revolucionárias Armadas Colombianas (Farc), como nos apresenta Ferrarini, através do relato do major-médico Reinaldo Sérgio Batista dos Anjos:

O ataque guerrilheiro iniciou-se às 12 horas do dia 26 de fevereiro, quando o destacamento iniciava o almoço, após o retorno de uma patrulha. Um grupo de aproximadamente 34 homens, que se declararam integrantes da Farc – Comando Simon Bolívar, Fação Força e Paz, realizou uma incursão sobre o território brasileiro, atacou com fogo de armas automáticas e utilizou táticas de guerrilha. O ataque foi realizado por três colunas, nas quais uma tomou posição de tiro na margem colombiana do Traíra e outras duas, progredindo através da selva,

investiram contra o acampamento. Inicialmente foram eliminadas as sentinelas e, a seguir, desencadeado intenso fogo de armas portáteis sobre o restante do destacamento, que sem sucesso, tentou reagir. As duas sentinelas foram mortas assim como um dos garimpeiros capturados pelo exercido dias antes. Não houve contato com o Batalhão até o dia 1 de março quando foram encontrados pela patrulha que tinha vindo substituir. O resgate ocorreu dia 2 de março por helicóptero, levando feridos até Tabatinga [...] (FERRARINI, 2013, p. 87)

A virada do milênio trouxe à tona às comemorações de 500 anos de descobrimento do Brasil e é quando Neves (2010) sinaliza a ocorrência de uma das mais importantes iniciativas dos Movimentos Populares na história contemporânea do País sob o slogan *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil Outros 500*.

Tal movimento representa a retomada da articulação indígena com demais movimentos populares e representantes do internacionalismo solidário, como já citado na sucinta contextualização sobre as políticas públicas, realizada anteriormente.

Como frisamos, a participação indígena no universo das manifestações ficou marcada pela Marcha Indígena 2000 e a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que reuniu mais de 6 mil índios de 140 povos distintos na aldeia pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz de Cabrália, Bahia. Em última análise, tal movimento contribuiu para a superação de uma visão local e fragmentada que vinha tomando espaço das ações indígenas nos últimos anos e gerou, dentro do Movimento, uma visão integrada de Brasil enquanto uma grande e única Terra Indígena, caracterizando um verdadeiro redescobrimto de um Brasil não-europeu, ligado à demandas específicas, com lutas próprias e a eminente necessidade de emancipação social através da construção de um novo desenvolvimento como ideário. (NEVES, 2010).

O novo século, junto com a virada do milênio trouxe também mudanças significativas para a política brasileira. Pela primeira vez na história da República, foi eleito um partido político de cunho social e popular, representado na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010). A ênfase foi posta sobre os programas sociais de transferência de renda. O mais conhecido deles, Bolsa Família, representou uma junção entre Bolsa Escola, de Fernando Henrique, e outros diversos programas sociais, inicialmente, tendo como base o Programa Renda Mínima, implantado no governo paulista de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, anos antes.

O programa Bolsa Família, em 2010, atendeu 12 milhões de famílias, tornando-se o programa social de maior abrangência já operacionalizado no país. Tal gestão foi também marcada pelo aumento substancial do salário mínimo, que em 2003 era de 200,00 reais,

chegando, em 2010, ao patamar de 510,00 reais, provocando em quatro anos uma redução de 10% dos índices de pobreza no Brasil. (MEIRELLES, 2012).

A política econômica nacional, com o Partido dos Trabalhadores no comando, seguiu a linha ortodoxa que já vinha sustentando o Plano Real nos últimos anos e direcionando as verbas para infraestrutura e energia, criando o Programa de Fontes Alternativas de Energia, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), Programa de Racionalização e uso de derivados de Petróleo e Gás Natural (Compet), Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e a Política de Produção do Pré-Sal.

A infraestrutura foi um dos gargalos do governo Lula. A pressão por demandas e a baixa competitividade das concessionárias do setor de telecomunicações, aliada à precariedade dos portos, aeroportos, estradas e falta de mão de obra qualificada contribuíram para a alta do chamado 'custo Brasil' e baixo crescimento econômico do país. O Programa de Aceleração Econômica do Crescimento (PAC I) em 2007 possuía investimentos da ordem de 500 bilhões de reais, entretanto problemas com atrasos e dificuldades orçamentárias, licitatórias e de operacionalização das obras alteraram seu cronograma de execução. Em 2010 foi lançado o PAC II englobando algumas obras do PAC I e acrescentando novos investimentos, inclusive para a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, totalizando 1,59 trilhões de reais. (MEIRELLES, 2012, p. 75).

Na área da educação, chama atenção a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional da Educação (Fundeb), que, iniciando com um orçamento 700 milhões, atingiu a marca de 7,6 bilhões em 2010.

Cabe frisar também que é no contexto da primeira gestão do governo Lula que as práticas associativas, solidárias e cooperativas de trabalho assumem grande relevância e visibilidade no cenário nacional, surgindo como alternativa subsequente aos projetos de redistribuição monetária, na busca por desenvolvimento social e a geração de trabalho e renda. Esse cenário formaliza-se e institucionaliza-se com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho, em 2003, projetando o Brasil, a respeito das práticas associativas, como referência no cenário internacional.

No contexto das Políticas Públicas para a Amazônia Legal, vale salientar o Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca, elaborado em 2009 com vigência até 2011, desenvolvido pelo Gabinete da República em parceria com Ministérios da Pesca, Agricultura, Integração e Desenvolvimento Social. Tal projeto apresenta como objetivo geral:

Integrar programas, projetos e ações nos estados da região amazônica, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, visando

fortalecer as cadeias produtivas e melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos com a pesca e aquicultura. (PASAP, 2009).

Levando em consideração, em seus objetivos específicos, as mudanças climáticas e a crise financeira internacional de 2008, as diretrizes de tal projeto indicam ser necessário trabalhar junto às populações locais ações que promovam a “prevenção e a mitigação dos impactos causados as comunidades pesqueiras, apresentando o Estado como figura central nesta relação”. (p.5).

Percebe-se com clareza que no texto do Projeto a dinâmica estatal, apesar de construir discursos viáveis de desenvolvimento junto à população, apresenta-se como protetor patriarcal de um processo supostamente inevitável e não facultativo de desenvolvimento mercantil que, invariavelmente, gera malefícios a serem sanados por suas intervenções. De certa forma, as estruturas Molares apropriam-se de determinado discurso Molecular, no sentido de justificar suas intervenções, mas, no fundo, defendem uma postura comunitária passiva frente à implantação de sua ideia de progresso e desenvolvimento. Outra característica típica da Razão Indolente.

Os resultados oficiais do PASAP ainda não foram divulgados pelo governo, contudo, o principal índice de avaliação do projeto, referente à sua atuação na melhoria da qualidade de vida da população pescadora, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões participantes, que, segundo as informações do Plano em seu marco inicial (2009), apresentavam uma média de 0,757 pontos. Após quatro anos de intervenções, pelos dados do PNUD (2010), a média do IDH das mesmas regiões é de 0,705, não apresentando, portanto, as repercussões positivas desejadas.

Após intensa busca por resultados parciais de tal programa, encontramos no trabalho de conclusão de curso de Locatelli (2009) avaliações pertinentes e detalhadas sobre o desenvolvimento do PASAP. O autor, confirmando nossas impressões, conclui:

Na prática, foi ignorada a concepção teórica do PAS, demonstrando uma enorme contradição advinda dos conflitos de interesse existentes entre as tendências ideológicas que compunham a cúpula de direção do governo brasileiro, como pode ser constatado nos principais programas orçamentários de desenvolvimento regional, os PPA's 2004-2007 e 2008-2011, já que ambos não previam os recursos exigidos pelo PAS, e o segundo (2008-2011), especificadamente, dividiu o Brasil em duas regiões - norte e sul - para a atuação dos seus programas finalísticos, tais como: Agenda Social; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAS é inserido na dinâmica do PAC sendo restringido à obsessão por obras em infra-estrutura que representam a insistência num modelo econômico desenvolvimentista industrial. {...} A continuidade nesta concepção desenvolvimentista com foco em infra-estrutura demonstra que na

realidade o PAS não passou de um discurso de sustentabilidade exigido do Brasil tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. (LOCATELLI, 2009, p.90).

Esses indicativos nos levam a crer que ou o discurso relatado acima foi operacionalizado de maneira equivocada, ou após o processo de intervenção estatal, as comunidades não conseguiram, por elas mesmas, dar continuidade ao processo.

Mesmo ainda não estando de posse dos relatórios finais do PASAP, temos a tendência a concordar com Sanches (2010) ao apontar que as explicações usuais de falta de conhecimento, apoio técnico, auto interesse dos atores e desvios das políticas públicas não explicam o fracasso das intervenções de desenvolvimento na Amazônia, mas sim a subordinação de peculiaridades locais a uma lógica macroeconômica que não garante os micro processos necessários para o êxito dessas intervenções.

Segundo o autor, por trás desse cenário, encontram-se duas correntes que disputam espaço: uma primeira ligada à produção de subsistência, sem geração de excedentes e acumulação, baseando a estrutura social em vínculos de parentesco, elaborando mecanismos de redistribuição das sobras, garantindo certa estabilidade nos fluxos produtivos. Por outro lado, posiciona-se a corrente que busca gerar o maior excedente possível, equipando a produtividade a partir de técnicas exógenas e mecanismos mercantis de remuneração.

Temos aí caracterizadas, respectivamente, as práticas Moleculares e Molares no território amazônico. Essa última corrente, analisada por Sanches (2010), representa as lógicas capitalistas convencionais, que trazem para realidade amazônica uma racionalidade diferenciada, embasada na competição, que traz como resultados a degradação ambiental, o individualismo e a exclusão. Instalado esse quadro, “justifica-se” a intervenção e o controle Estatal sobre a localidade onde, por fim, o discurso técnico-científico acaba por aliar-se com a política partidária e as práticas tradicionais de assistencialismo para produzirem a não existência.

Os mercados locais e regionais tendem a serem autossuficientes, os mercados nacionais e internacionais exibem um comportamento de expansão e contração que esvazia os mercados locais em benefício dos internacionais, empobrecendo as populações com vínculos locais, dada sua procura por integração. A maioria dos programas de desenvolvimento da Amazônia coloca a necessidade de ligar a região com os mercados nacionais. Sendo a justificativa inicial para a construção de infraestrutura de energia e transporte que ligaria a região com o mundo. Somente que este plano beneficia aqueles com capacidade de integrar-se como os agricultores que produzem produtos com demanda externa, que possuem valor suficiente para pagar o transporte na exportação de grande escala. Isto obriga ao restante de produtores a adequar-se e iniciarem práticas de uso da terra que degradam e exaurem os recursos materiais e ambientais, os articulam desigualmente e levam a importação e ao consumo de produtos caros. (SANCHES, 2010, p. 23).

Seguindo essa linha de análise, os estudos de Alencar (2008) debruçam-se sobre a realidade amazônica, especificamente na região do Alto Solimões, realizando análises a respeito das políticas públicas e a cultura de várzea característica da região.

Nessas análises, a política pública aparece extremamente precarizada, pois se desenvolve de maneira descolada da realidade dos moradores. Tal rede falta, através da estrutura pública mínima e obrigatória, em seus serviços mais básicos; a lógica familiar é quase sempre submetida à lógica mercantil e faltam estruturas democráticas que realizem a mediação adequada entre população e órgãos de poder.

A falta de uma política eficiente no setor produtivo, por exemplo, afeta particularmente as famílias dos pequenos produtores rurais, em particular os moradores das áreas de várzea, que são responsáveis pelo abastecimento dos mercados urbanos com produtos agrícolas como a farinha, a banana etc. Apesar da importância da produção gerada por esse segmento social para a economia da região, não se observa por parte do poder público a promoção de políticas públicas que atendam as demandas da população. (ALENCAR, 2008, p. 1).

Nesse sentido, Alencar (2008) prescreve que mesmo munidos de intenções interessantes, a maior parte das ações, que pelo caráter emergencial, acabam por se caracterizar como ações assistencialistas do poder público frente a essas populações, como o auxílio maternidade, o bolsa família, entre outros, que, em determinada perspectiva, podem até representar ganhos oriundos de lutas históricas reconhecidas; mesmo esses direitos, ao serem aplicados, na maior parte dos casos, apresentam distorções que acabam por reproduzir uma lógica de submissão e precarização entre população e política pública.

Na medida em que buscamos, como horizonte deste trabalho, alterar algumas lógicas de análises sobre as intervenções para entendermos de fato as potencialidades que existem nas ausências do sistema hegemônico, descrevemos as reflexões de Alencar (2008) sobre o relato de moradoras da área de várzea:

Apesar da falta de políticas de apoio a produção e de serviços sociais básicos, as mulheres avaliam o modo de vida dos moradores da várzea como bom, quando tomam como referencial a facilidade de obter alimentos e a capacidade de produção. Mas quando tomam como referencial a existência de uma infraestrutura, o acesso a certos serviços públicos e as condições de trabalho e de produção, consideram a vida na várzea difícil, e o principal responsável é a falta de apoio do poder público municipal. Os raros investimentos na área social estão restritos a construção de escolas, ao fornecimento de energia elétrica com a doação de motores a *diesel* para a geração de eletricidade durante algumas horas no período noturno; à doação de televisores e de antenas parabólicas, também a doação de instrumentos de trabalho, como motores para cevar mandioca, fornos de torra massa para produzir farinha, motosserra para corte de madeira, dentre outros. (ALENCAR, 2008, p. 6).

A fala aludida acima é cabível de análise mais detalhada, na medida em que proporciona o retrato da própria contradição que vive cotidianamente o território de não-existência.

Quando analisada dentro de um referencial de possibilidades de viver do que se faz, ontologicamente, referindo-se às possibilidades que seu trabalho possui em produzir vida ao trabalhador e sua família, a avaliação das moradoras da várzea é positiva. Contudo, quando a matriz comparativa das entrevistadas desloca-se para a parte que é cabível ao poder público, a análise torna-se extremamente negativa, sendo grande parte das ações voltadas a um processo adaptativo dessas comunidades a determinado contexto mercantil.

Ainda mais: mesmo sendo a construção de tais estruturas responsabilidade do poder público e sua garantia na Constituição representar ganhos de determinadas lutas históricas que não podem ser olvidadas, alguns, nas práticas cotidianas, ainda perguntam: Mas porque os moradores não se juntam para, assim, sanar seus problemas por conta própria? A resposta para essa questão encontra-se na proposital desagregação das coletividades locais, consequência das intervenções da Razão Indolente e suas diferentes formas de produção da não-existência.

O relato dessas entrevistadas nomeia a consequência das práticas assistencialistas que subtraem das comunidades seu poder de autogestão, provocando passividade e dependência, que acabam por gerar um ciclo que se retroalimenta.

Se o prefeito ajudasse, a gente podia mudar, mas só a gente mesmo, como que a gente vai mudar? Sem a ajuda do prefeito como é que vai mudar? Se pelo menos uma vez por ano ele viesse olhar a gente ao menos. Eu pelo menos não conheço o prefeito nem em papel, só sei que eu voto, mas não conheço nada. (Antônia, Novo Progresso). (ALENCAR, 2008, p. 8).

Mesmo apontando que ainda é necessária a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre os efeitos dos programas de transferência de renda na região amazônica, é possível afirmar, como conclui Alencar em seu estudo, que se mostra o imperativo de reelaborar as intervenções públicas dentro da região do Alto Solimões, no que cabe às populações rurais, sob pena de ciclicamente reproduzirem-se as ausências, devendo, contra isso, ser a participação comunitária ativa em todas as etapas das políticas, o elemento imutável para a elaboração de novas formas de intervenção.



Nas sociedades indígenas da Amazônia, a família e as relações que dela resultam constituem-se no elemento organizador da economia. A divisão sexual do trabalho é o suposto da produção e tem nas atividades femininas o ponto basilar da organização do trabalho. Na etnia ticuna da Amazônia brasileira (umas das etnias mais numerosas ainda existentes em nosso país, assim como na Amazônia colombiana) a mulher é preparada para realizar o trabalho de artesã. A menina quando atinge a menarca é submetida a um noviciado *moçangol*. Ela fica mais de 30 dias isolada num determinado local sem ver o sol. Somente a mãe ou a irmã mais velha têm a autorização do pajé ou xamã para entrar no local, dar-lhe alimento e auxiliá-la na higiene corporal. A menina entra em reclusão para aperfeiçoar as prendas domésticas e aprender a fazer os utensílios que irá utilizar na sua casa após o casamento, depois de passar pelo ritual da moça-nova. (TORRES, 2007, p.2).

Na citação acima, a autora relata que apesar dessas práticas culturais, como tantas outras, implicarem na maneira como tais populações administram suas vidas diárias, nenhum desses elementos tem registro de ser incorporado às estratégias de políticas públicas, homogeneizando as diversas etnias indígenas sob um universo unificado, impondo-lhes lógicas alheias às suas, provocando, em última análise, um abismo entre intervenções públicas e realidades sociais.

Por fim, parece-nos, embasados em tais estudos, que as prevalências das questões culturais na esfera laboral dessas comunidades, por se encaminharem originalmente através de determinada lógica coletiva, tornam-se praticamente incompatíveis com as premissas do Estado, que, quando muito, adere ao discurso associativo, subsidiado exclusivamente por interesses de crescimento mercantil, que em nada têm ligação com as reais motivações das populações indígenas e ribeirinhas.

Para tais populações, suas ações parecem partir de uma micropolítica embasada na cosmovisão de vida partilhada, ações de solidariedade e compartilhamento dos recursos existentes que, diferentemente de comércio e lucro, visam compor outros elementos de existência, fundamentais a vida cotidiana, como a cooperação para aquisição do alimento e construção de habitação.

Dentro de uma sociedade homogeneizante e individualista, tais micropolíticas apenas poderiam acontecer, de maneira tão permanente e evidente, no território da ausência e é nesse território em que localizamos tanto a Amazônia, quanto os movimentos sociais que apontam o trabalho associativo, cooperativo e autogestionado como alternativas de emancipação social e melhorias na qualidade de vida.

Concluindo as reflexões a respeito desse período representado pela transição do século e também por uma profunda transição política em nosso país, vamos observar a análise de Simoni (2010) sobre determinado programa do governo que, em seus princípios e intentos, buscava o respeito e a consideração pelos aspectos locais em sua intervenção. A autora

explicita com clareza as dificuldades das intervenções Molares abarcarem as diversidades Moleculares.

O caso em questão refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), ambos diretamente ligados à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), interligados a outros sete Ministérios, representando as ações efetivas do Programa Fome Zero e Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Sob o financiamento do governo brasileiro e do Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), o que se demonstrou com a criação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Política de Integração de Transportes oriundos dos Programas supracitados, mais uma vez, foi o interesse de construir determinada malha mercantil de fluxo integrativo entre sudeste, nordeste e norte, sob o novo discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento local.

Ao serem selecionadas as cidades participantes desses projetos crivadas pelo critério de *malha multidimensional de transportes e hierarquia funcional* (referente à logística e infraestrutura disponível em cada local), automaticamente, deixou-se de fora a grande maioria das realidades amazônicas, que não dispõem desses requisitos.

Evidencia-se, acontecidos quase dez anos, que mesmo as importantes manifestações e articulações iniciadas pelos movimentos indígenas e indigenistas no início do século, representadas na Marcha Indígena e na Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, não foram, ainda, capazes de alterar a lógica intervencionista, dominante e indolente do Estado brasileiro em relação às populações bosquesinas.

Percebe-se isso através das conclusões de Simoni ao afirmar que:

Devido sua importância, a rodovia BR- 174 foi atendida pelo PAC (Programa de Aceleração Econômica, criado no primeiro mandato do Governo de Luís Inácio da Silva) como obra prioritária de desenvolvimento econômico na região. A escolha não foi inocente, mas se reveste de grande estratégia geopolítica em razão de atender a certas demandas econômicas do grande capital instalado na área de livre comércio de Manaus, sendo inclusive uma porta de entrada para a capital da Venezuela. Com essas características, trata-se de uma nova área de regionalização que tende a se concentrar nesse eixo com outras iniciativas, tais como: a construção e a ligação da Hidrelétrica de Guri para abastecer Boa Vista e outras cidades do Estado de Roraima. (SIMONI, 2010, p. 54).

Rematamos com as conclusões de Neder (2010), que, a nosso ver, representam bem um apanhado comum das ocasiões históricas que ressaltamos nesta sessão, com o desígnio de

dar visibilidade concreta às formas como a Razão Indolente operacionaliza a produção das ausências no território amazônico:

Quando o poder público não é o garante jurídico e institucional, a pretensão de soberania do estado é destituída de *base social*, já que fracassam tanto no que Max Weber chamou de *domínio organizado do território*, quanto à relação das pessoas no plano subjetivo ou interno de sua privacidade, inviabilizando o mínimo de sociabilidade política que supere o isolamento, como nos lembra H. Arendt. Aqui -- como em outras sociedades civis restritas herdeiras do Estado colonial nas Américas - não se trata hoje apenas do problema da inclusão econômica de vastas camadas sociais enquanto consumidores; trata-se de participação. (NEDER, 2010, p. 12).

### 2.3.7 Considerações parciais

Ao término deste capítulo, esperamos ter ofertado ao leitor a construção de uma perspectiva analítica sobre o processo intervencionista na Amazônia. Desde o resgate das histórias pré-colombianas ou pré-cabralianas, perpassando a construção de um Brasil colonial, até a construção ainda inacabada de uma República genuinamente democrática, os elementos expostos aqui confirmam que as intervenções Molares produzidas tanto pelo Império, quanto pelo Estado, desconsideram aspectos específicos do território amazônico, motivando-se com interesses secundários de exploração mercantil e ocupação territorial que, apoiados na Razão Indolente, produziram a ausência nesse território.

Essa ausência é percebida hoje sobre a Amazônia e seus povos através de classificações pejorativas que lhe atribuem status de precária, arcaica, local, mística, atrasada, entre outras. Vide que, para algo ruim, trabalhoso ou perda de tempo, o ditado popular brasileiro afirma: Que programa de índio!

Frente a isso, se evidencia na gênese das políticas públicas a incapacidade de gerar processos Moleculares de desenvolvimento com vista à emancipação social e à melhoria na qualidade de vida das populações indígenas e ribeirinhas.

Mostra-se, assim, enquanto estratégia, a precisão de pensarmos o fortalecimento de arranjos locais que possam apropriar-se das intervenções Molares, quando elas entram em contato com os territórios tradicionais, para que sejam adequadas às demandas específicas de cada contexto e região. Seria aquilo que chamamos de Articulação Molecular Comunitária.

Essa possibilidade é o que pretendemos averiguar com a apreciação do *Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver*. Porém, antes de

descrevê-lo, é prudente abriremos espaço para uma reflexão que se coaduna com as formas de intervir, referente às formas de avaliar tais intervenções.

Destacamos, ao longo deste texto, que não apenas as formas de intervir geram as ausências, mas também as formas de avaliar tais intervenções. Relembramos Sawaia (2005), ao apontar que as matrizes analíticas que não compreendem ou não reverenciam as especialidades de cada espaço, assentando, através de seus diagnósticos, as experiências alternativas no campo do residual, do ineficiente, do improdutivo, estão também, na verdade, atreladas a uma intencionalidade maliciosa de promover a manutenção da ausência.

Para tanto, é necessário adotarmos novos indicadores que atendam à dinâmica legítima desses fenômenos e territórios, sob pena de, ao seguirmos estritamente os modelos Molares de avaliação sem nenhuma forma de apropriação, as experiências alternativas continuarem sendo taxadas como marginais e insuficientes, no que tange à construção de outros modelos de desenvolvimento. Vejamos em minúcia na seção a seguir.

### **3. DAS INTERVENÇÕES ÀS AVALIAÇÕES: INDICADORES HEGEMÔNICOS E INDICADORES ALTERNATIVOS**

Do alto da Sumaúma, observamos com clareza as consequências e prejuízos sociais ocasionados às populações tradicionais na Amazônia ao longo do processo histórico de intervenção, protagonizadas pela Razão Indolente sobre esses territórios e seus povos.

Contudo, devemos ter clareza de que não apenas as intervenções produzem as ausências sociais, mas também as formas de avaliá-las. Sendo assim, não poderíamos descer da sagrada árvore, encerrando a primeira parte deste estudo, sem antes olharmos para esse ponto de maneira cuidadosa.

Estamos certos de que pouco adianta alterarmos as formas de intervir se não alteramos as formas de avaliar as intervenções. Em vista disso, neste capítulo, propomos uma análise sobre os principais e hegemônicos indicadores geralmente utilizados na medição da eficiência das intervenções públicas e/ou sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHI), Produto Interno Bruto (PIB) ou Indicadores Sociais (IDS), demonstrando suas inadequações e incapacidades para compreender, apreciar e avaliar de maneira correta a realidade indígena e ribeirinha no interior do Amazonas.

Ao fim, ofertando algumas alternativas, apresentaremos o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), os Indicadores para Empreendimentos Econômicos Solidários e, por fim, aquele que tornar-se-á um dos elementos analíticos desta Tese, o Indicador de Bem Estar Humano Indígena (IBHI).

En general, se puede afirmar que la construcción conceptual de indicadores sociales há avanzado a partir de asumir la ubicación del individuo o la sociedad dentro de los elementos que constituyen la idea de bienestar en diferentes momentos del tiempo. Em ese sentido, los indicadores sociales han contado con un objetivo general que engloba una medición de un tipo de bienestar social, unas condiciones de vida, entre otros. Su pertinência según Zarzosa (1996) y de acuerdo con las ONU (1960), proporciona los esquemas conceptuales y metodológicos adoptados con el propósito de instrumentalizar los componentes del nivel de vida, tales como: la educación, salud y vivienda, entre otros. Hasta ese entonces, la construcción de indicadores, se consideraba como unas simples medidas estadísticas sobre aspectos temáticos particulares. (ACOSTA, 2013, p. 92).

### 3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Os primeiros, e quizá mais populares, desses casos são os indicadores econômicos. Esses indicadores do nível de atividade financeira funcionam como um termômetro das condições gerais de elementos sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia, sintetizados no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), da produção industrial e das estatísticas de emprego e desemprego.

O Produto Interno Bruto (PIB), principal indicador dessa modalidade, corresponde ao valor de mercado do fluxo de bens e serviços finais disponibilizados por uma economia em um determinado período de tempo (normalmente um ano), propiciando o acompanhamento de suas modificações estruturais e de seu curso conjuntural.

No embasamento do PIB, encontramos sub-indicadores referentes à produção industrial, desemprego, inflação, exportações e importações (saldo da balança comercial), outros índices financeiros (juros over-Selic e poupança), índices do IBGE (refletem as variações dos preços dos bens e serviços consumidos por famílias com renda mensal urbana entre 01 e 40 salários mínimos) e índices econômicos do setor público (dívida líquida, recursos humanos e necessidades de financiamento).

Para utilizarmos apenas um desses itens como exemplo, vejamos como Lourenço e Romero definem a taxa de desemprego:

A taxa de desemprego é definida pela relação entre o número de pessoas desempregadas e a população economicamente ativa (PEA). A estimativa da taxa de desemprego no Brasil envolve uma polêmica metodológica nada desprezível entre as

instituições que procuram medir o fenômeno, o que acaba se refletindo nos números finais. As divergências começam com a população considerada em idade ativa (PIA) e terminam com os conceitos de procura e não obtenção de emprego. (LOURENÇO e ROMERO, 2008, p. 56)

Na medida em que, como apontam os dados oficiais do último Censo, realizado em 2010, praticamente 50% da população brasileira encontra-se em situação informal de trabalho e, como assinalam os citados, as categorizações a respeito das temáticas do emprego aparecem de maneira tão controversa, evidentemente, tais índices têm dificuldade em representar um quadro fidedigno da realidade do nosso país.

No caso específico estudado neste trabalho, as taxas da balança comercial, por exemplo, desconsideram toda a dinâmica fronteira das cidades do Alto Solimões na relação com cidades colombianas e peruanas que, de longe, passam pelas indexações de impostos e alíquotas.

A balança comercial, colocando em relação comparativa áreas urbanas super-industrializadas e territórios mais longínquos do país, apresenta mínima contribuição desses territórios no orçamento da União, de forma a provocar rótulos pejorativos para regiões que nunca tiveram vocação industrial, mas contribuem de outras importantes maneiras para o Brasil, como no caso do interior do Amazonas.

Além disso, o IBGE, ao pensar os níveis de consumo familiar caracterizando apenas a dimensão urbana ou metropolitana, desconsidera totalmente a maior parte da realidade amazônica. As taxas de desemprego, por exemplo, em que predominam o conceitual de um emprego formal e um desemprego degradante, não compreendem a realidade da agricultura familiar ribeirinha e indígena.

Portanto, a cada análise realizada sobre a constituição dos sub-indicadores do PIB, comprova-se sua total inadequação aos aspectos específicos de produção, consumo e organização social das comunidades as Floresta.

### 3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Na certeza de que os indicadores econômicos não dão conta de avaliar os reais benefícios que se colocam para além da esfera mercantil, apoiado na hipótese de que o crescimento econômico nem sempre acompanha o desenvolvimento social, surge a necessidade de desenvolver outro índice: o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

O IDH incorpora três aspectos de relevância para o bem-estar de um indivíduo: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno. Na sua composição cada um desses aspectos é representado por uma variável específica e mensurável: expectativa de vida ao nascer (longevidade), nível de instrução (nível educacional) e nível de renda (nível de vida). Ao considerar os dois primeiros aspectos, o IDH inova em relação ao PIB per capita (o que é a forma convencional de se mensurar o crescimento econômico). A metodologia de cálculo desse índice é a que segue: I- A longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer; II- O nível educacional é medido por uma combinação da alfabetização adulta (ponderação de 2/3) com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); III- nível de vida é medido pelo PIB real per capita (dólares internacionais de Paridade do Poder de Compra (PPC) entre países). (LOURENÇO; ROMERO 2008, p. 56).

O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O IDH surge no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) buscando o objetivo explícito de desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas nas demandas sociais.

Mesmo com tais motivações, debruçados na realidade, percebemos que o IDH também não abrange a multiplicidade dos elementos necessários a serem avaliados em determinados territórios de ausência. Sabemos, por exemplo, que, pela dificuldade de acesso à muitas regiões amazônicas, existe uma predominância dos índices referentes a Manaus e sua região metropolitana ou, da mesma forma como os índices econômicos apontados anteriormente, o IDH mostra-se insuficiente para compreendermos determinadas práticas locais e culturais.

Contudo, mesmo não aprofundando nossa análise em suas inadequações e assumindo-o como um indicador (não da realidade em si, mas) dos resultados das intervenções nacionais e internacionais que, ao longo do tempo, desenvolvem-se sobre determinados territórios, perceberemos que o quadro apresentado não é nada positivo, reafirmando a tese de que as políticas públicas e as ações de entidades de apoio produzem, muitas vezes, intervenções e avaliações totalmente deslocadas das realidades que pretendem auxiliar.

A título de esclarecimento, o IDH brasileiro, em 2011, por exemplo, foi de 0,718, ocupando o 84º lugar entre 187 países. O Estado do Amazonas, por sua vez, encontra-se em 13º lugar na escala nacional entre os 27 Estados da Federação, com 0,780. Porém, Manaus encontra-se entre as cinco capitais com maior PIB do país, com sua indústria mobilizando 18,9 bilhões de dólares e 2,2 bilhões de dólares em exportações anuais, possuindo um IDH de 0,730.

De acordo com cálculos contábeis, essa superioridade de aproximadamente 0,050 de Manaus em relação ao interior do Estado acaba por aumentar a média estadual e mascarar a real situação do interior do Amazonas, produzindo um efeito supervalorativo no IDH na compreensão geral do Estado. Comprova-se isto percebendo a disparidade entre os índices do Estado (0,780) em relação a algumas regiões do interior: Se analisarmos exclusivamente o IDH da região do Alto Solimões, medidos em 2000, teremos o índice de 0,590. Uma diferença de 0,190 pontos, portanto.

Além dessa ilusão no IDH estadual marcada pela concentração de renda, população e recursos na capital, mais uma vez, os percentuais de geração de renda medidos, nesse caso, não dão conta da agricultura familiar ribeirinha e da cultura de coleta e extrativismo das comunidades indígenas na região amazônica.

Pese a los avances logrados, el indicador aún no parece ser idóneo, dada la fragilidad de los datos de los que se vale. Estos datos han sufrido modificaciones que hacen que los resultados cambien de manera considerable. És un indicador que no permite reflejar las posibles desigualdades en materia de necesidades fundamentales. Al comparar dos países con el mismo IDH no siempre se encuentra que los mismos cuentan con una realidad homogénea similar dado que, por ejemplo, las desigualdades obedecen a elementos de orden geográfico —urbano – rural— o de género —hombre – mujer—, entre otras razones. (ACOSTA, 2013, p. 104).

Oriundos do IDH, no Brasil, foram desenvolvidos os Indicadores Sociais. Cavallieri e Lopes (2008) apontam que o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) tem como finalidade medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza.

### 3.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS)

O Índice de Desenvolvimento Social, primordialmente embasado nas questões referentes a saneamento básico, qualidade de habitação, seguridade, grau de escolaridade e disponibilidade de renda, caracteriza-se por seu caráter urbano, tendenciado a análise de outras localidades sobre comparações desproporcionais. Em última análise, também tendendo para a marginalização das realidades rurais que não compreende dentro de certo parâmetro de “aceitável”. A falta de algum indicador que respeite as formas laborais alternativas ou a própria caracterização local das construções de moradia no contexto rural explicitam claramente essas limitações.



Vejam os, para aqueles que conhecem minimamente a realidade amazônica, algumas conceituações deste índice mostram-se extremamente desapropriados. Lourenço e Romero (2008) apontam: No aspecto da habitabilidade do IDS, o indicador mais representativo para medir a inadequação da moradia é o número de moradores por cômodos utilizados como dormitório. Na ausência dessa última variável e de outras sobre a qualidade da construção da casa, optou-se pelo número de banheiros relacionado ao número de moradores.

As discrepâncias começam, primeiro, pela ideia de conforto, generalizada e aplicada de maneira comparativa a realidades distintas, de maneira unilateral. Segundo, em nenhum momento leva-se em consideração a tradição habitacional de indígenas de dormirem em malocas (ocas), em redes, ou no chão, unidos em um grande espaço, agrupados por núcleos familiares, para sermos bem específicos.

Aprofundando nosso debate sobre os indicadores sociais, apresentamos o pertinente estudo realizado por Ferreira (2007) sobre a importância da monitoração das intervenções públicas, através dessas ferramentas.

A autora marca que na década de 20 e 30, nos EUA, com o intuito de entender as mudanças sociais provocadas principalmente pela crise de 1929, desenvolveram-se atividades de coleta e sistematização de informações, com o objetivo de apropriação e desvendamento de um determinado tema, e construção de uma base de dados sociais. Contudo, apenas em meados dos anos 60 é que o termo *indicador social* obteve sua consolidação, quando começou a ser utilizado como instrumento de avaliação e monitoramento de impacto de programas e políticas sociais.

A partir desse quadro, inicia-se uma intensa produção de relatórios técnico-sociais embasados nos indicadores que buscavam medir a qualidade das intervenções sociais geradas em determinadas realidades. No Brasil, como marco histórico desse momento, temos a criação do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA), em 1964.

Na década de 70, houve um questionamento sobre a eficácia e efetividade desses indicadores no planejamento governamental, uma vez que o panorama de crise fiscal acabou por não permitir o cumprimento a contento desse planejamento, gerando certa incredibilidade em relação ao sistema de indicadores. Ainda assim, em 1973, cria-se o Departamento de Indicadores Sociais do IBGE.

Mesmo assentados pelo Governo na centralidade dos processos de avaliação social, continuaram surgindo críticas a esses modelos, como seu enfoque majoritariamente

quantitativo ou a simples mudança das prioridades sociais no intuito de produzir melhores resultados, subordinando os objetivos gerais e produzindo compreensão estritamente operacional desses processos de quantificação.

No que se refere às funções básicas de um indicador, existem duas que merecem destaque. Uma delas refere-se à *função descritiva* e a outra, a *função valorativa*, ou *avaliativa*. A primeira função está pautada pela necessidade de se conhecer uma determinada situação e a segunda função está ligada à possibilidade de se estabelecer um exame valorativo sobre uma dada situação, o que permite fazer uma avaliação de um determinado objeto, processo ou problema. No caso de programas e de políticas públicas, pode-se dizer que a função avaliativa de um indicador consiste em observar o desempenho de uma determinada ação ligada a essa política, ou seja, se ela está de acordo com o objetivo proposto. (FERRARI, 2007, p. 25).

Mesmo sobre o pretexto de acrescer o grau de racionalidade das políticas públicas, os indicadores sociais acabam, muitas vezes, protegendo certa estrutura hegemônica promotora da condição de precariedade social. Parece-nos que esses indicadores servem muito mais para medir a capacidade de determinada intervenção em (re)incluir estratos populacionais em certos processos sociais regulatórios do que para implementação e análise de intervenções que possam fortalecer e emancipar atores e coletivos locais.

É importante salientar que existem tipos de métodos de avaliação de um programa, política ou projeto social. Em relação ao momento em que é feita a avaliação de um determinado programa ou política, ela pode ser feita antes, durante ou depois que o mesmo foi implementado. A avaliação feita durante o início do processo de implementação é chamada *ex-ante*. Possui como intuito principal “*proporcionar critérios racionais para uma decisão qualitativa crucial: se o projeto deve ou não ser implementado.*” Já a avaliação feita durante ou ao término da implementação é chamada *ex-post* e pode ser subdividida em dois tipos de avaliação: a de processos e a de impactos. A avaliação de processos permite concluir se as etapas do processo que compõe o projeto são compatíveis ou não com os objetivos propostos. Em outras palavras, a avaliação de processo é um monitoramento das etapas do projeto que tem como principal função “*medir a eficiência de operação do projeto*”. Já a avaliação de impacto é feita ao término do projeto, sendo responsável por dizer se o mesmo galgou o objetivo almejado, ou não. Esse tipo de avaliação permite replanejar atividades e repensar ações futuras. (FERRARI, 2007, p. 33).

Para Jannuzzi (2001), cada fase do processo de formulação e implementação da política social pede indicadores específicos, que trazem subsídios para o bom andamento do processo. Esses apontadores seriam: indicador de insumo, relacionado aos recursos materiais, financeiros e humanos utilizados; indicador de processo, uma vez que ele mensura o desempenho de atividades relacionadas à forma de produção de bens e serviços; indicador de produto, que evidencia quantitativamente os bens e serviços produzidos por um programa, é resultado da combinação de um conjunto de insumos mediante determinado processo; e, por

fim, indicador de resultado, que está relacionado aos objetivos de um determinado programa, podendo ser considerado também como indicador de impacto.

A questão basal para a formulação de indicadores sociais para avaliação de programas e de políticas relaciona-se com a definição de um padrão normativo, que permitirá apontar os problemas e prioridades a serem tratadas, ou mensurar em que grau políticas e programas de intervenção alcançam os objetivos propostos. (FERREIRA, 2007).

Fontes diz que:

Embora a assertiva ‘indicador social apenas indica’ pareça óbvia, parece estar se consolidando em uma prática corrente a substituição do conceito indicado pela medida supostamente criada para operacionalizá-lo, sobretudo no caso de conceitos abstratos complexos como desenvolvimento humano e qualidade de vida. (...) os conceitos são operacionalmente banalizados, como se os indicadores e índices criados fossem a expressão exata, mais válida ou ideal dos conceitos indicados. (FONTES, 2004, p. 45)

Sendo assim, mesmo desenvolvendo reflexão pertinente sobre as formas de intervenção, os atores avaliadores, os processos sistemáticos de (re) elaboração de ações e metas, nos parece que os Indicadores Sociais ainda não conseguem tencionar a essência da lógica motivacional das intervenções. Em outras palavras, não nos parecem inverter a gênese da regulação normativa e da comparação excludente, que tanto criticamos nas intervenções Molares enquanto produtoras de ausência.

Vejamos alguns indicadores que tencionam essa lógica dominante, propondo a inversão de alguns prismas avaliativos.

### 3.4 ÍNDICES ALTERNATIVOS: FELICIDADE INTERNA BRUTA E ÍNDICE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De maneira lacônica, apresentamos duas ações que, ao nosso entender, possuem potencial de inversão dessas lógicas. De maneira global, num primeiro momento, apresentamos o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), posteriormente, em escala mais específica, apresentamos quadro síntese de indicadores que buscam avaliar os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.

O Butão, país da Ásia, desenvolveu índice alternativo para medir as riquezas de um país. Além das riquezas materiais, passou a medir também a felicidade, o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável. Criou, então, o índice Felicidade Interna Bruta (FIB). “A conta é simples: quando um país vende seus recursos naturais, por exemplo, o resultado final é tido como crescimento, mas os danos ambientais e sociais podem ser irreversíveis.” (LUTOSA; MELO, 2010, p.1).

O cálculo do FIB inclui o padrão de vida econômica, educação de qualidade, saúde, expectativa de vida e longevidade comunitária, proteção ambiental, acesso à cultura, bons critérios de governança, gerenciamento equilibrado e bem-estar psicológico. Para o economista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) Ladislau Dowbor, a principal defasagem do PIB é não contabilizar os estoques de recursos naturais. “Se um país exporta petróleo, corta suas Florestas, na verdade está reduzindo o estoque de riquezas”. (WWW.FIB.COM).

De acordo com Lutosa e Melo (2010), as variáveis do FIB estão abrigadas em nove itens gerais:

- 1. Bem Estar Psicológico** – satisfação e otimismo de cada indivíduo em relação a sua própria vida;
- 2. Saúde-eficácia** das políticas de saúde, com critérios como auto avaliação da saúde;
- 3. Uso do Tempo** – especialmente o para lazer e socialização com família e amigos, ou em atividades que o entrevistado goste de fazer e não se encontrem vinculadas ao seu trabalho;
- 4. Vitalidade Comunitária** – foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a possibilidade de participação democrática em espaços locais deliberativos;
- 5. Educação** – leva em conta a participação em educação formal e informal, assim como a relação entre cultura local e educação formal;
- 6. Cultura** – avalia as tradições locais e sua vitalidade cotidiana;
- 7. Meio Ambiente** - percepção dos cidadãos sobre a qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade;
- 8. Governança** – percepção pública sobre o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, a segurança pública e as intervenções públicas, em termos de responsabilidade, honestidade, eficiência e a transparência.

**9. Padrão de Vida** – avalia a renda individual e familiar, entradas, reservas, gastos e dívidas com relação a alguns elementos referentes à qualidade de vida e bem-estar psicológico.

O FIB nasce determinadamente em oposição ao PIB, neste sentido:

Um grupo de economistas e cientistas liderado por Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, acreditam que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma ferramenta limitada para medir o progresso das sociedades, uma vez que não consegue mensurar, com eficácia, o bem-estar social de uma nação por meio dos resultados desejados em todas as suas políticas implementadas para tal fim. Ao resumir toda a atividade econômica, o PIB não faz distinção entre itens que são “custos” e itens que são “benéficos”. Se você sofrer um acidente automobilístico e colocar seu carro amassado numa oficina para fazer lanternagem, o PIB sobe. São meras aferições de todas as transações econômicas. (LUTOSA e MELO, 2010, p.1).

Como percebemos, essas transações não são qualificadas eticamente. Se um país produzir equipamentos para uma guerra, haverá acréscimo de seu PIB. Não surpreendentemente, esses especialistas descobriram que, além de certo nível mínimo de renda, a maior felicidade provém de fortes e abundantes conexões sociais. Essas relações o PIB não avalia. (www.fib.com).

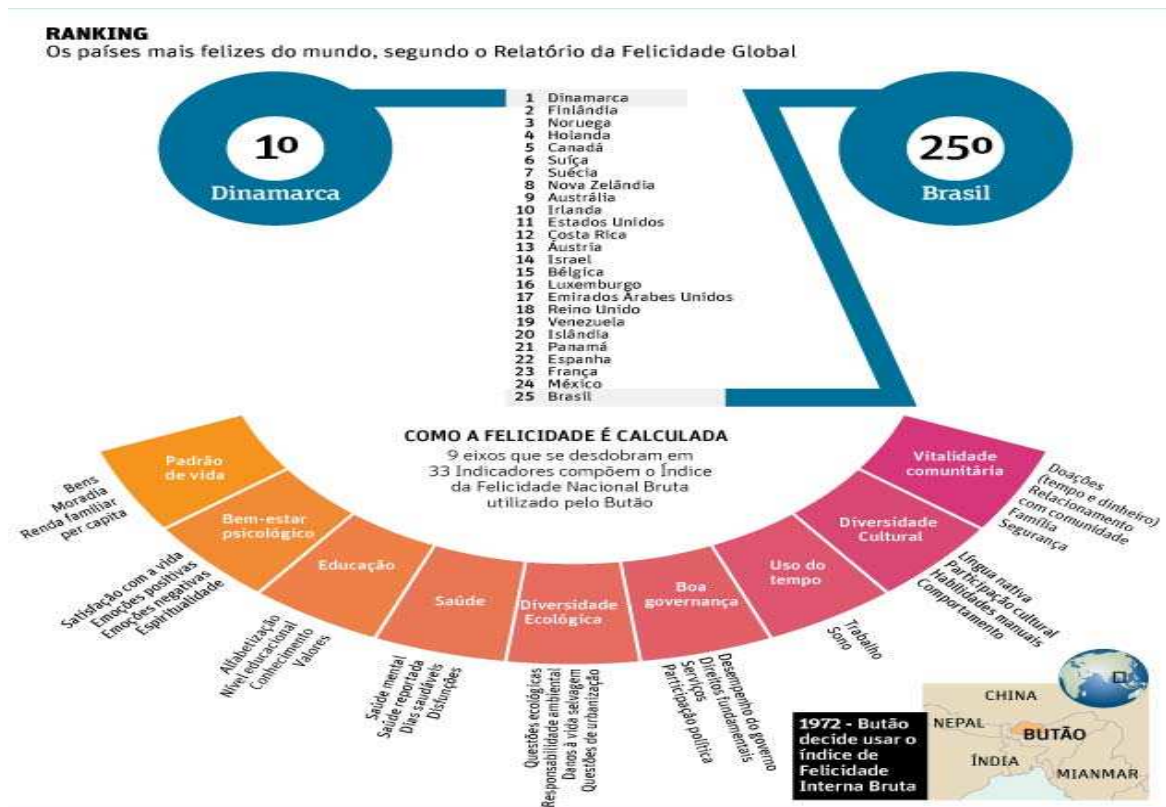


Imagem 8 – Índice de Felicidade Interna Bruta  
FONTE: WWW.FIB.COM

Mesmo sendo o FIB promotor de certa inversão na lógica de intervenções e avaliações de políticas públicas, na medida em que substitui essencialmente o conceito imperial de crescimento econômico para o de felicidade, ressignificando, como assegurávamos necessário, as reais motivações que impulsionam intervenção, devemos utilizá-lo com cautela, no sentido de não incorreremos no mesmo erro de adotarmos modelos exógenos frente às realidades locais.

Como refere Gallo, pesquisador da fundação Getúlio Vargas:

Não vai demorar para o Brasil compor seu próprio índice ligado a felicidade interna bruta, mas não pretendemos reproduzir o índice utilizado no Butão. O modo como medem a felicidade é interessante, mas o Brasil tem diferenças importantes ligadas a sua cultura e sua história. Queremos entender quais são os fatores determinantes para o bem-estar dos brasileiros. Não basta ser a sexta economia no PIB, é preciso saber se isso nos faz um país mais feliz. (GALLO, 2012, p. 1).

Sendo assim, apesar do FIB realizar certa tensão sobre critérios avaliativos hegemônicos, trazendo o conceito de Felicidade para o centro de debate, ainda carece de adaptação específica aos distintos contextos culturais e, por esse motivo, a nosso ver, peca na tentativa de uma comparação míope entre diferentes países.

Especificamente sobre a Economia Solidária, chamamos a atenção aos indicadores desenvolvidos pelo grupo de pesquisa ECOSOL, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Retomando o quadro referencial apresentado pelo Grupo de Pesquisa, assume-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários são compostos por dois vetores, dos quais metade dos indicadores recai sob a lógica convencional de produção dos empreendimentos embasados nos conceitos de viabilidade e eficiência e sua outra metade posta sobre os vetores solidários da autogestão e cooperação. Os pesquisadores desdobram esses conceitos em indicadores possíveis de serem avaliados dentro da realidade e da experiência de cada empreendimento.

Vejamos os indicadores utilizados dentro do **Vetor Econômico**:

**Eficiência:** Remuneração igual ou superior ao mercado, Melhoria nas condições de vida dos membros, Fundos Sociais (seguridade, saúde, descanso, etc.), Ações de cultura e lazer, Preservação do capital do empreendimento, Preservação da liquidez (capital de giro), Adimplência econômica financeira, Controle de qualidade do produto, Ambiente de trabalho gratificante, Preservação do quadro de associados, Contabilidade financeira, Cálculo de custo

dos produtos, Estratégia para fixação de preços, Remuneração do trabalho como variável diferenciada dos demais custos.

**Viabilidade:** Planejamento de médio e longo prazo, Fundo de investimento de médio e longo prazo, Expansão do trabalho ou da produção, Ampliação do capital do empreendimento, Diversificação ou expansão do mercado, Autossuficiência econômica e financeira, Aumento da remuneração média dos associados, Ampliação do quadro de associados, Uso de insumos e tecnologias limpas, Utilização de matérias primas recicláveis, Tratamento de resíduos e efluentes, Ações gerais de preservação do meio ambiente, Processo de qualificação da força de trabalho, Melhorias tecnológicas, Ações educativas dos associados, Elevado número de parceiros e articulações.

Pelo lado do **Vetor Solidário** temos:

**Cooperação:** Propriedade coletiva dos principais meios de produção, Processo de trabalho coletivo, Rotatividade de funções e tarefas no trabalho, Remuneração pelo trabalho, Minimização das diferenças de remuneração, Práticas de reciprocidade e ajuda mútua, Práticas de convivência ou mística grupal, Admissão de sócios segundo os princípios, Dispositivos de diluição de conflitos, Elevado comparecimento nas instâncias deliberativas e consultivas, Assistência a membros desfavorecidos, Ações em prol da comunidade, Práticas de comércio justo e intercooperação, Filiação às instituições representativas, Participação em movimentos sociais, Práticas visando efeito irradiador ou multiplicador.

**Autogestão:** Decisões fundamentais tomadas pelo conjunto de associados. Princípio: um associado um voto, Eleições diretas e livres dos dirigentes, Voto secreto nas decisões fundamentais, Uso de atas e outros registros oficiais, Regularidade das reuniões decisórias, renovação dos quadros diretivos, Órgãos fiscalizadores independentes da direção, Socialização das informações entre os membros, Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito, Atividades-fim realizadas apenas pelos sócios, Envolvimento dos membros na gestão cotidiana, Participação igualitária de sócios homens e mulheres.

Para não nos estendermos na análise das radicais transformações nos processos de intervenção e avaliação que se desencadeiam através de um processo de criação de indicadores específicos para determinados fenômenos sociais, como o caso dos indicadores apontados acima, recorreremos sucintamente a estudos desenvolvidos por nós, utilizando tal metodologia.

Uma pesquisa aprofundada sobre a Cadeia Produtiva e Solidária de Algodão Ecológico Justa Trama (Lacerda, 2013) aponta que tal cadeia, se analisada apenas pelo veto

econômico, como geralmente percebemos serem feitas as análises sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários, levar-nos-ia a um quadro de extrema debilidade, fadada, dentro de uma linguagem contabilista, a acumular dívidas, precariedade e insucesso financeiro. Contudo, ao levarmos em consideração os elementos do vetor solidário esse quadro muda substancialmente.

Em 2009, a cadeia produtiva Justa Trama atingiu 79,15% dos indicadores de cooperação e autogestão e 70,5% dos indicadores de eficiência e viabilidade, alcançando um coeficiente geral de 74,8% na mensuração desses elementos. Esses dados comprovam seu importante potencial emancipador que, ao colocar em pé de igualdade questões econômicas e sociais, desencadeia processos de protagonismo comunitário, fortalecimento de vínculos sociais e experiências democráticas laborais.

Tendo, portanto, refletido sobre a incapacidade dos índices avaliativos hegemonicamente normativos em abarcarem a especificidade do contexto amazônico, especialmente no que tange às necessidades desta Tese, referente às realidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões, e, por outro lado, apoiados em experiências como a dos últimos dois índices alternativos, criados através da tensão frente aos indicadores hegemônicos ou a partir da compreensão detalhada sobre as realidades que pretendem avaliar, apresentaremos, a seguir, a tese de Luiz Eduardo Acosta (2013), que, após profundos estudos sobre a realidade amazônica colombiana, acabou por criar e propor indicador próprio para a realidade amazônica.

Apesar de Acosta trabalhar especificamente a realidade indígena, defendemos, aqui, a ideia de que os elementos apresentados pelo autor enquadram-se de maneira pertinente à realidade ribeirinha, também estudada em nossa Tese. Afirmamos isso, amparados na especificidade de que tanto as comunidades indígenas colombianas e brasileiras, quanto as comunidades ribeirinhas brasileiras aqui englobadas, compartilham do mesmo território, com características biogeográficas análogas, pertencendo também a um mesmo território de ausência periférico aos seus respectivos Estados-Nação, compartilhando do mesmo histórico de intervenções Molares e possuindo, salvo algumas especificidades étnicas, semelhante cosmovisão amazônica sobre as dinâmicas imperativas da vida cotidiana.

Realizamos essa abrangência conceitual, sobretudo, apoiados nos relevantes estudos de Gaché (2002). Tal autor propõe um agrupamento conceitual entre as populações que vivem



no território amazônico em torno de características comuns a elas, cunhando o termo *bosquesinos*<sup>22</sup>.

Bosquesinos são aqueles moradores de regiões rurais da selva amazônica que vivem de seus rios e suas terras, daí retirando seus alimentos e insumos para confecção de utensílios. Vivem, basicamente, de um plantio de horticultura variada que, sendo em terras alagadiças ou firmas, organizam-se em torno da estrutura nuclear. Portanto, detalhando-se enquanto agricultura de cunho familiar, em princípio, ligada à subsistência, compartilham com outras famílias determinado território, geralmente denominado comunidade ou aldeia.

Siguiendo los planteamientos de Gasché (2002), los bosquesinos conforman tipos de sociedades que se caracterizan porque agrupan personas unidas por lazos de parentesco y amistad —vecindad—; se relacionan a través de grupos de solidaridad —distributiva, laboral y ceremonial— con los cuales configuran su vida cotidiana. (ACOSTA, 2013, p. 156).

No sentido de não repetirmos esforços metodológicos e sim utilizarmos os conhecimentos produzidos por demais colegas que compõe conosco a rede de pesquisadores que atualmente se debruçam a estudar a realidade da Amazônia, apresentaremos o Índice de Bem Estar Humano Indígena (IBHI), desenvolvido por Acosta (2013), ao longo da Tese intitulada *Indicadores de Bienestar Humano para los Pueblos Indígenas: gente de centro de la Chorrera, Amazonas*, e, posteriormente, o adotaremos como matriz analítica, com devidas adaptações, sobre a realidade específica que desejamos estudar.

### 3.5 ÍNDICE DE BEM ESTAR HUMANO INDÍGENA (IBHI)

Acosta (2013) desenvolve o Índice de Bem Estar Humano Indígena (IBHI) embasando-se em premissas muito similares às desenvolvidas por nós ao longo deste texto. Parte de uma ideia ampliada de que o contato das populações indígenas com a cultura ocidental acarretou, ao longo da história, prejuízos e desarmonias para essas culturas tradicionais e, revisando os principais índices avaliativos desenvolvidos pelos mais variados órgãos de apoio, controle ou fomento internacionais, acaba por concluir que, apesar de alguns avanços, eles ainda mostram-se ineficazes para a compreensão das realidades específicas da Amazônia.

---

<sup>22</sup> A partir deste momento vamos constantemente nos referir aos povos indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões enquanto Bosquesinos. A tradução literal do termo, do espanhol para o português, sugere o termo Florestinos, contudo, por opção fonética, manteremos o conceito em sua língua originária.

Assim como os nossos, seus pressupostos iniciais também estão assentados sob a preocupação da soberania das populações tradicionais sobre seus próprios territórios, assumindo a premissa afirmativa de que sempre, frente a qualquer forma de intervenção, seus valores, culturas, hábitos e visão de mundo devem ser não só respeitados, mas percebidos como parte fundante no planejamento desses processos.

Acosta (2013) chama a atenção para o fato de que os índices que pretendem trabalhar sobre as realidades existentes na Amazônia não podem apoiar-se apenas em elementos objetivos, mas devem levar em consideração também, e tanto quanto, elementos culturais, simbólicos e subjetivos desses povos. Para tanto, o autor constrói sua tese em torno do conceito de Bem Estar, que traz como premissa os modos de vida tradicionais que regem uma relação de harmonia entre as pessoas e o ecossistema amazônico.

O conceito de Bem Estar encontra-se sob o equilíbrio entre a intervenção do povo e o meio onde intervém. Um conceito que busca criar condições espirituais e materiais de harmonia com a natureza e que acaba por gerar uma série de acordos comunitários, comportamentos e percepções voltadas para isso. (ACOSTA, 2013).

O Bem Estar sugerido pelo autor compõe a construção teórica desenvolvida por nós, no início da primeira parte desta Tese, quando, através da elucidação dos objetivos maiores, tratamos de emancipação social e outras perspectivas de desenvolvimento, justamente atreladas à ideia de Bem Estar, Bem Viver, Vida Boa.

Como base do Bem Estar, para os povos estudados por Acosta, encontra-se o conceito de Abundância, que pode ser simplificado pela capacidade de encontrar no território aquilo que se almeja para uma vida boa.

Na visão cosmológica bosquesina, em geral, a abundância encontra-se subsidiada por um equilíbrio entre retirar e dar ao território. Portanto, um conceito ecológico, cultural e social que cria um pacto entre os moradores da selva, suas ações e a natureza.

A importância de impetrarmos lucidez sobre a concepção tradicional de território é primordial para estudos que, como o nosso, buscam intervenções adequadas às realidades amazônicas. Nesse sentido, Acosta descreve:

Sin embargo, frente a esa definición las consideraciones que sobre el territorio sostienen los pueblos indígenas, van mucho más allá de considerarlo solamente como un componente material, un espacio geográfico en el sentido de la tierra y/o la propiedad del mismo. En esa dirección, para los pueblos indígenas amazónicos, el territorio es el mundo. Las relaciones que se dan en él involucran a los seres humanos con los seres no-humanos y con los seres de la naturaleza que habitan los diferentes niveles del mismo. Esto implica que es necesario referirse a un territorio que integra los ámbitos materiales y espirituales de la vida indígena. Los grupos

indígenas amazônicos identifican varios niveles del mundo en los cuales habitan los diferentes seres: los humanos que vivirían en un nivel, los “dueños” de los animales y de las plantas. El territorio para los pueblos indígenas es mucho más grande que varios kilómetros de tierra inscritos en un título de propiedad: el territorio es el mundo, su manejo es un asunto de fuero individual, pero también se trata de un sentir colectivo que pasa por encima de lo étnico e inclusive del ecosistema amazónico, para trascender en relaciones que humanizan la naturaleza concibiéndola como un igual y no subordinada al ser humano. (ACOSTA, 2012, p. 139-140)

Além dessa percepção valiosa sobre o território em que habitam as comunidades amazônicas, o autor amplia a discussão usualmente traçada a respeito de Boa Vida, Bem Viver ou Bem Estar, não apenas como atreladas ao beneficiamento das necessidades básicas, mas, para além, vinculando-os à dimensão subjetiva do gosto, daquilo que se gosta de fazer, daquilo em que se encontra prazer em realizar.

Com as perspectivas supracitadas, Acosta apresenta um panorama geral que deve guiar a construção de indicadores no universo amazônico vinculado a três bases que se articulam de maneira holística na relação: Equilíbrio Territorial e Bem Estar Humano:

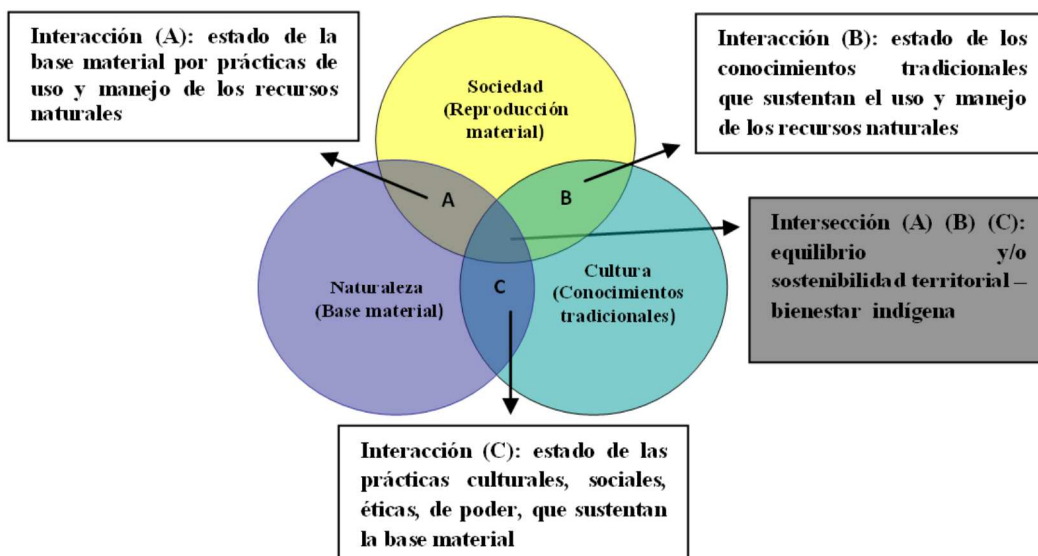


Imagem 9 – Campo Holístico do Equilíbrio Territorial e Bem estar Humano para os povos indígenas  
 Fonte: Acosta, 2013, p. 201

Sobre essas três dimensões, Acosta (2013) propõe o IBHI apoiado em cinco capacidades fundamentais: 1) Capacidade de Controle Coletivo do Território; 2) Capacidade autônoma de agenciamento cultural; 3) Capacidade de Garantia e autonomia alimentar; 4) Capacidade de construir e viver em um ambiente tranquilo; 5) Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

De modo que o IBHI será utilizado como uma das matrizes analíticas de nosso estudo, mostra-se pertinente estudarmos seus detalhamentos.

### 3.5.1 Capacidade de Controle Coletivo Sobre o Território

A capacidade de controle coletivo sobre o território coloca-se sob a existência de um sistema de parentesco e vizinhança, que empenham deliberações sobre o conjunto de elementos e ações que compõem o lugar. Nessa rede está prescrita a redistribuição de bens e práticas culturais que, em última instância, acabam por reafirmarem os processos indenitários. (ACOSTA, 2013).

De maneira concreta, esses elementos materializam-se sobre a existência de fortes instituições locais no território. Essas instituições podem ser a própria residência do cacique, um centro comunitário de reuniões ou mesmo encontrar-se materializadas na personificação das hierarquias culturais, como os anciões, os caciques ou presidentes da comunidade (nos casos de ribeirinhos), os sistemas de governanças locais, as parteiras, curadores, agentes comunitários de saúde, etc.

Nesse sentido, o autor sistematiza a Capacidade de Controle Coletivo do Território através do indicador referente ao potencial de governabilidade da população sobre suas terras.

Quadro 3 – Indicadores sobre a Capacidade de Controle Coletivo do Território

Indicador	Potencial de governabilidad tradicional en los territorios indígenas.
Definición	Jerarquías básicas de gobierno propio e intercultural que existen para el control social y político, y corresponden a las categorías especiales de autoridad, sustentadas en cabeza de los caciques y su espacio ritual en las malocas; los gobernadores de cabildos y las asociaciones de autoridades tradicionales indígenas, aglutinadas en las Asambleas de Autoridades Tradicionales.
Pertinencia	Las jerarquías básicas de gobierno propio e intercultural en los resguardos indígenas son un componente fundamental del desarrollo humano autónomo en los territorios de los pueblos indígenas; conforman un modelo de gobierno y gobernabilidad que garantizan el control social, político y ambiental en los territorios.
Unidad de medida	Número (Nº) de autoridades tradicionales (i) en resguardo (j), en el año (k).
Fórmula Matemática	$TATR_{ijk} = CCI_{ijk} + GCI_{ijk} + ATI_{ijk} + AAT_{ijk}$ , con: <i>i</i> = 1, 2, ..., A (autoridades) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (resguardo) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (años, quinquenio) Donde: TATR <sub>ijk</sub> = Total Autoridades Tradicionales Indígenas propias e Interculturales (i), em

	<p>cada resguardo (j), en el año (k). <u>No caso ribeirinho se referem a lideranças coimuntárias.</u></p> <p><math>CCI_{ijk}</math> = Total caciques en cabildos indígenas (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p><u>No caso ribeirinho referem-se aos presidentes das comunidades.</u></p> <p><math>GCI_{ijk}</math> = Total gobernadores cabildos indígenas (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p><u>No caso ribeirinho refere-se ao mais velho, sábios, áqueles a quem recforrem os presidentes.</u></p> <p><math>ATI_{ijk}</math> = Total Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas (i), en un resguardo (j), en el año (k). <u>No caso ribeirinho refere-se total de porganizações cmunitérias.</u></p> <p><math>AAT_{ijk}</math> = Total Asambleas de Autoridades Tradicionales Indígenas (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p>
--	---

Fonte: Acosta, 2013, p. 200.

OBS: Grifos nossos.

### 3.5.2 Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo

A capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma engloba o já citado controle sobre as ações e intervenções no território ancestral trazendo, agora, o foco, sobretudo, na relação que a comunidade e seus atores estabelecem com os agentes externos.

Nessa relação, devem ter a possibilidade de garantir a ordem e a manutenção do espaço, promovendo o imperativo dos saberes e práticas tradicionais, colocando, assim, a própria comunidade como agente principal de promoção das intervenções no território. Agrega-se a isso o total direito e controle sobre os bens, produtos e saberes gerados em suas terras.

Além disso, a capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma está intimamente relacionada com a capacidade da comunidade em construir um sistema de comunicação cultural e intercultural, garantindo a vitalidade e a transmissão de seus valores e saberes, assim como, dando aos seus a visibilidade necessária sobre outros mundos e culturas.

Ser competente en la comunicación de la cultura, implica las condiciones de ejercer, transmitir, reproducir y proteger los valores propios de la cultura. Son igualmente, los medios que permiten legar a las nuevas generaciones los conocimientos asociados a la tradición, sean estos los sistemas tradicionales así como las prácticas de instituciones nuevas. La reproducción cultural se refiere a la posibilidad de escoger entre varias formas de ejercer, transmitir, reproducir y proteger los valores propios de cada cultura; el grado de libertad para transmitir y reproducir los valores propios, independientemente, si su transmisión es consciente y/o de manera imperceptible. (Acosta, 2013, p. 206-207).

A Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo, para tanto, se divide em doze indicadores, como veremos a seguir:

Quadro 4 – Indicadores sobre a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma

Indicador	Potencial de áreas con oferta de recursos naturales disponibles nas terras
Definición	Corresponde a la base natural biodiversa con que cuentan; incumbe todos los activos que conforman la oferta de recursos naturales disponibles, a partir de los cuales se sostienen los modos de vida.
Pertinencia	La existencia de una base natural biodiversa fundamenta la oferta de recursos naturales disponibles, a partir de los cuales, se sostiene el sistema de autossuficiência alimentaria de las familias. Sobre estos inventarios de vida, las autoridades locais ejercen una gobernanza para garantizar el acceso y la sustentabilidad de los mismos.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de extensión en la cobertura (i), en resguardo (j), en el año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PACRijk = (ACRijk / ATRjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., C (coberturas)            J = 1, 2,..., R (resguardo)            k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:            PACRijk = Porcentaje de extensión en la cobertura (i), en resguardo (j), en el año (k).            ACRijk = Área de la cobertura (i), en un reguardo (j), en el año (k). (<u>Área de plantio</u>)            ATRjk = Área total del resguardo (j) en el año (k) = <math>\sum_{i=1}^C ACRijk</math> (<u>Área total da comunidade</u>).</p>
Indicador	Áreas que se sobrepõem aos territorios tradicionais
Definición	Son aquellas áreas de protección, reserva forestal y/o político administrativas que cuentan con un estado legal del territorio, las cuales se traslapan as áreas tradicionais.
Pertinencia	El ordenamiento territorial existente en Colombia ( <u>e também no Brasil</u> ), contempla diferentes formas del estado legal del territorio; en particular, en la región amazónica esas formas del estado legal del territorio, conforman diferentes mosaicos de traslapes territoriales. Se resaltan aquellas superposiciones territoriales de áreas en Parques Naturales Nacionales, departamentos, municipios, reserva forestal, com las áreas de los resguardos indígenas; lo anterior, genera diferentes conflictos territoriales no resueltos que fectan la gobernanza de los recursos naturales, que afectan los mismos en los territorios indígenas y deslegitiman la autoridad tradicional.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de extensión de un área traslapada (i), en cada esguardo (j), en el año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PEATijk = (EATijk / ATRjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., A (áreas traslapadas)            J = 1, 2,..., R (resguardo)            k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:            PEATijk = Porcentaje de extensión de un área traslapada (i), en cada resguardo (j), en el año (k). (<u>Área demarcada retirada da posse das comunidades</u>)            EATijk = Extensión de una área traslapada (i), en cada resguardo (j), en el año (k).            ATRjk = Área total de un resguardo (j) en el año (k), en referencia a las áreas traslapadas. O (<u>Área total da comunidade em relação a área demarcada pelo Governo, por ano</u>).</p>
Indicador	Potencial de tierra cultivables demandadas por unidades familiares

Definición	Se trata del área total que las unidades familiares demandan en el contexto de su sistema de producción y bajo las exigencias de la sostenibilidad de sus modos de vida.
Pertinencia	La información permitirá constatar el acceso a las tierras, por parte de las unidades familiares para garantizar la autosuficiencia alimentaria. Permitirá ampliar los estudios asociados a las unidades de producción familiar hechos de manera general, pero que ameritan una especificación de acuerdo al sistema productivo de cada pueblo.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de extensión de áreas en chagras (i), en resguardo (j), en el año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PEACijk = (EACijk / ATRjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., C (áreas chagras) (<u>Áreas de plantio</u>)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PEACijk = Porcentaje de extensión de áreas en chagras (i), en resguardo (j), en el año (k).</p> <p>EACijk = Extensión total áreas en chagras (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p>ATRjk = Área total de un resguardo (da comunidad) (j) en el año (k), en referencia a las áreas em chagras.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Potencial de población en tierras tradicionales</b>
Definición	Se refiere al estado de la población neta en un momento dado, como producto de su dinamismo y en referencia a: nacimientos, defunciones y el saldo migratorio, con respecto al total de población.
Pertinencia	La información pretende ofrecer un panorama sobre las dinámicas sociales que mas impactan el crecimiento y composición (edad y sexo) de la población. Un primer aspecto del inventario poblacional en un momento dado, lo constituyen el saldo entre fecundidad y la mortalidad, que muestra el estado de salud y las condiciones socioeconómicas de la población. En segundo lugar, se tiene el saldo migratorio en los territorios, que permite obtener un conocimiento sobre la movilidad de la población indígena en el espacio y a través del tiempo. Los desplazamientos desde el territorio indígena hacia otros lugares, permitirá comprender las razones por las cuales la población indígena migra. De otro lado, los desplazamientos hacia el territorio indígena permiten comprender las razones e impactos de orden social, sobre la demografía de la población, así como las tendencias y las expectativas de los lugareños.
Unidad de medida	Total crecimiento natural (Nº) población indígena con dinámica (i), en cada resguardo (j), en el año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>TCNPijk = TPIijk + TNPijk - TDPijk + TIMijk – TEMijk</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., D (sexo, edad)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>TCNPijk = Total crecimiento natural población indígena con dinámica (i), en cada resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TPIijk = Total población indígena con dinámica (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TNPijk = Total nacimientos con dinámica (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TDPijk = Total defunciones con dinámica (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TIMijk = Total población inmigrante con dinámica (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TEMijk = Total población emigrante con dinámica (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p>
<b>Indicador</b>	<b>Auto – reconocimiento étnico</b>

Definición	Expresa el tipo de identificación étnica que los individuos manifiestan pertenecer en los territorios; es decir el auto-reconocimiento dentro de un grupo étnico particular.
Pertinencia	La información aportada por el indicador, ofrece un conocimiento sobre los grupos étnicos existentes, a los cuales están adscritos los habitantes indígenas en los territorios. El auto-reconocimiento permite mostrar la cohesión respecto a los grupos en los que se ejerce una u otra actividad cultural; igualmente, el estado sobre la conciencia étnica vinculada directamente al ejercicio de sus derechos colectivos como pueblos —autodeterminación—.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de población que se identifica con una etnia (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PPIEijk = (PIEijk / TPIjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., E (etnias)  J = 1, 2,..., R (resguardo)  k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PPIEijk = Porcentaje población que se identifica con una etnia (i), en un resguardo (j), en un año (k).  PIEijk = Número de habitantes que se identifican con una etnia (i), en un resguardo (j), en un año (k).  TPIjk = Total población del resguardo (j) en el año (k), en referencia con la etnia a la que pertenece = <math>\sum_{i=1}^E \text{PIEijk}</math>.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Participación de la población en prácticas culturales estratégicas</b>
Definición	Se trata de establecer la vigencia de las prácticas culturales en el contexto del siglo XXI a través de la medición de la participación en los eventos em que tienen lugar.
Pertinencia	La medición de la vigencia de estas prácticas culturales permite dar cuenta de las posibilidades de ejercer las actividades asociadas a la cultura que finalmente determinan el status identitario y reafirman la particularidad y la diferencia de las mismas.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de participación de la población en una práctica cultural (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PPPCijk = (NPCijk / TPIjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., P (práctica cultural)  J = 1, 2,..., R (resguardo)  k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PPPCijk = Porcentaje de participación de la población en una práctica cultural (i), en un resguardo (j), en un año (k).  NPCijk = Número de habitantes que participan en una práctica cultural (i), en un resguardo (j), en un año (k).  TPIjk = Total población en resguardo (j) en el año (k), en referencia a la participación a una práctica cultural = <math>\sum_{i=1}^P \text{NPCijk}</math>.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Personas bilingües indígenas —lengua propia – español— (<u>Português no nosso caso</u>)</b>
Definición	Se ocupa de medir el número de personas que es competente lingüísticamente en la práctica de la lengua indígena como en el español ( <u>Português</u> ).
Pertinencia	El bilingüismo en idioma indígena y español ( <u>Português</u> ), debe considerarse como un indicador de pluralismo y riqueza cultural y no como barrera cultural o subdesarrollo. Asimismo, hay que tomar en cuenta la posible presencia de un bilingüismo asimétrico, es



	decir, las personas hablan un español ( <u>Português</u> ) instrumental para el contacto, conservando en mayor medida su lengua indígena. Así, existe una enorme variabilidad de situaciones de bilingüismo, con diferentes grados de asimetría y de intervención de las lenguas dominantes. La pertinencia cultural de las políticas públicas para personas indígenas bilingües, estará dada por la articulación de las especificidades culturales y la identidad local propia, rechazando la homogeneización y la imposición de modelos occidentales globalizados.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de personas de una población que son bilingües (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	$PPBi_{ijk} = (NPBi_{ijk} / TPI_{ijk}) * 100$ , con: <i>i</i> = 1, 2, ..., B (práctica bilingüismo) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (resguardo) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (años, quinquenio) Donde: PPBi <sub>ijk</sub> = Porcentaje de personas de una población que son bilingües (i), en un resguardo (j), en un año (k). NPBi <sub>ijk</sub> = Número de habitantes que son bilingües según lengua indígena (i), en un resguardo (j), en un año (k). TPI <sub>ijk</sub> = Total población en el resguardo (j) en el año (k), en referencia a la población Bilingüe = $\sum_{Bi=1} NPBi_{ijk}$ .
<b>Indicador</b>	<b>Grado de educación en el sistema de educación no-indígena</b>
Definición	Determina el porcentaje de personas que cuentan con años cursados y aprobados, en educación primaria, secundaria, superior, tecnológica, en el sistema formal de educación.
Pertinencia	El nivel alcanzado en el contexto de la educación no- indígena, permite Establecer las posibilidades para interactuar con el sistema de valores noindígenas, así como la influencia sobre el propio sistema de valores.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de personas que han cursado un grado escolar (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	$PNGEi_{ijk} = (NGEi_{ijk} / TPI_{ijk}) * 100$ , con: <i>i</i> = 1, 2, ..., GE ( <u>grados escolares cursados</u> ) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (resguardo) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (años, quinquenio) Donde: PNGEi <sub>ijk</sub> = Porcentaje de personas que han cursado un grado escolar (i), en un resguardo (j), en un año (k). NGEi <sub>ijk</sub> = Número de habitantes que han cursado un grado escolar (i), en un resguardo (j), en un año (k). TPI <sub>ijk</sub> = Total población con grados escolares cursados en un resguardo (j) en el año (k) = $\sum_{GEi=1} NGEi_{ijk}$ .

Fonte: Acosta, (2013, p. 204-207)

OBS: Grifos nossos.

### 3.5.3 Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar

A capacidade de garantia alimentar engloba não apenas a possibilidade momentânea de estarem bem alimentados como também a perspectiva a médio e longo prazo de que isso esteja assegurado. Inclui, portanto, capacidade de armazenamento de alimentos, de conseguir insumos que subsidiem o plantio, a capacidade produtiva familiar (número de pessoas e idades), assim como o conhecimento das técnicas apropriadas para que a produção gere mais frutos, sejam essas técnicas tradicionais ou a apropriação de novas técnicas que melhorem a produção.

A esta Capacidade dão base cinco indicadores, como veremos a seguir:

Quadro 5 – Indicadores sobre a Capacidade de Garantir a Autonomia Alimentar

<b>Indicador</b>	<b>Grado de diversidad de los alimentos producidos y consumidos por las unidades familiares</b>
Definición	Número de especies con sus variedades sembradas en las chagras, recolectadas, pesca y cacería, por las unidades familiares de producción.
Pertinencia	La posibilidad de diversificación de los alimentos o de abastecerse con ciertos productos particulares, les otorga un grado de bienestar mejor pues les permite establecer un tipo particular de relaciones con los miembros de tales sociedades; no parece suficiente medir solamente la cantidad de vitaminas y proteínas que cada individuo puede apropiarse.
Unidad de medida	Porcentaje (%) especies sembradas, recolectadas, pesca y cacería (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	$TETD_{ijk} = ETC_{ijk} + ETR_{ijk} + ETF_{ijk} + ETP_{ijk}$ , con: <i>i</i> = 1, 2, ..., ETD (especies tradicionales disponibles) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (resguardo) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (años, quinquenio) Donde: TETD <sub>ijk</sub> = Total especies tradicionales disponibles en la alimentación (i), en cada resguardo (j), en el año (k). ETC <sub>ijk</sub> = Total especies tradicionales chagras (i), en un resguardo (j), en el año (k). ETR <sub>ijk</sub> = Total especies recolectadas (i), en un resguardo (j), en el año (k). ETF <sub>ijk</sub> = Total especies cacería (i), en un resguardo (j), en el año (k). ETP <sub>ijk</sub> = Total especies pesca (i), en un resguardo (j), en el año (k).
<b>Indicador</b>	<b>Indicador Importancia cultural de los alimentos de la dieta local</b>
Definición	Importancia relativa de los alimentos en contextos locales a partir de criterios culturales tales como: tabúes, motivaciones sociales colaterales, representaciones sobre propiedades adicionales de tales productos, representaciones asociadas a la identidad étnica, entre otros.
Pertinencia	Los medios a través de los cuales se logra la capacidad de alimentarse, son también fundamentales a la hora de abastecerse, pues les permite una vinculación concreta a esta sociedad. Por lo anterior, será necesario dar cuenta de las categorías de alimentos desde la perspectiva local, no solo en términos del prestigio, sino también, de los tabúes y

	prohibiciones que existen y que les permiten conservar un cierto estado de salud bajo el respeto de las normas y prohibiciones derivadas de la tradición local y de la noción de equilibrio energético.
Unidad de medida	Porcentaje (%) tabúes y prohibiciones sobre un alimento (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PTPAijk = (NTPijk / TPDjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., TP (Tabús y/o prohibiciones)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PTPAijk = Porcentaje de tabús y/o prohibiciones existentes por productos alimenticios (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>NTPijk = Número de tabús y/o prohibiciones existentes en ciertos productos (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>TPDjk = Total productos disponibles (j) en un resguardo (j), en el año (k).</p>
<b>Indicador</b>	<b>Indicador Medios para la conservación y transformación de alimentos</b>
Definición	Existencia de formas y medios para el almacenamiento de ciertos productos de autosuficiencia alimentaria, para su aprovechamiento en el largo plazo.
Pertinencia	La posibilidad de almacenar y/o conservar productos y semillas, son formas de seguridad alimentaria. Algunos estudios adelantados con pueblos indígenas en el departamento del Amazonas, han demostrado que la conservación de biomásas de yuca, de semillas almacenadas en las chagras, cocinas o en las orillas de los ríos, garantiza un abastecimiento continuo, aún si existen situaciones climáticas extremas e inundaciones de las tierras cultivables. Se pretende obtener información, que permite dar cuenta de la capacidad de abastecimiento presente y futura, en los territorios indígenas.
Unidad de medida	Número (N°) de formas de almacenamiento y conservación de alimentos (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>TTCAijk = TCPijk + TCSijk</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., PS (productos, semillas)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>TTCAijk = Total tecnologías conservación de productos y semillas para la siembra de chagras (i), en cada resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TCPijk = Total conservación productos alimenticios (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p>TCSijk = Total conservación semillas para la siembra de chagras (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p>
<b>Indicador</b>	<b>Indicador Disponibilidad de semillas tradicionales e introducidas en las unidades familiares</b>
Definición	Inventarios de las semillas fundamentales para garantizar la siembra de las chagras, cuya producción permite un abastecimiento continuo, para garantizar no solo la abundancia de alimentos, sino la reproducción cultural.
Pertinencia	La producción permanente de las chagras establecidas por las familias, es fundamental para garantizar la autosuficiencia alimentaria; las familias deben contar la capacidad de un inventario de semillas que permitan sostener el ciclo agrícola sustentado en la apertura, siembra, mantenimiento y aprovechamiento de chagras de monte bravo rastrojo.

Unidad de medida	Número (N°) de semillas por especie disponibles para la siembra (i), en un resguardo (j), en un año (k)
Fórmula Matemática	$TSVS_{ijk} = TSA_{ijk} + TSF_{ijk} + TSU_{ijk} + TSV_{ijk} + TSR_{ijk}$ , con: <i>i</i> = 1, 2, ..., S (semillas) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (resguardo) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (años, quinquenio) Donde: TSVS <sub>ijk</sub> = Total semillas y variedades disponibles para la siembra en la chagra (i), en cada resguardo (j), en el año (k). TSA <sub>ijk</sub> = Total semillas alimentos y raíces (i), en un resguardo (j), en el año (k). TSF <sub>ijk</sub> = Total semillas alimentos y frutales (i), en un resguardo (j), en el año (k). TSU <sub>ijk</sub> = Total semillas utensilios y materiales (i), en un resguardo (j), en el año (k). TSV <sub>ijk</sub> = Total semillas venenos (i), en un resguardo (j), en el año (k). TSR <sub>ijk</sub> = Total población uso ritual (i), en un resguardo (j), en el año (k).
<b>Indicador</b>	<b>Indicador Población indígena con desnutrición</b>
Definición	Determina el porcentaje de personas que registran problemas de desnutrición, por deficiencias en la ingesta de calorías y proteínas, ocasionadas por el limitado acceso a los alimentos; genera repercusiones no solo en el estado de la salud de la población sino los diferentes efectos sociales.
Pertinencia	La nutrición de los individuos permite dar cuenta de las posibilidades reales de consumo de alimentos. La valoración del estado nutricional, es un parámetro que permite evaluar el estado de la salud de la población y sus diferentes incidencias sociales, con los niveles de seguridad alimentaria de la población, la cual a su vez está determinada por múltiples factores que inciden en el acceso a los alimentos.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de personas con desnutrición (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	$PNDI_{ijk} = (NDA_{ijk} / TPI_{jk}) * 100$ , con: <i>i</i> = 1, 2, ..., DA (desnutrición - crónica, aguda) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (resguardo) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (años, quinquenio) Donde: PNDI <sub>ijk</sub> = Porcentaje de personas con desnutrición (i), en un resguardo (j), en un año (k). NDA <sub>ijk</sub> = Número de habitantes que presentan desnutrición (i), en un resguardo (j), en un año (k). TPI <sub>jk</sub> = Total población en un resguardo (j) en el año (k), en referencia a la población con desnutrición = $\sum_{i=1}^{DA} NDA_{ijk}$ .

Fonte: Acosta (2013, p. 209-210).

### 3.5.4 Capacidade de lograr Ambiente Tranquilo

A capacidade de construir um ambiente seguro e tranquilo encontra subsídio no cumprimento, por parte de todos, dos códigos e pactos de ética e valores que se estabelecem

tradicionalmente, no tocante ao respeito ao próximo, para com a natureza, com os costumes, crenças e ritos, pela comunidade, pela cultura e pelas hierarquias.

Como aponta Acosta (2013), este processo implica em assumir a dimensão do respeito como soberana, saber aceitar e compreender a dinâmica do conselho, ter uma vida sem vaidade e sem orgulho e agir com inteligência, e isso se reflete na capacidade de aplicar e adaptar os conhecimentos tradicionais na resolução de problemas em seu cotidiano.

La capacidad para lograr un ambiente tranquilo se refiere a todos los aspectos de orden cultural y social que permiten la vida en comunidad –aún en asentamientos dispersos o de baja concentración–, y se refieren a todos aquellos elementos que posibilitan un ambiente apacible en los territorio donde reinen: las relaciones entre vecinos, relaciones intrafamiliares armónicas –reconoce las familias extendidas y las relaciones interclánicas a través de las cuales se organizan ciertas sociedades–, participación de la vida comunitaria, respeto por los valores individuales y familiares, entre otros. (ACOSTA, 2013, p. 216).

Assim, a vida tranquila relaciona-se subjetivamente ao sentimento de pertencimento a algum grupo cerimonial ou social, assim como a pertinência às estruturas dos setores sociais que garantem reconhecimento frente ao coletivo mais amplo. Tal capacidade apresenta-se no IBHI através do indicador denominado Exercício da Territorialidade Indígena, sistematizado por Acosta:

Quadro 6 – Indicadores sobre a Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo

Indicador	Ejercicio de la territorialidad
Definición	Son las relaciones que se construyen en el territorio, entendidas como un entramado de relaciones sociales que supera ampliamente la visión puramente espacial del mismo, a un concepto sobre la territorialidad, como un sistema de conductas que controlan y mantienen un uso y manejo específicos sobre un espacio. La capacidad de vivir tranquilo reconoce además el conjunto de relaciones desde el interior de los resguardos hacia afuera.
Pertinencia	La capacidad de ser autónomo respecto a agentes y problemáticas sociales externas para el ejercicio de la territorialidad, implica dar cuenta de elementos externos que generan tensiones a los pueblos indígenas alojados en los mismos. De la misma manera, se da cuenta de la influencia de problemáticas de alto impacto sobre los resguardos mismos. El conocimiento sobre los resguardos y el tipo de relaciones tanto internas como hacia el exterior, exige el análisis de este tipo de relaciones de manera que puedan ser tipificadas e instrumentalizadas en el marco de este funcionamiento. El indicador pretende aportar información, que permita entender el estado de las relaciones que se dan sobre el territorio. O sea, el sistema de conductas que controlan y mantienen un uso y manejo específicos sobre un territorio.
Unidad de Medida	Porcentaje (%) de conflictos internos y externos existentes (i), en un resguardo (j), en un año (k).

Fórmula Matemática	<p><b><math>TPER_{ijk} = TPS_{ijk} + TPE_{ijk} + TPT_{ijk} + TPA_{ijk}</math></b>, con:</p> <p><math>i = 1, 2, \dots</math>, PSETA (problemáticas, sociales, económicas, territoriales, ambientales)</p> <p><math>J = 1, 2, \dots, R</math> (resguardo)</p> <p><math>k = 1, 2, \dots, A</math> (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p><math>TPER_{ijk}</math> = Total problemáticas existentes (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p><math>TPS_{ijk}</math> = Total problemáticas sociales (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p><math>TPE_{ijk}</math> = Total problemáticas económicas (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p><math>TPT_{ijk}</math> = Total problemáticas territoriales (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p> <p><math>TPA_{ijk}</math> = Total problemáticas ambientales (i), en un resguardo (j), en el año (k).</p>
--------------------	--

Fonte: Acosta, (2013, p. 215)

Como podemos perceber, para além de uma dinâmica interna ao território, a Capacidade de manter a tranquilidade também se refere ao conhecimento e manejo adequado frente aos atores, práticas e conflitos que chegam do ambiente externo. Exige, principalmente, das lideranças, a capacidade de adequada relação entre a comunidade e agentes interventores.

“El conocimiento sobre los resguardos y el tipo de relaciones hacia el exterior, exige el análisis de este tipo de relaciones de manera que puedan ser tipificadas e instrumentalizadas en el marco de este funcionamiento.” (Acosta, 2013, p. 218).

### 3.5.5 Capacidade de Autocuidado e Reprodução

Por fim, o quinto e último subitem que compõe o IBHI refere-se à Capacidade de Autocuidado e de Reprodução. Isso implica, obviamente, na supremacia da visão tradicional a respeito da saúde e doença, assim como das formas de enfrentá-la. Portanto, está intimamente ligada à manutenção das práticas culturais e inclui a noção ampliada de corporeidade, não só da pessoa, mas também ao território que ela ocupa. Quando a terra ou a natureza está doente, na maior parte dos casos, o bosque também está.

Las versiones locales de salud y enfermedad derivada de las relaciones con el medio ambiente, en las que un desequilibrio con estas sociedades generan desordenes que se reflejan en enfermedades dentro de las comunidades. En esta se incluyen los funcionamientos que describen previsiones y cuidados del cuerpo, de la naturaleza y de la sociedad. Junto a ello aquellos funcionamientos que permiten corregir desordenes y curar enfermedades. (ACOSTA, 2013, p. 213).

Neste ponto, ressalta-se a necessária harmonia entre a medicina tradicional e a medicina ocidental, pois, como já afirmamos em outro momento deste texto, no atual ponto histórico em que nos encontramos, não podemos correr o risco de assumir posturas e

discursos proteccionistas e tutelares, que visam isolar os povos indígenas e ribeirinhos do contato com outras sociedades. Trata-se, portanto, muito mais de como realizar esse contato, apropriando-se daquilo que lhes parece interessante da cultura alheia, porém, mantendo a capacidade e fortaleza de garantir a manutenção daquilo que lhes parece valiosos em sua própria cultura.

De maneira concreta, esses elementos materializam-se também no acesso à água potável, destinação final adequada para resíduos sólidos e orgânicos, acesso à rede de saúde convencional e acesso às campanhas e meios de prevenção. A Capacidade de Autocuidado e Reprodução encontra-se organizada em cinco indicadores, vejamos:

Quadro 7 – Capacidade de Autocuidado e Reprodução

<b>Indicador</b>	<b>Acceso al agua potable en territorios</b>
Definición	Establece la proporción de las personas que cuentan con un servicio de agua potable, en sus viviendas.
Pertinencia	El acceso al agua es una variable de gran importancia; sin embargo, no todas las fuentes disponibles en los territorios de los pueblos, son consideradas como aptas para el consumo. Por esta razón, el agua lluvia es una fuente prioritaria. No obstante, en ocasiones es necesario recurrir a otros medios, por lo que no sólo la disponibilidad del recurso sino la dificultad para lograr su potabilización para el consumo, son de gran importancia a la hora de dar cuenta de este tipo de indicadores.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de población con cobertura de agua potable (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PNAP<sub>ijk</sub> = (NAP<sub>ijk</sub> / TPI<sub>jk</sub>)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., AP (agua potable)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PPSP<sub>ijk</sub> = Porcentaje de población con cobertura de agua potable (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>NAP<sub>ijk</sub> = Número de habitantes con cobertura de agua potable (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>TPI<sub>jk</sub> = Total población en resguardo (j) en el año (k), en referencia a la cobertura de agua potable = <math>\sum_{i=1}^{AP} NAP_{ijk}</math>.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Acceso a servicios públicos básicos en territorios indígenas</b>
Definición.	Porcentaje de hogares que tienen acceso a los servicios básicos públicos
Pertinencia	La identificación de los servicios públicos existentes como: disposición final de basuras, alcantarillado, energía eléctrica; servicios básicos que permiten mejores condiciones de salubridad y bienestar de las familias en las comunidades indígenas.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de población con cobertura de servicios públicos básico (i), en un resguardo (j), en un año (k).

Fórmula Matemática	<p><b>PNSPijk = (NSPijk / TPIjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., SP (servicios públicos)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PNSPijk = Porcentaje de población con cobertura de servicios públicos básicos (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>NSPijk = Número de habitantes con cobertura de servicios públicos básicos (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>TPIjk = Total población en resguardo (j) en el año (k), en referencia a la cobertura de servicios públicos básicos = <math>\sum_{i=1}^A NSPijk</math>.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Casos de personas evitables por alternativas indígenas y no indígenas (tradicionais e não-tradicionais).</b>
Definición	Métodos terapéuticos existentes para la prevención de la salud física y espiritual, tanto por servicios formales prestados por el Estado, como a través de la medicina tradicional, con base en el respeto de normas y valores dados culturalmente.
Pertinencia	La medición de los habilitamientos del acceso al agua potable, aporta información que contribuye a describir y analizar, el tipo de ambiente y las condiciones existentes en las que es posible y deseable el desarrollo de la vida en las comunidades, independientemente del tipo de poblamiento que se posea.
Unidad de medida	Porcentaje (5) de servicios de prevención de la salud física y espiritual existe (i), en un resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PCASijk = (NCAijk / TPIjk)*100</b>, con:</p> <p>i = 1, 2,..., CAS (casos atendidos por servicios médicos tradicionales o formales)</p> <p>J = 1, 2,..., R (resguardo)</p> <p>k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)</p> <p>Donde:</p> <p>PCASijk = Porcentaje de casos evitados por servicios médicos tradicionales o formales (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>NCAijk = Número de casos evitados por servicios médicos tradicionales o formales (i), en un resguardo (j), en un año (k).</p> <p>TPIjk = Total población en resguardo (j) en el año (k), en referencia a las personas atendidas por servicios médicos tradicionales o formales = <math>\sum P</math></p> <p>i=1 CASijk.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Cobertura de los medios para atender enfermedades</b>
Definición	Acceso a servicios de salud proveídos por: el Estado —atención primaria, medicina farmacéutica, intervención hospitalaria, sistemas de inmunización—; servicios de medicina tradicional.
Pertinencia	La medición de los habilitamientos del acceso a los servicios básico públicos —disposición de basuras, aguas servidas, entre otros—, aportan información que contribuye a describir y analizar, el tipo de ambiente y las condiciones existentes en las que es posible y deseable el desarrollo de la vida en las comunidades, independientemente del tipo de poblamiento que se posea.
Unidad de medida	Porcentaje (%) población atendida por un servicio de salud disponible (i), en un resguardo (j), en un año (k).



Fórmula Matemática	<p><b>PASSijk = (PSMijk / TPIjk)*100</b>, con:  i = 1, 2,..., PASM (personas atendidas por servicios médicos tradicionales o formales)  J = 1, 2,..., R (resguardo)  k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)  Donde:  PASSijk = Porcentaje de personas atendidas por servicios médicos tradicionales o formales (i), en un resguardo (j), en un año (k).  NPAijk = Número de personas atendidas por servicios médicos tradicionales o formales (i), en un resguardo (j), en un año (k).  TPIjk = Total población en resguardo (j) en el año (k), en referencia a las personas atendidas por servicios médicos tradicionales o formales = <math>\sum_{i=1}^P</math> PASijk.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Atención de mujeres en parto</b>
Definición	Son las posibilidades que existen de lograr un parto asistido de manera eficiente, sea por médicos tradicionales o por el sistema de atención de salud pública.
Pertinencia	El número de partos atendidos de manera efectiva es un indicador importante de salud, ya que su atención oportuna atenúa de manera significativa la morbilidad y la mortalidad materna y perinatal. Busca además, dar cuenta de las debilidades de la atención de la salud en los territorios indígenas.
Unidad de medida	Porcentaje (%) de partos asistidos por servicios médicos tradicionales y/o formales (i), en el resguardo (j), en un año (k).
Fórmula Matemática	<p><b>PPSMijk = (PSMijk / TPIjk)*100</b>, con:  i = 1, 2,..., P (partos asistidos por servicios médicos tradicionales y/o formales)  J = 1, 2,..., R (resguardo)  k = 1, 2,..., A (años, quinquenio)  Donde:  PPSMijk = Porcentaje de partos asistidos por servicios médicos tradicionales y/o formales (i), en un resguardo (j), en un año (k).  PSMijk = Número de partos asistidos por servicios médicos tradicionales y/o formales (i), en un resguardo (j), en un año (k).  TPIjk = Total población en resguardo (j) en el año (k), en referencia a los partos asistidos por servicios médicos tradicionales y/o formales = <math>\sum_{i=1}^P</math> PSMijk.</p>

Acosta (2013, p. 214- 215).

Esperamos, por fim, termos comprovado a inadequação dos índices hegemônicos de avaliação das intervenções nos territórios de ausência amazônica e, refletindo sobre a possibilidade de construção de índices alternativos que respeitam e debruçam-se sobre as especificidades das realidades que pretendem avaliar, apontamos o IBHI como uma sólida e importante ferramenta de avaliação que, através de algumas adaptações, servirá de material fundante para a matriz analítica que pretendemos construir e aplicar ao final desta Tese.

Feito isso, a seguir, apresentamos, de maneira preliminar, alguns elementos que defendem o prisma central de nossa hipótese: a possibilidade de organizações e arranjos

comunitários desenvolverem processos de apropriação sobre as intervenções Molares no sentido de, entrando essas em contato com o território, transformarem-se em intervenções Moleculares.

Tal hipótese pauta-se sobre a, já demonstrada, histórica incapacidade do Estado e demais entidades em intervir no território amazônico com vistas ao beneficiamento de seu povo e repousa em uma falta de esperança que a médio ou longo prazo, dentro do aparato burocrático, a Razão Indolente possa se transformar. Sendo assim, nos resta acreditar na capacidade de organização e apropriação dessas comunidades para que elas mesmas possam, ao Molecularizar as intervenções, gerar Emancipação Social e o Bem Viver.

Enquanto descemos a Samaúma e acercamo-nos ao estudo da metodologia empregada nesta Tese, ao longo da Parte II, vamos refletindo sobre a referida apropriação.

#### **4. A RELAÇÃO ENTRE MOLAR E MOLECULAR E A NECESSÁRIA APROPRIAÇÃO**

Até o momento, certificamos que as intervenções e avaliações Molares, em sua gênese, não admitem a dessemelhança dos processos sociais e, especificamente sobre o caso da Amazônia, através do enquadramento de suas realidades e experiências, há uma lógica comparativa, planificadora e normatizadora, que acaba por gerar marginalização e processos de não-existência. Isso ocorre, ao nosso entender, porque tais ações são produzidas por um Estado mínimo, guiado por uma Razão Indolente, que, cada vez mais, vê diminuída sua capacidade regulatória e falida sua capacidade emancipatória.

Por outro lado, temos indícios de que com algumas estratégias de apropriação, podem-se inverter tais lógicas intervencionistas e avaliativas, gerando outros diagnósticos, oriundos de lógicas Moleculares.

Não nos assentamos contra as políticas públicas, muito menos viramos as costas para as formidáveis alterações sociais que elas vêm provocando em nosso país, principalmente nos últimos dez anos. Contudo, ao pensarmos os territórios de produção da não-existência, que colocam-se do outro lado da linha abissal, tais ações restringem-se apenas, e quando muito, a um marco planificador e discriminatório, que gera profundo desperdício das experiências aí vividas, quando não, duros processos de apropriação e violência.

Em contraponto, entendendo a necessidade do Estado Nacional em criar políticas que possuam caráter universal, pois segue daí sua função referente à necessidade de coesão,

equidade e igualitarismo frente à sua população. Resta-nos apontar que dentro de uma determinada política pública podem e devem existir duas dimensões: a Molar e a Molecular.

Não é crível pensar em dois tipos extremamente diferentes de políticas, principalmente pela confluência das ações, a origem dos recursos, a imbricação entre as escalas (no caso internacional, nacional e local) e a ação dos atores nos territórios.

Sendo assim, somos levados a pensar em dois momentos distintos de uma mesma política: Um primeiro momento Molar, ao derivar-se dos centrais órgãos deliberativos do governo, que possuem uma visão universal do território e da população e, posteriormente, um momento Molecular, que deve ser gerado pelas organizações e atores locais dos diversos segmentos envolvidos na intervenção, no sentido de adaptá-las às suas necessidades, culturas e características locais.

Apesar de raramente vislumbrarmos, garantido esse segundo momento, como bem emanamos no capítulo que tratamos do histórico das intervenções Molares no território amazônico, deixamos claro que defendemos essa possibilidade de apropriação como um espaço formal e obrigatório dentro da nova perspectiva de planejamento das políticas públicas e intervenções sociais que defendemos ao longo desta Tese.

Seguimos, portanto, as afirmativas de Guattari:

A questão da Micropolítica – ou seja, a questão das análises da formação de um desejo no campo social – diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de Molar) com aquele que chamei de Molecular. Entre esses dois níveis não há uma oposição distintiva, que depende de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é necessário simplesmente mudar a lógica. Na física quântica, por exemplo, foi um dia necessário que os físicos admitissem que ao mesmo tempo a matéria é corpuscular e ondulatória. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, Molares e Moleculares. (GUATTARI, 1993, p. 127)

Tomados por essa fidúcia, podemos pensar em uma imagem piramidal onde, na ponta superior, se encontra o Estado, e que dele derivam as ações Molares, universais e geralmente regulatórias. No outro extremo, a comunidade ou local, fim último da intervenção, onde temos a probabilidade ou não da apropriação Molecular sobre as dinâmicas Molares. Nesse espectro, com gradientes que variam do macro para o micro político, encontramos múltiplos atores e entidades que, de acordo com suas organizações, podem ou não, apropriando-se das estruturas Molares, produzir micropolíticas emancipatórias Moleculares.

Não aspiramos com isso, afirmar que na esfera governamental apenas existam processos Molares ou na esfera comunitária apenas processos Moleculares. Obviamente, cada esfera, cada escala, possui em sua própria constituição elementos Molares e Moleculares,

porém, aqui nos atemos ao produto final que delas derivam. Sendo assim, justamente por seu caráter universalista, ao Estado, por fim, cabe a criação de políticas generalizáveis e planificadoras e ao local, para garantir sua unicidade frente a tal tendência, cabe a produção da especificidade, do Molecular.

Também não alegamos que, em algum contexto, tais perspectivas Moleculares que surgem da base, ao serem absorvidas pela estrutura estatal ou institucional, também não possam, em algum grau, transformar a produção final do Estado ou das entidades em algo Molecular, apesar de não percebermos isso no histórico aqui estudado sobre o território amazônico, tampouco nos desejos explicitados pelos bosquesinos ao longo do nosso trabalho de campo.

Pode parecer um golpe ao utopismo de alguns, mas em nosso estudo não foi encontrado nenhum anseio de indígenas e ribeirinhos no sentido de molecularizar processos Molares com objetivo último de atingir e alterar esferas governamentais ou institucionais senão, exclusivamente, realizar a molecularização em vista à transformação de suas próprias realidades específicas.

Fato é, portanto, que existe uma relação de complementariedade e dinamicidade entre o Molar e o Molecular. O segundo necessita em grande parte do primeiro, pois dele derivam força técnica, jurídica e orçamentária, que dão origem ao processo de intervenção. Com isso, não deixamos de acreditar viável, também, comunidades produzirem seus processos Moleculares de maneira autônoma das intervenções do Estado ou instituições, o que, em certo grau, seria, inclusive, algo desejável.

Mas, na maior parte dos casos, o visível e o invisível, apartados pela sinuosa linha abissal, acabam por depender um do outro para existirem e aperfeiçoarem-se.

Fato é, ainda, que as intervenções Molares, se não encontram arranjos coletivos organizados e fortificados que possam apropriar-se delas quando chegam aos territórios, acabam por colocar-se a serviço da Razão Indolente e da manutenção das ausências.

Dentro de todo esse contexto, a questão que se coloca, portanto, é: Quais ferramentas, princípios ou práticas são capazes de gerar empoderamento aos arranjos locais, para que eles possam realizar as devidas apropriações e molecularizações nas intervenções Molares?

Entre muitas possibilidades, entre muitas perspectivas teóricas sobre os processos de empoderamento coletivo popular, elencamos alguns pontos que nos auxiliam na compreensão das probabilidades de apropriação que giram em torno das ideias de autonomia e controle

sobre o território, fortalecimento de redes locais e processos efetivos de comunicação/ação, como os princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão.

Vejamos então:

Parece-nos que o ponto inicial para o processo de apropriação das comunidades locais sobre as intervenções Molares deve partir da decomposição dos três mitos, aqui já citados, pontuados nos estudos de Ruivo (2002) sobre as Políticas Públicas. Para isso, portanto, é necessário descompor no imaginário comunitário certa crença de uma hierarquia pré-estabelecida na ordenação das intervenções e na própria vida social da comunidade. Isso acarreta na convicção comunitária de que a pirâmide burocrática estatal ou institucional deve se desfazer ao chegar ao território e, conseqüentemente, assumir uma dinâmica de hierarquia local, privilegiando as decisões das lideranças internas.

Segundo, deve-se dar a conhecer na comunidade que as intervenções administrativas são também políticas e, com isso, deve a comunidade estar preparada para uma análise conjuntural das motivações que levam cada ator a participar dessa intervenção. As lideranças devem tencionar à obrigatoriedade de sua participação em esferas deliberativas externas, no sentido de estar presente e dar-se conta dos jogos políticos que atravessam as diferentes escalas pelas quais a política transita.

Por fim, deve a comunidade estar fixada em valores e princípios próprios, que correspondem e derivam de uma consciência crítica sobre a própria história e resultam em clareza nos objetivos específicos que almejam para si próprios.

Apenas assim, nos parece ser capaz frear a intromissão de princípios exógenos que imperam deliberadamente por todo o campo das intervenções sociais, como a eficiência econômica e a racionalidade administrativa.

Tendo em vista esses elementos gerais, no que toca à autonomia e ao controle sobre o território, deve-se reforçar a construção de uma imagem coletiva dos comunitários sobre a comunidade e sobre eles mesmos. A clareza de tal autoimagem acaba por gerar um fortalecimento de convicções que garantem à comunidade o aumento do poder local. Esse poder se traduz, entre diversas formas, na equiparação do posicionamento nos debates e deliberações junto aos agentes externos e na coordenação de ações internas.

O poder local deverá, pois, inicialmente consubstanciar, se tal for necessário, o núcleo duro dos atores locais mais intervenientes. Deve ter, sem os asfixiar, um papel de coordenação de vários grupos existentes no território. Deve organizar-se enquanto dinamizador de várias redes e atividades aí existentes, construindo assim uma rede de redes, com vista a concretização das políticas. Um tal papel de coordenação e de ativismo local poderá conduzir a que o poder local se configure

como um poder efetivo e socialmente empreendedor em termos políticos, dotado assim de um caráter não passivo. (RUIVO, 2002, p. 8).

Consequentemente, a geração de tal poder, ativando e fortalecendo as redes locais, incita um fluxo participativo horizontalizado no contexto da comunidade, além de descentralizar ações e decisões. Nesse caso, o empoderamento comunitário encontra-se extremamente dependente da capacidade de lideranças locais e redes para incitar e guiar o fluxo da participação coletiva.

Os reptos para tal processo são muitos e encontram-se bem relacionados nos estudos de Benatti e Oliveira (2003), ao analisarem as práticas de manejo comunitário dos recursos naturais, desenvolvidas através do Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), já descrito anteriormente através dos estudos de Bekcer (2005).

Os autores (Ruivo, 2002; Beker, 2005; Nenatti e Oliveria 2003) concordam na observação de que as comunidades que conseguiram combater os mitos anteriormente assinalados e geraram, através de uma tomada crítica de consciência, empoderamento das redes locais, atingindo determinado grau de autonomia e controle sobre o território, atingiram também graus satisfatórios de apropriação frente às intervenções no seu território.

Como mola motriz desse processo, deve-se encontrar, no território, uma metodologia de tomada de consciência, participação e empoderamento. Essa metodologia deve reintroduzir a cumplicidade dos laços sociais: as interações face-a-face, o fortalecimento dos vínculos de amizade, vizinhança e parentesco devem retomar uma dinâmica cotidiana dentro da comunidade. “Onde estes laços ainda forem sólidos, maior serão, assim, as hipótese no que diz respeito às possibilidades de mobilização para a ação e participação nas políticas por parte dos cidadãos”. (RUIVO, 2002, p. 10).

A consolidação, junto às comunidades, de uma metodologia de trabalho endógena e participativa talvez, como já citado, seja o aporte mais importante das legítimas Organizações sem Fins Lucrativos (ONGs) no território da Amazônia no atual momento. E esses casos, no Brasil, ao nosso entender, não podem desprezar toda uma escola de pensamentos, técnicas e práticas protagonizadas por Paulo Freire e postas sobre uma pedagogia dos oprimidos e da esperança, que encontra como principal ferramenta a dialogicidade entre atores e grupos sociais.

A dialogicidade é um caminho que Freire nos aponta para contruirmos uma cultura realemnte libertadora, humanizada e inovadora a partir da organização dos oprimidos. Dialogando sobre seu mundo concreto e os mundos possíveis ao longo do processo de libertação, é que os oprimidos firmam sua verdadeira humanidade, porque buscam ser mais, humanizando assim a sociedade, a si mesmo e a seus opressores. (ZITKOSKI, 2012, p. 2).

Nessa perspectiva, é o diálogo que impulsiona a conscientização e ação humana, através dele é que se encontra a possibilidade de se fazer e refazer a realidade e, sendo assim, promove a Racionalidade Dialógica como perspectiva político-pedagógica na busca por emancipação e qualidade de vida contra a Racionalidade Indolente.

Além disso, dentro da Sociologia das Ausências e das Emergências, entendemos a dialogicidade como matéria prima do procedimento de Tradução, sendo sobre ela que se pretende construir certa inteligibilidade entre contextos e posições distintas.

A dialogicidade aparece muito mais como princípio geral do que como método. De acordo com Medina (2012), deve desembocar em um acordo coletivo de regras e normas pactuadas entre todos que vivem, trabalham e usufruem do espaço comunitário. Devem também, para isso, gerar um sistema claro e participativo de governança local. Por fim, devem construir uma dinâmica clara de relação entre agentes externos e internos, para que seus sistemas sejam reconhecidos e respeitados pela sociedade em geral.

Internamente, de maneira sensível, o fortalecimento da autonomia das redes locais, através de um princípio dialógico entre os atores envolvidos, deve consolidar um sistema de comunicação amplo e efetivo que sustente ações integradas. O sistema comunicacional referido é aquele embasado nas trocas horizontais, que valoriza os saberes tradicionais e coloca em prospecção redes e lideranças locais. Sua prática, a ação, deve ser desenvolvida sobre os hábitos e fazeres locais, assimilando de maneira adequada, coerente e respeitosa as novidades aportadas pelos agentes externos.

Sobre a ação é que surge o debate da qualificação laboral, que, nos territórios de ausência, vive a necessidade de uma comunhão harmônica entre dois elementos que frequentemente são colocados como opostos pela Razão Indolente: Tradição e Inovação.

É perceptível, nas falas de nossos colaboradores, a necessidade das comunidades resgatarem valores tradicionais dos ditos antepassados, como a solidariedade, a vizinhança, a ajuda mútua e gratuita e a participação comunitária. Valores esses que, de acordo com tais relatos, perderam-se ao longo do tempo, principalmente pela capitalização da lógica mercantil, operacionalizada pela mediação generalizada do dinheiro entre as relações pessoais.

Por outro lado, as falas também apontam para o benefício da aderência às novas técnicas de plantio, pesca e artesanato, que, de maneira sustentável, integrada e consorciada,

garantem maior volume na produção das famílias, incidindo efetivamente na segurança alimentar dessas comunidades.

Não se trata, portanto, como frequentemente percebemos divulgar a Razão Indolente, em abandonar o que é tradicional em nome de determinadas inovações tecnológicas, mas sim, de encontrar o devido equilíbrio entre aquilo que deve ser resgatado e fortalecido e aquilo que deve ser inovado.

Tiriba (2008) afirma que, sendo o trabalho campo máximo de produção do conhecimento sobre o mundo, não poderia ser outro o objetivo da educação laboral se não o de auxiliar homens e mulheres na articulação dos saberes tradicionais sobre a vida social em constante mutação.

Trata-se, em uma perspectiva ampliada, de produzir aquilo que em estudos anteriores (Lacerda e Ferrarini, 2013) já relevamos como primordial nesses imbricamentos entre inovações produtivas e os contextos populares: Radicalizar a democracia, opor-se a lógica de que quaisquer meios justificam os fins e elevar a participação e deliberação dos comunitários como elemento central da construção e avaliação das intervenções nos territórios.

Conseqüentemente, essa revitalização da micropolítica comunitária e sua relação com agentes externos deverá produzir o fortalecimento das Capacidades apontadas por Acosta (2013) ao longo do IBHI, na consolidação do Bem Estar: Capacidade de Controle Coletivo do Território, Capacidade autônoma de agenciamento cultural, Capacidade de Garantia e autonomia alimentar, Capacidade de construir e viver em um ambiente tranquilo e Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Atingido isso, acreditamos ser possível também inverter as lógicas hegemônicas que perpassam os espaços estruturais da sociedade, apresentados por Santos (2007), a recordar: Espaço Doméstico, de Produção, de Mercado, da Comunidade, da Cidadania e o próprio espaço Mundial.

O que nos intriga é se e em que medida, as práticas e intervenções guiadas pelos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão, podem ser princípios eficientes na construção da autonomia e do controle dos comunitários frente ao seu território, no fortalecimento das redes comunitárias e na efetivação de planos de comunicação e ação críticos, portanto, em que medida tais princípios auxiliam na conquista da emancipação social e na consolidação do Bem Viver.

Após uma visão ampla de cima da Samaúma, que possibilitou a percepção clara de como, através de intervenções e avaliações, produzem-se as ausências no território



Amazônico. Agora, adentrando o Meso Platô analítico, passemos a utilizar o olhar estratégico da onça. Vejamos, então, a organização metodológica que traçamos para responder às questões aqui ressaltadas.

## PARTE II

### MESO PLATÔ – OLHANDO PELO MEIO: OLHAR DE ONÇA

*Não há igual na visão estratégica,  
No meio da selva olha como ninguém,  
Onça matreira, rápida e certa,  
na investida sabe o que faz,  
Peço a Boa Mãe que me proteja na frente e  
atrás.*

*(Oração ribeirinha de caçadores da selva do extremo este do Amazonas)*

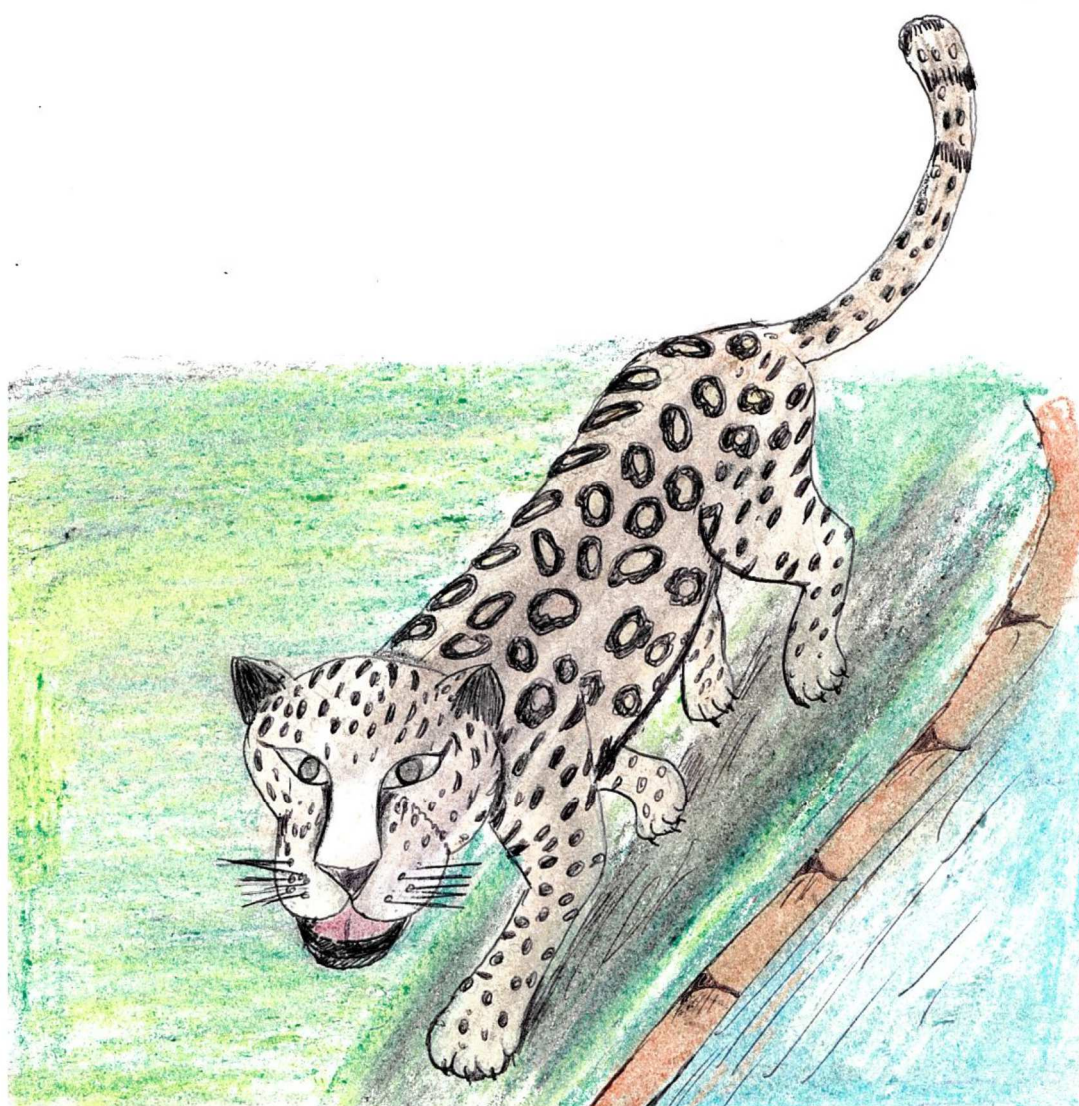


Imagem 10 – Onça Matreira

Fonte: Azário Albertino Emílio, Ticuna, comunidade Campo Alegre, Amazonas.

## 5. METODOLOGIA

Desenvolver metodologicamente uma estratégia de pesquisa no desígnio de apreender determinada realidade e, desse processo, poder concretar afirmativas científicas é um exercício que predispõe tempo, estudo e dedicação.

Há de ser certo nas ferramentas utilizadas, sob pena de não se conseguir chegar de maneira satisfatória ao fim do caminho. Há também de ser abrangente suficientemente para, com tais estratégias e ferramentas, lograr abarcar ao máximo a universalidade dos fenômenos envolvidos, sem, com isso, deixar de lado importantes especificidades locais.

Além do mais, no tocante às ciências humanas e sociais, o desafio amplia-se na necessidade de domar (adaptar) uma língua quente e popular dos fenômenos sociais ao caráter de uma linguagem minimamente hermética e acadêmica, o que exige grande esforço de tradução.

Importante também, para aquele que escreve, é ter a clareza das afetações que o objeto de estudo lhe incute, é a compreensão de um devir militante e um devir pesquisador que, não raro, se mesclam ao longo dos trabalhos nessas áreas do saber<sup>23</sup>.

Acima de tudo, uma boa metodologia, nos parâmetros aqui trabalhados, deve lutar contra uma tendência indolente da própria ciência, combater a metonímica da verdade única e abarcar estratégias que garantam a participação, o respeito e a valorização das populações estudadas, suas culturas e saberes (Santos, 2006).

Frente a essas reflexões, perguntamos aos comunitários indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões qual era, para eles, a melhor representação de algo estratégico no mundo amazônico. A maioria marcante das respostas foi direta: A onça.

A onça da Amazônia, terceiro maior felino do mundo, pode chegar a dois metros de comprimento e 115 quilos, com grande agilidade e hábitos geralmente noturnos, é considerada a melhor caçadora da Floresta. Ela caça com espreitas e emboscadas e nisso são consideradas inigualáveis, tanto por povos indígenas quanto por pesquisadores.

As Onças habitam ocos de troncos, grutas e podem também subir em árvores para descansar sobre os galhos. Suas garras são afiadas e seus passos silenciosos. Por todas essas

---

<sup>23</sup> Trabalhamos com minúcia as autoanálises necessárias a uma reflexão propícia do pesquisador frente ao seu tema de estudo no preâmbulo do livro **Governar-se Para quê?** As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários. Lacerda, Luiz Felipe. EDPUCRS, 2013, Porto Alegre.

características, ela encontra-se no topo das cadeias alimentares da Floresta e é motivo de muitos mitos, lendas e histórias da Amazônia.

Para desenvolver a reflexão metodológica, necessitaremos adentrar em minúcia na realidade em estudo, traçando abordagens que nos levem pontualmente onde desejamos chegar para cumprir os objetivos desta Tese. Adotamos, para isso, o Olhar de Onça.

Concretizar estudo a partir dos territórios de ausências requer determinada postura metodológica propositiva e inovadora. Na medida em que não almejamos falar sobre o lado da linha da produção de não-existências, mas de dentro dele, nossa metodologia caracteriza-se na perspectiva do estudo da lógica das ausências, buscando uma Sociologia das Emergências, partindo da imersão radical no território dito colonial através de um *pensar-vivendo*.

O *pensar-vivendo* pode ser compreendido como uma atitude metodológica com algumas analogias entre aquilo que a ciência denominou Observação Participante<sup>24</sup> e Cartografia Social<sup>25</sup>. Essa atitude parte de um vínculo, neste caso, afetivo, de vivência cotidiana do pesquisador com o meio pesquisado e debruça-se não apenas na inteligibilidade racional científica, mas também nos conteúdos emocionais expressivos que perpassam aquele que vive-pensando e pensa-vivendo o campo de estudo.

Neste caso, pensar-vivendo ou viver-pensando não é uma preferência metodológica, pois senão, uma condição *sine qua non* daqueles que, como nós, encontram-se imbricados pessoalmente, afetivamente e profissionalmente nos campos de pesquisa.

Ao final, tal perspectiva exige uma postura crítica do pesquisador, no sentido de discernir suas paixões, não deixando que essas desfoquem a realidade observada, mas, sim, componham de maneira sensível uma apuração fidedigna e aprofundada da realidade.

Para isso, nos propomos a não imprimir em nossas análises uma lógica comparativa entre os universos que compõem os dois lados da linha abissal, adotando uma postura ontológica frente aos fenômenos estudados. Isso implica, sobretudo, na compreensão dos fenômenos percebidos a partir de seu próprio referencial sócio histórico de criação e desenvolvimento.

Como apontamos anteriormente, esse movimento metodológico refere-se à negação de um sistema analítico que chamamos de *Tempo-Histórico*, que faz uso de comparações entre épocas e contextos distintos, utilizando os mesmos parâmetros e perspectivas, o que, em nossa análise, é também gerador de ausências. A perspectiva analítica do *Tempo-Vivido*, por

---

<sup>24</sup> Para saber mais, ver Bauer & Gaskel. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Petrópolis: Vozes, 2008.

<sup>25</sup> Para saber mais, ver ROLNIK, Suely. Disponível em: < [www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY)>

sua vez, nega referenciais de comparações externas, buscando compreender os fenômenos a partir de sua própria historicidade.

Nosso desígnio maior é compreender se modelos de intervenções conduzidos sob os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, podem ser, e em que medida, eficientes no fortalecimento de grupos comunitários e intercomunitários para que esses possam molecularizar as intervenções Molares em seus territórios, alterando as lógicas de poder que perpassam os espaços estruturais, gerando Emancipação Social e Bem Viver nos territórios amazônicos vítimas da produção das ausências, especificamente com comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões/AM.

Para isso, munidos do Olhar da Onça, detalhemos um pouco nossa compreensão sobre território.

## 5.1 DESCREVENDO O TERRITÓRIO

O contexto amazônico apresenta-se como território de estudo desta Tese, especificamente a região do Alto Solimões, no estado do Amazonas brasileiro. A região compreende nove municípios: Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Tonantins, Santo Antônio do Içá, Foz de Jutai e Fonte Boa, grande parte deles fazendo fronteira terrestre ou fluvial com o Peru ou Colômbia.

A Mesorregião do Alto Solimões possui uma área total de 214.217,80 Km<sup>2</sup> (correspondente à área do Estado do Ceará), abrigando uma população estimada em 240.175 habitantes (IBGE, 2013), sendo que o componente indígena é de cerca de 62.000 habitantes, ou seja, 27,6% da população total, distribuído em 150 comunidades indígenas, em sua maioria localizada ao longo dos rios. ([www.igeo.ufmg.com.br](http://www.igeo.ufmg.com.br)).

A seguir, mapa de localização da região do Alto Solimões:

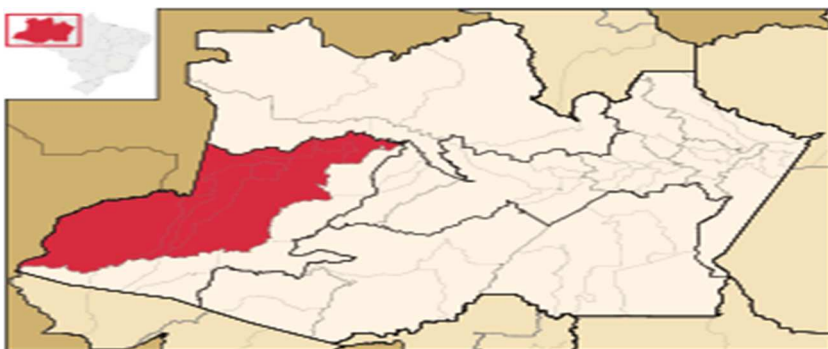


Imagem 11 – Mapa da região do Alto Solimões. Fonte: IBGE (2013)

Também de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), podemos obter uma visão geral das características populacionais dos municípios que compõem a região, dando ênfase especial à população rural que, neste contexto refere-se à totalidade das comunidades indígenas e ribeirinhas:

Quadro 8 – Mapa da região do Alto Solimões

<b>Município</b>	<b>População Total</b>	<b>Pop. Rural</b>
Benjamin Constant	33.411	9.833
Tabatinga	52.272	15.908
Atalaia do Norte	15.153	5.874
São Paulo de Olivença	31.422	14.974
Amaturá	9.467	8.932
Santo Antônio do Iça	24.481	20.000
<b>Total</b>	<b>224.094</b>	<b>62.000 - 27,6%</b>

Fonte: IBGE, 2013.

A região do Alto Solimões é conhecida também por possuir grande diversidade de recursos biogenéticos de cultivos nativos encontrados na Amazônia brasileira. No Alto Solimões esse patrimônio tem sido conservado pelos povos indígenas e ribeirinhos frente às constantes ameaças econômicas, culturais, sociais e ambientais.

Sobre a produção da região, de acordo com os dados informados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005), sua contribuição para o PIB do Estado do Amazonas é menor que 2%, afirmando que:

A base produtiva da Mesorregião está calcada no extrativismo (madeira em toras, castanha e frutas) e na agricultura da mandioca e da banana. O setor industrial é inexpressivo, com serrarias, pequenas movelarias e olarias com produção destinada ao mercado regional/local. O poder aquisitivo da população é baixo, estima-se que grande parte da renda provém de salários do funcionalismo público municipal e em torno 10% de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como a renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc.), apontando um baixo nível de atividades produtivas em geral. (IPEA, 2005).

Como trabalhamos ao longo do capítulo anterior, sobre as inadequações dos indicadores hegemônicos, as concepções do IPEA, levando em consideração o fluxo financeiro, assim como a quantificação de bens que chegam até o mercado local e regional para comercialização, acabam por taxar a região como “*baixo nível de atividade produtiva*”, em geral, desconsiderando o imperativo da subsistência no plantio familiar, assim como os cotidianos trabalhos empregados em prol do território e da comunidade por parte dos comunitários, que não são contabilizáveis na perspectiva econômica supracitada.

Mesmo assim, as concepções hegemônicas devem ser entendidas, visto que a partir da leitura que realizam de cada região, mesmo que eventualmente equivocada, derivam-se as intervenções produzidas pelo Estado. Sendo assim, sobre o rendimento mensal per capita domiciliar das três principais cidades do Alto Solimões, o IBGE (2013) informa:

Quadro 9 – Renda mensal média domiciliar (em reais) no Alto Solimões

<b>Município</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
Atalaia do Norte	253	149	215
Benjamin Constant	255	106	199
Tabatinga	345	97	270
<b>Valor Médio</b>	<b>284,33</b>	<b>117,33</b>	<b>228,00</b>

Fonte: IBGE (2013).

Percebe-se uma concentração de renda maior no caso de Tabatinga, justamente por ser o maior agrupamento urbano da região e sua economia estar intimamente vinculada à cidade colombiana de Letícia, ademais, por concentrar em seu território maior número de agentes militares e demais trabalhadores do setor público, a já referida elite local anteriormente citada.

Alguns outros indicadores nos auxiliam em uma primeira observação da região: No tocante ao saneamento básico, 46% da população recebe água tratada do sistema público, os demais, na maioria, abastecem suas casas de poços artesanais. (COSAMA, 2014).

Apresentamos a seguir alguns dados oferecidos pelo Governo Estadual (2010) ao longo do Relatório Geral da Região:

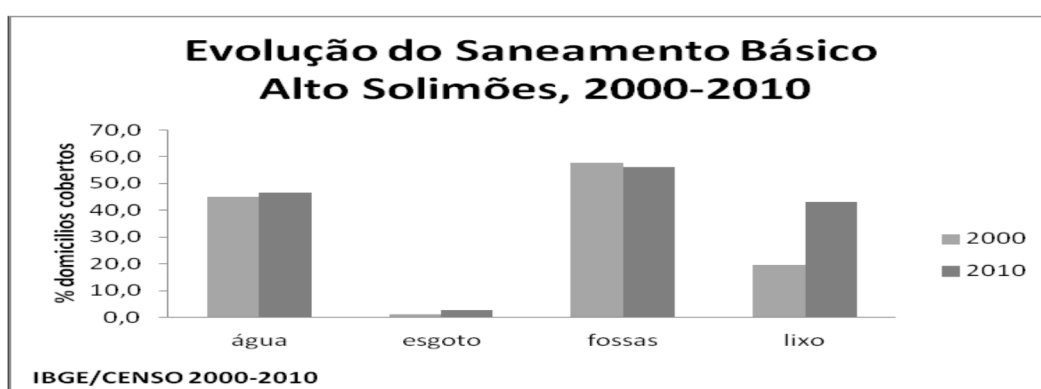


Gráfico 1 – Evolução do Saneamento Básico no Alto Solimões



De acordo com o relatório, 43% da população residente na área do estudo possuem serviço de coleta de lixo, os demais 67% devem, por conta, resolver a destinação de seus resíduos. Nenhum dos municípios dispõe de coleta e destino adequado para o lixo hospitalar ou residencial, não há coleta seletiva e todos os resíduos são colocados em um lixão a céu aberto.

O relatório ainda corrobora que as doenças infecciosas e parasitárias encontram-se no topo da lista das principais causas de mortalidade, com 13% de ocorrência frente à taxa de 7,3% em relação às frequências desse tipo de doença no estado do Amazonas como um todo.

Além disso, a energia dos centros urbanos da região é ainda gerada a diesel e todo o território, em suas três caudilhas fronteiriças, possui acesso aos países que lhe compõe apenas pelas vias aéreas e fluviais. Não existem ligações rodoviárias entre a região do Alto Solimões com outras partes do Brasil, da Colômbia ou do Peru, inibindo e encarecendo o abastecimento de insumos básicos não produzidos na região.

No interior, em praticamente todas as comunidades de terra firme, a energia elétrica contínua chegou há menos de 30 meses atrás, através do programa federal Luz para Todos. Nessas comunidades, apenas com a chuva se obtém água potável e grande parte da população rural garante o complemento financeiro familiar com os benefícios sociais do Governo.

Sobre o Programa Bolsa Família, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2013):

No estado AM, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em maio de 2013 era de 511.120. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de setembro de 2013, 343.382 famílias, representando uma cobertura de 13,9 % da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 180,41. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2013, atingiu o percentual de 85,36%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 402.684 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente ao total de 471.761. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 81,65%, resultando em 66.837 jovens acompanhados de um total de 81.853. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2013, atingiu 71,42%, percentual equivale a 211.495 famílias de um total de 296.118 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do estado. (MDS, 2013).

Mesmo pintando essa primeira imagem da região como extremamente negativa, falar do Alto Solimões é falar também de um lugar aonde o extrativismo maciço, a agroindústria e a pecuária extensiva ainda não chegaram, onde a terra é fértil e a natureza supre as principais necessidades de subsistência do povo. Lugar de uma agricultura plenamente familiar e uma

vida cotidiana preservada em um *lócus* comum que apresenta grande potencialidade organizativa no contexto da Comunidade.

O Alto Solimões é considerado, por muitos, um dos recantos ainda intocados pelo desenvolvimentismo maciço, preservando gigantesca flora e fauna, assim como uma ampla gama de culturas indígenas e ribeirinhas. Nas convives informas é, muitas vezes, referido como o *Coração da Amazônia*.



Imagem 12 – Mapa com a localização continental do Alto Solimões

Fonte: <http://www.xaverianos.org.br/adolfo-zon-novo-bispo-xaveriano/mapa-alto-solimoes/>

Especificamente sobre o Município de Benjamin Constant, território foco das intervenções do Projeto *Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver* e, portanto, de nossas análises, esse se encontra sob uma distância de 1.119 km da capital Manaus e possui, de acordo com o IBGE (2013), aproximadamente 33.400 habitantes. Suas características não divergem dos elementos gerais sobre a região já citados anteriormente e seu território é composto por grande quantidade de comunidades indígenas e ribeirinhas, que são os sujeitos colaboradores deste nosso estudo.



Imagem 13 – Mapa do Município de Benjamin Constant. Fonte: Portal Amazonas (2011).

## 5.2 DESCRREVENDO O OBJETO DE ESTUDO: PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA DO BRASIL/BEM VIVER

Tendo em vista o panorama geral da região, nosso objeto de estudo é o projeto *Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil*, protagonizado com recursos da União Europeia, pelo Instituto Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento (ISCOS-Itália), entre os anos de 2010 e 2013, e que recebeu renovação, dando continuidade nas linhas de ações entre 2013 e 2016, sob o nome de *Projeto Bem Viver*, acoplado financiamento do Ministério de Desenvolvimento Social da Itália.

A respeito da executora, o Comitê ISCOS Emilia Romagna foi fundado em 1990 por iniciativa do sindicalista Enrico Giusti, que, durante a década de 80, estabeleceu íntimo diálogo com a Central Única de Trabalhadores do Brasil (CUT), em especial com Luiz Inácio Lula da Silva, dirigente da Central na ocasião. Da cooperação entre CUT e CISL (Sindicato subsidiário da ISCOS) nasceu a Escola Sindical 7 de outubro, em Belo Horizonte<sup>26</sup>.

De acordo com o atual presidente da instituição, como diretriz, a ISCOS assume historicamente uma cooperação atrelada à reciprocidade e intercâmbio com outras culturas e saberes, acreditando na mudança operacionalizada de maneira conjunta, obrigando sistematicamente a própria instituição a rever suas convicções, antes mesmo de ensinar algo a alguém. (Berllini, 2012).

Ao longo destes anos, administrando recursos próprios provenientes de sindicalistas italianos, além de recursos da União Europeia e diversos ministérios italianos focados no desenvolvimento humano e social, a ISCOS desenvolveu projetos no Brasil, Colômbia, Birmânia, El Salvador, Nicarágua, Moçambique, Mali, Ucrânia e Moldávia, entre outros países da Ásia, África e América Latina. (Berllini, 2012).

O Projeto *Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver* abrange 20 comunidades indígenas e ribeirinhas da cidade de Benjamin Constant, atingindo indiretamente aproximadamente 715 famílias e 4.298 pessoas e almeja promover o protagonismo desses povos em sua própria busca nos aspectos que propiciem melhorias na qualidade de vida e emancipação social.

Em 2009, analisando o plano de ação proposto pelo Projeto, concluímos:

---

<sup>26</sup> Para saber mais: <http://www.escola7.org.br/>

Diferentes de outras práticas correntes na região, que se dedicam a doações e apenas a incentivos financeiros, gerando assim assistencialismo e dependência das comunidades nativas frente aos órgãos de fomento, este projeto visa criar oportunidades para que, dentro da especificidade de cada comunidade, possa se desenvolver a melhor forma possível sua potencialidade natural. Neste processo percebemos que não basta apenas o potencial natural, mas também se deve desenvolver o potencial humano, valorizando aptidões individuais e coletivas, reconhecendo os conhecimentos de quem vive na Floresta, estas são as diretrizes apresentadas pelos coordenadores e técnicos do Projeto. (LACERDA; VELOSO, 2009, p. 6).

Através dessa perspectiva, ao longo destes anos de trabalho conjunto às comunidades, tal Projeto buscou incentivar práticas estreitamente pautadas aos princípios da cooperação, solidariedade e da autogestão, incentivando o protagonismo comunitário e o Bem Viver; perspectivas que se distinguem das tradicionais políticas públicas nesse território, como pudemos perceber na primeira parte de nosso estudo.

Através da análise de seus processos e resultados, buscaremos entender se é possível, assumindo princípios de cooperação, solidariedade e autogestão, promover a desejada Emancipação e Bem Viver.

A seguir, apresentamos sucinto quadro com informações populacionais das comunidades participantes no marco inicial do Projeto, no ano de 2010:

Quadro 10 – Número de habitantes/ Famílias e integrantes por família das comunidades participantes do Projeto em estudo

<b>Comunidade</b>	<b>Característica da População</b>	<b>Número de Famílias</b>	<b>População geral</b>	<b>Média de pessoas por famílias</b>
Boa Vista	Indígena – Ticuna	20	100	5
Bom Caminho	Indígena – Ticuna	159	785	4.9
Bom Pastor II	Ribeirinha	32	210	6,5
Capacete	Ribeirinha	19	90	4.7
Cristo Rei	Ribeirinha	20	100	5
Guanabara I	Ribeirinha	40	210	5.2
Guanabara II	Ribeirinha	40	250	6.2
Guanabara III	Indígena – Ticuna e Cocama	43	408	9.4
Mato Grosso	Ribeirinha	15	102	6.8
Nova Aliança	Indígena – Cocama	52	364	3.1
Nova União	Ribeirinha	7	40	5.7
Nova Vida	Ribeirinha	22	115	5.2
Novo São Francisco	Ribeirinha	10	60	6
Pesqueira	Ribeirinha	20	108	5.4
Porto Cordeirinho	Indígena – Ticuna	110	850	7.7
Porto Espiritual	Indígena – Ticuna	80	420	5.2

Santa Luzia	Ribeirinha	23	115	5
Santa Rita	Ribeirinha	36	180	5
São João de Veneza	Ribeirinha	20	103	5.1
São José	Ribeirinha	27	108	4
Total de pessoas beneficiadas com o Projeto	14 ribeirinhas 6 indígenas	715 famílias	4.298.00 pessoas	5.57

Fonte: Relatório Introdutório. (Lacerda e Veloso, 2010).

Logo a seguir, apresentamos um mapa convencionado pela equipe técnica do Projeto, situando as comunidades envolvidas dentro da região:

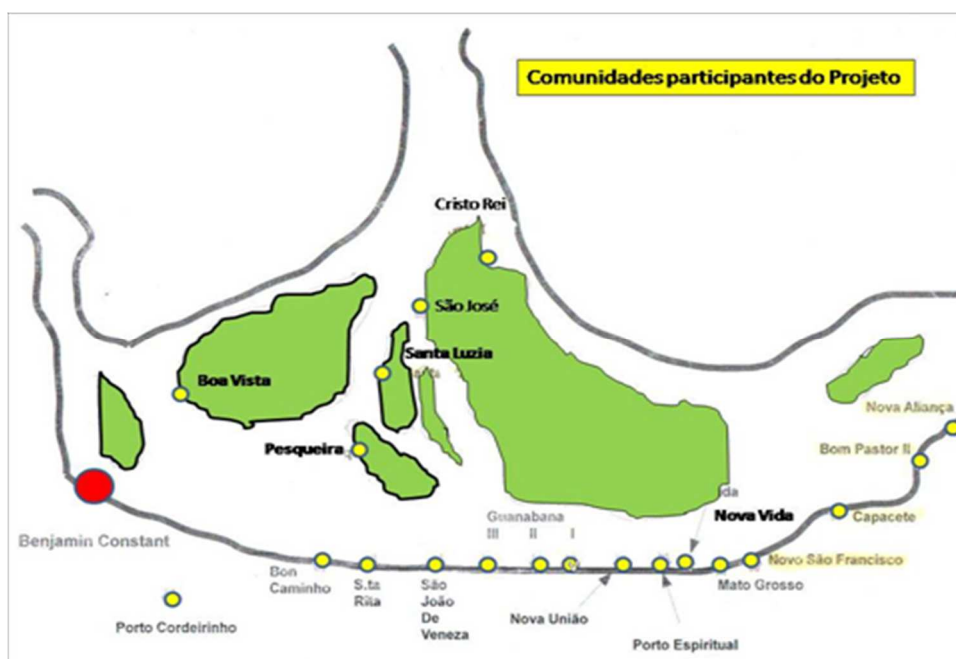


Imagem 14 – Mapa das comunidades participantes do Projeto em estudo

Legendas:

- : Zona de terra firme
- : Comunidades de terra firme participantes do projeto
- : Ilhas – Comunidades de Várzea
- : Cidade Polo de Benjamin Constant
- : Rio Solimões

Fonte: ISCOS, 2010.

As comunidades que, no mapa acima, se encontram sobre a linha inferior que segue de Benjamin Constant (BC) até Nova Aliança são comunidades em terra firme, enquanto que as

comunidades localizadas nos espaços verdes, que representam as ilhas, caracterizam-se enquanto comunidades de várzea, rodeadas pelo Rio Solimões.

Em 2010, após reuniões de explanação sobre a metodologia e os objetivos almejados por este Projeto, os comunitários foram convidados a participar da primeira ação, que se remeteu a construção de um diagnóstico das condições atuais das comunidades, sua aptidão produtiva, histórico de ações e intervenções, assim como seus principais desejos futuros, desafios e conquistas ao longo das últimas décadas.

Apresentaremos os resultados minudenciados desse diagnóstico mais adiante, de momento, compete frisar que esse estudo, em conjunto com os comunitários, resultou na constituição dos campos de ação das intervenções do Projeto, assim como a definição de algumas metas:

Quadro 11 – Metas e Intervenções planejadas pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver

ÁREAS DE INTERVENÇÃO E METAS ESTIPULADAS – Marco Inicial – 2010
<p><b><u>Saúde</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 17 sistemas com placas solares para potabilizar as águas;</li><li>• Formação de técnicos para manutenção dos sistemas;</li><li>• 34 Agentes de Saúde formados;</li><li>• Sensibilização das comunidades sobre higiene.</li></ul> <p><b><u>Meliponicultura</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 120 colônias de abelhas;</li><li>• 2 casas-depósitos do mel;</li><li>• Ferramentas de trabalho.</li></ul> <p><b><u>Piscicultura</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 6 tanques para aquicultura;</li><li>• Kit análise água;</li><li>• Ferramentas de trabalho;</li><li>• Alevinos e sua alimentação.</li></ul> <p><b><u>Agricultura familiar</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Plantios de banana e mandioca;</li><li>• 2 casas de farinha;</li><li>• Ferramentas de trabalho;</li><li>• Fertilizante;</li><li>• Mudas.</li></ul> <p><b><u>Artesanato</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 2 centros de artesanato;</li><li>• Mudas para matéria prima;</li><li>• 1 Catálogo;</li><li>• Ferramentas de trabalho</li></ul>

Como metodologia central e transversal de incitamento dessas diversas áreas de intervenções e entre as diversas comunidades partícipes das ações, foi colocado em prática o Programa Produtor a Produtor, que veremos em detalhes a seguir.

### 5.2.1 Programa Produtor a Produtor (PAP)

A seguir, trataremos de elucidar ao leitor a metodologia central utilizada pelo Projeto *Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver*, no sentido de estreitar as atividades no segundo ano de ação, após o diagnóstico inicial. Tal metodologia que permeia todas as intervenções propostas pelo Projeto denomina-se **Produtor a Produtor (PaP)**, e segue de maneira adaptada a lógica já empregada pela ISCOS em trabalhos na Nicarágua e demais países da América Central, conhecida como Campesino-Campesino<sup>27</sup>.

Tal metodologia tem como desígnio contribuir no desenvolvimento de processos sustentáveis e de autogestão comunitária no âmbito da produção agrícola, segundo os princípios do trabalho cooperativo e solidário, neste caso, especificamente, nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Município de Benjamin Constant.

#### Objetivo específico do Programa Produtor a Produtor (PaP):

Incentivar a formação de um grupo de promotores em agricultura familiar para que difundam e troquem conhecimentos com as comunidades no âmbito da diversificação produtiva e da gestão comunitária.

São Princípios e diretrizes do PaP:

- a) Experimentação e apropriação dos produtores: Desenvolver nos agricultores capacidades locais para a experimentação de novas estratégias elaboradas por eles próprios, pelas quais os próprios saibam como medir e comparar os resultados de um experimento em relação ao tradicional.
- b) Trocas que reúnem os conhecimentos locais: O Programa é um diálogo entre semelhantes, entre os agricultores que têm um tema comum e que contribuem para gerar processos importantes de autoestima, tanto que se assumem como parte de uma busca coletiva para melhorar suas unidades de produção e são chamados a um esforço cada vez mais generalizado. Portanto, o Programa promove e organiza intercâmbios entre agricultores, para instigar o desenvolvimento da capacidade organizativa, pondo em movimento de troca os conhecimentos dos comunitários.

---

<sup>27</sup> Campesino-Campesino é uma metodologia empregada na América do Sul e Central que coloca em foco a troca horizontal de saberes entre agricultores que possuem forte posição na agroecologia e na resistência aos processos de mercantilização dos fatores primários da vida. Para saber mais: <http://agroecologiavenezuela.blogspot.com.br/2008/10/metodologa-de-campesino-campesino.html>

c) Inovação Produtiva e diálogo horizontal produtivo: O diálogo produtivo é estabelecido entre as mesmas pessoas a nível local, enfatizando as propostas de melhoramento do que já existe, tentando evitar a promoção de tecnologias exógenas de domínio técnico especializado.

A horizontalidade do diálogo refere-se ao fato de que a proposta produtiva não vem de apenas um produtor. Só há troca quando o processo se estabelece em duas vias, entendido assim, o processo, como uma relação horizontal que promove a autoestima do produtor e gera resultados produtivos para compartilhar. Nesse contexto, o técnico<sup>28</sup> é um facilitador para o encontro e as trocas de saberes.

d) Fortalecimento da figura do Promotor como um organizador dos fatos produtivos: Para expandir e multiplicar, o Programa não necessita de agricultores mais experientes, mas sim mais motivados, não necessita de unidades de produção especiais, mas sim aquelas onde aparecem resultados positivos das mais simples intervenções.

O agricultor capacitado é certificado como Promotor Agrícola e seu papel é destacar e tornar visíveis feitos produtivos, visitando outros produtores e encorajando-os a experimentar e compartilhar suas experiências.

e) Instigar a busca permanente como fator de inovação: As condições combinadas dos resultados produtivos com a motivação e autoestima contribuem para um processo de busca contínua por inovação. Ela surge enquanto iniciativa local e desencadeia-se facilmente, cobrindo novas áreas de atividade.

f) O aparecimento contínuo de lideranças locais: Como resultado da dinâmica de trocas, os novos líderes vão adquirindo visibilidade, uma projeção com base no novo tipo de posicionamento caracterizado por suas contribuições para a geração de alternativas produtivas nas condições difíceis do contexto socioprodutivo.

O Processo de formação desencadeia-se em quatro distintas etapas:

- 1) Assembleia entre as associações-comunidades de produtores, onde se apresentam as melhores experiências nas áreas da agricultura, artesanato, pesca e meliponicultura. Após apresentação, elencados os pontos fortes de cada comunidade, assim como as principais demandas, elabora-se um cronograma de formação seguindo esses temas. Ao término, são escolhidos 10 agricultores para formação da primeira turma.
- 2) A formação ocorre de maneira itinerante na comunidade de cada um desses dez agricultores escolhidos. Cada encontro leva como tema o ponto forte e a fragilidade da

---

<sup>28</sup> Ao longo dos anos de intervenção, a equipe permanente do Projeto constituiu-se de um Diretor, um Coordenador de Campo, um técnico agrícola de apoio à coordenação, uma técnica em artesanato, um em meliponicultura, um em piscicultura e uma secretária. Além disso, psicólogos, sociólogos, técnicos agrícolas, comunicadores, entre outros profissionais, compuseram os grupos de trabalho em situações específicas.



comunidade onde a reunião será realizada. A parte da manhã destina-se aos aspectos técnicos, através das oficinas ministradas pela equipe do Projeto, e, no turno da tarde, a parte prática, quando o morador daquela comunidade vai demonstrar sua área de trabalho seu trabalho de campo.

Durante esse processo se identificam também, junto aos comunitários, as propostas para a promoção de iniciativas que fortaleçam as redes sociais locais, possibilidades de compras coletivas de insumos ou de maquinário, realização de feiras e redes nos moldes da Economia Solidária e agricultura familiar, além do estudo de estratégias de inserção e gestão dos espaços nos mercados municipais ou demais temas levantados pelos participantes na própria assembleia que precede a formação.

3) Nesta etapa, são os agricultores já formados sobre o caráter de multiplicadores que conduzirão tais reuniões de formação em suas próprias comunidades, com apoio da equipe técnica, para todos os interessados. Para isso, devem levantar novos pontos fortes e demandas junto aos vizinhos e familiares.

Ao final da segunda formação, realiza-se uma grande assembleia com todos os participantes para a avaliação dos aspectos positivos e negativos do percurso até o momento. Encerrando a avaliação, elegem-se mais dez agricultores de outras dez comunidades que passaram pelo mesmo processo das primeiras elegidas.

A cada novo ciclo, os promotores vão tomando mais a frente do processo de formação de seus pares, ficando, gradativamente, a equipe técnica como um apoio secundário ao processo.

4) Reinicia-se o processo de formação com as dez novas comunidades elegidas.

Após o primeiro ano diagnóstico e o segundo ano de intervenções desencadeadas pelo Programa Produtor a Produtor, o terceiro ano dedicou-se a colocar em prática ações autogestionadas, cooperativas e solidárias nas cinco áreas delimitadas, em conjunto com os próprios comunitários, ao longo do diagnóstico do PaP, como já frisado: Artesanato, Agricultura Familiar, Potabilização de Água, Meliponicultura e Piscicultura.

Como poderemos perceber na exposição dos resultados, uma série de atividades, assim como a construção de espaços físicos e aquisição de materiais e insumos de trabalho, foi operacionalizada ao longo do terceiro ano por iniciativa dos próprios comunitários e apoio do Projeto. Ao longo deste processo, ampliaram-se também as ações de organização comunitária, formalização de associações e fortalecimento de redes intercomunitárias.

Os anos subsequentes, que se referem ao Projeto Bem Viver, foram dedicados à continuidade, fortalecimento e propagação das ações desencadeadas em cada uma dessas áreas de intervenção.

Neste momento, apropriados dos fundamentos básicos que dão suporte ao objeto de estudo, podemos partir para a metodologia específica empregada nesta Tese, no intuito de averiguar os resultados esperados. Aguçamos nosso perspicaz Olhar da Onça na construção de uma estratégia que responda as principais perguntas deste estudo:

Cooperação, Solidariedade e Autogestão serão e em que medida, princípios efetivos para a conquista de Emancipação Social e Bem Viver nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões?

De que maneira tais princípios poderão auxiliar no agenciamento de coletivos locais capazes de molecularizar as intervenções Molares em busca de tais objetivos?

### 5.3 COLETA DE DADOS

Somos, de antemão, motivados pelas afirmações de Bauer e Gaskell (2003, p. 64): “Nas ciências sociais a técnica qualitativa é um método amplamente empregado. Ela é essencialmente uma técnica para estabelecer ou descobrir que existem diferentes perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos.” Fornece, pois, dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação atual, entendendo em profundidade os elementos expostos e latentes nos discursos e práticas percebidas em campo.

Dividimos a coleta de dados em três fases, a saber:

Primeira Fase	Coleta Documental.	1 coleta
Segunda Fase	Entrevistas Semiestruturadas e Grupos Focais.	22 entrevistas 11 Grupos Focais
Terceira Fase	História de Vida.	4 Histórias de Vida

Quadro 12 – Organização da Coleta de Dados

Fonte: Autor.

### 5.3.1 Primeira Fase: Coleta Documental

Na medida em que tal Projeto desenvolve concomitantemente com suas atividades um sistemático processo avaliativo, são gerados diversos relatórios das ações concretizadas. Esse material mostra-se cogente para contrairmos uma primeira base de dados a respeito dos relatos dos próprios comunitários, no sentido de gerar compreensão do fenômeno estudado.

Os relatórios avaliativos das intervenções realizadas na área da potabilização, do mel, do artesanato, da piscicultura e da agricultura familiar, assim como do programa PaP, subsidiaram a estruturação das etapas posteriores de coleta de dados, aportando uma perspectiva de conhecimento geral das ações desenvolvidas até o momento, suas principais conquistas e desafios.

De acordo com os estudos de Bauer e Gaskell (2002), o trabalho antecipado com textos e relatórios é uma necessidade preliminar à análise geral do material estudado, no sentido de produzir determinada visão ampla do fenômeno e, posteriormente, com a constituição e análise de categorias que são do interesse da pesquisa, captação de informações mais detalhadas, servir de base para a imersão ao campo, podendo confrontar, transformar ou confirmar hipóteses.

### 5.3.2 Segunda Fase: Entrevistas Semiestruturadas e Grupos Focais

As entrevistas e grupos focais possuem como objetivo recolher narrativas dos próprios comunitários a respeito das intervenções realizadas pelo Projeto e os processos que as anteciparam, assim como aqueles que se desencadearam a partir delas. Representam a garantia das observações desses comunitários, expostas explicitamente nesta pesquisa, sendo, portanto, um espaço coletivo de reflexão sobre tal processo.

Bauer e Gaskell (2003), a esse respeito, apontam que, no caso das entrevistas semiestruturadas, deve-se elaborar com muita atenção e minuciosidade o que chamam de *tópico guia*. Em sua essência, esse tópico é elaborado com o intuito de fazer com que as perguntas possam dar conta dos objetivos da pesquisa, funcionando como lembrete ao entrevistador. Um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos temas em foco.

Da mesma forma, os grupos focais também exigem um tópico guia, no sentido de induzir o debate na direção dos temas pertinentes a serem discutidos de acordo com os

objetivos da pesquisa. Os grupos podem ainda ser compreendidos e empregados como complementares às entrevistas, na medida em que fazem emergir debates e divergências amenizadas ou despercebidas ao longo das coletas individuais.

O Grupo Focal é uma técnica de pesquisa social amplamente usada que busca promover relatos e conversação de diversos elementos a respeito de um tema a ser estimulado. A riqueza de tal técnica está no fato de colocar visíveis as relações interpessoais que se constroem a partir do tema específico, na medida em que se desenvolve a dinâmica de conversação dentro do grupo, é considerado um reflexo das estruturas relacionais do próprio cotidiano desses comunitários. Dessa forma, o grupo focal rompe as estruturas austeras de uma entrevista dirigida que se restringe apenas às perguntas e respostas e acende espaço para participação ampla e espontânea, produzindo, assim, com maior fidedignidade os elementos e dinâmicas sociais daquele contexto.

Para tanto, nesta Tese foram realizadas 22 entrevistas e 11 grupos focais, todos eles buscando abranger a totalidade das intervenções, de acordo com cada área específica de atuação do Projeto, além dos objetivos maiores desta pesquisa.

Quadro 13 – Divisão das entrevistas semiestruturais e grupos focais da segunda fase da coleta de dados

Área	Entrevistas	Grupos Focais
Artesanato	2 entrevistas em duas comunidades	2 grupos em duas comunidades
Agricultura	8 entrevistas em cinco comunidades	5 grupos abrangendo 10 comunidades
Piscicultura	5 entrevistas em três comunidades	1 grupo abrangendo 3 comunidades
Meliponicultura	2 entrevistas em uma comunidade	1 grupo abrangendo uma comunidade
Potabilização de Água	5 entrevistas em cinco comunidades	2 grupos abrangendo 5 comunidades

Fonte: Autor

Ao fim da fase de coleta de dados, das 20 comunidades participantes do Projeto, 12 delas haviam realizado alguma das formas de coleta de informações, contemplando, assim, 60% do público alvo do Projeto e 100% de suas áreas de intervenção, sendo respeitada, inclusive, certa proporcionalidade entre comunidades indígenas, ribeirinhas, de várzea e terra firme. Para consulta do leitor, os tópicos guia encontram-se nos apêndices.

### 5.3.3 Terceira Fase: História de Vida

Por fim, na terceira fase da coleta nos atemos à técnica de História de Vida que, de acordo com Silva e Barros (2007), encontra-se embasada na historicidade imaginária e concreta dos informantes gerando e se apoiando no profundo vínculo entre pesquisador e pesquisados (as). Desse processo advém uma produção de sentido que gera uma ponte de interligação entre a história individual e a história social de determinado grupo.

A História de Vida é um método que tem como principal característica, justamente, a preocupação com o vínculo entre pesquisador e sujeito. Haguette (1992) sugere que o método de história de vida, dentro da metodologia de abordagem biográfica, relaciona duas perspectivas metodológicas intimamente, podendo ser aproveitado como documento ou como técnica de captação de dados. Acrescentamos, nas duas perspectivas, a produção de sentido – importante proposta da aplicação deste método. (Silva e Barros, 2007, p. 15).

Gaulejac (2005) aponta que o objetivo do método da História de Vida é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte.

Dessa forma, Spindola e Santos afirmam:

O método de história de vida, portanto, procura apreender os elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não objetivando, contudo, analisar suas particularidades históricas ou psicodinâmicas. Nesse sentido, histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte. (SPINDOLA E SANTOS, 2003, p. 8)

Por fim, os estudos realizados por nós a respeito da técnica de História de Vida evidenciam que o sujeito ajuíza sobre a sua vida enquanto a conta. Assim, quando perpetra o relato de um fato, está também tendo oportunidade de ajuizar sobre aquele contexto e experiência, promovendo a autorreflexão e, conseqüentemente, o desencadeamento de um processo crítico frente à própria vida contada.

Cabe justificar o emprego da técnica de História de Vida na medida em que, desde o início do projeto desta Tese, salientamos ser nosso interesse propor a transformação nos critérios de análise e avaliação a partir da inversão de escala do global para o local, substituindo a análise do tempo histórico para as do *tempo vivido* de cada ator. Refere-se, portanto, a uma ruptura epistemológica com a tradição comparativa que, em derradeira

análise, como já afirmamos, recorre na produção da não-existência das alternativas contra-hegemônicas.

No intuito de estruturar a coleta de dados embasada nesta técnica, mostrou-se necessário um recorte na população estudada. Esse recorte, impresso no universo da pesquisa pela escolha da técnica, respeita a delimitação já anteriormente citada, colocando-se basicamente sobre o vínculo entre pesquisador e sujeitos e, nesta pesquisa, buscou abranger diferentes graus de organicidade e envolvimento das comunidades nas ações do Projeto. Sendo assim, partiu de um gradual polarizado entre a comunidade aparentemente mais organizada e participativa até a comunidade aparentemente menos organizada e menos participativa.

O segundo elemento de caracterização desta amostra está embasado nas diferenças geracionais, abrangendo comunitários maiores de 50 anos e jovens entre 18 e 25 anos. Tal recorte geracional tem em vista buscar representatividade nos diferentes segmentos populacionais que, de maneira distinta, vivem a realidade atual em sua relação com os centros urbanos, expectativas de vida e trabalho, assim como vinculação histórica com a própria comunidade e a atividade laboral.

Desta forma temos o público alvo da terceira fase da coleta de dados explicitado no Quadro a seguir:

Quadro 14 – Divisão das Histórias de Vida na quarta fase de coleta de dados

<b>História de Vida</b>	<b>Sujeito 1</b>	<b>Sujeito 2</b>
<b>Comunidade com <u>alto</u> nível organizativo e participativo</b>	<i>Maior de 50 anos</i>	<i>Entre 18 e 25 anos</i>
<b>História de Vida</b>	<b>Sujeito 3</b>	<b>Sujeito 4</b>
<b>Comunidade com <u>baixo</u> nível organizativo e participativo</b>	<i>Maior de 50 anos</i>	<i>Entre 18 e 25 anos</i>

Fonte: o autor.

É importante, além disso, informar que as diferenças de gênero não serão analisadas nesta pesquisa, sendo a escolha dos informantes, no que versa essa categoria, aleatória e não necessariamente devendo obter proporcionalidade.

Isso se deve, primeiramente, ao fato de não ser nosso interesse direto trabalhar tal questão e, segundo, não sermos capazes de abranger tamanho espectro de diversidade no recorte populacional seguindo a técnica proposta. Por fim, especialmente, por não termos

condições de aliar as discussões objetivadas nesta Tese com a diversidade de estudos e bibliografias existentes sobre as questões de gênero e as questões feministas no âmbito da agricultura familiar e no universo amazônico sem, com isso, desrespeitarmos os detalhes e os aprofundamentos necessários para um estudo sério e fidedigno frente a essa temática.

Por fim, tecnicamente, ressaltam Santos e Santos (2008) que para o emprego da metodologia é necessário que o pesquisador transcreva tais relatos e, posteriormente, em um movimento de agrupação atrelado aos objetivos da pesquisa, construa categorias, elucidadas pelas diversas falas, que venham a contribuir para a compreensão dos fenômenos que se deseja estudar.

A organização do material recolhido, a sua sistematização e sua condensação são necessárias. As aproximações com as narrativas, anteriores e posteriores, de uma mesma situação, devem ser efetuadas com um sublinhamento ou com um jogo de cores, organizando-se os suplementos de informação que será preciso integrar ao texto, de forma que, sem perder seu caráter próprio, ele dê conta, por enriquecimentos sucessivos, do máximo de fatores expressos. (SANTOS E SANTOS, 2008, p. 717).

No sentido de canalizarmos os relatos dos informantes em direção aos objetivos desta pesquisa, as Histórias de Vida foram categorizadas em agrupamentos que correspondem aos objetivos maiores da Tese, a saber: auto conceituação de Cooperação, Solidariedade e Autogestão; Emancipação Social e Desenvolvimento e os efeitos e resultados do Projeto em estudo no emprego de tais princípios e na conquista de tais fins.

A alocação da técnica de História de Vida como última prática de coleta dentro deste quadro investigativo não é aleatória e colocou-se no sentido de (após estudos teóricos, observações, entrevistas e grupos) contarmos com um material mais aprofundado para o confronto de nossas percepções anteriores com a realidade estudada e o relato livre dos comunitários.

### **5.3.5 Panorama geral da metodologia de coleta de dados**

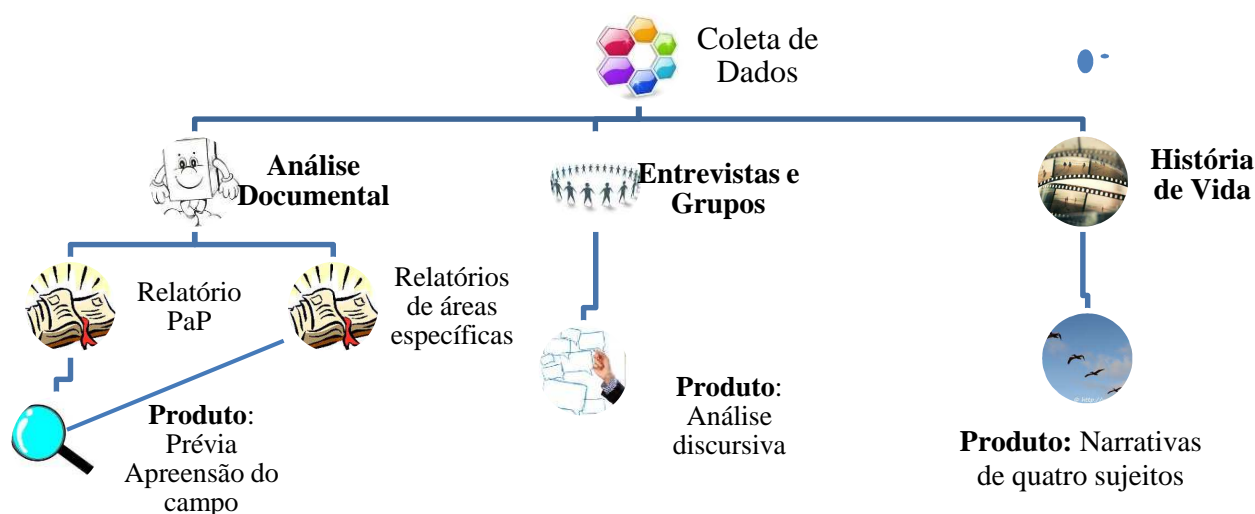


Imagem 15 – Panorama Geral da Coleta de Dados

Fonte: autor.

## 5.4 ANÁLISES DOS DADOS

A análise dedica-se à produção de um cenário geral a partir do estudo prévio dos relatórios desenvolvidos ao longo do Projeto Desenvolvimento Sustentável na Amazônia do Brasil/Bem Viver e, posteriormente, em profundidade, através das análises das narrativas produzidas pelas Entrevistas, Grupos Focais e Histórias de Vida.

Para isso, desenvolvemos uma matriz analítica apoiada em três estruturas de base:

Primeiro, a auto conceituação dos comunitários a respeito daquilo que acreditam ser cooperação, solidariedade, autogestão, emancipação social e desenvolvimento (bem viver) no confronto com as perspectivas conceituadas ao longo da Sociologia das Ausências e das Emergências, assim como às demais referências bibliográficas utilizadas na primeira parte desta Tese.

Segundo, a capacidade das intervenções produzidas pelo Projeto em inverterem ou não, aos olhos dos comunitários, as relações de poderes que permeiam os Espaços Estruturais apresentados por Boaventura de Sousa Santos ao longo da Sociologia das Ausências e das Emergências.

Por fim, o terceiro elemento da matriz analítica refere-se ao já apresentado Indicador de Bem Estar Humano Indígena (IBHI), desenvolvido por Acosta (2013), no sentido de



verificar os indicativos que tais comunidade apresentam sobre as Capacidades de Controle Coletivo do Território, de Agenciamento Cultural Autônomo, de Garantia Alimentar, de Construção de um Ambiente Tranquilo e de Autocuidado e Reprodução.

Vejamos em detalhe cada uma dessas matrizes analíticas.

#### **5.4.1 Constituição dos elementos autodeterminados pelos informantes, ao longo das narrativas, a respeito de cooperação, solidariedade, autogestão, emancipação social e desenvolvimento**

O primeiro elemento de análise parte da conceituação elaborada a partir das falas dos entrevistados a respeito do que entendem por desenvolvimento e emancipação social, assim como por cooperação, solidariedade e autogestão.

Na medida em que a Entrevista Semiestruturada, o Grupo Focal e a História de Vida caracterizam-se como técnicas fundantes de coleta de dados desta Tese e, para isso, adotamos a análise do *tempo vivido* por cada sujeito e comunidade em relação às suas condições atuais e pregressas, é possível compor uma série de conceituações autodeterminadas pelos próprios sujeitos sobre a possibilidade ou não de tais intervenções constituírem-se enquanto ferramentas adequadas no processo de Emancipação Social e Bem Viver de seus territórios.

A autodeterminação de conceitos referentes às possíveis melhoras faz jus à justiça conceitual que desejamos empregar na análise dos dados, na busca de fidedignidade em relação aos depoimentos coletados. Em outras palavras, não podemos inculcar conceitos pré-estipulados sem a compreensão do que, para os indígenas e ribeirinhos, realmente significam tais ideias e como se concretizam nas práticas cotidianas.

Especificamente sobre o manejo do material transcrito e coletado através dessas técnicas, sob a orientação das tendências expostas acima, foi utilizada a técnica de Análise do Discurso proposta por Bauer e Gaskell, (2003).

Tal técnica nos possibilita realizar uma compreensão do conteúdo das falas dos participantes, assim como tornar visível o que há latente por trás do discurso produzido. Enquanto que, ao longo das entrevistas e grupos focais, os participantes ativeram-se à análise do resultados do Projeto, nas histórias de vida, explicitaram-se as reais conceituações do que significa para eles, Cooperação, Solidariedade, Autogestão, Emancipação Social e Bem Viver.

A análise do discurso sugere que o falar caracteriza-se como uma ação, cuja sua estrutura, símbolos, gírias e explicações possuem seus motivos. Motivos que nos remetem a

como a pessoa ou grupo incorpora o discurso através de sua prática cotidiana, assim como quais questões ou fenômenos sociais influenciam na leitura da realidade.

Com o desígnio de aprofundar os processos metodológicos da análise do discurso apresentamos as seis etapas propostas por Bauer e Gaskell (2002), são elas: 1) Formular questões iniciais de pesquisa; 2) Escolher os textos a serem estudados ou transcrever as entrevistas; 3) Realizar uma leitura céptica e interrogativa sobre os textos; 4) Codificar de maneira mais inclusiva possível as questões que aparecem no texto e que de alguma forma se remetem às temáticas pesquisadas; 5) Analisar, examinando regularidades, conotações, contradições entre categorias, criando hipóteses e percebendo o latente; 6) Testar a fidedignidade através de devolução aos participantes.

O questionamento que deve embasar toda a compreensão desenvolvida na etapa de análise é: Será que (de que forma, em que níveis) o Projeto em questão é promotor do que os comunitários conceituam enquanto cooperação, solidariedade, autogestão, desenvolvimento e emancipação social?

Para isso, vale lembrar, suas compreensões a esse respeito serão também confrontadas com as próprias metas e princípios assumidos pelo Projeto em seu marco inicial e com todo o escopo teórico aqui já desenvolvido.

#### **5.4.2 Avaliação das ações propagadas pelo Projeto em estudo e o confronto com as relações de poder empregadas pela Razão Indolente nos Espaços Estruturais**

A segunda matriz analítica está calcada nos estudos de Boaventura de Sousa Santos que, de maneira geral, podem ser denominados de Sociologia das Ausências e das Emergências. De acordo com Veronese:

Tal metodologia constitui-se numa tentativa de dar a conhecer e validar modos alternativos de conhecimento e de práticas sociais. Esse procedimento psicossociológico parte de uma preocupação com o desperdício da riqueza de experiências sociais, em curso ao redor do mundo [...], porque seus agentes ocupam um lugar de 'não existência', um lugar inferiorizado na perspectiva da lógica hegemônica, considerando o sistema-mundo globalizado como arena pública ocidental contemporânea. (VARONESE, 2004, p. 44).

Tal metodologia analítica apresenta-se como contraponto às tendências propagadas pela Razão Indolente que, gerando atributos pejorativos como precário, local, improdutivo, naturalmente inferior, entre tantos outros, coloca em posição de inexistência social as

inúmeras experiências que não se circunscrevem dentro de sua lógica hegemônica, cristalizando relações de poder dentro dos espaços estruturais da sociedade.

Nesse sentido, Veronese (2004, p. 54) nos traz pistas de como produzir determinada Sociologia das Ausências e das Emergências frente a tais Espaços:

Conferir credibilidade às *diversas alternativas*, no plural, seria o objetivo da prática da sociologia das ausências. Numa versão psicossocial, a ser incorporada à psicologia social crítica, a *psicossociologia das ausências* é aquela que procura conhecer, validar e creditar alternativas em termos de modos de ser, viver, amar, trabalhar, sentir, parecer, nutrir, consumir, diferentes dos tradicionais ou considerados como únicos válidos. [...]. O resultado é a expansão ou dilatação do presente, que fica mais rico com o reconhecimento da diversidade de experiências que o compõem.

Como refere Ferrarini (2008), o ponto de ignorância que atinge o *conhecimento emancipação* é a impossibilidade de reconhecimento do outro enquanto sujeito capaz de conceber alternativas. A autora frisa que a Sociologia das Ausências busca expandir o presente através da desconstrução da razão metonímica que confere sentido de totalidade à realidade. Por sua vez, a Sociologia das Emergências visa contrair o futuro que condiciona o presente a um processo linear e pré-estabelecido.

Seguindo os estudos de Ferrarini (2008), percebemos que a superação das ausências dá-se pela desconstrução das cinco lógicas monoculturas. Já apresentamos esse quadro no primeiro capítulo, no tocante à produção do pensamento pós-abissal, e, sendo assim, apenas a título de lembrança, retomamos que a superação das ausências e, por consequência, das relações de poder, dão-se pela produção de Ecologias dos Saberes, das Temporalidades, dos Reconhecimentos, das Transescalas e das Produtividades, todas elas movidas por um profundo exercício de tradução.

As Ecologias propostas para a superação das ausências estão intimamente conectadas com a visão boaventuriana de emancipação e, sendo assim, servem de balizadores de análises frente às intervenções estudadas no Projeto em questão.

No detalhamento da matriz analítica encontram-se as disposições necessárias para a concretização de um processo emancipatório desde que se invertam as relações de poder dentro dos espaços estruturais.

Quadro 15 – Espaços estruturas nas Matrizes Analíticas da Tese

<b>Espaços Estruturais</b>	<b>Unidade de Prática Social</b>	<b>Instituições</b>	<b>Dinâmica de Desenvolvimento</b>	<b>Forma de Poder</b>	<b>Forma de Direito</b>	<b>Forma Epistemológica</b>
----------------------------	----------------------------------	---------------------	------------------------------------	-----------------------	-------------------------	-----------------------------

<b>Espaço Doméstico</b>	Diferença sexual e de gênero	Casamento, Família	Maximização da afetividade	Patriarcado	Doméstico	Familismo
<b>Espaço Produção</b>	Classe e Natureza	Fábrica, Empresa	Maximização do Lucro	Exploração da Natureza	Da Produção	Produtivismo
<b>Espaço Mercado</b>	Cliente Consumidor	Mercado	Mercantilização das necessidades	Fetichismo	Da Troca	Consumismo
<b>Espaço Comunidade</b>	Etnicidade, Raça, Religião	Comunidade e Organização Popular	Maximização da identidade	Diferenciação Das desigualdades	Da Comunidade	Tradicionalismo
<b>Espaço Cidadania</b>	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Do Território	Nacionalismo
<b>Espaço Mundial</b>	Espaço Nação	Sistema Interestado	Maximização da eficácia	Troca Desigual	Do Sistema	Universalismo ou Globalismo

Fonte: Santos (2001, p. 273) in Reis (2003).

A pergunta que deve guiar nossa inquietação analítica, nesse caso, é: O Projeto em questão provoca, em que nível, a superação dos monoculturalismos, promovendo alteração ou eliminação das citadas relações de poder que perpassam estes Espaços Estruturais?

### 5.4.3 Índice de Bem Estar Humano Indígena (IBHI)

A terceira base de nossa matriz analítica refere-se ao Indicador de Bem Estar Humano Indígena (IBHI), detalhado na primeira parte deste estudo. Tal Indicador, desenvolvido por Acosta (2013), encontra-se subdividido nas seguintes Capacidades:

- Capacidade de Controle Coletivo do Território;
- Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo;
- Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar;
- Capacidade de Construir um Ambiente Seguro;
- Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Cada uma dessas capacidades supracitadas é composta por uma série de indicadores<sup>29</sup> e fórmulas conceituais e matemáticas que nos auxiliam a mensurar, ao final, certo estágio de Bem-Estar ou Bem-Viver das populações bosquesinas.

A aplicação desses inovadores indicadores é fruto de uma união de esforços institucionais, especificamente entre GPEDA, SINCHI e ISCOS, que, no território amazônico

<sup>29</sup> O leitor pode averiguar este material em fonte original na primeira parte deste estudo, onde tratamos de apresentar Indicadores alternativos aos hegemônicos, ou ainda, junto aos apêndices, acompanhar as tabelas de aplicação construídas a partir da utilização de tais indicadores sobre a realidade das duas comunidades estudadas.

da tríplice fronteira, assumem o compromisso de defender uma perspectiva metodológica/avaliativa fidedigna com a realidade local. Um ato de cooperação internacional que vem chamando a atenção de estudiosos que se dedicam às realidades bosquesinas.

Para esse exercício, foram selecionadas duas comunidades entre o universo das 20 participantes do Projeto, são elas: São José e São João de Veneza. A escolha dessas comunidades embasou-se na abrangência da diversidade geográfica e cultural do universo da pesquisa, sendo elas, portanto, respectivamente, ribeirinha, de terras alagadiças, e indígena, de etnia Ticuna, localizada em terra firme.

Tal trabalho foi desenvolvido durante um ano de ações colaborativas entre tais instituições e as comunidades envolvidas. A partir da seleção das comunidades, foi elaborado um cronograma de trabalho em conjunto entre o período de novembro de 2014 até fevereiro de 2016, que contemplou as seguintes etapas: 1) Entrevistas com lideranças comunitárias; 2) Levantamento de informações secundárias em documentos oficiais e acadêmicos; 3) Visita às comunidades para retroalimentação das informações; 4) Construção de uma linha base analítica sobre os indicadores; 5) Levantamento das informações faltantes e busca de fontes informativas; 6) Consolidação da Linha Base e debate com as comunidades; 7) Alimentação das informações nas linhas de base; 8) Elaboração do texto final; 9) Devolução final à comunidade e capacitação aos interessados sobre a aplicação dos indicadores em sua própria comunidade.

É importante chamar a atenção para a última etapa desse extenso cronograma<sup>30</sup> de trabalho, que se refere à capacitação de comunidades interessadas no manejo e aplicabilidade dos indicadores. Nisso, de fundo, existe um interesse maior em possibilitar uma ferramenta eficiente e autônoma para que as próprias comunidades possam exercer a avaliação sobre seus processos estruturais, não mais dependendo exclusivamente de instituições exógenas para emissão de pareceres sobre suas realidades.

Os resultados de elaboração e divulgação desses indicadores tem surtido efeito estimulante entre pesquisadores da região e, neste momento, GPEDA e SINCHI juntam-se ao Instituto de Pesquisas Amazônicas do Peru (IAP), no intuito de desenvolverem um projeto tri nacional de aplicação dos Índices de Bem Estar Humano Indígena no contexto amazônico da tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru.

Ao fim, as perguntas que devem guiar nossas inquietudes nesta etapa analítica são:

---

<sup>30</sup> Tal cronograma é desenvolvido com autonomia pelos pesquisadores das duas instituições e países, articulando-se sobre a base de um já firmado Acordo de Cooperação Técnico-Científico, consentido e firmado entre os representantes maiores das duas instituições (SINCHI e UEA) no ano de 2011.

A aplicação de indicadores específicos para avaliar a realidade amazônica realmente geram distintos cenários daqueles apresentados a partir dos indicadores hegemônicos?

A aplicação dos princípios da solidariedade, da autogestão e da cooperação na base das intervenções sociais provoca efeitos no fortalecimento das Capacidades?

Aguçado nosso olhar estratégico através do Olhar da Onça em um Meso Platô, que nos possibilitou construir ferramentas metodológicas de coleta e análise dos dados, adentremos agora na minuciosidade das comunidades estudadas, passemos à exposição e análise dos resultados. Para isso, a partir de agora, faremos uso de um olhar micropolítico, um olhar visceral, algo capaz de adentrar alguns recantos de difícil acesso, faremos uso do Olhar da Tucandeira.

#### 5.4.4 Panorama geral da matriz analítica

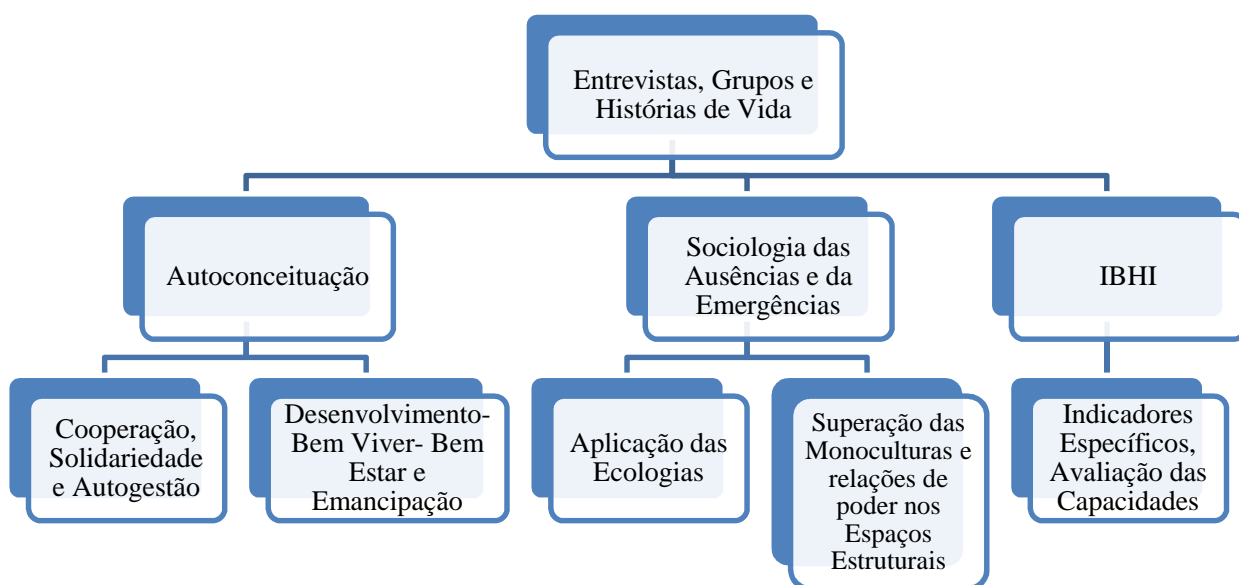


Imagem 16 – Panorama Geral da Análise dos Dados

As três matrizes analíticas adotadas ao longo desta Tese apresentam correlações que produzem certa lógica interpretativa: A autoconceituação sobre cooperação, solidariedade e autogestão possibilita a construção de parâmetros autênticos para avaliar as ações na realidade, respeitando as conceituações teóricas, porém primando pela fidedignidade com as populações estudadas. Da mesma forma, a autocenceituação a respeito da Emancipação Social e Bem Estar apresenta o desejo comuintário de onde páaticas e intervenções devem chegar. Sendo assim,

definem-se os princípios e os objetivos que por sua vez, devem ser percebidos de maneira relacional com os espaços que compõem o tecido social, no caso os Espaços Estruturais e as relações de poder que hegemonicamente lhes constituem. Por fim, a aplicação dos indicadores representa uma ferramenta avaliativa, que, perpassando estes espaços estruturais, possibilita averiguar se houve e de que maneira, contribuição, através da aplicação destes princípios, na consolidação do Bem Estar nestas comunidades.

## PARTE III

### MICRO PLATÔ – OLHAR POR DENTRO: O OLHAR DA TUCANDEIRA

*Formiga valente,  
Vai dentro da terra e sai de repente,  
Dona do ritual mais certeiro,  
Transforma menino em guerreiro,  
Resultado é coisa séria,  
Com luva de Tucandeira na mão,  
Qualquer um aumenta a visão.  
(Prosa de pajé da etnia Marubo)*





Imagem 17 – Formiga Tucandeira

Fonte: Azário Albertino Emílio, Ticuna, comunidade Campo Alegre, Amazonas, 2015.

## 6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Apesar de ser uma formiga, a Tucandeira está entre os animais mais perigosos da Amazônia. As operárias chegam até 2,5 centímetros e sua picada é muito dolorosa, podendo, em alguns casos, se uma pessoa for picada por muitas destas formigas, levar à morte.

Tal formiga move um fascínio amazônico que envolve, para as comunidades tradicionais, uma série de ritos de passagem, nos quais a utilizam como prova de força para meninos serem considerados homens e, assim, ascenderem à vida adulta dentro da comunidade, ou ainda como prova de coragem, imposta pelo sogro ao homem que pretende a mão de sua filha em casamento.

A maioria das atividades da Tucandeira restringe-se ao período noturno. Dentro das matas, onde vive, ela constrói ninhos subterrâneos que podem chegar a dois metros de profundidade na base das árvores. Essa é uma distinção significativa da Tucandeira em relação às outras formigas, que geralmente constroem seu ninho na superfície. Todas as operárias, inclusive a dominante, têm o mesmo tamanho e a mesma forma, ficando difícil o reconhecimento de cada indivíduo. Quando irritada, a Tucandeira produz um ruído estridente e ataca picando por um agulhão abdominal ligado a uma glândula de veneno.

Justamente por sua ímpar característica de trânsito através dos meandros mais submersos da Floresta, observando estruturas, solos e moradias de outros animais, raramente sendo percebida, é que denominamos tal capítulo em sua homenagem. Buscamos aqui, através de um olhar micro político, submerso, por dentro, e, por isso, de Tucandeira, observar os resultados obtidos através da coleta de dados desta pesquisa. Buscamos entrar nos meandros do mundo amazônico, abandonando uma visão exógena e adotando perspectivas interiores a esse universo. Não raro, pajés de algumas etnias do Alto Solimões utilizam a Tucandeira em rituais que buscam ampliar e aguçar a visão, no intuito de transcendê-la do mundo físico ao mundo invisível<sup>31</sup>.

Com o Olhar da Tucandeira, apresentaremos os resultados da coleta bibliográfica e documental, que culminou na formulação de um diagnóstico inicial a respeito das 22

---

<sup>31</sup> Certa vez, quando me encontrava entre os índios de etnia Marubo, presenciei uma senhora de vasta idade em um ritual durante o qual, após matar três ou quatro Tucandeiras, em uma pequena vasilha, secou-as ao sol e, algumas horas depois, as macerou com um pouco de água, passando a solução nas pálpebras de seus dois netos que, no dia seguinte, sairiam para uma jornada de dias incertos para caçadas dentro da selva. Dizia a senhora, que com aquela solução poderiam encontrar os animais com maior facilidade, assim como obter maior precisão na mira.

comunidades envolvidas no Projeto Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver (2010-2016). Esse diagnóstico representa as percepções iniciais sobre o território e as populações no marco zero das intervenções e versa sobre o nível de escolaridade dos moradores das comunidades, a renda média mensal obtida na soma da comercialização da produção familiar, recebimento de salários externos, benefícios sociais e aposentadorias, além de medir o grau de organização social das comunidades envolvidas no Projeto, suas formas predominantes de organização, indicadores sobre as principais vocações laborais e seus desejos e possibilidades de diversificação produtiva.

Após uma visão aprofundada sobre o campo de estudo, passaremos para a análise das 22 entrevistas e 11 grupos focais que buscaram avaliar os impactos das ações desenvolvidas pelo Projeto em conjunto com tais comunidades nas cinco áreas predominantes de ação, que derivaram da realização do próprio diagnóstico citado na etapa anterior, a saber: Sistemas de Potabilização de água, Meliponicultura, Artesanato, Piscicultura e Agricultura Familiar.

Completando a tríade base da coleta de dados desta Tese, ao lado da pesquisa bibliográfica/documental e das entrevistas e grupos focais, apresentaremos a sistematização das quatro histórias de vida que objetivaram um aprofundamento das percepções obtidas nas etapas anteriores. Principalmente, as Histórias de Vida buscaram elaborar conceitos próprios a essas populações no que tange à compreensão a respeito do que é cooperação, solidariedade, autogestão, assim como Emancipação Social e Bem Viver. Buscamos com isso uma adaptação cultural e uma conceituação autodeclarada pelos informantes a respeito dos princípios fundantes de nosso estudo, assim como para com os objetivos maiores. A nosso ver, a adaptação conceitual cultural e autodeclarada é exercício primordial de ética e justiça na produção de um conhecimento científico prudente e descente.

Apresentados os resultados, passaremos a aplicação das três matrizes analíticas, buscando compreender em que sentido a aplicação dos princípios de solidariedade, cooperação e autogestão podem ser eficientes para as populações que vivem nos territórios vítimas da produção das ausências na conquista de Emancipação Social e Bem Estar.

Tais matrizes analíticas, como já exposto, são: O confronto das conceituações autodeterminadas pelos informantes a respeito do que é Emancipação Social e Bem Viver (desenvolvimento) em relação às ações realizadas e objetivos alcançados ao longo do Projeto; O confronto das observações e dados coletados frente às relações de poder empregadas pela Razão Indolente nos espaços estruturais e, por fim, a aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões.

Então, vamos aos resultados.

## 6.1 COLETA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL: DIAGNÓSTICO INICIAL

O diagnóstico inicial é o marco zero das intervenções do Projeto em questão, versa sobre ampla pesquisa realizada com as 715 famílias de todas as comunidades envolvidas no Projeto, representando um universo de 4.298 pessoas e tendo como objetivo produzir uma percepção inicial das condições gerais dessas comunidades.

Esse trabalho foi realizado nos cinco primeiros meses de 2010, através da parceria entre a ISCOS a Universidade do Estado do Amazonas, e contou com quatro equipes compostas por técnicos, professores e acadêmicos, totalizando aproximadamente 35 pessoas. Eu, enquanto pesquisador dessa instituição acadêmica, encontrava-me entre os responsáveis por sistematizar tais resultados em um vasto relatório que apresentaremos aqui de maneira sucinta. Tal relatório, até o momento, representa a mais abrangente fonte documental que se pode encontrar especificamente a respeito dessas comunidades.

A escolha dos elementos de tal diagnóstico a serem apresentados nesta Tese encontra-se calcada nos pontos de maior relevância para a compreensão do leitor a respeito das caracterizações gerais das comunidades e da região como um todo, da compreensão das demandas eminentes no território e das ações que se desenvolveram a partir dessa análise por parte do Projeto.

Nesse sentido, apreciaremos elementos relativos às doenças mais comuns nas 20 comunidades, nível médio de escolarização dos comunitários, média de renda mensal familiar e suas formas de organização social, além da análise sobre os processos produtivos mais utilizados e os interesses de diversificação produtiva.

No tocante às principais doenças referidas pelos comunitários, percebemos a predominância dos problemas intestinais, em sua totalidade atribuídos ao mau estado da água utilizada para beber ou cozinhar. Essa água é oriunda do rio Solimões ou da coleta e armazenamento das chuvas.

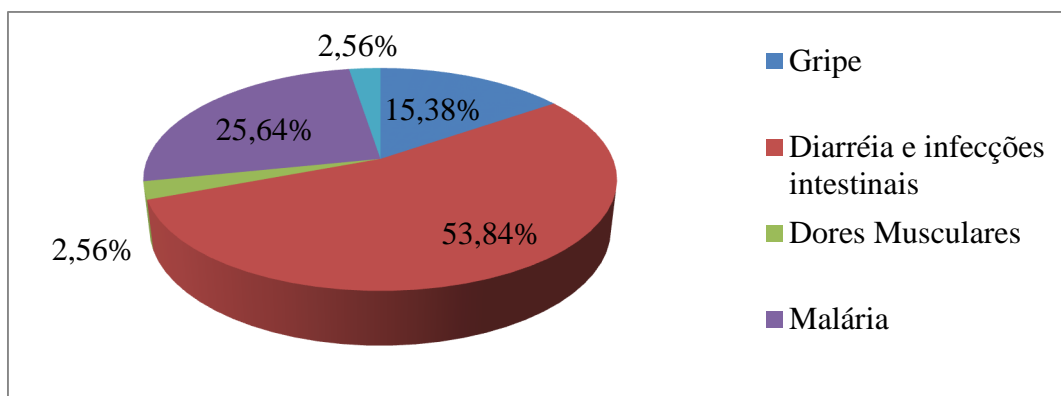


Gráfico 2 – Principais Doenças

Fonte: Lacerda e Veloso (2010, p. 44).

A falta de água potável apresenta-se como situação crítica e emergencial que permeia a realidade de todas as comunidades envolvidas no Projeto. Esse quadro já havia sido apontado em relatórios oficiais do governo frente à condição geral do interior do estado do Amazonas e confirma-se na especificidade da região do Alto Solimões.

Chamamos ainda a atenção para a incidência de relatos a respeito de dores musculares que, apesar de minoritárias, deflagram uma problemática referente à necessidade de transporte manual, por longos trechos, de produtos agrícolas muito pesados, como a melancia e o maracujá. Essa problemática relaciona-se às precárias possibilidades de escoamento dos produtos da região de plantio até as áreas de comércio local e denuncia uma falta de investimento público em estruturas elementares à vida nas comunidades rurais.

Por fim, cabe ressaltar que os significativos índices de malária reportam a uma situação de fragilidade de alguns setores da saúde pública e alude, caso se deseje aprofundar nesse debate, na discussão sobre as grandes multinacionais farmacêuticas no território amazônico e suas relações de apropriação de matéria prima e desrespeito para com as demandas emergenciais de saúde das populações locais.

No gráfico a seguir, são apresentados os níveis de escolaridade das famílias participantes do Projeto. Esse nível foi construído a partir dos dados relatados pelos comunitários, tendo em vista aqueles que, em sua família, afirmam, por qualquer motivo, terem terminado os estudos e, sendo assim, não se levou em consideração crianças, adolescentes e adultos que ainda estejam cursando alguma instituição educativa.

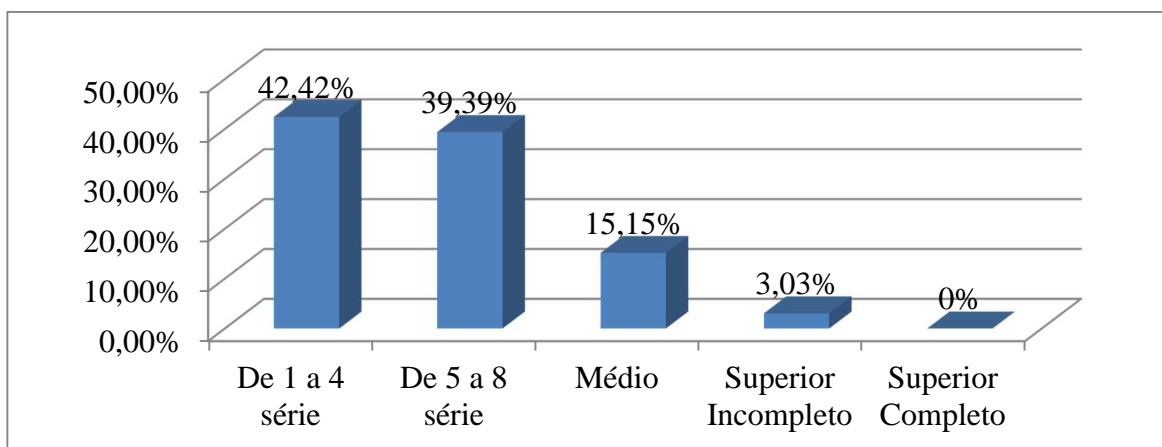


Gráfico 3 – Nível de escolaridade

Fonte: Lacerda e Veloso (2010).

Tem-se, portanto, uma ênfase nas séries iniciais, o que corresponde à possibilidade concreta de acesso à educação básica dentro das comunidades. Uma diminuição brusca no que se refere ao ensino Médio, valor compatível com o de jovens que saem das comunidades em direção aos centros urbanos em busca de continuidade em seus estudos. Por fim, os índices insignificantes de comunitários com ensino superior, o que deflagra problemas de acessibilidade dessas populações às universidades, seja pelos custos ou riscos das famílias em manterem os filhos nas cidades, seja pela necessidade da mão de obra desse jovem na obtenção da renda familiar através do trabalho agrícola.

A seguir, apresentamos o Quadro da renda média mensal das famílias que compõem as comunidades estudadas.

Quadro 16 – Renda mensal

De 100 a 300 reais	Nova Vida, S. João de Veneza, Bom Pastor II e Nova Aliança.
De 301 a 500 reais	Mato Grosso, Santa Luzia, P. Espiritual, Guanabara III e II, Boa Vista, Bom Caminho e Nova União.
De 501 a 800 reais	Pesqueira, Guanabara I, Cristo Rei, Capacete e São Francisco.
De 800 reais em diante	São José e Santa Rita.

Fonte: Relatório Introdutório (Lacerda e Veloso, 2010).

De todas as comunidades estudadas, apenas duas apresentavam, em 2010, renda mensal familiar média superior a 800 reais, estando a maioria nas faixas entre 100 a 500 reais. Se assumirmos a média de 500 reais por família, dividindo-o pela mediana de 5.57 pessoas

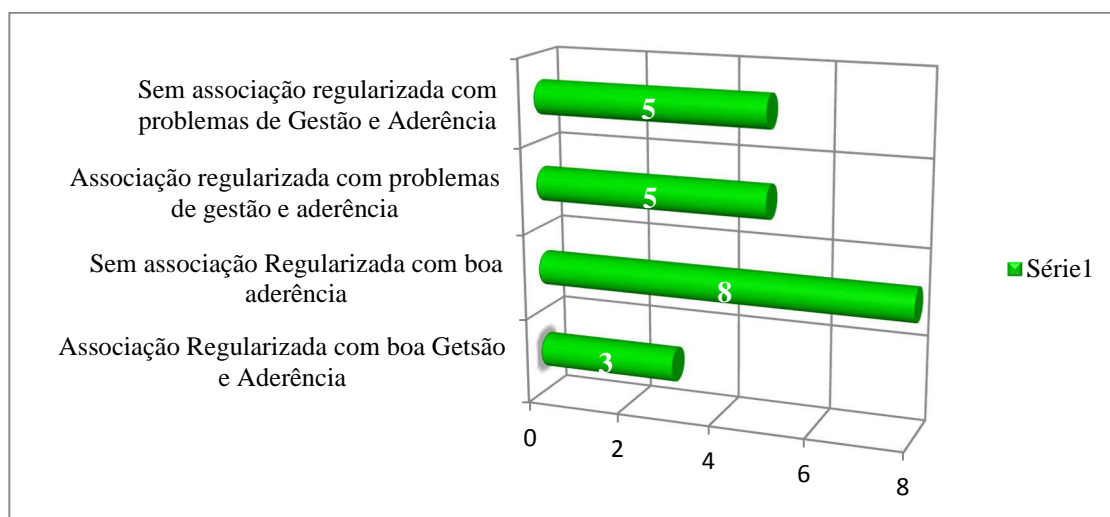
por família, teremos, estatisticamente, a informação de que cada pessoa pode contar, em média, com 89,76 reais por mês.

Esse elemento, a primeira vista, pode denunciar uma vulnerável situação econômica, mas, por outro lado, indica a primazia das atividades produtivas laborais de agricultura voltadas para a subsistência familiar. De fato, no interior dessas comunidades não se percebe situações de extrema miséria ou fome, estando o extrativismo da selva e a agricultura familiar para consumo ou comercialização extremamente adequadas para as necessidades mínimas dessas populações.

Esse é um exemplo clássico da imperativa necessidade de criamos e/ou adotarmos indicadores específicos para a avaliação de cada região. Se assumirmos os patamares estipulados pela Organização das Nações Unidas, por exemplo, viver com menos de 1 dólar por dia indicaria um quadro de *extrema pobreza*. Porém, cada pessoa viver com 2,99<sup>32</sup> reais diários nessas comunidades não corresponde a tal situação.

Passamos agora para a observância do grau de organização das comunidades. Este grau levou em consideração a existência de organizações representativas, execução de trabalhos coletivos e nível de participação nas mais diversas atividades realizadas no contexto comunitário.

Gráfico 4 – Formas organizativas das comunidades em estudo



Fonte: Relatório Introdutório (Lacerda e Veloso, 2010).

Cabe aqui, frisarmos que não acreditamos ser a formação e legalização de associações, a única ou mais correta forma de organização comunitária. Utilizamos essa classificação

<sup>32</sup> A média da moeda norte americana, nos meses de novembro, dezembro de 2015 e janeiro de 2016, manteve-se em 3,84 reais por cada dólar, o que resultaria, visto a média de rendimento das famílias estudadas (2,99 reais por dia), no equivalente a uma disponibilidade diária por pessoa de 0,78 centavos de Dólar.



porque a formalização da comunidade gera um corpo jurídico legal, frequentemente exigido pelos financiadores de projetos públicos e privados. Além disso, a formalização jurídica também é percebida pelos indígenas e ribeirinhos como a melhor forma de organizar-se, em vista a captar tais recursos, assim como demais benefícios sociais.

Os dados explicitam, inclusive, que a formalização ou não da comunidade não garante uma boa aderência ou participação comunitária, visto que ambas encontram-se em patamares semelhantes de participação popular. Por outro lado, as que apresentam melhor aderência e participação comunitária são as associações não regularizadas embasadas em grupos informais. Isso nos leva a crer que não é o caráter formal, mas sim as relações de cooperação, solidariedade e reciprocidade dentro da comunidade que garantem aderência e boa gestão nas ações coletivas.

Da mesma forma, vale ressaltar que cruzamentos preliminares não estabelecem ligações entre regularização formal das comunidades ou níveis de aderência e participação com níveis médios de rendimentos mensais das famílias.

Ao nosso entender, isso se deve ao fato das ações coletivas raramente referirem-se a produção laboral em si ou a comercialização conjunta, senão aos trabalhos de limpeza da comunidade, ajuda entre famílias e organizações de festas e eventos.

A respeito dos indicadores produtivos, avalia-se enquanto ponto forte das comunidades a produção agrícola, a fruticultura e a produção de hortaliças. Enquanto fraquezas, os espaços inadequados para a produção da farinha, a assistência técnica, a estrutura física de espaços coletivos, o escoamento da produção e a comercialização nos centros urbanos. Ao final, demandam formação em adubação, organização, manejo de pragas, qualificação na produção da farinha, capacitação técnica agrícola para cítricos, criação de peixes em tanques, sistemas alternativos de plantio e gestão associativa e comunitária.

Ao longo desse levantamento, em reuniões sistemáticas com comunitários, desenvolveram-se intensos debates sobre a estimativa da sustentabilidade social, econômica e ambiental do processo produtivo obtido através da avaliação de parâmetros relacionados aos níveis do atendimento estável das demandas da unidade de consumo familiar.

Com isso, foi possível estruturar acurado arcabouço de conhecimentos, no sentido de analisar os aspectos fundamentais que levam o produtor a decidir sobre a sua permanência na atividade agrícola, no local onde executa as atividades produtivas, na contribuição do produto gerado na unidade de produção para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, tendo como referenciais sua família, seu grupo social e sua comunidade.



Amparados nesses elementos, tal diagnóstico (Lacerda e Veloso, 2010) produziu sua análise inicial da realidade estudada embasado em nove pontos desenvolvidos ao longo do debate. Vejamos tais apontamentos:

❖ Quantidade, diversidade e qualidade da produção agrícola e extrativista: As unidades de produção conseguem níveis satisfatórios quanto à produção agrícola e extrativista, e algumas apresentam níveis elevados quanto à quantidade, diversidade e qualidade. Especificamente nas áreas de várzea, a falta de espaço físico para a agricultura e as restrições ambientais interferem na quantidade e na diversidade da produção.

❖ Fatores empregados no processo de produção: A força de trabalho familiar é o principal fator empregado na produção, o que torna o processo produtivo altamente autônomo. Eventualmente, alguns insumos, principalmente sementes, são fornecidos pelo órgão municipal de extensão. Eventualmente também, são usados agroquímicos e inseticidas na olericultura, porém, a fertilização é, preferencialmente, feita com adubos orgânicos.

❖ Sustentabilidade econômica e ambiental do processo produtivo: As unidades de produção utilizam a restinga alta para o cultivo de espécies frutíferas arbóreas. Por estarem menos sujeitas às inundações anuais, conseguem manter espécies frutíferas pouco tolerantes aos solos encharcados. As unidades de várzea baixa, pelas enchentes, apresentam limitação de uso do solo o ano todo, garantindo boas colheitas das espécies anuais<sup>33</sup> em função da fertilização natural promovida pelas enchentes. Supõe-se que essa forma usual de manejo do solo seja inadequada em função da perda de variabilidade biológica, além de aumentar os riscos de degradação do solo (compactação). Chama também a atenção para a primazia da produção em larga escala de banana e macaxeira, tornando as outras culturas de plantio secundárias. Mesmo assim, os aspectos tradicionais de plantio mantêm a sustentabilidade do sistema, porém, com mínima produtividade.

❖ Evidências de desenvolvimento econômico e social das unidades de produção: Parte da produção de alimentos é consumida pela unidade familiar e parte é comercializada. O peso dessa dinâmica varia entre as famílias, mas evidencia entrada de renda monetária na unidade de produção. A farinha de mandioca e a banana são espécies que mais compõem a renda familiar. Ocorre também entrada de renda monetária na unidade de produção pela venda da produção de hortaliças. Essa renda monetária supre as demandas de produtos não gerados pela unidade de produção e propicia o acesso aos serviços não disponíveis nas

---

<sup>33</sup> Mandioca, milho, melancia, feijão e hortaliças.

comunidades. A diversidade produtiva mostra-se uma demanda emergente na segurança alimentar e no aumento da renda monetária das comunidades.

❖ Ocupação em atividades de trabalho fora das unidades de produção: Com exceção das atividades relacionadas aos processos de ajuda mútua comunitários, toda a força de trabalho pertence à unidade de produção familiar, sendo insignificantes os índices de assalariamento.

❖ Nível de satisfação de alimentos demandado pelas unidades de consumo: O nível de satisfação é bom, porém, com pouca diversificação. As produções vegetal e animal permitem alcançar a satisfação das necessidades alimentares da unidade de consumo. As comunidades em terra firme encontram maior espaço e regularidade no plantio, por sua vez, as comunidades de várzea, com uma terra constantemente irrigada, apresentam maior diversidade e qualidade na produção.

❖ Nível de sustentabilidade ambiental do processo produtivo: Bom nível em função da biodiversidade e pela existência de áreas ainda com florestas naturais, onde é praticado o extrativismo vegetal, de plantas medicinais e madeira para a construção de casa e combustível. A manutenção da variabilidade genética da mandioca, banana e das demais espécies agrícolas pelos produtores tem funcionado como uma estratégia adaptativa à diversidade ambiental amazônica, pois permite a produção estável. Contudo, salientam-se algumas experiências de exploração não controlada da terra, diminuindo sua fertilidade, como o uso intensivo de pesticidas e desmotivação no armazenamento familiar de algumas sementes tradicionais, devido ao repasse sistemático de insumos por parte de órgãos governamentais de apoio a produção agrícola.

A partir dos resultados do diagnóstico inicial, reafirmaram-se as principais áreas de intervenção do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica Brasileira/Bem Viver: **Saúde** (Potabilização de água), **Meliponicultura**, **Piscicultura**, **Agricultura Familiar** e **Artesanato**.

Tais áreas desenvolveram-se sobre o já aludido processo metodológico denominado *Programa Produtor a Produtor*, que representou um dos elementos com máximo caráter inovador. Através de reuniões de formação itinerantes, possibilitou o contato e o convívio entre territórios e populações vizinhas. Comunidades que, outrora, jamais haviam estado em constante contato, apesar de muito próximas geograficamente, perceberam as semelhanças em seus desafios e demandas, trocaram estratégias de enfrentamento e superação desses quadros

e, com isso, construíram um processo de cooperação e solidariedade intercomunitária não antes visto na região do Alto Solimões.

Para isso, o Programa buscou instigar a experimentação dos produtores sobre novas práticas agrícolas, trocas que reúnem os conhecimentos locais, diálogo, organização e inovação produtiva, além do fortalecimento da perspectiva do *Lugar Comum* como fator multiplicador, tendo como fim despertar e legitimar lideranças locais e promover o compromisso e a coesão grupal.

Alguns dos principais temas demandados pelos comunitários e que, assim, tornaram-se a base para os encontros de formação do PaP foram: Produção de Hortaliças, Cultivo de Maracujá, Adubação Química e Orgânica, Criação de Frango Caipira, Manutenção de Implementos Agrícolas, Produção de Banana e Mandioca, Produção de Mudas, Sementes, Tratos Culturais e Consórcios, Diversificação Produtiva, Conservação do Solo e Água, Controle Alternativo de Pragas e Doenças.



Imagem 18 – Encontro de formação do Programa Produtor a Produtor com participantes de 12 diferentes comunidades

Fonte: Projeto Bem Viver, 2015

O diagnóstico inicial e a análise dos relatórios de algumas atividades preliminares, como os próprios encontros do Programa PaP, foram de extrema importância para a construção das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais realizados na etapa posterior.

Esperamos que, de imediato, com a análise documental, o leitor tenha podido visualizar de uma maneira geral e específica a realidade das comunidades que nos propomos a estudar nesta Tese. A seguir, apresentamos as análises obtidas através da sistematização das entrevistas e grupos focais.

## 6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E DOS GRUPOS FOCAIS

Como expostos ao longo da metodologia, no tocante ao processo de coleta de dados, foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas e 11 grupos focais, que procuraram abarcar na totalidade as diversidades das comunidades estudadas, respeitando sua posição geográfica (terra firme e várzea) e perfil populacional (indígena e ribeirinho), englobando as cinco áreas de intervenção do Projeto<sup>34</sup>.

Tais entrevistas e grupos foram realizados em 2013, portanto, três anos após o marco inicial das intervenções, momento em que os próprios comunitários já eram capazes de desenvolver análise adequada dos pontos positivos e negativos frente ao emprego dos princípios de cooperação, autogestão e solidariedade sugeridos pelo Projeto.

Como também frisamos ao longo da explanação metodológica, sobre o material transcrito, oriundo de entrevistas e grupos focais, foi aplicada a técnica de Análise do Discurso proposta por Bauer e Gaskel (2003), gerando a seleção das falas, temas e enfoques que organizam a sistematicidade aqui apresentada do conteúdo.

Para tanto, partiremos de uma apresentação dos aspectos gerais sobre a impressão dos comunitários a respeito das ações e reverberações desencadeadas pelo Projeto e, posteriormente, passaremos para a análise detalhada de cada uma das áreas de intervenção. Ao término, de maneira complementar, aproveitando algumas possibilidades que surgiram ao longo da coleta de dados, traremos também, de forma sintética, entrevistas realizadas com representantes das instituições locais parceiras da ISCOS, no sentido de complementar e confrontar tais percepções com as falas dos comunitários entrevistados.

---

<sup>34</sup> Os Tópicos-Guia das entrevistas semiestruturadas e grupos focais podem ser consultados nos apêndices.

### 6.2.1 Aspectos Gerais

São evidentes alguns benefícios conquistados pelo *Projeto Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver* junto às comunidades, ao longo dos anos de intervenções. A adoção de pressupostos endógenos e metodologias horizontais de elaboração e articulação dos saberes, típica dos processos dialógicos, possibilitou a construção de um vínculo permanente entre os atores envolvidos no processo.

Este é o elemento que desponta nas respostas dos comunitários ao serem indagados sobre as diferenças entre este Projeto e outros realizados, em épocas anteriores, na região:

A diferença é que o pessoal da ISCOS andava aqui com a gente toda semana, não é como o pessoal do Governo que vem , dá uma olhadinha, fica meia hora e só volta no semestre que vem. Isso facilitou muito as coisas, porque eles aprenderam com nós e nós com eles, aí daquela amizade sai a parceria de trabalho. (Chagas, Guanabara I).

Diferentemente da maior parte das instituições de apoio, que se limita a visitas esporádicas e burocráticas nas comunidades, os técnicos deste Projeto estiveram presentes ao longo destes anos, de maneira constante, semanal e prática nas comunidades. Além disso, através de um investimento significativo na capacidade de locomoção dos comunitários dentro do território promoveram-se trocas de experiências diretamente nas áreas de plantio, gerando um cotidiano de convivência entre técnicos e comunitários que fortaleceu os vínculos de confiança entre ambos, fortalecendo, assim, também a efetividade das ações do Projeto.

A inversão da perspectiva de relação entre as comunidades e apoiadores externos, antes, embasada em assistencialismo, passa agora por um processo cooperativo e complementar. Esse vínculo humano, que extrapola as relações institucionais entre determinada Entidade Social e seus beneficiados, faz jus ao que relatavam Bernardes, Pelliccioli e Guareschi (2010), ao apresentarem o conceito de Trabalho Afetivo enquanto perspectiva de formação laboral que busca superar as fragmentações sociais protagonizadas pela Razão Indolente.

Um segundo elemento geral que deve ser apontado nas falas de nossos entrevistados remete-se a chamada *Contrapartida* que o Projeto sempre exigiu das comunidades participantes.

Acostumados com uma política assistencial de doações e benefícios gratuitos, os próprios comunitários afirmam que colocar a participação e o comprometimento comunitário

como *contrapartida* nas proposições do Projeto foi elemento decisivo para a geração de maior união entre as comunidades e maior eficiência das ações.

Nesse sentido, a postura adotada foi a de nunca impor, mas provocar reflexões sobre a criação de organizações e movimentos, sempre colocando como voto de minerva o desejo e a capacidade de auto-organização dos próprios comunitários, devolvendo a eles o poder deliberativo sobre as ações em seus territórios.

Esse elemento desencadeou um valor simbólico de apropriação a essas ações, o que acabou gerando processos de empoderamento e autonomia, como percebemos nos relatos a seguir:

“Mas eles (os técnicos do Projeto) sempre deixaram bem claro que iam trabalhar com quem queria, quem ia nas reuniões e quem participasse.” (Junior, Guanabara I).

“Eles não deram as coisas de graça, sempre pediram a participação em troca e sempre empurrando pra gente se organizar e se decidir por conta própria.” (Eduardo, Comunidade Nova Aliança).

Exemplo concreto desse processo é a criação do Fundo Rotativo Solidário, através do qual os 42 sócios vinculados à Associação de Produtores e Produtoras Rurais de Benjamin Constant (ASPRO) têm direito a 300,00 reais de empréstimos, a serem devolvidos em 3 parcelas com 5% de juros, portanto, 3 parcelas de R\$ 105,00. O Fundo é capitalizado com uma adesão de 30 reais por pessoa, sendo 15,00 de matrícula e 15,00 referentes à primeira mensalidade.

Somando, o processo de capitalização, através das matrículas e mensalidades, com a arrecadação de rifas e torneios de futebol organizados pelos associados, no primeiro ano, o Fundo monetizou 7.000,00 (sete mil reais). Até setembro de 2015, 73,8% dos associados já havia acessado o fundo, que conta com um estatuto próprio, elaborado pelos associados, que rege as formas como os valores dos empréstimos podem ser empregados: insumos, materiais de trabalhos, limpeza de áreas para o plantio, etc. No primeiro ano de ação, o Fundo atingiu a impressionante marca de zero inadimplência no pagamento dos empréstimos.

Um elemento importante que expressa a lógica do protagonismo comunitário construído ao longo desse processo é que, para acessar os recursos, não basta o comunitário ou comunitária ter a possibilidade de pagar o empréstimo, mas, de acordo com o que firmaram os próprios comunitários no estatuto do Fundo, ele deve estar em dia com a frequência nas reuniões da Associação.

O desafio que se apresenta, atualmente, a respeito dessa ação é a descentralização. O Fundo Rotativo, seu controle e manutenção, ainda estão centralizados a cargo do presidente da Associação. Esse elemento é apontado pelos comunitários como um dos principais desafios, atribuindo responsabilidade a eles mesmos. Em um processo de autocrítica, afirmam que as ações seriam ainda mais eficientes se todos encarassem com comprometimento e assumissem para si a gestão do processo.

Como pano de fundo desse desafio, encontram-se as dificuldades em reverter o padrão de desagregação social, historicamente construído pelo assistencialismo e o clientelismo, e buscar substituí-lo por uma racionalidade cooperativa influenciada pela ideia de poder comum que existe subjacente ao imaginário de comunidade e identidade coletiva.

Como terceiro elemento destes apontamentos iniciais, os comunitários apresentam como característica marcante e diferencial deste Projeto, guiado pelos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão, suas metodologias com investimento prioritário nas pessoas e seus conhecimentos.

Frente a projetos que priorizam a construção de estruturas físicas ou repasse de ferramentas e equipamentos de maneira pontual e pré-estipulada, tal Projeto partiu continuamente da premissa de investir antes nas pessoas, seus desejos e conhecimentos. Como prova disso, encontra-se o próprio diagnóstico inicial, levantando vocações produtivas, níveis de organização comunitária e principais demandas e desejos elencados pelos próprios comunitários, antes da definição das áreas de ações específicas.

Dessa forma, as ferramentas adquiridas, as formações desenvolvidas e as estruturas físicas construídas foram demandas dos próprios comunitários, eximindo-se, assim, o Projeto, na maior parte das vezes, em implicar obrigatoriedades exógenas pré-estabelecidas no direcionamento de seu orçamento específico.

Visto isso, percebemos indícios de uma construção e uma apropriação Molecular dos processos de intervenção no território.

Essa Molecularização das ações deu voz e voto aos participantes, apreciou a cultura e o saber local e produziu uma agenda endógena de intervenção, embasada nos desejos e expectativas das populações. Como veremos adiante, o empoderamento, o protagonismo e a autogestão foram responsáveis pela criação de um **Banco de Sementes**, a construção de **Viveiros Florestais Comunitários**, **Hortas Escolares Comunitárias** e outras ações que partiram da iniciativa dos próprios indígenas e ribeirinhos ao longo de reuniões coletivas de troca de saberes.

“Antes nós éramos um ou outro pedindo alguma coisa para algumas famílias ou uma comunidade, hoje nós já podemos ser mais de 15 comunidades juntas pedindo as coisas, isso tem outro poder.” (Eduardo, 39anos, de Nova Aliança).

Sabe o que eu vejo no futuro, com essa união que tão começando, onde as pessoas tão conhecendo o lugar onde os outros vivem e vendo que os problemas são os mesmos e que junto nós é mais forte? É que logo, logo, nós vamos lançar um Vereador aqui das comunidades mesmo. (Chagas, 54 anos, de Guanabara I).

Portanto, a aplicação dos princípios de cooperação, solidariedade e autogestão gerando *Presença Cotidiana, Contrapartida Participativa, Valorização dos Aspectos Humanos e Fortalecimento dos Vínculos Colaborativos Intercomunitários* como pontos fortes, dão os primeiros sinais de serem eficientes na transformação de algumas lógicas empregadas pela Razão Indolente no intuito de produzir ausências nestes territórios.

Como desafio geral apresenta-se ainda a necessidade de envolver um maior número de famílias dentro das comunidades. Apesar da abrangência significativa no número de famílias participantes, assim como o de comunidades, é necessário pensar estratégias de capilaridade das ações, organizações e benefícios conquistados. Estima-se que em 2015, de maneira atuante e comprometida com as ações do Projeto, encontram-se diretamente vinculadas aproximadamente 575 pessoas, que indiretamente representam benefícios para 2.855 pessoas, representando 66,42% do total populacional das comunidades atualmente envolvidas no Projeto.

Nesse sentido, a figura do *Agente Multiplicador*, formado a partir do Programa Produtor a Produtor, é central no processo de instigar maior participação e aderência, além de propagar de maneira intracomunitária os conhecimentos já produzidos e criar novos conhecimentos. Ele é, pois, o agente de tradução que busca criar inteligibilidade entre as demandas através de um processo de diálogo culturalmente horizontal.

Outro desafio ainda a ser enfrentado refere-se à dificuldade na comercialização dos produtos, tanto pela presença de atravessadores e dificuldades no escoamento da produção agrícola, quanto pela falta de espaços específicos, demanda turística/comercial e valorização social. No tocante ao artesanato, é necessária a elaboração de estratégias eficazes no que se refere à comercialização dos produtos, sob pena de estancamento em uma das fases principais de alguns dos processos produtivos comunitários.

De acordo com as lideranças, imagina-se que essa dificuldade se minimize com o aumento da incidência política provocada pela união intercomunitária, no que tange a uma



melhor capacidade de negociação e, assim, maior participação deliberativa dos comunitários na gestão dos espaços de comercialização da região, tanto dos alimentos, quanto do artesanato.

Por fim, outro desafio geral mostra-se na necessidade de institucionalizar as metodologias produzidas pelos participantes ao longo do Projeto. Atualmente, percebe-se constitutiva no território do Alto Solimões a dificuldade em encontrar instituições locais aptas e suficientemente maduras para assimilarem e aderirem às metodologias Moleculares, pois historicamente, como aqui já comprovado, ordinalmente tais instituições colocam-se a serviço de planos nacionais e internacionais de integração mercantil e ocupação territorial da Amazônia, que em nada correspondem às demandas das populações bosquesinas.

Dessa forma, *Maior Abrangência Familiar, Comercialização e Institucionalização Local das Metodologias Moleculares* são os principais desafios gerais a serem enfrentados nos passos seguintes.

De antemão, em vistas às conceituações apresentadas nos capítulos iniciais a respeito da Sociologia das Ausências e das Emergências, pode-se perceber no Projeto em questão a operacionalização de fundamentos básicos propostos ao processo de multiculturalismo emancipatório através da operacionalização de uma hermenêutica diatópica e dialógica que, como vimos, respeitou o pressuposto de incompletude/complementariedade dos saberes, ampliou a compreensão estreita de cultura como única e monolítica, respeitou também os tempos partilhados entre os atores envolvidos; abriu espaços para a construção de uma pauta de debate coletiva e Molecular sobre as demandas e estratégias de intervenção, mostrando, ao final das percepções iniciais, fortes indícios de construir, através de uma base cooperativa, autogestionada e solidária, caminhos viáveis para a Emancipação Social e o Bem Viver.

Tais percepções iniciais carecem de aprofundamento e a isso que nos propomos ao analisar o relato de nossos colaboradores sobre os campos de intervenções específicas.

## 6.2.2 Aspectos Específicos

### A) *Sistemas de Potabilização de água*

Quadro 17 – Síntese de abrangência e investimento nos Sistemas de Potabilização de água

Comunidades	N. de famílias	Intervenções Físicas	Intervenções Humanas e Sociais	Investimento
São José, São João de Veneza, Nova Vida, Porto Espiritual, Novo São	4.000	17 sistemas de potabilização.	Campanha do bom uso da água e	Projeto e Parceiros: 800 mil reais e equipe técnica.

Francisco, Nova Aliança, Bom Pastor II, Santa Luzia, Cristo Rei, São Miguel, Boa Vista, Guanabara I, II, III, Capacete, Mato Grosso.			formação de Agentes de Saúde.	Comunidades: Espaços, reuniões, organização e manutenção.
--	--	--	-------------------------------	---

Fonte: o autor.

A água apresenta-se nessas comunidades entre as principais demandas e desafios. Sendo a água do Rio Solimões não própria para beber, as comunidades se abastecem por tempos determinados com a água da chuva, usando caixas d'água como reservatórios. O maior índice de enfermidades, de acordo com os informantes, se refere aos problemas intestinais provocados pela água insalubre, como notamos na análise documental. (Lacerda e Veloso, 2010).

Em parceria com os Freis Capuchinhos, instituição religiosa que se encontra a mais de 100 anos na região do Alto Solimões, a ISCOS importou da Itália 17 sistemas de potabilização de água com energia gerada por placas solares. Essa foi à única tecnologia estritamente colocada pelo Projeto de maneira exógena. Como se esperava, também pela complexidade de eliminar os problemas relacionados à água de maneira geral no contexto do interior do Amazonas, é a intervenção mais desafiadora do Projeto e também a mais questionável em seu caráter sustentável.

Por sua vez, também é a mais ressaltada pelos comunitários enquanto beneficiária ao cotidiano das pessoas, aquela que envolveu não apenas as famílias participantes do Projeto, mas todos os comunitários de todas as comunidades envolvidas.

Ah, o que eu mais gostei disso tudo foi essa coisa da água né? Porque os outros projetos vêm e só ajudam um ou outro, aqui não, esse sistema de limpeza da água que a ISCOS trouxe ajudou toda a comunidade, todo mundo foi beneficiado. (Aurélio, Comunidade Capacete).

Inicialmente, foi acordado com comunitários que os Sistemas de Potabilização, que coletam e filtram água das chuvas, deveriam assumir como pré-requisito serem instalados em algum espaço público da comunidade, como uma escola ou um centro de reuniões. Além de água limpa, reservada em uma caixa de 5.000 litros, esse sistema também gera energia elétrica reproduzida por refletores colocados em lugares escolhidos estrategicamente pelos comunitários.

Agora ficou muito bom, a entrada da comunidade era toda escura, ninguém via nada, ruim de subir e de banhar, agora, na noite com esse sistema e esse holofote tá tudo iluminado, bom de chegar aqui, até pra quem passa lá no rio agora dá pra identificar a comunidade. (Maria, Comunidade de Mato Grosso).

Imagem 19 – Sistemas de Potabilização



Fonte: o autor.

No início do processo, por iniciativa das comunidades, constituíram-se os *Comitês de Gestão da água*, formados por quatro ou cinco comunitários, que assumiram a responsabilidade do manejo básico da luz e da água, assim como a limpeza do espaço entorno do sistema. Desse grupo surgiu a ideia de sensibilizarem crianças e adultos para o uso racional da água e, assim, desenvolveram a Campanha de Bom Uso da Água Potável nas escolas comunitárias.



Imagem 20 – Campanha do Bom uso da água nas escolas ribeirinhas. Fonte: O autor.

Além da organização dos Comitês, foi realizada, em conjunto com um médico e uma enfermeira, por via da articulação dos Coordenadores do Projeto e das lideranças comunitárias, uma capacitação base para a formação de 31 *Agentes de Saúde*, no período de oito meses.

O que torna a intervenção complexa e desafiadora é que os possíveis problemas técnicos decorrentes dos sistemas não encontram facilmente soluções locais, estando permanentemente sobre custódia de um técnico externo. A tecnologia completamente exógena aos saberes locais, sem um processo adequado de apropriação e empoderamento, gera uma dependência recorrente de mão de obra externa especializada, trazendo fragilidade à sustentabilidade da intervenção.

“Ninguém mexeu ali porque primeiro nós não tem a chave, depois porque nós não sabe, então pode ser qualquer bobagem, mas nós estamos dois meses sem o sistema funcionar, aí a criança trepa lá em cima na caixa pra pegar água, é até perigoso.” (Manuel, morador de Nova Aliança).

Os resultados não são positivos: dos 17 Sistemas de Potabilização de água, em 2015, apenas 4 deles seguiam funcionando, estando os outros 13 sistemas em desuso por problemas técnicos.

Mesmo entre os sistemas que seguem ativos, outro elemento complexo referente à sustentabilidade da ação torna-se visível: os sistemas não resolvem o ponto crucial da disponibilidade de água potável nas épocas de seca, visto que se nutrem apenas da água da chuva.

Outras intervenções que buscavam sanar esse problema através de motores-bomba elétricos de captação da água do próprio rio e posterior processo de potabilização, que foram empregadas durante cinco anos por outras instituições públicas de fomento em algumas das comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões, já mostravam o desafio de sanar o problema da água na região, pois tais sistemas não perduraram após o término do trabalho dessas entidades, podendo-se, hoje, inclusive, encontrar alguns desses materiais abandonados em certas comunidades.

A resposta dos comunitários sobre por que tais experiências não tiveram êxito versam sobre falta de organização comunitária para o uso dos sistemas e a falta de cuidado e manutenção adequada das placas solares e dos motores-bomba, assim como a incapacidade local em conseguir peças de reposição e mão de obra técnica qualificada.

Como alternativa mais autônoma e eficiente para a purificação da água, pensou-se em *Sistemas Complementares de Purificação* através de filtros naturais com materiais orgânicos (areia, pedras, etc.).

Esse sistema não possui a mesma qualidade de purificação do sistema de placas solares, que realiza a limpeza da água através de lâmpadas Ultravioletas, porém, reduz consideravelmente as impurezas. Todavia, tais sistemas alternativos, até o momento, não foram implementados pelas lideranças e Agentes Multiplicadores e de Saúde, a quem, conforme acordado em reuniões, coube a responsabilidade.

Nas quatro comunidades em que os sistemas seguem funcionando reduziram em 90% as queixas de doenças relacionados à ingestão de água não tratada. Além disso, o aparato possibilita a iluminação em pontos importantes como a entrada das comunidades ou mesmo uma praça ou espaço aberto, criando novos lugares de circulação noturna e, em alguns casos, inclusive, possibilitando aulas técnicas noturnas de ensino médio, que outrora eram realizadas apenas fora da comunidade, como no caso da comunidade São José.

Esse da água aqui foi muito bom, a criançada melhorou muito dos problemas de barriga, antes nós descia lá em baixo pra pegar uma água ruim, agora tá aí do lado da escola. Além disso, o sistema gera energia e iluminar esse espaço aqui da escola e do Centro Comunitário foi muito bom, criou um novo espaço comunitário na noite, como uma praça pras pessoas se encontrarem. Além de poder ter aula na noite, que quem queria fazer o ensino médio tinha que ir pra cidade e muitos não podem. Tá ajudando na educação também. (Inês, merendeira e estudante da Comunidade São José).

Imagem 21 – Refletores abastecidos pelo sistema de potabilização



Fonte: o autor.

A prova final dessa intervenção é a coleta e o envio para o laboratório da água captada na saída do sistema de purificação. Nesse ponto, dos 4 sistemas avaliados, dois acusaram água

imprópria para o consumo humano. Técnicos e comunitários investigaram as causas desses problemas e descobriram que estavam relacionados à higiene das caixas de água, que armazenam a água tratada, e das tubulações das torneiras. Esse assunto foi debatido e colocado como prioridade pelos comunitários, nas atribuições dos Comitês Gestores da Água.

Ao final desta análise, somos levados a refletir o porquê de uma intervenção que demonstra perspectivas contrárias aos princípios empregados pela ISCOS ao longo de todas as demais ações do Projeto foi colocada em prática, demandando alto investimento físico e pessoal.

Sem aspectos concretos para respondermos a tal pergunta, intuímos, pela percepção e pela experiência, que nenhuma instituição nacional ou internacional de auxílio ao desenvolvimento local encontra-se independente de articulações exógenas que respondam a interesses secundários e invisíveis àqueles que atuam no território. Ao que possamos pensar, foi justamente por fruto de articulações institucionais exógenas, principalmente entre os financiadores da ISCOS e as organizações dos Freis Capuchinhos da Itália, alinhando-se a instruções orçamentárias de grandes instituições de financiamento mundial, que na época propagavam uma série das ações e discursos sobre as problemáticas da água no planeta<sup>35</sup>, que tal ação chegou à equipe técnica local na forma de intervenção Molar sem possibilidade mínima de apropriação Molecular.

Não se trata aqui de sacrificar ou glorificar determinada instituição a respeito de ações específicas, mas sim de estarmos atentos ao fato de que qualquer instituição desse tipo e com esses interesses está sujeita a interferências Molaes em suas linhas de ação, que, por vezes, encontra força e autonomia para Molecularizar tais ações, porém, por vezes, encontra-se atrelada a uma densa teia internacional que deriva da propagação de ações indolentes nos territórios de ausência e, sobre isso, em alguns casos, muito pouco pode fazer.

Para tal distinção, é importante termos em mente os elementos que referimos na primeira parte desta Tese a respeito do papel das ONGs na Amazônia ou demais territórios de ausência na América Latina: devemos estar atentos aos interesses de cada um dos atores sociais envolvidos nas intervenções, na construção de espaços dialógicos de debates a respeito de seus planejamentos e execuções e, acima de tudo, atentos ao histórico e repertório de trabalhos que geram ou não fidedignidade a determina instituição para o apoio ao

---

<sup>35</sup>, Em 2013 houve o lançamento do ano internacional de cooperação pela água, apresentado pela ONU, apoiado e desenvolvido também no Brasil, pela UNESCO, e, em 2004, a Campanha da Fraternidade, lançada pela CNBB, teve o tema Viver com Boa Água.

desenvolvimento local, à Emancipação Social e a construção do Bem Estar em populações invisibilizadas na atual conjuntura global.

A temática da água potável para as comunidades indígenas e ribeirinhas é historicamente ponto nevrálgico na conquista de uma melhor qualidade de vida nessas realidades. Tal ponto está calcado sobre um paradigma de difícil resolução, pois, ao mesmo tempo em que se encontram à frente do rio mais caudaloso do mundo, tanta água não é possível de ser bebida. Enganam-se aqueles que pensam que isso se deve aos poluentes ou infecções do rio por produtos químicos ou dejetos humanos, no caso, o Solimões é insalubre por natureza, devido à quantidade de matéria orgânica que suas fortes correntes arrastam ao longo de seus cursos.

Mesmo com a ineficiência, na maior parte das comunidades, sobre a resolução do problema da água potável, avalia-se, por fim, que a intervenção provocou experiências importantes ao possibilitar geração de energia elétrica e, com isso, a possibilidade de atividades escolares no turno da noite. Além do mais, foi colocado em prática, através dos Comitês Gestores, a autogestão e, através da sensibilização sobre o bom uso da água potável, práticas de cooperação.

#### B) Meliponicultura

Iniciamos com o quadro a seguir, que apresenta a síntese das comunidades e investimentos realizados no tocante ao eixo de intervenção destinado à Meliponicultura<sup>36</sup>.

Quadro 18 – Abrangência e investimentos das intervenções em meliponicultura

<b>Comunidades</b>	<b>N. de famílias</b>	<b>Intervenções Físicas</b>	<b>Intervenções Humanas e Sociais</b>	<b>Investimento</b>
Santo Antônio, São João de Veneza, Mato Grosso, Nova Aliança, Bom Pastor II, Guanabara I, II, III, São Pedro de Veneza, Santa Luzia.	89	1.000 caixas de madeira, 2 casas depósito do mel, ferramentas de trabalho e colônias.	Formação de meliponicultores e Assistência Técnica especializada.	Projeto: 50 mil reais e equipe técnica. Comunidades: Madeira para caixas-colônias, espaço físico, manutenção.

Fonte: O autor.

O mel, na região do Alto Solimões, é culturalmente utilizado de maneira particular para fins medicamentosos, servindo de base para remédios caseiros. Sobre os aspectos

<sup>36</sup> Criação de abelhas sem ferrão.



econômicos, não significa renda monetária principal, mas aparece, por vezes, como recurso sazonal importante para o complemento das finanças familiares.

O objetivo estratégico assumido pelo Projeto sobre tal temática referiu-se ao aumento e qualificação da produção de mel, promovendo capacitações e ampliando sua concepção de uso para fins alimentícios. Os benefícios alimentares do mel são muitos<sup>37</sup> e podem auxiliar no combate à desnutrição e a falta regular de merenda escolar nas escolas rurais.

O público-alvo dessas intervenções foram, primordialmente, os comunitários associados à Associação de Produtores de Mel de Benjamin Constant (APMEL), que há mais de seis anos incentiva famílias da região a trabalharem na meliponicultura. Tal Associação possui sede localizada na comunidade de São Antônio, uma das mais próximas a Benjamin Constant.

A estratégia traçada pelos técnicos, em conjunto com os comunitários, foi criar um Meliponário Matriz, na comunidade São João de Veneza. Em 2010, o meliponário matriz contava com 30 colônias e, atualmente, conta com 18, devido às divisões previstas para as colônias secundárias, visando o aumento quantitativo da produção em outras comunidades.



Imagem 22 – Meliponário Matriz, São João de Veneza  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

A escolha que levou São João de Veneza a sediar o Meliponário Matriz foi a consideração sobre a histórica vocação dessa comunidade indígena, Ticuna e de terra firme, em trabalhar com esse tipo de produção. Em 2015, São João de Veneza, além das 18 colmeias do Meliponário Matriz, contava com um Meliponário comunitário, possuindo 46 colmeias e

---

<sup>37</sup> De acordo com o site <http://www.saudedica.com.br>, através do consumo de 100 gramas, o mel oferece 300 calorias, além de frutoses, glucoses e sacaroses, tendo, assim, alto poder gerador de energia ao ser absorvido pelo corpo humano. Além disso, é rico em oxidantes, podendo ser complementar na prevenção ao câncer, e possui também substâncias antimicrobianas, efetivas no combate às infecções.



20 espaços familiares de criação de abelhas. Mostrando, assim, um saber já acumulado sobre esse tipo de produção.

Por sua vez, a Associação, sediada em São Antônio, nos três primeiros anos de intervenções, passou de 400 para 1.015 colônias de produção de mel. Entre todas as 10 comunidades envolvidas nessa linha de intervenção, algumas associadas à APMEL, outras não, o Projeto conta com 82 produtores que iniciaram 2010 totalizando 259 colmeias e finalizaram 2015 com 846 colmeias.

Além disso, na Comunidade Santo Antônio, foi construído um depósito para o armazenamento adequado das ferramentas de trabalho, que anteriormente ficavam armazenadas nas casas dos próprios comunitários. Outros dois depósitos foram posteriormente construídos em Bom Pastor e Guanabara I.

Para além da adequação de armazenamento de ferramentas e do próprio produto, o Depósito do Mel representa a constituição de um espaço físico visível em toda a comunidade, trazendo, assim, maior interesse frente aos outros moradores para algo geralmente visto como secundário e de pouca importância na constituição alimentar e monetária das famílias.

Nesse sentido, tal construção representa um ganho simbólico significativo para aumentar o envolvimento com a produção do mel na região.

:



Imagem 23 – Depósito do Mel

Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

Quando a ISCOS chegou já existia um projeto da Diocese com o PRODERAM, mas aí ela veio a somar, pois o PRODERAM só tinha verba para o Entrepósito de Benjamim Constant, não tinha mais apoio pra outras ferramentas e novas caixas,

então o pessoal tinha parado um pouco de crescer. (Deucilene, Presidente da Associação).

A principal ação do Programa de desenvolvimento Rural do Amazonas (PRODERAM), junto com a Diocese do Alto Solimões e apoio do Instituto de Desenvolvimento para o Amazonas (IDAM), remeteu-se a criação de um *Entrepasto de Beneficiamento do Mel*, em Benjamin Constant. Esse prédio já foi construído e, no momento, quem paga suas despesas de energia e segurança é a Prefeitura.

O Entrepasto do Mel representa a maior expectativa das comunidades envolvidas com essa produção na região, pois, através desse espaço, almeja-se aumentar a qualidade e, principalmente, a comercialização do produto.

Contudo, o Entrepasto ainda espera pelo acabamento da obra e a ligação com o sistema municipal de água e, de antemão, aponta para o desafio da gestão do espaço pelos próprios trabalhadores, que afirmam ainda não possuem ganhos suficientes com o mel para administrar o espaço por conta própria.

Por esse motivo, nestes cinco anos de trabalhos a respeito da meliponicultura, não houve a apropriação dos produtores sobre o espaço, estando, assim como muitos outros casos, a estrutura física abandonada e ociosa.

Olha, eu acho que o projeto da iscos ajudou muito, nós ainda não estamos ganhando mais dinheiro com o mel porque o mel sai uma vez por ano, mas se nós colocar em prática todo esse apoio que agente recebeu, vai da pra melhorar a renda sim. Agora, todo mel da região vendido, ainda não da pra pagar os custos com o Entrepasto, esse é um problema do futuro. (João, Meliponicultor).



Imagem 24 – Entrepasto de beneficiamento do Mel, em Benjamin Constant

Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

Através do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, foi realizada a formação de 20 *Agentes de Meliponicultura*, através de encontros de formação com a metodologia PaP. Foram encontros protagonizados pelos próprios produtores, que versaram sobre o manejo adequado das colmeias, alimentação e época propícia para as multiplicações das abelhas e contaram com um técnico de meliponicultura contratado pelo Projeto.



Imagem 25 – Formação de Meliponicultores

Fonte: o Projeto Bem Viver, 2015.

Através dos Agentes, com apoio dos técnicos do Projeto, por demanda da própria APMEL, foi criada a Campanha de Divulgação do Mel, em 12 escolas do município, atingindo aproximadamente 1.030 alunos de rede pública de ensino. Como objetivo principal, a Campanha buscou a divulgação do benefício do Mel para a alimentação.

Hoje, a Associação de Produtores de Mel (APMEL), fundada em 2008, encontra-se formalizada e legalizada, possuindo CNPJ e marca própria, com material de divulgação (financiado pelo SEBRAE), envolvendo aproximadamente 14 comunidades e 140 associados. Entre eles, respectivamente, 10 comunidades e 82 produtores fazem parte do Projeto aqui em estudo.

Apesar da boa abrangência, representando quase a totalidade dos produtores de mel da região do Alto Solimões, a APMEL encontra dificuldades em realizar reuniões sistemáticas, assim como a coleta da mensalidade de cada produtor. A dificuldade de participação somada a uma determinada centralização da sede, visivelmente enfraquece a Associação em seu

potencial de coesão e cooperação intercomunitária, muitas vezes, deixando sua gestão a critério de algumas lideranças. A presidente tem isto em vista e ressalta:

Eu até tava pensando em usar uma estratégia que eu vi da ISCOS de fazer as reuniões itinerárias, cada vez em uma comunidade, pra envolver mais todo mundo. É uma coisa difícil porque como, na maioria das vezes, o mel não é a primeira fonte de renda, fica meio de lado. (Deucilene, Presidente da Associação).

O sistema de participação e venda está centralizada na Associação, que compra o mel dos produtores e revende no comércio local, ficando, assim, com a sobra dos ganhos. Como a produção ainda é pouca e sazonal, o mel não encontra problema de comercialização. Dizem os comunitários que as reservas se esgotam rapidamente e por um bom preço: cerca de 40 reais por litro de mel. Sendo assim, os meliponicultores reafirmam que o grande desafio é aumentar a produção.

Sobre esse desafio, dois são os pontos elementares: Primeiro, os comunitários afirmam carecer de espaço amplo e adequado para ampliar as colônias, pensando, cada vez mais, em escolher espaços distantes do centro da comunidade e de suas casas, o que tornaria mais difícil o manejo diário. Segundo, a capacidade da Associação em suprir seus próprios insumos, visto que até agora, seja pelo IDAM, pela Diocese, pelo PRODERAM, pelo SEBRAE ou pela ISCOS, os materiais básicos de trabalho foram repassados sem uma maior cobrança de contrapartida dos produtores. A preocupação em pensar novas estratégias de subsistência da APMEL encontra-se na fala de sua presidente:

Eu tive que pegar o dinheirinho que ganhei da venda do mel ano passado e comprar madeira pra fazer mais caixas, antes eu tinha 10, agora eu tenho 30, esse ano eu vou vender mais. Se todo mundo pensar assim, vai aumentando, mas o pessoal quer pegar o dinheiro e gastar todo na mesma coisa, na mesma hora, aí vai ser sempre o mesmo.” (Deucilene, Presidente da Associação).

A falta de um plano coletivo de gestão da produção do mel, estando esses produtores ligados apenas pelo fato da APMEL comprar seu produto, mas cada um possuir sua própria produção, acaba por enfraquecer o espírito coletivo e abre margem para pensamentos de individualização da produção. Apesar de todos cuidarem em conjunto do Meliponário Matriz e cooperarem equitativamente na aquisição de açúcar para o fortalecimento das abelhas (7 quilos a cada 15 dias), aqueles que se encontram à frente da Associação reclamam de sobrecarga de trabalho por, muitas vezes, terem que cuidar de sua produção, do apoio na produção dos colegas e da gestão da Associação.

As entrevistas e grupos focais evidenciaram que as intervenções desencadeadas pela ISCOS, em conjunto com a APMEL, supriram de maneira satisfatória os requisitos iniciais e mínimos para que os produtores pudessem superar alguns desafios emergenciais, como formação adequada dos meliponicultores, os insumos para ampliação das colmeias e a visibilidade para a importância do mel na alimentação. Contudo, mostram também a necessidade de um Plano de Gestão, tanto da produção do mel, quanto do Entreposto, no sentido de socializar estratégias e garantir maior aderência de todos os associados.

Evidentemente, no que tange à articulação entre comunitários, no sentido de fortalecer a cooperação e a coesão dentro da Associação, a APMEL ainda apresenta uma frágil situação, com pouca autonomia em suas ações para o combate aos desafios da produção.

Ao final, as falas coletadas registram que as intervenções desenvolvidas geraram ganhos significativos na capacitação técnica dos meliponicultores, na conquista simbólica do Meliponário Matriz, que garante a permanência da produção do mel e o abastecimento de colônias com maior segurança futura, além de retomar o caráter coletivo do trabalho com as abelhas.

Além disso, tais intervenções desencadearam maior visibilidade sobre a importância do mel na alimentação das famílias e escolas e, principalmente, através das formações e reuniões, uma ampliação do debate e da compreensão das atuais situações da Associação e do mercado do mel na região e, assim, o traçar de novas estratégias possíveis a serem adotadas em desafios futuros.

“Passamos por esse processo e ficamos mais fortes sim, é sempre bom sentar com todos e conversar, fazia tempo que não conseguíamos fazer isso, deu um novo ar pra produção de mel. Agora vamos ver se o pessoal entendeu direitinho. (risos). (Seu Jacinto, Meliponicultor de Bom Pastor II).

Ao final, a equipe do Projeto apresentou a seguinte sistematização dos resultados frente à área da meliponicultura:

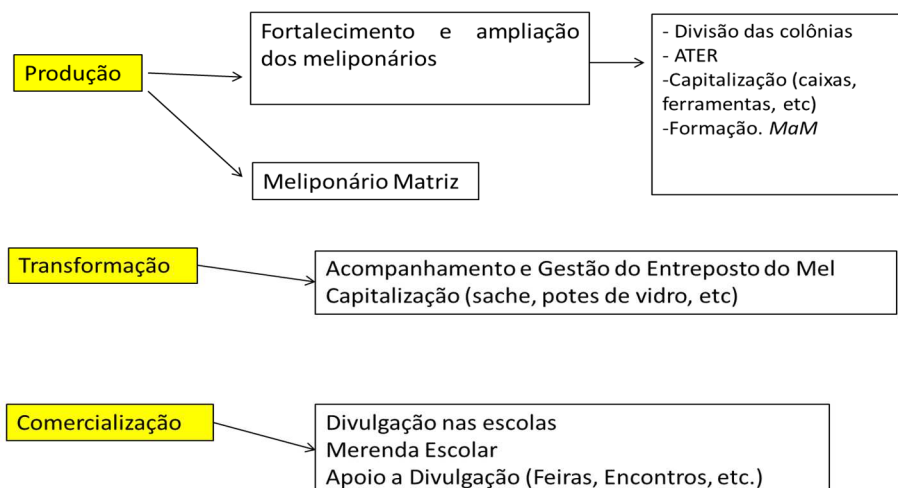


Imagem 26 – Sistematicidade das ações em meliponicultura  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

### C) Artesanato

Dentro do universo pesquisado, o segmento de artesanato faz menção especificamente a duas comunidades indígenas: Bom Caminho e Porto Cordeirinho. São comunidades de etnia Ticuna, circunvizinhas à cidade de Benjamin Constant, por isso, com significativo grau de urbanização. Apresentamos, a seguir, o quadro síntese das intervenções realizadas pelo Projeto estudado, em conjunto com tais comunidades.

Quadro 19 – Abrangência e investimentos na área do artesanato

Comunidades	N. de famílias	Intervenções Físicas	Intervenções Humanas e Sociais	Investimento
Bom Caminho Porto Cordeirinho	200 Associadas. 30 Ativas	02 Centros de artesanato; ferramentas e matéria prima; mudas de sementes nativas; catálogo de produtos.	Curso de biojóias; Atendimento ao Cliente e Plano de negócios.	Projeto: 150 mil reais Comunidades: Madeira e mão de obra para construção do centro de artesanato, coleta de sementes.

Fonte: o autor.

Apesar da proximidade geográfica e da igualdade étnica, Bom Caminho e Porto Cordeirinho apresentam características distintas em relação à organização social e aos processos produtivos. Bom Caminho possui uma caminhada já estruturada em relação aos processos de organização comunitária e articulação política, seu trabalho já é relativamente conhecido na região, também possuindo canais de comercialização fora do Alto Solimões.



Porto Cordeirinho, por sua vez, representa um artesanato mais incipiente e uma organização social pouco voltada para a gestão do processo produtivo.

Atendo às demandas emergenciais explicitadas na etapa de planejamento das ações, a primeira intervenção destinou-se a reforma do Centro de Artesanato de Bom Caminho, por compreender a equipe de coordenação junto com as lideranças, que a revitalização ou criação de um espaço comum de produção, além de aprimorar o processo produtivo, poderia resgatar o potencial de identidade e coesão social em torno do artesanato, incentivando ações de cooperação, solidariedade e autogestão.

No início do Projeto, a Comunidade de Bom Caminho já possuía um Centro de Artesanato, contudo, encontrava-se desativado devido às precárias condições. Isso levou a uma gradual individualização da produção do artesanato, que acabou por restringir sua confecção ao universo intrafamiliar, dentro do espaço doméstico.

Para tal intervenção, o Projeto arcou com os custos de material de construção, no valor de 90.000 reais (noventa mil reais), e, em contrapartida, a mão de obra da construção, assim como o trabalho de extração e manejo das partes em madeira e a pintura, partiu da própria comunidade.



Imagem 27 – Centro de Artesanato de Bom Caminho

Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

É importante frisar que a mudança de uma estrutura de madeira com telhado de palha, categorizada como tradicional, para uma nova estrutura de alvenaria com telhado de zinco, foi deliberada pelas próprias associadas, que viam no material orgânico uma vida útil muito inferior, por isso demandando mais custo e mais investimento humano na manutenção

constante da sede da associação. Além disso, disseram elas, realizaram tal opção pela questão estética, visto que o Centro de Artesanato ainda era uma das poucas construções na comunidade que se mantinha nos padrões antigos, pois as demais, incluindo moradias, são, na maioria, de zinco e alvenaria.

Deve-se ter em mente que, principalmente para as comunidades próximas aos conglomerados urbanos e, por isso, afetadas intimamente pela tendência cultural das cidades, manter estruturas do tipo tradicional (paredes de madeira e telhado de palha) é um elemento de menor valia, por vezes, sinônimo de pobreza para aqueles que aí habitam ou frequentam. Por sua vez, o *status quo* urbano é visto como imperativo de sucesso e poder dentro dessas comunidades.

Como se almejava, a reconstrução do espaço coletivo trouxe novo fôlego ao interesse das comunitárias de Bom Caminho e promoveu certa coesão comunitária em torno da produção do artesanato, garantindo maior visibilidade intracomunitária para esse tipo de trabalho.

Depois da reconstrução do Centro ficou bem melhor porque antes chovia aqui dentro, nem tinha luz, então ninguém usava cada um estava na sua casa, produzindo sozinho, só passava a dona Rosa lá para pegar e vender. Agora não, agora tem um espaço pra todos venderem, produzirem e venderem juntos. (Mariana, Artesã, Bom Caminho).

Todas as ações em relação à produção, exposição e comercialização dos artesanatos em Bom Caminho são protagonizadas por uma família específica, nomeadamente a matriarca da família, única e atual presidenta da AMATU – Associação de Mulheres Ticunas Artesãs de Bom Caminho, fundada em dezembro de 1999.

A centralização da gestão e das decisões em uma só pessoa foi alvo de inúmeras reflexões da equipe ao longo destes anos de intervenção. Conversando com outras artesãs de Bom Caminho, com facilidade, escutaram-se relatos de descontentamento e desconfiança a respeito da atual presidente, o que, inclusive, afasta muitas pessoas da participação mais efetiva das ações protagonizadas pela AMATU. Porém, tais pessoas, que avaliamos, inclusive, ser a maioria, não chegaram ao ponto de organizar-se, no intuito de convocar reuniões ou assembleias por conta própria para debaterem o assunto, e, muito menos propor a sucessão da gestão da Associação.

Certa ocasião, ocorreu um fato polêmico que ilustra o fenômeno destacado: A Associação, em alguns meses de 2012, após uma grande cheia que prejudicou alguns espaços comunitários, inclusive a escola, passou a alugar praticamente todas as salas de trabalho e



exposição do artesanato à Secretaria de Educação, para realização de aulas regulares da rede pública. A questão é que, além de subtrair espaço, inicialmente construído para reuniões das Artesãs, produção, exposição e comercialização do artesanato, as associadas desconheciam que tipo de acordo teria sido feito entre a Prefeitura de Benjamin Constant e a presidente da Associação:

“É, nós não sabemos mesmo o que ta acontecendo, parece que a presidente foi lá e a prefeita pediu pra alugar aqui porque as crianças não tinham lugar pra ter aula, mas ninguém sabe quanto é e nem o que vai ser feito desse dinheiro.” (Artesã, Bom Caminho).

Em alguns momentos, a equipe questionou-se qual seria o papel do Projeto frente aos fenômenos de centralização, má gestão e descontentamento, se deveria intervir e de que forma. Ao final, acreditou-se ser pertinente não provocar questionamentos ou mudanças nesse sentido, ao perceber que se a própria comunidade, ao longo de toda a história da associação, não havia se mobilizado para isso, não seria o agente externo, no caso o Projeto, a desrespeitar a temporalidade da comunidade e as hierarquias tradicionalmente construídas no local.

O que de fato se passa em Bom Caminho ultrapassa as paredes da Associação e refere-se à centralização deliberativa de uma família que possui muito poder e influência também em outros espaços importantes da comunidade, como a escola e a igreja.

A centralização e personificação das responsabilidades, assim como dos benefícios das articulações políticas geradas pela Associação não é exclusividade de Bom Caminho, em menor grau e intensidade, também se percebem na Associação de Mulheres Artesãs de Porto Cordeirinho, que sempre teve Dona Mirna<sup>38</sup> como presidenta e, por causa de sua avançada idade, foi substituída por uma sobrinha, Dona Leiza. Porém, neste último caso, há aceitabilidade da liderança centralizada, assim como aderência nas ações coletivas.

Na Comunidade de Porto Cordeirinho, os processos produtivos em torno do artesanato são mais incipientes. Antes da chegada do Projeto, não possuíam um centro comum de produção e haviam recebido específicas formações ou acompanhamento do SEBRAE, caracterizando seu artesanato, no início das atividades do Projeto, com menor nível de qualidade, menos divulgado e, por isso, também, menos rentável.

Contudo, quem sabe justamente por esse fato, em Porto Cordeirinho percebe-se uma salutar resistência das mulheres em trabalhar com insumos não naturais ou não tradicionais, como plásticos ou missangas. Algumas vezes, deixaram bem claro seu desejo de não afastar-

---

<sup>38</sup> Nesta seção o nome verdadeiro das referidas pessoas foi alterado para nomes fictícios, no sentido de preservar a ética frente às críticas estabelecidas por nós.

se de sua cultura na produção do artesanato, mostrando determinado empoderamento e apropriação, capaz de negociar a Molecularidade dos processos Molares que lhe chegam através de um convite malicioso de aumento das vendas através dos mais distintos canais de comunicação.

Esse é um ponto desafiador para a equipe que trabalha na capacitação dessas mulheres para a produção de artesanatos e também, por sua vez, uma falha que percebemos na continuidade das ações do Projeto na transição do primeiro para o segundo triênio. Na primeira fase das intervenções, a coordenação do Projeto esteve mais empenhada na formação da equipe de técnicos, realizando reuniões sistemáticas para a reflexão das diversas ocorrências que se manifestavam ao longo dos trabalhos de campo. No segundo triênio, houve algumas mudanças na equipe formativa e, por outro lado, não houve a continuação por parte da gestão do Projeto na formação e acompanhamento desses novos técnicos.

Esse processo acabou por gerar, por vezes, uma postura técnica comparativa em relação às duas comunidades, pressionando Porto Cordeirinho a equiparar-se em qualidade e produção, visando o aumento do lucro aos níveis do artesanato de Bom Caminho.

Portanto, ao nosso entender, houve um erro metodológico, fruto de um despreparo técnico, em querer incentivar a melhora na qualidade através de uma perspectiva competitiva que não corresponde ao respeito à especificidade de cada população, cada cultura e cada lugar que, como bem já frisamos aqui, devem ser preservadas, caso se deseje chegar à Emancipação Social e à Qualidade de Vida ou Bem Estar.

Parece-nos que as consequências dessa postura técnica só não foram significativamente prejudiciais, porque, como frisamos, as artesãs de Porto Cordeirinho colocaram-se de uma maneira muito firme e segura frente ao que desejavam e o que não desejavam a respeito de seu artesanato, ao longo das qualificações propostas.

Através das visitas, entrevistas e grupos de discussão, realizados em ambas as comunidades, se percebeu uma densa ausência de nitidez das associadas a respeito do processo de produção, cooperação, associação e comercialização como um todo. Ainda predomina um padrão centralizado e desorientado da produção, que posteriormente é revendida pelas representantes dos grupos em alguns espaços formais e informais, sem maior consciência dos processos sociais aí envolvidos.

Mesmo assim, a principal demanda exposta pelas entrevistadas, ao longo do diagnóstico inicial, foi atendida através de formações na confecção de biojóias, fibras naturais e sementes, além da aquisição de algumas ferramentas de trabalho, como furadeira e polidora

de sementes, o que, de fato, melhorou muito a qualidade final dos produtos de ambas as comunidades.

“Teve curso sim, teve curso para fazer melhor o artesanato e com as ferramentas que vieram, a gente fez até um monte de outras coisas que não fazia, como esses colares e essas pulseiras.” (Rosa, Artesã Presidente de Bom Caminho).



Imagem 28 – Artesãs de Bom Caminho - Cestarias  
Fonte: Projeto DSFAB, 2013.

Em 2015, uma terceira comunidade foi incorporada aos processos de formação para a confecção de artesanato. A comunidade de Mato Grosso, que compreende uma multiculturalidade de populações, abrangendo indígenas Ticunas, Cocamas, ribeirinhos e peruanos, ingressou nesse processo através de um grupo de oito mulheres no trabalho com as fibras do arumã e dos derivados do buriti.

Na avaliação da maior parte das comunitárias artesãs envolvidas, os cursos realizados foram satisfatórios, suprimindo as expectativas daquele momento e auxiliando na melhoria de qualidade e na diversificação dos artesanatos produzidos. Contudo, permanece a queixa de dificuldade de comercialização dos produtos, que são pouco valorizados na região.

De fato, um dos pontos de maior desafio se refere à comercialização do artesanato, pois dentro das comunidades não há fluxo de compradores e nas cidades locais o artesanato é muito pouco valorizado, obtendo baixo valor de comercialização. Soma-se a isso uma

inviabilidade financeira de, sistematicamente, levar esses produtos até Manaus para que possam gerar determinada renda contínua e estável para essas famílias.

“Nós poderíamos viver muito bem só do artesanato, ninguém faz isso hoje, todo mundo planta também, mas se aumentasse a produção e encontrasse comprador certo, dava pra viver só disto.” (Rosa, Bom Caminho).

Nesse sentido, percebe-se que o Projeto foi hábil na construção de um catálogo de produtos, que trouxe visibilidade aos artesanatos e articulou espaço de comercialização com outras associações urbanas locais (Associação de Artesanato de Tabatinga – ARTETABA).

Apesar desses arranjos locais, na tentativa de sanar tais dificuldades, a comercialização é um problema crucial ao artesanato local, que, a princípio, em médio prazo, não vislumbra ainda soluções permanentes a não ser a já realizada comercialização esporádica em Manaus ou envio de peças para outras regiões do Brasil via serviço de correios.

Avaliando as entrevistas realizadas com as artesãs de Bom Caminho e Porto Cordeirinho, fica clara a importância das intervenções, principalmente, no que tange à retomada dos processos laborais coletivos. Os desafios que existem se referem justamente à democratização e ampliação na gestão dessas Associações através da incorporação mais aprofundada desses princípios. Percebe-se ainda, em grande parte, ações pautadas por uma lógica individualista e voltadas exclusivamente para aquisições monetárias, por parte das artesãs.

Nesse caso, parece que os princípios de cooperação, solidariedade e autogestão foram colocados em segundo plano frente às intervenções físicas ou técnicas, esperando que, apenas com a revitalização dos centros e a melhora na qualificação do produto, naturalmente tais princípios se fortaleceria.

Ao nosso entender, essas dificuldades apenas começaram a ser tratadas no ano de 2015, quando o Projeto inaugurou uma linha de intervenção específica para as questões femininas e de gênero. É ainda importante ressaltar que uma das linhas de interesse neste segundo triênio de intervenções, refere-se ao empoderamento feminino. Sobre isso, em 2014, a ISCOS encomendou, através do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), uma pesquisa em 12 comunidades a respeito das condições de participação das mulheres indígenas e ribeirinhas no ambiente doméstico e comunitário.

Tal pesquisa foi a base para uma intervenção iniciada em 2015, sob o nome de Projeto Ser Mulher, que abrange justamente as comunidades de Bom Caminho, Porto Cordeirinho,

Mato Grosso, por contarem com organizações de mulheres artesãs, e a comunidade ribeirinha de São José.

O Projeto Ser Mulher, coordenado por uma psicóloga técnica contratada pelo Projeto, através de uma metodologia construtivista, busca incentivar o protagonismo de tais mulheres a partir de reflexões, dinâmicas e vivências grupais que abordam temáticas sobre o mundo e os saberes femininos, o desempenho de múltiplos papéis enquanto mãe, irmã, esposa, amiga, vizinha, as potências e desafios de viver em comunidade, trabalhar em conjunto e lidar com as transformações climáticas da terra e dos rios, além de buscar fortalecer a autoestima feminina e refletir sobre o papel da mulher na casa e na comunidade.

Uma intervenção recente, que, porém, já demonstra pequenos frutos sobre o empoderamento feminino e forte tendência desse processo em influenciar também aqueles elementos outrora não abordados pelo Projeto, sobre gestão de trabalho, compartilhamento dos espaços comuns, fortalecimento das associações ou grupos de mulheres dentro das comunidades.

Através do Projeto Ser Mulher, abriu-se a possibilidade de viabilizar a participação de um grupo aproximado de 10 mulheres, representes das quatro comunidades no curso de Formação de Promotoras Legais Populares, protagonizado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em parceria com a Secretaria Estadual de Justiça (SEJ).

Ao fim dessa formação, tais mulheres recebem certificação da SEJ e uma carteirinha de Promotoras Legais, buscando incentivá-las a multiplicar os conhecimentos adquiridos no seio de suas comunidades.

Somadas, as ações desencadeadas pelas capacitações em artesanato e o Projeto Ser Mulher, em 2015, as ações nas três comunidades abrangeram aproximadamente 100 mulheres.

Ao final, sobre tal campo de intervenção temos a seguinte síntese, apresentada pelos técnicos do Projeto:

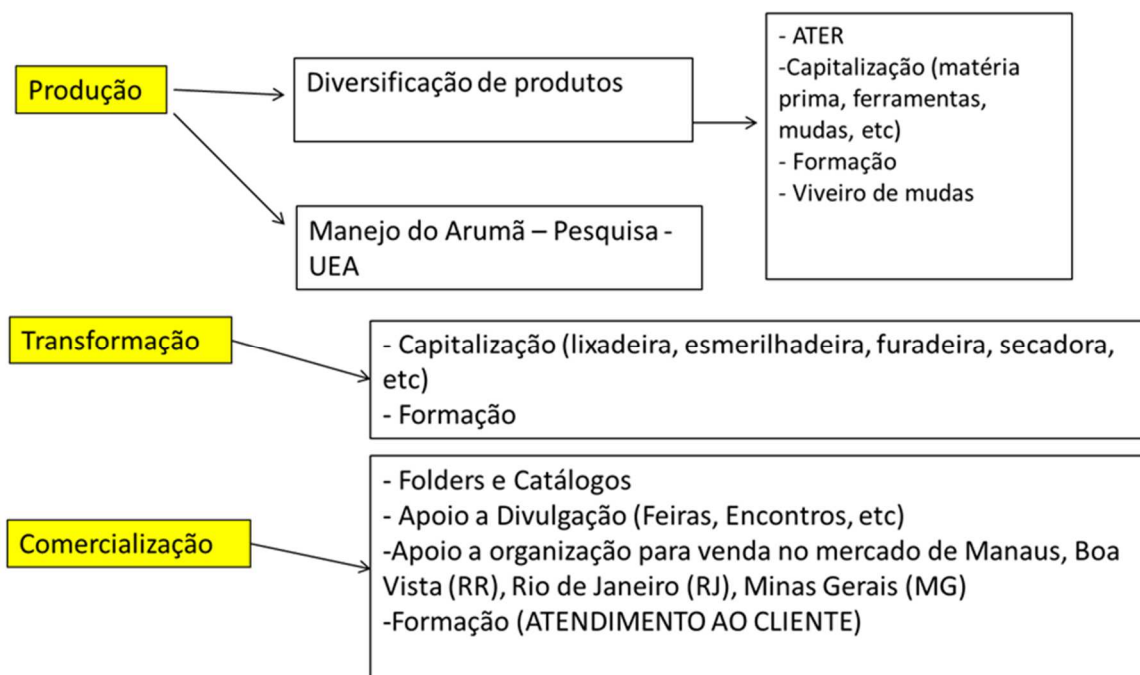


Imagem 29 – Sistematicidade das intervenções no artesanato  
Fonte: ISCOS, 2015.

#### D) Piscicultura

Quadro 20 – Abrangência e investimentos na área da piscicultura

Comunidades	N. de famílias	Intervenções Físicas	Intervenções Humanas e Sociais	Investimento
Guanabara I, II, III, Mato Grosso, Bom Caminho e São João de Veneza.	1.500	6 tanques, 30 toneladas de ração, 12 mil alevinos, 12 caixas de isopor, 6 redes de pesca, 50 tubos, 3 toneladas de calcário, 500 kg de fertilizantes.	Formação sobre a construção de tanques e criação de tambaqui,	Projeto: 300 mil reais e Assistência Técnica especializada. Comunidades: Espaço para criação dos tanques, mão de obra para a construção dos mesmos.

Fonte: o Autor.

O diagnóstico inicial apontou amplo interesse, assim como saberes acumulados por parte de algumas comunidades a respeito das práticas de Piscicultura, através da criação de peixes em tanques artificiais. Em vista disso, o Projeto apresentou como meta a construção de seis tanques comunitários em seis diferentes comunidades escolhidas pelo interesse em desenvolver tais práticas produtivas, a saber: Guanabara I, Guanabara II, Guanabara III, Bom Caminho, São João de Veneza e Mato Grosso.

Ao final do período de construção, através de capacitação técnica, cada comunidade elaborou um plano de gestão para os tanques de piscicultura, formalizando períodos e quantidades que poderiam ser retirados os peixes, assim como a quantidade que deveria destinar-se ao consumo familiar, a quantidade que deveria ser comercializada e o emprego da renda obtida com tais vendas. Esse material foi denominado pelos comunitários como Plano de Gestão dos Tanques de Peixe.

Através de reuniões deliberativas e mutirões, os próprios comunitários escolheram o lugar onde se localizariam os tanques dentro do espaço da comunidade, aportaram auxílio para o manejo das máquinas que trabalharam na construção dos tanques e organizaram mutirões de limpeza para que tais espaços ficassem apropriados às condições de criação.

Muito mais que a construção dos tanques, claramente, tal processo foi estratégico para o fortalecimento do protagonismo e da cooperação comunitário, tomando sempre um caráter autogestionável.



Imagem 30 – Trabalho comunitário coletivo para criação dos tanques

Fonte: Projeto, 2013.

No atual momento, três desses seis tanques (São João de Veneza, Guanabara I e II) estão funcionando e caminham para a segunda safra de peixes.

Em Guanabara III, ao final de 2014, foi realizada a retirada dos peixes, atingindo quatro toneladas de Tambaqui, peixe significativamente valorizado na região. Contudo, por promessas político-partidárias, ao longo das campanhas eleitorais, a Prefeitura de Benjamin acordou com tais comunidades a doação dos alevinos necessários para a segunda safra de criação. Esse fator levou os comunitários a não operacionalizarem em plenitude o Plano de



Gestão, que indicava a destinação de 50% das verbas arrecadas com a venda da safra para um fundo de manutenção dos tanques. Dessa forma, o valor arrecadado com a venda dos peixes foi integralmente dividido entre as famílias partícipes da ação. Frente à derrota eleitoral, a prometida doação não foi efetivada.

Esse acontecimento expressa aquilo que viemos demonstrando ao longo de toda nossa exposição: Uma dificuldade inerente ao Estado, guiado por uma Razão Indolente, em compreender e apoiar lógicas comunitárias autônomas, utilizando das práticas de assistencialismo para buscar legitimidade política junto às populações e acabando por suprimir os processos de protagonismo local e Emancipação social.

No caso específico de Bom Caminho, quinta comunidade partícipe das ações, não houve evolução na criação dos peixes por um desinvestimento da comunidade, que, como apontado na sessão a respeito do artesanato, por dificuldades de gestão associativa, a própria população passou a questionar a legitimidade da liderança local, retirando certo apoio às iniciativas por ela protagonizadas.

Por fim, na comunidade de Mato Grosso houve um problema estrutural nas paredes laterais do tanque que, após uma grande cheia, vieram a romper, fazendo com que alevinos saíssem dos tanques ou predadores acabassem por entrar no espaço da criação, levando ao final da produção. Sem recursos para reinvestir no recomeço da criação, o tanque, atualmente, encontra-se em desuso.

É importante frisar que, diferenciando-se de alguns projetos na área da Piscicultura promovidos pelo IDAM, o Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil fez a opção de trabalhar com a ideia de tanques comunitários e não familiares. Esse elemento se diferencia de todas as ações desenvolvidas no campo da piscicultura por outras entidades de apoio na região, que sempre primaram pelo enfoque nuclear.

De acordo com as falas protagonizadas ao longo das entrevistas e grupos focais, a construção de tanques de piscicultura comunitários instigou o trabalho cooperativo e gerou aumento da coesão na maior parte das populações envolvidas.

“Sim, fomos nós que nos reunimos e escolhemos o lugar, fizemos um mutirão pra puxar o trator aqui para cima e depois pra limpar a área. Isso aqui é de todos, não é de uma ou outra família, assim, todo mundo tem que cuidar.” (Junior, Guanabara I).

Um passo após a construção dos tanques referiu-se à formação técnica dos comunitários. Através de curso prático e teórico, ministrado por técnicos contratados pelo Projeto, os comunitários estudaram, nas próprias comunidades, as espécies de ração, o



tratamento de alevinos, a medição das condições da água, a limpeza e manejo do tanque, as épocas de pesca, secagem e engorde, entre outros temas pertinentes.

Fizemos formação sim, de vários assuntos sobre a Piscicultura e o melhor que foi com as três comunidades juntas né? Então, no futuro, se alguma tem problema, esquece de algum conhecimento ou coisa assim, já não precisa esperar sempre o técnico, pode vir aqui no vizinho pedir ajuda. (Manuel, Guanabara II).

Nesse processo de formação, mais uma vez se aplicou a metodologia dos Agentes Multiplicadores de conhecimentos, pois foram, primeiramente, escolhidas de três a quatro pessoas das comunidades para realização do curso, que depois assumiram o compromisso de passar a diante tais conhecimentos para os demais comunitários. Como relatado a seguir por Chagas, de Guanabara I:

Sim, foram alguns da comunidade e logo depois, quando voltamos pra cá, no dia que estava todos os envolvido da comunidade juntos, pra passar cal no fundo do tanque, foi passado tudo que vimos no curso pra eles também, todo mundo que tá envolvido ficou sabendo.

Percebemos nesse relato empoderamento e legitimação de novas lideranças frente à comunidade a partir do momento que, possuindo um novo conhecimento, o indivíduo encarrega-se de passar da sua forma, com suas palavras, os conhecimentos adquiridos aos demais.

A metodologia de Agentes de Multiplicação de práticas e saberes tem sido de basal valor ao longo de todas as intervenções, pois descentraliza os processos de construção de saber da figura do técnico ou do agente externo, transferindo, assim, tal responsabilidade aos próprios comunitários frente a seus pares.

Os desafios das intervenções no campo de piscicultura estão postos, de acordo com as falas dos nossos entrevistados, nas condições técnicas que foram necessárias para a construção dos tanques. Vejamos:

“Esse curso foi bem prático, nós foi até lá na central de alevinos de Benjamin pra aprender algumas coisas, o problema é que se não colocar em prática logo, nós pode esquecer, demorou muito pra começar a fazer o tanque aqui.” (Jacinto, Guanabara I).

Esses desafios referentes ao tempo entre a construção dos tanques e a aplicação dos conhecimentos apreendidos deu-se, especificamente, pela disponibilidade do trator, principal ferramenta para a construção dos tanques de piscicultura. Inicialmente, não se encontrava na região um trator de esteiras adequado para o manejo em áreas rurais, o que dificulta muito o

acesso desses veículos ao local de construção do tanque, assim como o trabalho de compactação da terra em seu entorno. Segundo, esse problema se deu, também, pelas chuvas inesperadas, que impossibilitam a chegada do trator nas comunidades, assim como a impossibilidade de prosseguir as escavações dos tanques cheios de água. Por fim, houve um descompromisso do antigo prefeito de Benjamin Constant que, ao perder apoio local, mandou que os serviços do trator nas comunidades fossem encerrados, sem o término efetivo dos trabalhos. Existia um acordo entre a prefeitura, as lideranças e os coordenadores do Projeto que determinava ser de responsabilidade da prefeitura a cedência do trator.

Vemos, portanto, como as ações comunitárias no Alto Solimões estão sujeitas às alterações e interesses políticos partidários. Obviamente, tal fenômeno abre espaço para a reflexão de como se constrói a relação entre comunidades e governantes e deflagra, por hora, uma fragilidade na capacidade estratégica dessas populações em buscar acordos e parcerias que assegurem os processos já conquistados.

De qualquer forma, indubitavelmente, a intervenção realizada pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, no que tange à área de piscicultura, mesmos estando em contínua produção, apenas em 50% das comunidades participantes foi de extrema importância, pois adicionaram valores simbólicos de protagonismo e deliberação comunitária e cooperação intracomunitária, além de garantir caminho promissor no que tange à capacitação técnica para a seguridade alimentar dessas famílias, abrindo, também, importante possibilidade de ganhos financeiros para tais comunidades.

“O que eu mais gostei mesmo foi essa coisa da piscicultura, porque há muito tempo nós queria uma coisa assim pra garantir o peixe de cada dia, porque mesmo vivendo de frente pro rio, tem épocas do ano que pode passar o dia inteiro lá que não pesca nada.” (Chagas, Guanabara I).

“Essa ideia dos tanques de piscicultura que a ISCOS trouxe pra nós foi muito boa, mesmo com essas dificuldades iniciais de construção dos tanque, assim que eles tiverem prontos, trabalhando direitinho nós podemos ganhar muito dinheiro com isso.” (Agenor, Guanabara I).



Imagem 31- Tanque de piscicultura construído em São João de Veneza  
 Fonte: o Autor, 2015.

*E) Agricultura Familiar*

Por fim, chegamos ao maior campo de intervenção do Projeto desencadeado pela ISCOS com as comunidades bosquesinas na região do Alto Solimões. Traçando objetivos referentes à constituição de áreas de plantio sob o **Sistema Agroflorestal**<sup>39</sup>, com vistas à diversificação produtiva, à construção do **Viveiro Intercomunitário de Mudanças**, de **Hortas Comunitárias** e do **Campo de Multiplicação de Sementes**, a **Formação Técnica** adequada para 75 adultos e 60 jovens e a **aquisição de ferramentas** de trabalho e **materiais de insumo**, a *Agricultura Familiar* mostra-se como área de intervenção central deste Projeto.

A seguir, quadro síntese dessas ações:

Quadro 21 – Abrangência e investimentos na área da agricultura familiar

Comunidades	N. de famílias	Intervenções Físicas	Intervenções Humanas e Sociais	Total aproximado investido
-------------	----------------	----------------------	--------------------------------	----------------------------

<sup>39</sup> De acordo com o site <http://www.ciflorestas.com.br>, sistemas agroflorestais são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em sequência temporal, que promovem benefícios econômicos e ecológicos. Os sistemas agroflorestais apresentam como principais vantagens, frente à agricultura convencional, a fácil recuperação da fertilidade dos solos, o fornecimento de adubos verdes, o controle de ervas daninhas, entre outras coisas.

São José, São João de Veneza, Porto Espiritual, Nova Aliança, Bom Pastor II, Santa Luzia, Cristo Rei, Guanabara I, II, III, Bom Intento II, Boa Vista, São Gabriel, Santa Maria, Pesqueira, Mato Grosso.	85	Ferramentas agrícolas: kit de olericultura, sementes;  Banco de Sementes;  Viveiro Intercomunitário ; Hortas escolares.	Formação PaP; Assistência Técnica; Capacitações temáticas; Intercâmbio com Bancos Populares de Paraíba; Micro planejamento.	Projeto: Mais de 1 milhão de reais em material e equipe técnica, alimentação, estadias e combustível. Comunidades: Insumos para plantação, organização para formações e mutirões de trabalho, mão de obra e material orgânico para as construções.
--	----	--	---	--

Como já referido anteriormente, o primeiro passo dessa intervenção deu-se pela realização do Programa Produtor a Produtor (PaP). Na primeira fase, agricultores de dez comunidades, com reuniões itinerantes de formação, compartilharam saberes e apropriaram-se de novos conhecimentos e técnicas para tornar suas plantações mais eficientes e diversificadas.

No primeiro momento, esse grupo recebeu formação dos próprios técnicos do Projeto, ao término, tornando-se Agentes Multiplicadores, reproduziram tais conhecimentos a nível intracomunitário entre seus pares.

“Esses cursos foram muito bons, aprendemos muita coisa, agora nem precisamos mais plantar com veneno, até aprendemos a usar adubo e veneno orgânico.” (Richarlison, Mato Grosso).

Depois disso mudou muito nosso jeito de plantar, antes nós colhia a macaxeira e depois a terra ficava lá parada o ano todo, agora não, plantando consorciado nesse Sistema Agroflorestal, tira a macaxeira, depois a banana, o abacaxi, e muitas outras coisas, tudo do mesmo lugar, a terra rende o ano todo. (Eduardo, Nova Aliança).

“Foi muito legal nós mesmo assumir às vezes de professor e voltar pra nossa comunidade ensinando o povo as coisas que nós aprendemos. Hoje o pessoal envolvido ta plantando mais e melhor, isso dá mais comida e mais dinheiro também.” (Juarez, São José).

## MATO GROSSO – ADUBAÇÃO ORGÂNICA E QUÍMICA



Imagem 32 – Curso de capacitação em adubação e diversificação produtiva  
Fonte: Projeto DSFAB, 2013.

## PORTO ESPIRITUAL – DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA



Imagem 33 – Curso de Multiplicadores – Programa Produtor a Produtor  
Fonte: Projeto DSFAB, 2013.

Em relação à agricultura familiar, o Programa PaP objetivou aumentar a qualidade e a diversidade do plantio adotando o Sistema de Plantio Agroflorestal (SAF) como modelo prioritário. Tal Sistema caracteriza-se por um plantio misto e intercalado de diversas espécies que são complementares, aumentando a rentabilidade da terra e da produção através de manejos ecológicos.



As mudas plantadas nos SAFs despontam de um Viveiro Intercomunitário de Mudanças, idealizado pelos próprios indígenas e ribeirinhos ao longo das formações, localizado na comunidade de Guanabara I, e encontra-se sob a responsabilidade de todas as 14 comunidades inicialmente envolvidas nesta ação.

O viveiro foi muito bom, porque antes tinha espécies que ninguém plantava, estavam aí soltas no mato e pra conseguir às vezes era meio difícil, agora não, agora tá tudo mais controlado por nós, se tu quer uma muda de alguma árvore vai lá em Guanabara e pega, depois é só repor.” (Ernesto, Porto Espiritual).

O Viveiro Intercomunitário trouxe maior controle e liberdade dos agricultores sobre seu plantio. Sobretudo, como fruto do intercâmbio entre as comunidades, já anteriormente iniciado pelo próprio Programa Produtor a Produtor, a construção do Viveiro representou, fisicamente, a consolidação dos esforços simbólicos em criar espaços sistemáticos de contato e trocas de saberes entre as comunidades da região. Sendo assim, uma estratégia efetiva para coesão intercomunitária, a cooperação, a autogestão e a troca de saberes.



Imagem 34 – Trabalho coletivo no Viveiro de Mudanças Intercomunitário  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

Contudo, após essa primeira experiência, devido ao distanciamento e ao custo de transporte, os comunitários avaliaram que, em um segundo momento, seria melhor a construção de Viveiros por comunidade:

Nessa hora foi bom porque nós precisamos fazer alguma coisa junto pra se conhecer, mas agora nós percebe que pra alguns tá difícil o acesso, é longe, então seria melhor fazer um por comunidade. Por família não funciona, porque é mais trabalho pra

pouca gente e acaba ficando abandonado, o melhor é por comunidade mesmo.”  
(Consenso do Grupo de Discussão sobre o Viveiro Comunitário em Guanabara I).

Visto que o Projeto já havia disponibilizado material básico para a construção do Viveiro Intercomunitário, de acordo com a Coordenação, não teria condições de realizar uma segunda leva de repasses de materiais para cada comunidade construir seu próprio Viveiro. Por tanto, foi necessário pensar junto com os comunitários, estratégias próprias para a aquisição e construção dos novos Viveiros, agora em caráter comunitário.

Além do difícil acesso para algumas pessoas que vivem mais distantes de Guanabara I, outro desafio, em relação ao Viveiro Intercomunitário, é o aprofundamento do protagonismo da população frente a esse espaço. Através dos relatos despontados nos grupos focais, parece-nos que ainda percebem esse espaço como de responsabilidade dos técnicos do Projeto, dependendo, assim, sempre de um incentivo externo para cuidá-lo. O Ajuri, cultura do trabalho conjunto, tradicionalmente conhecido como prática laboral cooperativa de comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões parece, nesse caso, ainda não ocorrer de forma espontânea.

Através das formações realizadas no PaP, impulsionados pela experiência do Viveiro de Mudas, não demorou para que os comunitários incorporassem diversas espécies de cítricos a seus Sistemas Agroflorestais, como laranja, tangerina e limão, dentre outras.

O que outrora era estratificado em uma produção basicamente bi diversificada, apoiada exclusivamente no cultivo da banana e da macaxeira, passou a constituir-se enquanto espaços produtivos multidiversificados (com gêneros cítricos, frutíferos germinativos e florestais), complementando as produções agrícolas e, segundo nossos entrevistados, melhorando a qualidade da alimentação das famílias:

Vixi, hoje tá tudo mudado. Se meu pai fosse vivo, pra ver como nós mudamos a forma de plantar, antes se jogava qualquer coisa em qualquer lugar e se esperava nascer, acho que é, por isso, que passávamos fome. Hoje não, hoje tá tudo pensado, um do lado do outro, o que combina com que, o que colhe antes e o que colhe depois, graças a esse projeto nós melhoramos muito a forma de plantar. (Consenso do Grupo de Discussão sobre os SAF's).

Olha ali ó: plantação de macaxeira que nós plantava, alguns meses colhia e depois tocava fogo pra limpar – isso ficava parado até o outro ano. Tá vendo? Agora tem macaxeira aqui, banana ali do lado, e o milho. Rapaz, agora eu vou usar essa terra quase durante todo esse ano todinho. (Ernesto, Porto Espiritual).

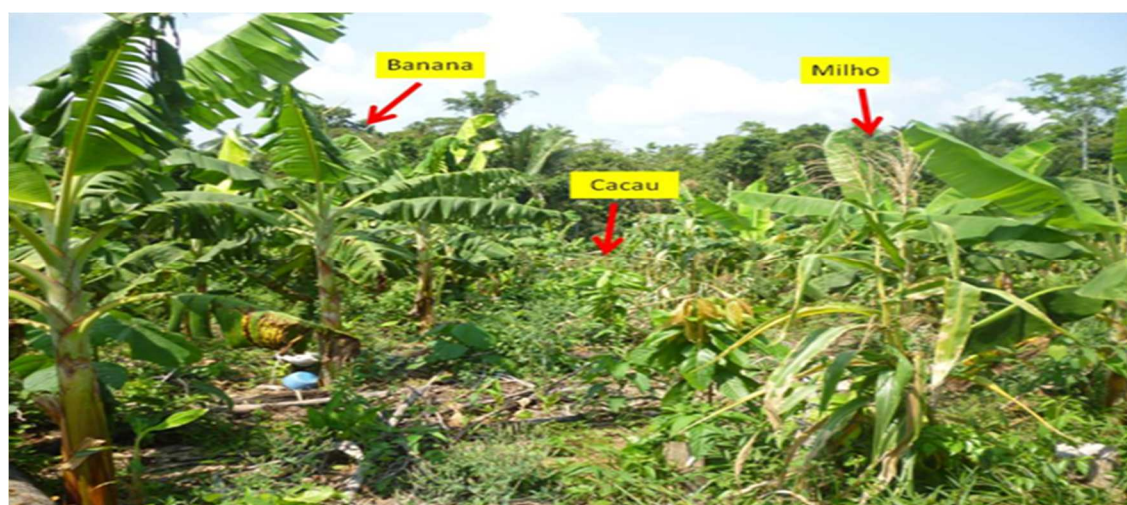


Imagem 35- Campos de diversificação produtiva com Sistemas Agroflorestais  
 Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

Um apontamento interessante entre as falas dos entrevistados é que existe uma compreensão sobre a necessária inovação das técnicas de plantio para trazer maior produtividade às plantações e, ao mesmo tempo, existe a necessidade de resgate dos aspectos antigos referentes à participação coletiva, respeito aos mais velhos e união nas comunidades.

Pode-se afirmar, em vista disso, que no Alto Solimões, a respeito do planejar intervenções, é necessário inovação das técnicas laborais e resgate/fortalecimento dos valores tradicionais.

Nesse caso, diferentemente do que geralmente aponta a literatura moderna sobre os modos produtivos, ou mesmo diferentemente do que quer nos fazer crer a própria Razão Indolente, tradição e inovação não são contraditórios e excludentes, mas sim elementos complementares no processo de pensar a integralidade das estratégias de viver e produzir dessas comunidades.

Perceptivelmente, a criação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), embasados na diversificação produtiva, causou uma profunda transformação nas formas de plantar desses



comunitários e, ao mesmo tempo, resgatou aspectos historicamente suprimidos sobre o protagonismo, a cooperação e a solidariedade.

Atualmente, são aproximadamente 70 hectares de SAFs, 43 em comunidades de terra firme, portanto, permanentes; e 13 em áreas de várzea, portanto, sazonais. Tais Sistemas envolvem 13 comunidades e 85 pessoas, manejando basicamente 08 espécies florestais, 3 cítricas, 6 espécies anuais, 4 semi-perenes e 10 perenes.

Motivados pela experiência coletiva do Viveiro Intercomunitário, pelos debates produzidos ao longo das formações e refletindo sobre a necessidade de diversificação produtiva, surge entre os Agentes Multiplicadores o interesse sobre espécies que, aos poucos, sumiram do cenário amazônico.

Consolidou-se, assim, entre indígenas e ribeirinhos, a proposta de resgatar as sementes de espécies tradicionais da região, aquelas utilizadas pelos pais e avós e que, com o tempo, deixaram de ser plantadas, como Milho Dente de Cavalo e o Feijão de Corda. Nasceram, então, as motivações para a criação de um Banco de Sementes Regionais.

Para incentivar tal ímpeto dos comunitários, o Projeto subsidiou uma viagem de intercâmbio, durante 10 dias, para seis comunitários conhecerem experiências de Bancos de Sementes no nordeste brasileiro, no estado da Paraíba. De acordo com os entrevistados, a experiência foi vital para ampliação da análise crítica sobre as formas de apoio ou omissão dos governos frente à agricultura. De acordo com os relatos, na Paraíba, encontraram um Governo fiel, parceiro dos Bancos de Sementes populares.

Essa experiência possibilitou aos indígenas e ribeirinhos do Amazonas o contato direto com histórias exitosas de resgate das sementes tradicionais e na gestão de bancos comunitários.



Imagem 36 – Intercambio de indígenas e ribeirinhos do Amazonas com gestores dos bancos de sementes da Paraíba  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

O significado dessa experiência nos relatos dos comunitários é algo complexo de descrever. Muito além de elementos concretos, existe um ganho e um crescimento pessoal que se reflete na transformação da postura desses em relação ao seu trabalho, seus governantes e, também, suas expectativas ao pensar o futuro do seu território. O resultado desse processo foi a criação do primeiro banco de sementes tradicionais do Alto Solimões, chamado pelos comunitários de **Banco Sementes da Paixão**.



Imagem 37- Etiqueta do Banco de Sementes do Alto Solimões  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

“Essa experiência foi muito boa, nós vimos lá que, se fizer de um jeito certo, a coisa vai pra frente e pode melhorar muito a nossa vida aqui. Nós voltamos com vontade de mudar muita coisa.” (Manuel, Guanabara II).

“Eles têm uma caminhada forte lá, eles buscaram sementes que estava perdida fazia muito tempo, mas lá o governo tá do lado, tá ativo, apoiando, comprando, dando crédito. Eu voltei me perguntando: e o nosso governo aqui? Pelo amor de Deus, não faz é nada.” (Eduardo, Nova Aliança).

Em contrapartida ao interesse, iniciativa e organização dos comunitários, o Projeto destinou certo recurso para a construção da sede do Banco, localizada na comunidade de Guanabara II, a serviço de todos os agricultores que desejam associar-se a ele. Atualmente, o Banco já efetivou seu processo de legalização sobre a forma de Associação.

## INAUGURAÇÃO DO BANCO



Imagem 38 – Inauguração da sede do banco de Sementes do Alto Solimões  
Fonte: Projeto Bem Viver.



Imagem 39 – Sementes Tradicionais resgatadas pelo Banco Sementes da Paixão  
Fonte: Projeto Bem Viver.

Os comunitários elegeram uma diretoria intercomunitária, com presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, e passaram a pensar no regimento interno e na gestão do banco e das sementes. Com o apoio dos técnicos do Projeto, chegaram entre outros acordos, aos seguintes regimentos:

1. Para acessar as sementes do Banco, o Agricultor deve ser sócio. Para ser sócio, deve contribuir com uma taxa de 1,00 (um) real por mês.
2. Após a colheita da safra referente, o agricultor deverá devolver ao Banco o dobro da quantidade retirada inicialmente.
3. As sementes não devem ser vendidas a não sócios.

4. A responsabilidade do cuidado com as sementes, seu armazenamento, assim como o registro e controle dos estoques, dos devedores e dos contribuintes fica ao dever da Diretoria, que será trocada ou reeleita por eleições dos associados a cada dois anos.
5. O Banco pode usar seu capital para incentivar processos de compras coletivas, subsidiar materiais de insumo, ferramentas ou mesmo auxílio emergencial para algum associado, desde que se respeite o limite mínimo de que deve ficar em caixa 20% do capital total. Nesses casos emergenciais, tal valor pode ser devolvido posteriormente pelo agricultor em espécie ou produtos, sem juros.
6. Nas compras coletivas de ferramentas e insumos, organizadas pelo Banco entre os associados, recolhe-se para a Associação um valor de 10% do custo da compra.

Para suprir as sementes do Banco, que não se restringe apenas às sementes tradicionais, mas também trabalha com a diversidade de espécies que são importantes para os agricultores da região, foram criados Campos de Multiplicação das Sementes. Assim como os Viveiros de Mudas subsidiam os SAFs, os Campos de Multiplicação de Sementes possuem o objetivo de subsidiar o estoque do Banco de Sementes.

O primeiro Campo foi realizado em 2012, em quatro comunidades, com um hectare e meio em cada uma, exclusivamente para plantação de milho Dente de Cavalo e Milho Aracajú. O primeiro representando uma semente nativa que havia se perdido e o segundo uma espécie trazida do intercâmbio na Paraíba e que se adaptou muito bem à região amazônica.

Evidentemente, a criação do Banco de Sementes da Paixão foi um ganho formidabilíssimo, de acordo com entrevistados, coroando o processo que se desencadeou ao longo dos anos anteriores. Ele representa o aumento da consciência crítica e da capacidade técnica dessas populações, gerando empoderamento comunitário em busca de melhores condições de vida.

O Banco de Sementes, além de resgatar espécies de sementes autóctones da região amazônica, possibilitou um salto exponencial nos aspectos referentes à saúde, quantidade produtiva e independência do agricultor, pois, antes de sua criação, os agricultores dependiam exclusivamente da compra das sementes no comércio de Benjamin, Tabatinga ou Letícia ou, como de costume, esperavam pelo repasse das sementes do governo, via Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM).

Os informantes relatam que as sementes distribuídas pelo Governo são geneticamente transformadas com pesticidas químicos, podendo ser plantadas apenas uma vez, gerando frutos de médio a pequeno porte e, quase todos os anos, chegam com atraso, após a data do plantio, comprometendo totalmente o trabalho do agricultor. Essa é uma realidade generalizada na região.

O Banco de Sementes Tradicionais, ou da Paixão, como escolheram chamá-lo os indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões, pela primeira vez na história da região possibilitou independência dos agricultores em relação ao IDAM e suas sementes, alterando uma relação de submissão assistencial e insegurança alimentar que perpetuava há décadas.

Além disso, com sementes não embutidas de pesticidas químicos, os agricultores podem fazer uso dos conhecimentos adquiridos ao longo das formações para o manejo natural de pragas e insetos, melhorando significativamente a qualidade do alimento consumido ou comercializado.

Por fim, informam os entrevistados que a Semente da Paixão rende de três a quatro vezes mais do que a semente distribuída pelo governo e, dessa forma, pode ser feito uso da terra e da semente por dois ou três anos consecutivos, triplicando a quantidade de produtos, a renda, a alimentação e, ainda, gerando subsídios para que o Banco siga funcionando.

Parece-nos um passo vital para o processo de desenvolvimento e Emancipação dessas comunidades, como podemos perceber nas falas a baixo:

“O Banco de Sementes foi uma conquista nossa, o que nós vimos na Paraíba nos motivou muito porque fazendo direitinho isso dá certo e é a segurança que amanhã ou depois não vai faltar comida pros nossos filhos.” (Eduardo, Nova Aliança).

“Isso do Banco foi muito bom pra nós porque agora ninguém mais precisa ficar esperando do Governo, que sempre chegava atrasado. Acho que isso que é independência. Além disso, a Semente Nativa rende muito mais do que a outra.” (Juarez, São José).

“O desafio agora é ‘nóis’ tocar isso pra frente, tá criado, tá construído, tem que o povo participar, acessar e devolver as sementes agora.” (Junior, Guanabara I).

Em 2014, após abrangente reunião de avaliação sobre o desenvolvimento nos primeiros anos do Banco de Sementes, agricultores constataram que a diminuta acessibilidade dos associados à semente do Banco referia-se à distância entre a sede e as demais localidades. Desse debate surgiram ideias alternativas de descentralização dos conhecimentos através da qual, com o apoio dos Agentes Multiplicadores, as famílias interessadas pudessem desenvolver a criação de Bancos de Sementes familiares, o que foi posto em ação ao longo de 2014 e 2015 por aproximadamente oito famílias.

Sobre isso, apesar da relevância dessas experiências intercomunitárias, como a criação de campos de multiplicação ou banco de sementes, deve-se ter em mente que a organização social primordial dentro do contexto do Alto Solimões é nuclear e familiar e esse fato dimensiona a efetividade das ações desenvolvidas.



Surge, assim, outro elemento para pensarmos as intervenções dentro desses territórios. Há pouco, tratamos do necessário equilíbrio entre inovação e tradição, agora refletimos sobre o também necessário equilíbrio entre as escalas familiares, comunitárias e intercomunitárias. Deve-se construir com os participantes a estratégia de quais ações terão maior efetividade em cada escala, assim como quais podem começar com determinados objetivos e escala e ao longo do processo transformarem os próprios intuítos mudando de níveis organizacionais.

O exemplo do Banco é claro em demonstrar que no primeiro momento uma estrutura intercomunitária era fundamental, pois se necessitava criar coesão, partilha de saberes e resgate de conhecimentos tradicionais comuns entre as comunidades. No segundo momento, alterando-se os objetivos para o maior acesso às sementes e influência direta na produção, tornou-se mais eficiente a transformação da escala intercomunitária para a escala familiar.



Imagem 40 - Banco de sementes familiar  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

Cabe frisar que o Banco de Sementes centralizado não é incompatível com o Banco de Sementes Familiar. Pelo contrário, é complementar, podendo as famílias continuar pagando a mensalidade do Banco e resgatando algumas espécies que não armazenam em casa ou desfrutando de outros benefícios que por ventura a estrutura coletiva possa ofertar.

Com o pagamento das mensalidades ao Banco de Sementes, deu-se a primeira experiência de Compras Coletivas, que foi a gênese do que, posteriormente, denominou-se Fundo Rotativo Solidário. Através do subsídio de 50% do Banco e os outros 50% dos próprios comunitários associados, foram adquiridas 16 roçadeiras, 70 carrinhos de mão e 24

quilos de Sementes. Essas ferramentas adquiridas pertencem ao Banco e podem ser acessadas por qualquer sócio de forma gratuita. Através desse sistema de compras coletivas, as ferramentas custaram 30% mais barato em comparação a uma compra individual. Até o momento, 50 agricultores já se beneficiaram dos processos coletivos de aquisição de insumos e ferramentas.

De acordo com os relatos, essa foi a primeira experiência de compras coletivas realizadas entre diferentes comunidades no Alto Solimões. De acordo com os relatos, tal experiência demonstrou as conveniências do trabalho e da compra associativa, além do grande potencial existente no Banco de Sementes em decair os custos das ferramentas e insumos da produção agrícola ao organizar as pessoas em torno de demandas comuns.

Além disso, a experiência abre precedente simbólico para práticas coletivas, que podem ser facilmente aplicadas em outras situações. Por fim, produzem na realidade dessas populações os mais básicos princípios da gestão comunitária e do desenvolvimento local: as vantagens da união.

Frente à descentralização do Banco de Sementes, comunitários perceberam a necessidade da criação de outra estrutura representativa que pudesse gerir todas as ações que seguiram multiplicando-se ao longo dos anos de intervenção. Nesse sentido, nasce a iniciativa em criar uma Associação que assumisse de maneira integral as ações já desenvolvidas por todo o Projeto no âmbito da agricultura familiar.

Ao final de 2014, é fundada a Associação de Produtores e Produtoras Rurais de Benjamin Constant (ASPRO-BC), com uma diretoria ativa de 10 integrantes, 42 associados, abrangendo 12 diferentes comunidades.



Imagem 41 – Rótulo da ASPRO- BC  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

No mesmo ano de sua fundação a ASPRO – BC assume a gerência do Banco de Sementes e das compras coletivas, absorvendo os produtos derivados dos Campos de Multiplicação das Sementes e dos Viveiros Comunitários.

O passo seguinte, instigado pela direção da Associação, com apoio dos técnicos do Projeto, foi a realização de reuniões entre os associados para o estudo da criação de um Fundo Rotativo Solidário, que objetiva gerar capital inicial para a aquisição de outros bens de produção e insumos, dando subsídio financeiro para as compras coletivas.

A proposta aprovada pelos associados refere-se à contribuição mensal de um valor específico por cada comunitário participante da ASPRO-BC, que serve de crédito para que agricultores possam comprar outras ferramentas e insumos. Para estar apto a acessar o Fundo Rotativo Solidário, o agricultor deve estar em dia com a mensalidade e a participação nas reuniões da Associação e deve seguir um estatuto que define o que pode e o que não pode ser comprado com os rendimentos do Fundo.

O Fundo Rotativo Solidário realizou três ações de compras conjuntas ao longo de 2015, gerando aos associados, em termos absolutos, o referente à soma das três ações de compra, economia que aproxima-se a 40% dos valores totais.

A compleição de um Fundo Rotativo concebe um passo à diante na institucionalização de espaços de gestão dos próprios trabalhadores. Espaços que podem gerar maior independência no acesso ao crédito para a compra dos insumos básicos da produção.

Dando continuidade às ações e debates que ocorriam no âmbito da gestão do Banco de Sementes a ASPRO-BC, propôs, e foi contemplada, junto ao Sistema Brasileiro de Empreendedorismo (SEBRAE), um projeto para a implementação da cadeia produtiva do Açaí entre aos anos de 2015 e 2018. Entre ações de capacitação e beneficiamento de produtos primários, tal projeto apoiará a criação de 20 pequenos viveiros familiares para produzirem mudas de açaí, mas também outras espécies que compõem os SAFs dessas famílias, sanando, assim, a inicial demanda de descentralização do viveiro intercomunitário através da criação de estruturas nucleares.

Outra atividade prevista e demandada no início das intervenções do Projeto refere-se ao beneficiamento dos produtos primários, agregando valor na hora da comercialização. Após uma sintética pesquisa no mercado local da tríplice fronteira, percebeu-se alta demanda de poupas de frutas para a confecção de sucos e vitaminas. Surge então a idealização de uma Fábrica de Polpa de Frutas, que apenas pode ser colocada em ação a partir do momento em



que os Sistemas Agroflorestais, assim como os viveiros e a própria associação conquistassem forma e volume.

Em julho de 2015, a Fábrica de Poupa de Frutas gerida pela ASBPRO-BC foi inaugurada na cidade de Benjamin Constant, com o objetivo de beneficiar a matéria prima abundante das plantações diversificadas para obter maior rentabilidade no ato de comercialização.



Imagem 42 – Capacitação de comunitários na fábrica de frutas  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

Em parceria com o SEBRAE, a Fábrica passou pelo processo de formalização e legalização, assim como as demais Associações Comunitárias de Agricultores representantes das comunidades envolvidas, para que pudessem fornecer matéria prima.

Como apontado no diagnóstico inicial, a maior parte desses grupos apresentava-se em atraso, de maneira irregular ou informal frente à legalidade de suas associações, por vezes, inviabilizando a participação em processos comerciais formais pela impossibilidade de emissão da nota fiscal.

É fundamental, ainda, citarmos que, por iniciativa própria da diretoria da ASPRO-BC, negociou-se e garantiu-se junto à Prefeitura a cedência, por concessão, do prédio ocupado pela Fábrica pelos próximos cinco anos (2015-2020), de início, desonerando a Associação de pagamento do aluguel sobre o prédio que sedia a Fábrica de Poupa de Frutas.

Isso demonstra importante protagonismo, autonomia e capacidade de negociação, através de determina incidência política. Ao nosso entender, isso é fruto do somatório acumulado de experiências de cooperação e autogestão ao longo destes anos, o que acabou por acumular, entre essas lideranças, consciência crítica e repertório prático significativo para que possam reivindicar seus direitos e demandas frente aos governantes.

Temos fortes evidências para afirmar que esse protagonismo e essa autonomia são descendentes diretos das práticas embasadas nos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão junto às comunidades ao longo do percurso de intervenções.

Olha, a prefeitura dá o mercado municipal pros atravessadores, ninguém mete mão com eles, então pelo menos nos de apoio pra não pagar aluguel na fábrica de fruta, é o justo pelo justo e nós também temos que saber e lutar pelos nossos direitos, não é porque somos lá da beira do rio que temos menos direito do que o pessoal que vive na cidade, se nós não plantar o que eles vão comer? (Liderança da Fábrica de Fruta).

Ao término da análise das ações atreladas à agricultura familiar, podemos apontar a criação de uma incipiente cadeia de produção, da seguinte maneira:



Imagem 43 – Cadeia Produtiva da Agricultura familiar  
Fonte: Autor, 2015.

Tratando-se tanto do Fundo Rotativo, quanto da Fábrica de Frutas, percebe-se a motivação dos comunitários, assim como o comprometimento estratégico do Projeto em constituir estruturas permanentes administradas pelos próprios trabalhadores. Contudo, existem alguns desafios já apontados na exposição desses resultados referentes à participação, ao protagonismo e à apropriação dos indígenas e ribeirinhos nos espaços já cunhados, que devem ser levados em consideração.

Parece-nos arriscado gerar uma sobrecarga de frentes de gestão como Fundo Rotativo Solidário, Fábrica de Frutas, Banco de Sementes, Tanques de Piscicultura, Associação, Viveiros Comunitários, entre outras, pois isso pode pesar sobre o, ainda, incipiente potencial organizativo dessas populações, ocasionando alto risco de que, após o término do Projeto, essas estruturas encontrem-se esvaziadas.

Apesar de compreender, através dos relatos, que tais estruturas foram sendo construídas a partir da demanda e articulação dos próprios participantes, não impostas pela equipe do Projeto, nos parece prudente que, antes de novas intervenções, se fortaleça ainda mais o protagonismo comunitário, deixando por um tempo a cargo, exclusivamente, dos grupos gestores locais as intervenções já constituídas.

A presença cotidiana dos técnicos do Projeto, algo fundamental ao longo dos primeiros anos de intervenção, parece que, neste momento avançado, onde estruturas e processos produtivos já foram constituídos, acomoda e inibe a apropriação de alguns comunitários frente a determinadas ações e espaços.

Um dos maiores desafios das políticas endógenas dentro do contexto amazônico é administrar o cronograma financeiro e de atividades dos projetos, com o ritmo e o tempo necessário para cada população assimilar e apropriar-se das benfeitorias conquistadas. Naturalmente estas velocidades são diferentes, mas o desrespeito ao tempo natural destas populações em evoluir, crescer e apropriar-se é quase sempre o responsável pelo não êxito destas intervenções. (Gaché 2011).

Evidencia-se, ao longo das intervenções que aliam populações tradicionais e entidades externas, a necessidade de uma profunda tradução a respeito das distintas temporalidades. De maneira geral, na observação das ações desenvolvidas pela ISCOS nessas intervenções, encontramos tal respeito e compreensão, contudo, obviamente, enquanto entidade internacional que trabalha com populações tradicionais, portanto, entidade de transescalas, encontra desafios constantes na temporalidade de suas ações locais e demandas externas de órgãos financiadores.

Esse é um dinâmico jogo no qual todas ONGs de apoio internacional encontram-se imbricadas. No caso na ISCOS, percebemos com clareza a busca por preservar a autonomia da equipe diretiva local para adequar-se ao máximo aos ritmos próprios do lugar, principalmente, através de ampla liberdade no manejo e alocação dos recursos. Contudo, parece-nos que faltou justamente, dentro das ações planejadas, a previsão de um tempo de gradual afastamento dos técnicos, provocando a saída de alguns comunitários de certa zona de conforto.

A saber, que, a nosso ver, o desrespeito às temporalidades é, em muito, fruto da afetação da Razão Metonímica, obcecada pela ideia de totalidade e ordem, expressa através de sua faceta proléptica, que, entre outras, tem como ambição a transformação capitalista do mundo e a subjugação dos demais valores frente aos valores monetários. Isso só pode ser combatido através de uma ecologia dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos,

das transescalas e das produtividades, como bem expresso na primeira parte desta Tese. (SANTOS, 2008).

Uma última demanda emergencial relatada pelos produtores refere-se à comercialização de seus produtos. Geralmente, não contam com um ponto de venda adequado, sendo incitados a vender toda a produção de uma única vez, diretamente ao atravessador, que revende ao consumidor por preços muito mais elevados do que o comprado do produtor.

Em 2015, o Projeto auxiliou a ASPRO-BC e demais lideranças em três frentes estratégicas, na tentativa de sanar tal problemática: Participação em Feiras de comercialização na região; Início das negociações junto à prefeitura e à Secretaria de Produção Rural municipal para a aquisição de um ponto fixo e adequado de venda dentro de Benjamin Constant; e o início do processo de documentação e cadastramento da ASPRO-BC para comercialização dos produtos advindos da fábrica de poupa de frutas para a merenda escolar municipal<sup>40</sup>.

Finalizando a exposição dos resultados sobre as intervenções na Agricultura Familiar, ao longo destes seis anos de Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, destacamos duas ações que, apesar de não terem obtido continuidade, também representam inovações importantes e trazem em si, a gênese de iniciativas inovadoras no contexto das populações bosquesinas do Alto Solimões.

A primeira refere-se à criação de **Hortas Escolares Comunitárias**. Uma ação pioneira, com objetivo de plantar espécies leguminosas, vegetais e temperos que pudessem servir de complemento à merenda escolar e, ao mesmo tempo, incentivar crianças e jovens no manejo da terra e à aderência aos saberes da agricultura local.

Essa intervenção, desenvolvida com coordenadoras pedagógicas de três comunidades escolares (Guanabara II, São José e Mato Grosso), surgiu da demanda dos próprios professores frente à irregularidade no fornecimento de merenda escolar da rede pública de ensino.

---

<sup>40</sup> Esse último apoiado na lei 11.947, de 2009, que reformula o Programa Nacional de Alimentação Escolar, indicando a possibilidade de até 30% dela poder ser adquirida através de grupos juridicamente formalizados do segmento da agricultura familiar.



Imagem 44- Horta Escolar

Fonte: Secretaria de Educação de Benjamin Constant, 2013.

Essa Horta Comunitária foi bem legal, melhorou a alimentação das crianças aqui na escola, só que veio as férias, mudou governo, mudou Secretaria de Educação e aí as coordenadoras pedagógicas que estavam na frente desse processo foram transferidas pra outras comunidades e acabou a horta. (Gleyson, Professor de Mato Grosso).

Percebe-se que a Horta Escolar Comunitária representou um passo importante no que tange à melhoria na qualidade e segurança alimentar dessas comunidades, principalmente das crianças. Contudo, sofreu influências negativas com as alternâncias políticas do município de Benjamin Constant, não tendo continuidade em suas ações.

Os gestores escolares, também participantes de um dos grupos focais realizados sobre agricultura familiar, frente a isso, sugeriram que esse processo seja retomado pelas lideranças comunitárias, atribuindo maior responsabilidade aos professores, merendeiras e grupos de pais e alunos na administração das hortas para que se tornem efetivamente Hortas Comunitárias Escolares. Contudo, passados quase três anos das primeiras experiências de criação de hortas escolares comunitárias, nada mais nesse aspecto foi retomado, em nenhuma comunidade, faltando, de fato, empenho, envolvimento e interesse por parte de lideranças comunitárias e educacionais, assim como de pais e professores.

A segunda ação, também impulsionada por lideranças educacionais das comunidades, foi a construção de **Microplanejamentos Participativos Comunitários** para debaterem em caráter coletivo os principais problemas, propostas de soluções, aportes e parcerias com demais instituições locais e possível aporte da própria comunidade no combate a essas mazelas.

Para isso, ao longo de quatro encontros desenvolvidos em cada uma das três comunidades participantes da ação, com grupos específicos de homens, mulheres e jovens, realizou-se o levantamento minucioso dos pontos fortes e fracos observados por cada um deles em sua comunidade, as estruturas existentes no território, sua organização jurídica atual, principais atividades econômicas e eventos culturais.

Tal documento produz importante diagnóstico sobre a comunidade traçando, inclusive, estratégias práticas para o combate aos desafios apresentados. Conclui, afirmando que as comunidades tiveram reflexões comuns circundantes à importância da auto-organização, mas apresentam também uma autocrítica severa sobre o fato de que, em muitos casos, os comunitários não manifestaram muita união, com a perda das práticas solidárias tradicionais ao longo do tempo.

O pessoal gostou bastante de fazer aquelas reuniões pra discutir os problemas e as soluções pra comunidade, mas acho que nada foi feito depois, ninguém correu atrás, mas foi a primeira vez que foi feito aqui na comunidade um discussão dessas, principalmente com os jovens e as mulheres. (Juarez, São José).

Temos em mente que ao longo destes anos de intervenções, dando voz e vez ao fluxo de demandas e proposições das próprias comunidades, as ações do Projeto foram reverberando-se e multiplicando-se ao ponto da própria entidade de apoio dar suporte e incentivo às novas ideias, mas, demandar cada vez mais protagonismo e comprometimento dos comunitários e das organizações comunitárias. Infelizmente, em alguns casos, como nos Microplanejamentos Comunitários ou as Hortas Escolares, lideranças, associações comunitárias ainda não encontram autonomia e protagonismo suficientemente necessário para tomarem a frente às ações, algumas, portanto, ficando em segundo plano.

Mesmo assim, devemos ponderar que, por si, a constituição de um espaço coletivo de encontro escuta e expressão de homens, mulheres e jovens sobre o território que vivem é uma experiência significativa e pioneira, instigando trocas de percepções e a autonomia na construção de estratégias de superação de suas dificuldades, possuindo, portanto, imensurável valor concreto e simbólico. Da mesma forma, a importância em deixar marcada na vivência profissional de professores e coordenadores pedagógicos a existência de alternativas frente a baixa qualidade e acessibilidade da merenda escolar, inclusive, produzindo processos educativos de vinculação das crianças com seus próprios alimentos.

Analisando os resultados obtidos através das entrevistas semiestruturadas e grupos focais, no tocante a agricultura familiar, não resta dúvida que a aplicação dos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade desencadeou empoderamento e protagonismo

comunitário que, por sua vez, produzindo diversificação produtiva, estruturas representativas permanentes, resgate de culturas tradicionais, capacitação e troca de saberes, impactou positivamente a Emancipação Social e o Bem Viver dessas populações.

De acordo com a equipe técnica do Projeto, temos, portanto, no tocante à Agricultura Familiar, a seguinte sistematicidade:

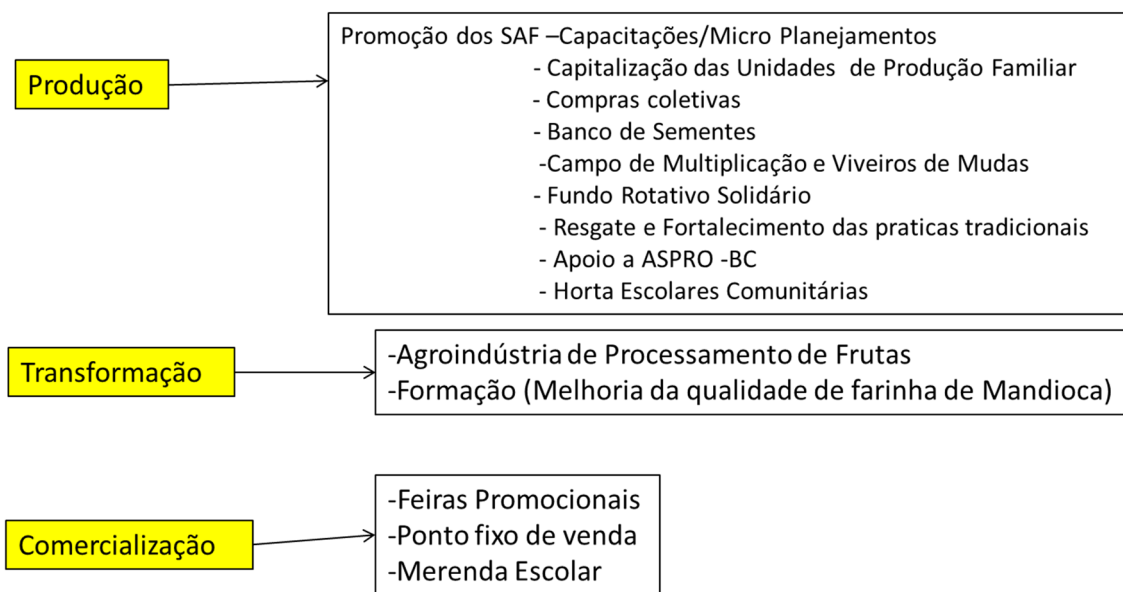


Imagem 45 – Sistematicidade das intervenções na Agricultura Familiar  
Fonte: Projeto Bem Viver, 2015.

### 6.2.3 Apontamentos parciais

Após a etapa de entrevistas, visitas, observações e grupos focais a respeito dos aspectos gerais e específicos do Projeto Desenvolvimento Sustentáveis da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, somos capazes de afirmar que as intervenções realizadas com tais comunidades indígenas e ribeirinhas foram inovadoras e efetivas, no sentido de gerar protagonismo comunitário, cooperação intercomunitária, organização popular e melhorias na qualidade alimentar, de renda e trabalho.

Após esta extensa análise de resultados, não há dúvidas que os conhecimentos adquiridos por esses agricultores e agricultoras representam o início de um processo de qualidade de vida e Emancipação Social que já estão operando no cotidiano dessas comunidades, inclusive, transformando as relações constituintes em seus territórios.

Chama atenção não apenas o volume de ações, mas o caráter inédito delas no Alto Solimões, pois as muitas metodologias, apoiadas nos princípios aqui em estudo, não



encontravam precedentes no histórico de intervenções do poder público ou demais entidades de apoio junto a estas comunidades.

Os desafios encontrados ao longo do percurso são eminentes aos próprios processos sociais e ao trabalho com as populações invisibilizadas pelas lógicas modernas, como a interferência de interesses político-partidários por parte de agentes públicos, que rompem com o ciclo de protagonismo comunitário; problemáticas ligadas às variáveis climáticas e naturais, que são imperativas, principalmente, no contexto amazônico; além de desafios da própria instituição de apoio em manter durante um período largo de intervenção a alta qualificação de sua equipe e equilibrar as demandas endógenas com as demandas de entidades exógenas financiadoras ou parceiras em âmbito internacional. Esses se traduzem nos típicos desafios de romper monoculturas, superar os estigmas que geram as ausências e promover uma profunda ecologia dos saberes.

Sobre o futuro, entre os desafios que se podem vislumbrar, quiçá, o mais difícil será o de gerar maior protagonismo dos trabalhadores frente aos espaços de gestão e produção já criados. Contudo, temos motivos para pensar que as sementes da cooperação, da solidariedade e da autogestão foram plantadas e continuarão germinando nos anos que se postergam. E aqui, claramente, há um convite para trabalhos científicos de investigação longitudinal.

Além disso, as experiências aqui relatadas trazem também indícios de que tais princípios possibilitaram a Molecularização de diversas ações, que, ao entrarem em contato com os territórios, sofreram apropriações e transformações pelos comunitários, nos colocando, por assim dizer, no rumo certo para a consolidação de nossa hipótese investigativa.

“Deus me olhe! Depois disso tudo nós somos outra pessoa, não é só na forma de plantar, de reunir, tô falando aqui de dentro, na forma de pensar e ver as coisas, mudou muito, parece que abriram nossos olhos.” (Aurélio Capacete).

Para concluirmos esta etapa de análise dos resultados específicos, retomamos o quadro de metas apresentado inicialmente pelo Projeto em 2010, referente ao marco inicial, e comparamos com as metas alcançadas ao término do sexto ano de intervenção, em janeiro de 2016:

Quadro 22 – Metas estipuladas e Metas alcançadas após cinco anos de intervenções do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil

METAS ESTIPULADAS	METAS ALCANÇADAS
<b>Saúde</b> • Instalar 17 sistemas com placas solares para potabilizar as águas;	<b>Saúde</b> • Instalação de 04 sistemas com placas solares para potabilizar as águas;



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formar técnicos para manutenção dos sistemas;</li> <li>• Formar 34 Agentes de Saúde;</li> <li>• Sensibilizaras escolas sobre a água potável.</li> </ul> <p><b><u>Meliponicultura</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 120 colônias de abelhas;</li> <li>• Construir 02 casas-depósitos do mel;</li> <li>• Adquirir Ferramenta de trabalho.</li> </ul> <p><b><u>Piscicultura</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 06 tanques para piscicultura;</li> <li>• Adquirir Kits de análise da água /Ferramenta de trabalho;</li> <li>• Adquirir alevinos e sua alimentação</li> </ul> <p><b><u>Agricultura familiar</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar dos plantios de banana e mandioca;</li> <li>• Adquirir de ferramenta de trabalho;</li> <li>• Adquirir de mudas.</li> </ul> <p><b><u>Artesanato</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 02 centros de artesanato;</li> <li>• Apoiar 02 comunidades;</li> <li>• Adquirir mudas para matéria prima;</li> <li>• Elaborar 01 Catálogo;</li> <li>• Adquirir de ferramentas de trabalho;</li> <li>• Promover e organizar um roteiro turístico com Letícia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 Técnico da Diocese;</li> <li>• Formação de 34 Agentes de Saúde;</li> <li>• Sensibilização das escolas sobre água potável;</li> <li>• Organização de 04 Comitês Comunitários para a Gestão da Água.</li> </ul> <p><b><u>Meliponicultura</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de 846 colônias de abelhas e 1 Meliponário Matriz;</li> <li>• Construção de 03 casas-depósitos do mel/Ferramenta de trabalho;</li> <li>• Formação de 20 Agentes de Promoção da Meliponicultura;</li> <li>• Apoio à APMEL;</li> <li>• Realização de campanha divulgação do mel em 10 escolas.</li> </ul> <p><b><u>Piscicultura</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 03 tanques para piscicultura;</li> <li>• Aquisição de Kit análise água/ Ferramentas de trabalho</li> <li>• Aquisição de alevinos e sua alimentação;</li> <li>• Capacitação em criação de peixes para 12 comunitários;</li> <li>• Organização de Grupos de Gestão Comunitários dos Tanques.</li> </ul> <p><b><u>Agricultura familiar</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de 60 SAFs, em 14 comunidades;</li> <li>• Criação de Fundo Rotativo e Compras Coletivas;</li> <li>• Construção de 03 Viveiros de Mudas;</li> <li>• Formação de 75 Agentes de Promoção Agrícolas formados pelo PaP;</li> <li>• Formação de 60 Jovens em Educação Ambiental;</li> <li>• Criação do Banco de Semente;</li> <li>• Implantação de Campos de Multiplicação de semente;</li> <li>• Criação de uma Fábrica de Frutas + Curso de formação;</li> <li>• Implantação de Hortas Escolares em Polos Escolares</li> <li>• Elaboração do Micro planejamento comunitário;</li> <li>• Formação e regularização da ASPRO-BC,</li> <li>• Realização de pesquisa sobre demanda do mercado local.</li> </ul> <p><b><u>Artesanato</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de 02 centros de artesanato;</li> <li>• Apoio a 03 comunidades;</li> <li>• Aquisição de mudas para matéria prima;</li> <li>• Elaboração de 01 Brochura e 01 Catálogo</li> <li>• Aquisição de ferramentas de trabalho;</li> <li>• Formação de 64 artesãs em biojoias;</li> <li>• Implantação do <i>Projeto Ser Mulher</i>.</li> </ul>
---	---

Fonte: Coordenação do Projeto, 2015.

A seguir, dando continuidade a exposição dos resultados coletados, passaremos a observância dos elementos compilados através das histórias de vida.

### 6.3 ANÁLISES DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Tendo em vista que as especificações metodológicas sobre o emprego da técnica História de Vida já foram detalhadas ao longo da Parte II, ao tratarmos da construção metodológica desta Tese, nos atemos aqui a breves ponderações e, de imediato, à devida apresentação dos resultados.

Para a realização de tal coleta, relembramos, foram selecionados quatro sujeitos que correspondem às diferenças de faixa etária e estrutura organizacional comunitária em que vivem. Sendo assim, entramos em contato direto e permanente com senhor Juarez (54 anos), da Comunidade de São José; senhor Ernesto (62 anos), da Comunidade de Porto Espiritual; Gabriel (20 anos), da Comunidade de São Gabriel; e Richarlison (26 anos), da Comunidade de Mato Grosso.

As dezenove horas de narrativas foram gravadas e, posteriormente, transcritas de maneira integral. Em uma segunda etapa, através de sistemáticas leituras flutuantes,<sup>41</sup> realizou-se o levantamento dos temas centrais que se ressaltavam ao longo das falas para, finalmente, a construção de categorias que alinhassem os elementos mais relevados pelos informantes com os objetivos da pesquisa.

É importante frisar também que, de acordo com as referências especializadas na técnica,<sup>42</sup> existem distintas formas de trabalhar analiticamente o conteúdo das histórias de vida. Pode-se, por exemplo, não inferir, tampouco buscar temas específicos, avaliando puramente os elementos mais salientes dos relatos, postura geralmente utilizada em trabalhos que relevam o sujeito em si e sua específica história de vida. Ou, como no nosso caso, filtrar das narrativas autobiográficas temas que circunvizinham elementos objetivos específicos da pesquisa, dando um direcionamento condicional à escolha de partes também específicas dessas falas.

O objetivo maior no emprego dessa técnica, além de aprofundar percepções anteriormente angariadas com as entrevistas e grupos focais, refere-se especificamente à

---

<sup>41</sup> Leitura Flutuante é a denominação utilizada para uma leitura geral sobre o material transcrito para, através desta, o pesquisador obter uma primeira percepção dos principais temas e categorias que podem emergir das falas dos informantes e assim, iniciar o processo de organização para análise dos resultados. (BAUER e GASKELL, 2003).

<sup>42</sup> SILVA e BARROS, 2007; COULON, 1995; GAULEJAC, 2005; CHAÚÍ, 1973; BAUER e GASKELL, 2003.

compreensão o que, para tais populações, pode ser conceituado enquanto cooperação, solidariedade, autogestão, Emancipação social e desenvolvimento, esse último sobre a perspectiva do Bem Viver.

Esse exercício está a serviço de uma tradução cultural dos princípios e objetivos conceitualizados na primeira parte desta Tese e, para tanto, busca produzir certa justiça intelectual ao não simplesmente implicar conceituações exógenas a tais populações, mas compreender o que para elas, de fato, representam e como se manifestam os princípios e objetivos adotados ao longo deste estudo.

Nesse sentido, os relatos daqueles que se dispuseram a contar sua história de vida estão organizados em quatro categorias, a saber: Cooperação, Solidariedade e Autogestão; O Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver; Desenvolvimento, Bem Viver/Bem Estar e visão de futuro; e Emancipação Social.

Ao término, a soma analítica entre as histórias de vida e os relatos coletados na etapa anterior nos permitirá perceber em que nível as intervenções do Projeto em estudo e os princípios por ele aplicados aproximam-se das auto conceituações bosquesinas a respeito dos elementos centrais que pretendemos analisar.

Então vejamos:

### **6.3.1 Cooperação, Solidariedade e Autogestão**

Nesta categoria agrupamos depoimentos que, mencionados dentro do percurso histórico de cada sujeito, faziam mansão às formas de trabalhar e viver em conjunto, buscando clarificar como se manifesta e como se distingue cooperação, solidariedade e autogestão no cotidiano bosquesino do Alto Solimões.

Na época também tinha muita amizade, muita camaradagem entre as pessoas, hoje mudou muito, eu queria que fosse sempre daquele jeito. Nós trabalhava com muita farinha, mandioca, banana e quando não tinha os outros davam. De fora não comprava quase nada e ninguém tinha isso de passar fome. Os vizinhos chamavam pras casa, davam comida, festejavam quase todos dias de santos. Era bem respeitoso, criança não entrava, não tinha bagunça. As famílias se juntavam todinhas, faziam promessa e era tudo união. (ERNESTO).

Eu acho que daquela época pra cá mudou muita coisa, mudou a técnica, a relação das pessoas também mudou, antes trabalhava na união, sem diferença um do outro, com vontade de se ajudar, voluntário. Hoje virou comunidade, cresceu, tem muita gente, muitos interesses, hoje a união é o dinheiro, sem dinheiro não vai. Eu ainda vou, se alguém me chama pra ajudar eu vou sem cobrar, não tenho aquela ganância, meu prazer é a saúde e a vontade de ajudar. Assim como vocês trouxeram esse projeto, uma oferta de ajuda pro nosso futuro, eu aprendi muito, e tô disponível

100% pra passar isto pros outros. Eu tenho isso pra mim, pros meus filhos e pra quem quiser ajuda. Sem cobrar nada. (ERNESTO).

“De fato, ano passado quando morreu um idoso aqui da comunidade de São Raimundo ele foi velado aqui na nossa igreja e foi só da o sinal, duas da manhã, que todas as famílias estavam aqui pra velar e ajudar no que precisavam. Ficaram até o final”. (JUAREZ).

O que era difícil mesmo na época era o transporte, tudo era a remo. Pra estudar tinha que esperar a época da seca, só estudava no verão. Professor não vinha, médico não vinha, mas tinha menos doença, menos praga na plantação. Hoje tem muita facilidade, na época não tinha forno de farinha, tinha que encontrar barato aqueles camburão, trazer pra casa, cortar e fazer o forno. Mas tinha união e a produção crescia porque tinha união. Quem terminava antes ia lá ajudar os outros. E tinha muita troca, trocava muita coisa entre as famílias e ajudava sem intenção, essa coisa do dinheiro pra qualquer coisa não tinha. Tinha ajuri, mutirão, avisava toda a comunidade e no outro dia ia todo mundo lá ajudar na terra do outro. (ERNESTO).

Por outro lado na época passada a relação com as pessoas era melhor, se ajudavam mais, se respeitavam, não trocava muito produto, mas trabalhava junto, estavam sempre juntas. Hoje continua um pouco, é cada um mais com sua família, mas se pedir eles ajudam, tem que dar alguma coisa, pelo menos comida. A comunidade ainda é unida, agora trocamos de presidente e foi tudo tranquilo, ninguém trabalha só, mas não é como antes. (RICHARDSON).

A minha mulher, quando veio pra cá terminou os estudos, fez a pós, hoje é professora do município, aqui na comunidade mesmo. Então estando à família bem e a comunidade bem, nós fica feliz. Como eu sempre falo em reunião: a comunidade toda é como se fosse uma família. Minha família não é só nós dois aqui em casa, todo mundo aqui é da mesma família. (JUAREZ).

Como percebemos, é manifesta a menção constante ao passado como época de maior solidariedade e cooperação entre as pessoas, o que, inclusive, garantia aumento da produção, abundância na alimentação, erradicação da fome e o repasse dos conhecimentos entre os comunitários. Como relatado nas falas acima, ao longo do tempo, esse processo se enfraqueceu pelo avanço dos princípios modernos entre as relações, enfraquecimento simbolizado, principalmente, pela preeminência do dinheiro dentro dos contextos interpessoais.

Nessa concepção, a solidariedade se expande também para aspectos não laborais, construindo um tecido social dinâmico de trocas e apoio, de presença e escuta, algo que se encontra intimamente vinculado à manutenção cotidiana da vida produtiva, social e cultural nesses locais.

Um destaque fundamental é que, diferentemente da cooperação, enquanto ação coordenada de trabalho para o bem comum ou auxílio de outros, com perspectivas futuras de

que outros possam também prestar algum auxílio necessário, a solidariedade, por sua vez, pode ocorrer de maneira aleatória, sem um fluxo organizativo evidente e, geralmente, desprovida de um interesse secundário senão a manutenção de uma relação afetiva.

Nessas realidades, muitas vezes, a cooperação exige um contrato formal, verbal ou não, para que os atores, sabendo em que cooperam, possam mobilizar-se dentro das linhas abalizadas entre interesses próprios e interesses comuns. A solidariedade, no entanto, se encontra sobre uma base tácita e culturalmente formalizada, que dispensa a estipulação e revisão de contratos a todo o momento. Por esse motivo que, muitas vezes, aos olhos de estranhos, a solidariedade pode ser interpretada como uma ação sem claro objetivo.

Nas comunidades estudadas, na maior parte das vezes, a cooperação dá-se em um nível comunitário, enquanto a solidariedade estabelece-se entre os vínculos de vizinhança e familiaridade.

Essas informações, somadas às conceituações realizadas na primeira parte desta Tese, reforçam os apontamentos que nos levam a apresentar a Cooperação, na ótica dessas comunidades, enquanto:

**Ação e estratégia de sobrevivência e reprodução cotidiana da vida comunitária; ato de agir de maneira organizada e em conjunto, incentivado por alguma liderança legitimada socialmente ou pelo grupo de pessoas beneficiárias; algo que possui como base o princípio da solidariedade, que era mais forte no passado e que se desgastou ao longo do tempo. Algo que está monetarizado, enfraquecido e deve ser resgatado. Denominado geralmente de *Ajuri*: ato de ajudar, cooperar, mutirão, colaborar em coletivo para o bem comum ou de um grupo específico.**

Contudo, o *Ajuri*, apesar de colocar-se sobre uma base organizativa de maneira liderada, como sugere o conceito de cooperação apresentado acima, na maior parte dos casos, não é intermediado pelo dinheiro e, por isso, restringe-se, geralmente, às ações no âmbito da comunidade e de contextos coletivos, como limpeza do espaço das comunidades ou organização de festas. Distingue-se de outras formas de cooperação, como no caso da cooperação para produzir ou comercializar, visto que, geralmente, essas práticas se encontram permeadas pela remuneração entre seus participantes. O *Ajuri*, portanto, é uma espécie de cooperação que ainda guarda a ideia de ação gratuita e coletiva por um bem realmente comum.

Existem, ainda, *Ajuris* de âmbito mais privado, como para construção de uma casa ou limpeza de terra, plantio e/ou colheita. Geralmente, são famílias pouco numerosas, nas quais

os filhos já não participam mais das atividades agrícolas dos pais e com baixa capacidade monetária para o pagamento de diárias aos trabalhadores, que acabam por recorrer ao Ajuri. Nesse caso, a família que evoca o Ajuri para sua benfeitoria é responsável pela organização do trabalho, a bebida e a comida para os convidados no dia da atividade.

Sendo de caráter mais vertical ou mais horizontal, a cooperação solicita fluxos demarcados e pré-estipulados sob a responsabilidade de uma liderança, acordos e contratos claros, geralmente, garantindo o interesse de todos os envolvidos. Diferentemente da Solidariedade definida por nós a partir destas falas como:

**Ato de apoio e ajuda não intencional, que pode ou não caracterizar-se como cooperação; um sentimento de cumplicidade atrelado pela percepção de pertinência a um mesmo território e/ou universo cultural e familiar; ação declarada como descompromissada da intencionalidade secundária de solicitar ou desejar algo em troca; não necessariamente exige articulação de um líder ou respeita uma hierarquia instituída, horizontalmente, se estabelece sobre a base do afeto e do vínculo; possui caráter pontual e raramente uma base relacional intermediada pela monetarização.**

A solidariedade nessas comunidades indígenas e ribeirinhas toma como base as relações de afeto e vizinhança, portanto, na maioria das vezes, não se estendem para o todo da comunidade, mas delimitam-se a espaços geográficos ou simbólicos aproximados. Isto é, solidariza-se com o parente ou com o vizinho que comparte a proximidade da casa ou do afeto.

A solidariedade também não necessita do incentivo organizacional da liderança, surgindo com maior espontaneidade. Se liderada de maneira organizada e sistêmica com foco objetivo, pode vir a tornar-se cooperação, caso contrário, assume o caráter denominado pelos informantes de *apoio* ou *ajuda*.

Sendo assim, diferentemente da cooperação onde o foco parece estar na indagação *em que e para que cooperar?* isto é, *foco naquilo que se faz*, na solidariedade, por sua vez, parece que o foco está na interrogativa *para quem se faz aquilo?* ou *com quem se solidarizar-se?*

Em vista desses conceitos de cooperação e solidariedade podemos pensar, portanto, que a prática corriqueira do Ajuri pode ser, para algumas pessoas, cooperação e, para outras pessoas, solidariedade, dependendo de quem ajuda e de quem é ajudado.

Pois, trabalhar na terra do outro, quando a pessoa é convocada a trabalhar via figura da liderança, porém, não possuindo estreito vínculo com o dono da terra, pode ser um ato de cooperação. Por outro lado, na mesma circunstância, até mesmo sendo igualmente convocado

pela liderança, mas a trabalhar na terra de alguém da qual a pessoa possui afeição, pode ser expressão de solidariedade.

Sendo assim, dentro dessas concepções, a distinção fundante entre cooperação e solidariedade, para essas comunidades, estaria posto, ao nosso entender, sobre o vínculo e, conseqüentemente, sobre a intencionalidade de vivenciá-lo.

Isso não elimina a possibilidade de cooperar com quem se tem forte vínculo, ou mesmo, solidarizar-se com quem não se conhece. Evidentemente, os conceitos aqui trabalhados não almejam serem excludentes de outras possíveis formas de manifestações desses fenômenos, porém, o que ressaltamos aqui são as formas evidentemente realçadas e relatadas por nossos informantes. Esses casos distintos de cooperar com um familiar ou solidarizar-se com um estranho nos parecem muito mais embasados em tratados específicos ou em capacidades altruístas singulares, que fogem às especificidades das práticas comunitárias bosquesinas que desejamos demonstrar neste exercício.

Temos ainda, sobre Autogestão:

Ah, isso que tu chama assim nós chamamos de Reunião ou até de Assembleia às vezes. Tem reunião e Assembleia da Associação, da Igreja, da Escola, da Comunidade, é num espaço assim como na associação ou no centro comunitário, ou até em baixo de uma árvore se tiver muito quente! Todo mundo que te interessado naquele assunto participa, pode falar dar sua opinião. (RICHARDSON).

Os espaços de autogestão que temos são as assembleias ou reuniões, são espaços de trocas de conhecimento e informação, mas é um espaço de decisão também. É aí que as pessoas percebem que quem tem que mandar nas coisas é o povo mesmo, não o líder, o cacique ou o presidente. Eu sou presidente aqui, mas eu não posso fazer o que eu quero, eu faço o que todos escolhem nas reuniões, mesmo até se for contra minha vontade. (JUAREZ).

Isso é uma coisa que eu me lembro de que existe desde o tempo dos mais velhos, funciona assim ó: alguma liderança chama, pode ser o cacique, o presidente da associação, a coordenação da escola ou até o agente de saúde... chama toda a gente pra naquele dia e hora estarem lá... ele organiza os assuntos e ele vai levar a reunião, escutando e dando a palavra pros outros, tem que ter alguém pra organizar, se não vira uma bagunça. Depois que ouviram todos queriam falar sobre aquilo escrevem duas ou três propostas no quadro e fazem a votação levantando a mão. A maioria sempre vence. (ERNESTO).

Isso é que nós mesmos podemos se organizar, não precisa de ninguém de fora vir e dizer o que temos que fazer, nós mesmo sentamos, conversamos, votamos e decidimos. A liderança chama e nós discutimos. Outro dia tinha um problema de bebida aqui, então nos reunimos e decidimos que íamos conversar e dar mais uma chance pra família, mas também combinamos que era a última, caso não mudasse nós iria se reunir pra votar o afastamento da comunidade. Adiantou, tão mais tranquilos agora." (Gabriel).

Guiados por nossas observações e vivências junto às comunidades, embasados, primeiramente, pelas conceituações desenvolvidas no início deste estudo e, posteriormente, pelas entrevistas e grupos focais, agora corroborados pelas declarações extraídas das histórias de vida, podemos indicar que Autogestão, na percepção dessas comunidades, aproxima-se da ideia de:

**Lugar coletivo e aberto de conversa, debate e decisão dos principais temas que afetam a vida de todos que moram naquele espaço; onde todos podem falar e ser escutados, cada um na sua vez; espaço onde a maioria, geralmente, delibera; articulado pela liderança legitimada, que intima seu acontecimento, organiza seu fluxo e executa as ações deliberadas.**

Percebe-se que, nos casos estudados, aquilo que denominamos de autogestão aufere contornos bem específicos: o consenso, comumente, encontra-se em segundo plano enquanto estratégia deliberativa, tomando frente os processos de votação e de maioria.

Distintas de algumas tendências teóricas, nesses casos, a autogestão é coordenada e executada por uma figura específica, assumindo a liderança e o papel central nesse processo. Mesmo assim, como ideário, mantém-se a concepção de um espaço aberto e democrático.

Observando os relatos anteriores, esses espaços materializam-se, geralmente, em lugares coletivos da comunidade, como a escola, a sede da associação ou a igreja, e seu sucesso ou fracasso depende muito da forma como a autoridade legitimada compreende e gere o processo. Além disso, na maior parte das comunidades, apresenta uma sistematicidade mensal e, geralmente, conta com a presença efetiva de adultos, homens e mulheres.

Curioso é perceber que tal ideia de autogestão induz os comunitários a mencionar sempre um espaço formal de deliberação como a reunião ou assembleia, raramente referindo a dimensão laboral cotidiana da autogestão, como organizar tarefas em que todos saibam o que deve ser feito e qual seu papel no âmbito comunitário. Quando tentamos clarificar esses elementos, os comunitários firmaram a ideia de que autogestão é a reunião, é a assembleia, esse outro elemento “é o que já falamos, isso aí já é cooperar e ajudar os outros ou a própria comunidade.” (Gabriel).



### 6.3.2 Desenvolvimento, Bem Viver e visão de futuro

Conceituado o que, para tais populações, pode ser definido enquanto cooperação, solidariedade e autogestão - princípios que sustentam nossas hipóteses a respeito da construção de intervenções mais efetivas nos territórios de ausência-, buscamos, nesta categoria, compreender o que, nos relatos de vida, pode ser abstraído enquanto conceito autodeclarado de Desenvolvimento.

Esse elemento é de fundamental importância, visto que, como explicitamos ao longo das páginas até aqui escritas, muitas das incoerências percebidas nos projetos de intervenções com populações bosquesinas referem-se a uma visão exógena sobre o desenvolvimento, forçando tais populações a adaptarem-se a uma tendência hegemônica voltada para uma cultura de massa e uma racionalidade de incondicional valoração dos aspectos monetários e comerciais.

“Eu me lembro naquela época que o que era bom era a fartura, tinha muito peixe, hoje é diferente, as pessoas da época comiam muita carne de caça, peixe forte, hoje come peixinho que ninguém nem falava.” (ERNESTO).

No pescado tem vários motivos pras mudanças: o número de pessoas da região aumentou muito, o Marco, que hoje é Tabatinga, era um punhadinho de casa. Ali onde é a Caixa tinha uma enorme de uma árvore, ninguém conseguia tirar ela dali, diziam que aparecia até visagem ali à noite, a natureza não gosta quando se derruba essas coisas grande. Foi o exército que mandou abrir aquilo. Foram eles que abriam a Avenida. Outro motivo foi a exportação. Hoje, leva 10 tonelada de peixe pra Leticia, eles ficam com tudinho, o preço do Peixe caiu. Na época, não tinha esse mercado todo. Ultimo motivo é que o povo deixou de pescar nos igarapés, só pesca no rio agora. Fruta e carne do mato não existe mais, paca, tatu, não aparece mais, capivara, até porque de mais de ter aumentado as pessoas, como todo ano agora alaga, os animais vão buscar outros cantos mais seguros pra viver, buscam outro abrigo. (JUAREZ).

De alimento era muita fartura, daquele tempo, Tambaqui que hoje é ouro era como mato, tinha toda hora. Meu pai depois que trabalhou na agricultura foi pescador, eu ia com ele, nós pescava de malhão, rede grande mesmo, 15X20, pegava toda piracema de pirarucu. Era muito peixe que tinha, na época.” (ERNESTO).

O desenvolvimento vem, mas o problema vem também. Hoje, nós viemos da cidade trazendo um monte de poluidor do nosso planeta, isso não existia. As coisas boas é que por exemplo, a escola, aqui só tinha até a quarta série, agora tem ensino médio, mesmo assim educação diminuiu no termo de um respeitar o outro. As crianças já não pedem a benção, não obedecem os mais velhos. (GABRIEL).

No contrário, uma coisa que melhorou de lá pra cá foi a estrutura né? Favoreceu 100% a comunidade cresceu, nossa relação com os governos e os Presidentes de antigamente era uma escravidão, hoje, com esses governos de ultimamente favoreceu a saúde, a educação – todos meus filhos estudam desde sempre. Mudou

por causa da administração, da regularização das terras, do apoio técnico – ninguém sabia mexer com o produto, trabalhar na terra, ia fazendo assim como achava que era. Pra mim, a técnica melhorou muito. Hoje, a comunidade tem mais de 500 pessoas, hoje tem muito mais conhecimento sobre as coisas. A direção que é o Cacique, monta sua diretoria e faz reunião pra explicar as coisas pras pessoas, ajuda a ter entendimento e melhoramento pra comunidade na educação, na saúde, no técnico. Hoje, tem enfermeira, 4 escolas, uma igreja, potabilização de água, mas a produção diminuiu porque cada um faz o seu, a maior parte, então, só consegue chegar até o de comer, pra vender muito pouco.” (ERNESTO).

Então, viver bem pra mim é estar todo mundo em paz, ter o suficiente para comer e ajudar o próximo. Isso é suficiente pra dizer que vivo bem. Afinal, aqui é muito bom, essa terra nos dá muita coisa. Hoje, chega uma praga, mas, no final, ela serve pra alguma coisa, aqui tamo o tempo inteiro ganhando e perdendo, então, tendo paz e saúde pra seguir é o que importa.” (RICHARDSON).

O futuro da comunidade, eu vejo pra frente, alerta, as pessoas chegam aqui e são bem atendidas e eu vejo cada vez mais a possibilidade de eu trabalhar pela nossa comunidade. Assim, acho que desenvolvimento é ir melhorando aquilo que falta, devagar. Viver bem é isso também, pode ter comida, trabalhar mais, unir, poder mandar as crianças pra escola e ter um dinheiro pra comprar alguma coisa quando precisa. Mas temos que pensar no clima da comunidade, que as pessoas que chegam se sintam bem e os que moram aqui se tratem bem. (GABRIEL).

O desenvolvimento vai chegando, é por um lado melhorar a estrutura; hoje, tem escola, potabilização. Luz para todos, no futuro, estamos querendo melhorar as casas da pessoa, aumentar a renda e diminuir a precisão dos benefícios do Governo. Trocar isso pelo benefício do nosso próprio trabalho. (JUAREZ).

“Assim é que penso que é viver bem sabe? As pessoas terem tudo que precisam aqui na comunidade mesmo, não precisar sair, mandar ou filhos fora, ou achar que na cidade as coisas são melhores, porque não são.” (RICHARDSON).

Pensando no futuro, espero que a comunidade tenha mais educação, fortalecer a união e produzir mais, isso eu não sei como fazer, porque, hoje, tá cada vez mais por si cada um, é junto que nós vamo deixar pros filho mais coisa. Os pais tem que incentivar os filhos na educação, assim como no produto, se não ensinar desde cedo pra eles, como que vai ser depois, eles não vão saber fazer ou vão até querer parar de fazer isso. (ERNESTO).

Então, essas coisas que hoje tem dinheiro pioraram, mas tem outras coisas que melhorou. Na saúde ninguém vinha aqui, hoje, tem agente de saúde comunitário, mais médico e visitas de especialistas. Não tinha motor, hoje, todo mundo tem. Ninguém recebia benefício do Governo, hoje, já tem uma segurança. Algumas pessoas falam que os que recebem tão deixando de trabalhar por causa do benefício, eu não vejo isso, acho que tamo trabalhando melhor, mais humano, não precisa se coloca naquele sol do meio dia lá no meio da roça, por exemplo. A produção pode ter caído, antes tinha que plantar pra comer e vender, hoje é menos pra vender. Educação melhorou muito também, hoje, Mato Grosso é um Polo que abriga 7 comunidades e nossas crianças e adolescente não precisam sair pra estudar. (RICHARDSON).

Podemos apreender dessas narrativas duas nuances do processo de desenvolvimento: O desenvolvimento global, oriundo de determinada modernidade, que é apresentado com a chegada voraz do mercado interessado em comercializar os produtos primários da região; as mudanças de práticas no plantio e na pesca; a poluição, que deriva da cidade e destina-se ao ambiente comunitário; a intermediação do dinheiro nas dinâmicas interpessoais e a conseqüente desunião e enfraquecimento da coesão comunitária oriunda desses elementos.

Por outro lado, o desenvolvimento comunitário, oriundo, em certa medida, também da influência global, que trouxe a essas populações o acesso à saúde, educação, benefícios sociais e demais bens básicos que, principalmente, evitam o êxodo de crianças e jovens aos centros urbanos da região.

Sendo assim, parece não existir um olhar crítico ao fato de que a saúde e a educação, exógenas, oriundas de outros modelos societários e impostas nessas terras, venham a sufocar e extinguir práticas tradicionais de ensinar e curar. Ao longo de todas as narrativas, as estruturas formais de ensino e saúde aparecem enquanto uma necessidade básica desejável e um direito a ser conquistado.

A apropriada concepção de desenvolvimento, para esses comunitários, apenas fica clara quando introduzimos a discussão sobre o que seria viver bem no repertório vivido dessas pessoas. Nesse contexto que aparece nas falas, que impetram uma necessária harmonia entre as práticas laborais e a natureza, uma busca pelo acréscimo da qualidade e da quantidade do alimento que garanta, inclusive, a solidariedade com o próximo. A preocupação com a paz, com a solidariedade intracomunitária, com o acolhimento aos que chegam de fora e a boa vida das próximas gerações mostra-se o cerne dessa ideia.

A ideia de desenvolvimento, sendo assim, está atrelada explicitamente à concepção de elementos exógenos, positivos ou negativos, enquanto que a ideia de viver bem é aquela que resgata elementos da tradição e equilibra-os com as inovações que se percebem necessárias, gerando certo grau de autonomia e independência frente aos agentes externos.

Nesse sentido, compartilhamos os apontamentos de Acosta, ao afirmar que:

Considerar un concepto de bienestar de los pueblos indígenas en la Amazonia, necesariamente demanda contar con una perspectiva multidimensional que posibilite explicar y caracterizar los modos de vida tradicionales y su relación con el ecosistema. Ese propósito exige una aproximación temática que dé muy buena cuenta de los siguientes derroteros: una dimensión territorial dada la existencia de los resguardos indígenas como una figura legal de orden colectivo; una dimensión étnica con énfasis en las respectivas particularidades socioeconómicas, socioculturales sociopolíticas; una dimensión sobre la sostenibilidad de sus activos, ambientales, sociales, culturales, económicos, políticos; una dimensión de las particularidades de su actual vinculación a la sociedad occidental y a la economía

del mercado; y una dimensión de los impactos generados en dichas sociedades y sus consecuencias. (ACOSTA, 2013, p. 119)

Dessa forma, à luz das discussões teóricas realizadas na sessão sobre o aprofundamento de objetivos maiores, agora elucidadas pelas falas de nossos informantes, pode-se definir a concepção de Bem Viver ou Bem Estar enquanto aquilo que mais se aproxima da ideia conceitual de desenvolvimento local para comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões. Algo posto sobre uma base multidimensional, composta de maneira dinâmica pela natureza e pela pluriatividade laboral.

A ideia Bem Viver ou Bem Estar aproximar-se-ia, de maneira geral, da **possibilidade de retirar da natureza só e exclusivamente aquilo necessário para a abundância da sua vida e a dos próximos, empregando métodos que garantam esta abundância às futuras gerações e aos próprios fenômenos naturais. Significa também o equilíbrio entre o tradicional e o inovador de maneira harmônica, construindo um ambiente de paz, respeito e união no contexto comunitário. Vinculado, portanto, com a ideia de sustentabilidade, autonomia e soberania de si, sua cultura e sociedade, assim como de harmonia com a natureza.**

### 6.3.3 Emancipação Social

Outro objetivo que buscamos averiguar capaz de ser construída pelas intervenções pautadas nos princípios da cooperação, solidariedade e autogestão é a Emancipação Social. Tal conceito foi amplamente debatido na primeira parte desta Tese, ofertando material teórico suficiente para que, agora, possamos compreender a própria conceituação de tais comunitários a respeito do que se trata.

Vejamos os relatos abstraídos das histórias de vida a esse respeito.

Tudo isso nós consome, mas também vende em BC, mas eu faço diferente dos outros, eu vendo direto pro consumidor, porque o atravessador leva 35% nas nossas costas. Aqui comigo trabalha os filhos e a mulher. Temos uns franguinhos aí e dois porcos. Sou bem abastado hoje. Tinha muita fatura de peixe porque não tinha mercado, na plantação tinha muita fartura porque só plantava pra comer, ninguém tinha ajuda nenhuma do governo, hoje tem ajuda do Bolsa Família, na época, não tinha direito nem de reclamar de um governo que não trazia um lápis ou um caderno pras criança, hoje pelo menos o pessoal tem noção dos direitos e das obrigações que eles tem que ter. (GABRIEL).

Por isto que eu falo, a evolução é boa, mas também traz problema. Hoje, o conselho tutelar é importante, mas querem cobrar da gente que as crianças não vão mais pra roça, que é trabalho infantil. Não entendem nada da nossa realidade e cultura, e nem oferecem uma escola de tempo integral também, então onde vão ficar as crianças? Nós debatíamos isso numa reunião em Tabatinga na última quarta-feira. Por outro lado, a comunidade mudou muito, é verdade, nós somos mais desenvolvidos, tu é sabedor desse projeto por exemplo, quando naquela época nós ia pensar em ter água tratada aqui em cima na comunidade, nunca! Nós bebia era do rio, lá de dentro tinha que vir com as cumbuca na cabeça todo dia, dava pra mãe e ela coava com um pano depois que baixava a poeira e nós tomava. Mas não tinha essa poluição, os barco não tinham motor... saco plástico não existia, comprava o açúcar, arroz, tudo em saco de papel.” (JUAREZ).

“A relação com o governo melhorou também, as comunidades das ilhas foram crescendo, algumas coisas foram mostrando mais nós pra fora, como esse projeto. Nós fomos ficando mais conhecidos pelos outros.” (GABRIEL).

Sobre a relação com as instituições públicas aqui da região, isso muda de governo pra governo. Hoje, por exemplo, os planos do IDAM não contemplam nem os assentamentos como é aqui ou as áreas indígenas. Ano passado, o PRODERAM apoiava aqui, esse ano já não. Isso vem de Brasília, onde eles nem conhecem nada aqui. Olha, as casas que o INCRA colocou no outro ano, casa de alvenaria em lugar que alaga, na primeira cheia, rachou todo cimento. Sempre eles vêm com coisas prontas de cima pra baixo. Não ouve o agricultor. (JUAREZ).

A prefeita, o candidato dela, no primeiro turno, não teve voto aqui, então, ela me chamou querendo saber porque, eu fui lá, disse que não sabia, sabendo, mas depois falei que não votaram por causa da não-presença deles na comunidade, ela perguntou se os outros tinham vindo e eu disse que sim que passaram duas equipes lá. No outro dia, ela veio. Aí abriu um diálogo, um caminho, disse que partir de janeiro ia visitar as comunidades da ilha pra levantar as prioridades de cada comunidade. E se eu precisasse de alguma coisa era pra procurar ela. Mas aqui, pois, temos outro princípio, um pouco diferente de outras comunidades, nós cobramos o que é dever deles nos dar, mas não vamos lá ficar pedindo pra eles tudo. Olha, nosso centro comunitário, tinha que ser reformado, já está nos ajustando nas contribuições das famílias pra arrumar, sem ajuda de ninguém. Ele foi montado por nossa conta. Eles sempre que dão uma coisa, pedem outra em troca. Nós não gostamos disso, eles tem obrigação que tem que cumprir e nós cuidamos do resto. (JUAREZ).

Tem uma coisa que é a independência né? Não é bom ficar toda hora dependendo do governo. Esse negócio da semente, isso é a base pra nós viver, ficava tudo esperando deles, às vezes, não vinha e, às vezes, vinha tão tarde que não dava mais tempo de plantar. Hoje, com o banco de semente ninguém precisa mais ficar pedindo. De igual foi quando começaram a aumentar o que plantavam, só banana e mandioca como era antes ficava muito dependente de comprar coisas de fora agora com essa diversidade de coisa que nós aprendemos a plantar justas, tem comida o ano todo. A pessoa fica mais livre né? (ERNESTO).

Como intuímos, a concepção trazida pelos informantes sobre Emancipação Social encontra vinculação capital com as ideias de autonomia e independência. Isso surge na comercialização, eliminando a figura do atravessador; nos insumos, garantindo acesso à semente através do Banco Sementes da Paixão; e na produção, com a diversificação do

processo produtivo. De fundo, um desejo inerente em romper com um círculo assistencialista e dependente que se cristalizou entre governos e essas populações ao longo do histórico de intervenções no território amazônico.

Mas, Emancipação Social também refere-se, nessas falas, a um aumento de consciência sobre seus direitos e, com isso, a busca por articulações que garantam maior visibilidade e voz às demandas dos indígenas e ribeirinhos. Garante, portanto, diferenciada relação com os governantes e renovada articulação interna entre comunidades.

Esse fato acende, inclusive, maior empoderamento desses comunitários, ao ponto de sentirem-se suficientemente fortes e autônomos para questionar e adaptar diretrizes e orientações exógenas quando elas se referem às suas práticas cotidianas.

Exemplo disso é o caso apontado sobre o Conselho Tutelar e sua visão aculturada de trabalho infantil. Tal perspectiva não se adapta à realidade dessas comunidades, que, por sua vez, possuem específica dinâmica de envolvimento das crianças ao universo laboral dos pais enquanto forma gradativa de incorporação aos conhecimentos necessários para que, futuramente, possam fazer parte do universo dos adultos. Portanto, conhecimentos culturais e laborais basilares para o bom desenvolvimento da criança e da comunidade e não trabalho infantil, como querem levar a crer os conselheiros.

Embasado nesses relatos, em observações, entrevistas e grupos focais, podemos dizer que para tais comunidades:

**Emancipação Social define-se enquanto conjunto de ideias e posicionamentos ligados à autonomia e independência sobre a terra e os processos culturais, ao aumento da consciência crítica nas relações sociais e a busca pelo acesso aos direitos básicos, além da capacidade de negociar e equilibrar como melhor lhe convêm princípios exógenos e endógenos, dentro do universo comunitário.**

Essa conceituação encontra também baldrame nas definições dos objetivos maiores, já apresentados anteriormente. Para citarmos apenas um exemplo, recordamos Cattani:

A Emancipação social manifesta-se nos múltiplos combates às normas arbitrárias e às hierarquias opressoras e promotoras da discriminação e da desigualdade. Seu corolário, vinculado ao conceito de autonomia é a apropriação coletiva, a descentralização, a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural. Emancipação implica associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos, subentendendo também, responsabilidades e oportunidades iguais para que fins comuns sejam atingidos; a divisão de tarefas e o sentido de trabalho livremente estabelecidos, elegibilidade e revogabilidade dos cargos de direção. (CATTANI, 2009, p. 179).

### 6.3.4 – O Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver

Por fim, resta-nos avaliar se, em vista da conceituação bosquesina a respeito de cooperação, solidariedade, autogestão, Emancipação social e bem viver ou bem estar, o Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, na opinião desses comunitários, atingiu tais objetivos através do emprego desses princípios.

A forma de trabalhar mudou muito. Nós trabalhava muito pra ganhar pouco. Hoje, ficamos mais unidos, estamos resgatando isso, o ajuri é mais forte, tem benefício que ajuda as famílias e tem mais ferramenta, mais técnicas. E hoje tem mais acordo, as pessoas não brigam muito, tem mais ajuri, etc.. Só de conhecer as outras comunidades, sentar numa reunião e ver que todos têm problema parecido já dá uma força. (GABRIEL).

A SESAI e o Mais Médicos tão aqui. Temos o projeto da ISCOS que são muito presentes, já, nunca vamos esquecer esse projeto Bem Viver da União Europeia e da Agrosol. Isso fez a comunidade aparecer, ampliou, assim, a nossa relação com a instituição e principalmente com as outras comunidades, antes parece que nós andava tudo meio isolado um do outro, mesmo vizinho. (RICHARDSON).

No projeto nós começamos com 7 e agora somos 4, mas trabalhamos juntos, um na terra do outro. Eu que tenho que sair pra várias reuniões, sempre conto com a presença deles. Ah! E veio o mel né? Que é uma coisa que nós nem sabia. O projeto deu o curso pros interessados e cedeu 10 caixa de mel, hoje nós temos 52. (GABRIEL).

“Isso tudo mudou muito na forma das pessoas trabalhar. Na época passada ninguém tinha incentivo de como trabalhar na agricultura, fazer esses espaçamentos, adubação, consórcio de plantio. Mudou na produção, porque antes, era por época, tinha época que não plantava nada, hoje não, agora tem produção o ano todo. Melhorou também na ferramenta e tudo isso aumentou a produção, antes era meio escasso, assim, na época bem passado era farto, mas depois ficou pouco e agora tá começando a ficar farto de novo.” (RICHARDSON).

Isso é importante: Antigamente só plantava mandioca e banana a deus dará, depois do Projeto aumentou muito, e quem desconfiava começou a ver o resultado e agora tá querendo saber. Hoje tenho abacaxi, banana, laranja, limão, coco, graviola, sem falar nas florestas que tamo replantando. Antes, ninguém pensava muito nisso. Resgatamos até umas sementes dos antepassados que se tinham perdido, com isso do Banco de Sementes e não precisa mais tanto do repasse do governo. (GABRIEL).

“A vida é assim, tem dia que nós perde e outros que ganha. Vê bem, pro lado positivo, quando eu pensei que ia conhecer o mar, que ia de avião lá pro nordeste. Naquela vez que o Projeto nos convidou pra ir pra Paraíba. Fomos 4 daqui, sempre lembramos essa viagem. Foi inesquecível. Fomos lá pra aprender com eles como eles fazem no banco de sementes dele, pra montar o nosso aqui. E lá eles têm um problema duro, eles têm aquela seca braba, a terra não sai nada, aqui nós temos tudo pra dar certo, a floresta nos dá tudo. Acabamos por trazer outra ideia de lá que é o Fundo Rotativo Solidário, estamos capitalizando ele agora com os sócios do Banco

de Sementes que montamos aqui. Cada agricultor vai poder tirar 250,00, pagar em 3 vezes é só estar em dia com a mensalidade e com a participação nas reuniões, e devolve com juros de 1,5% por mês pra ir gerando mais. O recurso tem que ser colocado na agricultura, nas sementes, no adubo, nas ferramentas, essas coisas. Foi um intercâmbio muito bom. Mesmo com tanta dificuldade eles progredem muito, isso abriu nossos olhos.” (RICHARDSON).

Concretiza-se, com relatos acima, que as ações do Projeto através do Programa Produtor a Produtor, possibilitaram o fortalecimento das redes intercomunitárias, onde populações vizinhas calharam demandas análogas, gerando determinado empoderamento e, com isso, ganhando maior visibilidade e articulação frente aos agentes externos, como gestores públicos e demais representantes da sociedade civil.

Como já frisamos ao longo das entrevistas e grupos focais, a possibilidade de interligar comunitários sobre demandas comuns, garantindo força a esses coletivos, coloca-se no sentido de auxiliar na reconstrução de um tecido social desmembrado pelas intervenções Molares, bem expostas na primeira parte do estudo.

Considera-se marcada, também, a conquista de resgate das sementes tradicionais através da criação do Banco de Sementes e o aumento da diversidade produtiva das unidades familiares, garantindo maior quantidade e melhor qualidade no alimento e na renda dessas famílias.

Comprova-se o que já havia sido apontado nas análises parciais de entrevistas e grupos: com as devidas críticas e desafios, no âmbito geral, o Projeto em questão, através do emprego dos princípios de cooperação, solidariedade e autogestão, obteve êxito na melhora da qualidade de vida dessas populações, incidindo, inclusive, no aumento de sua força coletiva e política, na diversificação produtiva e na coesão comunitária. Esse é um ponto fundante para as respostas afirmativas frente à nossa hipótese, que busca saber se tais princípios podem ser eficientes na consolidação do Bem Estar ou Bem Viver e na busca de Emancipação social das populações bosquesinas desses territórios vítimas de produção das ausências.

Como explicitado ao longo da descrição metodológica desta Tese, ao final da análise dessas histórias de vida, categorizadas de acordo com os interesses da pesquisa, através da observância e dos cruzamentos possíveis frente aos recortes populacionais que optamos realizar para a coleta dessas narrativas biográficas, podemos inferir alguns elementos gerais que também balizam nossas compreensões sobre os fenômenos estudados.

Vejamos:

A respeito das diferenças e analogias entre comunidades com níveis de organicidade e participação distintas, percebe-se que os pontos levantados nessa categorização aparecem em



consonância na forma discursiva, contudo, é notória uma prática mais efetiva e concreta em busca do Bem Viver ou Bem Estar, da Emancipação Social, ou até mesmo nas benfeitorias alcançadas, ao longo do Projeto em questão, nas comunidades com maior índice organizativo. Nas demais, esses pontos aparecem presentes em experiências isoladas de determinadas pessoas, famílias ou subgrupos comunitários.

É notório também que comunidades indígenas e ribeirinhas apresentam estágios e modos diversos em lidar com a organização, o protagonismo e a Emancipação social. Com já referido ao longo de nossa fundamentação teórica, pensamos que isso se deve, em parte, pela distinta forma histórica como cada um desses grupos populacionais sofreu e recebeu as intervenções Molares ao longo do tempo. É evidente que o tecido social das comunidades indígenas sofreu desarticulações muito mais profundas no contato com culturas exógenas, foram suas terras saqueadas, sua cultura a desarticulada, seu povo escravizado e até hoje esse fenômeno está representado na relação tutelar e infantilizadora que governo brasileiro com eles estabelece.

Entre as diferentes faixas etárias, na mesma medida em que se percebe, por parte dos mais velhos, referências a tempos passados de maior abundância, cooperação e solidariedade, percebe-se nas falas dos mais novos um encantamento com alguns elementos da cultura exógena, primordialmente sobre a cultura urbana, representando um abismo geracional de princípios e expectativas de vida. Esse elemento em particular tem sido relatado com frequente preocupação pelos mais velhos, que temem um abandono, por parte dos filhos e netos, da vida na comunidade e do trabalho ligado à agricultura e a pesca.

Por outro lado, entre a fala dos mais novos também se explicita uma maior consciência sobre os alcantilados políticos e sociais adquiridos, o desejo de buscá-los enquanto demanda para o Bem Viver, assim como maior clareza dos caminhos burocráticos institucionais que devem ser percorridos para a obtenção de seus direitos.

De maneira conclusiva, jovens e velhos de comunidades mais ou menos organizadas compartilham um discurso de Emancipação Social e Bem Viver ou Bem Estar que possui quantidade maior de pontos comuns do que incomuns. Ambos olham, nos tempos atuais, com maior criticidade às relações com agentes externos e preocupam-se de maneira efetiva com a melhoria futura da comunidade e a permanência do povo na terra e visualizam a necessidade de resgatar práticas de solidariedade e de cooperação.

Acreditamos que, já coletados os dados, expostos os resultados e realizadas as análises iniciais das vinte e duas entrevistas semiestruturadas, onze grupos focais e quatro histórias de

vida, cobrindo o universo das vinte comunidades indígenas e ribeirinhas que compõem o escopo de nosso objeto de pesquisa, no que toca a suas cinco principais áreas de intervenções e seus princípios transversais, estamos aptos a seguir em direção à parte final desta Tese.

Praticamente convencidos de que a aplicação dos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão pode ser propícia na conquista de Bem Estar ou Bem Viver e Emancipação Social para as comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões, nos resta, através da aplicação das Matrizes Analíticas, confirmar definitivamente essa hipótese, observando em que nível as intervenções realizadas galgam tais objetivos, como elas afetam as relações de poder dentro dos espaços estruturais e, por fim, de que maneira contribuem para a consolidação de capacidades fundamentais ao estilo de vida dos povos.

Ainda permeados pelo sensível Olhar da Tucandeira, seguimos adiante neste exercício analítico.

## **7. APLICAÇÃO DAS MATRIZES ANALÍTICAS**

Na parte final desta Tese objetivamos aplicar as matrizes analíticas apresentadas ao longo do capítulo referente à metodologia, a saber: Confronto das conceituações autodeterminadas pelos informantes a respeito do que é Emancipação Social e Bem Viver ou Bem Estar em relação às ações realizadas e objetivos alcançados ao longo do Projeto Desenvolvimento Sustentáveis da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver; O confronto das observações e dados coletados frente às relações de poder empregadas pela Razão Indolente nos Espaços Estruturais delineados no escopo da Sociologia das Ausências e das Emergências; e, por fim, a aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena.

Acreditamos que a totalidade dos conteúdos coletados é suficientemente capaz de gerar profundas análises a partir dessas matrizes que, por sua vez, bem aplicadas, ofertarão respostas teóricas e práticas para as afirmativas finais referentes à nossa hipótese de pesquisa.

Partamos, portanto, à aplicação de tais matrizes.

## 7.1 CONFRONTO DAS CONCEITUAÇÕES AUTODETERMINADAS PELOS INFORMANTES A RESPEITO DO QUE É COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, AUTOGESTÃO, EMANCIPAÇÃO SOCIAL E BEM VIVER (DESENVOLVIMENTO) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES REALIZADAS E OBJETIVOS ALCANÇADOS AO LONGO DO PROJETO

Partindo inicialmente de bases bibliográficas teóricas e posteriormente do processo de síntese e antítese delas frente aos relatos, entrevistas e observações coletadas ao longo dos anos em contato constante com indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões, alcançamos conceituar, nessa realidade, para esses povos, o que poderia ser compreendido enquanto Cooperação, Solidariedade e Autogestão, assim como Emancipação Social e Bem Viver ou Bem Estar<sup>43</sup>.

Ao leitor, pedimos desculpas pela redundância, porém, mostra-se fundamental para este exercício uma retomada sintética dos conceitos elaborados na sessão anterior, a partir das falas de nossos colaboradores.

Cooperação: Ação e estratégia de sobrevivência e reprodução cotidiana da vida comunitária; ato de agir de maneira organizada e em conjunto, incentivado por alguma liderança legitimada socialmente ou pelo grupo de pessoas beneficiárias; algo que possui como base o princípio da solidariedade, que era mais forte no passado e que se desgastou ao longo do tempo. Algo que está monetarizado, enfraquecido e deve ser resgatado.

Autogestão: Lugar coletivo e aberto de conversa, debate e decisão dos principais temas que afetam a vida de todos que moram naquele espaço; onde todos podem falar e ser escutados, cada um na sua vez; espaço onde a maioria, geralmente, delibera; articulado pela liderança legitimada, que intima seu acontecimento, organiza seu fluxo e executa as ações deliberadas.

Solidariedade: Ato de apoio e ajuda não intencional que pode ou não caracterizar-se como cooperação; um sentimento de cumplicidade atrelado pela percepção de pertinência a um mesmo território e/ou universo cultural e familiar; ação declarada como descompromissada da intencionalidade secundária de solicitar ou desejar algo em troca; não necessariamente exige articulação de um líder ou respeita uma hierarquia instituída,

---

<sup>43</sup> Existe um debate teórico pertinente, no qual, inclusive, de maneira paralela a esta Tese, estamos investindo esforços junto com colegas pesquisadores da Amazônia colombiana e peruana, no sentido de delimitar se realmente existe similitude entre o conceito de Bem Viver, originalmente derivado das culturas tradicionais andinas e o conceito de Bem Estar dos povos amazônicos. Infelizmente, não temos tempo e espaço para o desenvolvimento desse debate aqui, porém, temos indicativos empíricos de que as características relatadas pelas populações tradicionais andinas e amazônicas a respeito desses dois conceitos encontram maior sincronismo do que discrepâncias, nos autorizando, até o momento, a adotá-las, a priori, enquanto sinônimas.

horizontalmente, se estabelece sobre a base do afeto e do vínculo; possui caráter pontual e raramente uma base relacional intermediada pela monetarização.

Emancipação Social: Conjunto de ideias e posicionamentos ligados à autonomia e independência sobre a terra e os processos culturais, ao aumento da consciência crítica nas relações sociais e a busca pelo acesso aos direitos básicos, além da capacidade de negociar e equilibrar como melhor lhe convêm princípios exógenos e endógenos, dentro do universo comunitário.

Bem Viver ou Bem Estar: Possibilidade de retirar da natureza só e exclusivamente aquilo necessário para a abundância da sua vida e a dos próximos, empregando métodos que garantam essa abundância às futuras gerações e aos próprios fenômenos naturais. Significa também o equilíbrio entre o tradicional e o inovador de maneira harmônica, construindo um ambiente de paz, respeito e união no contexto comunitário. Vinculado, portanto, com a ideia de sustentabilidade, autonomia e soberania de si, sua cultura e sociedade, assim como de harmonia com a natureza.

Em vista disso, evidencia-se ao longo da apresentação dos resultados que o Projeto em questão aplicou e fortaleceu, junto às comunidades, a Cooperação, a Solidariedade e a Autogestão, através do encontro e estreitamento de vínculos estrategicamente alavancados a partir da identificação de demandas comuns entre essas comunidades. Tanto na dimensão intracomunitária, quando intercomunitária, reuniões, assembleias, encontros de formação a partir da aplicação da metodologia Produtor a Produtor, fortaleceram ou criaram, onde não existiam, ações de Cooperação e Autogestão, que direta e indiretamente também fortaleceram vínculos de Solidariedade.

A prova sólida disso está calcada nas ações de formações técnicas subsequentes que foram organizadas e dirigidas entre os próprios comunitários, nos Ajuris para a construção dos tanques de piscicultura, nos viveiros de mudas intercomunitárias e nas hortas escolares, a iniciativa de criação de um banco de sementes ou de uma associação regional, a negociação com governantes sobre benefícios e apoio ao processo de construção e aquisição da fábrica de frutas, para citarmos alguns exemplos.

O mais importante é que com as ações que desses processos derivaram, conseguimos comprovar, em grande medida, que a aplicação, fortalecimento e propagação desses princípios geram um movimento coletivo (subjetivo e objetivo) em direção a elementos compreendidos dentro do escopo conceituado pelos comunitários enquanto Emancipação Social e Bem Viver.

Através dos espaços de Autogestão, por exemplo, surgiu a demanda local pelo resgate das sementes tradicionais e daí nasceu o que depois se concretizou como o primeiro Banco de Sementes Tradicionais do Alto Solimões. Fenômeno esse, intimamente relacionado com as ideias de independência e soberania que permeiam a Emancipação e o Bem Viver.

Através dos pactos cooperativos estipulados dentro de cada comunidade para o uso adequado da água potável, por exemplo, desencadeou-se um processo de apropriação da intervenção, fazendo com que os próprios comunitários criassem o Comitê dos Cuidadores da água que, por sua vez, em cooperação autônoma com as lideranças locais, aplicaram a Campanha do Bom Uso da Água Potável nas escolas comunitárias.

Nenhumas dessas ações encontrava-se prevista no marco inicial do Projeto, tampouco foram instigadas pela equipe técnica ao longo do processo, comprovando que a aplicação de tais princípios gera espaço para o empoderamento e, conseqüente, apropriação dos comunitários, Molecularizando assim, processos de intervenção em seus territórios.

Vinculada às ideias de Bem Viver e Emancipação Social, aí também compreendidas, as concepções de soberania alimentar, relação equilibrada entre produção familiar e meio ambiente e busca de independência frente aos agentes externos, foi que comunitários, também por própria conta, criaram o Plano de Manejo Sustentável para os tanques de piscicultura, Fundos Rotativos e Compras Coletivas.

Percebemos, após anos de semanais atividades coletivas junto a essas populações, que o próprio discurso deles tomou novos contornos, pensando relações mais independentes e propositivas frente aos governantes e demais agentes externos.

A partir de um inicial estímulo externo em criar e garantir espaços de encontro, pessoas de distintas comunidades indígenas e ribeirinhas passaram a identificar demandas comuns, acabando por fortalecer aspectos coletivos da identidade desses povos bosquesinos. Essa identificação, exigente de certa tradução intercultural, desencadeia processos subjetivos de pertinência que, por sua vez, são o fôlego para mais cooperação e solidariedade.

A autogestão, isso é, os espaços deliberativos de debate e decisão, garantem a essas pessoas a voz e a vez que comumente percebem subtraídas nos espaços políticos exógenos. Por conseqüência, esta é a força que gera o sentimento de protagonismo e empoderamento: ser ouvido e ouvir os demais, respaldados por um coletivo apoiado no respeito às diferenças e em interesses comuns.

Toda essa força, direcionada para as questões internas da sociedade bosquesina, toma o caráter de Bem Viver, direcionada aos agentes externos, a sociedade mais ampla, assume caráter de Emancipação Social.

Dentro do marco teórico geral deste estudo, estamos certos de que a aplicação de tais princípios encontra como base o próprio conceito de tradução e a consolidação de uma ecologia dos saberes, estruturas primordiais para a Sociologia das Emergências.

É no intercalo desse processo que, como afirma Santos (2007), ocorre a ruptura epistemológica e o senso comum, prático e pragmático, que acabam por reproduzir a vida e a trajetória desses grupos, inspirando confiança e segurança. Algo que se reproduz com a vida cotidiana, seguindo suas próprias regras, produzindo um conhecimento prudente para uma vida decente. Define-se, portanto, enquanto conhecimento-Emancipação:

“O conhecimento Emancipação, ao tornar-se senso comum, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal, como o conhecimento, deve traduzir-se em autoconhecimento, o conhecimento tecnológico traduzir-se em sabedoria de vida.” (SANTOS, 2007, p. 109).

Seria, pois, a conquista desse conhecimento-Emancipação a capacidade necessária para gerar empoderamento, apropriação e Molecularização sobre as intervenções Molares por parte de indígenas e ribeirinhos.

Cabe frisar que, no momento atual, o grau de empoderamento dessas comunidades sobre os processos sociais e produtivos que perpassam seus territórios possibilita fazer frente, em alguns aspectos, as alavancas que propagam as ausências em direção a uma perspectiva pós-abissal no contexto local. Se expressa, aí, um olhar mais crítico ao uso indiscriminado de pesticidas, o desejo pujante de independência frente às sementes doadas pelo governo, à requisição de uma força cooperativa intercomunitária para a realização dos trabalhos, projetos e Ajuris, para citarmos alguns exemplos.

Da mesma forma, através das ações desencadeadas pelos próprios comunitários, incentivados pelo emprego desses princípios, a escala dominante é contraposta a um processo de transescala, onde a própria produção para subsistência coloca-se em pé de igualdade nos valores de importância frente ao mercado e aos processos de comercialização. Assim, os critérios produtivos capitalistas recebem resistência através de uma profunda ecologia da produtividade, elemento também assinalado por Ferrarini (2008), no início de nossa contextualização teórica, enquanto fundamental à Sociologia das Emergências.

Agora, afirmar que essas conquistas, hoje incipientes, em forma de sementes que começam a germinar, se constituirão em empoderamento suficiente, ou como preferimos chamar: *conhecimento-Emancipação-edificado*, para que tais comunidades possam Molecularizar intervenções Molares de maneira contínua e permanente, sem retroceder nas conquistas até aqui galgadas, é algo que apenas o tempo irá nos mostrar.

De momento, se adotarmos o próprio Projeto elaborado pela ISCOS, em conjunto com a União Europeia e a Diocese do Alto Solimões, como uma Intervenção Molar que chegou à região em 2010 e, através da aplicabilidade dos princípios da Cooperação, Solidariedade e Autogestão, sofreu, ele mesmo, apropriação por parte dos comunitários, que, ao fim, acabaram por germinar por conta própria essas tantas ações impensáveis no marco inicial, podemos, sim, afirmar que houve uma apropriação e uma Molecularização das ações que outrora iniciaram como vetores Molares.

Para nós, a trajetória descrita até aqui e o quadro presente que se mostra são suficientemente capazes de assegurar e afirmar de maneira positiva que a aplicação dos princípios da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão, da forma aqui conceituados, são eficientes na construção de processos que visam, nas concepções de nossos informantes, o Bem Viver e a Emancipação Social nos territórios amazônicos vítimas da produção das ausências.

Porém, como já frisado, esse processo não é linear e não pode ser compreendido como algo superado e consumado. O que está dado em pleno território é um embate cotidiano entre uma consciência ampliada, gerada e geradora de maior Cooperação, Solidariedade e Autogestão, que já garante passos concretos e importantes contra as costumeiras intervenções político-assistencialistas que resistem ciclicamente ao protagonismo de práticas e saberes dos povos tradicionais. Políticas essas, típicas da Razão Indolente e de seu histórico repertório no contexto amazônico.

De maneira complementar, porém, não menos importante, nos cabe avaliar se todos esses elementos explicitados anteriormente são capazes de abalar, alterar ou reverter as lógicas dominantes que perpassam os diferentes âmbitos da vida cotidiana. Como demonstramos na primeira parte desta Tese, ao subirmos na Samaúma, só haverá realmente a construção do conhecimento emancipatório quando as lógicas de poder, mantenedoras dos Espaços Estruturais hegemônicos, forem alteradas. (SANTOS, 2007; 2010).

Isso que nos propomos a analisar com a aplicação da próxima matriz analítica.

## 7.2 CONFRONTO DAS OBSERVAÇÕES E DADOS COLETADOS FRENTE ÀS RELAÇÕES DE PODER EMPREGADAS PELA RAZÃO INDOLENTE NOS ESPAÇOS ESTRUTURAIS

Como afirma Santos (2007), não poderá haver Emancipação sem a substituição, no espaço doméstico, de uma lógica patriarcal para uma libertação da figura da mulher; na produção, de uma tópica capitalista para tópica ecosocialista; no mercado, de uma perspectiva atual do consumo fetichista para uma prática fundada nas satisfações genuínas; na comunidade, de uma perspectiva etnocentrista para uma percepção altruísta; na cidadania, na substituição de democracias fracas por fortes; por fim, no espaço global, de uma substituição da tópica do Norte para uma tópica do Sul.

A base para essas transformações, como já apontamos, estão presentes ao longo do processo aqui analisado, na medida em que, ao longo do Projeto em questão, percebemos que as comunidades lograram estruturar um novo senso ético-solidário e cooperativo, um novo senso político-participativo e protagonista e um novo senso estético-prazeroso e autoral que desencadeou a consolidação de um conhecimento-Emancipação.

Mas será e em que pontos, através desse processo, alteram-se as relações de poderes Espaços Estruturais? E como podemos compreendê-los a partir da perspectiva do território amazônico?

Tomamos aqui a liberdade de reinvocar o quadro representativo dos Espaços Estruturais para que, em um segundo momento, possamos descrever com maior detalhe as relações de poder que dentro de cada um deles se estabelecem. Posteriormente, realizaremos outro exercício de imaginação sociológica para que possamos, através de um filtro cultural, adaptar as conceituações de tais Espaços Estruturais a realidade estudada, tendo em vista que o material apresentado por Santos (2007) refere-se, em grande medida, a uma conceituação geral da sociedade capitalista que requer, para um estudo circunspecto, as devidas adequações frente às diversas realidades que se pretende analisar.

Foi o próprio professor Boaventura de Sousa Santos que, ao longo de uma orientação, por ocasião do estágio doutoral, realizado na Universidade de Coimbra, nos apontou a necessidade de adaptação ao universo amazônico dos Espaços Estruturais. Esse exercício tornou-se um dos mais desafiadores ao longo da escrita desta Tese, porém, também um dos mais assertivos para uma análise fidedigna da realidade estudada.



Ao final, analisaremos a capacidade dos princípios aqui trabalhados de alterar/inverter as ditas relações de poder em cada um desses espaços, subsidiados pelo conhecimento-Emancipação gerado ao longo da trajetória do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver.

Eis, portanto, o quadro sugerido por Santos (2007, p. 273), para que tenhamos presente a sistematicidade desta análise:

DIMENSÕES ESPAÇOS ESTRUTURAIIS	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÕES	DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	FORMA DE PODER	FORMA DE DIREITO	FORMA EPISTEMOLÓGICA
<b>ESPAÇO DOMÉSTICO</b>	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afectividade	Patriarcado	Direito doméstico	Familismo, cultura familiar
<b>ESPAÇO DA PRODUÇÃO</b>	Classe e natureza enquanto "natureza capitalista"	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e "natureza capitalista"	Direito da produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
<b>ESPAÇO DE MERCADO</b>	Cliente-consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e maximização da mercadorização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massas
<b>ESPAÇO DA COMUNIDADE</b>	Etnicidade, raça, nação, povo e religião	Comunidade, vizinhança, região, organizações populares de base, Igrejas	Maximização de identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
<b>ESPAÇO DA CIDADANIA</b>	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
<b>ESPAÇO MUNDIAL</b>	Estado-Nação	Sistema inter-estatal, organismos e associações internacionais, tratados internacionais	Maximização da eficácia	Troca desigual	Direito sistémico	Ciência, progresso universalístico, cultural global

Fonte: SANTOS (2007)

### 7.2.1 O Espaço Doméstico

O Espaço Doméstico, constituído a partir das relações de parentesco, tem como principal instituição o casamento, interligando-se por identificações de gênero e de gerações. A dinâmica que lhe mantém é a maximização do afeto e, historicamente, organiza-se pelo poder vertical do patriarcado. (SANTOS, 2007).

Quer dizer que, embora sejam sempre constelações de poderes, as relações sociais agregadas em volta do espaço doméstico (trabalho doméstico, reprodução e cuidados mútuos, gestão dos bens do agregado doméstico, educação dos filhos, lazer, prazer, etc.) são geralmente organizadas pelo patriarcado enquanto sistema de controle dos homens sobre a reprodução social das mulheres. (SANTOS, 2007, p. 284).

Nas comunidades indígenas e ribeirinhas estudadas nesta Tese, os aspectos gerais desses apontamentos são fidedignos, isso é, o casamento realmente refere-se à instituição máxima desse espaço que constantemente é dinamizado pela maximização do afeto.

Contudo, algumas peculiaridades devem ser ressaltadas. Apesar das identificações estarem atreladas às questões de gênero<sup>44</sup> e gerações, como bem salienta o autor, percebemos que essas últimas encontram-se extremamente abaladas.

Em muitos temas, existe um abismo entre a cosmovisão dos mais velhos em relação às percepções dos mais novos. Esses últimos, na maior parte das vezes, encaram o mundo da cidade com o encantamento de uma vida melhor e desejada. O trabalho na agricultura e na pescaria é relatado pelos jovens como algo não desejável, de sofrido cotidiano, instável e sujeito a intempéries.

Essa visão platônica sobre a realidade alheia, como percebemos na citação a seguir, também é fruto de um estilo de educação colonizadora existente nas comunidades da região:

En la sociedad bosquesina, la educación escolar y la vida urbana tomada como un nuevo modelo por imitar han introducido valores ideales (reglas enseñadas) y valores reales (conductas imitadas) de la sociedad nacional urbana en la cabeza de ciertos comuneros y, sobre todo, en la mente de la juventud, y muchos de estos valores son contrarios a los valores de la sociedad bosquesina. Un anciano, en la sociedad bosquesina, merece respeto y es digno de ser escuchado y consultado por haber acumulado experiencia y saberes durante su larga vida. La escuela desprecia la experiencia de vida bosquesina, sus reglas sociales y los saberes referentes al medio natural y su uso, y valoriza exclusivamente los conocimientos almacenados en los libros de origen urbano y las conductas mercantiles y depredadoras, competitivas, individualistas y egoístas, que rigen las relaciones sociales en la sociedad urbana y las relaciones depredadoras de ésta con los recursos naturales. Por eso, el saber tradicional que los padres y ancianos podrían transmitir a la nueva generación es despreciado por los hijos y jóvenes, que lo consideran “pasado” y “atrasado”. Los valores sociales urbanos transmitidos por los maestros afectan las relaciones entre padres e hijos, entre los ancianos y la juventud, que en los mejores casos, aprende a saber cosas, pero, al ver desvalorado el ejemplo paternal, carece de ejemplos morales que podría imitar, se contenta con conseguir sus “papelitos” (certificados, diplomas), sin saber para qué sirve en la práctica vivencial lo que ha aprendido y se encuentra desorientada frente a las vías que la lleven hacia un futuro. (GASCHÉ, 2011, p.51-52).

---

<sup>44</sup> Isso se mostra muito claramente no papel diferencial desempenhado por meninos e meninas no acompanhamento dos afazeres, respectivamente, dos pais e das mães, o que, no contexto local, recebe uma conotação de iniciação gradual nos saberes necessários para que, no futuro, possam ingressar no universo comunitário dos adultos.

A desvalorização da própria cultura por pessoas de referência local, como os professores, é um agravante nesse processo abismal transgeracional.

Além disso, não se pode desprezar nesse processo a forte influência sobre essa jovem geração dos meios de comunicação de massa, em especial, a televisão, que ressaltam cotidianamente um estilo estereotipado e ideal de vida urbana em detrimento a outras formas de viver.

Estes elementos provocam um desinteresse gradativo transgeracional pelas práticas tradicionais de medicina, educação, modos de ver e viver o mundo local. Sendo assim, no que se refere às identificações nessas comunidades, acrescentaríamos, na lógica proposta por Santos (2007), uma desidentificação e, conseqüentemente, um abismo geracional.

Sobre os matrimônios, é importante frisar que, atualmente, é raro encontrar situações de casamentos acordados entre pais de noivos sem o consentimento dos jovens envolvidos. Contudo, a maioria das famílias de etnia Ticuna ainda segue um tradicional fluxo de possíveis ou impossíveis casamentos, organizado por combinações entre os clãs a que pertencem. Por sua vez, o povo Cocama, assim como os ribeirinhos, respeita apenas a concepção proibitiva a respeito das relações de parentesco de primeiro grau.

Especificamente sobre a forma de poder patriarcal, típica do espaço doméstico, à primeira vista, realmente, a manifestação masculina aparece com maior saliência. Contudo, informaram as mulheres, a opinião feminina é impositiva nos assuntos que, no ponto de vista delas mesmas, convêm participar. Quando optam por se manifestarem, afirmam que sua palavra é respeitada e, muitas vezes, tomada como deliberativa, inclusive pelos homens presentes no debate. Mas, confessam que isso acontece com certa raridade.

Na questão indígena Ticuna especificamente, na maior parte dos casos, essa dinâmica perpassa acordos culturais a respeito da pertença da terra. Nessa cultura, a terra pertence à mulher, existe uma sucessão matriarcal de posse, e isso, inclusive, explica muito a divisão social do trabalho nessas comunidades, na medida em que, como nos informaram as mulheres Ticunas, os homens limpam o mato e cortam árvores e raízes, tiram da terra os frutos, mas deixam ali ao chão, pois, preferencialmente, quem deve plantar a semente, colher e carregar o peso da colheita é a mulher, *“para que nunca se esqueçam de quem é a terra”*. (Mulher Ticuna, Diário de Campo).

Como afirma Gaché:

En las sociedades indígenas tradicionales, el trabajo y la producción hortícolas de la mujer son altamente valorados. Una chacra con alta diversidad de cultivos, limpia de

malezas y produciendo grandes tubérculos y frutos son un orgullo para la mujer y le dan prestigio social. Las mujeres chacreras se interesan en conseguir nuevas semillas y experimentar con ellas. (GACHÉ, 2011, p. 33)

Buscando compreender mais a fundo a participação das mulheres nas famílias e nas comunidades estudadas, o Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), no qual, atualmente, assumo a função de coordenador, desenvolveu, em 2014, uma pesquisa com 281 mães de família de nove comunidades distintas.

Destaca-se, de maneira geral, que a maior parte das mulheres declara-se agricultora e pescadora. A totalidade desse universo encontra-se em dia com a documentação básica (RG, CPF, Título de eleitor e Carteira de Trabalho) e informam que 71% dos recursos familiares derivam da agricultura, da pesca e dos benefícios sociais. (LACERDA, 2014).

Especificamente, o interessante é que 54% das entrevistadas contribuem com a maior parte da renda da casa e 74% delas participam total ou parcialmente das decisões domésticas. Tais decisões consomem 90% do orçamento familiar, destinado por elas, na maior parte dos casos, para alimentação, vestuário, material escolar e temas de saúde. Por fim, 42% das mulheres afirmam participar sistematicamente de atividades em prol da comunidade (ajuris), as que não participam, justificam desinteresse ou falta de tempo. (LACERDA, 2014).

As informações nos induzem a perceber que, principalmente ao analisarmos a participação na renda e na tomada de decisão do universo doméstico, que as regras de poder que regem o espaço doméstico nessas comunidades são, provavelmente, algo de maior equilíbrio do que apontado nos estudos de Santos (2007), ao analisar como marco geral da sociedade contemporânea o patriarcalismo dos espaços domésticos. Nos casos estudados, percebemos nos relatos um tipo de poder compartilhado entre homens e mulheres na lógica do direito doméstico e esse poder compartilhado é reflexo de uma alta participação feminina nas decisões dentro de casa e de uma equiparada contribuição no orçamento familiar<sup>45</sup>.

Contudo, enquanto observadores e viventes da realidade cotidiana das comunidades, custa-nos aceitar com naturalidade essa informação que denota certo equilíbrio das relações de poder no ambiente doméstico. Somos levados a perceber a maior parte dessas realidades permeadas por uma significativa cultura machista e uma imposição efetiva dos homens sobre

---

<sup>45</sup> Ao longo da exposição dessas percepções em eventos científicos, nos foi chamada a atenção também para a centralidade da mãe de família nas estratégias dos programas sociais de transferência de renda, lhe garantindo manejo monetário próprio e sistemático no universo doméstico.

as mulheres, principalmente entre os casos indígenas e os dominados por concepções religiosas de cunho pentecostais, como o caso da Igreja da Cruzada<sup>46</sup>.

Sobre as intervenções desencadeadas no escopo do Projeto em estudo e os princípios por ele assumidos como transversais, parece, dentro do espaço doméstico, não haver necessidades/possibilidades eminentes de inversão de lógicas de poder.

No que se refere ao fortalecimento e aumento da participação das mulheres nas ações coletivas, que ainda é menos da metade, as intervenções parecem não ter surtido efeito. Isto é, não é o fato, por si só, da comunidade ou parte de suas famílias estarem trabalhando sobre princípios de Cooperação, Solidariedade e Autogestão, que, naturalmente, leva a maior participação e empoderamento das mulheres no universo doméstico e comunitário.

Alterações nesse sentido começaram a ser percebidas apenas após o Projeto iniciar as ações atreladas ao Programa Ser Mulher, utilizando o método construtivista criativo-sensível<sup>47</sup>, no intuito de gerar maior empoderamento feminino. Esse sim, pensando especificamente as questões femininas, provocando certa Cooperação e Solidariedade entre as participantes, tem mostrado indícios de provocar certas rupturas com as lógicas de poder existentes nesse espaço estrutural.

### 7.2.2 O Espaço da Produção

O *Espaço da Produção* refere-se às trocas econômicas, aos processos de trabalho, de consumo e às práticas laborais nas unidades de produção. Há um choque entre práticas de labor tradicionais e aquelas estimuladas pela Razão Indolente dentro da perspectiva capitalista. Delimitando-se aos espaços das fábricas e empresas, a lógica aqui empregada objetiva a maximização dos lucros, apresentando como forma de poder a exploração da natureza. (SANTOS, 2007).

Porém, ao tratarmos do espaço da produção dentro do contexto de índios e ribeirinhos da Amazônia, devemos ter em mente que:

La estructura de las *actividades* contiene el proceso vivencial y social — flujos de materia, energía e información — que la fuerza humana realiza en el medio natural,

---

<sup>46</sup> Trataremos de definir a caracterização da Igreja da Santa Cruz nas páginas seguintes. Para saber mais, sugerimos consultar GUARESCHI, P. **A Cruz e o Poder: A irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões**. 1985, Vozes.

<sup>47</sup> O Método Criativo e Sensível é subsidiado pela pedagogia crítico-reflexiva de Paulo Freire e propõe um espaço de discussão e vivência coletiva, em que a experiência é abordada por meio de uma produção criativa. (MOTA, Maria da Graça. **Vivências do adolescente com HIV/AIDS**. Revista Mineira de Enfermagem, V.18, 2014.).

entendido como totalidad de las disponibilidades de recursos naturales (la biodiversidad) y de su funcionamiento eco-sistémico, eventualmente modificado por el ser humano. (GACHÉ, 2011, p. 126).

Nas comunidades estudadas, as práticas sociais referentes à produção encontram constante embate entre os meios tradicionais e as lógicas de natureza capitalista. Por um lado, existe uma tendência hegemônica à monocultura da produção e ao tratamento da terra como objeto de alienada extração e, por outro, uma tentativa de proteger tais ambientes através do resgate de práticas tradicionais combinadas com novas tecnologias de plantios sustentáveis. Expõem-se, assim, a já referida necessidade de equilíbrio entre o inovador e o tradicional no contexto produtivo dos territórios tradicionais.

Diferentemente da realidade urbana, onde a produção encontra-se vinculada ao desejo de consumo, nessa realidade não se percebe um consumismo exacerbado. Aqui, as instituições de referência traspõem-se da fábrica para a terra e a maximização do lucro encontra embate equilibrado com a necessidade de subsistência, abundância e soberania alimentar.

El consumo mercantil hace hoy en día parte del universo de los gustos. Vestir ropa de moda, comer arroz y tallarín, beber gaseosa o cerveza son gustos del bosquesino que él satisface ocasionalmente y para los que es capaz de invertir dinero. Pero importa ver que este gusto, que calificamos de mercantil porque está satisfecho por el mercado y mercancías, es un gusto entre varios y que el bosquesino no satisface todos sus gustos mediante el mercado. Aun cuando hoy en día ciertas de las llamadas “necesidades básicas” sólo pueden satisfacerse recorriendo al mercado — fósforos, kerosene, linterna, pilas, cartuchos, redes, anzuelos, nylon, machetes, hachas, ollas, bandejas, vajilla, vestimenta, calzado, aceite, azúcar, sal — el ámbito del mercado es una esfera de satisfacción de necesidades entre otras. Estas otras esferas de consumo son abastecidas por la producción familiar, la que también abastece el mercado. (GACHÉ, 2011, p. 147).

No que se refere à relação de poder estabelecida nesse espaço, a degradação da natureza, enquanto dinâmica de desenvolvimento, é marcada no repertório de contato dessas comunidades com culturas externas. O incentivo do governo às sementes quimicamente transformadas e à cristalização da monocultura da mandioca, incentivada pelo mercado local e regional, são expressões atuais desse cenário.

Frente a isso, as intervenções propagadas pelo Projeto, objeto de nosso estudo, provocaram importantes alterações aplicando os princípios da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão, estando, hoje, através da implementação dos SAFs, do Banco de Sementes, do Fundo Rotativo e do Manejo em Tanques de Piscicultura, as relações de poder nesse espaço de produção muito mais equiparada.

Esse fato é evidente na ascensão dos conceitos de Bem Viver e Emancipação propostos pelos próprios comunitários e deflagra significativas transformações na forma epistemológica desses espaços estruturais, substituindo o produtivismo da cultura empresarial, assinalado por Santos (2007), por práticas tradicionais e sustentáveis.

Nesse contexto, a Cooperação, a Solidariedade e a Autogestão alteraram profundamente as práticas laborais, que se encontravam dissociadas e individualizadas nessas comunidades, levando-as a um patamar coletivo de pensar e agir na produção.

É importante frisar que a diversidade produtiva, empregada com êxito nas intervenções aqui avaliadas, significa, contra a lógica da monocultura do saber e da produção, resgatar elementos originários da forma de viver dos bosquesinos, como afirma Gaché:

Los trabajos originales que procuran ingresos al bosquesino son de distinta índole. Caza, pesca, extracción forestal y horticultura son tipos de actividades a las que los bosquesinos se dedican en grados variables, condicionados por sus preferencias personales, sus necesidades y sus oportunidades. En este carácter *pluri-activo* de la *persona* del bosquesino se manifiesta un rasgo de su especificidad socio-cultural. Desde luego, no todos extraen madera; unos extraen leña, otros, aguaje, otros, fibras, y otros cultivan la chacra o arrozales para una producción mercantil, y otros más cazan o pescan para el comercio. Muchos trabajan alternativamente en varias de estas opciones. (GACHÉ, 2011, p. 25).

Na cultura bosquesina, o trabalho está intimamente relacionado com os papéis sociais de cada indivíduo no contexto comunitário e coletivo. Homens e mulheres dividem afazeres que, aparentemente, já se encontram demarcados culturalmente e essas demarcações organizam a vida social. Da mesma forma, como já colocado, crianças exercem pequenas atividades laborais, no sentido de acompanharem os pais na lida diária e, aos poucos, adquirirão os conhecimentos necessários para que, futuramente, lhes seja permitida a entrada no mundo dos adultos.

Como também aponta Gaché:

La repartición social de las tareas por sexo y edad hace que cada persona, según la generación y el género a los que pertenece, adquiere *formas de ejercicio de la racionalidad* que corresponden a la solución de problemas que plantean las tareas concretas que aprende a realizar de manera satisfactoria en los diferentes biotopos del medio natural y en las diferentes situaciones sociales. (GACHÉ, 2011, p. 60)

Dentro do contexto das relações que permeiam o espaço da produção, Gaché (2011) ainda aponta que na realidade bosquesinas podem-se perceber dois grupos ordinalmente aparentes nas dinâmicas comunitárias: um grupo geralmente composto por familiares e vizinhos denominado pelo autor de *grupo de solidariedade distributiva*, que leva as pessoas a

compartilharem ferramentas e alimentos, principalmente em situações de crise ou escassez; e um grupo mais amplo, envolvendo maior número de pessoas da comunidade e, por vezes, de outras comunidades, denominado de *grupo de solidariedade laboral*<sup>48</sup>.

Se analisarmos os efeitos desencadeados pelo Programa Produtor a Produtor entre as comunidades participantes do Projeto, perceberemos a rica contribuição alocada nos grupos de solidariedade laboral, que, na região, encontravam-se dispersos e, hoje, inclusive, compõem e dão corpo a uma Associação de caráter regional.

La solidaridad laboral no sólo permite a una persona recurrir a la ayuda de otros cuando su sola fuerza individual no basta para realizar una tarea, sino también ampara la labor productiva, monótona y penosa, con una gratificación psicológica: el placeres. A decir, es parte del “arte de vivir” bosquesino. (Gaché, 2011, p. 66).

Os prazeres ressaltados na citação fazem jus, ao nosso entender, à construção de um novo senso estético, prazeroso, autoral e participativo, de acordo com Santos (2007), necessários para uma possível inversão das lógicas de poder no espaço produtivo.

Nesse contexto, é importante atentarmos para algo que Gaché parece não perceber: O autor afirma uma racionalidade diferenciada na cultura bosquesina frente às práticas urbanas sobre acordos, convocatórias e motivações ao trabalho, descrevendo que, ao invés do dinheiro, o peso do acordo nessas realidades encontra-se sobre a palavra.

Desejamos frisar que na realidade do Alto Solimões essa afirmativa é verídica em determinados casos, contudo, não podemos deixar de afirmar que, frente à necessidade de uma maior mão de obra para o plantio ou para colheita, assim como ao aumento no número de utensílios básicos demandados no mercado local para a manutenção da vida cotidiana, o dinheiro tem, cada vez mais, intermediado as relações de acordos laborais, muitas vezes, substituindo os mutirões pelo pagamento das ditas diárias.

Justamente na tentativa de frear ou reverter, em parte, essa lógica de monetarização das relações é que frisamos a importância da formação da ASPRO-BC, iniciativa protagonizada pelas famílias participantes do Projeto:

Vemos en este último caso que la economía monetaria y sus problemas han dado lugar en ciertas comunidades bosquesinas a estructuras sociales y económicas de prevención y de ayuda mutua, pero éstas no son comunales, sino formadas por un nuevo tipo de grupo de solidaridad. El grupo de solidaridad existe como tal, pero no se cierra hacia la comunidad, pues todos sus miembros son comuneros e implicados

---

<sup>48</sup> Em certa medida e em alguns casos, o grupo de solidariedade distributiva e o grupo de solidariedade laboral fazem menção, respectivamente, ao que conceituamos através das falas dos entrevistados enquanto solidariedade e cooperação, na sessão anterior.



em múltiples relaciones de solidaridad — distributiva, laboral, ceremonial — con otros comuneros. Pero ésta se há desarrollado no para la inversión y la acumulación individual de beneficios, ni para permitir el acceso a mayores bienes de consumo, sino como médio para practicar la solidaridad en el contexto de la escasez monetaria. Se trata ciertamente de un cambio, de una innovación en la conducta social y económica — aun cuando se han observado mecanismos similares em otras comunidades bosquesinas —, pero de una innovación que resulta de un princípio ético bosquesino fundamental, pues su respeto garantiza la seguridad existencial: el de la solidaridad. (GACHÉ, 2011, p. 180).

Visto isso, afirmamos que tal espaço estrutural, ao nosso entender, foi aquele que mais recebeu benefícios em sua possibilidade de inversão das lógicas de poder, principalmente, através da consolidação dessas práticas produtivas equilibradas com o meio ambiente, na criação de estruturas locais representativas, na diversificação da produção que garante a soberania alimentar e no protagonismo na gestão da produção, tudo isso somado a um substancial aumento da consciência crítica. Essa consciência crítica foi responsável pela retomada da supremacia do consumo alimentar frente à venda de produtos no mercado local.

Concluimos afirmando que o emprego da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão alterou de maneira profunda as estruturas hegemônicas do espaço da produção, deslocando a maximização do lucro e da degradação da natureza para a maximização da soberania alimentar e do trabalho coletivo. Isso altera, por fim, os processos epistemológicos, de um marco atrelado ao produtivismo tecnológico para uma epistemologia equilibrada entre práticas tradicionais e inovações sustentáveis.

### **7.2.3 O Espaço do Mercado**

O *Espaço do Mercado*, de acordo com os Santos (2007), representa, de modo indireto, a mercantilização de esferas básicas e específicas da vida cotidiana, como a saúde, a educação e os meios de produção. Dinamizado por um fetichismo de consumo propagado pela cultura de massa, sua instituição é o próprio mercado e as identificações das práticas sociais dão-se, prioritariamente, entre a figura do cliente-consumidor.

O fetichismo das mercadorias é a forma de poder do espaço do mercado. O sentido que aqui utilizo a expressão é semelhante ao de Marx. A medida que adquirem qualidades e significados autônomos que vão para além da estrita esfera econômica, as mercadorias tendem a negar os consumidores que, enquanto trabalhadores, são também os seus criadores. Dado que a autonomia das mercadorias é obtida à custa da autonomia do consumidor enquanto ator social (como criador de mercadorias e consumidor livre), o consumidor transforma-se, através do fetichismo de mercadorias, de sujeito de consumo, em objeto de consumo, de criador, em criatura. (SANTOS, 2007, p. 286).

Como apontamos nas reflexões a respeito do espaço estrutural da produção, nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões não se percebe um desejo exacerbado de consumo ao ponto de transformar o sujeito produtor em criatura de sua produção, como cita o autor. Tampouco encontramos, de maneira muito destacada, um fetichismo de mercadorias sedutoras ao ponto de alimentar um exclusivo ciclo de produção e consumo que leve os bosquesinos a uma identificação polar ou permanente com a figura do consumidor.

Parece-nos que, em tais contextos, o consumo de mercado é uma parcela apenas moderadamente significativa no âmbito das satisfações dos desejos bosquesinos e encontra-se delimitada a situações e demandas específicas e condicionadas a uma quantia diminuta da população que dispõem de sobras monetárias. Contudo, obviamente, se analisarmos o rastro histórico de contato dessas culturas com produtos industrializados, o pouco que se percebe nos dias atuais (pouco equiparando com outros contextos e realidades da nossa sociedade), mostra-se de significativo impacto na trajetória desses povos.

En la sociedad bosquesina, antes de la penetración de bienes mercantiles, el hombre sólo conocía y manejaba productos que él o su mujer sabían hacer con recursos de la naturaleza (pero que tenían sus “dueños”, los que cuidaban a sus “hijos”; por eso hablamos de “relaciones sociales” con la naturaleza). Las personas estaban rodeadas del mundo natural y de bienes que ellas mismas habían fabricado transformando la materia prima encontrada en el bosque. En este sentido, no existía en su universo objeto extraño a su medio natural y social. (Gaché, 2011, p. 123).

Frente a isso, para medir seu grau de envolvimento com a lógica de poder fetichista do mercado, não cabe analisar a quantidade de produtos industrializados que tais populações consomem, mas sim, analisar as consequências derivadas desse consumo e como elas produzem fenômenos de desgaste qualitativo aos elementos tradicionais da cultura.

Atentos a isso, percebamos que, para tais populações, a Natureza é entendida como um Ente na relação de troca e subsistência, aquilo que dela se extrai é de caráter coletivo, portanto, instiga o compartilhamento e a lógica da solidariedade, não sendo possível esquadrihá-la nos marcos conceituais do produto privado. O egresso de elementos mercantilizados impõe justamente a contra lógica dessa condição cultural e coletiva, trazendo para as relações interpessoais a mediação de objetos que ganham sentidos próprios, particulares, privados e, por vezes, monetários.

Gaché explica com clareza esse processo:

Con la industrialización y monetarización parcial de sus bienes culturales, la sociedad bosquesina ha adquirido sus características actuales, pues una gran cantidad de objetos del mundo material manejado hoy en día por los bosquesinos escapa a la regla de solidaridad y reciprocidad. Las malas del egoísmo se hacen más densas, y el campo del ejercicio de la generosidad cubre un espacio menor. Este

mayor egoísmo en las relaciones sociales respecto a la posesión de bienes industriales no ha causado conflictos insuperables en las comunidades por el hecho que el acceso a estos bienes, en el transcurso del proceso de su penetración, ha sido relativamente igualitario. Todos los comuneros, poco a poco, han logrado ganar los recursos monetários suficientes para adquirir en el mercado los mismos bienes. (GASCHÉ, 2011, p. 231)

Como refere o autor, os impactos da penetração dos bens industrializados nas relações de solidariedade entre os bosquesinos não são maiores por causa de determinada homogeneidade na possibilidade de acesso. Contudo, aos poucos, alteram as lógicas relacionais, ao adentrarem os espaços comunitários e domésticos impondo a racionalidade utilitarista do privado.

Além disso, a lógica de apropriação altera-se drasticamente, pois, na perspectiva do mercado, pode-se comprar tudo aquilo que o dinheiro permitir, independente se de maneira demasiada ou não. Nela constitui-se uma relação casual e descompromissada entre pessoas e objetos, geralmente, banalizada pela intermediação do dinheiro. Por sua vez, a afinidade que o bosquesino estabelece com a natureza pauta-se no respeito, portanto, dela retira-se apenas o necessário, existindo uma relação entre dois seres sociais (pessoa e natureza).<sup>49</sup>

Como já referido, dentro do contexto juvenil, o fascínio por um fetichismo consumista mostra-se mais de acordo com as conceituações de Santos (2007). Com o auxílio da televisão e o contato com outros jovens de outras culturas, adolescentes bosquesinos voltam seus desejos e gostos para a cultura urbana, gradualmente, desvalorizando a sua própria cultura ao ponto final de negá-la, muitas vezes.

Nesses casos, temos reflexos de fenômenos bem peculiares: Primeiro, uma parcela significativa dessas comunidades passou a receber energia elétrica, de maneira constante, apenas a partir de 2014, impulsionada pelo Programa Federal Luz para Todos. Esse fato tem transformado a dinâmica comunitária, com a chegada da televisão, e traz aos pais e avós novos desafios com suas crianças e adolescentes a respeito de horários e ajuda no trabalho familiar. Somado a isso, novelas, programas e filmes, que incentivam estilos e hábitos que não encontram nenhuma representação ou significado com os símbolos e signos das culturas indígenas ou ribeirinhas.

Segundo, não podemos deixar de citar também que através do acréscimo monetário mensal propagado pelos programas federais de transferência de renda, como Bolsa Família, que, como citado na primeira parte desta Tese, em 2015, atingiu cerca de 45 milhões de

---

<sup>49</sup> Percebe-se isso claramente nos rituais, rezas e orações realizados pelos diversos povos antes da caça, da pesca ou da extração de matérias primas, um ato de solicitar a permissão, um diálogo, um pedido e um agradecimento.

pessoas, as populações bosquesinas, assim como a população brasileira em geral, fazem parte de uma estratégia econômica governamental, que, nos anos de 2012 a 2014, conjugando o aumento de renda familiar e o aumento do salário mínimo, somado a baixa drástica dos juros para o uso de crédito e redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), principalmente da construção civil e da chamada linha branca, buscou aquecer a economia nacional pela lógica do incentivo ao consumo. As populações nativas, com certeza, na esteira desse processo nacional, também se viram instigadas a desempenhar maior papel de compradoras nos anos de ode ao consumo.

Se, por um lado, tais populações, em determinadas circunstâncias, assumem o papel de consumidores, por outro, também compõem esse cenário enquanto produtores/comerciantes e, nesse sentido, devemos fazer algumas considerações.

As identificações em práticas sociais ligadas à esfera do mercado, no contexto do Alto Solimões, distinguem-se em três figuras básicas: o produtor, o atravessador e o consumidor.

A figura do atravessador é marcante na realidade local: aquele ator social que compra diretamente do produtor, quando ele chega às beiras do rio, nos setores urbanos, paga um preço significativamente baixo pelo produto e o transporta até um ponto de venda, geralmente dentro dos mercados municipais. Lá, revende ao consumidor (população urbana) os produtos primários ofertados pelos bosquesinos com uma sobretaxa que, geralmente, atinge o patamar entre 55% a 70%, dependendo da sazonalidade dos produtos.

Uma pesquisa realizada pelo GPEDA entre novembro de 2013 e março de 2015, que teve como público alvo 128 comerciantes de produtos primários dos principais locais de comércio da região, diagnosticou que 95% desses vendedores não produzem o produto que comercializam, enquadram-se fidedignamente na categoria de atravessadores.

Além disso, diagnosticou-se que 95% dos produtores das comunidades indígenas e ribeirinhas afirmam ser dentro dos mercados municipais o melhor lugar para comercializar seus produtos e, em contraponto, os mesmos produtores informam que, em 94% dos casos, vendem seus produtos fora dos mercados, em lugares impróprios, como nas ruas ou na beira do rio. (LACERDA, 2013).

Existe uma situação conflitiva a esse respeito no cenário local: Os produtores não dispõem de lugar adequado para comercialização, tampouco dispõem de condições estruturais para dedicar todo dia à venda direta ao consumidor. Além disso, mesmo sabendo que esses consumidores pagariam melhor pelo produto, os comunitários geralmente escolhem vender

toda quantidade que dispõem ao atravessador de uma só vez e por um preço abaixo do mercado para, rapidamente, poderem retornar à sua comunidade e suas atividades.

Por outro lado, historicamente, os atravessadores tomaram conta dos principais e mais adequados espaços de comercialização, através de critérios desconhecidos, e o fato é que, até hoje, nenhum gestor público atreveu-se a questionar publicamente esse processo ou, pelo menos, abrir outro espaço igualmente adequado aos produtores, salvo a feira de produtores Ticunas, instalada recentemente na avenida central de Tabatinga, que abrange inexpressivo número de famílias, a maioria oriunda da periferia da cidade.

Por fim, vendendo direta ou indiretamente seu produto, como aponta a própria dinâmica conceituada anteriormente por Santos (2007), após a comercialização, o próprio produtor torna-se consumidor ao buscar, com aquele novo recurso monetário, elementos que necessita e não são produzidos na comunidade, como gasolina, café, açúcar, sal, material escolar, produtos de limpeza, higiene e remédios alopáticos.

Esse quadro desenha a dinâmica de identificação social no espaço do mercado entre Produtor-Atravessador-Consumidor, no contexto do Alto Solimões.

No âmbito do Projeto em análise, a aplicação dos princípios de Cooperação, Solidariedade e Autogestão reforçou a importância da garantia alimentar para a subsistência, promoveu fartura e a abundância independente do mercado e isso levou os próprios comunitários à conscientização da necessidade eminente de diversificar a produção.

Consequentemente, tal diversificação estruturou a capacidade de boa e variada alimentação ao longo da maior parte do ano e possibilitou o aumento da venda e do ingresso de recursos monetários a essas famílias.

Temos (GPEDA, 2014) uma estimativa aproximada de que, nos últimos cinco anos, as famílias envolvidas no processo de diversificação produtiva incrementaram sua renda dentro de um espectro de 10% a 20%, variando a quantidade de terra cultivada.

Além disso, o vínculo construído entre tais comunitários possibilitou a realização de compras coletivas, o que garantiu maior poder de negociação no mercado de insumos, diminuindo o custo básico da produção em comparação às compras individuais.

Outro elemento de extremo valor, que nos leva a crer que a aplicação dos princípios aqui em questão tenciona a lógica de poder desse espaço é o exemplo do Fundo Rotativo, com juros menores do que aqueles ofertados através do crédito pessoal pelos principais bancos<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Bancos brasileiros, públicos ou privados, não disponibilizam crédito para populações que habitam áreas alagadas, como, neste estudo, o caso de São José, Santa Luzia, São Raimundo, São Gabriel, Cristo Rei, visto que, de acordo com tais instituições, esse tipo de investimento é considerado de alto risco e difícil retorno. Esse

Portanto, a dinâmica de maximização dos lucros, expressa por Santos (2007) como imperante no espaço do mercado, justifica-se para aqueles que comandam a ponta do processo de comercialização, no caso os atravessadores. Aos comunitários, por sua vez, coloca-se como forma de poder hegemônico a mercantilização dos aspectos básicos da vida.

Apesar de ser complexa a possibilidade de reversão de todo esse contexto mercantil, mola motriz da sociedade contemporânea e faceta evidente da Razão Indolente, alterações nas lógicas de poder percebem-se.

De imediato, considerando o aumento do poder de barganha dos produtores reunidos frente ao mercado, a diversidade na alimentação e o aumento dos alimentos comercializados, o acréscimo monetário decorrente desse processo, as compras coletivas e a disponibilização de insumos pelo Banco de Sementes e de crédito pelo Fundo Rotativo Solidário, assim como a criação de peixes e a melhoria substancial na qualificação do artesanato, temos fortes indícios de que a aplicação dos conceitos de Cooperação, Solidariedade e Autogestão construíram estratégias de enfrentamento efetivo frente às relações de poder no espaço do mercado, dirimindo a mercantilização de aspectos básicos da vida cotidiana.

#### **7.3.4 O Espaço da Comunidade**

O *Espaço da Comunidade* representa a interface entre o território e os processos indenitários. Neste contexto, encontram-se atrelados elementos culturais da vida cotidiana que se expandem ou se retraem de acordo com as dinâmicas que perpassam o contexto. As identificações dão-se pela raça, etnia, povo ou religião e suas principais instituições são aquelas que permeiam a base da vida cotidiana, como a igreja, a associação e a escola. A dinâmica de desenvolvimento do espaço estrutural da comunidade coloca-se sempre no sentido de fortalecer tais identidades e instituições. Conhecimento local, cultura comunitária e a própria tradição são as formas epistemológicas desse espaço, que encontra como principal poder hegemônico organizador a diferenciação desigual. (SANTOS, 2007).

A diferenciação desigual é a forma privilegiada de poder na comunidade e, provavelmente, a mais complexa e ambígua de todas. Opera mediante a operação da alteridade, da agregação da identidade e no exercício da diferença na base de

---

critério excludente justifica a criação do Programa Federal Pro várzea, em 2001, executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (Ibama) e coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, com investimento anual aproximado de 10 milhões de reais.

critérios mais ou menos deterministas. Para esta forma de poder é essencial o dualismo da inclusão (aquilo que pertence) e da exclusão (aquilo que é estranho) [...] Na sua forma mais difundida, a diferenciação desigual envolve a atribuição de significado social a padrões particulares de diferença étnica, a avaliação negativa de características reais ou imputadas, que são deterministicamente conferidas aos grupos definidos como diferentes ou estranhos. (SANTOS, 2007, p. 287).

Primeiramente, para real compreensão desse espaço devemos combater uma visão lírica da comunidade, como aquela encontrada em Baumann (2001), que é apresentá-la como um território livre de conflitos e naturalmente tendenciado para a harmonia e a cooperação.

Como bem afirma Gaché:

Si bien la comunidad puede considerarse como una unidad de coresidencia, ésta no implica forzosamente ni unidad laboral productiva, ni consenso y armonía; al contrario, agrupaciones internas, conflictos o tensiones latentes o abiertos existen en el seno de la mayoría de las comunidades. (GACHÉ, 2011, p. 61)

A comunidade, assim, é um espaço de cooperação, solidariedade, harmonia e potência de vida, tanto quanto um espaço de atrito, de latente conflito, de interesses difusos.<sup>51</sup>

Visto isso, é fato que, dentro do universo comunitário, existem diferenciações desiguais operacionalizadas, inclusive, pela forma como cada pessoa ou grupo específico assume a frente das instituições que compõem o território. Percebemos claramente isso ao observarmos a repercussão social da figura do cacique, do presidente da associação, do líder da igreja ou demais lideranças no contexto comunitário.

No que concerne ao papel das lideranças, se bem desenvolvido, transforma o dualismo da inclusão/exclusão em ponto de reconhecimento e respeito das diferenças e isso pode gerar complementariedade, aliança e fortalecimento de lutas e saberes.

Não se pode ignorar que cada lugar de status, na dinâmica da comunidade, representa uma historicidade e é depositário de um significativo conteúdo subjetivo por parte do imaginário coletivo. Caciques representam, por exemplo, uma linhagem nobre dentro das etnias; representantes comunitários são entendidos e escolhidos por seu poder de tradução com as culturas alheias; agentes comunitários de saúde e coordenadores educacionais possuem reconhecido conhecimento específico considerado importante para a manutenção da vida cotidiana. Ao entorno de todos eles circunda uma atmosfera concreta e simbólica que

---

<sup>51</sup> Ademais, é importante frisarmos que o termo comunidade, historicamente, é um conceito exógeno no que toca as comunidades indígenas, conceito esse, estrategicamente utilizado a partir dos anos de 1970 por organizações governamentais ou religiosas, no sentido de acaudilhar e, assim, poder intervir mais facilmente sobre populações difusas em um território extenso, que ao longo do tempo foi assumido pelas populações ribeirinhas como forma comum de nominar o espaço onde vivem.

dinamiza as relações no território, com outros territórios, com agentes externos e até mesmo entre o mundo material e imaterial, ao tratarmos de cosmovisão.

Já se evidenciou que uma análise histórica das intervenções no território amazônico deflagra sobre as sociedades bosquesinas as mais puras práticas de racismo, preconceitos, exteriorizações e rótulos, o que Santos (2010) argumenta como consequência do processo dual inclusivo/exclusivo.

Porém, observando de forma intracomunitária as consequências das ações horizontais de trocas de saberes e trabalhos coletivos desenvolvidas ao longo do Projeto em estudo, percebemos consolidação do processo de identificação sociocultural, realizada por aqueles que outrora se sentiam diferentes e, por isso, encontravam-se desagregados.

A agregação entre aqueles que outrora se distinguiam e se afastavam muito, fruto da aplicação dos princípios da Cooperação, da Autogestão e da Solidariedade, representa exercício de reconhecimento e respeito às diferenças e uma inclinação subjetiva para união e ação coletiva, no primeiro momento, instigado por uma liderança efetiva.

Os trabalhos cooperativos, em particular, como muito já frisado aqui, fortaleceram a base comum entre comunitários: as identidades de bosquesinos, de agricultores, de pescadores, de amazônicos, enfim, nas quais todos se sentem pertencentes.

Por consequência, a maximização da identidade bosquesina fortaleceu e ampliou a influência das instituições locais sobre o território, planificando, naquilo que lhes convinha, a identificação de práticas sociais, através da disseminação da própria forma epistemológica, isso é, da tradição, do conhecimento local e da cultura de comunidade.

O mais importante: esse aprofundamento das identificações intercomunitárias, gerado pela percepção de contextos, práticas e demandas comuns e geradora de significativo empoderamento, logrou inverter um poder guiado pela diferenciação desigual para um poder de inteligibilidade das diferenças, um poder de senso comum–emancipador.

Caberia aqui, no propósito de um debate mais alargado, algumas definições específicas no tocante ao termo identidade, que tanto na psicologia social, quanto na sociologia, suscita controvérsias.

Apesar de não dispormos de extenso espaço para o debate minucioso desse tema, é importante frisar que, primeiramente, o ideário de uma identidade única, estável e modular é algo que já não presta para as análises dos processos sociais. Tratamos, hoje, muito mais de processos de subjetivações, enquanto forma de compreender que hora as identidades pautam-se por alguns elementos específicos, hora por outros, por vezes, inclusive, opostos e sempre



circunstanciais. Assim, os processos subjetivos que compõem as identidades são tão fluidos e variados que tornam eles mesmos a consequência de alternâncias indenitárias.

Como mostramos em estudos anteriores<sup>52</sup>, a fronteira mesmo é ímpar na provocação desses processos, possibilitando identificações com nacionalidades, etnias, crenças e costumes diferentes a cada momento e circunstância. Tais caracteres indenitários são escolhidos ou não escolhidos pelos sujeitos no contínuo movimento de buscar pertinência, adaptação e permeabilidade nos diferentes contextos sociais. A fronteira, assim como a Amazônia, é um verdadeiro mosaico de vetores de subjetivações, o que acaba por transformar o uno em múltiplo.

Para tanto, da mesma forma que atentamos para falácia do ideário de comunidade, devemos estar atentos à mesma falácia sobre o conceito de identidade: é evidente a impossibilidade de extinguirem-se as diferenciações indenitárias dentro e entre essas comunidades, assim como dentro de qualquer outro contexto humano, pois, tais diferenças de papéis, funções ou identificações são constituintes dos sujeitos e organizadoras da vida cotidiana.

Tais desidealizações que provocamos a respeito da comunidade e da identidade, apesar de aferir a incapacidade de um sonho romântico na construção de um espaço comunitário uni produtivo e incondicionalmente solidário, não amaina um *status* indenitário comum.

O que deve ser rompido é a discriminação da diferença e não a diferença em si, valorizando, assim, um poder de inteligibilidade representado na máxima de que todos têm o direito de ser iguais quando a diferença os discrimina e todos têm o direito de ser diferentes quando a igualdade os diminui. (SANTOS, 2007).

Nessas análises, não podemos desconsiderar também a relação direta que cada população estabelece na equação Terra-Comunidade-Gestão da Vida. Nas comunidades indígenas, esse tema circula sobre as demarcações, invasões propagadas pela expansão agropecuarista e respeito aos lugares sagrados, enquanto que nas comunidades ribeirinhas apresenta-se a mesma temática da demarcação, mas também o manejo com os solos sazonais de várzea, para citarmos alguns exemplos.

As relações estabelecidas entre populações bosquesinas e os territórios que ocupam suas comunidades respeitam a uma historicidade carregada de significados afetivos e espirituais, que remontam à própria criação da vida. Inclusive, nesse sentido, há de se salientar a importante contribuição de pesquisadores atrelados à Cartografia Social e à Nova

---

<sup>52</sup> LACERDA, Luiz Felipe. **A fronteira vivida e os processos de subjetividade**. IN: BOOK, Ana Mercedes. **Práticas e Saberes Psi: os novos desafios na formação do psicólogo**. ABRAPSO, 2015.

Cartografia Social<sup>53</sup> na Amazônia, que vêm ofertando auxílio a essas comunidades no mapeamento subjetivo e autodeclarado desses territórios.

Observando, por fim, os impactos das intervenções guiadas pelos princípios da Cooperação, da Autogestão e da Solidariedade sobre o espaço estrutural da comunidade, pode-se afirmar que, dentro do grupo de reciprocidade laboral envolvido em ações apoiadas pelo Projeto em questão, em diversos momentos logrou-se a superação de identificações esquadrihadas pela raça, etnia, povo ou religião, fortalecendo, por sua vez, uma coletividade multiterritorial, agrupados aqui enquanto bosquesinos.

Esse fortalecimento ocorreu, principalmente, pela aderência das lideranças e das instituições locais sobre um discurso e uma prática coletiva ligada ao emprego da Cooperação, Solidariedade e Autogestão nos espaços deliberativos e laborais. Logrou-se, por fim, certa desarticulação da organização do poder em torno da identificação desigual, unindo todos sobre perspectivas de ações e identificações comuns.

Esse caso exemplifica-se em comunidades de distintas vocações produtivas, distintos ideários religiosos, distintos perfis populacionais e distintas capacidades organizativas articularem-se em torno de uma Associação dos Agricultores Intercomunitária, gerida por elas próprias.

Em vista ao Bem Estar e à Emancipação Social, é importante lembrar que tal Associação atualmente gere uma pequena fábrica de polpa de fruta, um banco de sementes e um fundo financeiro rotativo solidário, além de organizar processos de compras de insumos e maquinários de forma coletiva.

### **7.2.5 O Espaço da Cidadania**

O *Espaço da Cidadania* representa a relação dos bosquesinos e a esfera pública operacionalizada na política vertical entre cidadão e governo. As identificações delimitam-se pela representação social do cidadão, de direitos e deveres.

O Estado, como instituição máxima desse espaço, apresenta como dinâmica de desenvolvimento a maximização da lealdade e aporta como forma de poder as inúmeras perspectivas de dominação, já bem trabalhadas ao longo das análises a respeito das consequências das intervenções Molares nos territórios de ausência. Nesse contexto, o direito

---

<sup>53</sup> Para saber mais: <http://novacartografiasocial.com/fasciculos/>

é territorial, estatal, de jurisprudência e, no caso brasileiro, as formas epistemológicas de conhecimento e intervenção estão estampadas na própria bandeira sob o lema da ordem e do progresso. (SANTOS, 2007).

Distingo entre dominação, como poder cósmico, e todas as outras formas de poder, como poder caótico. Por poder cósmico entendo o poder centralizado, exercido a partir de um centro de alta voltagem (O Estado) e dentro de limites formalmente estabelecidos através de sequências e cadeias institucionalizadas de intermediação burocrática. Em contrapartida, o poder caótico é o poder descentralizado e informal, exercido por múltiplos micro centros de poder de forma caótica sem limites pré-definidos. A heterogeneidade entre as componentes cósmicas e caóticas é responsável pela opacidade fenomenológica das relações de poder na sociedade. (SANTOS, 2007, p. 288).

No caso amazônico, algumas peculiaridades devem ser consideradas, a começar pelo próprio conceito de cidadania e, por consequência, de direito, que na sociedade global assumem a perspectiva do individualismo e do privado, impulsionados por um histórico repertório liberal, enquanto que, nas realidades bosquesinas, a cidadania é algo intimamente atrelado às identidades sociais, sendo, por sua vez, os direitos de caráter coletivo.

Como já apontamos, através dos estudos de Filho (2010), ao tratarmos das políticas públicas, o Estado brasileiro é herdeiro de uma histórica negação e omissão frente aos Direitos Coletivos dos povos nativos. Negação e omissão provocadas por uma incapacidade em admitir alternativas ao marco jurídico hegemônico e ampliar o escopo de suas compreensões sobre os direitos específicos de cada povo e seus territórios.

Como já afirmado, se por duras penas, somente na Constituição de 1988 conquistaram-se avanços na garantia legal desses direitos coletivos, na prática, eles estão longe de serem efetivados. O que percebemos é uma incongruência generalizada entre os princípios Republicanos, a democracia e as políticas públicas, incongruência que acaba por fragmentar todo o tecido social.

Las inconsecuencias y vacilaciones del Estado que no se recuerda las promesas y promociones hechas a los bosquesinos por un gobierno anterior y que deja iniciativas anteriormente promovidas sin el seguimiento y las recompensas anunciadas son una causa de la desconfianza bosquesina hacia nuevas propuestas del Estado. La palabra de los emisarios del Estado (“ingenieros”, promotores de toda clase) está desvalorizada por los antecedentes históricos que el bosquesino resume con el término de “engaños”. (Gaché, 2011, p. 195).

Mesmo sem reconhecimento estatal, podemos afirmar que, nas comunidades do Alto Solimões, a unidade de prática social, isso é, os processos de identificação no espaço estrutural da cidadania, se dão por perspectivas coletivas, em grande parte, pela divisão entre

indígenas e ribeirinhos, porém, dentro delas, contando com uma variedade significativa de identificações, como indígenas Cocamas ou Ticunas, ou ribeirinhos de várzea ou terra firme, para ficarmos em poucos exemplos.

Dentro dessas variações existem elementos que devem ser apontados: Vinculado à cidadania nos últimos anos, o Brasil ergueu-se a certo patamar de visibilidade no cenário internacional e isso ocasionou nos territórios fronteiriços, como o Alto Solimões, significativas migrações, principalmente de peruanos, em busca de benefícios sociais e melhores condições de vida. Esse fenômeno redimensiona os debates sobre direitos e cidadania na região.

Sobre os benefícios sociais, mola motriz desse processo de visibilidade internacional, é comum percebermos nas falas dos comunitários uma forte vinculação do seu recebimento e o reconhecimento de sua cidadania. Ir ao banco com o cartão cidadão, retirar seu benefício, significa para muitos colocar a melhor roupa para ir à cidade, “com orgulho de cidadão reconhecido”, como nos disse uma agricultora, certa vez.

Significa também, logo depois da aquisição do benefício, poder transitar pelos espaços de comércio da cidade, não mais apoiados no *status* de agricultor, índio ou ribeirinho que, no ponto de vista deles, é, muitas vezes, ser tratado como inferior, mas sim apoiando-se no prestigiado *status* de consumidor.

Especificamente sobre as populações indígenas, o tema da cidadania debruça-se, ainda, nas formas tutelares de relação estabelecida com o Estado brasileiro, em especial a FUNAI e a Polícia Federal. Uma perspectiva infantilizadora e dependente que, em última análise, atrapalha a própria organização desses povos.

Nos territórios vítimas da produção das ausências amazônicas, tratamos, portanto, de demandas por uma cidadania coletiva que não encontram ressonância nas instituições locais representantes do Estado, a saber: FUNAI, INCRA, SESAI, Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Essas, por sua vez, como referido na citação de Santos (2008), agindo dentro de uma heterogeneidade cósmica e caósmica de objetivos, diretrizes, e intervenções, geram a opacidade das relações entre as populações e o governo.

A dinâmica de desenvolvimento no contexto de opacidade não busca a maximização da lealdade, como refere o autor, mas a Maximização da Inclusão Produtiva, desfilada da cultura local, e a inclusão na elaborada artimanha do assistencialismo e da dependência político-partidária.

Isso significa dizer que pelo emprego abusivo da lógica indolente, do tempo linear e da escala de produção capitalística, o governo induz agricultores (as), pescadores (as) e artesãos (ãs) a uma dinâmica epistemológica de progresso atrelado ao mercado, ao lucro, à competitividade e ao individualismo, que, por sua vez, formam a própria base para o Não-Reconhecimento do Direito Coletivo como forma de jurisprudência e a não-existência da cidadania de direito.

Tais lógicas estatais Molares, ao serem absorvidas pelas populações, através dos mecanismos de legitimação do Estado<sup>54</sup>, sofrem um processo de naturalização da dominação, da dependência e do trato jurídico individualizado/negação do direito coletivo, o que provoca a opacidade ou fragmentação social e a sistemática alienação, dificuldade de protagonismo, autonomia, soberania e autogestão dos povos.

Contudo, voltarmos às atenções apenas para as relações que bosquesinos afinam com agentes externos é determo-nos apenas nas formas cósmicas de poder apontadas por Santos (2008). Não devemos perder de vista, e isto já está posto, inclusive, nas análises realizadas sobre o espaço doméstico e da comunidade, que existem uma série de relações de poder caósmicas, tão esculpas quanto as cósmicas, que assentam nas diferenciações desiguais entre sujeitos em cada micro espaço da vida cotidiana, como na família, no trabalho e na própria comunidade.

Frente a isso, percebemos nas seções anteriores como as práticas embasadas nos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão provocam efeitos na superação das diferenciações desiguais e na construção de patamares de identificações comuns superando essas formas caósmicas de poder nos micro espaços cotidianos.

Da mesma forma, a partir das análises das entrevistas e grupos focais podemos inferir que tais princípios fortaleceram a cidadania coletiva e promoveram a inclusão produtiva atrelada à cultura local, partindo das vocações e dos desejos de cada comunidade, confrontando lógicas cósmicas de poder.

A questão da cidadania e dos direitos civis nos contextos de produção das ausências amazônicas é dos mais graves e encontra-se intimamente ligada aos processos de Bem Viver ou Bem Estar e Emancipação.

Evidentemente, é muito cedo para averiguarmos alguma ruptura consistente com as formas de dominação desenvolvidas pelos agentes externos ou internos ao longo dos últimos séculos sobre essas populações. Romper com a lógica indolente do Estado, neste caso,

---

<sup>54</sup> Escolas, Postos de Saúde, Hospitais, Departamentos de Incentivo Rural, Emissoras de Televisão, etc.. Como bem demonstra GUARESCHI, P. **Sociologia Crítica: Alternativas de mudança**. 52ed. EDPU CRS, Porto Alegre, 2002.

significaria o emergir de forma nacionalmente atuante e reconhecida da identidade bosquesina, seria atingir, inclusive, um desejado grau de empoderamento que levasse a certa estabilidade permanente na vivência do Bem Estar e da Emancipação Social.

No momento, o que se percebe é que, através dos processos desencadeados ao longo do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, bosquesinos buscaram fortalecer as identificações coletivas comuns como agricultores, pescadores, comunitários, associados, por assim encontrarem fortalecimento na luta por seus direitos, que são coletivos, e sua cidadania, que deve ser emancipada.

Ao futuro, aponta-se um desejo de certas lideranças comunitárias em conjunto com a coordenação do Projeto, em constituir na região do Alto Solimões, o que se tem convencionado chamar de Conselho Regional de Cidadania: espaço que buscaria colocar em sistemático encontro e debate gestores públicos, representantes de categorias trabalhistas, educacionais e de saúde, assim como os próprios comunitários, protagonizando o que a própria Constituição Federal afiança sobre os direitos dos cidadãos à consolidação e acesso a conselhos municipais das mais diversas ordens, o que nunca chegou a ser instalados na região.

Este, por fim, parece ser um ponto característico dos territórios vítimas da produção das ausências e que se relaciona intimamente com o espaço da cidadania: Se, por um lado, são enfraquecidas todas as estruturas sociais representativas dos direitos coletivos, por outro, são inexistentes os espaços de participação e deliberação cidadã, encarcerando as populações a um conformado comodismo dentro de uma zona de obediência exploratória e disciplinar.

### **7.2.6 O Espaço Mundial**

O *Espaço Mundial*, de maneira geral, afirma-se na relação entre o global e o local. Nele, informa Santos (2007), impera como unidade de prática social o Estado-Nação e suas instituições são, em grande parte, as organizações internacionais, buscando a maximização da eficiência. Deste espaço decorre um direito sistêmico que assume enquanto forma epistemológica de saber o universalismo e a cultura global.

Pensar a globalização no âmbito social e cultural implica, sobretudo, compreender os seus efeitos sobre as vidas das pessoas. Numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, a resposta contra seus malefícios seria a redescoberta do sentido de lugar e de comunidade, chamada por Boaventura de Sousa Santos de Localismo Globalizado. (MATTOS, 2010, p. 25).

Nesse ponto, a Sociologia das Emergências chama a atenção para o fato de que, na contemporaneidade, o local foi incorporado pela lógica global, podendo ser entendido enquanto um globalismo localizado e é sobre esse processo que as comunidades mostram-se atentas e receosas. Ele se manifesta na substituição das músicas nativas pelas músicas comerciais, pela saúde alopática em substituição da saúde natural, de uma educação desconectada com conhecimentos e práticas culturais, etc. Contra isso, como bem afirma Ferrarini (2008), é necessária uma Ecologia dos Saberes, dos Reconhecimentos e das Transescalas.

Sobre as comunidades indígenas e ribeirinhas, podemos apontar que a unidade de prática social que desencadeia o processo de identificação apresenta-se em um lugar globalmente invisível, do outro lado da linha abissal, o que justifica, para a Razão Indolente, a implicação vertical de valores exploratórios e práticas de apropriação e violência.

Nesses processos, em grande parte, as instituições que se destacam são as Organizações Internacionais (ONGs, Fundações, Sindicatos, etc.) e, nesse sentido, vale a reflexão já realizada anteriormente sobre a clareza de intenções e papéis que tais entidades desempenham no território, podendo converter-se em importantes aliados na geração de visibilidades das lutas locais ou, de outra forma, em mais um agente produtor de ausência.

No marco geral das concepções e cosmovisões sobre a vida e o território, a perspectiva global e a perspectiva local são díspares e, por vezes, incompatíveis, como afirma Gaché:

Un rasgo de la sociedad bosquesina difícilmente aceptable y comprensible por un ciudadano consiste en englobar en una unidad social a los seres humanos y los de la naturaleza. Para el bosquesino tradicional la “sociedad” no sólo abarca a los seres humanos, sino también a los seres de la naturaleza: “animales”, “madre de monte”, “dueños (de animales y árboles)”, “espíritus”, “almas”, etc. Com ellos el bosquesino concibe relaciones de parentesco y afecto y relaciones de reciprocidad que indican que la solidaridad va más allá de sus semejantes y que se siente “obligado” con los seres de la naturaleza. (GACHÉ, 2011, p. 71)

Seguindo as conceituações de SANTOS (2007) sobre o Espaço Mundial, em nossas percepções, antes da dinâmica de desenvolvimento operar na maximização da eficiência, ela opera na desqualificação da cultura local, criando uma subjetiva desqualificação e dissolução das identificações culturais e uma reidentificação vertical com a cultura global.

Como exemplo, o relacionamento sagrado dos bosquesinos com a terra, deflagrado pela cultura global como místico, acaba por induzido pela tendência hegemônica a uma relação utilitarista de via exploratória-mercantil.

Como vimos no espaço estrutural anterior, na medida em que os direitos culturais coletivos não são reconhecidos e os direitos individuais civis não são acessíveis por falta de garantia estrutural do Estado, somos levados a afirmar que, de maneira global, no contexto amazônico, o que impera nesse espaço não é o direito sistêmico (Santos, 2007), mas sim o não-direito.

Um trabalho de contraposição a esse globalismo local, que vem sendo apoiado pelas ações do Projeto em estudo, são os resgates das ações, festas e demais práticas tradicionais, no sentido de garantir a manutenção da cultura frente às invasões globais desarticuladas.

A forma como bosquesinos se adaptam a intersecção do global sobre o local é clarificada na citação a seguir:

Desde la salida de los patrones de las comunidades, éstas han sabido adaptarse a la nuevas condiciones económicas (acceso directo al mercado), sociales (relaciones con el medio urbano) y políticas (elección de autoridades comunales) las que consistían principalmente en la intensificación y multiplicación de las relaciones entre los comuneros y la sociedad regional envolvente. De una unidad replegada sobre sí misma y relacionada con la sociedad regional tanto económica, como social y políticamente a través del patrón, la comunidad como tal — a través de sus autoridades locales elegidas — se ha vuelto ser un interlocutor de los hombres políticos en el tiempo de campaña electoral, de las autoridades provinciales y distritales, de proyectos oficiales o privados, y el beneficiario de infraestructuras y donaciones cuyo beneficio y obligaciones han motivado el conjunto de los comuneros creando progresivamente una *solidaridad comunal* que se manifiesta en acciones comunales (“obras públicas”), de fortalecimiento de asambleas, fiestas y campeonatos. Sin embargo, cabe subrayar que esta solidaridad comunal no quita libertad a las unidades domésticas en todo lo que atañe a las opciones de producción y comercialización, ni disminuye la eficiencia de la solidaridad laboral que opera a través de la “minga” y otros eventos parecidos. (Gaché, 2011, p. 34).

Nas comunidades estudadas, a potencialização da solidariedade laboral e o fortalecimento dessa espécie de eventos culturais foram protagonizados pelo Projeto em questão. Tais ações, apesar de restringem-se, na maior parte das vezes, ao universo interno das comunidades, já apresentam manifestações de incidência política no contato dessas populações com agentes externos, o que poderia indicar um incipiente caminho no sentido da Emancipação Social e o tensionamento das relações de Transescalas.

Tal incidência política deve ser entendida enquanto consequência de um processo de apropriação por parte dos comunitários sobre os meios de sua produção, a revalorização da produção familiar atrelada à uma dinâmica intercomunitária, à elevação de uma identidade comum e ao devido equilíbrio entre o tradicional e o inovador nas técnicas de produção e nos estilos de vida.



Como refere Mattos (2010), sobre as percepções de Boaventura a esse respeito, a base de uma proposta de localismo globalizado, em contraposição ao globalismo localizado, estaria assentada na promoção de culturas econômicas e culturais locais de pequena escala, autossustentáveis, que estabeleçam uma relação de co-criação e não de dependência com agentes externos.

Sendo assim, podemos afirmar que é na fenda existente entre as escalas Globais e Locais que se travam as batalhas para uma devida Molecularização dos elementos Molares quando eles chegam ao território. E as análises realizadas sobre a aplicação dos princípios da Cooperação, Solidariedade e Autogestão, ao longo do projeto em estudo, nos ofertam forte indicativo de que, empoderando grupos comunitários, contribuem na reversão das relações de poder que levam ao não reconhecimento do local nos processos de intervenção.

#### **7.2.6 O Espaço do Sujeito**

Além das análises e adaptações realizadas sobre os seis espaços estruturais propostos por SANTOS (2007), abriremos espaço para uma reflexão suscitada por Reis (2002), que acreditamos ser pertinente, referente à incorporação de um sétimo espaço estrutural denominado de *Espaço do Sujeito*.

Argumentamos que o indivíduo, tal como conhecemos hoje, constitui-se numa instituição que nasceu com a modernidade. Esse, em função da possibilidade de diálogo que mantém consigo mesmo, enquanto sujeito, pode também ser percebido como um espaço estrutural, passivo da ação de forças de regulação e de Emancipação social, discutidas por Boaventura. (REIS, 2002, p. 397).

O autor introduz tal debate apoiado nos estudos de Norbert Elias (1994), frente a uma crítica à tendência moderna das teorias estruturalistas, funcionalistas e psicanalíticas em definirem a sociedade a partir do sujeito racional, a partir de estruturas sociais pré-estabelecidas. Defende, em contraponto, uma compreensão ampla de sociedade que se constrói na inter-relação dialética entre sujeitos, grupos e instituições.

Nessa perspectiva, só é possível um *eu* atrelado à ideia de um *nós* e a ideia de liberdade apenas pode ser relativa dentro de um escopo de solidariedades e coerções que respeitam as dinâmicas de interdependência. (REIS, 2002).

Essa afirmativa encontra-se em consonância com os modos de vida bosquesinos que, atrelados aos laços de parentesco, vizinhança ou comunitários, constroem estilos de vida

intimamente vinculados às concepções coletivas subsidiadas pelas organizações das práticas cotidianas, inclusive sobre os processos de percepção sobre si mesmo. É dizer, a dimensão do *nós* é parte constitutiva dos processos de subjetivações bosquesinos. Percebemos isso há pouco, quando tratamos dos direitos coletivos.

Reis (2002) afirma, ainda, que a noção de indivíduos interdependentes proposta por Elias (1994) difere radicalmente daquilo que denomina *Homo Clausus*, enquanto indivíduo independente e central de uma estrutura social que se ergue ao seu entorno. O indivíduo que nos aponta Elias é aquele aberto às múltiplas possibilidades, construído pelos vetores sociais, tanto quanto construtor dos mesmos.

Reis (2002) critica então o sujeito-indivíduo construído pelo iluminismo ao longo da sociedade moderna, afirmando que esse processo criou uma categoria de regulação sobre os impulsos ditos avassaladores, formas subjetivas de poder, definidas por ele como *culpa*.

O sentimento de *culpa* advém do fato de que, ao deixar *vazar* impulsos menos nobres em detrimento daqueles condizentes com o auto interesse, ele, o sujeito, deixaria de estar contribuindo para a maximização do bem-estar no âmbito da família, da comunidade, e do Estado. Exerce, então, sobre ele mesmo uma forma de direito específica – a *autocensura*, com base numa forma epistemológica também específica: a *autoconhecimento*. (REIS, 2002, p. 413).

Afirma, ainda, o autor que, se a autoimagem e a autoestima só fazem sentido na compreensão do indivíduo inserido no contexto coletivo, pois se movem pela lógica do reconhecimento, a maximização desses aspectos seriam as perspectivas de desenvolvimento do Espaço Sujeito. Por sua vez, a autocensura, enquanto forma de direito, reflete a interiorização das condutas certas ou erradas por cada um, derivativas das lógicas de direito dos demais espaços estruturais. Como afirma o autor, essa forma de direito pode, inclusive, levar o sujeito a empreender autopunições para normatizar sua conduta e autorregular-se.

A crise da modernidade leva ao estabelecimento de parâmetros diferenciados nos quais o indivíduo pauta a sua conduta e o estabelecimento de relações: surgem novos veios sobre os quais o certo e o errado podem ser sentidos e pensados, com implicações profundas sobre o novo sujeito que está a nascer. Isto vem alterando as relações entre as gerações, os padrões prevaletentes nos espaços domésticos e a conformação de comunidades, e ainda sobre as relações nos espaços do mercado e da produção, embora nesses dois últimos espaços, os impactos ainda sejam quase imperceptíveis, da mesma forma que nos espaços da cidadania e no espaço mundial. (REIS, 2002, p. 417).

De fato, historicamente, parece sempre haver uma dicotomia entre indivíduo e sociedade e essa dicotomia parece estar dentro de nossa forma de pensar, atrelando-se

sistematicamente à ideia de que para um ganhar outro deve perder. Contudo, nenhum existe sem o outro:

Existe hoje uma padronização muito difundida da autoimagem que induz o indivíduo a se sentir e pensar assim: "Estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim, este é o eu verdadeiro, puro 'eu' e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas." Essa atitude perante si mesmo e os outros afigura-se inteiramente natural óbvia àqueles que a adotam. Não se trata de uma coisa nem outra. O que se veicula através dela é a autoconsciência de pessoas que foram obrigadas a adotar um grau elevadíssimo de refreamento, controle afetivo, renúncia e transformação dos instintos, e que estão acostumadas a relegar grande número de funções, expressões instintivas e desejos a enclaves privativos de sigilo, afastados do olhar do "mundo externo", ou até aos porões de seu psiquismo, ao semiconsciente ou inconsciente. É esse conflito no interior do indivíduo, essa "privatização" ou exclusão de certas esferas de vida da interação social, e a associação delas com o medo socialmente instilado sob a forma de vergonha e embaraço, por exemplo, que levam o indivíduo a achar que, "dentro" de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só "depois" se relaciona com os outros "do lado de fora". O abismo e o intenso conflito que as pessoas altamente individualizadas de nosso estágio de civilização sentem dentro de si são projetados no mundo por sua consciência. (ELIAS, 1994, p. 33).

As correntes contemporâneas da Sociologia e da Psicologia Social ingressam a fundo na discussão das alterações desse sujeito na sociedade moderna. Apoiados em Simmel, Weber e no próprio Elias (1994), Dubet (2003) levanta reflexões sobre uma nova perspectiva: a Sociologia da Ação dos Sujeitos, ou Sociologia da Experiência.

Nesse processo, Dubet parte da ideia de que a modernidade provoca uma profunda mudança na concepção de sociedade, indivíduo e ação social, desencadeando a decomposição da representação social oferecida pela Sociologia clássica. (WAUTIER, 2003).

Na perspectiva clássica, a sociedade é o conceito central de organização de toda a esfera social, o Estado-Nação e a divisão social do trabalho, por exemplo, organizam-se a partir da instituição de valores desenvolvidos no seio do conjunto integrado de indivíduos que formam tal sociedade. Tais valores, exógenos ao sujeito, quando internalizados, são a base de onde emerge o autocontrole.

A crítica sobre essa perspectiva defende não mais o papel social do indivíduo e a coesão da sociedade, mas a identidade integrada do sujeito, isso é, a afirmação de si e o desejo de ser protagonista de sua vida. Não há mais espaço, portanto, para a figura clássica de um indivíduo construído por um todo social harmônico e equilibrado. (WAUTIER, 2003).

Percebem-se três traços de direcionamento da ação dos sujeitos dentro deste novo paradigma: *a heterogeneidade dos princípios sociais que organizam as condutas*. Isso é, a identidade desloca-se de um ser para um fazer, uma experiência, uma construção, e esla que

produz o papel, a função, de acordo com seus desejos de ação, equilibrando as diversas normas e condutas estipuladas em determinado espaço.

*A distância subjetiva que os indivíduos mantêm com o sistema* gera um distanciamento que promove um olhar crítico sobre o próprio sistema, as ações do sujeito e seus papéis, e é o que define a autonomia dos sujeitos.

Por fim, *a alienação retorna ao centro das análises de risco entre sujeito e sociedade*, ocasionado pela queda da sociedade como conceito central e, por consequência, a inexistência de um projeto social único e a dificuldade de englobar todos os sujeitos na construção de uma ação ou objetivo comum.

Estamos, portanto, frente a um sujeito ou ator que deve articular as diversas lógicas existentes nos espaços, equilibrando a equação entre assumir papéis, envolvendo-se em projetos sociais, e, ao mesmo tempo, manter determinado distanciamento do sistema que lhe garanta visão crítica e manutenção da autonomia. (WAUTIER, 2003).

Essa nos parece ser a gênese do processo de apropriação Molecular frente às intervenções Molares apoiadas em uma racionalidade indolente, nos territórios de ausência. Aos comunitários, no contato com as intervenções exógenas, deve-se manter um distanciamento ótimo das políticas e seus atores, no sentido de garantir a preservação de certa autonomia para possível articulação das inúmeras lógicas existentes no campo social em prol do protagonismo comunitário. Por sua vez, o bosquesino não pode eximir-se de certa atuação, assumindo um papel social e cativando a participação da maioria nas ações coletivas.

Dubet apresenta a comunidade, a cultura e o mercado como três grandes sistemas que promovem distintas lógicas para as ações dos sujeitos, mas aqui, facilmente, podemos acrescentar o espaço doméstico, da produção, da cidadania, mundial e do sujeito, como bem trabalhado anteriormente. (Wautier, 2003).

O autor afirma que três lógicas guiam a ação do sujeito nesses sistemas ou espaços: a *interação*, na qual o sujeito é definido pelos seus vínculos; a *estratégia*, em que a ação é desenvolvida de acordo com seus interesses; e a *subjetivação*, referente ao olhar crítico frente à esses sistemas.

Apesar de o autor relacionar diretamente essas três lógicas, respectivamente, os sistemas da comunidade, do mercado e da cultura, voltamos a frisar que, visivelmente, eles podem ser percebidos, concomitantemente, nos sete diferentes espaços estruturais aqui trabalhados.

A integração refere-se à visão clássica de um alinhamento equilibrado entre o sujeito e o sistema através da interiorização harmônica de normas e condutas exógenas. Nesse contexto, a crise é vista como patológica e o objetivo maior está na contínua seguridade da identidade. Já na estratégia, a identidade torna-se um recurso para atingir determinados fins: busca-se uma função social que possa influenciar demais sujeitos ou conjuntos em relação a um desejo ou intenção; aqui o que está em jogo na ação é o poder e a influência/coerção.

Por fim, a subjetivação, enquanto lógica de sujeito, não pode ser definida pela redução do ator aos seus papéis e interesses, ela é uma atividade crítica que se diferencia da integração e da estratégia. Neste caso, o que é proeminente é a cultura do sujeito, a valorização daquilo que lhe define enquanto pessoa, portanto, aquilo que gera um olhar crítico frente integrações e estratégias e suas consequentes formas de poder e manutenção das lógicas vigentes dentro de cada espaço estrutural. (WAUTIER, 2003).

Na lógica da subjetivação o ator pode afirmar-se enquanto sujeito crítico, na distância ou no engajamento, na tensão entre cultura e relações sociais, entre comunidade e mercado. O que sustenta essa lógica é a historicidade, no sentido dado por Touraine, na capacidade que uma sociedade tem para construir suas práticas a partir de modelos culturais e através de conflitos, isto é, de dar um sentido a suas práticas. (WAUTIER, 2003, p. 188).

A subjetivação se faz pelas vivências, pela ação e, nesse sentido, o trabalho ganha centralidade na Sociologia da Experiência. Na medida em que todo processo de identificação e formação de identidade sofreu uma atomização individualista, no decorrer da modernidade, o trabalho coletivo toma a cena como ferramenta eficiente de reconstrução dessas fragmentações subjetivas em direção a um processo de subjetivação individual e coletiva da experiência social.

Esse argumento está na base da hipótese que defendemos sobre a capacidade da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão, como princípios orientadores de intervenções nos territórios de produção das ausências na Amazônia, serem eficientes na conquista de Bem Viver e Emancipação Social.

Pois bem, se temos um sujeito fragmentado, no contexto moderno, que não serve mais, sem a análise de seus engajamentos, enquanto unidade de medida única para a construção do tecido social; encerrado em uma identificação de unidade social com ele mesmo, buscando a maximização da autoestima e da autoimagem pelo autoconhecimento e a autocensura, o que leva à dinâmica da culpa como forma de poder; e, por outro lado, pensando de maneira propositiva, integrações e estratégias não são mais suficientes para a garantia da soberania, do protagonismo e da autonomia, necessitando, assim, de um processo de subjetivação individual

e coletiva, nos parecem assertivas as proposições de Giddens em *Modernidade e Identidade* (2002), ao argumentar a necessidade de um *Projeto Reflexivo do Eu* na sociedade contemporânea.

Apesar de não estarmos inteiramente de acordo com as afirmações de Giddens (2002) referente às ideias de um sujeito passivo e uma perspectiva rigidamente linear das temporalidades trazendo, por vezes, conotação arcaica das sociedades tradicionais, referidas como *primitivas*, o que, a nosso ver, é censurável, percebemos grande riqueza na construção de um Projeto Reflexivo do Eu para pensarmos o Espaço Estrutural do Sujeito.

De acordo com tal teorização, o planejamento de uma vida reflexiva estaria posto sobre a análise interna (subjativação para Wautier, 2003) de estratégias e dos riscos em respeito ao contato com os diversos conhecimentos exógenos, Molares e especializados.

Essa política da vida, que dá base para a auto realização, é justamente projetada sobre a sombra dos processos de Emancipação já bem definidos anteriormente. A nosso ver, Emancipação Social, subsidiada por um processo de subjativação, um projeto reflexivo do eu, seria, nesses parâmetros, a forma de equilibrar a autocensura com o autoconhecimento, no intuito de evitar a culpa enquanto forma de poder.

Para Giddens, os desencaixes sofridos pelos sujeitos nas sociedades contemporâneas, produtores de falta de autoconhecimento e confusões de identificações, estão postos sobre a separação do tempo e do espaço, que emprega uma super velocidade e desconfigura a situacionalidade do lugar. O desencaixe das instituições sociais, que, por sua vez, passam a operar no local por uma lógica externa e universalizante, o globalismo local, na ótica de SANTOS (2007), desequilibra práticas e hierarquias do lugar. Percebemos aí, outra vez, a importância de uma ecologia das temporalidades e dos saberes, propostas pela Sociologia das Emergências. (GIDDENS, 2002; FERRARINI, 2008).

Analisando o contexto amazônico, Gaché ilustra:

Los câmbios históricos ocurridos, pensamos, son o cambios conscientes compatibles con los valores, las formas y los sentidos tradicionales (p.ej. el cultivo de arroz, el uso de redes, de la escopeta), o cambios inconscientes, es decir, nuevas conductas adoptadas, por imitación (moda, bienes de consumo) o inducidas (p.ej. por la educación y por el uso del dinero) sin que los sujetos prevean sus consecuencias sobre el sistema tradicional de valores y, desde luego, no sientan contradicción alguna, — lo que no excluye que la perciban *a posteriori*, como en el caso del “mayor egoísmo” diagnosticado por una comunera de Pucaurquillo como consecuencia del uso del dinero. Se puede, en este caso, hablar de “cambios insensibles”, cambios que son adoptados como evidencias sin que se haya interrogado conscientemente su significación para el sistema tradicional de valores. (Gaché, 2011, p. 164).

Pelas análises realizadas até o momento, é evidente que as consequências das intervenções Molares, desarticuladas dos aspectos locais e da participação comunitária, geram a desconfiguração do lugar, imprimindo lógicas de monocultura do tempo, da produção e do espaço e desequilibram práticas, saberes e organizações sociais nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões.

São tais desencaixes operacionalizados no cotidiano dos sujeitos que abalam os processos de confiança nas relações interpessoais, diminuindo a participação social. Por sua vez, como o envolvimento no âmbito local-social da comunidade é uma conduta esperada, requisitada e valorizada entre comunitários, não confiar e, conseqüentemente, não participar, em certa medida, gera culpa.

A participação, nesse sentido, ganha caráter fundamental no projeto reflexivo do eu. Dela deriva o caráter tácito da ação, que é a consciência prática e que, por sua vez, é “a âncora cognitiva e emocional da sensação de segurança ontológica”. Essa segurança ontológica, retroalimentando a afirmativa, é a base para a participação e conseqüente empoderamento de grupos e sujeitos. (GIDENS, 2002, p. 40).

Neste sentido que encontramos as afetações desencadeadas pelo Projeto em estudo: também na dimensão do espaço estrutural do sujeito, ao instigar as práticas laborais coletivas inter e intracomunitárias, promovendo ações de caráter tácito relacionadas com as demandas dos próprios sujeitos, afetando, assim, a própria segurança ontológica dos comunitários, que passam a sentir-se respaldados por um coletivo diverso, porém, com demandas comuns.

Analisando a experiências desses grupos, no contexto do Alto Solimões, encontramos a dimensão que colabora Giddens e parece não ser aprofundada por Reis (2002): o autoconhecimento é muito mais do que “conhece-te a ti mesmo”, ele se subordina a um objetivo mais amplo de construir e reconstruir a identidade e seus sentidos de maneira satisfatória frente às restrições e liberdades.

Nesse reconstruir, a ecologia das temporalidades deve resgatar a possibilidade de uma vivência com consciência do passado para a promoção de um futuro antecipado com a prática no presente. No âmbito coletivo, deve reconstruir as instituições locais, de maneira que certos distanciamentos ou interações estratégicas não deformem as estruturas que trazem significado e segurança ontológica ao local.

Ao refletirmos sobre a participação crítica, o sentimento de segurança e o combate ao poder da culpa, encontramos:

Ser ontologicamente seguro é ter, no nível do inconsciente e da consciência prática, “respostas” para questões existenciais fundamentais que toda a vida humana de certa maneira coloca. Em certo sentido, a ansiedade vem com a liberdade, com Kierkegaard, esta não é uma característica do indivíduo, mas deriva da aquisição de um entendimento ontológico da realidade exterior e da identidade pessoal. (GIDDENS, 2002, p. 48).

Essas respostas frente às perguntas da vida cotidiana, ao nosso entender, subsidiam o conceito de autoconhecimento apresentado por Reis (2002) e compõem as aproximações e distanciamentos ao longo dos processos de estratégias e de integrações propostos por Wautier (2003). Além disso, apenas podem ocorrer pelo processo de subjetivação, ou, como prefere Giddens (2002), pela reflexividade do eu, sustentada por uma experiência tácita e apropriada da realidade.

Para um Projeto Reflexivo do Eu, o desenvolvimento de sistemas sociais internamente referidos são a base. O autor analisa algumas mudanças desses sistemas na modernidade e, assim, apresenta pistas por onde podemos compreender a dimensão do sujeito.

Primeiro, Giddens (2002) afirma que a vida surge como segmento separado do tempo e isso é responsável pelos abismos entre gerações, cada vez mais comuns. Tratamos desse abismo ao discutirmos o espaço estrutural doméstico e comunitário no contexto bosquesino.

Segundo, e por consequência, a vida se separa das externalidades do local através dos mecanismos de desencaixe. Assim, o lugar, embalado pela alta mobilidade, torna-se muito menos atrativo do que costumava ser. A vida também passa a ser mais livre das externalidades associadas aos laços com outros indivíduos e grupos, mudando vínculos e relações de vizinhança e parentesco até afetarem as próprias práticas de cooperação e solidariedade.

Por fim, isso faz com que a vida passe a se estruturar não mais pelos rituais de passagem, mas por limites abertos de experiências. A ausência dos rituais individualiza a passagem por etapas e desafios, gerando a cada fase, muitas vezes, crises de identidade.

É na vida apartada dos tempos e das localidades que reside a crise de legitimidade das práticas indígenas e ribeirinhas tradicionais nos contextos contemporâneos. Essa crise, provocada pelo referente desencaixe e ampliada pela culpa, dentro do escopo da autocensura radical, ao nosso entender, e sem aprofundamentos científicos, é o que promove os altos índices de suicídio indígena nos tempos atuais.

Para evitar a crise os indivíduos e grupos se cercam de determinadas circunstâncias rotineiras da vida cotidiana, um núcleo de normalidade que lhes garante confiança, autoconhecimento e sustentabilidade emocional para envolver-se e participar. Quando essas



estruturas são abaladas por perspectivas exógenas e Molares, a liberdade pode tornar-se um risco, ao perceber a realidade como múltipla e, por vezes, desconhecida. (GIDDENS, 2002).

Nesse sentido, confiança incorpora eventos reais e possíveis no mundo físico, e também encontros e atividades na esfera social. Viver nas circunstâncias das instituições das sociais modernas, em que o risco é reconhecido como tal, cria certas dificuldades específicas para o investimento generalizado de confiança em “possibilidades desencantadas” – possibilidades que são postas entre parentes como irrelevantes para a auto-identidade e objetivos dos indivíduos. (GIDDENS, 2002, p. 122).

Não entraremos em detalhe aqui, mas o que antecede a manutenção do poder da culpa proposto por Reis (2002) é o sentimento de ansiedade entre as possibilidades de liberdade. Sentimento esse, como já afirmado, que nas realidades locais se desconfigura com a intervenção dos princípios da modernidade ou da operacionalização da Razão Indolente, como preferirmos.

Fato é que, no Espaço Estrutural do Sujeito, o eu, o outro e o nós, formam sempre um trinômio maquínico e existencial que determina o autoconhecimento, autocontrole, culpas, emancipações, Bem Viver e liberdades.

Vale, ainda, ressaltar que o risco nem sempre é negativo e, de acordo com a auto-identidade de cada sujeito, pode ser encarado enquanto opção de treinamento de confiança. Existem pessoas que optam pelo risco, pela desestabilidade, pelas tentativas mais incertas e isso constitui fortaleza de sua autoimagem, seu autoconhecimento, e lhe garantem, por vezes, lugar de destaque de maneira afirmativa ou temerosa frente ao grupo. Se o risco é solucionado com superação, pode-se ganhar posições de liderança, se, por outro lado, o risco é resultante em fracasso, pode gerar rejeição coletiva e até a própria culpa. (GIDDENS, 2002).

Portanto, o empoderamento está disponível na fenda entre os desencaixes sociais e constitui-se enquanto reformulação e afirmação de uma autoimagem e uma auto-identidade através das formas estratégicas e subjetivas de manejar com os riscos. Existe significativa possibilidade de empoderamento e, por consequência, Emancipação Social, no desencaixe entre intervenções Molares e suas possibilidades de Molecularização, entre o globalismo local e o localismo global.

Na segunda parte do livro, Giddens (2002) dedica-se a descrever o que chama de relações puras. De acordo com o autor, tais relações não estão ancoradas em condições exteriores da vida social e econômica, seriam relações que se mantêm pelo simples fato do que podem gerar para seus envolvidos, sem interesses secundários conscientes.

As relações puras seriam reflexivamente organizadas em constante autoanálise das partes envolvidas e este autoexame é o que liga intimamente este tipo de relação com o projeto reflexivo do eu. Neste caso, é o conceito de compromisso atrelado ao de convicção que caracteriza a dinâmica de entrelaçamento entre as pessoas de uma relação pura. Além disso, relação pura evoca intimidade, e a intimidade leva ao reconhecimento e à identificação com o outro, e isso também gera o compromisso.

O compromisso é de construção difícil precisamente porque supõe um alinhamento mútuo dentro da relação pura. Mantém uma relação incômoda com a reflexividade que é igualmente central para o ordenamento da relação. (GIDDENS, 2002, p. 90).

Contudo, contra uma aparente e utópica idealização do conceito, Giddens chama atenção para o fato de que, se por um lado, as relações puras geram intimidade e compromisso, por outro lado, exigem demasiada autenticidade, o que se subentende conhecimento de si e capacidade de expressão ao outro pela fala e pelo comportamento. Por fim, aponta que as relações puras são vulneráveis a términos repentinos ao sabor dos participantes, “não é por acaso que a raiva, o ódio e os sentimentos depressivos giram em torno dos contextos das relações puras e, em circunstâncias concretas, a intimidade pode ser psiquicamente mais problemática do que recompensadora.” (2002, p. 172).

O exemplo de relações puras proposto por Giddens merece ressalvas em sua magnitude incondicional, inclusive, o termo *puro* mostra-se perigoso e passivo de diversas análises. Contudo, a conceituação nos serve para ilustrar de alguma forma a interface daquilo que conceituamos, a partir da narrativa de nossos informantes, enquanto Solidariedade e como ela toma formas no Espaço Estrutural do Sujeito. Isso é, vinculadas ao afeto, ligadas à ideia de lealdade e exigentemente auto reflexivas. A Solidariedade exige uma autorreflexão do eu.

Assim, de maneira conclusiva, Giddens (2002) aponta ser necessário a superação de alguns dilemas para um Projeto Reflexivo do Eu, a saber:

Unificação versus fragmentação: Neste caso, a unificação refere-se à capacidade do sujeito em articular elementos tão dispersos na modernidade em torno de uma ideia de eu, uma auto identidade.

A fragmentação foi operacionalizada historicamente pelas intervenções Molaes no seio dos territórios amazônicos, gerando incapacidade de Emancipação Social e Bem Viver. Ações intercomunitárias, baseadas na tradução das demandas e capacidades comuns são a fórmula encontrada pelo Projeto em questão para a reestruturação do processo de unificação coletivo e individual.

Impotência versus apropriação: As influências exógenas na vida cotidiana dos sujeitos faz com que eles sintam-se impotentes, alheios e distantes das esferas de controle. “A modernidade expropria – é inegável.” (2002, p. 178).

A apropriação, por sua vez, é resultado dos processos relatados até aqui na busca pela redefinição da auto identidade, apoiada em vínculos e relações seguras e na possibilidade de manter distanciamentos corretos frente às influências Molares, hora se arriscando, hora se preservando, para manter autonomia nas escolhas das estratégias e integrações, sempre de forma consciente e auto reflexiva. Nessa fenda reside a possibilidade de apropriação sobre as intervenções.

Autoridade versus incerteza: Com a generalização dos desencaixes, passam a não haver autoridades definitivas, cada um e todos podem, em determinado momento, reivindicar a autoridade para si, isso, obviamente, gera incerteza nas condutas e nos códigos que regem as ações cotidianas, que devem ser revistos a cada mudança.

Aquele que reivindica para si a autoridade deve encontrar legitimidade social no reconhecimento de seu potencial auto reflexivo, manifestado na capacidade de assumir posições de risco frente às diversas possibilidades e isso em resultar escolhas assertivas no processo de integração e estratégias.

Experiência personalizada versus experiência mercantilizada: Por fim, a modernidade inaugura um projeto de eu vinculado aos princípios do capitalismo mercantil. Dessa forma, o autoconhecimento e a auto definição da identidade passam cotidianamente pelos aspectos factuais dos bens e da aparência. Nesse contexto, a experiência personalizada ou “o Projeto Reflexivo do Eu é, em parte, necessariamente uma luta contra influências mercantilizadas, embora nem todos os aspectos da mercantilização sejam seus inimigos.” (GIDDENS, 2002, p. 184).

Então, a ideia de um necessário processo Reflexivo do Eu, atrelado à racionalidade tácita, aos processos de subjetivação e à superação dos dilemas anteriormente apresentados, é muito pertinente e colabora com as intenções de refletir sobre o espaço estrutural do sujeito dentro do universo da Sociologia das Ausências e das Emergências.

O que falta para Giddens (2002) é uma análise mais aprofundada das relações de dominação e poder da sociedade contemporânea e as múltiplas maneiras e possibilidades que o Projeto Reflexivo do Eu pode superar tais dominações. Além do mais, parece-nos que o autor enreda-se nas articulações subjetivas dos processos de desencaixe das identidades na modernidade, deixando um tanto de lado a análise pertinente das instituições que permeiam os

territórios e suas formas de poder cósmicas e caósmicas, como bem desenvolvido ao longo das contextualizações do Espaço Estrutural Global e da Cidadania.

Para finalizarmos as contribuições que justificam a consolidação do Espaço Estrutural do Sujeito atrelado à realidade indígena e ribeirinha da Amazônia, Gaché (2011) nos auxilia indicando que devemos levar em conta algumas categorias fundamentais neste exercício de examinar o sujeito bosqueisino, a saber: motivação, ação, operacionalização, finalidade e prioridades.

Vejamos sucintamente o que aponta o autor:

As motivações, geralmente, são de cunho fisiológico e sociocultural, sendo assim, referem-se à alimentação, sexo, mobilidade, acomodações, vestimentas, comunicação e interação social. As ações são o arranjo de ações verbais e não verbais que compõem as atividades da vida cotidiana, sendo, assim, intencionais e conscientes.

As operações, por sua vez, são as manifestações verbais e não verbais que fazem parte de um processo ritualístico automatizado e interiorizado pela pessoa, sendo assim, de maneira subconsciente.

As finalidades, também de caráter fisiológico ou sociocultural, estão compostas pela produção da alimentação, a produção de remédios, a construção da moradia, da roupa, as drogas, os adornos corporais, a própria produção cultural, como a música e as artes plásticas. Elementos atrelados ao Bem Estar.

E, por fim, a priorização está vinculada ao que se escolhe fazer em detrimento a uma série de outras possibilidades, essa escolha está vinculada às motivações, ações e finalidades anteriores e, portanto, nos auxilia na compreensão das hierarquias de fatos e fenômenos no universo imaginário e concreto do espaço coletivo em estudo.

De hecho, la motivación que lleva a una persona a una actividad siempre es un compuesto de motivaciones que se dejan derivar de la situación vivencial de la persona. Analizar y comprender las situaciones vivenciales (en la vida cotidiana), desde luego, es la condición para que podamos descubrir las motivaciones (GACHÉ, 2011, p. 129).

Essas cinco categorias fundamentais são a base para compreensão das dinâmicas que impulsionam os movimentos bosqueisinos em cada um dos Espaços Estruturais. No tocante às reflexões sobre o sujeito, são a base analítica para os estudos de casos específicos que pretendem avaliar as motivações de determinados comportamentos em direção a riscos, estratégias, articulações e subjetivações frente a elementos internos e externos a sua realidade.

Da mesma forma, tais categorias são a base analítica constitutiva também para a compreensão dos processos de maximização da autoimagem, ou, ao contrário, da aplicação da culpa e da autocensura em cada processo sócio pessoal.

Ao término da proposta sobre o Espaço Estrutural do Sujeito, Reis (2002, p. 33) afirma que pensar o sujeito dentro do contexto da crise paradigmática significa colocá-lo entre as tensões de regulação e Emancipação e “isto vem alterando as relações nos espaços domésticos e a conformação de comunidades, e ainda sobre as relações nos espaços do mercado e da produção, da mesma forma que nos espaços da cidadania e no espaço mundial”.

Ao defendermos a pertinente criação do Espaço Estrutural do Sujeito e tentarmos contribuir para o aprofundamento das discussões de Reis (2002), apresentamos a sistematização a seguir.

### 23 – Espaço Estrutural do Sujeito

<b>Espaço estrutural</b>	<b>Unidade de prática social</b>	<b>Instituições</b>	<b>Forma de direito</b>	<b>Dinâmica de desenvolvimento</b>	<b>Forma epistemológica</b>
Espaço do sujeito	Relação do indivíduo com ele mesmo e o coletivo local.	Indivíduo	Autocensura	Maximização da autoimagem e estima.	Autoconhecimento

Fonte: Reis (2002, p. 17).

Concluimos, frisando que o bosquesino é um ser pluri-ativo e pluri-capaz por excelência, desenvolvendo inúmeras práticas atreladas à uma significativa variedade de ecossistemas e à disponibilidade natural de recursos, construindo, para isso, uma série de conhecimentos astronômicos, climatológicos, hidrológicos, ligados à flora e à fauna amazônica.

Suas atividades estão organizadas no conjunto de suas sociedades segundo os valores de cada cultura e apresentam íntima ligação com a aprendizagem das práticas de produção alimentar e manutenção cultural, que permitem a vivência daquele povo e daqueles hábitos ao longo do tempo. Dessa forma, qualquer tentativa de análise ou de intervenção deve levar em conta tais características.

Ser sujeito bosquesino, índio ou ribeirinho, é construir-se sobre alternante influência da floresta e a imensidão das águas, ter um olhar contemplativo e analítico a placidez do cenário amazônico, ambiente este que se deixa transitar, mas não se deixa governar. É viver no constante entre o Eu e o Nós e este Nós abarca a terra, os rios e tudo que neles habitam de

maneira visível ou invisível. É ter um presente marcado por um passado de produção das ausências e por um futuro demandante de emergências. Autoconhecimento e autocuidado nunca podem distanciar-se do conhecimento e do cuidado para com a própria Floresta.

### **7.2.8 Síntese das análises a respeito das relações de poder empregadas pela Razão Indolente nos Espaços Estruturais**

Ao fim desta análise, retomamos nosso empenho inicial de assinalar em que medida as intervenções desenvolvidas pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver tencionam, desestruturam ou alteram as relações hegemônicas de poder descritas nos espaços estruturais em busca daquilo que os próprios informantes definiram enquanto Emancipação Social e Bem Viver.

Para esse processo, foi necessário um exercício de pesquisa, aprofundamento e imaginação sociológica, no intuito de adaptar as conceituações de cada Espaço Estrutural proposto por Santos (2007) e Reis (2002) à realidade peculiar dos povos amazônicos.

Tratamos, portanto, de maneira sucinta, apresentar nossa proposição a respeito da construção de um quadro analítico dos Espaços Estruturais na Sociedade bosquesina em estudo, para, posteriormente, finalizarmos, a respeito dos impactos das intervenções supracitadas nas relações de poder.

Quadro 24 – Mapa dos Espaços Estruturais das comunidades participantes do Projeto em estudo, no Alto Solimões:

<b>Espaço Estrutural</b>	<b>Unidade de Prática Social/ Identificações</b>	<b>Instituições</b>	<b>Dinâmica de desenvolvimento</b>	<b>Forma Poder</b>	<b>Forma de Direito</b>	<b>Forma Epistemológica</b>	<b>Principal eixo de intervenção</b>
<b>Doméstico</b>	Diferenciação Sexual, Desidentificação e abismo geracional.	Casamento, Família Nuclear, Família Extensa e Parentesco.	Maximização do afeto	Compartilhado por gênero.	Direito Doméstico.	Cultura familiar.	Mulheres e anciões.
<b>Produção</b>	Práticas Tradicionais e Práticas Capitalistas.	Terra, Unidade de Produção, Grupo de Solidariedade Distributiva e Laboral.	Maximização da soberania alimentar, do domínio sobre o território e do trabalho coletivo.	Práticas ecos-sustentáveis de produção.	Direito de produção solidária e para subsistência.	Abundância, Soberania e Produção Solidária, Autogestionada e cooperativa.	Relação com a terra e o mercado.
<b>Mercado</b>	Produtor, atravessador e consumidor.	Mercados Locais	Maximização da renda e da utilidade.	Mercantilização dos aspectos básicos da vida e submissão aos atravessadores X ações de compras e créditos coletivos.	Direito de subsistência e de trocas solidárias abaladas.	Ampliação do universo comercial e cultural das necessidades básicas.	Comercialização, Subsistência e Consumo, Valor agregado e Consumo Consciente.
<b>Comunidade</b>	Raça, etnia, liderança e religião.	Comunidade, Vizinhança, Outras Comunidades, Grupos de solidariedade Laboral, Comunal e de Celebração.	Maximização da identidade comum.	Inteligibilidade sobre as diferenças, senso comum emancipatório.	Direitos coletivos e comunitários.	Conhecimento Local.	Território, Festividades tradicionais, área de produção, espaços intercomunitários de encontro e trocas de saber.
<b>Cidadania</b>	Cidadania coletiva x Individualização do sujeito	Poder Público e Entidades Internacionais.	Maximização da inclusão produtiva desfilhada a cultura local e emprego de intervenções assistencialistas.	Dominação Exógena e Molar X Incipiente empoderamento comunitário.	Direitos Coletivos subtraídos pelo direito a assistência.	Nacionalidade dominante.	Incidência política.
<b>Global</b>	Cultura local e cultura global.	Poder Público e Entidades Internacionais.	Maximização da cultura Global	Desvalorização Cultural.	Não-Direito.	Cultura Global.	Maximização da cultura local.
<b>Sujeito</b>	Relação do indivíduo com ele mesmo e o coletivo local.	Indivíduo	Maximização da autoimagem e estima	Culpa	Autocensura	Autoconhecimento <u>E autocuidado</u>	Sujeito e seus processos de integração, estratégias e subjetivações.

Fonte: Autor, 2015.

Buscando, por fim, responder à pergunta que rege nossa inquietação científica ao largo desta matriz, sobre a capacidade da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão de incitar alterações nas lógicas de poder que perpassam e constituem os Espaços Estruturais, concluímos:

No espaço doméstico, diferentemente do que aponta Santos (2007), à primeira vista, não encontramos uma relação de poder exclusivamente patriarcal, mas sim uma relação de poder compartilhada por gênero. Pesquisas nos confirmam que, mesmo antes da chegada do Projeto em questão, nesses territórios, a mulher já possuía relação aparentemente equilibrada no espaço doméstico, sendo, inclusive, parte fundamental, se não central, na composição da renda e das decisões familiares.

Mesmo frente a esse elemento, devemos ter em mente que, assim como em outras sociedades, são acordados socialmente que às mulheres cabe, além do apoio na produção familiar, o cuidado com os filhos e com a casa. Contudo, elas mesmas, partindo de seus relatos, não se sentem subjugadas frente a essas perspectivas.

Além do mais, sabemos que o ambiente doméstico, sendo da esfera do privado, apresenta dificuldades em ser analisado internamente. O desafio de perceber as microdinâmicas familiares veladas ao externo está posto como uma autodefesa da própria estrutura familiar e, dessa forma, não se deixa mostrar com facilidade.

Sobre as intervenções, apenas em 2015, no último ano do Projeto, através de uma ação desencadeada pelo Projeto Ser Mulher, é que se evidenciaram com maior clareza as micropolíticas que regem o espaço doméstico, os sentimentos de submissão que tais mulheres sentem frente aos maridos e, principalmente, a necessidade que possuíam de espaços até então inexistentes de encontros para trocas de saberes e experiências, no intuito de fortalecer o papel da mulher no contexto familiar e comunitário.

Ao nosso entender, foi tardia a entrada do Projeto com intervenções que aportassem à discussão de gênero e o empoderamento das mulheres ao longo dos seis anos de ações. Essa ação, que também segue os princípios da Cooperação, da Autogestão e da Solidariedade, vem trazendo resultados importantes e, paulatinamente, aporta uma nova concepção e uma nova postura dessas mulheres nos espaços em que circulam cotidianamente. Isso nos leva a crer que, empregados tais princípios, pode-se abalar, em certa medida as lógicas patriarcais nos diversos Espaços Estruturais, apesar da ação ser incipiente para tomarmos tais afirmativas como conclusivas.



No âmbito da produção, as inúmeras intervenções inverteram de forma crucial a lógica de poder hegemônica posta sobre a exploração capitalista da natureza, transformando-as em práticas coletivas e sustentáveis de produção. Como já analisamos, tais mudanças alinham-se intimamente com a perspectiva de Emancipação Social e Bem Viver extraídas das conceituações dos próprios informantes desta pesquisa.

Referente ao espaço estrutural do mercado, ao contrário de um fetichismo das mercadorias, a análise dessas realidades nos deparou com a mercantilização dos aspectos básicos da vida e submissão dos produtores frente aos atravessadores. Nesse contexto, as ações de compras coletivas, beneficiamento de produtos primários e o Banco de Sementes, com a gestão de um fundo rotativo solidário, deram forma às alternativas possíveis de confronto a essa mercantilização e a essa dependência. A própria diversificação produtiva, que foi empregada em alta escala nas comunidades participantes, gerou maior independência frente aos produtos do mercado.

Contudo, mesmo sendo positiva a alteração das lógicas de poder na esfera do mercado, não devemos perder de vista que, pelo longo histórico de hibridação das culturas locais com as culturas hegemônicas, há, estruturalmente, uma dependência mercadológica irrevogável de alguns elementos que compõem a base da alimentação e de utensílios da vida bosquesina, como o açúcar, o sal e a gasolina, para citarmos alguns e, sobre esse processo, não se pode retroceder.

Outro espaço que sofreu forte impacto das intervenções embasadas na Cooperação, na Solidariedade e na Autogestão foi o espaço comunitário, que substancialmente inverteu uma lógica de poder atrelada à diferenciação da desigualdade através de uma dinâmica de maximização das identidades específicas, partindo para uma lógica de inteligibilidade sobre as diferenças propagada pela percepção de demandas comuns e a conseguinte construção de um senso comum emancipatório, potencializado a construção de uma identidade coletiva.

No tocante ao Espaço Estrutural da Cidadania e sua forma de poder descrita por Santos (2007) enquanto dominação do Estado sobre os cidadãos, no território, encontramos essa manifestação revertida de uma dominação exógena e Molar de agentes governamentais e demais entidades interventoras sobre essas comunidades. Isso se manifesta, geralmente, na forma de assistencialismo político-partidário ou a infantilização tutelar desenvolvida pelo governo sobre a população indígena.

Nesse contexto, as ações desenvolvidas pelo Projeto, tencionando as lógicas de poder dos demais Espaços Estruturais, gerou um incipiente empoderamento comunitário que se

manifesta por um maior poder de argumentação e negociação por parte dos bosquesinos frente aos órgãos externos e a busca de independência financeira e estrutural com relação às entidades governamentais. Além disso, o próprio Projeto foi experiência de Molecularização sobre vetores Molares por parte dos bosquesinos.

Sobre o âmbito global, ou mundial, a forma de poder que se percebe permear as realidades bosquesinas é a da desvalorização da cultura local. A alteração dessa perspectiva depende em grande parte de uma tomada maior de consciência da própria população em geral e poderia ganhar visibilidade com o avanço do empoderamento e da Emancipação Social dessas populações.

Como a estratégia de articulação do Projeto está posta sobre o fortalecimento das bases, a alteração das formas de poder no âmbito global só pode concretizar-se através da consolidada alteração das demais formas de poder ao longo do tempo e de maneira relativamente estável. Frente a isso, de momento, o que pode operacionalizar-se é justamente a produção de um localismo globalizado, ou, em melhor hipótese, a Molecularização dos vetores hegemônicos de caráter Molar que chegam até tais populações em forma de projetos, recursos, investimentos e intervenções.

Visto isso, a aplicabilidade dos princípios aqui defendidos, gerando maior propriedade dos comunitários frente a sua cultura, amparados por processos de fortalecimento conjunto e construção de entidades locais representativas, faz jus a um perceptível aumento de autonomia e controle sobre o território, premissa irrevogável para a aplicação do localismo ou mesmo da Molecularização.

Por fim, no âmbito do sujeito, as contribuições de Reis (2012) parecem ser menos carentes de adaptações profundas à realidade amazônica, quem sabe por tomarem uma postura mais filosófica e epistemológica do Ser Humano.

Mesmo assim, ao entendermos que a culpa, enquanto forma de poder, e a autocensura, enquanto forma de direito, circunscrevem-se sobre a não participação do sujeito no ambiente coletivo, percebemos que as metodologias empregadas nas diversas atividades desenvolvidas em conjunto entre Projeto e comunidades garantiram envolvimento de maior número de pessoas naquilo que, como relatado por nossos entrevistados e entrevistadas, era o mais importante de ser resgatado das posturas dos antepassados: as práticas de cooperação e solidariedade, a ajuda e o trabalho conjunto, sem a intermediação do dinheiro. Enfraquecendo, portanto, as formas de poder e controle hegemônicas que operam sobre o sujeito.

Além disso, a gestão adequada da terra, a diversidade produtiva e o uso de pesticidas naturais, assim como o fortalecimento de uma identidade comum, respectivamente, contribuem substancialmente para a maximização do autocuidado e do autoconhecimento, edificando formas emancipatórias nesse Espaço Estrutural.

Com essas análises e apontamentos, somos capazes de defender a tese de que, em maior ou menor grau, as intervenções propagadas sobre as bases da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão são eficientes para gerar tensões, alternativas ou inversões das lógicas de poder que perpassam os espaços estruturais dos territórios vítimas da produção das ausências na modernidade, em especial os territórios amazônicos. Consequentemente, comprovam serem edificadores de caminhos plausíveis para aquilo que tais populações compreendem enquanto Bem Viver e Emancipação Social.

Comprovado isso, passamos para a aplicação de terceira e última Matriz Analítica assumida por esta Tese como ferramentas de observância sobre os dados coletados e os resultados sistematizados nas fases anteriores. Tal matriz refere-se aos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena.

### 7.3- ÍNDICE DE BEM ESTAR HUMANO INDÍGENA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS DO ALTO SOLIMÕES

Na trajetória traçada ao longo deste estudo, evidenciou-se a demanda de pensarmos não apenas formas distintas de planejar e intervir, mas também formas distintas de avaliarmos as intervenções.

Comprovamos, na primeira parte desta Tese, que a aplicabilidade dos indicadores hegemônicos geralmente utilizados para esses fins (PIB, IDH, IDS), não compreendem e/ou não respeitam as especificidades das realidades invisibilizadas pela Razão Indolente na Amazônia e acabam por produzir maior exclusão dessas populações, retroalimentando rótulos pejorativos que movem um sistema perverso de exclusão.

Na eminência de construirmos ou encontrarmos indicadores específicos para essa realidade, especificamente sobre a região do Alto Solimões, nos deparamos com os estudos do pesquisador do Instituto Amazônico de Investigações Científicas Sinchi<sup>55</sup>, Luis Eduardo

---

<sup>55</sup> SINCHI significa, na língua Quichua, nativa de povos tradicionais dos Andes, como os Incas: aquele que conhece. O Instituto de Pesquisa da Amazônia Colômbia, entidade pública, receptora de verbas ministeriais para elaboração de investigações sobre diversos temas nacionais. Fundado em 1993, possui sede em Letícia, cidade colombiana fronteiriça

Acosta (2013), que versam sobre a construção dos Indicadores de Bem Estar Humanos Indígena (IBHI).

Ao entrarmos em contato com Acosta e posterior leitura de seu material, ficamos impressionados com a similitude em nossas linhas argumentativas frente à temática dos povos tradicionais da Amazônia e, visto isso, resolvemos adotar os IBHI como uma das matrizes analíticas desta Tese, em um intenso exercício de adaptação desse estudo, outrora realizado com comunidades indígenas colombianas, agora às comunidades brasileiras.

Visto o significativo volume de detalhes que compõem o exercício de coleta informativa a respeito dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena (IBHI), que se desdobram em vinte indicadores específicos, mostrou-se inviável sua aplicação na totalidade das comunidades pertencentes ao Projeto Desenvolvimento Sustentável de Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, objeto de nosso estudo.

Sendo assim, definiu-se junto ao pesquisador do Sinchi e a coordenação local da ISCOS, a aplicação desses indicadores em duas comunidades que representam a diversidade populacional existente no Projeto, a saber: Comunidade *São João de Veneza*, indígena de etnia Ticuna, localizada em terra firme, e a Comunidade *São José*, não indígena, ribeirinha, localizada na várzea. Os resultados desse exercício são apresentados em forma de estudo de caso de cada uma dessas comunidades.

Um elemento importante, que previamente deve ser elucidado, refere-se ao fato de que os estudos de Acosta (2013) restringem-se especificamente à realidade indígena, enquanto nossa área de estudo abrange também comunidades ribeirinhas. Atentos às necessárias adaptações frente a essa diferença, assumimos a possibilidade de aplicar os Indicadores de Bem Estar Humano Indígena também às realidades ribeirinhas, apoiados no já descrito conceito de Sociedades Bosquesinas ofertado por Gaché (2011). O autor defende com coerência e argumentação substancial que, apesar de distintas, essas realidades apresentam um sem número de similaridades que permitem que, para fins analíticos, possamos agrupá-los em torno de um conceito único, sem com isso produzirmos uma desvalorização das diferenças.

Da mesma forma, mostrou-se evidentemente necessário uma série de outras adaptações que competem às características de cada país, como aspectos legislativos, nomenclaturas e compreensões territoriais, por exemplo.

Os Indicadores de Bem Estar Humano Indígena possuem o claro posicionamento ideológico de romper uma tendência histórica de avaliar essas realidades a partir das faltas,

das demandas, das carências, das pobreza, das necessidades e, para tanto, se debruça sobre a observância de cinco grandes capacidades:

1. Capacidade de Controle Coletivo do Território,
2. Capacidade Autônoma de Agenciamento Cultural,
3. Capacidade de Garantia e Autonomia Alimentar,
4. Capacidade de construir e viver em um ambiente tranquilo,
5. Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Como exposto ao final da Parte I, cada uma dessas Capacidades possui definição e pertinência específica. Cada indicador possui uma estruturação qualitativa e uma estruturação quantitativa,<sup>56</sup> fazendo deste exercício um minucioso e atento trabalho de coleta e sistematização dos resultados.

No quadro abaixo, tomamos a liberdade, para refrescar a memória do leitor, de retomar de forma sucinta os indicadores componentes de cada uma das cinco Capacidades.

Quadro 25 – Capacidades e Indicadores para a medição do IBHI

CAPACIDADES	INDICADORES
<b>Capacidade coletiva sobre o território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencial de governabilidade nos territórios tradicionais.</li> </ul>
<b>Capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencial de áreas com oferta de recursos naturais disponíveis nas terras;</li> <li>• Áreas que se sobrepõem aos territórios tradicionais;</li> <li>• Potencial de terra cultivável demandada por unidades familiares;</li> <li>• Potencial de população em terras tradicionais; .</li> <li>• Auto reconhecimento étnico; .</li> <li>• Participação da população em práticas culturais estratégicas; .</li> <li>• Pessoas bilíngues; .</li> <li>• Grau de educação no sistema de educação não-indígena/formal.</li> </ul>
<b>Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grau de diversidade dos alimentos produzidos e consumidos pelas unidades familiares;</li> <li>• Importância e Restrições culturais dos alimentos na dieta local;</li> <li>• Meios para a conservação e transformação de alimentos;</li> <li>• Disponibilidade de sementes tradicionais e introduzidas nas unidades familiares de produção;</li> <li>• População com Desnutrição.</li> </ul>
<b>Capacidade de lograr ambiente tranquilo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício de territorialidade.</li> </ul>
<b>Capacidade de Autocuidado e Reprodução</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso à água potável no território;</li> <li>• Acesso a serviços públicos básicos em territórios tradicionais;</li> <li>• Casos de pessoas que podem evitar doenças com alternativas tradicionais e não tradicionais;</li> <li>• Cobertura dos meios para atender enfermidades;</li> <li>• Atenção de mulheres no parto.</li> </ul>

Fonte: Autor, 2015.

<sup>56</sup> O Apêndice B apresenta em detalhes a aplicação metodológica e interpretativa a respeito da aplicação do IBHI nas comunidades de São José e São João de Veneza.

Por fim, antes de passarmos à observação dessas capacidades na realidade das comunidades participantes deste exercício, é importante ter em vista que a aplicação dos indicadores representa um recorte temporal sobre a realidade dessas comunidades. Mesmo buscando informações pretéritas, no sentido de compor alguma sequência cronológica, seu verdadeiro intuito é compreender a dinâmica dessas capacidades ao longo do tempo e, portanto, o que podemos apresentar aqui é o marco zero, uma base inicial dessas informações, que convidam a um estudo longitudinal para a real percepção dos fenômenos estudados.

Além disso, deve-se ter em mente que uma pequena quantidade de informações não pode ser coletada na forma estrita como sugerem os Indicadores, na maior parte das vezes, por não existirem tais registros específicos referentes a alguns aspectos, como por exemplo, mapas de satélites que nos permitiriam uma exatidão na porcentagem referente à cobertura dos solos, delimitando quantidades de áreas ocupadas por cada vocação, ou o número de pessoas que frequentaram alguma festa tradicional, para citarmos alguns casos.

Frente a esses casos, tratamos de adaptar a informação de acordo com a disponibilidade de fontes secundárias, de maneira que se mantivesse a essência objetiva da informação e sua possibilidade interpretativa no escopo dos Indicadores. Para isso, muitas vezes, transformamos unidades que solicitavam respostas em percentuais, para solicitações em números absolutos, por exemplo.

Passemos a exposição dos resultados que pudemos lograr com a aplicação dos IBHI nas comunidades bosquesinas do Alto Solimões, na Amazônia brasileira.

### **7.3.1- Indicadores de Bem Estar Humano Ribeirinho da Comunidade de São José**

*“Um dos maiores exemplos do poder de adaptação humana, quem nos demonstra são os Ribeirinhos”  
(Provérbios de Sala de Aula)<sup>57</sup>.*

O surgimento da população ribeirinha na Amazônia brasileira está atrelado a dois grandes fatores: o primeiro, durante o século XIX, a partir da alta demanda de látex no mercado internacional, o que se determinou chamar de Primeiro Ciclo da Borracha. Nesse contexto, diversos migrantes nordestinos passaram a trabalhar como seringueiros,

---

<sup>57</sup> Provérbios de Sala de Aula refere-se a um conjunto de expressões ou ideias repetidamente ouvido por nós ao longo da prática docente de Psicologia e Sociologia em turmas de acadêmicos e professores das mais variadas populações do Alto Solimões ao longo de seis anos. Mateiras desordenados, não sistematizados, soltos que, portanto, não merecem atributo de Referência, tampouco conseguiríamos referenciá-las, vindas, assim, de tantas bocas, tantos olhos, tantos pensamentos, mas, com certeza, merecem ser citados.

inicialmente, de uma maneira desorganizada e depois sob uma organização que respondia aos interesses dos patrões.

A segunda fase, já ao longo do século XX, refere-se às obras de infraestrutura e incentivos econômicos e sociais gerados pelo governo, com o intuito de intensificar a integração da Amazônia ao mercado nacional, assim como a ocupação das áreas de fronteira.

Nesse processo as populações migrantes, em parte oriundas do nordeste brasileiro, ocuparam e instalaram-se em terras amazônicas desencadeando um novo processo de ocupação territorial e uma ímpar miscigenação cultural que sempre apresentou desafios aos esforços de quem buscou caracterizá-la.

Rodrigues, debatendo o desafio<sup>58</sup> de delimitar, ao longo desse percurso, antropológicamente o conceito de caboclo ou ribeirinho afirma:

Chibnik (1994) estudou populações amazônicas vivendo em pequenas comunidades ribeirinhas (riverine villages) próximas a Iquitos e verificou que a auto-identidade dos residentes nas aldeias ribeirinhas envolve mistura de descendência, feições culturais, distinções de classe, categorias ocupacionais e regionalidade. (RODRIGUES, 2006, p. 125)

São nesses limites de fronteiras conceituais que se abrem espaços para a compreensão do caboclo como uma identidade de resistência, “posto que são sobreviventes de um processo aniquilador, mas que não os destruiu por inteiro.” (Rodrigues, 2006, p. 127).

Calegare (2010), depois de aprofundado estudo a respeito das realidades e povoados não indígenas do Alto Solimões, objetiva responder o que, ao final de todo esse debate, pode ser entendido enquanto comunidade ribeirinha? Afirma o autor que os assentamentos rurais no interior do Amazonas foram designados *comunidades* por influência da ação católica no final do século XIX, substituindo termos como localidades, vilarejos ou sítios, no sentido de gerar uma noção de residência e uso comunal dos recursos em determinado território.

Da mesma forma, o termo ribeirinho, embalado por essa mesma onda missionária, surge em contraponto ao já pejorativo conceito de caboclo,<sup>59</sup> para definir aquele que vive à

---

<sup>58</sup> Existem inúmeros estudos que colocam em debate a terminologia *caboclo* enquanto um conceito indenitário mais imposto do que auto referenciado a essas populações. LIMA (1997), (LIMA, Debora de Magalhaes. **Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade:** algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. NEAP – UFPA, 1997), afirma que o termo mais correto seria caá-boc, que significa aquele que vem do mato. Em LIMA (2010), (LIMA, Debora de Magalhaes. **A construção histórica do termo caboclo:** sobre estruturas e representações culturais no meio rural amazônico. Novos Cadernos, NEA–UFPA, V. 2, 2010), também afirma que o termo caboclo foi utilizado inicialmente pelos colonizadores para referir aqueles índios já aldeados, com conotação pejorativa, implicitamente, referindo preguiçoso e indolente. Já MEDEIROS (2004), (MEDEIROS, **Diferenciação de culturas.** Manaus: Editora Valer, 2004), afirma que o termo também foi utilizado para denominar a pior classe de portugueses que migrou em direção às colônias em busca de nova história.

beira do rio, subtrai suas necessidades cotidianas da floresta e que não é totalmente descendente de índios.

Contribuindo no debate, Cruz (2011) analisa o conjunto das obras clássicas e modernas referente ao povo ribeirinho e identifica três formas de representá-lo ao longo desses escritos:

O Olhar Naturalista que gera a invisibilidade dessas populações ao mesclá-las incondicionalmente como parte inerente da paisagem amazônica. Este olhar afirma que “essas construções ideológicas reforçam historicamente a não existência política e discursiva dessas populações” e gera uma visão amorfa da realidade. (p.9).

O Olhar Romântico Tradicionalista, que, implicitamente, traz a ideia do bom selvagem, do puro, do verdadeiro, onde “as diferenças e as identidades são vistas como algo natural, como essências a-históricas, e não como fenômenos históricos e socialmente produzidos.” (p.7).

O Olhar Moderno Colonial, que, por fim, traz à tona a visão moderna preconceituosa, pejorativa e racista sobre essas diferenciadas formas de vida, taxando-as, muitas vezes, como miseráveis, improdutivos e incapazes. A nosso ver, uma visão pautada na monocultura do tempo linear, que compreende a História com um sentido único e uma única direção.

“Isso significa que os lugares e as populações são tratados como se estivessem numa fila histórica que vai do estágio dos mais ‘selvagens’ até os mais ‘civilizados’, dos mais ‘atrasados’ aos mais ‘avançados’, dos mais ‘subdesenvolvidos’ aos mais ‘desenvolvidos’” (p.7).

Para Cruz (2011), essas são todas visões que não compreendem, na realidade, o processo indenitário ribeirinho, que, obviamente, tem na natureza um ponto de definição importante, mas não se resume a isso. O autor chama a atenção de que, para uma compreensão real dessas populações, é necessário levarmos em conta a temporalidade ribeirinha, que é movida pela dinâmica e pela tradição da natureza.

É, pois, no sobe e desce das águas que se constroem horários, práticas e se reproduz a vida cultural das populações ribeirinhas. Aquilo que dá sentido a essa dinâmica é justamente a tradição, que, enquanto referencial passado, gera significado para aquilo que deve ser feito a cada momento do presente. E isso não significa que tais populações estão estáticas no

---

<sup>59</sup> Ao longo dos processos históricos de colonização da Amazônia, o termo caboclo ganhou conotação pejorativa ao referir-se à populações indigentes, sem escolaridade, ou até mesmo cidadãos portugueses extraditados da Europa por delitos ou má difamação.



pretérito, pois a própria tradição também é dinâmica, e, sendo dinâmica, dialeticamente torna-se inédita frente às mudanças de cada era e a cada geração.

Concordamos com as colocações de Cruz (2011) sobre as distorcidas visões que historicamente se construíram a respeito do imaginário social e conceitual sobre os ribeirinhos, porém, discordamos do autor quando caracteriza a temporalidade ribeirinha marcada por certa lentidão, plasticidade, permanência, rotina, sem grandes rupturas ou desequilíbrios.

Apontamos, principalmente sobre as comunidades que vivem na várzea, justamente o contrário. Talvez, entre as culturas dos povos bosquesinos, os ribeirinhos e, entre eles, os da várzea, tenham a rotina mais inconstante, imprevisível, agitada e veloz, visto a necessidade de enfrentar, de forma súbita, cheias com velocidades que nunca se repetem entre ano e ano; ao terem que responder cada ano de maneira diferente e, por isso, de maneira criativa, ao volume de água que nunca é estável e previsível; por, a cada novo ciclo, estarem em imperativo recomençar produtivo. Por tudo isso, somos levados a crer que e a temporalidade ribeirinha de várzea é, especialmente, mais intensa do que a das populações que vivem na seguridade constante da terra firme.

Podemos perceber isso, inclusive, nos relatos sobre a História de São José, ou antiga comunidade Sapotal, fundada em 1910, que teve seu nome alterado para São José em 1945, por influência da igreja católica. De acordo com Oliveria:

Esta comunidade teve sua origem na década de 1910, com a vinda dos nordestinos Sr. José Pedro Fernandez, com seu irmão e avô para região, após terem trabalhado nos seringais do antigo Remate dos Males. Em 1911, o irmão e todos os outros nordestinos resolveram retornar aos seus locais de origem e o Sr. Pedro resolveu ficar na região, indo para a área onde hoje é a comunidade, casou-se com uma peruana Ticuna chamada de Margarida Pinedo Fernandes, com quem teve seis filhos (três homens e três mulheres), um de seus filhos é o atual presidente da comunidade. (OLIVEIRA, 2015, p. 28)

É uma comunidade de várzea, localizada na ilha do Aramaçá, onde todos seus moradores identificam-se enquanto ribeirinhos. De acordo com os relatos, eles mesmos, ou seus pais e avós, descenderam do nordeste brasileiro, principalmente dos estados do Ceará e do Maranhão, nas primeiras décadas do século XX.

Na comunidade, existe uma identificação total e unânime sobre a pertença a uma identidade social e coletiva vinculada ao povo ribeirinho e esse é um elemento que provoca sentido de unidade, garantindo coesão e força social para São José. Além disso, a

homogeneidade na autodeclaração indenitária explicita clareza, apropriação e compartilhamento sobre origens, culturas e tradições que representam esse povo.

Em terceiro lugar, a organização uníssona em torno de uma indenitária ribeirinha facilita a articulação e aplicação de políticas públicas protagonizadas pelo Estado, visto que, ao compartilharem de uma identidade coesa, suprem com facilidade os esquadrinhamentos dos órgãos governamentais no direcionamento de suas ações<sup>60</sup>.

Sobre a população, em agosto de 2015, São José contava com 104 habitantes e 29 famílias, caracterizando-se, assim, como uma comunidade de pequeno porte.<sup>61</sup> Afirmaram, ainda, que no intervalo de 12 meses contabilizaram três nascimentos, nenhuma morte, com nenhuma família recém-chegada, porém, com três famílias que saíram da comunidade por motivos de alagação, transferindo suas casas para outras localidades de terra firme.

As terras de várzea do Alto Solimões são instáveis e apresentam modificações constantes devido ao fenômeno de terras caídas e a formação irregular de praias e ilhas. Isso causa a extinção, aumento, diminuição e mobilidade de muitos povos e imprime uma dinâmica que constantemente altera a paisagem através da contínua ocupação humana, sua forma de viver e produzir. (CALEGARE, 2010).

De acordo com os dados do GPEDA (2010), em 2010, São José contava com 110 pessoas, 27 famílias, escriturando, para aquele ano, oito nascimentos e nenhuma morte. Nesses últimos cinco anos (2015-2010), portanto, houve uma diminuição gradativa da população total, em média de 5,45% ao ano.

Além das famílias que deixam a vida em lugares de várzeas em troca de terras firmes, frente aos constantes desafios de se viver em áreas alagadiças, outro elemento que influencia esse quadro e preocupa as lideranças é o crescente desinteresse dos jovens pela vida na comunidade e pela agricultura como trabalho familiar. Os representantes da comunidade informaram que, entre 1970 e 2015, houve uma diminuição de 38,46% em números absolutos da população de São José.

Essa crescente diminuição populacional indica também um desinvestimento do Estado em políticas públicas que valorizem o estilo de vida dessas comunidades, indiretamente desincentivando as pessoas a viver nesses locais, ou provocando a falta de investimentos para

---

<sup>60</sup> É perceptível, pelo menos no Alto Solimões, uma preleção subliminar de parte de alguns agentes governamentais a comunidades que preenchem critérios que, para a racionalidade burocrática, suprem um conjunto de características que facilitam a intervenção social, como aparente organicidade, liderança declarada e coesão indenitária, por exemplo.

<sup>61</sup> De acordo com a classificação proposta pelos agentes do INCRA, escritório Benjamin Constant, através do Documento de Referência para Categorização de Comunidades Rurais (2003), comunidades com número igual ou menor de 50 famílias são consideradas de pequeno porte.

o combate às principais mazelas dessas localidades. Esse descaso, além de tornar a vida e a produção mais difíceis, acaba por diminuir consideravelmente as expectativas dos jovens em viver na comunidade.

Seguindo na avaliação dos indicadores, sobre a organização interna, a comunidade de São José conta com um presidente que foi eleito automaticamente em sucessão ao pai, um dos fundadores da comunidade. Esse atual presidente é também Agente de Saúde e presidente da Associação de Agricultores de São José, que conta com uma junta diretiva composta por um vice-presidente, tesoureiro e um secretário, além de um conselho fiscal. Informaram, ainda, que tal junta realiza assembleias mensais junto aos demais associados. Contudo, de acordo com relatos, a junta diretiva demonstra pouca iniciativa, estando as ações e decisões centralizadas na figura do presidente.

Além disso, existe o representante da igreja católica – conotação religiosa que abrange toda a comunidade – e a coordenadora do polo escolar, no caso, esposa do presidente da comunidade. Enquanto autoridades específicas, a comunidade conta com um Comitê para gestão da água potável, realizada através do cuidado e manutenção do Sistema de Potabilização de Água.

A aplicação dos Indicadores específicos a respeito do potencial de governabilidade da população sobre seu próprio território e cultura demonstra que, mesmo a comunidade apresentando um número significativo de lideranças declaradas, há centralização desses processos em uma única pessoa. Essa centralização acontece de maneira natural sobre a base de legitimidade que tal pessoa, no caso o Presidente da comunidade e da associação, construiu ao longo de sua história pessoal e familiar. Essa legitimidade passa pelo conhecimento a respeito do território e a iniciativa para aportar inovações nos processos produtivos e sociais da comunidade.

Além disso, demonstrando a centralização da liderança não ser implicitamente negativa, no caso de São José, ela garante sentido único para as ações e, frente à ausência de conflitos, nos leva a crer que gera capacidade de manejar com propriedade as alianças e trabalhos com as demais autoridades e moradores.

Ademais, apesar da centralização, a comunidade apresenta-se democrática no que tange ao controle social. A centralidade no processo de liderança não causa discrepâncias verticais entre os demais moradores e aquele que lidera, e isso denota confiança e consequente horizontalidade das relações humanas, para além dos processos hierárquicos.

Sobre as relações com os agentes externos, relatam que existe boa convivência, contudo, assumem uma rígida postura de solicitar o mínimo possível ao poder público, tendo uma prática comunitária de auto-organização para a aquisição de suas demandas.

Sendo assim, no tocante à Capacidade de Controle Coletivo do Território, conclui-se que São José apresenta um processo centralizado e democrático, que garante coesão e participação comunitária, demonstrando boa autonomia e controle sobre sua terra.

Passando para a análise da Capacidade de Agenciamento Cultural, um dos elementos importantes a serem avaliados são as práticas culturais e, entre elas, as festas tradicionais. Entrevistados de São José relatam existirem três festas tradicionais realizadas anualmente: a Festa Patronal de São José, desde 1944; a Festa do Dia da Independência da República, comemorada em sete de setembro e praticada desde 1940; e a Festa do Maracujá, principal produto cultivado pelos moradores da comunidade, realizada desde 2003. Todas as festas contam com a participação efetiva de todas as famílias integrantes da comunidade.

Sobre a Festa do Maracujá, informaram a impossibilidade de realizá-la nos últimos dois anos devido ao grande volume das cheias em 2014 e 2015. Tal fenômeno, inclusive, é responsável pelo advento da melancia à frente do maracujá como produto de maior comercialização pelos moradores de São José nesse período, pois encontraram extrema dificuldade no plantio de maracujá sobre o efeito de enchentes tão volumosas.

As festas tradicionais do Padroeiro e da Independência se mantêm ao longo de muitos anos, são festas que fazem parte de uma prática de pertencimento a uma religião e um país, algo que, no contexto do Alto Solimões, mostra-se como importante demonstração de identidade e força comunitária frente aos vizinhos nacionais, estrangeiros e aos gestores públicos. Por sua vez, a festa de tradição relativamente recente, relacionada com a principal produção da comunidade, o maracujá, tem sido deixada de lado frente às dificuldades derivadas das alterações climáticas.

Esse elemento expõe, primeiramente, a incapacidade até o momento, da própria comunidade em elaborar novas formas de plantio do maracujá frente a essas circunstâncias de alagação, como sistemas elevados ou suspensos. Além disso, induz a pensarmos sobre como a comunidade e o Estado agem frente às constantes mudanças climáticas que afetam diretamente a vida dessas populações.

Ainda: a partir da festa que elegem como possível de ser postergada para outro ano e aquelas que independente das circunstâncias devem acontecer sem prorrogação, percebe-se subliminar ideia de hierarquia entre os eventos culturais. Sendo o maracujá o elemento chave

da identidade produtiva dessas pessoas, somos levados a afirmar que, ante esse elemento de identidade (ser produtor de maracujá), ser brasileiro e ser católico são elementos mais importantes e irrevogáveis na definição da identidade comunitária de São José.

De qualquer forma, a Capacidade de Agenciamento Cultural Coletivo de São José mostra-se atrelada sobre uma forte convicção indenitária, ligada à figura do ribeirinho, do brasileiro, do agricultor e do católico.

Através desses elementos, percebe-se que a comunidade possui positivo potencial em sua Capacidade de Agenciamento Cultural. Nela existe um elevado grau organizativo, uma identidade comum compartilhada e profunda coesão social. Mesmo assim, tudo isso não tem sido suficiente para manter a média populacional, que vem diminuindo ao longo do tempo.

Frente a isso, é imperativa a necessidade de atuação do Estado, da comunidade e de demais órgãos de apoio em gerar, através de formações, capacitações, reuniões, debates e assistências, planos de manejos futuros para terras já usadas e ainda em desuso, levando em consideração os desafios característicos da várzea. Somos levados a crer que a capacidade de ser agente da própria cultura existe, porém, ainda encontram-se passiva frente às condições que o rio e os câmbios climáticos lhes impõem.

Passando agora para as questões referentes ao território, os moradores informaram que a ilha do Aramaçá é compartilhada por 12 distintas comunidades e, entre elas, existem acordos para o uso dos espaços comuns como bosques e lagos. Aquilo que está especificamente dentro do território compreendido nos perímetros de uma comunidade específica, está sob o critério de livre circulação, porém, recursos naturais desses lugares apenas podem ser extraídos por forasteiros mediante autorização do presidente da comunidade. Em São José, não se encontram áreas sobrepostas, inexistindo conflitos territoriais com agentes ou invasores externos.

Existe ainda um cuidado explícito das lideranças sobre o fato de ser São José uma comunidade polo (referência) dentro da ilha, isso faz com que crianças e jovens de outras comunidades estudem em sua escola. Frente a isso, pais e professores têm se empenhado na sensibilização junto às populações visitantes no tocante ao lixo e ao uso abusivo de álcool e drogas.

A ilha do Aramaça compreende um perímetro de 56 quilômetros demarcados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), suas terras pertencem à União e, dessa forma, os moradores não possuem escrituras sobre seus terrenos. Informaram que, por conta desse fato, somado ao de estarem sob uma área alagadiça, que durante, pelo

menos, três ou quatro meses do ano, em média, fica abaixo das águas do rio Solimões, os comunitários são impossibilitados de acessar créditos para o plantio e a compra de insumos, visto que os bancos não financiam ações nessas áreas por serem consideradas de alto risco para investimentos.

Em meados de 2015, a comunidade organizou-se com órgãos locais (Instituto de Desenvolvimento do Amazonas – IDAM e o INCRA) para a inscrição no Programa Pró-Várzea, que subsidia ações e financiamentos nessas realidades específicas.

Para além do problema de crédito, informaram os comunitários que a falta da titularidade da terra não lhes suprime a legitimidade sobre o território, tampouco representa alguma vulnerabilidade ou ameaça, visto, inclusive, que aí residem desde 1910 de maneira reconhecida e respeitada pelo Estado e por demais populações.

Sobre a utilização do território, cada família conta com 90 hectares (lotes de 300 por 3.000 metros). Ao multiplicarmos pelas 29 famílias que compõem a comunidade, chegamos a um total de 2.610 hectares ocupados entre moradias e terrenos para o plantio (51,37% do território total demarcado pelo INCRA pertencente a São José).

A área de 90 hectares é realmente significativa para uma média de quatro pessoas por família, levando a aproximadamente 25 hectares por pessoa. Além disso, se levarmos em consideração que significativa parcela do território fértil ainda não está ocupada para produção ou moradia, averíguam-se boas as possibilidades futuras de utilização do território para subsistência familiar, caso sejam demandadas extensões territoriais.

Contudo, do total utilizado para a produção (2.610 hectares), informaram que, em média, pelas condições do solo, assim como pela pouca força da mão de obra familiar, cada família chega a plantar, no máximo, quatro hectares por ano. Se multiplicarmos esse valor pelas 29 famílias, temos uma área de 116 hectares de plantio, portanto, 4,44% do total da área possível a ser utilizada para tais fins.

Esse fenômeno deve ser percebido por duas óticas distintas. Por um lado, não se trata de impulsionar o aumento da produção pelo simples fato de cobrir significativa extensão do território disponível com uma mera racionalidade expansionista, mas de assinalar as potencialidades que podem ser usadas caso haja demandas futuras e técnicas apropriadas, respeitando, desse modo, a capacidade de produção qualificada das famílias de São José.

Esse respeito, inclusive, deve partir da percepção de que, se ainda não houve expansão da área de plantio, além da dificuldade em superar os desafios expostos, é porque as forças

fertilizadoras do rio, até o momento, tornam minimamente suficientes, para suprir as demandas atuais, as pequenas parcelas utilizadas.

Por outro lado, em vista da brusca queda na disponibilidade de alimentos entre as épocas de verão e inverno, mostra-se imperativo serem pensadas outras possibilidades, estratégias e técnicas de plantio frente à alagação das terras, pelo menos, para não ameaçar tanto a segurança alimentar.

No verão, quando o rio está baixo, se consome uma média de 15 espécies diferentes entre a roça e o canteiro, ou quintal, 12 espécies de peixes e a galinha caipira, totalizando uma diversidade de 28 elementos alimentícios. No inverno, por sua vez, os moradores de São José não tem plantado nenhuma espécie, visto a alagação da várzea, vivendo apenas das 12 espécies de peixes e da compra externa dos demais produtos alimentícios.

Portanto, constata-se uma diminuição de mais de 50% na diversidade produtiva e alimentar da comunidade em épocas de cheia (inverno), estando praticamente todo o plantio negativamente afetado e restringindo as famílias à dependência exclusiva da pesca e da capacidade de armazenamento e comercialização da farinha, para gerar recursos e comprar alimentos. Essa fragilidade, que exige uma atividade voltada ao comércio e maior emprego da renda familiar na compra de alimentos, pode consumir substancialmente as reservas financeiras da família<sup>62</sup>.

Sendo assim, sobre a capacidade de garantir soberania alimentar, somos levados a crer que São José é perigosamente afetada nas épocas de cheia, principalmente, por falta de tecnologia adequada para produção nessas condições.

Andrade (2015) realiza recente e detalhado levantamento sobre a diversidade produtiva da comunidade de São José, chegando a números muito similares aos nossos, através da utilização de conhecida classificação da agroecologia, que delimita o território em quatro áreas, a saber: Roça, Pousio (descanso), Extrativismo Vegetal e Animal e Quintal.

Sobre a roça, afirma o autor, são diferenciadas aproximadamente 20 espécies de cultivo, geralmente plantadas em sistema de consórcio: Banana, Cana-de-açúcar, Cebolinha, Chicória, Coentro, Couve, Cubiu, Feijão de praia, Jerimum, Macaxeira, Mamão, Maracujá, Maxixe, Melancia, Melão, Milho, Pepino, Pimenta de cheiro e Mandioca – que recebe especial destaque, pois apresenta a maior porcentagem de plantio, chegando a 35%.

---

<sup>62</sup> Deve-se também levar em consideração, a este respeito, que São José apresenta um número significativo de pessoas com empregos externos e trabalhos assalariados, assim como com recebimento de benefícios sociais, o que indica o fato de que, em muitos casos, a renda familiar não deriva apenas do setor primário. Em 2010, constatamos (GEPEDA, 2010) uma renda mensal familiar superior a 800,00 reais, uma das mais expressivas entre as circunscritas neste estudo.

A destinação dessa produção refere-se ao consumo familiar e a comercializações. O trabalho que impera nessas áreas é o mutirão, nos quais agricultores, realizando contratos não formais de cooperação e/ou solidariedade, sem intermédio financeiro, colaboram na limpeza da terra, no plantio e na colheita dos produtos. (ANDRADE, 2015).

É importante frisarmos que no diagnóstico inicial demandado pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, em 2010, não se encontrava significativa diversificação produtiva em São José, tampouco técnicas de plantio consorciadas, o que nos leva a crer no positivo impacto acarretado pelas ações do Programa Produtor a Produtor, que incentivou a diversificação e a sustentabilidade da agricultura local.

A respeito da área ocupada por tais cultivos, Andrade (2015, p. 38) afirma que a melancia, o maracujá e o pepino destacam-se entre as 24 espécies comumente plantadas. A tabela em detalhe pode ser apreciada nos apêndices.

Sobre a área de possio,<sup>63</sup> Andrade (2015, p. 25) informa que “dentre os entrevistados, 30% realizam a técnica de possio, após o uso de uma determinada área por seis anos ou mais, deixam a área em descanso, impedida de uso por três anos”.

A respeito do extrativismo animal, a pesca é realizada principalmente nos meses entre janeiro e abril, seguindo a época de cheia dos rios. Ela é geralmente realizada em lagos e saídas de igarapés e com a utilização predominante de arrastão (rede de grande porte), malhadeira (rede de médio porte) e caniço. Os moradores informaram que, tanto no verão, quanto no inverno (vazante e cheia do rio), conseguem manter uma média de 12 espécies distintas de peixes retirados do rio ou lagos. (ANDRADE, 2015).

Em contrapartida, afirma-se que a caça é atividade menos recorrente por apresentar gradativa diminuição de disponibilidade de animais na ilha, ao longo dos anos. Mesmo assim, representa a segunda fonte de proteína mais importante da comunidade: 55% dos moradores afirma praticá-la. As principais ofertas de alimento nesta categoria são oito tipos de aves (Alencor, Socó, Carará, Pato do Mato, Mucura, Maguari, Maracá e Píuri), seguidas de três espécies de mamíferos (paca, capivara e macaco), por fim, de uma espécie réptil (jacaré). (ANDRADE, 2015).

Já a respeito das espécies vegetais, são catalogadas dezoito espécies utilizadas em maior quantidade para uso medicinal, seguidas do uso condimentar e, por fim, para extração

---

<sup>63</sup> Possio é a área destinada ao descanso por determinado tempo, não recebendo trabalho ostensivo nesse período, a não ser de espécies pouco demandantes da terra, como as perenes de curto ciclo (feijão de praia, melancia, tomate, etc.)



de madeira. Destacam-se, de acordo com Andrade (2015), o Açaí, Buriti, Camu Camu e Copaíba.

Por fim, os quintais ou sítios, que se referem às partes mais altas dos terrenos e, geralmente, localizam-se perto das residências, complementam o sistema de produção e correspondem a valores estéticos, de lazer e aspectos referentes às suas tradições e cultura.

“Na comunidade São José a manutenção dos quintais é realizada predominantemente pelas mulheres, que são responsáveis por esse subsistema, que capinam o terreno, varrem e plantam espécies ornamentais”. (ANDRADE, 2015, p. 30).

Nos quintais de São José, foram catalogadas 51 espécies de cultivo, com destaque para banana, manga, cacau, coco, goiaba e ingá. Para as hortaliças, são utilizados canteiros suspensos, também denominados de *jirau* e apresentam diversos benefícios como o manejo adequado e o maior controle de pragas.



Imagem 46 – Canteiro Suspenso  
Fonte: Andrade (2015).

Esses canteiros suspensos poderiam servir de inspiração para o plantio de outras espécies, geralmente plantadas nas roças, e que, atualmente, não são plantadas em tempos de inverno, abalando a soberania alimentar da comunidade, como já analisado.

Ainda sobre os quintais, Chagas e Fraxe afirmam:

No Amazonas, os quintais agroflorestais, representam uma unidade agrícola de uso tradicional do solo, considerados importantes, devido sua produção intensiva e diversificada em áreas reduzidas. Dentre os produtos, oriundos dos quintais agroflorestais, está o cultivo de plantas aromáticas e condimentares, que complementam a renda dos pequenos agricultores rurais da região. O conhecimento que as populações locais, detêm sobre estas espécies de plantas, é de fundamental importância, na conservação dos recursos naturais. (CHAGAS; FRAXE, 2012, p. 02)

Além disso, informa Andrade (2015), 40% dos moradores de São José criam animais de pequeno porte, basicamente, galinhas e patos, que se alimentam, predominantemente, de restos de comida e através da compra de ração, essa última em menor número. Os destinos dessas pequenas criações é o consumo familiar e, em alguns casos, ocorrem processos de trocas por diversos produtos. A comercialização ou a troca acontece apenas em épocas de cheia do rio, pois há o interesse em diminuir a quantidade de animais de maneira acelerada, visto a diminuição das porções de terra firme.

Os estudos de Andrade aproximam-se intimamente com a realidade captada em São José através da aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano. Apesar de, nessa catalogação, o autor não observar a diferença produtiva entre as estações, desconsiderando a drástica queda de disponibilidade de alimento nas épocas de cheia, concordamos com o autor quando conclui que:

A agricultura na comunidade de São José se configura como cultivo agroflorestral, que envolve o cultivo simultâneo entre árvores e espécies agrícolas. A produção agrícola é feita em sua maioria para o seu autoconsumo e o excedente para a comercialização. Cultivam várias espécies, garantindo assim uma segurança alimentar. Os agricultores da comunidade de São José são considerados como polivalentes, vivem não somente da agricultura, mas também da pesca, extrativismo vegetal, criadores de animais de pequeno porte e se adaptam a sazonalidade. (ANDRADE, 2015, p. 17).

Frente à eminente diminuição de disponibilidade alimentar em épocas de inverno, a possibilidade de armazenar e/ou conservar produtos e sementes são formas de buscar segurança. Alguns estudos<sup>64</sup> adiantados com povos tradicionais no Amazonas demonstraram que a conservação de biomassas de mandioca e de sementes armazenadas, garante um abastecimento contínuo às populações, mesmo frente a situações climáticas extremas e inundações da terra cultivável.

Sendo assim, este indicador, também componente das Capacidades relacionadas à Garantia Alimentar, pretende obter informação que permitem dar conta da capacidade de abastecimento presente e futuro de alimentos e produtos na comunidade.

A produção permanente estabelecida pelas famílias, ou o potencial dela de maneira armazenada, é fundamental para garantir a autossuficiência alimentar; as famílias devem contar com a capacidade de um inventário de sementes próprias que permitam sustentar o ciclo agrícola em todas suas fases, sem dependência direta de órgãos externos ou da disponibilidade de insumos no mercado. Autonomia e autossuficiência alimentar estão

---

<sup>64</sup> ACOSTA, Luis Eduardo; JAVA, José Zoria. **Experiencias locales en la protección de los conocimientos tradicionales indígenas en la Amazonia colombiana**. Revista Colômbia Amazônica. SINCHI, Bogotá, 2009.

diretamente ligadas com esse indicador no ato de preservar culturalmente alimentos tradicionais.

Em São José, conservam por conta própria, de uma safra a outra, as seguintes sementes: melão, milho, feijão, pimentas, cebola, tomates, maxixe, jerimum e maracujá. Contam também com sementes de pepino e melão crioulo, que geralmente não são plantadas em quantidades significativas por não encontrarem consumo no mercado local. Todas essas sementes são secas ao sol e, posteriormente, conservadas em garrafas de plástico.

Dessa forma, 86,66% dos principais alimentos consumidos pela comunidade é conservado de um ano ao outro através do armazenamento de sementes, demonstrando contraponto à frágil condição de segurança alimentar demonstrada anteriormente, principalmente nas épocas de cheia.

Além disso, a comunidade faz parte de um banco de sementes intercomunitário incentivado pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, do qual as ações permitiram recuperar sementes nativas extintas na região. Isso também gera seguridade e estabilidade frente à certeza de que sob qualquer eventual dificuldade, atualmente, as famílias têm um estoque intercomunitário a recorrer.

Os entrevistados informam que armazenam também mudas de banana e manivas de macaxeira, mas pelo volume e a rapidez da última cheia (2015), muitos desses insumos se perderam, o que provocará a demanda de elevado número de famílias, que comprarão mudas e manivas para o plantio do próximo verão.

Referente às formas de conservar os alimentos perecíveis, outro indicador relacionado à Capacidade de Soberania Alimentar, constatou-se o abandono de práticas tradicionais como salgar carnes e peixes. Para a conservação dos alimentos, atualmente, utilizam gelo e caixas de isopor, o que se torna uma estratégia custosa e débil em seu caráter sustentável, dependendo constantemente de ingresso financeiro e disponibilidade do gelo no mercado.

O dispêndio de recursos e a fragilidade desse sistema de armazenamento asseveraram-se, gradualmente, conforme o peixe, com a chegada das cheias, vai tornando-se a única fonte de proteína, aumentando substancialmente a demanda por gelo ou induzindo a família a uma dedicação cotidiana e exclusiva a pescaria.

No tocante ao beneficiamento da produção, transforma-se constantemente a mandioca em farinha, com objetivo mercantil. A capacidade de armazenar a farinha em paneiros<sup>65</sup> garante a preservação de um produto de significativo valor no mercado local, que acaba por

---

<sup>65</sup> Grandes cestos de palha, cipós ou folhas, geralmente revestidos de folhas de bananeira, utilizado para transporte e conservação de alimentos e objetos na cultura bosquesina.

ser, junto com a venda do peixe fresco, a principal fonte de ingresso monetário para aquisição de alimentos que por ventura possam faltar na época da cheia.

Especificamente sobre a comercialização relacionada aos produtos cultivados ao longo do verão, a farinha, a banana, a melancia e o maracujá são as principais espécies que São José atribui ao mercado local de Benjamin Constant e Tabatinga, com 70% das vendas sendo realizadas diretamente aos atravessadores. (GPEDA, 2010).

Sobre as restrições alimentares, igualmente com a tendência cultural regional, afirmam não serem consumidos peixes de couro, tartarugas ou demais animais remosos<sup>66</sup> durante a gestação e em casos de doenças. Tais restrições representam 7,7% do universo alimentar disponível nas épocas de vazante e podem significar até 33,33% do universo de espécies disponíveis nas épocas de cheia. Contudo, devemos ter em mente que tais restrições apenas estão colocadas sobre pessoas doentes ou mulheres grávidas, não afetando a população como um todo.

Ao final, sobre tal Capacidade, indica-se forte condição em São José garantir soberania e autonomia em sua alimentação através da produção para autoconsumo ou venda de produtos primários. Isso se deve por existir um conhecimento específico acumulado ao longo do tempo sobre o armazenado dos alimentos e das sementes, sobre os ciclos do rio, sobre os momentos certos de semear e colher, sobre quais espécies em quais épocas adquirem maior tamanho, entre muitos outros conhecimentos relacionados com a capacidade de decifrar os enigmas da natureza. Esse conhecimento é a base para a estratégia que garante autonomamente a alimentação mesmo em tempos de dificuldades.

Encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, as imagens da mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, com elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. Os usos dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões tradicionais que atravessam as gerações e fundam um noção de território seja como patrimônio comum ou de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada. (CASTRO, 1997).

Contudo, também se apresenta eminente fragilidade dessa soberania frente às dificuldades de manutenção da produção familiar em épocas de cheia, assim como pela crescente diminuição da mão de obra familiar, fenômenos que em determinadas épocas restringem a disponibilidade de alimentos.

---

<sup>66</sup> Animais remosos são aqueles que possuem determinada espécie e quantidade de gordura que, de acordo com os saberes populares da região, dificulta a ação cicatrizante e regenerativa do sistema de saúde da pessoa.

Como já frisado, políticas que incentivassem, valorizassem e envolvessem a população jovem com aspectos da vida comunitária e o desenvolvimento de técnicas que permitam a continuidade de produção de algumas espécies importantes à nutrição familiar, mesmo em épocas de cheias, são caminhos apresentados, por parte dos entrevistados, como possíveis para a resolução desses problemas.

Passando agora para a análise da última das capacidades referidas dentro do escopo dos indicadores de Bem-Estar Humano desenvolvidos por Acosta (2013) e assumidos por nós enquanto uma das matrizes analíticas desta Tese, passamos a refletir sobre a Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Sobre o acesso a água, informa-se que existe um sistema de potabilização de água cedido pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, que está localizado na escola da comunidade e abastece todos os moradores com água potável. Concomitantemente, os moradores também armazenam água das chuvas em caixas de água e colocam pastilhas de cloro para o consumo diário.

A cobertura total da população em acessar água potável é um diferencial da comunidade de São José em relação à realidade da região e reflete o fruto da organização e do empenho da própria comunidade em aproveitar as oportunidades de apoio externo, apropriando-se e cuidando dos investimentos realizados em seu território. Esse é o caso, por exemplo, do Sistema de Potabilização de água, que por um empenho dedicado da comunidade segue funcionando após todos esses anos.

É importante frisar que, além de água potável, tal sistema oferece outro benefício importante e inovador, referente ao fornecimento de energia elétrica, captada pelas placas solares e armazenada por baterias significativamente potentes. Essa possibilidade trouxe a iluminação noturna a pontos importantes da comunidade, como a entrada do porto e a praça central, criando novos espaços de convivência. Tendo em vista que a comunidade não conta com fornecimento de energia da rede pública.

Mais importante ainda, a geração de energia trouxe a possibilidade de funcionamento da escola no período noturno, que, assim, pode oferecer ensino médio de nível técnico para adolescentes e adultos que, dessa forma, não precisam mais obrigatoriamente deixar a comunidade em busca da continuidade de seus estudos.

Relevando esses benefícios do Sistema que gera água potável e energia no período noturno, nos chama a atenção, nas falas dos moradores, que não há uma queixa pela falta de energia em tempo integral, dizendo que isso traria o desinteresse das crianças pelas atividades

familiares, domésticas e escolares, sendo a televisão em tempo intensivo, prejudicial para a formação de cada um e para o bem geral da comunidade, que também teria aumento de poluição sonora, entre outros malefícios.

Sobre indicadores referentes ao acesso a serviços públicos básicos, a comunidade não conta com um sistema adequado para a remoção dos resíduos sólidos, sendo esses geralmente queimados. A comunidade não conta com água encanada, tampouco sistema de esgoto. A estrutura de banheiros é como nas demais comunidades, uma casinha construída de maneira externa às casas, de madeira, funcionando pelo sistema de fosso seco.

As condições precárias no acesso aos serviços públicos básicos sinaliza o descaso governamental ao longo das históricas intervenções nesses territórios e aponta para os gargalos ainda não superados no tocante ao desenvolvimento local e aos Direitos Humanos no interior da Amazônia.

“As comunidades de várzea dificilmente recebem investimentos de melhorias de serviços sociais na área da saúde ou da educação, bem como infraestrutura (saneamento, água tratada, tratamento de lixo, pavimentação)”, geralmente conseguem algum benefício pela pressão política ou por conta de seus próprios esforços. (CALEGARE, 2010, p. 285).

Sobre pessoas que podem exercitar práticas medicinais formais ou tradicionais, outro indicador que reflete a Capacidade de Autocuidado e Reprodução, São José conta com oito pessoas conhecedoras das plantas medicinais e um agente de saúde; e informam que não há conflito entre esses diferentes saberes.

As pessoas recorrem diferentemente aos dois sistemas, dependendo da demanda, demonstrando que existe uma classificação no imaginário coletivo de determinados tipos de doenças correlacionadas com determinados tipos de tratamento e recursos. Os resultados deste indicador informam que, em São José, quase 10% da população é capaz de administrar recursos tradicionais no auxílio a casos de saúde/doença. Uma média significativa na capacidade de Autocuidado da comunidade.

Para casos mais graves, a comunidade, por estar perto da municipalidade, recorre ao serviço público de saúde em Benjamin Constant. Informaram que, em 2014, recebiam trimestralmente a visita de uma equipe itinerante de médicos e enfermeiros, contudo, em 2015, foram a São José apenas uma vez, no primeiro semestre e, informaram as lideranças, que a prefeitura cancelou esse atendimento por cortes nas verbas da saúde municipal.

Ao contar com pessoas conhecedoras da medicina tradicional, além de um posto de saúde na comunidade e a proximidade da municipalidade de Benjamin Constant, tende-se a

atribuir que os moradores de São José contam com boa cobertura estrutural para atenção de suas demandas de saúde.

Sobre aspectos referentes à gravidez e o parto, a totalidade das mulheres recorre ao serviço público e gratuito da municipalidade, tanto para o pré-natal, que abrange 100% dos casos, quanto para a hora do parto. Não há parteiras em São José e as mulheres afirmaram preferir o município pela estrutura de saúde mais completa e pelo encaminhamento direto das certidões de nascimento e benefícios sociais oriundos da maternidade. A cobertura adequada, tanto para o parto quanto para o pré-natal, abrangendo a totalidade dos casos, garante, inclusive, a redução de óbitos pré ou peri natais para níveis imperceptíveis na comunidade.

Tendo São José, boa cobertura a respeito das estruturas de saúde, assim como significativo número de pessoas conhecedoras de saberes relacionados à medicina formal ou tradicional, além de abrangência total dos meios formais sobre os processos de gravidez e parto e a possibilidade constante de acesso a água potável, afirma-se que há boa Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Nesse ponto, a precariedade apenas mostra-se sobre os serviços básicos, inclusive, garantidos pela Constituição Federal, que deveriam ser oferecidos pelo Estado, e que, por sua vez, são negligenciados às populações bosquesinas.

Ao fim, tratamos da Capacidade de Construir e manter um Ambiente Tranquilo, o que leva em consideração a existência de problemáticas políticas, sociais, econômicas, culturais ou ambientais. A queda significativa de disponibilidade de alimentos no inverno apresenta-se como problemática ambiental. No mesmo sentido, pelos desafios derivados da vida nas áreas alagadiças, somando-se o desinteresse juvenil na vida comunitária, apresenta-se um quadro de diminuição constante da população, o que acaba por gerar não um conflito, mas uma problemática de ordem social.

Apesar desses fatos não abalarem a capacidade que existe na comunidade a respeito da construção de um ambiente tranquilo para se viver, chamam a atenção para necessidades eminentes de inovação nas formas de plantio, assim como para a construção de estratégias que cativem a população a vincular-se e permanecer na comunidade, garantindo, assim, o enfrentamento a elementos de fragilidade na consolidação do Bem Estar comunitário.

Por sua vez, o Bem Estar em São José parece estar assegurado pela construção de uma identidade coletiva e cultural coesa, com boa dinâmica de liderança. Na compreensão da população a respeito dos ciclos do rio e do plantio, com significativo armazenamento e

controle dos insumos, no acesso garantido ao pré-natal e na equilibrada relação entre a medicina formal e a medicina tradicional.

Mesmo frente às debilidades ocasionadas pela irresponsabilidade do Estado, percebe-se que São José historicamente construiu de maneira autônoma boa capacidade coletiva sobre o território; constante autonomia na capacidade de agenciamento cultural; capacidade de construir ambiente tranquilo através de adequado contrato social e capacidade relativamente estável em suprir as demandas produtivas, garantindo a autonomia alimentar.

A aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano (IBHI) demonstra, com base substancial, que existe Bem Estar e Bem Viver em São José e a análise dos elementos que constituem essa condição evidenciam as contribuições das intervenções solidárias, cooperativas e autogestionadas para essa conquista.

A imagem seguir sistematiza os resultados obtidos a partir dessa aplicação:

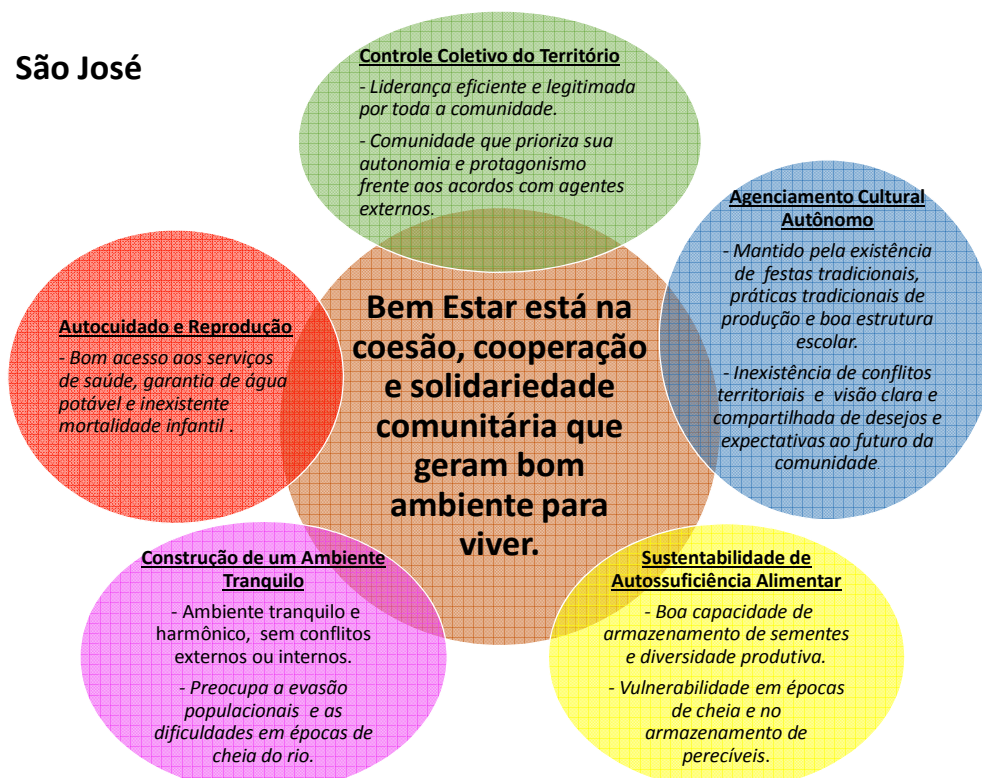


Imagem 47 – Resultados derivados da aplicação dos IBHI na comunidade de São José

Fonte: Autor (2016)



### 7.3.2 Indicadores de Bem Estar Humano Indígena da Comunidade de São João de Veneza

“É uma nação, o povo Ticuna é uma verdadeira Nação.”  
(Provérbios de Sala de Aula).

Os Ticunas, ou *Magüta*, como se chamam na língua materna, estão entre os povos indígenas mais numerosos do Brasil, atingindo 35.000 pessoas concentradas na região do Alto Solimões. São seguidos de Guaranis, no sul, com 30.000 pessoas e Caingangues no sul e sudeste, com 25.000. (IBGE, 2010).

Ticunas são também encontrados em números semelhantes aos brasileiros em território colombiano e em menor volume no Peru, o que os torna um dos maiores povos nativos da América Latina, com aproximadamente 60.000 pessoas. (IBGE, 2010).

Na mitologia Ticuna, o início do mundo é ocasionado pela ação de dois irmãos *Yo'i* e *Ypi*, que, estando no escuro, buscaram a luz em cima da árvore gigante que esconde o mundo, a Sumaúma ou *Wotchine*, em língua Ticuna. Porém, chegando ao topo depararam-se com uma grande preguiça real que, segurando um galho, não permitia que a noite e a luz aparecessem. Após inúmeras tentativas de fazer com que a preguiça soltasse o galho, tentando derrubar sem êxito a Samaúma, os dois irmãos prometeram sua irmã *Aiciüna* em casamento para quem lograsse tal feito. Então, *Taine*, um pequeno quati, jogando pequenas formigas-de-fogo nos olhos da preguiça, fez com que ela soltasse os galhos, surgindo a luz da noite e fazendo com que a grande Sumaúma caísse ao solo, gerando de seu vasto tronco o Rio Solimões e de seus galhos inúmeros igarapés.

O primeiro contato Ticuna com não indígenas veio pelo lado peruano, através de um grupo de jesuítas espanhóis liderados pelo padre Samuel Fritz, no século XVII, contato esse que nos anos subsequentes provocou o aldeamento dos inúmeros povos nativos da região.

Originalmente seu vasto território desenhava-se em um só espaço desde Pebas, no Peru, até a desembocadura do rio Içá e Solimões, no Brasil, assumindo como sua a gigantesca extensão entre esses dois rios. Esse território foi dividido, primeiramente, pelas coroas espanholas e portuguesas junto com as missões católicas nas épocas de colônia e, posteriormente, pela constituição dos Estados nacionais modernos, através das linhas de fronteira que conhecemos nos dias de hoje.

A história oral relata que os Ticunas originariamente viviam em terras firmes, sempre liderados por um *tó-i* (chefe de família) e, constantemente, entravam em confronto com o

povo Omágua, que habitavam as terras alagadiças (várzea) e as beiras dos rios. Os Omáguas, tendo supremacia bélica, limitavam os Ticunas ao acesso dos recursos hídricos. (Botià, 2008).

A segunda metade do século XX representa a exploração massiva e organizada desse povo. Os Ticunas foram grande parte da mão de obra seringalista no segundo ciclo da borracha e, em 1940, estavam totalmente sobre o domínio dos patrões<sup>67</sup> dos seringais. Essa data remete-se também ao início das ações do Serviço de Proteção ao Índio no alto rio Solimões, com intuito de auxiliá-los em seus conflitos e também fiscalizar as áreas nacionais de fronteira. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Outra característica que marca grande parte das comunidades Ticunas ao longo do século XX é a questão da religiosidade, assumida através da devoção à Igreja da Santa Cruz. A igreja da Cruzada<sup>68</sup> como é conhecida, foi fundada por José Fernandes Nogueira, autodeclarado José Francisco da Cruz, nascido em 1913 em Minas Gerais.

José da Cruz tentou inúmeras vezes ingressar na vida religiosa. Sem êxito, seguiu por conta propagando a fé, afiançado no relato de que, em 1934, “recebeu uma visão celestial divina para seguir pelo mundo com a Cruz e o Santo Evangelho”. (GUARESCHI, 1985, p. 50).

Migrando por Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pará, Amazonas e Acre, além de Argentina, Uruguai, Bolívia e Peru, pode ser representante de uma das mais significativas epopeias messiânicas da história brasileira.

Guareschi descreve:

A religião da Cruz é essencialmente “espiritual”, recusando-se a tratar assuntos que sejam “sociais”, de uma maneira ou outra. As pregações apelam para a conversão individual do coração e da mente ao Senhor. Qualquer assunto que tenha haver com política não lhes interessa. [...] Na doutrina da Santa Cruz há um respeito e um culto bastante acentuado à Bíblia, seja ela católica, protestante ou qualquer outra. [...] Baseada na doutrina e liturgia da Igreja Católica Romana. Da religião batista, o Movimento recebeu certa influência, mormente de cânticos de cunho pentecostal, além de ter contribuindo, com certeza, para a supressão da menção ou devoção a santos e a Nossa Senhora, tão frequentes e comuns na Igreja Católica. (GUARESCHI, 1985, p. 73)

---

<sup>67</sup> De acordo com Silva (2012), na época da borracha, os Ticunas se submetiam à vida no barracão, acabando com as tradições das malocas (grandes ocas onde compartilhavam o espaço de moradia entre avós, filhos e netos e suas respectivas famílias). As malocas eram distribuídas no território de acordo com o controle de cada nação no lugar, configurando uma unidade política indecente e soberana.

<sup>68</sup> Para saber em detalhes, ver GUARESCHI, P. **A Cruz e o Poder: A irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões**. 1985, Vozes.

Passados mais de 80 anos do início da difusão da Igreja da Cruz, ela ainda é muito viva e presente na região do Alto Solimões. São João de Veneza é uma entre tantas comunidades Ticunas fundadas por tal religião e seus missionários.

Apesar dos registros informais de São João de Veneza (SJV) indicar as primeiras ocupações em 1890, com o pioneiro Eduardo Fortes, é aproximadamente 15 anos depois, com Sebastião Diquê, seu primeiro diretor, e Manoel Fortes, seu primeiro Cacique, ambos nomeados pela Igreja da Cruz, que ela toma dimensão de aldeia Ticuna.

Em 1973, o fundador e a Junta Diretiva da Igreja da Irmandade Católica Cruzada Apostólica Evangélica oficializaram São João de Veneza como uma comunidade de cunho indígena e religioso. Porém, para o governo brasileiro, ela é legalmente reconhecida apenas em 28 de março de 2001, como parte da Terra Indígena Lauro Sodré<sup>69</sup>.

Retomando a história comunitária, nossos informantes contaram que, em 1955, houve um importante conflito entre os moradores e um comerciante de Benjamin Constant que, instalando uma grande fazenda chamada Coqueiral, colocou ampla quantidade de gado sobre as plantações das famílias Ticunas. “O processo de intimidação aos moradores passava pela exibição de armas e fazer com que eles se assustassem e saíssem do local.” (Documento Comunitário SJV/sd).

Após a fazenda ter passado por sucessivas transferências de donos, os comunitários mobilizaram-se na luta pela demarcação da terra e a expropriação dos fazendeiros posseiros ilegais.

A portaria n. 465/E, emitida pela FUNAI em 29/09/1978, cria a comissão de regulamentação da área de Lauro Sodré. A demarcação ocorreu um ano depois, delimitando a Área Indígena Lauro Sodré com 7.650 hectares, porém, por mudanças de regulamentação para as demarcações e falta de consenso entre as lideranças indígenas (informa o governo), a homologação final da terra apenas concretizou-se 23 anos depois, em 2001, fixando a Área com 9.400 hectares e 59 quilômetros de perímetro<sup>70</sup>. Nossos informantes afirmaram que isso só foi possível pelo empenho do corpo de professores comunitários e as manifestações junto às autoridades públicas.

---

<sup>69</sup> Lauro Sodré foi importante personalidade paraense e, na proclamação da República, foi nomeado Secretário e Patrono de Benjamin Constant. O processo de demarcação deu-se por um intenso processo de acordos e reuniões entre tais povos e agentes do governo, arrastou-se por anos, até que definitivamente tais terras fossem homologadas. A terra indígena de Lauro Sodré comporta quatro distintas comunidades. Para saber mais: ERTHAL, Regina Maria; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro. **O GT Lauro Sodré em uma perspectiva de história da demarcação de terras indígenas no Alto Solimões.** Revista de Estudos e Pesquisa, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p. 141-180, 2004.

<sup>70</sup> De acordo com os registros da comunidade, foram pagos ao dono da fazenda, na ocasião, Victor Magalhães, o valor de trezentos mil reais pelas terras.

De acordo com Hertal e Almeida (2004, p.142), “esta luta tornou-se mais intensa com a criação do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), constituído em 1982 pelos capitães das aldeias”, além da constituição do Centro Magüta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões. Tal centro foi a entidade de interlocução com a FUNAI para as demarcações das terras, assim como a captadora de recursos para esse processo. Recursos esses que derivaram, em grande parte, do financiamento do governo da Áustria, através da Viena Instituto for Development and Cooperation.

Atualmente, afirmam as lideranças, seu objetivo geral, enquanto povo indígena Ticuna, é concretizar a conquista de direitos e deveres que amparam a sociedade indígena para que possa haver parcerias com as esferas governamentais no nível nacional, estadual e municipal, assim como com ONGs, sindicatos e cooperativas.

Em São João de Veneza, 99,48% dos moradores identificam-se como Ticunas. Essa identificação ocorre primordialmente através da língua (os Ticunas falam uma língua própria e isolada, com características anasaladas e tonal) e do respeito sobre as organizações dos clãs, ou nações, que entre outras questões, delimitam as possibilidades matrimoniais dentro da etnia.

São duas metades de nações: De um lado, a nação das aves como mutum, maguari, arara, jápó e, do outro, nomes de plantas e animais, como buriti, jenipapo, avai, onça e saúva. Os homens brancos são todos de Nação de Boi, dizem os mais velhos, porque gostam de viver cercados e olhando para baixo. As nações são passadas através das gerações, através de uma linhagem patriarcal, e uma pessoa só pode casar-se com alguém de um clã oposto a sua metade. (GEOCITIES, 2015).

Os demais 0,52% da população da comunidade é indígenas de etnia Cocama. Apesar do inexpressivo número Cocamas, ele vem aumentando e, atualmente, já representa 22,85% das casas da comunidade. Geralmente, são pessoas que casaram com Ticunas, ou passaram a viver na comunidade por algum grau de parentesco com Ticunas, ou, ainda, evadindo de áreas alagadiças.

Mesmo grande parte da população se autodeclarando Ticuna e descrevendo a língua enquanto característica étnica primordial, de acordo com as lideranças, menos da metade fala fluentemente a língua materna. Somando esse fato com o aumento da população Cocama, poderíamos pensar em uma gradual mudança no perfil populacional de São João de Veneza?

Devemos ter em mente que aos Ticunas, assim como a outros povos tradicionais, afeta uma tendência moderna de flexibilizar processos indenitários por um variado número de

motivos que vão desde enquadramento aos critérios de agentes públicos para ganho de benefícios até elevação, frente a vizinhos e atores externos, a um status social percebido como mais respeitoso.

Sendo assim, por vezes, parece ser vantajoso autodeclarar-se indígena, por outras vezes não; da mesma forma, pode ser frutífero apresentar-se como comunidade totalmente Ticuna, mas, em outros momentos, pode ser mais importante explicitar certa diversidade, apresentando também significativo número de famílias de etnia Cocama.

Enfim, isso para afirmar que o distanciamento ou a proximidade de aspectos que são historicamente atrelados às características culturais de um povo nas atuais circunstâncias não são lineares, estáticos e irreversíveis, mas circunstanciais e sinuosos.

Em 2015, a comunidade contava com 250 habitantes e 43 famílias. De acordo com as fontes de aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena, embasadas nos dados do GPEDA, da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e da própria comunidade; em 2014, observou-se uma verdadeira explosão demográfica, aumentando em 86 pessoas e 12 famílias o contingencial populacional. Entre 2003 e 2015, constata-se um aumento de 40% da população em números brutos. O principal fator para esse substancial crescimento é a já referida chegada de parentes Ticunas e Cocamas.

Outro fator explicativo para o crescimento populacional refere-se à manutenção de uma média anual, referente aos últimos cinco anos (2010 – 2015), de seis nascimentos e nenhum óbito em São João de Veneza. Esse positivo índice de natalidade traz indícios de positiva capacidade em garantir o Autocuidado e a Reprodução, como confirmaremos a seguir.

Mesmo com um significativo crescimento, as lideranças informaram que não estão ocorrendo conflitos, que todos respeitam as leis apresentadas no estatuto da comunidade e que, sempre quando uma família nova chega, passa por um estágio de avaliação e adaptação em relação à comunidade e da comunidade em relação a ela. Apenas após seis meses que, definitivamente, decide-se, em reunião comunitária, se aquela família ficará ou não, assim como onde deve plantar e com ajuda de quem vai construir sua casa. Informaram, ainda que, devido a substancial quantidade de terra disponível para a plantação e moradia, não ocorrem conflitos a respeito da escassez ou limitações de espaços de subsistência.

Apesar do histórico de grandes conflitos e lutas pela demarcação de sua terra, atualmente, São João de Veneza não enfrenta problemas de sobreposição ou conflitos dessa espécie de maneira formal. Contudo, afirmaram que, há mais de 20 anos, madeireiros de

Benjamin Constant retiram madeira da região de fundo da comunidade, lugar geralmente inacessível aos moradores, acessado pelos madeireiros através do igarapé Grajari.

Não existem estudos ou registros das autoridades a respeito desse fenômeno, ou mesmo uma estimativa de quanto da área indígena tem sido degradada pela exploração ilegal de madeira. Informaram as lideranças que essa problemática não afeta diretamente a comunidade, por hora, pois se referem a parcelas territoriais distantes e não utilizadas por eles.

Tal fenômeno específico mostra-se como arquétipo de uma situação generalizada no contexto brasileiro, onde terras tradicionais preservadas e demarcadas são constantemente invadidas por pecuaristas, garimpeiros, madeireiros, entre outros, que buscam riqueza financeira na comercialização das matérias primas oriundas da selva.

Nesse cenário, de um lado, percebe-se a precária organização das populações tradicionais para combater tais problemas, do outro, uma bancada política atrelada aos interesses da agroindústria e pecuária no Brasil, que permeia os ambientes legislativos da federação, dos estados e municípios; entre um lado e outro, um aparato legal e fiscalizador apático, desestruturado e, por vezes, conluiado com as inconstitucionalidades.

Afinal, a expropriação ilegal em terras indígenas é a síntese da histórica relação de exploração e serventia da floresta, que os governos nacionais tramaram com as grandes potências econômicas mundiais, colocando em posição de dominação espaços e populações tradicionais, como a Floresta Amazônica e os povos bosquesinos.

No caso particular de São João de Veneza e do Alto Solimões, como vimos na primeira parte deste trabalho, o comércio de madeira caracterizou-se como a mola motriz da economia regional, principalmente entre as décadas de 1950-60 e 70. Parece, no entanto, que, apesar de restringida e menos vigorosa, prossegue agindo sorratamente de maneira tortuosa.

Outro fenômeno já citado, que não se manifesta como problemática, mas deve ser tratado com atenção, refere-se à explosão demográfica populacional. Tal fenômeno exige das autoridades locais estratégias e mecanismos de incorporação desses recém-chegados de maneira harmônica com os interesses e regras da comunidade, sobre pena de uma difusão de ideias e ações que se distanciam dos interesses coletivos.

Na verdade, a diversidade é marcante em São João de Veneza sobre várias dimensões. Além da diversificada população, a comunidade é multirreligiosa, com representações das igrejas da Cruz, Católica, Batista e Evangélica. Tais representatividades, de acordo com os

informantes, articulam-se de maneira harmônica entre si e com o presidente da associação, o vice-presidente, o cacique e o vice-cacique para a boa governança da comunidade.

Existe uma possível interpretação a respeito da característica peculiar de São João de Veneza possuir tantas e distintas lideranças e ela fundamenta-se, substancialmente, na ideia de que a diversidade de líderes está posta justamente no sentido de gerar governabilidade coerente e harmônica em uma população significativamente numerosa, crescente e também muito diversa. Esse é, inclusive, um dos elementos que subsidia a capacidade de construir um ambiente tranquilo para viver.

Contudo, não se pode perder de vista que a organização máxima social da cultura Ticuna é a família. Por estarem agrupados no mesmo território e por influências históricas da política pública de contato, encontram-se sob a representação de um Cacique, de um Vice - Cacique ou de um presidente de associação, mas a autoridade máxima e a palavra final cabe ao *inato* (pai da casa ou chefe de família) e, dos seus, ele é sempre o *norü dariü-ù* (o primeiro cuidador, o responsável).

Goulard (1994) afirma que se, tradicionalmente, tínhamos na sociedade Ticuna uma hierarquia na qual o pai de família, o Guerreiro e o Pajé estavam no topo mais alto, seguidos de narradores de histórias e caçadores, hoje, pelo processo de aldeamento e influências de culturas alheias, assim como as necessárias adaptações aos estilos de vida que lhes foram afetando, encontramos no topo da pirâmide os pastores, geralmente ligados à Igreja da Cruz, seguidos de professores, demais funcionários públicos, comerciantes e agricultores, respectivamente. Temos em vista as transformações sofridas pelas representações sociais na cultura Ticuna ao longo do tempo.

Seguindo adiante, na análise dos IBHI a respeito dos indicadores que ofertam percepções sobre a utilização da terra, os processos produtivos e o acesso aos recursos naturais, observamos que a comunidade conta com uma área de 59 km<sup>2</sup>, apesar de não existirem mapas geoprocessados, que nos possibilitariam declarar com maior precisão as variadas tipologias de coberturas da terra e o potencial de áreas com oferta de recursos naturais.

Existe um acordo entre as quatro comunidades que compõem a Terra Indígena de Lauro Sodré para a livre circulação nesse território, mas não para a extração de recursos naturais, para isso, deve ser consultado o Cacique da comunidade a qual tal recurso pertence. Antes mesmo da FUNAI delimitar definitivamente a área, as comunidades já contavam com

um acordo para a distribuição e utilização do espaço, visto que a luta pela demarcação das terras data de antigos tempos.

Informaram os moradores que 70% do território da comunidade refere-se à floresta nativa, demonstrando alto potencial de áreas com recursos naturais. Referente aos 30% de território cultivável, 12% restringe-se a áreas de alternância e descanso da terra entre épocas de plantio, cheia e vazante do rio e os demais 18% do território são utilizados para a produção de um diversificado número de alimentos.

Nas áreas de plantio encontram-se dezesseis espécies, a saber: mandioca, abacaxi, banana, cupuaçu, tangerina, abacate, açaí, batata e limão, além de buriti, pupunha, cara roxo, manga, ingá, mamão e abacaba.

A agricultura Ticuna é baseada no uso da mão de obra familiar, utilizando-se de técnicas de baixo impacto ambiental, derivadas de conhecimentos culturais e patrimoniais. A utilização das terras é regulada pelos costumes e por normas de influência religiosa, internamente compartilhadas. Apenas o local de moradia, espaço destinado ao uso familiar, é considerado como sendo área privada. (NODA; BRAGA, 2012, p. 405).

Especificamente sobre as espécies mais utilizados na alimentação desses povos, Noda e Braga (2012) catalogaram 11 espécies de mandioca, oito espécies de macaxeira e 15 espécies de bananas, além de 30 espécies de peixes. Através da aplicação dos IBHI, catalogamos 10 espécies de peixes<sup>71</sup>, três espécies de animais de caça, além dos já referidos cultivos, totalizando, em São João de Veneza, uma significativa diversidade alimentar com aproximadamente 29 espécies distintas.

Analisando documentos e diagnósticos, chama a atenção o salto de diversidade alimentar ocorrido nos últimos cinco anos (2010 – 2015), atingindo algo em torno de 58,62%. Esse acréscimo na produção é, em grande parte, fruto da dedicação das famílias envolvidas nas ações do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, dedicando grande energia humana e material nos processos de diversificação produtiva, manejo sustentável dos solos e plantações consorciadas pelos SAFs.

Sobre o armazenamento das sementes, outro indicador que nos demonstra a Capacidade de Garantia e Soberania Alimentar, a principal incidência está sobre espécies de

---

<sup>71</sup> De acordo com os estudos de Cycero e Albarracín (2001), a forma mais utilizada de pesca pelos Ticunas é a pesca com vara, seguida da malhadeira (grande rede sustentada por boias), depois o arpão, o espinhel e a flecha. E seus principais lugares de pesca são os remansos e lagos, seguido das margens do rio, assim como a principal forma de armazenamento dos peixes é moquear ou salgar. Moquear é o ato de defumar animais, no sentido de deixá-los mais resistentes a decomposição do tempo e mais protegidos de parasitas.



feijão, milho e manivas de mandioca. Para armazená-las, utilizam-se o método tradicional secando-as ao sol e guardando-as em recipientes de garrafas de plástico.

As demais sementes são compradas no comércio local e parte das famílias ligadas a Associação Intercomunitária ASPRO-BC realizam a compra coletiva dessas espécies, barateando, ao final, o custo dos insumos.

Sobre os produtos perecíveis, a chegada da energia elétrica de maneira constante, em 2013, produziu um gradual desinteresse e desuso de práticas tradicionais de armazenamos, como o ato de salgar os alimentos. Evidentemente, tal fenômeno reflete o conforto e a segurança gerada pelos benefícios da energia na conservação de alimentos. Poder estocar peixe ou carne, por exemplo, afeta diretamente pontos de instabilidade da aquisição alimentar que podem ameaçar, inclusive, a condição familiar, como temperaturas muito quentes, impossibilitando o trabalho na roça; situações de enfermidade, que demandam deslocamento a cidade; chuvas ou secas excessivas, desestabilizando a oferta diária de alimento.

Ao fim, a possibilidade de armazenar alimentos de maneira permanente, assegurada pelo uso da energia elétrica, oferta maior capacidade de planejamento do presente e do futuro, gerando maior equilíbrio no acesso aos alimentos.

Destarte, frente à significativa quantidade de alimento produzido nas unidades familiares (29 espécies), como vimos, chama a atenção o baixo volume de sementes armazenadas de uma safra para outra, restringindo-se apenas três espécies. Esse fenômeno deflagra uma vulnerabilidade comunitária frente sua autonomia alimentar, sendo constantemente levada a contar com doações governamentais de insumos ou a compra deles no mercado local.

Em vista disso, os Indicadores sinalizam que São João de Veneza demonstra fragilidade em elementos importantes da constituição de sua garantia alimentar, carecendo de ingresso externo de insumos fundamentais.

Ainda sobre as questões alimentares, é importante assinalar também que, através das nove famílias diretamente envolvidas nas ações do Projeto aqui em estudo, a comunidade possui um tanque de Piscicultura com capacidade de aproximadamente quatro toneladas de peixes, tal tanque encontra-se sob a gestão dos próprios comunitários.

A prática da Meliponicultura, que já existia na comunidade antes do Projeto, foi fortalecida e ampliada com o início das intervenções e, hoje, conta com 20 famílias e 46 colmeias, além de um meliponário matriz, que conta com 18 colmeias, de onde se originam as demais colmeias distribuídas nas comunidades participantes das ações no eixo do mel.

De acordo com as lideranças, atualmente, São João de Veneza conta com 10% da população em risco de desnutrição. Afirmam que as causas estão relacionadas a desestruturas familiares e doenças ou perda súbita da produção agrícola.

Tais motivos nos levam a questionar a existência ou inexistência de uma rede de Cooperação e Solidariedade que possa dar conta, de maneira comunitária, desses problemas nucleares. Além disso, tais causas podem apresentar relação com a falta de armazenamento substancial de sementes e insumos, como já frisamos, demandando inversão financeira, por vezes indisponível, para aquisição da alimentação familiar básica.

Saindo da interpretação dos indicadores referentes à produção e alimentação, passando para as questões culturais referentes à Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo, informa-se que a comunidade conta com duas grandes festas tradicionais: A festa de São João de Veneza, realizada desde 1998, e a Festa do Açaí, que teve sua primeira edição no ano de 2015.

As duas são recentes, uma de cunho religioso católico, outra relacionada aos aspectos produtivos da comunidade. Na primeira, participam aqueles que seguem a religião católica, ficando de fora parte significativa da população, que se dedica a outras crenças religiosas. Sobre a segunda, informaram que houve participação ativa e massiva de toda a comunidade ao longo da edição realizada.

A típica Festa da Moça Nova, conhecida como símbolo cultural da etnia Ticuna, quando a menina, na transição da juventude para a vida adulta, é sujeita a um ritual com danças e rezas tendo seu ápice no escapelamento de seus cabelos pelos integrantes da festa, não é realizada na comunidade há mais de 15 anos, visto a recusa de muitas em passar pelo ritual, assim como pela dificuldade para a família em preparar a festa, que pode durar cinco dias com fartura de comida e bebida para os comunitários e convidados.

A inexistência da festa tradicionalmente vinculada à etnia pode reforçar a hipótese de mudança de perfil comunitário e afastamento gradual da cultura de origem. Temos a tendência a analisar que a inexistência dessa festa recebe influência das diversas religiões que, a nosso ver, não se relacionam de maneira harmônica com a cultura indígena e que estão significativamente presentes em São João de Veneza.

O alto grau de miscigenação de São João de Veneza entre a cultura indígena e não indígenas também pode ser percebido nos processos educacionais que envolvem a sua população. A escola Municipal Maravilha, apesar de fisicamente obedecer a um padrão estereotipado das escolas públicas do município, é uma escola indígena e, dessa forma, com

direitos, deveres e características atrelados à Resolução Federal n. 03 de novembro de 1999, que regulamenta as escolas indígenas no Brasil.

Portanto, conta com um sistema misto de educação, através do qual as crianças aprendem, primeiramente em casa e na pré-escola, a língua e a cultura Ticuna e, posteriormente, ingressam nos estudos não indígenas.

Em 2014, a escola contava com 149 matriculados e, em 2015, com 140, divididos desde a pré-escola I até o ensino de Jovens e Adultos (EJA), contemplando todos os níveis da educação formal. Em São João de Veneza, 56% da população encontra-se vinculada ao processo formal/tradicional de educação, 95% da população falando fluentemente a língua portuguesa e o espanhol.

Nesse caso, em contraponto a algumas análises que possam nos levar a crer em gradual distanciamento da população de São João de Veneza de sua cultura tradicional através da diminuição de falantes da língua materna ou da inexistência de festas tradicionais; o cunho e o enfoque educativo que se apresenta na escola da comunidade são de extrema valorização da cultura Ticuna, compreendendo que o processo de alfabetização cultural, em casa e na família, deve ocorrer, inclusive, antes do formal, na escola.

Ademais, a alta taxa de pessoas envolvidas na educação formal, assim como a dominância da população bilíngue no manejo do espanhol e do português, denota uma significativa capacidade de articulação da comunidade com as demais culturas locais que compõem a tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru. Esse fator pode ser facilitador de intercâmbios econômicos, políticos e culturais importantes para a manutenção da dinâmica, do crescimento, da subsistência, da emancipação e do Bem Estar comunitário.

Por fim, passemos aos indicadores relacionados à Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Sobre o acesso a água potável, informaram as lideranças que o sistema de potabilização angariado junto a ISCOS encontra-se há 10 meses em desuso por falta de manutenção. Para consumo, as famílias, em suas moradias, armazenam água da chuva em caixas de água e galões, por algumas vezes, tratando-a com pastilhas de cloro.

A difícil condição de acesso à água potável já havia sido assinalada neste trabalho e alude, para além da ineficiência governamental, à dificuldade das comunidades de realizar a gestão de tecnologias exógenas especializadas sem o devido preparo. Chama-se a atenção, outra vez, à necessidade de investimento em sistemas endógenos, alternativos e de simples manejo para a purificação da água.

A comunidade conta ainda com alguns olhos de água natural, que são utilizadas para o consumo. Relatam os moradores, que essas águas são puras, apesar de nunca terem passado por análises clínicas e estarem, em tese, correndo pelo mesmo terreno que recebe os dejetos dos banheiros externos. Tais banheiros funcionam sobre o sistema de fosso seco, e sendo assim, seus rejeitos são absorvidos gradualmente pela terra.

Já a respeito do acesso a serviços públicos, seguem a tendência de todas as comunidades indígenas e ribeirinhas da região, não dispondo de esgoto, nem canalização de água ou destinação adequada para o lixo, que geralmente é queimado.

A generalizada precariedade dos serviços públicos básicos no Alto Solimões sinaliza o descaso governamental ao longo das históricas intervenções nesses territórios e aponta para os gargalos ainda não superados no tocante ao Bem Estar no interior da Amazônia.

Ainda sobre a Capacidade de Autocuidado e Reprodução, São João de Veneza conta com cinco pessoas de referência no manejo das plantas e na medicina tradicional, além de dois agentes de saúde indígena. Relatam que a dinâmica entre essas duas formas de saberes medicinais é harmônica e complementar, tendo vezes, e doenças, que as pessoas recorrem ao tradicional e, outras vezes, quando identificam “doença de branco,” recorrem ao posto de saúde comunitário.

É, portanto, significativo o número de pessoas que servem de referência à saúde local, mostrando aliança e harmonia entre as práticas tradicionais e formais de medicina. Isso demonstra capacidade em lidar com questões referentes a doenças, mantendo ativa na memória e na prática coletiva os métodos de medicina indígenas.

Essa afirmativa é outro fato positivo e de contraponto frente às afirmações anteriores que sinalizavam um possível afastamento da população de São João de Veneza das práticas ditas tradicionais e culturais da etnia Ticuna; mostra-se aqui, que a respeito das práticas medicinais, a população ainda encontra-se intimamente vinculada à cultura de origem.

Sobre a referida medicina de origem ou tradicional, cabe uma clarificação do termo curandeiro que, dentro da cultura Ticuna, ganha similaridade com o termo Pajé. O Pajé, em Ticuna chamado de *yuïcü*, pode curar, adoecer e até matar, deflagrando uma visão da terapêutica xamânica não apenas atrelada a cura. Entre o feiticeiro que inflige uma doença e um curandeiro que remove a doença não há diferença, “entre os Ticunas, nenhum pajé é livre de suspeitas” e seus poderes emergem da relação que ele estabelece com os espíritos das

árvores, como expõe Silva (2012, p.6), através de um aprofundado estudo a respeito da feitiçaria<sup>72</sup> Ticuna.

Em São João de Veneza especificamente, nenhum desses termos é mencionado, tampouco relatam uso de feitiçaria ou outros elementos descritos nos estudos de Silva (2012), provavelmente, pela total influência de concepções religiosas proibicionistas a esses rituais e vocabulários. De qualquer forma, as pessoas de referência em saúde são chamadas por nossos informantes de *sabedoras dos remédios tradicionais* e, de acordo com o relato, restringem-se ao uso curativo das plantas medicinais.

Para casos mais graves, as pessoas se locomovem para as estruturas municipais de saúde em Benjamin Constant ou ao polo base de saúde na comunidade indígena Filadélfia, também de etnia Ticuna.

Nesse sentido, a cobertura do pré-natal é universal e feita na comunidade e no município. As três parteiras da comunidade realizam mais de 70% dos partos, contudo, as famílias informaram que, logo após o nascimento, levam os filhos à cidade, principalmente pela agilidade no registro das crianças, documentação fundamental, inclusive, para o encaminhamento de benefícios sociais posteriores.

A existência de parteiras e a opção predominante das mulheres por realizar os partos com essas pessoas demonstram uma importante e profunda consciência de segurança e confiança na cultura tradicional sobre fenômenos fundamentais da vida, como o nascimento, e confirmam a adequada Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Em vista do coletado e exposto através da aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena, conclui-se que São João de Veneza é uma comunidade bastante diversificada e heterogênea e, por esse fato, demanda uma coordenação comunitária partilhada entre presidentes de associação, caciques e diversos líderes religiosos. Justamente essa harmônica diversidade de lideranças, principalmente de cunho religioso, tem sido elemento fundante da construção de seu Bem Estar.

Em contraponto, tamanha diversidade, a homogeneidade revela-se na aderência às práticas de saúde tradicionais e na relação equilibrada dentro do universo educacional, o que garante, respectivamente, boa capacidade de reprodução e autocuidado e certo grau de agenciamento cultural autônomo.

No que tange à alimentação, apesar de ser significativo o número de espécies produzidas, demonstrando, inclusive, intensa diversificação ao longo dos últimos anos, é

---

<sup>72</sup> Para saber mais, NIMENDAJU, Curt. **The Tukuna. Berkeley and Los Angeles.** Universidade da Califórnia, 1952.

sinalizada determinada fragilidade sobre a soberania alimentar, principalmente no tocante à baixa quantidade de sementes que possuem em seu poder. Algo, por fim, que encontra possível relação com os 10% da população com risco de desnutrição.

Essa preocupação alinha-se com o conseqüente grau de dependência frente à doação de insumos por órgãos públicos, atrelando a comunidade a um emaranhado político que afeta negativamente o empoderamento, a Emancipação Social, o protagonismo e a soberania.

Sobre as intervenções operacionalizadas a partir dos princípios da Cooperação, da Solidariedade e da Autogestão, evidencia-se fortalecimento direto da Capacidade de Garantir a Autonomia Alimentar através da implantação dos SAFs, do Banco de Sementes, da piscicultura e do fortalecimento da meliponicultura. Essa Capacidade, justamente, refere-se ao exclusivo campo de intervenção do Projeto em estudo, designado dentro do universo da agricultura familiar.

No tocante às ações do Projeto e às demais capacidades, pode-se perceber benefícios indiretos, como no Autocuidado e Reprodução, através da diminuição de pesticidas nas plantações, ou na Capacidade de Controle coletivo do Território, através do fortalecimento do protagonismo e da coesão comunitária originada de trabalhos coletivos cooperados e solidários.

Conclui-se que Bem Estar, nesse caso, encontra-se sobre a capacidade geral da comunidade em harmonizar distintas características populacionais e, principalmente, religiosas, sob a legislação de normas coletivas e a jurisprudência de lideranças articuladas e respeitadas, canalizando esforços para a consolidação de um lugar comum e tranquilo para se viver.

A imagem a seguir sistematiza os resultados derivados da aplicação dos IBHI na comunidade de São João de Veneza:

## São João de Veneza

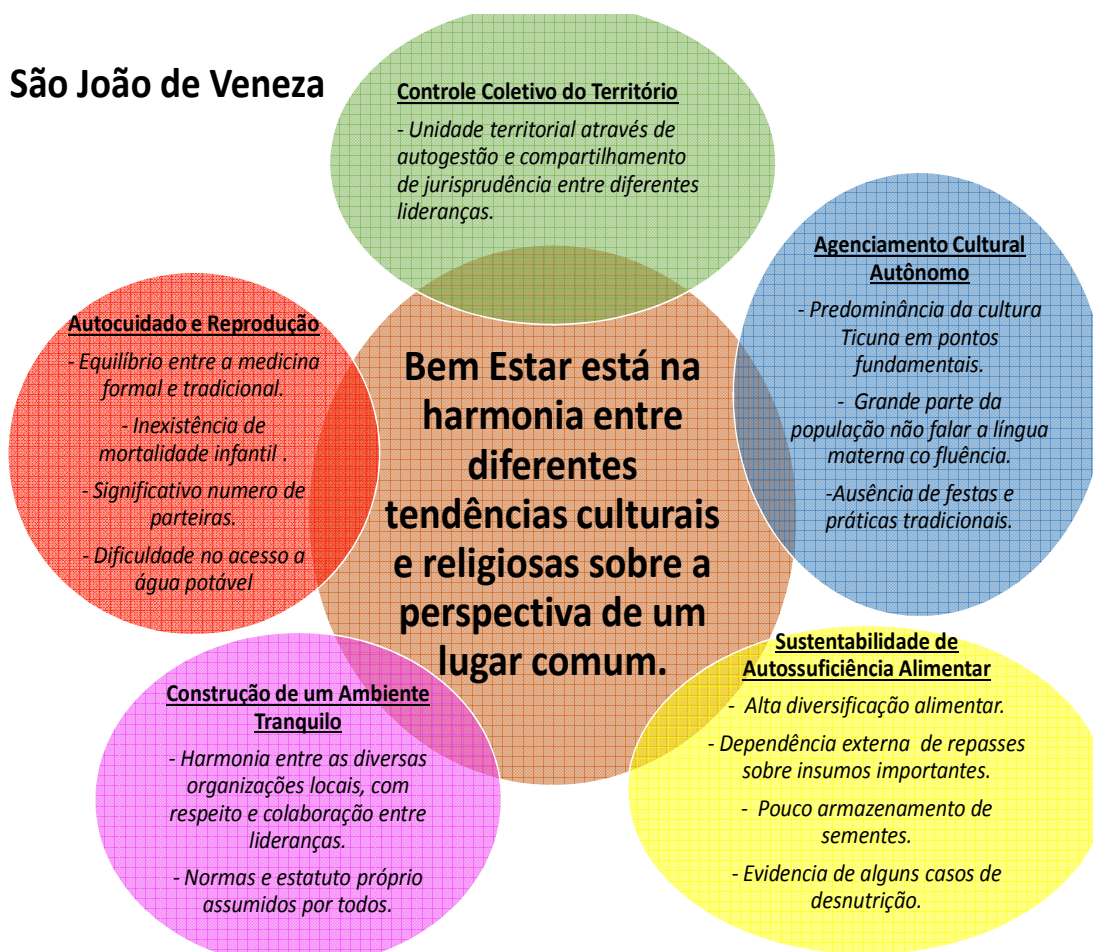


Imagem 48 – Resultados derivados da aplicação dos IBHI na comunidade de São João de Veneza

Fonte: O autor (2016)

### 7.3.3 Considerações a respeito da Aplicação dos Indicadores de Bem Estar Humano Indígena (IBHI)

“Não somos tão fracos como eles dizem ou como querem que as pessoas pensem de nós, olhe bem e encontraremos forças centenárias.”

(Provérbios de Sala de Aula).

Foi intenso e pródigo o trabalho de aplicação dos IBHI nas duas comunidades aqui estudadas. Trabalho este que, inclusive, não acaba ao suprimos a demanda imediata desta Tese, evocando-nos a um acompanhamento longitudinal desses fenômenos.

De momento, cumprimos com o objetivo de comprovar que não é suficiente alterarmos as formas de planejar e realizar as intervenções sociais nos territórios de ausência amazônica, se não alteramos também as formas de avaliar tais intervenções. E, com isso,

comprovamos também que a aplicação de indicadores específicos, apoiados em características próprias das populações, suas capacidades e potencialidades, rompe com o abissal processo de rotulação e estereotipação produzido pelos indicadores hegemônicos. A utilização arbitrária desses indicadores hegemônicos coloca em risco qualquer intervenção que pretenda promover o Bem Estar e Emancipação Social desses povos.

Esse elemento fica claro quando confrontamos a cena de pobreza extrema que desenha o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sobre a região do Alto Solimões, com as Capacidades avaliadas pelo Índice de Bem Estar Humano Indígena (IBHI), que, por sua vez, deflagra riqueza cultural, profundidade de saberes, preservação da vida, soberania territorial e alimentar nas comunidades da região.

De maneira geral, encontramos garantidas, em São João de Veneza e São José, significativas capacidades que denotam uma vida com Bem Estar. Percebemos também que subsidiando esse Bem Estar, encontram-se muitas práticas relacionadas aos princípios da Solidariedade, Cooperação e Autogestão e, quando essas práticas se fortalecem, influem também sobre a Emancipação Social, nos termos aqui conceituados pelos próprios comunitários.

Além disso, sobre a análise das intervenções de nosso objeto de estudo, o Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira da Amazônia Brasileira/ Bem Viver, encontramos significativa incidência em sua área de desígnio, traduzida nesses indicadores enquanto Capacidade de Garantir a Soberania Alimentar. Esse achado sustenta a afirmativa de que intervenções embasadas na Cooperação, na Solidariedade e na Autogestão auxiliam no fortalecimento das capacidades estruturais das sociedades bosquesinas na Amazônia brasileira.

Desejamos, por fim, sugerir para Acosta (2013) uma simbólica alteração em tais indicadores: Na medida em que, apoiados no conceito de bosquesinos, aplicamos com êxito tal exercício analítico também em uma comunidade ribeirinha, sugerimos a mudança na nomenclatura “Indicadores de Bem Estar Humano Indígena (IBHI)” para **Indicadores de Bem Estar Humano de Povos Tradicionais (IBHPT)**, ganhando, assim, maior abrangência e tornando-se convidativo a experimentações em inúmeros outros territórios vítimas da produção das ausências na contemporaneidade.

A utilização de tais indicadores convida a pesquisas de longitudinais, ao processo de capacitação das comunidades no manejo autônomo destas ferramentas e no trabalho estratégico de cativar instituições de apoio, controle e/ou pesquisa para aderência e institucionalização de



tais metodologias. Melhorando as formas de avaliar, melhora-se o foco, a qualidade e a eficiência das intervenções.

## **FIM. É NOITE NA FLORESTA**

Aproxima-se o final deste percurso, já é noite na Floresta, é hora de parar.

Até os indígenas e ribeirinhos ressabiam-se quando se ausenta o sol e com ele a luz do dia. Na noite a onça aguça sua visão; de cima da Samaúma nada mais se distingue entre o verde e o breu, os sons e ruídos fortificam-se como uma sinfonia onírica; a própria Tucandeira reduz seu frenético ritmo que nos trouxe até aqui. Afinal, como ensina Mário Quintana (1962, p. 32), até “a noite acendeu as estrelas porque tinha medo da própria escuridão”.

É a partir da escuridão das ausências produzidas nos territórios amazônicos que tiramos as conclusões deste trabalho. Da luz de suas emergências que defendemos nossas teses.

A Razão Indolente impõem sobre a Amazônia uma linha abissal que produz invisibilidades de culturas e saberes que, historicamente, são tratadas através da apropriação e da violência, caracterizando-a enquanto território de ausências. Essas ausências sustentam-se por uma falta de percepção real sobre esses estilos de vida, tanto quanto por mitos generalizadores, como o do vazio demográfico, que desumaniza as percepções sobre a Amazônia, ou mesmo a pureza e a ingenuidade dos povos bosquesinos, que pseudojustifica as intervenções Molaes assistencialistas e tutelares.

A Razão Indolente avança sobre os povos tradicionais justamente porque neles residem as alternativas que podem fazer frente às suas facetas e monoculturas. Esse embate começa pela ideia de que os povos indígenas não estão perdidos em um pretérito distante, pelo contrário, são contemporâneos e constantemente reinventam-se. O sujeito indígena e ribeirinho não é um sujeito natural-histórico, senão um sujeito contemporâneo sócio-histórico, e na historicidade dos povos bosquesinos não há vítimas, há resistências.

Apenas a partir dessa premissa é possível pensar os processos de Emancipação Social e Bem Estar. Defendemos a tese de que para tratar desses processos nos territórios de ausência, um caminho efetivo é a aplicabilidade do procedimento de tradução e de uma Ecologia dos Saberes, que, por sua vez, depende intimamente da efetivação dos princípios de cooperação, solidariedade e autogestão.

Estamos convictos de que consolidar a Emancipação Social e as concepções contra hegemônicas de desenvolvimento é a melhor forma de produzir as emergências dessas culturas e de seus saberes invisibilizados.

A partir da análise das ações propagadas por nosso objeto de estudo, esperamos ter demonstrado que a construção de coletivos locais fortemente capazes de apropriarem-se e, assim, molecularizarem intervenções Molares nesses territórios, é uma estratégia viável e eficiente. Além disso, esperamos demonstrar que o exercício da cooperação, da solidariedade e da autogestão é efetivo no fortalecimento desses coletivos.

Certos disso, podemos responder a questão central desta Tese: Sim, cooperação, solidariedade e autogestão mostram-se princípios eficientes na construção de Emancipação Social e Bem Estar das comunidades indígenas e ribeirinhas que vivem nos territórios de produção das ausências amazônicas, na medida em que tencionam as lógicas de competição, individualismo e centralização de poder, tão frequentes nos processos laboriais contemporâneos.

Tais princípios produzem, em maior ou menor grão, tensões sobre as lógicas de poder que constituem os espaços estruturais e justamente por representarem uma perspectiva inexistente no arcabouço da Razão Indolente, é que se tornam interessantes recursos para a Sociologia das Emergências.

Tal afirmativa implica na imperativa presença desses princípios em qualquer intervenção que se pretenda genuína nesses territórios e esperamos, possa contribuir na construção de políticas públicas e sociais mais adequadas com as reais necessidades desses povos.

No caso específico das comunidades indígenas e ribeirinhas de Benjamin Constant, participantes do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Estar, que tinha foco na agricultura familiar; a aplicação desses princípios concretizou a reversão da maximização do lucro e da degradação da natureza pela maximização da soberania alimentar, do domínio sobre o território e do trabalho coletivo e afetivo no Espaço da Produção, assim como a superação da diferenciação desigual para a maximização da identidade comum no Espaço da Comunidade.

Desejamos marcar, enquanto sugestão metodológica, que se mostrou essencial nesse processo a necessária adaptação cultural e contextual de todos os espaços estruturais, assim como princípios e objetivos maiores aplicados neste estudo. Sugerimos e acreditamos que, para a produção de uma ciência prudente para uma vida descente, tal processo adaptativo deva

ser tomado como regra em qualquer estudo que deseje a compreensão sobre fenômenos sociais nos territórios amazônicos.

Nesse sentido que logramos reconhecer e conhecer o que para as comunidades estudadas significa cooperação, solidariedade e autogestão, assim como Emancipação Social e Bem Estar, e, dessa forma, realizamos as devidas aproximações e distinções com os marcos teóricos, gerando efetiva visibilidade de suas próprias convicções. Algo que outrora denominamos análise do Tempo Vivido, em contraposição ao Tempo Histórico, almejando contribuir com inovadora ferramenta a Ecologia do Saberes para o confronto à lógica monocultural do tempo linear e da escala.

Para esses povos, o verdadeiro desenvolvimento está pautado sobre o Bem Estar, que, por sua vez, remete-se a ideia de abundância, um conceito tanto objetivo, quanto subjetivo, que denota equilíbrio entre o viver, o trabalhar e a natureza.

Da mesma forma, a Emancipação é pautada por um senso ético-solidário, comunitário e participativo; um senso político – capaz, repolitizado, participativo e inclusivo; um senso estético – reencantado, pluralista e apaixonado, que induzem a superação de uma população subcidadã beneficiária para uma população ativa e de direito, fortemente alavancada pela conquista de autonomia coletiva e pessoal.

A análise das ações do Projeto em estudo mostrou que a aplicação da cooperação, da solidariedade e da autogestão, buscando a Emancipação Social e o Bem Estar, gerou uma verdadeira Ecologia dos Saberes, emergindo conhecimentos e temporalidades específicas; confluindo escalas e valorizando sistemas alternativos de produção.

Por sua vez, os desafios deste percurso estão no aumento da capilaridade dessas ações englobando famílias ainda aprisionadas nas lógicas indolentes e fatalistas de viver e produzir; na institucionalização de metodologias exitosas, que encontra ausência de entidades locais suficientemente capazes de romper com as lógicas hegemônicas no trato com as populações bosquesinas; assim como na continuidade das ações e estruturas já consolidadas após a saída dos interventores do território, já que as comunidades mostram, por vezes, ainda incipiente apropriação da totalidade desses processos. Um último desafio rene-se a consolidação de novas lideranças, que esbarra na volatilidade territorial da população juvenil e seu frequente desinteresse pelos temas rurais e comunitários.

Defendemos também a Tese de que não basta pensarmos outros princípios balizadores de intervenções nesses territórios se não alterarmos concomitantemente as formas de avaliar tais intervenções. As formas de avaliar geram tantas ausências quanto as formas de intervir e,

nesse sentido, a criação de indicadores específicos para os povos amazônicos, como os Indicadores de Bem Estar Humano Indígenas (IBHI) – ou como sugerimos – Indicadores de Bem Estar de Povos Tradicionais (IBPT) – mostram-se urgentes, necessários e adequados.

A partir de sua aplicação, comprovamos que os povos bosquesinos constroem de maneira autônoma e eficiente seu Bem Estar, ao longo do tempo, e essa construção ocorre através da garantia de capacidades referentes ao controle coletivo dos territórios, agenciamento cultural autônomo, soberania alimentar, construção de um ambiente tranquilo, autocuidado e reprodução. Percebemos que essa garantia apoia-se, fundamentalmente, em uma compreensão aprofundada a respeito do ambiente em que vivem e na constante habilidade de equilibrar elementos tradicionais com elementos inovadores.

Em vista do exposto até o momento, sugerimos inclusive, uma revisão dos termos técnicos de descrição e análise sobre as populações no território amazônico, especialmente no Alto Solimões: Não devemos falar mais de pobreza, senão de *empobrecimento dos processos sociais* que realmente é o que nos parece, depois de tantos anos de estudo, acometer as populações deste território.

Mais a fundo, essas capacidades e habilidades são possíveis na medida em que tais populações possuem uma racionalidade diferenciada, que rompe com a razão-utilitarista convencional e comunga de maneira equilibrada razão-percepção-sensação. Essa equação produz uma equivalência polimórfica, na medida em que todos os elementos ganham caráter personificado, isto é, a árvore é um sujeito, tanto quanto uma pessoa ou o rio, os animais, a chuva ou o sol.

Rompendo com a dicotomia entre sujeitos/objetos e trazendo as relações cotidianas para o contexto sujeito/sujeito as capacidades e habilidades são garantidas justamente pela compreensão e respeito sobre a lógica própria de cada uma das partes envolvidas, suas temporalidades e seus saberes.

Ao buscarmos perspectivas de emancipação nos territórios de produção das ausências amazônicas esta é uma das mais importantes contribuições que encontramos para as Epistemologias do Sul: a construção de outras formas de conhecimento-emancipação embasadas em distintas lógicas relacionais com rompimento de clássicas dicotomias e a equidade entre razão, percepção e a sensação.

Indígenas e ribeirinhos do Alto Solimões ensinam: para emergir e emancipar é necessário cooperar e solidarizar.

Já é noite na Floresta, Chegamos ao fim.

Caminhando por este intenso verde,  
Entre o caminho trilhado no chão e a noite-escuridão,  
Descanso para mais um dia de luta e prontidão.  
Thiago de Mello (1984).

Obrigado.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Luís Eduardo. **Pueblos indígenas de la Amazonia e indicadores de bienestar humano en la encrucijada de la globalización**: estudio de caso Amazonia colombiana. Tese de Doutorado apresentada à Departamento de Economía Aplicada I Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidade de Bilbao, Espanha, 2013.

ACUÑA, Cristóbal. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas**. Editora Oltaver, Montevideo, 1994.

ALBÓ, Xavier. **Diálogo entre el buen convivir y los modelos de desarrollo**. Revista Agenda Latinoamericana. Edição Especial: Otra Economía, n.1, Bolívia, 2013.

ALENCAR, Edna Ferreira. **Gênero, políticas públicas e sustentabilidade social na várzea do Alto Solimões**. Congresso Intersecções entre Gênero e Sociodiversidade Amazônica. Florianópolis, 2008.

ALENCAR, José de. **Guerra dos Mascates** (1871). Disponível em: <[www.pensadorbrasileiro.br](http://www.pensadorbrasileiro.br)>. Acessado em 25 de maio de 2013.

ANDRADE, Patrício Freitas. **Produção e Comercialização Agrícola**: Um estudo de caso dos agricultores familiares na comunidade de São José no município de Benjamin Constant – AM. Monografia de Conclusão de curso em Ciências Agrárias e do Ambiente. Instituto Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant – AM, 2015.

ANJOS, Eliane Gomes. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho**: um estudo a partir da Economia Solidária. Tese defendida no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS, 2012.

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia.** Vol. 2, Brasília: TEM, 2005.

ARAGÓN, Luis e OLIVEIRA, José. **Amazônia no Cenário sul-americano.** EDUA, Manaus- AM, 2009.

BADER, Sawaia. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2001.

BARBOZA, Renato e LOPES, Tarsio. **Organizações Não Governamentais na Região da Amazônia Legal Brasileira: O Caso da Saúde.** Revista Psicologia Política, V9, N17, pp. 149-169, 2009. São Paulo.

BAREMBLITT, Gregorio. **Introdução a Ezquizoanálise.** Instituto Félix Guattari, Belo Horizonte, 1998.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento.** EDUA, Manaus – AM, 2007.

BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático.** Vozes, Petrópolis – RJ, 2003.

BECKER, Bertha. K. **A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental.** In **Atlas: Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de desenvolvimento.** Brasília: MMA. 1995.

\_\_\_\_\_. **Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia.** Cadernos do IPPUR, Vol. XIV nº 1, Jan/Jul 2000, UFRJ.

BENATTI, José; OLIVEIRA, Ana. **Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia.** Revista Ambiente e Sociedade, V. VI, n. 2, 2003.

BERLLINI, Renzo. **Juntos Podemos Lograr mas cosas – perspectivas del ISCOS em la cooperaci3n sindical internacional.** 2012. Disponível em: <[www.ituc-csi.org](http://www.ituc-csi.org)>. Acessado em setembro de 2014.

BERNARDES, Anita; PELLICCIOLI, Eduardo; GUARESCHI, Neuza. **Trabalho e Produç3o de Saúde: práticas de liberdade e formas de governamentalidade.** Psicologia e Sociedade, 22, p. 5-13, 2010. Porto Alegre.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: UNB, 2004.

BOTÍA, Carlos Zárate. **El surgimento de uma sociedade trasfronteriza em la amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932.** IMANI - UNAL, Letícia - Colômbia – AM, 2008.

CABRAL, Milton. **Ontologia Cocama.** Editora Valer, Manas, 1995.

CALEGARE, Marcelo. **Contribuições da Psicologia Social no estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas.** Tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, 2010.

CASTEL, Robert. **As Transformações Sociais**. In: BELFIORE, Wanderley. (orgs). **Desigualdades e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido- conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém – PA, UFPA, 1997.

CATTANI, Antônio. **Emancipação Social**. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: CES, 2009.

CAVALLIERI, Fernando e LOPES, Gustavo Peres. **Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro**. Prefeitura do Rio de Janeiro: RS, 2008.

CAYCEDO, Augusto; ALBARRACÍN, Juan. **La pesca entre los ticuna: história, técnicas y ecosistemas**. Revista IMANI MUNDO: estudos em la Amazônia colombiana. Universidade Nacional de Colômbia, Letícia, 2001.

CHAGAS, Jolemia; FRAXE, Therezinha. **Importância dos Quintais Agroflorestais na Conservação de Plantas Aromáticas e Condimentares em Duas Comunidades de Várzea no Amazonas**. VI Encontro Nacional da Anppas (Anais). Belém: UFPA, 2012.

CHIBNIK, Michael. **Rivers**. Tucson: University of Arizona Press. 1994.

CHOQUEHUANCA, M. **Comunicado oficial do Governo Boliviano sobre as novas Políticas de Desenvolvimento Humano e Social**. Ministério Agrário, La Paz, Bolívia, 2010.

CIMI, Conselho Nacional Indigenista. **Estudo de Áreas e populações indígenas**. CIMI, Brasília, 1996.

**CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**. Congresso Nacional, Brasília – DF, 1988.

CORRÊA, Andressa da Silva; GAIGER, Luiz Inácio. **O diferencial do empreendedorismo solidário**. Revista Ciências Sociais Unisinos. V. 47, p. 34-43, São Leopoldo, 2011.

COSTA, Tereza Cristina Nascimento A. **Considerações teóricas sobre o conceito de indicador social: uma proposta de trabalho**. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 36, n. 142, p.167-175, abr./jun., 1975.

CRUZ, Paulo Márcio. **O princípio republicano: aportes para um entendimento sobre o interesse da maioria**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), Unisinos, volume 1, pag. 87-96, janeiro-junho, 2009.

CRUZ, Valter. **Rio como espaço de referência indenitária na Amazônia: considerações sobre a identidade ribeirinha**. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR (Anais). Rio de Janeiro – RJ, 2011.

Documento Comunitário de São João de Veneza. Se/material não publicado.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ERTHAL, Regina Maria; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro. **O GT Lauro Sodré em uma perspectiva de história da demarcação de terras indígenas no Alto Solimões**. Revista de Estudos e Pesquisa, FUNAI, Brasília, v.1, n.1, p. 141-180, 2004.

**FELICIDADE INTERNA BRUTA**. Disponível em: < www.fib.com>. Acessado em 10 de abril de 2012.

FERRARI, Rafael Martins. **O que são, afinal, redes de políticas públicas?** Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental: Res Pública. Brasília: ANESP, v.6, n.2, p.77-92, jul.-dez., 2007.

FERRARINI, Adriane, Vieira. **Pobreza**: Possibilidades de construção de políticas emancipatória. Óikos, São Leopoldo, 2008.

FERRARINI, Sebastião Antônio. **Amazônia**: Manual para futuras gerações. Editora Dinâmica, Porto Velho, 2011.

\_\_\_\_\_. **Encontro de civilizações**: O Alto Solimões e as origens de Tabatinga. Manaus: Valer, 2013.

FERREIRA, Aline Marques. **A Importância de Indicadores Sociais na Avaliação e Monitoramento de Cooperativas Populares**: A Experiência do Sistema de Indicadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ). Monografia, Curso de Serviço Social. UFRJ – Rio de Janeiro, 2007.

FILHO, Carlos Frederico. **Multiculturalismo e Direitos Coletivos**. In: SANTOS, Boaventura (Org). **Reconhecer para Libertar**: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

FONSECA, Tania Mara Galli e KIRST, Patrícia Gomes. **O desejo de mundo**: um olhar sobre a clínica. Associação Brasileira de Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FONTE, Eliane Maria M. da. **Considerações sobre a importância do conceito de “qualidade de vida” para a construção e uso de indicadores sociais de desenvolvimento na formulação e análise de políticas públicas**. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Portugal.

Fundação Nacional de Assistência Indígena (FANASA). **Diagnóstico do Povo Cocama na Amazônia trifronteriza**. Tabatinga- AM, 2010.

GACHÉ, Jorge. **Sociedade Bosquesina**: Tomo I. Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, Iquitos- Perú, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.



GAIGER, Luis Inácio. **A Economia Solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas.** Cayapa, Revista Venezuelana de Economia Social. Mérida, Universidade de Los Andes, (p. 7-35) 2004.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** In: Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários.** Revista Sociedade e Estado. Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2006.

\_\_\_\_\_. **Empreendimentos Econômicos Solidários.** In: **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 1971.

GALLO, Fábio. **Brasil desenvolve estudos para criar seu índice de “Felicidade Interna Bruta.”** Disponível em: < www.folha.com>. Acessado em: 23 de maio 2012.

GIDDENS, Anthony. **Anotações sobre a modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2000.

GOULARD, Jean- Pierre. **Los Ticunas.** Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá, 1994.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Diagnóstico do setor industrial e de serviços dos municípios do interior amazonense.** Manaus: SEBRAE, 1991.

GPEDA- Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica. Diagnóstico Inicial. Material Não Publicado. Tabatinga, 2010.

GPEDA- Grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade Amazônica. Coord. Luiz Felipe Lacerda e Maurício Veloso Soares. Diagnóstico Inicial sobre comunidades indígenas e ribeirinhas do município de Benjamin Constant: Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/ISCOS. Material não publicado. Tabatinga- AM, 2010.

Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica – GPEDA. Relatório sobre as condições de participação socioeconômica das mulheres indígenas e ribeirinhas do Alto Solimões nas famílias e comunidades. Material não publicado, 2014.

GUARESCHI, Pedrinho. **A cruz e o poder: a irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1993.

GUDYNAS, Eduardo. **El Buen Vivir**. Disponível em: <www.clacso.org.ar>. Acessado em: 28/03/2011.

GUDYNAS, J. **O conceito de Bem Viver**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HILKLAMMERT, Franz. **Economia para a Vida**. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: CES, 2009.

IBGE. **Senso 2012**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acessado em: 10 de dezembro de 2012.

IBGE. **Senso 2012**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acessado em: 10 de dezembro de 2013.

IPEA. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico 2005**. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acessado em: 08 de dezembro de 2012.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Ed. Alínea, 2001.

JESUS, Paulo; TIRIBA, Lia. **Cooperação**. In: CATTANI, Antônio; LAVILLE, Jean – Lois; GAIGER, Luiz; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LACATELLI, Selecina. **Plano Amazônia Sustentável: Uma nova concepção de desenvolvimento estatal para Amazônia?** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <[http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5768](http://bdt.d.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5768)> Acessado em 24 de setembro de 2014.

LACERDA, Luiz Felipe Barboza. **Amazônia, políticas públicas e a produção das ausências**. Revista Oficina do CES. N. 415. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal, 2014.

LACERDA, Luiz Felipe; FERRARINI, Adriane. **Inovação social ou compensação?** Reflexões acerca das práticas corporativas. Revista Polis Latino-americana, Santiago, Chile, 2013.

LACERDA, Luiz Felipe; SOARES, Maurício. **Relatório Diagnóstico inicial do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil**. Tabatinga – AM, 2010 (Material não publicado).

LACERDA, Luiz Felipe; VERONESE, Marília. **Governar-se para quê?** Construções subjetivas dos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários. Revista Política e Trabalho – UFB, p. 10 – 20. Salvador, 2011.

LACERDA, Luiz Felipe. **A fronteira vivida e os processos de subjetividade**. In: BOOK, Ana Mercedes. **Práticas e Saberes Psi: os novos desafios na formação do psicólogo**. ABRAPSO, 2015.

\_\_\_\_\_. **CADERNO DE CAMPO: Expedição Maronal – AM - BR, 2009**. Material não publicado.

\_\_\_\_\_. **Governar-se para quê?** As práticas de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2013.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: CATTANI, Antônio. et. al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. **Indicadores econômicos**. Revista Coleção Gestão Empresarial. V. 2, p. 16 – 37. São Paulo, 2008.

LOWI, Theodor. “Four Systems of Policy, Politics, and Choice”. **Public**.

LUTOSA, Alberto; MELO, Lucelena. **Felicidade Interna Bruta (FIB): Índice de Desenvolvimento Social**. FGV, Goiás- GO, 2001.

MAGNO, Antônio. **Grandes expedições espanholas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MATTOS, Alexandre Pereira. **As implicações do “localismo globalizado” sobre a concepção de “pessoa”**. Revista Comunicação e Informação. São Paulo. V.13, n.1, p.25-34, 2010.

MEDINA, Gabriel. **Governança Local para Manejo Florestal na Amazônia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 27, n. 78, 2012.

MEIRELLES, Wallace. **Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.

MELLO, Thiago de. **Mormaço na Floresta**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

METELLO, Daniela. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama - Cadeia solidária de algodão agroecológico**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, Paulo. **Unidades de conservação da Amazônia: Ecoturismo no parque estadual da Serra**. 2000.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão**. In: CATTANI, Antônio. et.al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

NANCI, Valadares de carvalho. **Autogestão: o nascimento das ONGs**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NARDI, Henrique Caetano; YATES, Denise Balem. **Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à Economia Solidária**. Estudos de Psicologia – UFRGS- Porto Alegre, V. 10(1), 95-103, 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e ENRÍQUEZ, Gonzalo. **A lenta marcha da relação Universidade-Empresa: os desafios dos programas de bioprospecção na Amazônia**. In:

OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (org). **Amazônia: no cenário sul-americano**. Manaus: EDUA, 2009.

NEDER, Ricardo Toledo. **Estado e sociedade civil diante da nova Economia Solidária no Brasil (qual governança e controlabilidade?)**. Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. V. 1, 2010.

NEVES, Lino João de Oliveira. **Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra hegemônicas dos povos indígenas no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura (Org). **Reconhecer para Libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NODA, Hiroshi; BRAGA, Maria Dolores. **Paisagens e etnoconhecimento na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas**. Revista de Ciências Humanas, Belém – PA, v.7, n.2, p.397-416, 2012.

NOGUEIRA, Ricardo. **Amazonas: A divisão da Monstruosidade Geográfica**. Manaus: EDUA, 2007.

OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (org). **Amazônia: no cenário sul-americano**. EDUA, Manaus, 2009.

OLIVEIRA, Joseni. **Relação entre a extensão universitária e os desafios enfrentados pelos ribeirinhos: contribuições para as comunidades São José e Guanabara II**. Monografia de Conclusão de Curso em Agroecologia. Instituto Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2015.

PASAP, Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca**. Brasília – DF, 2009.

PEREGRINO, Jr. Pussanga. **Histórias Antigas**. São Paulo: Clube do Livro, 1948.

PEREIRA, José Roberto. **Ação coletiva no âmbito da Economia Solidária e da autogestão**. Rev. Katál. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 116-122 jan./jun. 2008.

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Diocese do Alto Solimões, Tabatinga – AM, 2011.

POLANY, Karl. The Economistic fallacy. In: POLANY, Karl e PERSON, Haryy. **The livelihood of mam**. New York: Academic Press, 1977. P. 5-17.

PONTES FILHOS, R. **Terceiro Ciclo: Projeto ou Promessas para o Amazonas?** Editora da Universidade do Amazonas (EUA), Manaus, 1997.

PRAÇA, Sérgio; NORONHA, Lincoln. **Políticas públicas e a descentralização legislativa da Assembleia Constituinte brasileira 1987-1988**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 27 N° 78. *Fevereiro /2012*.

QUIJANO, Aníbal. **Bien Vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder**. Revista Viento Sur, n. 122, 2012, Bolívia.

\_\_\_\_\_. **El fantasma del desarrollo em América Latina**. Disponível em: <[www.quijano.blogspot.com](http://www.quijano.blogspot.com)> Acessado em: março de 2015.

QUINTANA, Mário. **Poesias**. Editora Globo, Porto Alegre, 1962.

REIS, Marcio. **Do espaço do sujeito ao espaço mundial**: uma nova maneira de apreender a realidade. Sociedade e Estado. Brasília, v. 17, n. 2, p. 397-428, jul./dez. 2002.

RINKE, Stefan. **História da América Latina**: das culturas pré-colombianas até o presente. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.

RODRIGUES, Carmen Izabel. **Caboclos na Amazônia**: a identidade na diferença. Novos Cadernos NAEA, v. 9, n. 1, p. 119-130, 2006.

RUIVO, Fernando. **Localização de Políticas Públicas**. Oficina CES. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2002.

SANCHES, Camilo Torres. **O pensamento disciplinar e o desenvolvimento: uma análise das políticas públicas ambientais para o uso da terra na amazonia brasileira**. VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

SANTOS, Boaventura (Org.). **Reconhecer para Libertar**: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura; NUNES, João. **Introdução**: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **Reconhecer para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Boaventura. **A Amazônia (2006)**. Disponível em: <[www.visão.ces.pt](http://www.visão.ces.pt)>. Acessado em: setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **A Crítica da Razão Indolente**: Contra a lógica do desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Seminário Internacional sobre a reforma do Estado. Faculdade de Economia de Coimbra, Portugal. Centro de Estudos Sociais, 2006.

SANTOS, Inês Maria e SANTOS, Rosângela da Silva. **A etapa de análise no método história de vida** – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. Revista Texto e Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2008 (p. 170 – 178).

SAWAIA, Bader. **As Artimanhas de Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCHMITT, Cláudia; TYGEL, Daniel. **Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios** Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Revista trabalhos de campo. V. 5, 115-127 – Mato Grosso, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas (Planamazonas)**. Manaus: Imprensa Oficial, 1994.

SILVA, Alberto. **Integração e governança na América do Sul: O caso da OTCA**. In: OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (org). **Amazônia: no cenário sul-americano**. Manaus: EDUA, 2009.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis. **“Conte-me sua história”**: reflexões sobre o método de História de Vida. Revista Sociedade e Estado, Brasília – DF, Vol. I, nº 1, 25-35; 2007.

SILVA, Maria Isabel. **Algumas reflexões sobre feitiçaria entre os Ticuna** (Alto Solimões – AM). 36. Encontro Anual da ANPOCS, GT23 – Novos modelos comparativos: investigações sobre coletivos afro-indígenas. 2012.

SILVERA, Carolini. **A legislação brasileira na tutela dos conhecimentos tradicionais de populações de Benjamin Constant (AM)**. Revista Somanlu, v.8, n.1, 2008, p.95-117.

SIMONI, Jane. **Economia Solidária e políticas públicas a revitalização do extrativismo: práticas de Economia Solidária e sustentabilidade**. Revista Mercado de trabalho – IPEA. | 42 | fev. 2010.

SOUZA, Celina. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 18 Nº. 51, fevereiro/2003.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPINDOLA, Thelma; SILVA, Rosângela. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?)**. Revista de Escola Enfermagem. USP, São Paulo. V. 37, pag.119-26; 2003.

STEINBRENNER, R. A. **Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos “fantasmas” da Amazônia)**. p. 19-40. In: OLIVEIRA, José Ademir; ARAGÓN, Luís (org). **Amazônia: no cenário sul-americano**. Manaus: EDUA, 2009.

TIRIBA, Lia. **Cultura do Trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v.26, n.1, p. 69-94, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas. **A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, V. 15(2): 240, maio-agosto/2007.

VARGAS, Getúlio. **Discurso do Rio Amazonas**. Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1941.

VERONESE, Marília. **A Psicologia na transição paradigmática**: um estudo sobre o trabalho na Economia Solidária. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre, 2004.

VINADÉ, Thatiane; GUARESCHI, Pedrinho. **Inventando a contra mola que resiste**: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. São Paulo – SP, 2007.

WAUTIER, Anne Marie. **Para uma Sociologia da Experiência, uma leitura contemporânea**: François Dubet. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n.9, 2003, p. 174-214.

WENDELL, Teles; SILVA, Lucileyde Feitosa; SOUSA Iatiçara Oliveira. **Breve retrospectiva das estratégias geopolíticas de incorporação territorial da Amazônia brasileira**. Disponível em: <[www.geografia.ufpr.br/raega/](http://www.geografia.ufpr.br/raega/)> Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR p. 18-37 (2012).

ZITKOSKI, Jaime. **A Dialogicidade em Paulo Freire enquanto caminho para a Humanização**. Caderno de Referência Paulo Freire. , São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

#### **Sites Consultados:**

<[www.igeo.ufrg.com.br](http://www.igeo.ufrg.com.br)>. Acessado em: maio de 2010.

<[www.ibge-censo2010.gov.br](http://www.ibge-censo2010.gov.br)>. Acessado em: julho de 2013.

<[www.objetivosdomilenio.org.br](http://www.objetivosdomilenio.org.br)>. Acessado em setembro de 2013.

<[www.onu.org](http://www.onu.org)>. Acessado em: setembro em 2013.

<[www.onu.org](http://www.onu.org)>. Acessado em: setembro em 2014.

<[www.Brasilclacimadetudo.com.br-2012](http://www.Brasilclacimadetudo.com.br-2012)>. Acessado em: março de 2013.

<[www.onu.gov.br](http://www.onu.gov.br)>. Acessado em: 2013.

<[www.portalamazonia.com.br](http://www.portalamazonia.com.br)>. Caracterização Geral do Alto Solimões. Acessado em: dezembro de 2012

<[www.geocities.com/RainForest](http://www.geocities.com/RainForest)>. Acessado em: agosto de 2015.

<[www.institutoambiental/ticuna](http://www.institutoambiental/ticuna)>. Acessado em: setembro de 2014.

PNUD 2010 - <[http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHGlobais](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais)>





## APÊNDICE A – Tópico guia das entrevistas e grupos focais

## APÊNDICE A

### TÓPICO GUIA DAS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCALIS

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

#### **Tópicos- Guia geral:**

1. Conte um pouco desse projeto pra mim?
  2. Como eram os outros projetos aqui na comunidade?
  3. E como foi esse?
  4. Quais as diferenças?
  5. E o que mudou na comunidade? O que você mais gostou? Por quê?
  6. E o que você acha que não foi tão bom? Por quê?
  7. Aqui na comunidade vocês estão comprando junto algumas coisas ou não? O que, como funciona?
  8. Mudou alguma coisa no jeito da comunidade se organizar? Oque? Como?
  9. Vocês acham que hoje vocês dependem mais ou menos do governo?
  10. Você acha que a comunidade poderia viver só por conta própria daqui pra frente? Como?
  11. Hoje as pessoas participam das coisas da comunidade? Todos dão opinião? E que decide?
  12. Tem alguma coisa que vocês ou os antepassados de vocês faziam e que estava deixando-se de se fazer e nos últimos tempos retomaram? Oque? Da mesma forma que antes?
  13. Você tem interagido com as outras comunidades? Como? Isso era assim antes?
  14. Você acha bom ou ruim isso? Por quê? Mudou alguma coisa?
  15. A maioria do pessoal aqui tem aposentadoria ou paga o INSS?
  16. Água e energia elétrica, têm?
  17. Você, nesses últimos tempos, aprendeu alguma coisa com teus colegas de trabalho? Com quem? O que? Como?
  18. Como essa informação e conhecimento foram guardados? Ele pode ser passado a diante? Como?
  19. O que o projeto fez aqui na comunidade?
  20. Como você vê hoje a relação da comunidade com o governo? (Negociações, visibilidade, poder de argumentação, envolvimento participativo...)
  21. Pra você, o que você aprendeu? Foi importante? Para que?
- Você acha que a seu renda aumentou nesses últimos 2 anos? Por quê?
22. O seu trabalho mudou? Por quê?

23. Você sabe que o projeto de apoio da ISCOS está acabando. Como você vê que as coisas devem ser quando chegar a oral?
24. Detalhando as coisas que você participou, como você acha que elas têm que ser daqui para diante?
25. Como você vê sua comunidade e sua vida daqui a dez anos?
26. Hoje, como você vê a questão das lideranças aqui na comunidade?
27. E os jovens?
28. Você acha que hoje a comunidade está mais conhecida na região?
29. E as pessoas daqui estão mais unidas?
30. Como foi essa relação com pessoas de outras comunidade? Já existia? O que mudou?
31. Pra finalizar: uma palavra sobre esses três anos de projeto: \_\_\_\_\_

### **QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Meliponicultura**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre o que fizeram com o projeto do mel?
2. Como foi a formação? O que você aprendeu?
3. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
4. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?
5. Essa produção está dividida entre a comunidade ou cada família tem a sua?
6. Como funciona o meliponário matriz?
7. Como foi a campanha nas escolas? Vocês acham isso importante? Por quê?
8. E a casa do depósito de mel, como foi construída? Funciona? Para que? Quem está administrando?
9. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
10. O que você acha que poderia ter sido melhor? Como? Por quê?
11. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?

### **QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Piscicultura**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre o que fizeram com o projeto da piscicultura?
2. Como foi a formação? O que você aprendeu?
3. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
4. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?

5. Como funcionam os tanques?
6. Essa produção está dividida entre a comunidade ou cada família tem a sua? Quem administra?
7. Como foi a o Plano de Gestão Comunitária? Como nasceu essa ideia?
8. Horta comunitária, padaria, construção de canoa, formação de associação, diversificar a produção, aposentadorias, casa de farinha, ponte, foram tudo coisas que apareceram no Plano de Gestão Comunitária: Algumas delas já estão acontecendo? Como? Ou o que falta pra acontecer?
9. Com nasceu a ideia da horta comunitária?
10. Como era a questão do peixe antes e como é agora?
11. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
12. O que você acha que poderia ter sido melhor ou diferente? Como, Por quê?
13. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?

#### **QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Artesanato**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre o que fizeram com o projeto do artesanato?
2. Como foi a formação? O que você aprendeu?
3. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
4. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?
5. Como funciona o Centro hoje e como era antes?
6. Essa produção está dividida entre a comunidade ou cada família tem a sua? Quem administra?
7. Como foi a o trabalho com a matéria prima? Antes era igual? Agora está melhor? Houve diversificação?
8. O que você acha que poderia ter sido melhor? Por quê, como?
9. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
10. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?
- 11.

#### **QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Sistema de Potabilização de água**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre o que fizeram com o projeto da água?
2. Quais os problemas que existiam antes? Eles melhoraram?
3. Como foi a formação para montar os comitês de gestão? O que você aprendeu?
4. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
5. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?
6. Como funciona a Gestão da água hoje e como era antes?
7. Como nasceu essa ideia do Comitê?
8. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
9. E os Sistemas complementares de filtro de areia, ajudam? Estão funcionando?
10. As doenças por problemas na água diminuíram?
11. O que você acha que poderia ter sido melhor? Como? Por quê?
12. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?
- 13.

**QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Agricultura familiar**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre o que fizeram com o projeto dos SAF's?
2. Quais os problemas que existiam antes? Eles melhoraram?
3. Como foi a formação Produtor a Produtor? O que você aprendeu?
4. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
5. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?
6. Como funciona a Gestão dos SAFs hoje e como era antes?
7. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
8. Aumentou o número de produtos plantados na comunidade? Por quê?
9. Aumentou a quantidade na colheita? Por quê?
10. Hoje vocês usam que tipo de veneno? E antes? O que é melhor e por quê?
11. Como funciona o viveiro de mudas? Quem teve essa ideia?
12. O que tem de bom em ter um viveiro de mudas?
13. Como nasceu essa ideia do viveiro?
14. O que você acha que não foi tão bom, que poderia ter sido melhor? Por quê? Como?
15. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?

**QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Banco de sementes**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre Banco de Sementes?
2. Porque é importante um banco de sementes?
3. Teve alguma formação para isto? O que você aprendeu?
4. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
5. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?
6. Como funciona a Gestão do Banco de Sementes?
7. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
8. Qual o objetivo do Banco?
9. Houve repasse de materiais para construção e outras coisas? Como funcionou isto?
10. Como nasceu essa ideia do viveiro?
11. O que você acha que não foi tão bom, que poderia ter sido melhor? Por quê? Como?
12. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?

### **QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO POR SEGMENTO: Hortas Comunitárias**

Nome do Entrevistado:

Comunidade:

Idade:

Data da entrevista:

1. Me conte um pouco sobre as hortas comunitárias?
2. Porque é importante ter uma horta comunitária?
3. Teve alguma formação para isto? O que você aprendeu?
4. E como foram as aulas? Você gostou ou queria de outro jeito?
5. Receberam materiais? Como? Quais? Isso ajudou ou atrapalhou? Por quê?
6. Como funciona a horta?
7. O que você acha que tem que acontecer para isso continuar e melhorar daqui pra frente? (no detalhe).
8. Qual o objetivo da horta?
9. Houve repasse de materiais para construção e outras coisas? Como funcionou isto?
10. Como nasceu essa ideia da horta?
11. O que você acha que não foi tão bom, que poderia ter sido melhor? Por quê? Como?
12. Já tinha vindo algum projeto para trabalhar com isso na comunidade? Como foi? Qual a diferença daquele que aconteceu antes e desse de agora?
13. Como foi o trabalho junto das escolas? Elas também são responsáveis?

APÊNDICE B – Tabela dos Indicadores de Bem estar Humano  
Indígena

## APÊNDICE B

### TABELA DOS INDICADORES DE BEM ESTAR HUMANO INDÍGENA.

#### Comunidade de São José

##### 1. CAPACIDADE COLETIVA SOBRE O TERRITÓRIO

Indicador	Potencial de governabilidade nos territórios tradicionais.
Definição	Hierarquias básicas de Governo próprio e intercultural que existem para o controle social e político das terras tradicionais e correspondem às categorias especiais de autoridades como caciques, presidentes, coordenadores e diretores dos mais diferentes órgãos e entidades locais.
Pertinência	As hierarquias básicas de governo próprio e intercultural nas comunidades tradicionais são um componente fundamental de desenvolvimento humano autônomo nos territórios; conformam um modelo de governo e governabilidade que garantem o controle social, político e ambiental nas localidades.
Unidade de medida	Número (N°)
Fórmula Matemática:	<p><b>TATRijk = CCIijk + GCIijk + ATIijk + AATijk</b>, com:</p> <p>i = 1, 2, ..., A (autoridades)</p> <p>J = 1, 2, ..., R (comunidade/comunidade)</p> <p>k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio).</p> <p>Onde:</p> <p>TATRijk = Total Autoridades Tradicionais próprias e Interculturais (i), em cada comunidade (j), no ano ano (k).</p> <p>CCIijk = Total caciques ou líderes (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p> <p>GCIijk = Total governadores, anciões, sábios (i), em um comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>ATIijk = Total de Associações ou organizações comunitárias tradicionais (i), dentro de uma comunidade (j), em e ano (k).</p> <p>AATijk = Total Assembleias de Autoridades Tradicionais (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	Total de Autoridades = Presidente de Associação +Vice Presidente+Secretário+Tesoureiro+Conselho Fiscal+Representante polo escolar, Comitê gestão de água +Representante da Igreja Católica=8
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>A comunidade conta com uma autoridade central que é repassada por gerações da família; este mesmo é o Presidente da Associação e faz parte de uma Junta Diretiva (Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselho Fiscal), está última com pouca iniciativa.</p> <p>Existem outras lideranças secundárias como em representante da igreja católica e outra de Polo Escolar (que é a esposa de Presidente).</p> <p>A Associação realiza Assembleias mensais.</p> <p>A comunidade conta também com um Comitê para a gestão de água potável.</p>
Interpretação	<p>Mesmo a comunidade apresentando um número significativo de lideranças declaradas, na prática se percebe a centralização destes processos em uma única pessoa. Essa centralização acontece de maneira natural sobre a base de legitimidade que tal pessoa, no caso o Presidente da comunidade e da associação, construiu ao longo de sua história pessoal e familiar. Essa legitimidade passa pelo conhecimento a respeito do território e a iniciativa para aportar inovações nos processo produtivo e social da comunidade. Esta centralização garante um sentido único para as ações e concepções sobre a comunidade e frente à ausência de conflito, nos leva a crer que possui capacidade de manejar com propriedade as alianças e trabalhos com as demais autoridades. Isto acaba por gerar uma unidade no território, motivo pelo qual podemos pensar porque órgãos e agentes externos, governamentais ou não, sempre se referem a São José como uma comunidade modelo na região.</p> <p>Apesar desta centralização a comunidade apresenta-se democrática a respeito do controle social e da capacidade que outras lideranças ou demais moradores possuem em sugerirem, oporem-se ou fiscalizarem-se as ideias e ações do presidente.</p> <p>A centralidade no processo de liderança não causa discrepâncias verticais entre os demais moradores e aqueles que lideram, apresentando-se de maneira similar ingressos, moradias, condições de vida em geral. Isto denota horizontalidade das relações humanas para além dos processos hierárquicos.</p> <p>Sendo assim, conclui-se que São José apresenta um processo de controle do território centralizado e democrático, que garante coesão e participação.</p>



## 2. Capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma

<b>Indicador</b>	<b>Potencial de áreas com oferta de recursos naturais disponíveis nas terras</b>
Definição	Corresponde à base natural de biodiversidade com que contam as terras tradicionais, incluindo todas as possibilidades de ofertas de recursos naturais disponíveis a partir dos quais se sustentam os modos de vida desta população.
Pertinência	A existência de uma base natural de biodiversidade fundamenta a oferta de recursos naturais disponíveis, a partir dos quais se sustentam o sistema de autossuficiência alimentaria das famílias. Sobre estes inventários produtivos as autoridades locais exercem uma governança para garantir o acesso e a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PACRijk = (ACRijk / ATRjk) *100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., C (coberturas)</p> <p>J = 1, 2,..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio).</p> <p>Onde:</p> <p>PACRijk = Porcentagem de extensão da cobertura (i), em comunidade (j), no ano (k).</p> <p>ACRijk = Área de cobertura (i), em uma comunidade (j), no ano (k). (Área de plantio)</p> <p>ATRjk = Área total de comunidade (j) no ano (k) = <math>\sum_{i=1}^C</math> ACRijk (Área total da comunidade).</p>
Valor do Indicador	<p>Não existem estudos ou imagens de satélites que possam avaliar mesmo que aproximadamente o percentual de cobertura das terras nas diferentes formas (águas, habitações, cultivo, florestas e áreas de descanso).</p> <p>Contudo, de acordo com os relatos estimasse que a área total de São José é de 5.091 hectares, porém cada família possui 90 hectares o que somaria 2.610 hectares de áreas particulares- familiares e levaria a induzir que os demais 2.481 hectares são espaços coletivos, entendendo-se aí os ainda não ocupados também.</p> <p>Então:</p> <p>48,63% Desocupadas, coletivas e não produtoras.</p> <p>51,37% Terras privadas, familiares em uso.</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	A comunidade faz parte de um globo de terreno equivalente a 56 quilômetros circundantes (ilha), que contém 12 comunidades, todas ribeirinhas. Este globo de terreno foi adjudicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e não possui escrituras públicas. Esta terra pertence à União (Governo Federal). Por conta disto inclusive, são de fato de serem terras alagadiças que pelo menos, durante quatro meses do ano ficam com o solo tapado pelas águas do Rio Solimões, moradores afirmam a dificuldade de conseguirem crédito junto aos bancos para subsidiar a produção. A este respeito estão em processo de formalização da documentação necessária para ingressar com registro no Programa Pró-Várzea através do INCRA e do Instituto para o Desenvolvimento do Amazonas (IDAM).
Interpretação	<p>Não há zoneamentos técnicos ou mapas específicos que nos garantem números aproximados sobre as diversas coberturas da área, assim devemos trabalhar com números globais informados.</p> <p>A área de 90 hectares é realmente significativa para uma média familiar de quatro pessoas por família em São José, levando a considerar aproximadamente 25 hectares por pessoa. Em tese, esta área garantiria a capacidade de uso e sustentabilidade dos recursos aos membros familiares. Além disto, se levarmos em consideração que 48,63% do território fértil ainda não estamos ocupados ou em uso para plantio ou criação de animais, averiguam-se boas às possibilidades futuras de utilização do território para subsistência familiar.</p> <p>O Indicador também expressa a falta de propriedade dos comunitários sobre a terra, contudo isto não lhes suprime a legitimidade sobre o território, tampouco representa alguma vulnerabilidade ou ameaça, visto inclusive que aí residem desde 1910 de maneira reconhecida e respeitada pelo Estado. Neste tocante, o empecilho refere-se à dificuldade de acessar recursos financeiros pelos meios formais, através de bancos que financiam crédito rural.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Áreas que se sobrepõem aos territórios tradicionais</b>
Definição	Refere-se às áreas de proteção ambiental ou político administrativas do Estado, assim como conflitos sobre terras através de latifúndios, garimpos, avanço de áreas urbanas e outros fenômenos desta ordem, que acabam por sobrepor-se os territórios tradicionais.
Pertinência	<p>O ordenamento territorial existente no Brasil contempla diferentes formas de estado legal de território; em particular, na região amazônica essas formas de estado legal de território conformam diferentes mosaicos de diversos interesses nacionais. Ressaltam-se aquelas superposições territoriais de áreas em Parques Nacionais, Latifúndios, Reservas Extrativistas, áreas estaduais, municipais, reservas florestais, com as áreas de comunidades tradicionais.</p> <p>Quando essa sobreposição ocorre gera diferentes conflitos territoriais que se não resolvidos afetam a governança dos recursos naturais e deslegitimam as autoridades tradicionais com forte impacto negativo em suas culturas.</p>
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula	<b>PEATijk = (EATijk / ATRjk)*100</b> , com:

Matemática	<p><math>i = 1, 2, \dots, A</math> (áreas sobrepostas)  <math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  PEATijk = Porcentagem de extensão de uma área sobrepostas (i), em cada comunidade (j), no ano (k).  EATijk = Extensão de uma área sobrepostas (i), em cada comunidade (j), no ano (k).  ATRjk = Área total de uma comunidade (j) no ano (k), em referência as áreas sobrepostas.</p>
Valor do Indicador	Porcentagem de áreas sobrepostas= $(0/5.091) * 100 = 0\%$
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Não existe nenhuma área que se sobreponha com o território da comunidade. Por ainda ser considerada uma região isolada e de difícil acesso, o Alto Solimões não apresenta, em grande contingente, até o momento, os cotidianos conflitos de terras vivenciados em outras localidades do Brasil.</p> <p>Para o uso dos espaços comuns, como bosques e lagos, existem acordos entre as 12 comunidades que compõem a Ilha do Amarçá.</p>
Interpretação	Ao não existir áreas de sobreposição e conflitos dentro dos perímetros de São José pode-se afirmar que existe estabilidade e autonomia sobre o uso do território e seus recursos, assim como determinada seguridade, a respeito destes aspectos, para a vivência neste local.
<b>Indicador</b>	<b>Potencial de terra cultivável demandadas por unidades familiares</b>
Definição	Trata-se das áreas de roça ou quintais que as unidades familiares demandam através de seus sistemas de produção para a subsistência de seus modos de vida, dentro da totalidade do território.
Pertinência	A informação permite constatar o acesso as terras por parte das unidades familiares para garantir a autossuficiência alimentar. Permite ampliar os estudos associados às unidades de produção familiar feitos de maneira geral, mas que necessitam uma especificação de acordo o sistema produtivo de cada povo. Ao final garante uma percepção da quantidade de espaço disponível para plantação, assim como das áreas que estão inférteis no momento, somando-se as reservas de águas e florestas.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PEACijk = (ATRjk/ EACijk)*100</b>, com:  <math>i = 1, 2, \dots, C</math> (áreas produtivas),(Áreas de plantio)  <math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  PEACijk = Porcentagem de extensão de áreas produtivas (i), em comunidade (j), por ano (k).  EACijk = Extensão total de áreas produtivas (i), em um comunidade (j), por ano (k).  ATRjk = Área total de uma comunidade(j) no ano (k), em referência as áreas produtivas.</p>
Valor do Indicador	Porcentagem extensão de terra cultivável=PEACijk = $(EACijk / ATRjk) * 100 = ((116/2610) = * 100 = 4,44\%$
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Cada família conta com 90 hectares (lotes de 300 por 3.000 metros); ao multiplicarmos pelas 29 famílias que compõem a comunidade chegamos a um total de 2.610 hectares ocupados entre moradias e terrenos para o plantio. Deste total disponível para a produção, informam que em média, pelas condições do solo, visto que alguns são facilmente alagados, assim como pela pouca força da mão de obra familiar, cada família chega a plantar em média quatro hectares. Se multiplicarmos este valor pelas 29 famílias temos uma área de 116 hectares de plantio, portanto, 4,44% do total da área. Enquanto isto 2.494 hectares, isto é, aproximadamente 95,55% do território possível ao plantio, dentro dos 90 hectares de cada família, são compostos por igapós, restingas e demais áreas de difícil manejo que não são utilizadas para o cultivo de alimentos.</p>
Interpretação	<p>Apesar dos 90 hectares familiares apresentados anteriormente serem significativos na quantidade de uso das terras, percebemos através deste indicador que pelas condições agroecológicas apresentadas pelas várzeas do Alto Solimões, as famílias de São José conseguem cultivar em média apenas 4,44% deste globo de terreno. Além da grande quantidade de área que permanece submersa em épocas de cheias, outro elemento de influência neste quadro é o baixo potencial de força de trabalho familiar, ocasionada principalmente pela ausência da juventude.</p> <p>Somados estes elementos, apresenta-se um quadro preocupante que demonstra certa vulnerabilidade produtiva pela incapacidade do uso total de terra que pertence a cada família. Em contraponto, a constante fertilização natural que o processo de cheia e de vazante do rio provoca nestes quatro hectares, torna anualmente estas terras em espaços de alto potencial produtivo o que, até o momento, garante a sustentabilidade e a permanência destas famílias no local.</p> <p>Este fenômeno distingue-se muito das comunidades que vivem em terra firme, onde uma família não suportaria viver em uma área de quatro hectares por mais de três ou quatro anos, pois não contam com a fertilização constante dos processos naturais do rio, tendo assim que alternar entre duas ou mais áreas de produção.</p> <p>Por outro lado, a sobra de uma área de 95,5% (2.494 hectares) de possibilidade de plantio que ainda não é utilizada, representa um potencial de extensão frente à área atual, demonstrando possibilidade de suprir crescimentos populacionais futuros na comunidade, ou aumento de produção pelas famílias que aí vivem.</p>

<b>Indicador</b>	<b>Potencial de população em terras tradicionais</b>
Definição	Refere-se à quantidade da população em um momento exato, consequência do dinamismo entre nascimentos, óbitos, assim como o saldo migratório, com respeito ao total da população tradicional neste território.
Pertinência	A informação pretende oferecer um panorama sobre as dinâmicas sociais que mais impactam o crescimento e composição (idade y sexo) da população. Um primeiro aspecto de inventário populacional em um momento dado que constitui um saldo entre fecundidade e mortalidade, que mostra o estado de saúde e as condições socioeconômicas da população. Em segundo lugar, o saldo migratório permite obter um conhecimento sobre a mobilidade da população no espaço e através do tempo. Os deslocamentos do território para outros lugares permite compreender as razões pelas quais a população tradicional migra.
Unidade de medida	Número (N°)
Fórmula Matemática	<p><b>TCNPijk = TPIijk + TNPijk - TDPijk + TIMijk – TEMijk</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., D (sexo, idade)  J = 1, 2,..., R (comunidade)  k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>TCNPijk = Total crescimento natural população (i), na comunidade (j), por ano (k).  TPIijk = Total população (i), na comunidade (j), no ano (k).  TNPijk = Total nascimentos (i), na comunidade (j), no ano (k).  TDPijk = Total óbitos (i), na comunidade (j), no ano (k).  TIMijk = Total população imigrantes (i), na comunidade (j), no ano (k).  TEMijk = Total população emigrantes (i), na comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p>(2015): <math>=[(104+3-0+0-3)-104]=(104-104)=0</math>  (2014): <math>=[(110+3-0+0-9)-104]=(104-110)=-6</math>  (2010): <math>=[(100+8-0+0-0)-108]=(108-100)=+8</math>  (1970) = 169</p> <p>Em termos absolutos entre 1970 e 2015 diminuição de 65 pessoas, o que representa redução de 38,46% da população em relação a este registro mais antigo.</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>A comunidade conta, em 2015, com 104 habitantes que conformam 29 famílias, contando com três nascimentos e três famílias que saíram da comunidade. Atualizam anualmente o censo de população. Isto representa uma média de 3,5 pessoas por família.</p> <p>Em 2014: A população, de acordo com os informantes, era de 110 pessoas: zero mortalidade e três nascimentos. Três famílias (nove pessoas) migraram por razão da inundação; não se registram famílias recém-chegadas.</p> <p>Segundo GPEDA (2010), em 2010 existiam 108 pessoas, com oito nascimentos e zero óbito.</p> <p>Ainda sobre a fala dos entrevistados constata-se que no ano de 1970, São José contava com aproximadamente 169 pessoas e neste ano, após uma das maiores alagações já vistas na região, muitas famílias começaram a deixar a várzea em direção à terra firme.</p>
Interpretação	<p>São José vem apresentando diminuição constante de sua população ao longo dos anos, representada principalmente pelo número de famílias que estão deixando a vida em lugares de várzeas em troca de terras firmes, visto os constantes desafios de se viver em áreas alagadiças. Outro elemento que influencia este quadro e preocupa as lideranças é o crescente desinteresse dos jovens pela vida na comunidade e pela agricultura.</p> <p>Entre 1970 e 2015 temos, portanto, uma diminuição de 38,46% em números absolutos da população de São José. Este quadro pode indicar também um desinvestimento do Estado em políticas públicas que valorizem o estilo de vida destas comunidades, indiretamente desincentivando as pessoas a viverem nestes locais, ou a falta de investimentos em formas diferentes de geração de trabalho e renda, o que acaba por diminuir consideravelmente as expectativas dos jovens em viverem na comunidade.</p> <p>Além disto, esta informação deflagra uma opção juvenil pela vida em áreas urbanas, imaginando-as mais atrativas do que a vida em comunidades ribeirinhas, o que de maneira geral, apresenta-se como tendência a esta faixa etária.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Auto – reconhecimento étnico</b>
Definição	Expressa o tipo de identificação étnica ou identidade coletiva que os indivíduos manifestam pertencer.
Pertinência	A informação aportada oferece um conhecimento sobre os grupos étnicos existentes. O auto reconhecimento permite mostrar a coesão a respeito dos grupos em que a pessoa está vinculada e exerce uma atividade cultural; igualmente, sobre a consciência étnica vinculada diretamente ao exercício de seus direitos coletivos como povo autodeclarado.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PPIEijk = (PIEijk / TPIjk)*100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., E (etnias)  J = 1, 2,..., R (comunidade)  k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p>

	<p>Onde:  <math>PPIE_{ijk}</math> = Porcentagem população que se identifica com uma etnia/identidade (i), em uma comunidade (j), por ano (k).  <math>PIE_{ijk}</math> = Número de habitantes que se identificam com uma etnia/identidade (i), em uma comunidade (j), por ano (k).  <math>TPI_{jk}</math> = Total população da comunidade (j) no ano (k), em referência com a etnia/identidade que pertence.</p>
Valor do Indicador	<b>100%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Todos os habitantes da comunidade se identificam como ribeirinhos. A maioria são nordestinos provenientes de Ceará e Maranhão, e afirmam que eles mesmos ou seus pais chegaram ao Alto Solimões na época da extração da borracha.
Interpretação	<p>Existe uma identificação total e unânime sobre a pertinência a uma identidade social e coletiva vinculada ao povo ribeirinho. Este elemento auxilia no sentido de unidade, garantindo coesão e força social para São José, além de facilitar na aplicação e recebimento de políticas públicas no sentido de compreenderem-se e apresentarem-se enquanto comunidade homogênea dentro de características categorizadas por órgãos governamentais no direcionamento de suas políticas públicas.</p> <p>Além disto, a homogeneidade na auto declaração indenitária deflagra clareza e apropriação sobre origens, culturas e tradições que representam este povo.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Participação da população em práticas culturais estratégicas</b>
Definição	Trata-se de estabelecer a vigência das práticas culturais no contexto do século XXI através da medição da participação comunitária nos eventos, assim como a medição do número de eventos em determinada comunidade tradicional.
Pertinência	A medição da vigência destas práticas culturais permite dar conta das possibilidades de exercer as atividades associadas à cultura que finalmente determinam o status indenitário e reafirmam a particularidade e a diferença das comunidades mantendo sua história e cultura vivas ao longo do tempo e das gerações.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><math>PPPC_{ijk} = (NPC_{ijk} / TPI_{jk}) * 100</math>, com:</p> <p>i = 1, 2, ..., P (prática cultural)  J = 1, 2, ..., R (comunidade)  k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:  <math>PPPC_{ijk}</math> = Porcentagem de participação da população em uma prática cultural (i), da comunidade (j), no ano (k).  <math>NPC_{ijk}</math> = Número de habitantes que participam em uma prática cultural (i), na comunidade (j), no ano (k).  <math>TPI_{jk}</math> = Total população da comunidade (j) no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p><b>2011:3</b>  <b>2012:3</b>  <b>2013:2</b>  <b>2014:2</b>  <b>2015:3</b></p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Até o momento não há um registro específico a respeito da quantidade de pessoas que participam das festas tradicionais em São José, sendo apenas possível mensurá-las a partir do número de festas.</p> <p>A comunidade pratica três festas por ano: a festa patronal de São José desde 1944 que é a mais importante; depois segue a festa de sete de setembro que é o dia da independência do Brasil, praticada desde 1940 que corresponde ao ano de fundação da comunidade e finalmente a festa de maracujá desde e ano 2003, principal produto da produção familiar de São José.</p> <p>Especificamente sobre a festa do maracujá, comunitários informam que nos últimos tempos não estão conseguindo manter sua regularidade, pois, devido às mudanças climáticas, as chuvas e as enchentes têm ocorrido de forma irregular, não dando tempo para a qualificada produção e colheita do maracujá que inclusive, nos últimos dois anos, perdeu espaço de primeiro lugar enquanto produto comercializado pela comunidade, para a melancia.</p> <p>Em 2013 e 2014, por estes motivos, não realizaram a festa do maracujá. Em 2015 alteraram totalmente a data da festa para possibilitar sua ocorrência, sendo realizada em outubro e não mais em abril ou maio como de costume.</p>
Interpretação	<p>Percebe-se que as festas tradicionais mais antigas como a do padroeiro e da independência se mantem ao longo de muitos anos, pois são festas que fazem parte de uma prática de pertinência a uma religião e um país e isto representa, no contexto do Alto Solimões, importante demonstração de identidade e força comunitária frente aos agentes e atores externos, assim como a manutenção e o fortalecimento dos elementos que tradicionalmente compõem sua identidade comunitária.</p> <p>Por sua vez, a festa de tradição relativamente recente, relacionada com a principal produção da comunidade, o maracujá; tem encontrado dificuldades de realização nos últimos anos visto a impossibilidade de plantá-lo e colhê-lo em tempo hábil frente às cheias imprevisíveis.</p>

	<p>Esse elemento expõe, por outro lado, também a impossibilidade, até o momento, da própria comunidade em elaborar novas formas de plantio do maracujá frente a estas circunstâncias de alagação, como sistemas elevados ou suspensos. Além disto, induz a pensarmos sobre como, a comunidade e o Estado, agem frente às constantes mudanças climáticas que afetam diretamente a vida destas populações.</p> <p>Ainda, a partir da festa que a comunidade elege como possível de ser postergada para outro ano e aquela que, independente das circunstâncias deve acontecer sem prorrogação, emite uma ideia de hierarquia e importância entre os eventos culturais e apresenta, neste caso, aqueles mais antigos, como o da independência e de São José, como irrevogáveis e prioritários. Por sua vez, sendo o maracujá o elemento chave da identidade produtiva de estas pessoas, produto pelo qual inclusive a comunidade ganha reconhecimento na região, somos levados a afirmar que, ante estes fator – de ser produtor de maracujá, ser brasileiro e ser católico são elementos mais importantes e irrevogáveis na definição de sua identidade comunitária.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Pessoas bilíngues na língua portuguesa e no espanhol ou língua materna indígena</b>
Definição	Ocupa-se em medir o número de pessoas competentes linguisticamente frente à diversidade da região que toca a línguas indígenas, o português e o espanhol.
Pertinência	O bilinguismo em idioma materno ou espanhol deve considerar-se como um indicador de pluralismo e riqueza cultural. Assim mesmo, há que tomar em conta a possível presença de um bilinguismo assimétrico, isto é, as pessoas falam um Português instrumental para o contato, conservando em maior medida sua língua materna, no caso indígena. Assim, existe uma enorme variabilidade de situações de bilinguismo, com diferentes graus de assimetria e de intervenção das línguas dominantes. De maneira geral, o grau de bilinguismo insinua um contato mais clarificado com a cultura alheia, algo interessante para as constantes demandas de negociação, troca de saberes, informações e contatos.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PPBI<sub>ijk</sub> = (NPB<sub>ijk</sub> / TPI<sub>ijk</sub>)*100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., B (prática bilinguismo)</p> <p>J = 1, 2,..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>PPBI<sub>ijk</sub> = Porcentagem de pessoas de uma população que são bilíngue (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>NPB<sub>ijk</sub> = Número de habitantes que são bilíngues (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPI<sub>ijk</sub> = Total população em e comunidade (j) em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>100%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Todos os habitantes da comunidade falam Português e ao mesmo tempo apresentam certa fluência em espanhol.
Interpretação	Pelo caráter fronteiriço com Colômbia e Peru a administração do idioma espanhol garante maior flexibilidade de comunicação, contato e comércio com comunidades de demais países. Este elemento demonstra certa autonomia e possibilidade de mobilidade no território. A própria política governamental do Estado brasileiro, através do acréscimo do espanhol como disciplina obrigatória nas escolas públicas, demonstra a valorização da língua espanhola nas relações entre as populações nacionais e seus vizinhos.
<b>Indicador</b>	<b>Grau de educação no sistema de educação não-indígena/formal</b>
Definição	Determina a porcentagem de pessoas matriculadas em determinados graus escolares (ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante) que compõem o sistema formal de ensino.
Pertinência	O nível alcançado no contexto da educação formal permite estabelecer as possibilidades para interatuar com o sistema de valores não tradicionais, assim como avaliar a influencia deste sistema sobre o próprio sistema de valores.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PNGE<sub>ijk</sub> = (NGE<sub>ijk</sub> / TPI<sub>ijk</sub>)*100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., GE (graus escolares cursados)</p> <p>J = 1, 2,..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>PNGE<sub>ijk</sub> = Porcentagem de pessoas que cursaram um grau escolar (i), em uma comunidade (j), até aquele ano (k).</p> <p>NGE<sub>ijk</sub> = Número de habitantes que cursaram ou cursam um grau escolar (i), em um comunidade (j), até aquele ano (k).</p> <p>TPI<sub>ijk</sub> = Total população em uma comunidade (j) em no ano (k).</p>
Valor do Indicador	

Linha Base de aplicação do Indicador	Tratando-se de uma comunidade ribeirinha, inclusive que sedia um polo de educação que acolhe estudantes de outras comunidades, em São José todos estudam no sistema formal de ensino.
Interpretação	

### 3. Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar

Indicador	Grau de diversidade dos alimentos produzidos e consumidos pelas unidades familiares
Definição	Número de espécies cultivadas nas roças, quintais, assim como adquiridas na pesca, na caça ou na criação, recolectadas por cada unidade familiar.
Pertinência	A possibilidade de diversificação dos alimentos abastecendo-se com certos produtos particulares lhes outorga um grau de bem-estar melhor, garante a soberania e a diversificação de recursos alimentares e influi diretamente na saúde da população.
Unidade de medida	Número (N°).
Fórmula Matemática	<p><b>TETDijk = ETCijk + ETRIjk + ETFijk + ETPijk</b>, com:</p> <p>i = 1, 2, ..., ETD (espécies tradicionais disponíveis)</p> <p>J = 1, 2, ..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>TETDijk = Total espécies tradicionais disponíveis na alimentação (i), na unidade de produção (j), no ano (k).</p> <p>ETCijk = Total espécies tradicionais produtivas (i), na unidade de produção (j), no ano (k).</p> <p>ETRIjk = Total espécies recolectadas (i), em uma comunidade (j), em e ano (k).</p> <p>ETFijk = Total espécies caça (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p> <p>ETPIjk = Total espécies pescadas (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p><b>Verão: 27</b></p> <p><b>Inverno: 12</b></p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>No verão, quando o rio está baixo, se consomem em média 15 espécies diferentes entre a roça e o canteiro, ou quintal: mandioca, banana, maracujá, feijão, melancia, jerimum, pepino, tomate, coentro, cebolinha, pimentão, maxixe, melão, quiabo e milho. Além de aproximadamente 12 espécies de peixes e a galinha caipira.</p> <p>No inverno, atualmente não plantam nada, vivendo apenas das 12 espécies de peixe e da compra externa dos demais produtos alimentícios.</p>
Interpretação	<p>Apesar de ser relevantemente diminuta a área de plantio das famílias pelos já referidos motivos de terras impróprias e diminuição gradativa da mão de obra familiar, as consequências positivas da fertilidade natural da terra através dos ciclos do rio demonstra que quando as águas descem, isto é, no verão, existe alto número de produção, garantindo diversidade alimentar.</p> <p>Contudo, percebe-se significativa diminuição em épocas de cheia (inverno), estando praticamente todo o plantio negativamente afetado, restringindo as famílias a produzirem apenas pequenas áreas de hortas suspensas perto das casas e dependendo exclusivamente da pesca e da capacidade de armazenamento e comercialização da farinha para gerar recursos e comprar alimentos que nesta época não são cultivados.</p> <p>No inverno a diversificação dos alimentos utilizados pelas famílias enfraquece significativamente, mais de 50%, o que exige uma atividade voltada para o comércio e maior emprego da renda familiar na compra de alimentos, podendo isto, consumir substancialmente as reservas financeiras da família.</p> <p>As cheias, para quem não têm alternativas e recursos, apresentam condições desafiadoras de vida. Frente a isto, percebemos um impacto negativo na soberania alimentar em períodos de inverno, onde as espécies principais de produção de São José não são plantadas, principalmente por falta de tecnologia adequada para plantá-las nestas condições.</p>
Indicador	Importância e Restrições culturais dos alimentos na dieta local
Definição	Importância relativa de alimentos no contexto local a partir de critérios culturais como tabus, motivações sociais colaterais, representações sobre propriedades adicionais de tais produtos, representações associadas à identidade e proibições étnicas, indenitárias ou culturais.
Pertinência	Os meios através dos quais se logra a capacidade de alimentar-se são também fundamentais para abastecer-se enquanto sociedade, pois permite uma vinculação alimentaria concreta a esta cultura. Pelo anterior, é necessário dar conta das categorias de alimentos desde a perspectiva local, não somente em termos de prestígio, se não também dos tabus e proibições que existem e que lhes permitem conservar certo estado de saúde sob o respeito das normas e proibições derivadas da tradição local e da noção de equilíbrio energético ou do respeito espiritual.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula	<b>PTPAijk = (NTPijk / TPDjk)*100</b> , com:

Matemática	<p><math>i = 1, 2, \dots, TP</math> (Tabus e/o proibições)</p> <p><math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)</p> <p><math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>PTPAijk = Porcentagem de tabus e/o proibições existentes por produtos alimentícios (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>NTPijk = Número de tabus e/o proibições existentes em certos produtos (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPDjk = Total produtos disponíveis (j) em uma comunidade (j), em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p><b>Verão: 14,81%</b></p> <p><b>Inverno: 33,33%</b></p>
Linha Base de aplicação do Indicador	Não se consome animais remeros como porco e alguns peixes (pirarucu, tambaqui, bodó), etc. quando se está grávida e/ou com alguma ferida, doença de pele, fígado ou estômago. (4)
Interpretação	Justamente pela redução significativa de diversidade alimentar no inverno, as restrições alimentares passam a representar um percentual significativo nestas épocas no total de alimentos disponíveis, chegando a representarem até 33,33% da disponibilidade alimentaria. Contudo, devemos ter em mente que tais restrições apenas estão colocadas sobre pessoas doentes ou mulheres grávidas, não afetando a população como um todo.
<b>Indicador</b>	<b>Meios para a conservação e transformação de alimentos</b>
Definição	Existência de formas e meios para a conservação e armazenamento de certos produtos relacionados à autossuficiência alimentaria, com intuito de aproveitamento em longo prazo.
Pertinência	A possibilidade de armazenar e/ou conservar produtos e sementes são formas de seguridade alimentaria. Alguns estudos adiantados com povos tradicionais no Amazonas demonstraram que a conservação de biomassas de mandioca e de sementes armazenadas garantia um abastecimento contínuo às populações, mesmo quando existem situações climáticas extremas e inundações da terra cultivável. Pretende-se obter informação que permite dar conta da capacidade de abastecimento presente e futura da comunidade.
Unidade de medida	Número (N°)
Fórmula Matemática	<p><b>TTCAijk = TCPijk + TCSijk</b>, com:</p> <p><math>i = 1, 2, \dots, PS</math> (produtos, sementes)</p> <p><math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)</p> <p><math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>TTCAijk = Total tecnologias conservação de produtos e sementes para plantar (i), na comunidade (j), no ano (k).</p> <p>TCPijk = Total de conservação dos produtos alimentícios (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p> <p>TCSijk = Total conservação de sementes para plantar (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>quatro</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Transformam-se geralmente macaxeira em farinha sendo armazenada em paneiros. Para alimentos de característica permissível mais acelerada armazena-se utilizando gelo com caixas de isopor. As famílias não aplicam mais a antiga técnica de salgar o alimento. As sementes em maior parte são armazenadas em garrafas de plástico depois de secadas ao sol e algumas em pequenos pedaços de pano, postos dentro de latas.
Interpretação	<p>A capacidade de armazenar a farinha em paneiros garante a preservação de um produto de significativo valor no mercado local, que acaba por ser, junto com a venda do peixe a principal fonte de ingresso monetário para aquisição de alimentos que por ventura possam faltar na época da cheia.</p> <p>Além disto, a capacidade de armazenamento de sementes entre um verão e outro está no centro da possibilidade de garantir a soberania alimentar através de técnicas tradicionais, simples e de manejo próprio agricultor. Isto permite o replantio das sementes ao longo do tempo e garante a plantação das espécies importantes no próximo verão.</p> <p>Referente ao abandono de práticas tradicionais, como salgar alimentos perecíveis (carnes e peixes), a capacidade de armazenamento de proteínas usando o gelo comprado externamente torna-se uma estratégia custosa e débil em seu caráter sustentável, dependendo constantemente de ingresso financeiro e disponibilidade do gelo no mercado. Isso se torna importante gradualmente conforme o peixe, com a chegada das cheias, vai tornando-se a única fonte de proteína, e desta forma, seu armazenamento transforma-se em algo cotidianamente dispendioso.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Disponibilidade de sementes tradicionais e introduzidas nas unidades familiares de produção</b>
Definição	Inventários de sementes fundamentais para garantir a plantação nas roças e demais espaços produtivos para o abastecimento contínuo, para a abundância de alimentos e continuidade gastronômica cultural.
Pertinência	A produção permanente estabelecida pelas famílias é fundamental para garantir a autossuficiência alimentaria; as famílias devem contar a capacidade de um inventario de sementes próprias que permitam sustentar o ciclo agrícola em todos seus ciclos, sem dependência direta de órgãos externos ou da disponibilidade de insumos no

	mercado. Autonomia e autossuficiência alimentar estão diretamente ligadas com esse indicador no ato de preservar culturalmente alimentos tradicionais.
Unidade de medida	Número (N°).
Fórmula Matemática	<b>TSVSijk = TSAijk + TSFijk + TSUijk + TSVijk + TSRijk</b> , com: i = 1, 2, ..., S (sementes) J = 1, 2, ..., R (comunidade) k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: TSVSijk = Total sementes e variedades disponíveis para plantio na roça (i), em cada comunidade (j), no ano (k). TSAijk = Total sementes, alimentos raízes (i), em uma comunidade (j), no ano (k). TSFijk = Total sementes, alimentos e frutas (i), em uma comunidade (j), no ano (k). TSUijk = Total sementes, utensílios e materiais (i), em uma comunidade (j), no ano (k). TSVijk = Total sementes e venenos (i), em uma comunidade (j), no ano (k). TSRijk = Total de sementes para o uso ritual dos produtos alimentícios na gastronomia (i), em uma comunidade (j), no ano (k).
Valor do Indicador	15 (13 armazenadas e 2 compradas)
Linha Base de aplicação do Indicador	Em São José conservam por conta própria, de uma safra a outra, as seguintes sementes: melão, milho, feijão, pimentas, cebola, tomates, maxixe, jerimum e maracujá. Contam também com sementes como pepino e melão crioulo que geralmente não são plantadas em quantidades significativas por não encontrarem mercado. Estas sementes são conservadas em garrafas de plástico, previamente secadas ao sol. Além de armazenarem também mudas de banana e manivas de macaxeira, mas informam que pelo volume e a rapidez da última cheia (2015) muitas destas se perderam e muitas famílias deverão comprar para o plantio do próximo verão. Afirmam que atualmente compram apenas as sementes de melancia e coentro. A comunidade faz parte de um banco de sementes intercomunitário incentivado pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem Viver, do qual as ações permitiram recuperar sementes nativas extintas na região como espécies de milho e de feijão.
Interpretação	O número significativo de armazenamento de sementes que compõem o universo alienatário da população, representado por 86,66% dos casos, demonstra apropriação das técnicas de sustentabilidade da produção de um ciclo ao outro, apresentando a soberania e segurança alimentar que as famílias da comunidade garantem por conta própria.
<b>Indicador</b>	<b>População com Desnutrição</b>
Definição	Determina a porcentagem de pessoas que registram problemas de desnutrição por falta de proteínas, vitaminas e calorias adequadas, ocasionada pelo limite de acesso aos alimentos gerando assim problemas sociais e de saúde.
Pertinência	A nutrição dos indivíduos permite dar conta das possibilidades reais de consumo de alimentos. A valoração de estado nutricional é um parâmetro que permite avaliar o estado de saúde da população e suas diferentes incidências sociais, como os níveis de segurança alimentar da população, que por sua vez está determinada por múltiplos fatores que incidem no acesso aos alimentos.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PNDIijk = (NDAijk / TPIjk)*100</b> , com: i = 1, 2, ..., DA (desnutrição - crônica, aguda) J = 1, 2, ..., R (comunidade) k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: PNDIijk = Porcentagem de pessoas com desnutrição (i), em uma comunidade (j), em um ano (k). NDAijk = Número de habitantes que apresentam desnutrição (i), em uma comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total população em uma comunidade (j) no ano citado (k).
Valor do Indicador	0%
Linha Base de aplicação do Indicador	Informa-nos o Agente de Saúde que a população da comunidade não apresenta casos de desnutrição.
Interpretação	Mesmo frente aos desafios de produção, não aparecem casos de desnutrição, e isto pode ser compreendido enquanto reflexo positivo da capacidade de armazenamento de sementes, assim como garantia do ingresso de recursos através da venda de farinha e peixe, por fim, demonstra que existe uma estratégia para que mesmo no inverno não falte o alimento necessário.

#### 4. Capacidade de lograr ambiente tranquilo



<b>Indicador</b>	<b>Exercício de territorialidade</b>
Definição	São as relações que se estabelecem no território, compostas por redes de influências sociais que supera a simples visão espacial da comunidade construindo um conceito de territorialidade e governança embasadas em um sistema de condutas que controlam e mantêm um uso e um manejo específica sobre o território. A capacidade de viver tranquilo encontra vinculação com a capacidade dos comunitários fazerem reconhecer estas normas de condutas também do lado de fora dos territórios tradicionais.
Pertinência	A capacidade de ser autônomo a respeito de agentes e problemáticas sociais externas para o exercício da territorialidade implica dar conta de elementos externos que geralmente criam tensões entre a cultura daquele povo. Da mesma maneira, se dá conta da influência de problemáticas de alto impacto sobre os comunitários. O conhecimento sobre as comunidades e os tipos de relações tanto internas como externas, exige a análises deste tipo de relacionamento de maneira que possam ser tipificadas e instrumentalizadas no marco deste funcionamento cotidiano. O indicador pretende aportar informação que permitam entender o estado das relações que se dão sobre o território. Ou seja, o sistema de condutas que controlam e mantêm um uso e um manejo específicos sobre o território da comunidade.
Unidade de Medida	Número (N°)
Fórmula Matemática	<p><b>TPERijk = TPSijk + TPEijk + TPTijk + TPAijk</b>, com:</p> <p>i = 1, 2, ..., PSETA (problemáticas, sociais, econômicas, territoriais, ambientais)</p> <p>J = 1, 2, ..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>TPERijk = Total de problemáticas existentes (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPSijk = Total de problemáticas sociais (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPEijk = Total de problemáticas econômicas (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPTijk = Total de problemáticas territoriais (i), em um comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPAijk = Total de problemáticas ambientais (i), em uma comunidade (j), neste ano citado (k).</p>
Valor do Indicador	2
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>De acordo com os informantes, não existem conflitos relacionados a temas religiosos visto que toda a comunidade comunga da mesma fé.</p> <p>Os possíveis desacordos com agentes externos (do Estado) são resolvidos através de diálogo, onde os líderes expõem os aspectos culturais que devem ser respeitados naquela comunidade. Como exemplo: quando o Conselho Tutelar afirma que não se pode usar menores no trabalho da produção agrícola familiar, contudo, afirma os comunitários, não entendem culturalmente isso como trabalho, mas sim como uma iniciação necessária de meninos e meninas no universo cultural dos adultos.</p> <p>Afirmam também não existirem casos de drogadição; relatam somente um caso de alcoolismo que é acompanhado de perto por lideranças e familiares.</p> <p>Contudo, existe a preocupação da comunidade frente ao futuro, na medida em que São José é uma comunidade de referência da ilha, recebem crianças e jovens de diferentes localidades, por motivo de saúde, educação ou assistência. Neste sentido, moradores da comunidade estão projetando a criação de uma escolinha de futebol, que tenha cunho pedagógico e ocupe crianças e jovens no contra turno escolar.</p> <p>Ademais, mesmo que não explicitado pelos informantes e que não se refira especificamente a conflitos, mas sim a problemáticas, salientamos mais dois elementos: uma problemática ambiental em relação às consequências dos ciclos do rio na produção agrícola, que se mostra preocupantemente afetada na cheia e uma problemática social, atrelada a diminuição gradativa da população ao longo dos anos, em especial, a evasão dos jovens para os centros urbanos e a migração de famílias para terras firmes.</p>
Interpretação	<p>Em vista da queda significativa de disponibilidade de alimentos entre verão e inverno apresenta-se uma problemática ambiental representada justamente na diminuição da diversidade alimentar nos períodos de cheias do rio. No mesmo sentido, pelos desafios derivados da vida nestas áreas alagadiças, somando-se o desinteresse juvenil na vida na comunidade, apresenta-se um quadro de diminuição constante da população, o que acaba por gerar não um conflito, mas uma problemática de ordem social.</p> <p>Apesar de este fato não abalar a capacidade que existe na comunidade a respeito da construção de um ambiente tranquilo para se viver chama a atenção para necessidades eminentes de inovação nas formas de plantio, assim como para a construção de estratégias que cativem a população jovem a vincularem-se com sua comunidade.</p> <p>O respeito pela autoridade, à frequência de encontros e assembleias, a coesão e participação comunitária, assim como o compartilhamento de uma identidade comum, garante a não percepção de conflitos que possam prejudicar a construção de um ambiente tranquilo para viver em São José.</p>

### 5. Capacidade de Autocuidado e Reprodução

<b>Indicador</b>	<b>Acesso à água potável no território</b>
------------------	--

Definição	Estabelece a proporção de pessoas que contam com serviços adequados ao acesso a água potável em suas residências.
Pertinência	O acesso à água é uma variável de grande importância; contando que nem todas as fontes disponíveis nos territórios são consideradas como aptas para o consumo. Por esta razão a água de chuva é uma fonte prioritária. Não obstante, em algumas ocasiões é necessário recorrer a outros meios, estas estratégias são importantes a serem levadas em conta por este indicador.
Unidade de medida	Porcentagem (%).
Fórmula Matemática	<b>PNAPijk = (NAPijk / TPIjk)*100</b> , com: i = 1, 2,..., AP (água potável) J = 1, 2,..., R (comunidade) k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio) Onde: PPSPijk = Porcentagem de população com cobertura de água potável (i), na comunidade (j), em um ano (k). NAPijk = Número de habitantes com cobertura de água potável (i), na comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total da população na comunidade (j) neste ano citado (k).
Valor do Indicador	PNAPijk = (104 / 104)*100= 100%
Linha Base de aplicação do Indicador	Existe um sistema de água potável de carácter comunitário que beneficia a todos os habitantes. Este sistema move-se através de placas solares e ao entorno dele está organizado o comitê gestor da água: um grupo de comunitários que cuida o acesso, a manutenção do equipamento e realiza campanhas na escola a respeito da conservação da água potável. As moradias contam também com armazenamento de águas das chuvas que são tratadas com cloro e guardadas e tanques e galões de água.
Interpretação	A cobertura total da população em acessar água potável é um diferencial da comunidade de São José em relação à realidade da região e reflete o fruto da organização e do empenho da própria comunidade em aproveitar as oportunidades de apoio externo e cuidar dos investimentos realizados em seu território. Este é o caso, por exemplo, do Sistema de Potabilização de água, cedido pela ISCOS nos primeiros anos do Projeto em estudo e que, por falta de cuidados especiais e manutenção, na maior parte das demais comunidades deixou de funcionar logo nos primeiros meses, que quanto que em São José, segue ativo e beneficiando toda a comunidade. Além disto, este fenômeno reflete as conseqüências do trabalho preventivo realizado pelo agente de saúde em sensibilizar a população para a limpeza adequada dos recipientes e caixas de água que armazenam as famílias no ambiente doméstico, assim como a sensibilização para os benefícios do uso constante de cloro na água coletada da chuva.
<b>Indicador</b>	<b>Acesso a serviços públicos básicos em territórios tradicionais</b>
Definição	Porcentagem de população que possui acesso aos serviços públicos básicos.
Pertinência	A identificação dos serviços públicos existentes como: disposição final de lixo, esgoto, energia eléctrica; serviços básicos que permitem melhores condições de salubridade e bem-estar e sua abrangência sobre as famílias nas comunidades são fundamentais na quantificação do Bem Estar destas populações.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PNSPijk = (NSPijk / TPIjk)*100</b> , com: i = 1, 2,..., SP (serviços públicos) J = 1, 2,..., R (comunidade) k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio) Onde: PNSPijk = Porcentagem de população com cobertura de serviços públicos básicos (i), na comunidade (j), em um ano (k). NSPijk = Número de habitantes com cobertura de serviços públicos básicos (i), na comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total população na comunidade (j) neste ano citado (k).
Valor do Indicador	<b>0%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	As moradias não contam com serviço de disposição de águas encanadas; tampouco de esgoto, contam com banheiros externos com fosso seco em casinhas de madeira como latrinas e também não contam com serviço adequado para resolução do lixo.
Interpretação	A temática a respeito dos serviços públicos básicos como tratamento de esgoto, água encanada, destinação adequada dos resíduos é algo complexo e deficiente em toda a região do Alto Solimões. No caso de São José isto não se distingue estando a critério de cada familiar cuidar minimamente das condições básicas para a vida cotidiana. O que se percebe na comunidade é de fato um cuidado com a limpeza tanto de espaços privados como comunitários.

	Um fator específico refere-se ao fato de que na condição de comunidade de várzea São José não possui abastecimento de energia de maneira constante, dependendo diuturnamente da geração de energia através de pequenos motores movidos a diesel ou gasolina, financiado e utilizado por núcleos familiares ou de vizinhança. Apesar disso, os moradores não se queixam, dizendo que a energia constante traz o desinteresse das crianças pelas atividades familiares, domésticas e escolares, sendo a televisão em tempo intensivo, prejudicial para a formação de cada um e para o bem geral da comunidade que também teria aumento de poluição sonora, entre outros malefícios. Mesmo assim, as condições precárias no acesso aos serviços públicos básicos por parte destas populações sinaliza o descaso governamental ao longo das históricas intervenções nestes territórios e aponta para os gargalos ainda não superados no tocante ao desenvolvimento local no interior da Amazônia.
<b>Indicador</b>	<b>Casos de pessoas que podem evitar doenças com alternativas tradicionais e não tradicionais.</b>
Definição	Métodos terapêuticos, medido pelo número de pessoas, existentes para a prevenção da saúde física e mental, desenvolvidos tanto por serviços formais quanto tradicionais.
Pertinência	O indicador avalia os recursos humanos internos e externos que a comunidade possui para tratar com as doenças e enfermidades. Além disso, busca vislumbrar a relação que estas diferentes pessoas e formas de saberes medicinal comunicam-se.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PCASijk = (NCAijk / TPIjk)*100</b> , com: i = 1, 2,..., CAS (casos atendidos por serviços médicos tradicionais ou formais) J = 1, 2,..., R (comunidade) k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio) Onde: PCASijk = Porcentagem de casos evitados por serviços médicos tradicionais ou formais (i), em uma comunidade (j), em um ano (k). NCAijk = Número de casos evitados por serviços médicos tradicionais ou formais (i), em um comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total população em comunidade (j) neste ano citado (k).
Valor do Indicador	$(9/104)*100 = 8,65\%$
Linha Base de aplicação do Indicador	Não existem atualmente registros específicos sobre quantos casos de doenças foram evitados através de técnicas tradicionais ou formais, neste sentido a segunda opção do indicador refere-se a avaliar quantas pessoas conhecedoras destes tipos de saberes medicinais existem na comunidade. Em São José existem oito pessoas sabedoras do uso e manejo de plantas medicinais e um Agente de saúde. Afirmam que não há competição e exclusão entre as duas vertentes. Que possuem uma organização na cabeça de coisas que podem ser tratadas com a medicina tradicional e outras com a medicina não tradicional. Na maior parte das vezes não são contraditórias e em casos graves podem ser trabalhadas de maneira concomitante.
Interpretação	Os resultados deste indicador informam que em São José quase 10% da população é capaz de administrar recursos tradicionais ou formais no auxílio a casos de saúde/doença, uma média significativa na capacidade de autocuidado da comunidade. Além disso, a harmonia entre as duas formas de tratamento apresenta uma integração harmônica de diferentes saberes e indica uma organização culturalmente produzida sobre cada tipo de doença e o recurso mais adequado que deve ser utilizado para combatê-la.
<b>Indicador</b>	<b>Cobertura dos meios para atender enfermidades</b>
Definição	Acesso a serviços de saúde providos pelo Estado de maneira formal ou através dos conhecimentos tradicionais dentro da comunidade.
Pertinência	A medição deste indicador busca observar quais os recursos estruturais que de forma permanente a população acessa na busca pela saúde, podendo assim medir a rede de assistência que possui tal comunidade.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PASSijk = (PSMijk / TPIjk)*100</b> , com: i = 1, 2,..., PASM (pessoas atendidas por serviços médicos tradicionais ou não tradicionais) J = 1, 2,..., R (comunidade) k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio) Onde: PASSijk = Porcentagem de pessoas atendidas por serviços médicos tradicionais ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k). PSMijk = Número de pessoas atendidas por serviços médicos tradicionais ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total da população na comunidade (j) neste ano citado(k).

Valor do Indicador	<b>2014: 4</b> <b>2015:3</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Como a comunidade não disponibiliza de registros específicos sobre os tratamentos formais e tradicionais optamos pela avaliação do indicador a partir das estruturas existentes. Geralmente os habitantes da comunidade buscam os serviços de saúde no município de Benjamin Constant (SUS); existe um Agente de Saúde comunitário que efetua trabalhos preventivos. Além disso, enquanto estrutura pode ser considerada também aquelas pessoas conhecedoras dos conhecimentos tradicionais. Além disso, o governo conta com uma equipe itinerante de médicos e enfermeiros, que em 2014 passavam pela comunidade a cada três meses, em 2015 passaram uma vez no primeiro semestre e no segundo semestre ainda não passaram e informam que, de acordo com aviso da Secretaria de Saúde, por consequências da crise, este serviço foi temporariamente cortado e não devem retornar a comunidade no ano de 2015.
Interpretação	Ao contar com pessoas conhecedoras da medicina tradicional, um posto de saúde e a proximidade da municipalidade de Benjamin Constant, tende-se a atribuir que os moradores de São José contam com boa cobertura estrutural para atenção de suas demandas de saúde.
<b>Indicador</b>	<b>Atenção de mulheres no parto</b>
Definição	Refere-se à possibilidade de garantir um parto eficiente seja pela medicina formal ou práticas tradicionais.
Pertinência	O número de partos atendidos de maneira efetiva é um indicador importante de saúde, já que sua atenção oportuna atenua de maneira significativa a mortalidade materna e perinatal. Busca ademais, dar conta das debilidades da atenção a saúde nos territórios tradicionais.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PPSMijk = (PSMijk / TPIjk)*100</b> , com: i = 1, 2,..., P (partos assistidos por serviços médicos tradicionais e/ou formais) J = 1, 2,..., R (comunidade) k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio) Onde: PPSMijk = Porcentagem de partos assistidos por serviços médicos tradicionais e/ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k). PSMijk = Número de partos assistidos por serviços médicos tradicionais e/ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total da população na comunidade (j) neste ano citado(k).
Valor do Indicador	100%
Linha Base de aplicação do Indicador	Não existem parteiras na comunidade. A totalidade das mulheres gestantes é atendida por dos serviços de saúde na localidade de Benjamin Constant (SUS – Serviço Público e Gratuito). Igualmente contam com o acompanhamento médico pré-natal no mesmo lugar; geralmente as mulheres optam por terem seus partos no sistema de saúde formal em razão dos benefícios que o Estado provê e o registro mais rápido da criança.
Interpretação	A cobertura adequada tanto para o parto quanto para o pré-natal abrange a totalidade dos casos, garantindo inclusive, a redução de óbitos pré ou peri natais para níveis imperceptíveis na comunidade.

## INDICADOR DE BEM ESTAR HUMANO INDÍGENA – IBHI

### SÃO JOÃO DE VENEZA

#### 1. CAPACIDADE COLETIVA SOBRE O TERRITÓRIO

<b>Indicador</b>	<b>Potencial de governabilidade nos territórios tradicionais.</b>
Definição	Referem-se às hierarquias básicas de Governo próprio e intercultural que existem para o controle social e político das terras tradicionais e correspondem às categorias especiais de autoridades como caciques, presidentes, coordenadores e diretores dos mais diferentes órgãos e entidades locais.
Pertinência	As hierarquias básicas de governo próprio e intercultural nas comunidades tradicionais são um componente fundamental de desenvolvimento humano autônomo nos territórios; conformam um modelo de governo e governabilidade que garantem o controle social, político e ambiental nas localidades.
Unidade de medida	Número (N°)

Fórmula Matemática	<p><b>TATRijk = CCIijk + GCIijk + ATIijk + AATijk</b>, com:  <i>i</i> = 1, 2, ..., A (autoridades)  <i>J</i> = 1, 2, ..., R (comunidade/comunidade)  <i>k</i> = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio).  Onde:  TATRijk = Total Autoridades Tradicionais próprias e Interculturais (<i>i</i>), na comunidade (<i>j</i>), no ano (<i>k</i>).  CCIijk = Total de caciques ou líderes (<i>i</i>), em uma comunidade (<i>j</i>), no ano (<i>k</i>).  GCIijk = Total de governadores tradicionais (<i>i</i>), em um comunidade (<i>j</i>), em um ano (<i>k</i>). No caso ribeirinho referem-se aos mais velho, sábios, aqueles a quem recorrem os presidentes.  ATIijk = Total de Associações ou organizações comunitárias tradicionais (<i>i</i>), dentro de uma comunidade (<i>j</i>), em um ano (<i>k</i>).  AATijk = Total Assembleias de Autoridades Tradicionais (<i>i</i>), em uma comunidade (<i>j</i>), no ano (<i>k</i>).</p>
Valor do Indicador	Total de Autoridades = Presidente Associação+ Vice Presidente+Cacique+ Vice Cacique+Coordenador Igreja Cruzada+Coordenador Igreja católica+Coordenador Igreja Batista+Coordenador Igreja evangélica + três parteira = <b>11</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>A comunidade possui uma Associação registrada ante ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Realizam Assembleias Gerais uma vez por mês com alta participação comunitária. Atualmente a Associação conta com dez associados.</p> <p>A comunidade conta com as seguintes autoridades: Presidente com um mandato de 4 anos e eleito por aclamação e o Vice- Presidente; Cacique com mandato de 4 anos e eleito por votação e o Vice- Cacique, Coordenador da igreja da Cruzada que conta com uma sede desde 1973; um Coordenador da igreja Católica desde 1998; um Coordenador da igreja Assembleia de Deus desde 2012; um Coordenador da igreja Adventista desde 2014.</p> <p>Além disto, existem três parteiras.</p> <p>Em épocas anteriores as pessoas que representavam a comunidade eram pessoas externas, agentes do governo ou de outras entidades ou comunidades vizinhas. Hoje a Associação assume a representação da comunidade junto à coordenação da FUNAI (Fundação Nacional de Amparo ao Indígena- Organismo máximo de representação dos povos indígenas).</p> <p>A Associação é autônoma na gestão do território. Ela que gera permissão para o acesso de investigadores e visitas.</p> <p>A comunidade conta com reconhecimento e parceria do Projeto Bem Viver da ISCOS e reconhecimento jurídico frente a FUNAI; mas geralmente não conta com o apoio e reconhecimento da prefeitura, principalmente da Secretaria de Educação, relatam os informantes. Contudo, afirma que isto também varia de como cada cacique faz a gestão da comunidade.</p>
Interpretação	<p>A comunidade apresenta elevado número de autoridades, multiplicadas especificamente pelas diferenças tendências religiosas como a católica, batista, cruzada e evangélica. Este fenômeno denota uma coordenação segmentarizada onde assuntos religiosos são especificamente tratados com os representantes de determinada igreja, enquanto que o cacique toma conta das temáticas referentes à comunidade em si e os representantes da associação fazem a representação da comunidade em ambientes externos, além de atentarem especificamente para as questões produtivas.</p> <p>Apesar da diversidade e da segmentariedade na potencialidade de governabilidade do território, informam não haver conflitos entre estas distintas perspectivas, o que reflete um repertório pré-organizado sobre a gestão e a governabilidade da comunidade.</p>

## 2. Capacidade de Agenciamento Cultural Autônoma

Indicador	Potencial de áreas com oferta de recursos naturais disponíveis nas terras
Definição	Corresponde a base natural de biodiversidade com que contam as terras tradicionais, incluindo todas as possibilidades de ofertas de recursos naturais disponíveis a partir dos quais se sustentam os modos de vida desta população.
Pertinência	A existência de uma base natural de biodiversidade fundamenta a oferta de recursos naturais disponíveis, a partir dos quais se sustentam o sistema de autossuficiência alimentaria das famílias. Sobre estes inventários produtivos as autoridades locais exercem uma governança para garantir o acesso e a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PACRijk = (ACRijk / ATRjk) *100</b>, com:  <i>i</i> = 1, 2, ..., C (coberturas)  <i>J</i> = 1, 2, R (comunidade)</p>

	<p><math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio).  Onde:  PACRijk = Porcentagem de extensão da cobertura (i), em comunidade (j), no ano (k).  ACRijk = Área de cobertura (i), em uma comunidade (j), no ano (k). (Área de plantio)  ATRjk = Área total da comunidade (j) no ano (k) = <math>\sum_{i=1} ACRijk</math></p>
Valor do Indicador	<p>Porcentagem de cada uma das coberturas da terra em um território = <math>PACRijk = (ACRijk / ATRjk) * 100 =</math>  <math>[(10,62 \text{ km}^2 \text{ áreas cultivadas} / 59 \text{ km}^2) * 100 = \mathbf{18\%};</math>  <math>(7,08 \text{ km}^2 \text{ descanso} / 56 \text{ km}^2) * 100 = \mathbf{12\%};</math>  <math>(41,3 \text{ km}^2 \text{ em floresta} / 59 \text{ km}^2) * 100 = \mathbf{70\%}</math>  <math>= \mathbf{18\%}</math> terras cultiváveis + <math>\mathbf{12\%}</math> terras descanso + <math>\mathbf{70\%}</math> florestas = 100%</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>De um globo de 236 km<sup>2</sup> na região, a FUNAI em 2003, delimitou uma área de 59 km<sup>2</sup> para cada uma das quatro comunidades que compõe essa região.  Informam os moradores que 70% deste território refere-se a floresta nativa, 18% reservado as roças e 12% reservado a terras em descanso.  Existe um acordo entre as quatro comunidades para a livre circulação de todos neste território; mas não para a extração de recursos naturais, para isto deve ser consultado o Cacique da comunidade.  Antes mesmo da FUNAI em 2003 delimitar as áreas as comunidades já contavam com um acordo para a distribuição do espaço visto que a luta pela demarcação das terras datava de antigos tempos.</p>
Interpretação	<p>Apesar da extensa área apenas um terço dela está voltado para a produção. Este baixo índice refere-se principalmente pela capacidade de mão de obra familiar e pelo histórico de determinada parcela do território que em tempos passados servia de pasto para extensa área pecuária, ficando, nos dias de hoje, debilitada para a produção agrícola.  Mesmo assim, afirmam que esta parcela do território supre as necessidades da população.  Além disto, a prática de manejo territorial em discando, ou posio, apresenta importante aspecto de consciência concreta e simbólica relacionado com a soberania e a sustentabilidade alimentaria, respeitando o tempo da terra e garantindo adequada produção.  Por fim, o grande contingente de área ainda não utilizada é uma garantia frente o contínuo crescimento populacional. Este significativo espaço de terra ainda por ser cultivada, se necessário, representa uma não ameaça a produção das famílias ou ainda as possibilidades de evitar possíveis conflitos por espaços de vivenda e produção.  Existe assim, grande potencial de expansão produtiva e de recursos naturais.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Áreas que se sobrepõem aos territórios tradicionais</b>
Definição	<p>Refere-se às áreas de proteção ambiental ou político administrativas do Estado, assim como conflitos sobre terras através de latifúndios, garimpos, avanço de áreas urbanas e outros fenômenos desta ordem, que acabam por sobrepor-se os territórios tradicionais.</p>
Pertinência	<p>O ordenamento territorial existente no Brasil contempla diferentes formas de estado legal de território; em particular, na região amazônica essas formas de estado legal de território conformam diferentes mosaicos de diversos interesses nacionais. Ressaltam-se aquelas superposições territoriais de áreas em Parques Naturais Nacionais, Terras Indígenas, de assentamento, Latifúndios, Reservas Extrativistas, áreas estaduais, municipais, reservas florestais, com as áreas de comunidades tradicionais.  Quando essa sobreposição ocorre gera diferentes conflitos territoriais que se não resolvidos afetam a governança dos recursos naturais e deslegitimam as autoridades tradicionais com forte impacto negativo em suas culturas.</p>
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PEATijk = (EATijk / ATRjk) * 100</b>, com:  <math>i = 1, 2, \dots, A</math> (áreas sobrepostas)  <math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  PEATijk = Porcentagem de extensão de uma área sobrepostas (i), na comunidade (j), no ano (k).  EATijk = Extensão de uma área sobrepostas (i), na comunidade (j), no ano (k).  ATRjk = Área total de um comunidade (j) no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p>Porcentagem de áreas sobrepostas = <math>PEATijk = (\text{Extensão de áreas sobrepostas} / \text{Total área de território}) * 100 =</math> Não existem estudos que calcularam o percentual da área referente a ocupação dos madeireiros.</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Não existem áreas que sobrepõem ao território da comunidade atualmente de maneira oficial. A comunidade São João de Veneza é uma Terra Indígena pertencente a Lauro Sodré e devidamente regularizada. Contam porém, que ao fundo da comunidade, onde pouca gente acessa, através do igarapé Grajari, há mais de 20 anos madeireiros de Benjamin Constant tiram madeira. Nunca houve conflito e as autoridades fazem pouco caso. Não existem estudos que contribuem para a compreensão efetiva sobre o tamanho da área invadida pelos madeireiros.</p>
Interpretação	<p>Existe uma problemática constatada há anos pelos indígenas sobre a expropriação de madeira de seus territórios, contudo, isto não lhes afeta diretamente pelos fatos ocorrerem em áreas distantes e de difícil acesso. As autoridades</p>

	<p>parecem não fazerem frente a esta problemática, sabendo do ocorrido, porém nunca tomando atitudes definitivas sobre o fato. Além disso, o descaso público frente à irregularidade constitucional de extração de matéria prima para fins comerciais em terras indígenas mostra-se com a falta de qualquer estudo ou registro destes fatos que de acordo com os informantes acontecem há anos e são de conhecimento da FUNAI e da Polícia Federal.</p> <p>Tal fenômeno específico mostra-se como espelho de uma situação generalizada no contexto brasileiro, onde terras tradicionais, preservadas e demarcadas por leis, são constantemente invadidas por pecuaristas, garimpeiros, madeireiros entre outros que buscam riqueza financeira na comercialização das matérias primas oriundas da selva. De um lado percebe-se a precária organização das populações tradicionais para combater tais problemas, do outro uma bancada política atrelada aos interesses da agroindústria agrícola e pecuária no Brasil, que permeia os ambientes legislativos da federação e entre um e outro, um aparato legal, fiscalizador apático, desestruturado e por vezes conivente com as inconstitucionalidades.</p> <p>Enfim, a expropriação ilegal em terras indígenas é a síntese da histórica relação que os governos nacionais estabeleceram, de serventia, com as grandes tendências e potenciais econômicas mundiais, colocando em posição de dominação e serventia espaços e populações tradicionais, como a floresta amazônica e os povos bosquesinos.</p> <p>No caso específico do Alto Solimões, como vimos na primeira parte deste trabalho, o comércio ilegal de madeira caracterizou-se como a mola motriz da economia da região principalmente entre as décadas de 1950-60 e 70. Parece, no entretanto que, apesar de menos vigorosa, continua agindo sornateiramente, como no caso de SJV.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Potencial de terra cultivável demandadas por unidades familiares</b>
Definição	Trata-se das áreas de roça ou quintais que as unidades familiares demandam através de seus sistemas de produção para a subsistência de seus modos de vida, dentro da totalidade do território.
Pertinência	A informação permite constatar o acesso as terras por parte das unidades familiares para garantir a autossuficiência alimentaria. Permite ampliar os estudos associados às unidades de produção familiar feitos de maneira geral, mas que necessitam uma especificação de acordo o sistema produtivo de cada povo. Ao final garante uma percepção da quantidade de espaço disponível para plantação, assim como das áreas que estão inférteis no momento, apontando os desgastes do solo e somando-se as reservas de águas e florestas.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PEACijk = (EACijk / ATRjk) *100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., C (áreas produtivas) (Áreas de plantio)</p> <p>J = 1, 2,..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>PEACijk = Porcentagem de extensão de áreas produtivas (i), na comunidade (j), por ano (k).</p> <p>EACijk = Extensão total de áreas produtivas (i), na comunidade (j), por ano (k).</p> <p>ATRjk = Área total de uma comunidade(j) no ano (k).</p>
Valor do Indicador	(17.7 km <sup>2</sup> /59 km <sup>2</sup> ) *100=30%. Destes 60%, isto é 10,62 Km <sup>2</sup> com pouca produtividade e 30% (7,7 Km <sup>2</sup> ) com boa produtividade.
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>O território conta com equivalente a 17,7 KM<sup>2</sup> de uso para plantio: 60% composto de terras desmatadas (anteriormente eram terras de uma grande fazenda), dos quais estão cultivadas, mas com pouca produtividade, pois já são terras desgastadas e 30% com boa produtividade.</p> <p>Informam que 70% é floresta com boa possibilidade de plantação, porém ainda preservada, nativa, silvestre.</p> <p>A comunidade em Assembleia é que decide onde vão morar e plantar os novos cidadãos.</p>
Interpretação	<p>A possibilidade de produção dentro do espaço existente e possível é suficiente para a demanda familiar. Contudo, chama a atenção que a maior parte deste território apresenta baixa produtividade, devido a utilizações pecuaristas no passado, indicando que se for necessário um aumento da área de produção, estas novas áreas deverão avançar sobre a floresta virgem, aumentando consequentemente índices de desmatamento do território comunitário.</p> <p>Vale frisar que apesar da aparente diminuta extensão de terra, os 7,7 Km<sup>2</sup> referentes à parcela com boa produtividade, como podemos ver no numero de espécies cultivadas mais adiante, suprem com significativa diversidade a demanda alimentar da comunidade. Estando assim, de ‘acordo o potencial de terra cultivável com tais demandas e indicando, como já frisado, que frente a qualquer necessidade de expansão excite ainda significativo potencial de terra a ser cultivada.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Potencial de população em terras tradicionais</b>
Definição	Refere-se à quantidade da população em um momento exato, consequência do dinamismo entre nascimentos, óbitos, assim como o saldo migratório, com respeito ao total da população tradicional neste território.
Pertinência	<p>A informação pretende oferecer um panorama sobre as dinâmicas sociais que mais impactam o crescimento e composição da população. Um primeiro aspecto de inventário populacional em um momento dado que constitui um saldo entre fecundidade e mortalidade, que mostra o estado de saúde e as condições socioeconômicas da população.</p> <p>Em segundo lugar, o saldo migratório permite obter um conhecimento sobre a mobilidade da população no espaço e através do tempo. Os deslocamentos do território para outros lugares permite compreender as razões pelas quais a população tradicional migra.</p>

Unidade de medida	Número (N°)
Fórmula Matemática	<p><b>TCNPijk = TPIijk + TNPijk - TDPijk + TIMPijk – TEMijk</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., D (sexo, idade)  J = 1, 2,..., R (comunidade)  k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)  Onde:  TCNPijk = Total crescimento natural da população (i), na comunidade (j), por ano (k).  TPIijk = Total população com dinâmica (i), na comunidade (j), no ano (k).  TNPijk = Total nascimentos com dinâmica (i), na comunidade (j), no ano (k).  TDPijk = Total óbitos com dinâmica (i), na comunidade (j), no ano (k).  TIMijk = Total população migrante com dinâmica (i), na comunidade (j), no ano (k).  TEMijk = Total população emigrante com dinâmica (i), na comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p><u>(2010)</u> [(113+5-0+0-0) -113] =(118-113) =<b>05</b> (Fonte: GPEDA).  <u>(2012)</u> [(143+3-0+0-0) -143] =(146-143) =<b>03</b> (Fonte: SESAI).  <u>(2013)</u> [(146+7-0+0-0) -146] =(153-146) = <b>07</b> (Fonte: SESAI).  <u>(2014)</u> [(153+8-0+82-0) -153] =(243-157) = <b>86</b> (Fonte: SESAI).  <u>(2015)</u> [(243+7-0+0-0) -165] =(250-243) = <b>07</b> (Fonte: Comunidade).</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>A comunidade em 2015 com 250 habitantes e 43 famílias, somatório do início do ano com os 07 nascimentos e zero óbitos. Conta com 35 casas, 70% da população é católica afirmar os informantes. Afirmando que das 35 casas atualmente 8 são de famílias cocamas que casaram-se com ticunas ou são parentes de Ticunas.  Segundo GPEDA (2010) em 2010 existiam 113 pessoas, com o acréscimo de 5 nascimentos e zero óbitos.  Segundo a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI): em 2012 existiam 143 pessoas, somando registrando 3 nascimentos e zero óbitos.  Ainda segundo a SESAI, em 2013 existiam 146 pessoas, somando computando 7 nascimentos e 0 óbitos;  E em 2014 existiam 153 pessoas, com 8 nascimentos e 0 óbitos. Neste ano a comunidade recebeu 12 novas famílias, parentes de antigos moradores, que totalizaram 86 pessoas.  Em 2003 eram 150 pessoas; em 2015 são 250, resultando, portanto, em um crescimento absoluto de 40% da população e, 12 anos. Aumento derivado de grande parte das populações indígenas que chegam, e, grande parte de etnia Cocama de comunidades localizadas em regiões de várzea, alagadiças. Além disso, apresentam-se nestes números um constante crescimento da natalidade e uma taxa insignificante de mortalidade.</p>
Interpretação	<p>Percebe-se uma intensificação no crescimento populacional, principalmente no ano de 2014, com a chegada de 12 novas famílias e um contingente significativos de novos integrantes. Entre estes também se destaca um número de indígenas de etnia Cocama, mas principalmente Ticunas que já possuíam familiares em São João de Veneza e que chegam até a comunidade através de relações de matrimônio, aliança entre irmãos ou até mesmo fugindo de áreas de várzea pelas dificuldades de produção nestes territórios.  Realmente, percebe-se ano a ano um aumento das comunidades de terra firme e uma proporcional diminuição das populações de áreas alagadiças.  Mesmo com este significativo crescimento informa às lideranças que não estão ocorrendo conflitos, que todos respeitam as leis apresentadas no estatuto da comunidade e que sempre quando uma família nova chegada passa por estágio de avaliação e adaptação em relação à comunidade e da comunidade em relação a ela; apenas após seis meses que definitivamente decide-se, em reunião comunitária, se aquela família ficará ou não na comunidade, onde deve plantar ou onde e com ajuda de quem vai construir sua casa.  Outro elemento importante é que, devido a substancial quantidade de terra ainda possível de uso para a plantação não ocorrem conflitos ou escassez a respeito de espaços de plantio.  Existe uma possível interpretação a respeito da característica peculiar de São João de Veneza possuir tantas e distintas lideranças e essa interpretação apoia-se substancialmente na ideia de que esta diversidade de líderes está posta justamente no sentido de gerar governabilidade coerente e harmônica em uma população significativamente números, crescente e diversa.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Auto – reconhecimento étnico</b>
Definição	Expressa o tipo de identificação étnica ou identidade coletiva que os indivíduos manifestam pertencer.
Pertinência	A informação aportada oferece um conhecimento sobre os grupos étnicos existentes. O auto reconhecimento permite mostrar a coesão a respeito dos grupos em que a pessoa está vinculada e exerce uma atividade cultural; igualmente, sobre a consciência étnica vinculada diretamente ao exercício de seus direitos coletivos como povo autodeclarado.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PIEijk = (PIEijk / TPIjk)*100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., E (etnias)</p>



	<p><math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  PPIEijk = Porcentagem população que se identifica com uma etnia (i), na comunidade (j), por ano (k).  PIEijk = Número de habitantes que se identificam com uma etnia (i), na comunidade (j), por ano (k).  TPIjk = Total população da comunidade (j) no ano (k), em referência com a etnia que pertence = <math>\sum_{i=1} PIEijk</math>.</p>
Valor do Indicador	<p>99.48% Ticunas (35 CASAS = 77,14%)  0.52% Cocamas (8 CASAS = 22,85%)</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>A comunidade se reconhece quase em sua totalidade enquanto pertencente a etnia Ticuna; se identificam porque falam a língua Ticuna. Para as possibilidades de casamentos se respeitam os clãs tradicionais da etnia; e quando não se respeitam se corre o risco da própria natureza prosseguir o casal e suas famílias. Para os casamentos entre indígenas e não indígenas a decisão é tomada em Assembleia Geral com toda a comunidade.</p>
Interpretação	<p>Neste aspecto referente ao reconhecimento étnico chama a atenção o fato de que apesar de São João de Veneza ser caracterizada enquanto comunidade inteiramente Ticuna, como veremos, menos da metade fala fluentemente a língua materna e como percebemos neste indicador, existe um crescente potencial de indígenas da etnia Cocama. Estes números denotam uma gradual mudança no perfil populacional da comunidade e, se aliados à inexistência de festas tradicionais, podem indicar inclusive um sinal de gradual afastamento de aspectos específicos da cultura Ticuna.</p> <p>Devemos ter em mente, assim como veremos no debate sobre a identidade Cocama na região, que aos Ticunas, muitas vezes, também afeta uma tendência moderna de flexibilizar processos identitários no intuito de acompanhar a dinâmica social de identificação por parte de agentes externos, benefícios sociais ou status culturais que são circunstanciais as situações. Sendo assim, por hora por serem importante e vantajoso autodeclarar indígena, por outra não, por hora pode ser frutífero apresentar-se como comunidade totalmente Ticuna, mas por outros momentos pode ser mais impotente explicitar certa diversidade, apresentando também significativo número de famílias de etnia Cocama.</p> <p>Enfim, isto para afirmar que o distanciamento ou a proximidade de aspectos que historicamente atrelados às características específicas de uma cultura ou de determinado povo, tais movimentos, não dão lineares e irreversíveis, mais sim circunstanciais e sinuosos.</p> <p>De fato, a primeira vista e de maneira geral, São João de Veneza, como afirmam os moradores, apresenta-se como uma comunidade de etnia Ticuna, apesar dos pesares supracitado.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Participação da população em práticas culturais estratégicas</b>
Definição	<p>Trata-se de estabelecer a vigência das práticas culturais no contexto do século XXI através da medição da participação comunitária nos eventos, assim como a medição do número de eventos em determinada comunidade tradicional.</p>
Pertinência	<p>A medição da vigência destas práticas culturais permite dar conta das possibilidades de exercer as atividades associadas à cultura que finalmente determinam o status indenitário e reafirmam a particularidade e a diferença das comunidades mantendo sua história e cultura vivas ao longo do tempo e das gerações.</p>
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PPPCijk = (NPCijk / TPIjk) * 100</b>, com:  <math>i = 1, 2, \dots, P</math> (prática cultural)  <math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  PPPCijk = Porcentagem de participação da população em uma prática cultural (i), da comunidade (j), no ano (k).  NPCijk = Número de habitantes que participam em uma prática cultural (i), na comunidade (j), no ano (k).  TPIjk = Total população da comunidade (j) no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>2</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Não se praticam festas culturais literalmente atreladas a cultura indígena em São João de Veneza, o rito de iniciação sexual da mulher Ticuna, conhecido com Festa da Moça Nova há 15 anos não se pratica, dizem os informantes, por ser um processo muito trabalhoso para a família da moça, pois devem prepararem-se o ano todo para as comemorações que podem durar até cinco dias. Além disto, a maior parte das moças têm sido resistente ao ritual visto que, depois de ser embriagada com pajuaru (uma espécie de cerveja indígena feita do suco fermentado da macaxeira) o participante da festa lhe arrancam chumaços de cabelo. Existe atualmente o desejo das anciãs em regatar a tradição.</p> <p>A valorização da cultura aparece em apenas duas festas algumas famílias, poucas, não vinculadas diretamente alguma igreja, pintam o corpo com pinturas Ticunas típicas: festa de São João (Católica, desde 1998); e a festa do Açai desde 2015.</p> <p>Neste caso foram selecionadas somente as festas que envolvem a comunidade como um todo, descartando-se cultos</p>

	religiosos de uma ou outra religião ou ações coletivas solidárias entre o grupo familiar e/ ou amigos.
Interpretação	<p>A inexistência de festas tradicionalmente vinculadas a etnia Ticuna, como a da Moça Nova que não é realizada há 15 anos, pode significar um afastamento gradual da cultura de origem, demonstrada também pelo número de falantes da língua materna. Temos a tendência a analisar que a inexistência destas festas recebe influência das diversas religiões que, permanentemente, não se relacionam de maneira direta com a cultura indígena e que estão significativamente presentes em São João de Veneza.</p> <p>As duas festas relatadas são recentes e refere-se uma de cunho religioso católico e outra iniciada este ano, valorizando o Açaí, produto que se encontra em abundância na comunidade.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Pessoas bilíngues na língua portuguesa e no espanhol ou língua materna indígena</b>
Definição	Ocupa-se em medir o número de pessoas competentes linguisticamente frente à diversidade da região que toca a línguas indígenas, o português e o espanhol.
Pertinência	O bilinguismo em idioma materno ou espanhol deve considerar-se como um indicador de pluralismo e riqueza cultural. Assim mesmo, há que tomar em conta a possível presença de um bilinguismo assimétrico, isto é, as pessoas falam um Português instrumental para o contato, conservando em maior medida sua língua materna, no caso indígena. Assim, existe uma enorme variabilidade de situações de bilinguismo, com diferentes graus de assimetria e de intervenção das línguas dominantes. De maneira geral, o grau de bilinguismo insinua um contato mais clarificado com a cultura exógena, algo interessante para as constantes demandas de negociação e convivência.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PPBI<sub>ijk</sub> = (NPBI<sub>ijk</sub> / TPI<sub>ijk</sub>) *100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2, ..., B (prática bilinguismo)</p> <p>J = 1, 2, ..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>PPBI<sub>ijk</sub> = Porcentagem de pessoas de uma população que são bilíngues (i), na comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>NPBI<sub>ijk</sub> = Número de habitantes que são bilíngues (i), na comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPI<sub>ijk</sub> = Total população da comunidade (j) em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p>42,85% Falam Ticuna</p> <p>95% Falam Português ou espanhol e uma outra língua indígena.</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	De acordo com as informações 15 das 35 casas da comunidade encontram famílias que falam ticuna, isto é 42,85%. Contudo, de maneira geral, informam que 95% da população é bilíngue.
Interpretação	<p>Como já referido, chama a atenção que apenas 42,85% da população fale fluentemente a língua Ticuna. É importante frisar que estes dados foram coletados através da percepção das lideranças levando em análise a conta de famílias que se percebia comunicante da língua.</p> <p>Este dado é preocupante, visto que a língua materna é um dos elementos de maior importância na manutenção da cultura das populações tradicionais e entre as populações Ticunas é um elemento de forte identificação étnica. Somando-se estes elementos com a inexistência das festas tradicionais denota um afastamento significativo de São João de Veneza de aspectos estritamente vinculados a cultura Ticuna.</p> <p>Por outro lado, visto que 95% da comunidade falam de maneira fluente o português ou a língua materna e o espanhol, mostra-se um poder de comunicação significativo e importante na região de tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.</p> <p>Isto, de maneira indireta, apresenta o fluente trânsito desta população entre os territórios nacionais que compõem tal fronteira, estando apta a comercialização, deslocamentos, trocas de saberes e culturas através do manejo das duas principais línguas nacionais.</p> <p>Além disto, frente ao fato de que muitas destas pessoas não aprenderam o espanhol na escola, mas sim de processos pessoais ligados a infância e a adolescência, através do núcleo familiar ou de famílias extensas, somos levadas a confirmar uma tendente e imperativa análise sobre as populações tradicionais que se refere ao fato de que para elas a divisão dos territórios em fronteiras atreladas aos Estados nacionais é uma construção não indígena que inclusive acontece posteriormente às divisões tradicionais destas populações sobre estes territórios e desta forma, as alianças, relações familiares e por tanto, o contato com línguas e culturas lusitanas ou espanholas é consequência de uma anterior relação entre as pessoas e o território que pouco obedecia as atuais linhas estabelecidas e assim, apresenta-se por um fluxo flexível e intenso.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Grau de educação no sistema de educação não-indígena/formal</b>
Definição	Determina a porcentagem de pessoas matriculadas em determinados graus escolares (ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante) que compõem o sistema formal de ensino.
Pertinência	O nível alcançado no contexto da educação formal permite estabelecer as possibilidades para interatuar com o sistema de valores não tradicionais, assim como avaliar a influência deste sistema sobre o próprio sistema de valores.

Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<p><b>PNGEijk = (NGEijk / TPIjk) *100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., GE (graus escolares cursados)</p> <p>J = 1, 2,..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>PNGEijk = Porcentagem de pessoas que cursaram um grau escolar (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>NGEijk = Número de habitantes que cursaram um grau escolar (i), em um comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPIjk = Total da população com graus escolares cursados em um comunidade (j) em no ano (k) = <math>\sum_{GEi=1} NGEijk</math>.</p>
Valor do Indicador	<p>2014 = 59% da população envolvida na educação</p> <p>2015 = 56% da população envolvida na educação</p>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>A educação em São João de Veneza se move entre o formal e o informal; primeiro as crianças aprendem a língua e a cultura Ticuna em casa e depois vão à escola.</p> <p>Os professores têm uma exigência por parte das autoridades da comunidade em realizarem aulas práticas educativas enfocadas na cultura.</p> <p>De acordo com a Secretaria de Educação de Benjamin Constant em 2014 tínhamos a seguinte situação: Pré I: 8 alunos/Pré II: 6 alunos/ Pré III: 10 alunos/1ª: 13 alunos/2ª: 6 alunos/ 3ª: 4 alunos/4ª: 6 alunos/ 5ª: 0 alunos/ 6ª: 0 alunos/7ª: 18 alunos/8ª: 22 alunos e no Ensino Médio: 1ª: 0 alunos/ 2ª: 15 alunos/3ª: 15 alunos, além do ensino de jovens e adultos com 26 alunos.</p> <p>Portanto, em 2014 um total de 149 alunos matriculados na Escola Indígena Municipal Maravilha, da comunidade de São João de Veneza.</p> <p>Já em 2015:</p> <p>Pré I: 8 alunos/Pré II: 6 alunos/ Pré III: 10 alunos/1ª: 13 alunos/2ª: 6 alunos/ 3ª: 4 alunos/4ª: 4 alunos/ 5ª: 6 alunos/ 6ª: 0 alunos/7ª: 0 alunos/8ª: 18 alunos e no Ensino Médio: 1ª: 22 alunos/ 2ª: 0 alunos/3ª: 15 alunos, além do ensino de jovens e adultos com 26 alunos. Gerando um total de 140 alunos matriculados.</p>
Interpretação	<p>Em contraponto algumas análises que possam nos levar a crer em um gradual distanciamento da população de São João de Veneza de sua cultura tradicional, através da diminuição de falantes da língua materna ou da inexistência de festas tradicionais, o cunho e o enfoque educativo que apresenta-se na escola da comunidade é de extrema valorização da cultura Ticuna, compreendendo que o processo de alfabetização cultural, em casa, na família, deve ocorrer inclusive antes do formal.</p> <p>Além disto, o elevado grau de envolvimento da população no processo formal/tradicional de educação demonstra um aprimoramento e um prepara para lidar com culturas alheias e dominantes absorvendo os conhecimentos não indígenas necessário aos processos de comercialização e negociação na tríplice fronteira. Reflete-se inclusive daí o alto grau de eloquência em espanhol e português, por exemplo. Compreendendo-se ao final, significativo capacidade de interatuarão com demais culturas.</p>

### 3. Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar

<b>Indicador</b>	<b>Grau de diversidade dos alimentos produzidos e consumidos pelas unidades familiares</b>
Definição	Número de espécies cultivadas nas roças, quintais, assim como adquiridas na pesca, na caça ou na criação, recolectadas por cada unidade familiar.
Pertinência	A possibilidade de diversificação dos alimentos abastecendo-se com certos produtos particulares lês outorga um grau de bem-estar melhor, garante a soberania e a diversificação de recursos alimentares e influi diretamente na saúde e na renda da população.
Unidade de medida	Número (N°).
Fórmula Matemática	<p><b>TETDijk = ETCijk + ETRijk + ETFijk + ETPijk</b>, com:</p> <p>i = 1, 2,..., ETD (espécies tradicionais disponíveis)</p> <p>J = 1, 2,..., R (comunidade)</p> <p>k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:</p> <p>TETDijk = Total espécies tradicionais disponíveis na alimentação (i), na unidade de produção (j), no ano (k).</p> <p>ETCijk = Total espécies tradicionais produtivas (i), na unidade de produção (j), e no ano (k).</p> <p>ETRijk = Total espécies recolectadas (i), em um comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>ETFijk = Total espécies caça (i), em uma comunidade (j), no ano (k).</p> <p>ETPijk = Total espécies pescadas (i), em uma comunidade (j), em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<p>2010: 6 de plantio+ 8 de pesca + 3 de caça = 17 espécies</p> <p>2015: 16 de plantio+ 10 de pesca + 3 de caça = 29 espécies</p>

Linha Base de aplicação do Indicador	Se cultivam 16 espécies de alimentos basicamente: mandioca, abacaxi, banana, cupuaçu, tangerina, abacate, açaí, batata e limão, buriti, pupunha, cara roxo, manga, ingá, mamão e bacaba; se pescam geralmente 10 espécies distintas de peixes e se caçam 3 espécies distintas de animais. A produção dos alimentos é primordialmente dirigida para a venda. De acordo com os dados do GPEDA (2010), em 2010 80% da produção da comunidade estava voltada para a mandioca, 10% para banana e outros 10% divididos entre milho, arroz, melancia e feijão.
Interpretação	É significativa a diversidade alimentaria que existe a disposição da comunidade se somarmos o produto das práticas de plantio, com a pesca e a caça, chegando a um número de 29 diferentes espécies. O que denota qualidade e quantidade de alimento disponível para consumo familiar e também para comercialização, se necessário. Vislumbra-se assim, que a agricultura, garantindo tal diversidade garante a qualidade alimentaria e também ingressos financeiros para as famílias da comunidade. Chama ainda a atenção para o salto que diversidade alimentar produzido no período de cinco anos (2010 – 2015), algo em torno de 58,62%, em grande parte fruto do empenho e dedicação das famílias envolvidas nas ações desenvolvidas junto a ISCOS e demais comunidades participantes do Projeto Desenvolvimento Sustentável d Fronteira Amazônica do Brasil/Projeto Bem Viver, que como já analisado dedicou grande energia humana e material nos processos de diversificação produtiva, manejo sustentável dos solos e plantações de alta produtividade através de sistemas consorciados como só SAF's (Sistemas Agroflorestais).
<b>Indicador</b>	<b>Importância e Restrições culturais dos alimentos na dieta local</b>
Definição	Importância relativa de alimentos no contexto local a partir de critérios culturais como tabus, motivações sociais colaterais, representações sobre propriedades adicionais de tais produtos, representações associadas a identidade e proibições étnicas, indenitárias ou culturais.
Pertinência	Os meios através dos quais se logra a capacidade de alimentar-se são também fundamentais para abastecer-se enquanto sociedade, pois permite uma vinculação alimentaria concreta a esta cultura. Pelo anterior, é necessário dar conta das categorias de alimentos desde a perspectiva local, não somente em termos de prestígio, se não também dos tabus e proibições que existem e que lhes permitem conservar certo estado de saúde sob o respeito das normas e proibições derivadas da tradição local e da noção de equilíbrio energético ou do respeito espiritual.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PTPA<sub>ijk</sub> = (NTP<sub>ijk</sub> / TPD<sub>jk</sub>) *100</b> , com: i = 1, 2,..., TP (Tabus e/o proibições) J = 1, 2,..., R (comunidade) k = 1, 2,..., A (anos, quinquênio) Onde: PTPA <sub>ijk</sub> = Porcentagem de tabus e/o proibições existentes por produtos alimentícios (i), na comunidade (j), em um ano (k). NTP <sub>ijk</sub> = Número de tabus e/o proibições existentes em certos produtos (i), em uma comunidade (j), em um ano (k). TPD <sub>jk</sub> = Total produtos disponíveis (j) em uma comunidade (j), em e ano (k).
Valor do Indicador	(6/29)*100= <b>20,68%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Não se consume peixes de couro (3), tampouco animais de casco (3) quando se está grávida e/ou com alguma ferida, doença de pele, fígado ou estômago.
Interpretação	As restrições alimentarias seguem as práticas e culturas de todas as populações tradicionais da região, referindo-se aos animais ditos remosos, que possuem determinada espécie de gordura que dificulta a cura de enfermidades, a cicatrização de feridas e prejudica a gestão. Apesar de o número ser significativo frente ao total de alimentos disponíveis, chegando a 20,68% dos alimentos, torna-se inexpressivo visto que tais restrições se aplicam aos casos específicos de doença e gravidez, não atingindo a população de maneira indiscriminada e generalizada.
<b>Indicador</b>	<b>Meios para a conservação de alimentos e sementes</b>
Definição	Existência de formas e meios para a conservação e armazenamento de certos produtos relacionados à autossuficiência alimentaria, com intuito de aproveitamento em longo prazo.
Pertinência	A possibilidade de armazenar e/ou conservar produtos e sementes são formas de seguridade alimentaria. Alguns estudos adiantados com povos tradicionais no Amazonas demonstraram que a conservação de biomassas de mandioca e de sementes armazenadas garantia um abastecimento contínuo as populações, mesmo quando existem situações climáticas extremas e inundações da terra cultivável. Pretende-se obter informação que permitem dar conta da capacidade de abastecimento presente e futura da comunidade.
Unidade de medida	Número (N°)

Fórmula Matemática	<p><b>TTCAijk = TCPijk + TCSijk</b>, com:  <math>i = 1, 2, \dots, PS</math> (produtos, sementes)  <math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  TTCAijk = Total tecnologias de conservação de produtos e sementes para plantar (i), na comunidade (j), no ano (k).  TCPijk = Total de conservação dos produtos alimentícios (i), na comunidade (j), no ano (k).  TCSijk = Total tecnologias de conservação de sementes para plantar (i), na comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>4</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Transforma-se cotidianamente mandioca em farinha armazenando-a em paneiros. Por receber energia elétrica de maneira constante por parte do Município há a possibilidade de armazenar alimentos em freezers e geladeiras. Antes do Luz Para todos, em 2013, utilizavam o sal para conservação dos alimentos, alguns ainda utilizam esses métodos por hábito e gosto.</p> <p>Sobre as sementes armazenam em garrafas de plástico após sua secagem ao sol.</p>
Interpretação	<p>A chegada da energia elétrica de maneira constante, em 2013, produziu um gradual desinteresse e desuso de práticas tradicionais de armazenamos, como o ato de salgar os alimentos. Evidentemente reflete o conforto e a segurança adquirida por esta comunidade, após luta pelos direitos constitucionais, entre eles de receberem o mínimo necessário para uma vida digna, como energia elétrica. Os benefícios da energia na conservação de alimentos são muitos e afetam diretamente pontos de instabilidades da aquisição de alimentos que podem ameaçar a condição familiar, como temperaturas muito quentes impossibilitando o trabalho na roça, situações de enfermidade que necessitam de deslocamento a cidade deixando de produzir, chuvas ou secas excessivas desestabilizando a oferta diária de peixes ou diminuindo a produção das roças.</p> <p>Ao fim, a possibilidade de armazenar alimentos de maneira permanente e assegurada pelo uso da energia elétrica oferta uma maior capacidade de planejamento do presente e do futuro, gerando maior equilíbrio no acesso aos alimentos.</p> <p>Referente ao armazenamento de farinha assim com de algumas sementes, ainda utilizam-se os métodos tradicionais, justamente por ser de menos perenidade, não necessitando assim de refrigeração.</p>
<b>Indicador</b>	<b>Disponibilidade de sementes tradicionais e introduzidas nas unidades familiares de produção</b>
Definição	Inventários de sementes fundamentais para garantir a plantação nas roças e demais espaços produtivos para o abastecimento contínuo, para a abundância de alimentos e continuidade gastronômica cultural.
Pertinência	A produção permanente estabelecida pelas famílias é fundamental para garantir a autossuficiência alimentaria; as famílias devem contar a capacidade de um inventário de sementes próprias que permitam sustentar o ciclo agrícola em todos seus ciclos, sem dependência direta de órgãos externos ou da disponibilidade de insumos no mercado. Autonomia e autossuficiência alimentar estão diretamente ligadas com esse indicador no ato de preservar culturalmente alimentos tradicionais.
Unidade de medida	Número (N°).
Fórmula Matemática	<p><b>TSVSijk = TSAijk + TSFijk + TSUijk + TSVijk + TSRijk</b>, com:  <math>i = 1, 2, \dots, S</math> (sementes)  <math>J = 1, 2, \dots, R</math> (comunidade)  <math>k = 1, 2, \dots, A</math> (anos, quinquênio)  Onde:  TSVSijk = Total sementes e variedades disponíveis para plantio(i), na comunidade (j), no ano (k).  TSAijk = Total sementes, alimentos raízes (i), na comunidade (j), no ano (k).  TSFijk = Total sementes, alimentos e frutas (i), na comunidade (j), no ano (k).  TSUijk = Total sementes, utensílios e materiais (i), em uma comunidade (j), no ano (k).  TSVijk = Total sementes e venenos (i), na comunidade (j), no ano (k).  TSRijk = Total da população e o uso ritual dos produtos alimentícios na gastronomia (i), na comunidade (j), no ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>3</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>As sementes tradicionais preservadas são basicamente de feijão, maniva de mandioca e milho. São armazenadas em garrafas de plástico após secagem das sementes ao sol, misturando-as com um pouco de cinza de madeira.</p> <p>A maior parte das famílias armazena suas sementes para não depender do repasse do governo.</p> <p>Algumas sementes que não se podem armazenar são compradas nos mercados locais, ou mais recentemente em experiências de compras coletivas com demais pessoas da mesma ou de outras comunidades.</p>
Interpretação	Diante à significativa quantidade de alimento produzido nas unidades familiares chama a atenção o baixo volume

	de sementes armazenadas de uma safra para outra, restringindo-se apenas três espécies. Este fenômeno deflagra um vulnerabilidade comunitária frente sua autonomia alimentar, tendo que constantemente contar com doações governamentais de insumos ou a compra destes no mercado local. O atual quadro demonstra que São João de Veneza não possui significativa autonomia sobre sua produção, carecendo de ingresso externo de insumos fundamentais para a produção.
<b>Indicador</b>	<b>População com Desnutrição</b>
Definição	Determina a porcentagem de pessoas que registram problemas de desnutrição por falta de proteínas, vitaminas e calorias adequadas, ocasionada pelo limite de acesso aos alimentos gerando assim problemas sociais e de saúde.
Pertinência	A nutrição dos indivíduos permite dar conta das possibilidades reais de consumo de alimentos. A valoração de estado nutricional é um parâmetro que permite avaliar o estado de saúde da população e suas diferentes incidências sociais, como os níveis de segurança alimentar da população, que por sua vez está determinada por múltiplos fatores que incidem no acesso aos alimentos.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	$PNDI_{ijk} = (NDA_{ijk} / TPI_{jk}) * 100$ , com: <i>i</i> = 1, 2, ..., DA (desnutrição - crônica, aguda) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (comunidade) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: PNDI <sub>ijk</sub> = Porcentagem de pessoas com desnutrição ( <i>i</i> ), na comunidade ( <i>j</i> ), em um ano ( <i>k</i> ). NDA <sub>ijk</sub> = Número de habitantes que apresentam desnutrição ( <i>i</i> ), na comunidade ( <i>j</i> ), em um ano ( <i>k</i> ). TPI <sub>jk</sub> = Total população na comunidade ( <i>j</i> ) no ano ( <i>k</i> ).
Valor do Indicador	<b>10%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Aproximadamente 10% da população sofre de desnutrição, geralmente crianças, e prioritariamente ocasionada pela desestrutura famílias (viagem, doença, drogas e separações).
Interpretação	É significativo o número de pessoas com risco de desnutrição na comunidade, apesar de não serem levantadas questões específicas a respeito destes motivos, os informantes apresentam motivos relacionados a desestruturas familiares, doenças e indiretamente encontramos relações com a indisponibilidade de armazenamento de quantidade significativa de sementes e insumos. Os motivos elencado pelos informantes, a respeito das consequências das desnutrições estarem relacionadas com desestruturas e doenças familiares, nos levam a questionar a intensidade, existência ou inexistência de uma rede de apoio ou códigos de cooperação e solidariedade que possam dar conta, de maneira comunitária, destes problemas nucleares.

#### 4. *Capacidade de lograr ambiente tranquilo*

<b>Indicador</b>	<b>Exercício de territorialidade</b>
Definição	São as relações que se estabelecem no território, compostas por redes de influências sociais que supera a simples visão espacial da comunidade construindo um conceito de territorialidade e governança embasadas em um sistema de condutas que controlam e mantêm um uso e um manejo específica sobre o território. A capacidade de viver tranquilo encontra vinculação com a capacidade dos comunitários fazerem reconhecer estas normas de condutas também do lado de fora dos territórios tradicionais.
Pertinência	A capacidade de ser autônomo a respeito de agentes e problemáticas sociais externas para o exercício da territorialidade implica dar conta de elementos externos que geralmente criam tensões entre a cultura daquele povo. Da mesma maneira, se dá conta da influência de problemáticas de alto impacto sobre os comunitários. O conhecimento sobre as comunidades e os tipos de relações tanto internas como externas, exige a análises deste tipo de relacionamento de maneira que possam ser tipificadas e instrumentalizadas no marco deste funcionamento cotidiano. O indicador pretende aportar informação que permitam entender o estado das relações que se dão sobre o território. Ou seja, o sistema de condutas que controlam e mantêm um uso e um manejo específicos sobre o território da comunidade.
Unidade de Medida	Número (N°)
Fórmula Matemática	$TPER_{ijk} = TPS_{ijk} + TPE_{ijk} + TPT_{ijk} + TPA_{ijk}$ , com: <i>i</i> = 1, 2, ..., PSETA (problemáticas, sociais, econômicas, territoriais, ambientais) <i>J</i> = 1, 2, ..., R (comunidade) <i>k</i> = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio)

	<p>Onde:  TPERijk = Total problemáticas existentes (i), na comunidade (j), em um ano (k).  TPSijk = Total problemáticas sociais (i), na comunidade (j), em um ano (k).  TPEijk = Total problemáticas econômicas (i), na comunidade (j), em um ano (k).  TPTijk = Total problemáticas territoriais (i), na comunidade (j), em um ano (k).  TPAijk = Total problemáticas ambientais (i), na comunidade (j), em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>1</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>As autoridades da comunidade efetuam constantes sensibilizações sobre as questões referentes às drogas, o álcool e a violência. Exigem participação dos professores nestes trabalhos.</p> <p>Informam que existe uma lei indígena que proíbe a venda e o consumo de álcool em territórios indígenas (Lei 6001/12/1973; artigo 58). A jurisprudência sobre esse controle recai sobre a Polícia Federal e a FUNAI.</p> <p>Frente a tamanha diversidade de correntes religiosas informam que não há conflitos, cada pessoa, cada família respeita a opção das demais e nos festejos da comunidade como São João e a festa do Açaí todos colaboram com o que podem e com o que a crença lhe permite.</p> <p>Não foram relatados conflitos com agentes externos. Contudo evidencia-se uma problemática territorial referente a extração de madeira no território de fundo da comunidade, de acordo com os informantes, operacionalizado por alguns madeireiros de Benjamin Constant.</p> <p>Por sua vez, a respeito do significativo crescimento populacional, informa não ocasionar, até o momento problemas de nenhuma ordem, possuindo a comunidade bastante território para o plantio e sustento das famílias, assim como um estatuto de regras claras as que devem submeterem-se seus moradores, sejam antigos ou novos.</p>
Interpretação	<p>Existe uma problemática de nível territorial referente à exploração ilegal de madeira em regiões distantes da comunidade, que fogem ao controle dos comunitários e pelas autoridades recebem descaso. Esta problemática não afeta, ainda, diretamente a comunidade por referem-se a parcelas distantes do território.</p> <p>Além disto, algo que não manifesta-se como problemática, toda via deve ser percebida com cautela e atenção refere-se a explosão demográfica populacional que vem crescendo anualmente com acentuações agudas no último ano. Isto deve gerar, entre autoridades locais, estratégias e mecanismos de incorporação destes recém chegados de maneira harmônica com os interesses e regras da comunidade, sobre pena de uma difusão de ações e concepções que distanciaram-se dos interesses coletivos em direção aos interesses individuais ou familiares.</p>

## 5. Capacidade de Autocuidado e Reprodução

<b>Indicador</b>	<b>Acesso a água potável no território</b>
Definição	Estabelece a proporção de pessoas que contam com serviços adequados ao acesso a água potável em suas residências.
Pertinência	<p>O acesso à água é uma variável de grande importância contando que nem todas fontes disponíveis nos territórios são consideradas como aptas para o consumo. Por esta razão a água de chuva é uma fonte prioritária.</p> <p>Não obstante, em algumas ocasiões é necessário recorrer a outros meios, estas estratégias são importantes a serem levadas em conta por este indicador.</p>
Unidade de medida	Porcentagem (%).
Fórmula Matemática	<p><b>PNAPijk = (NAPijk / TPIjk) * 100</b>, com:</p> <p>i = 1, 2, ..., AP (água potável)  J = 1, 2, ..., R (comunidade)  k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio)</p> <p>Onde:  PPSPijk = Porcentagem de população com cobertura de água potável (i), na comunidade (j), em um ano (k).  NAPijk = Número de habitantes com cobertura de água potável (i), na comunidade (j), em um ano (k).  TPIjk = Total da população na comunidade (j) em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>1</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Existe um sistema de água potável de carácter comunitário que beneficia a todos os habitantes. Este sistema move-se através de placas solares e ao entorno dele está organizado o comitê gestor da água: um grupo de comunitários que cuida o acesso e a manutenção do equipamento. Contudo, desde janeiro de 2015 o sistema não está funcionando por falta de manutenção.</p> <p>As moradias contam também com armazenamento de águas das chuvas que são tratadas com cloro e guardadas em tanques e galões de água.</p> <p>Está em andamento junto a FUNAI e a Secretaria de Produção do Município a construção de um grande tanque</p>

	de água que serve para as quatro comunidades da localidade de Lauro Sodré. Porém, ainda de forma especulativa, sem início de obras concretas.
Interpretação	A condição de acesso a água potável apresenta uma dificuldade que já havia sido apresentada neste trabalho e refere-se sobre a incapacidade das comunidades realizarem a gestão de tecnologias exógenas especializadas por conta própria. O sistema de potabilização funcionava perfeitamente até encontrar um problema não identificado pela comunidade e segue parado após dez meses, a espera de um auxílio técnico. Chama-se a atenção, outra vez, a necessidade de investimento em sistemas endógenos, alternativos e de simples manejo para a purificação da água, como os filtros naturais. Neste sentido, a comunidade usufrui de sistemas tradicionais de armazenamento da água da chuva em galões ou causas de água, que posteriormente, em alguns casos recebem quantias de cloro para após serem consumidas. A comunidade conta ainda com alguns olhos de água natural que são utilizadas para o consumo. Relatam os moradores que estas águas são puras, apesar de nunca terem passado por análises clínicas e estarem, em tese, correndo pelo mesmo território que recebe os dejetos dos banheiros externos que funcionamento sobre o sistema de fosso seco, e sendo assim, são absorvidos gradualmente pela terra.
<b>Indicador</b>	<b>Acesso a serviços públicos básicos em territórios tradicionais</b>
Definição	Porcentagem de população que possui acesso aos serviços públicos básicos.
Pertinência	A identificação dos serviços públicos existentes como: disposição final de lixo, esgoto, energia elétrica; serviços básicos que permitem melhores condições de salubridade e bem-estar das famílias nas comunidades são fundamentais na quantificação do Bem Estar destas populações.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b><math>PNSP_{ijk} = (NSP_{ijk} / TPI_{jk}) * 100</math></b> , com: i = 1, 2, ..., SP (serviços públicos) J = 1, 2, ..., R (comunidade) k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: PNSP <sub>ijk</sub> = Porcentagem de população com cobertura de serviços públicos básicos (i), na comunidade (j), em um ano (k). NSP <sub>ijk</sub> = Número de habitantes com cobertura de serviços públicos básicos (i), na comunidade (j), em um ano (k). TPI <sub>jk</sub> = Total população em comunidade (j) em um ano (k).
Valor do Indicador	<b>0%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	As moradias não contam com serviço de águas encanadas; tampouco de esgoto, contam com banheiros externos com fosso seco em casinhas de madeira como latrinas e também não contam com serviço adequado para resolução do lixo.
Interpretação	A temática a respeito dos serviços públicos básicos como tratamento de esgoto, água encanada, destinação adequada dos resíduos é algo complexo e deficiente em toda a região do Alto Solimões. Sendo assim, as condições precárias no acesso aos serviços públicos básicos por parte destas populações sinaliza o descaso governamental ao longo das históricas intervenções nestes territórios e aponta para os gargalos ainda não superados no tocante ao Bem Estar no interior da Amazônia.
<b>Indicador</b>	<b>Casos de pessoas que podem evitar doenças com alternativas tradicionais e não tradicionais.</b>
Definição	Métodos terapêuticos, medido pelo número de pessoas, existentes para a prevenção da saúde física e mental, desenvolvidos tanto por serviços formais quanto tradicionais.
Pertinência	O indicador avalia os recursos humanos internos e externos que a comunidade possui para tratar com as doenças e enfermidades. Além disto, busca vislumbrar a relação que estas diferentes pessoas e formas de saberes medicinais comunicam-se entre si.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b><math>PCAS_{ijk} = (NCA_{ijk} / TPI_{jk}) * 100</math></b> , com: i = 1, 2, ..., CAS (casos atendidos por serviços médicos tradicionais o formais) J = 1, 2, ..., R (comunidade) k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: PCAS <sub>ijk</sub> = Porcentagem por serviços médicos tradicionais ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k). NCA <sub>ijk</sub> = Número de pessoas que podem evitar doenças por serviços médicos tradicionais o formais (i), na comunidade (j), em um ano (k). TPI <sub>jk</sub> = Total população na comunidade (j) em um ano (k),
Valor do	<b><math>(7/250)*100= 2,8\%</math></b>



Indicador	
Linha Base de aplicação do Indicador	Existem <b>5</b> pessoas que manejam com as plantas medicinais. A comunidade também conta com <b>2</b> agentes de saúde.
Interpretação	É significativo o número de pessoas que servem de referência a saúde local, mostrando aliança e harmonia entre as práticas tradicionais e formais de medicina. Demonstra uma boa capacidade da comunidade em lidar, ela mesma, com questões referentes a doenças e que mantem-se ativa na memória e na prática, os métodos de medicina tradicional. Isto é um fato positivo de contraponto frente às afirmações anteriores que sinalizavam um possível significativo afastamento da população de São João de Veneza das práticas ditas tradicionais e culturais da etnia Ticuna, mostra-se aqui que, a respeito das práticas medicinais, a população ainda encontra-se intimamente vinculada à cultura de origem,
<b>Indicador</b>	<b>Cobertura dos meios para atender enfermidades</b>
Definição	Acesso a serviços de saúde providos pelo Estado de maneira formal ou através dos conhecimentos tradicionais dentro da comunidade.
Pertinência	A medição deste indicador busca observar quais os recursos estruturais que de forma permanente a população acessa na busca pela saúde, podendo assim medir a rede de assistência que possui tal comunidade.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PASSijk = (PSMijk / TPIjk) *100</b> , com: i = 1, 2, ..., PASM (pessoas atendidas por serviços médicos tradicionais ou não tradicionais) J = 1, 2, ..., R (comunidade) k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: PASSijk = Porcentagem de pessoas atendidas por serviços médicos tradicionais ou formais (i), em um comunidade (j), em um ano (k). NPAijk = Número de pessoas atendidas por serviços médicos tradicionais ou formais (i), em uma comunidade (j), em um ano (k). TPIjk = Total da população em uma comunidade (j) no ano (k).
Valor do Indicador	<b>4</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	Visto que não existem registros específicos sobre o número de pessoas atendidas nas redes formais ou tradicionais de saúde, somos levados a aplicar, frente a demanda deste indicador, a inversão do valor passando-o de porcentagem para número e assim, contabilizando os serviços formais ou tradicionais em que a população tem acesso. Geralmente os habitantes da comunidade buscam os serviços de saúde de referência indígena que localiza-se na comunidade de Filadélfia, em casos mais graves recorrem ao sistema de saúde no município de Benjamin Constant (SUS); existem dois Agente de saúde comunitário que efetua trabalhos preventivos e ambulatoriais, junto ao posto de saúde comunitário. No posto de Saúde comunitário o Agente comunitário de saúde auxilia nos processos preventivos do pré-natal e outras enfermidades de mais simples tratamento. Além disto, o governo conta com uma equipe itinerante de médicos e odontólogos que passam pela comunidade uma vez a cada seis meses em média.
Interpretação	A cobertura das estruturas de atendimento tradicionais ou formais, também é significativa na realidade da comunidade, mostrando uma diversidade importante de referências e a possibilidade de distintos acessos de acordo com o grau de exigência m´prédica de cada caso.
<b>Indicador</b>	<b>Atenção de mulheres no parto</b>
Definição	Refere-se à possibilidade de garantir um parto eficiente seja pela medicina formal ou práticas tradicionais.
Pertinência	O número de partos atendidos de maneira efetiva é um indicador importante de saúde, já que sua atenção oportuna atenua de maneira significativa a mortalidade materna e perinatal. Busca ademais, dar conta das debilidades da atenção à saúde nos territórios tradicionais.
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula Matemática	<b>PPSMijk = (PSMijk / TPIjk) *100</b> , com: i = 1, 2, ..., P (partos assistidos por serviços médicos tradicionais e/ou formais) J = 1, 2, ..., R (comunidade) k = 1, 2, ..., A (anos, quinquênio) Onde: PPSMijk = Porcentagem de partos assistidos por serviços médicos tradicionais e/ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k).

	<p>PSMijk = Número de partos assistidos por serviços médicos tradicionais e/ou formais (i), na comunidade (j), em um ano (k).</p> <p>TPIjk = Total da população na comunidade (j) em um ano (k).</p>
Valor do Indicador	<b>2015: (9/250)*100 = 3,6%</b>
Linha Base de aplicação do Indicador	<p>Existem três parteiras na comunidade que realizam em média 7 de cada 9 partos (77,77% dos casos).</p> <p>A totalidade das mulheres gestantes é atendida por dos serviços de saúde na localidade de Filadélfia, Benjamin Constant (SUS – Serviço Público e Gratuito) ou no próprio posto comunitário para o processo de pré-natal. Logo após terem seus partos na comunidade em grande parte, encaminham-se ao sistema de saúde formal do município em razão dos benefícios que o Estado provê e o registro mais rápido da criança.</p>
Interpretação	<p>Mesmo possuindo significativo acesso a quatro centros de referência em atendimento à saúde às mulheres da comunidade optam pelo parto em casa, com as parteiras da comunidade. Isto também aponta para as mudanças da cultura indígena em não recorrer aos hospitais e postos de saúde, colocando em prática métodos específicos de nascimento. A existência de parteiras e a opção predominante das mulheres por realizarem os partos com estas pessoas afirma uma importante e profunda consciência de segurança e confiança da cultura tradicional para fenômenos fundamentais da vida, como o nascimento.</p>

APÊNDICE C – IMAGENS DE SÃO JOSÉ E SÃO JOÃO DE  
VENEZA



Comunidade de ribeirinha de São José (Escola e Centro Comunitário), período de seca.



Comunidade de São José (Escola e Centro Comunitário), período de cheia.



Assembléia da Associação de Agricultores de São José.





Mutirão de Trabalho Comunitário em São José.



Comunidade indígena Ticuna de São João de Veneza.





Oficina de construção de mapas comunitários.



Escola Comunitária Maravilha.





Mutirão de Trabalho Comunitário em Sistemas Agroflorestais – SAF's em São João de Veneza.



Sede comunitária da Igreja da Santa Cruz de São João de Veneza.